

**Jerónimo
Martins**

20

20

Relatório & Contas

Mensagem do Presidente	4
O Grupo Jerónimo Martins	11
1. Perfil e Estrutura	12
2. Posicionamento Estratégico	19
3. Prémios e Reconhecimentos	21
Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento	25
1. Factos Chave do Ano	26
2. Enquadramento de 2020	28
3. Desempenho do Grupo	37
4. Desempenho das Áreas de Negócio	54
5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins	72
6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	74
7. Política de Distribuição de Dividendos	75
8. Proposta de Aplicação de Resultados	76
9. Anexo ao Relatório de Gestão	77
10. Notas Reconciliatórias	79
Demonstrações Financeiras Consolidadas	83
1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	83
2. Declaração do Conselho de Administração	142
3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	143
4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	150
Governo da Sociedade	154
Parte I – Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade	155
Secção A - Estrutura Accionista	155
Secção B - Órgãos Sociais e Comissões	159
Secção C - Organização Interna	188
Secção D - Remunerações	199
Secção E - Transacções com Partes Relacionadas	210
Parte II – Avaliação do Governo Societário	213
Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor	223
1. A Nossa Abordagem	224
2. Envolvimento com os Stakeholders	226
3. Destaques de 2020	228
4. Promover a Saúde pela Alimentação	230
5. Respeitar o Ambiente	248
6. Comprar com Responsabilidade	270
7. Apoiar as Comunidades Envolventes	288
8. Ser um Empregador de Referência	301
9. Compromissos para 2018-2020	322
10. Compromissos para 2021-2023	329

11. Tabela de Indicadores	332
Demonstrações Financeiras Individuais	346
1. Demonstrações Financeiras Individuais	346
2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	384
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade	388

MENSAGEM DO PRESIDENTE



PEDRO SOARES DOS SANTOS
Presidente e Administrador-Delegado

No início do ano passado, quando escrevia a minha mensagem para acompanhar o relato da nossa actividade em 2019, comecei por falar da grande incerteza em que o mundo estava envolto, da crise do multilateralismo, da agudização da tendência para a polarização das sociedades. A tensão entre os EUA e a China tinha levado esta última a registar o pior crescimento económico em quase três décadas e registava-se uma forte desaceleração a nível mundial, com perspectivas preocupantes sobre o aumento da pobreza.

No primeiro trimestre de 2020, a irrupção da pandemia de Covid-19 e, depois, a severidade da sua evolução ao longo do ano provocaram impactos de uma enorme magnitude, com o número acumulado de infecções no mundo a ultrapassar os 110 milhões no final de Fevereiro deste ano, levando ao extremo a pressão sobre os sistemas nacionais de saúde e matando cerca de 2,5 milhões de pessoas.

No momento em que escrevo, a implementação pelos países dos planos de vacinação avança de forma muito irregular e o vírus continua a afectar todas as regiões do mundo, ainda que com níveis de gravidade muito diversos.

Esta pandemia veio intensificar a incerteza e aprofundar ainda mais as desigualdades e a fragmentação sociais, por um lado, e a crise do multilateralismo, por outro, ameaçando impor um retrocesso de vários anos ao combate contra a pobreza e enfraquecer ainda mais as perspectivas de cooperação global e, consequentemente, de paz.

Em resultado da evolução da situação pandémica e das medidas de combate à sua progressão, a economia global sofreu um tremendo colapso em 2020, duas vezes pior do que o registado na crise financeira de 2007/2008. E, como sempre acontece, a recessão não atingiu todos por igual. Os mais pobres, os jovens, os menos qualificados são alguns dos grupos mais afectados pela crise, que atingiu de forma diferenciada também os vários países, desde logo porque as nações mais ricas tiveram capacidade orçamental para implementar medidas de apoio destinadas a compensar o fecho das economias, o que não foi a regra na maior parte do globo.

Os efeitos da pandemia no alargamento das desigualdades irão fazer sentir-se durante largos anos, talvez até gerações. A própria digitalização, sempre apresentada como uma solução para reduzir desigualdades

num mundo onde o acesso à informação e ao conhecimento pode estar disponível em qualquer lado e em qualquer altura, afinal está, ela própria, a agravar as desigualdades. Em muitos pontos do globo não há infra-estruturas, não há conectividade, não há equipamentos – ou seja, não há mundo digital. Na maior parte dos países, incluindo aqueles em que operamos, há uma percentagem significativa da população, desde logo das crianças e jovens, que não tinham meios – computadores e ligação à rede - para migrar para o ensino à distância quando as escolas fecharam.

A abrupta redução do rendimento de milhões de pessoas vai obrigar muitas a terem que fazer escolhas, e a educação – a melhor ferramenta que existe para se sair da pobreza – corre o sério risco de ser sacrificada.

O Banco Mundial tem uma estimativa duríssima segundo a qual, devido à Covid-19, iremos chegar ao fim de 2021 com mais 150 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema em todo o mundo face à evolução que era expectável num mundo pré-Covid.

A pandemia tem dominado todas as atenções, ajudando a tornar menos visível um agudizar das tensões geopolíticas globais. A corrida dos vários blocos para serem os primeiros a chegar à compra das vacinas expôs a muito insuficiente solidariedade global. A China assumiu a liderança mundial na resposta à Covid-19 e foi a única grande potência a registar crescimento económico. Os EUA viveram ao sabor de uma tentativa de destituição do ex-presidente Trump, que acabou derrotado nas urnas – uma situação involuntária para um presidente que se recandidata – e a tensão explodiu nas ruas na sequência da morte de George Floyd por parte de agentes policiais, com os protestos raciais a cruzarem fronteiras e a ganharem dimensão mundial.

De facto, se é verdade que uma das lições que podemos extrair da pandemia é a do reconhecimento da profunda interdependência das sociedades humanas num tempo de globalização, também é um facto que assistimos ao aumento do risco de auto-centramento dos países, com uma manifesta dificuldade de concertar estratégias de resposta e uma enorme assimetria na capacidade de protecção das suas populações. Enquanto que a maioria dos países europeus, por exemplo, esperam chegar ao final de Julho de 2021 com 60 a 70% da sua população vacinada, mais de 85 países pobres não terão acesso alargado à vacinação contra o SARS-CoV-2 antes de 2023, na melhor das hipóteses.

Se mesmo antes da pandemia de Covid-19 a concretização da Agenda 2030 e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas – que assinalou em 2020 os seus 75 anos - já era muito difícil, num cenário pós-pandémico sê-lo-á seguramente muito mais. Começando, desde logo, pelo primeiro e mais premente objectivo, do qual tantos outros dependem: o da erradicação da pobreza, sob todas as formas e em todas as partes.

Ao eclodir justamente no ano 1 daquela que será a década mais exigente para se cumprir a visão partilhada para a Humanidade que a Agenda 2030 e os 17 ODS constituem, a pandemia veio elevar o risco de falhanço e convocar-nos a tomar definitivamente consciência de que só através da acção colectiva, da solidariedade e da cooperação conseguiremos superar os enormes desafios que se colocam à espécie humana no planeta Terra.

Tudo isto coloca no centro da agenda o debate sobre o papel que as empresas e os negócios têm a desempenhar nas sociedades. Pela nossa parte, assumimos a responsabilidade e o compromisso de sermos, a cada momento, o negócio mais responsável que conseguirmos ser.

Responsável, desde logo, pela seriedade e determinação com que desenvolvemos a actividade de distribuição alimentar, cuja importância social esta pandemia tornou evidente aos olhos de todos. Nunca como em 2020 houve tanto reconhecimento social, e até gratidão, relativamente a profissões que não podem parar, que não podem confinar-se porque estão ao serviço do que é essencial à vida como a conhecemos, nas suas várias dimensões.

Apesar de a pandemia ter evoluído de forma diferente nos países onde operamos, gerando também abordagens e respostas muito diferentes por parte dos respectivos Governos e autoridades sanitárias, as nossas equipas, sobretudo as que desempenham funções nas lojas e nos centros de distribuição, e também as de suporte, demonstraram estar à altura das difíceis circunstâncias.

Manter a força na linha da frente, assegurar a estabilidade da cadeia de abastecimento (nomeadamente através do apoio aos nossos fornecedores mais expostos ao perigo de colapso), garantir aos consumidores o acesso a uma oferta de qualidade a preços baixos e num ambiente de compra seguro e sermos uma presença actuante e solidária nas comunidades e nas sociedades que servimos foram prioridades transversais ao Grupo e que guiaram as nossas Companhias ao longo de todo o ano.

Na Europa, a primeira metade de 2020 mostrou uma queda sem precedentes na economia, que foi depois sendo parcialmente compensada com o alívio gradual das medidas de confinamento decretadas pelos Governos. Mas essa recuperação não foi sentida de forma igual em todo o lado, e os países mais dependentes do turismo – como Portugal – foram os que mais longe ficaram dos níveis pré-crise.

A Polónia resistiu bastante melhor do que a generalidade dos países comunitários e foi um dos que menos perdeu em 2020. A forte base industrial do país amparou a queda e o Governo criou mecanismos que protegeram a economia e o emprego.

Para nós, que conhecemos bem as realidades dos dois países, o contraste com o impacto sofrido por Portugal foi evidente. O turismo é uma das maiores fontes de criação de riqueza e de emprego no país, e num ano em que os turistas estrangeiros não vieram, o turismo interno não serviu de salvação. A recessão traduziu-se numa queda histórica do PIB superior a 7,5% e o desemprego só não subiu (ainda) para valores alarmantes porque o Estado português subsidiou o lay-off.

Na Colômbia, a pandemia de Covid-19 levou à primeira recessão que o país viveu neste século XXI, destruiu milhões de empregos e traduziu-se num aumento da informalidade. As características naturais do país e a forma como a Colômbia está organizada conduziram a uma acentuada descentralização das medidas de combate à pandemia, aumentando muito a complexidade dos desafios logísticos e operacionais para um Grupo, como o nosso, com actividade em várias regiões.

Neste contexto absolutamente desafiante, penso que superámos com mérito o primeiro ano desta pandemia que nos levou ao limite e exigiu o melhor de nós. Este Relatório dá conta do que fomos capazes de fazer juntos num ano que ficará na memória de todos como porventura o mais incerto das nossas vidas, e também dos esforços que empreendemos para responder, o melhor que soubemos e pudemos, à crise que nos atingiu.

As vendas do Grupo aumentaram 3,5% para os 19,3 mil milhões de euros (+6,7% a taxas de câmbio constantes), suportadas acima de tudo pelo crescimento a dois dígitos (+10,4%, em moeda local) das vendas da Biedronka.

No ano em que assinalámos o 25.º aniversário da Biedronka e os 40 anos do Pingo Doce, a pandemia roubou-nos o espírito de festa e desacelerou o nosso ritmo de crescimento, mas não abalou a nossa solidez.

O EBITDA consolidado, que reduziu 1%, manteve-se acima da linha dos 1,4 mil milhões de euros, mesmo depois de incorporados 41 milhões de euros de custos operacionais acrescidos relacionados com a gestão da pandemia.

Os lucros líquidos atribuíveis a Jerónimo Martins caíram 19,9% face a 2019, reflectindo também a decisão estratégica de voltar a aumentar os salários nos três países e o montante total de prémios pagos aos colaboradores, que se cifraram em 189 milhões de euros (+38% do que em 2019), no que constitui também uma afirmação de reconhecimento da prestação extraordinária dos nossos colaboradores num ano de exigência sem precedentes.

Apesar do compromisso e da dedicação das equipas, não foi possível evitar a queda das vendas no Pingo Doce (-1,9%), no Recheio (-15,9%) e na Hebe (-2,2%, em moeda local). A Ara, apesar dos cinco meses consecutivos (entre Abril e Agosto) de um duro confinamento, reagiu prontamente ao alívio das restrições sanitárias e acabou 2020 a aumentar as vendas em 24,4% (em moeda local).

A pandemia, com toda a incerteza, constrangimentos e limitações à actividade que trouxe consigo, não nos impediu de abriremos, no ano, 220 lojas e remodelarmos 291, concretizando 470 milhões de euros de investimento, dos quais 64% na Biedronka, que acabou o ano com uma quota de mercado superior a 25%.

A determinação, flexibilidade e criatividade demonstradas pela Biedronka permitiram-lhe aumentar as vendas *like-for-like* em 7,1% no ano, um desempenho que considero absolutamente notável. Combinando disciplina de custos, orientação à eficiência e assertividade comercial, a Biedronka gerou um EBITDA de 1.252 milhões de euros, o que reforça a sua posição de destaque enquanto força motriz do crescimento rentável do Grupo.

Os efeitos da pandemia e das medidas restritivas à circulação de pessoas e à actividade de negócios considerados não essenciais afectou bastante a Hebe, que tem praticamente metade das suas lojas localizadas em centros comerciais, onde o tráfego caiu expressivamente mesmo quando não estavam encerrados. Num ano em que também as interações sociais em presença diminuíram fortemente, as vendas *like-for-like* da Hebe caíram 10,3%. 2020 foi um ano de transformação para a Hebe, que descontinuou o seu negócio de farmácias e viu o seu canal de comércio electrónico, lançado em Julho de 2019, assumir um papel fundamental na mitigação parcial do impacto negativo da pandemia sobre as vendas. É deste canal, que permitirá muito em breve à Companhia vender internacionalmente, que se espera o maior dinamismo de crescimento nos próximos anos.

O Pingo Doce e o Recheio foram, sem dúvida, os negócios do Grupo que a crise mais afectou. Depois de, em 2019, terem registado excelentes desempenhos e reforço das suas quotas de mercado, a pandemia atingiu-os com uma enorme violência. As medidas de combate à progressão dos contágios que Portugal implementou e a queda drástica do turismo penalizaram sobremaneira negócios que dependem fortemente da frequência de compra e da actividade de restaurantes, cafés, *takeaway* e *food service*.

Demonstrando uma enorme combatividade e espírito de resistência, o Pingo Doce nunca desistiu de tentar chamar às suas lojas os clientes que o medo da infecção empurrou para lojas maiores e com menos intensidade de tráfego. Apesar da força promocional e de inovação no sortido, no ano as vendas reduziram-se para 3,9 mil milhões de euros e o *like-for-like* (excluindo combustível) contraiu -2,2%. O EBITDA decresceu 15,4%, a acusar o impacto dos custos adicionais, que a queda das vendas não permitiu diluir, impostos pela necessidade de travar a evolução da pandemia e mitigar os seus efeitos socio-económicos.

O Recheio, que em 2019 havia superado pela primeira vez a fasquia dos mil milhões de euros de vendas totais, teve em 2020 o seu *annus horribilis*. Com o forte condicionamento e/ou prolongado encerramento de cafés, restaurantes e hotéis, a Companhia perdeu uma das suas principais fontes de receitas. As vendas caíram 15,9%, o *like-for-like* encolheu 15,8% e o EBITDA ficou 45,6% abaixo do ano anterior.

Na Colômbia, onde a pandemia está a fazer disparar os indicadores de pobreza e sofrimento social, a Ara reforçou ainda mais a competitividade da sua proposta de valor junto dos consumidores, acabando o ano com um crescimento do *like-for-like* a dois dígitos (+10,2%). A Companhia intensificou também a disciplina de custos, o que lhe permitiu reduzir em 8 milhões de euros as perdas geradas ao nível do EBITDA, progredindo no caminho com vista à rentabilidade.

Enquanto Grupo, continuámos também a investir em Portugal na área Agro-Alimentar, onde nos orgulhamos de adoptar as melhores práticas em matéria de sustentabilidade nas áreas de produção a que nos dedicamos: lacticínios, aquacultura e carne bovina da raça Angus. Em 2020, iniciámo-nos também na agricultura, onde faremos uma aposta crescente e selectiva na produção biológica, em linha com a visão que guia a estratégia europeia “Do prado ao prato”.

Os resultados conseguidos nos países onde operamos foram alcançados num ambiente extremamente difícil, com múltiplas fontes de pressão, a começar pelo imperativo ético de responder às necessidades sociais que vimos emergir e agudizar-se, e de continuar a fazer progressos nos nossos compromissos ambientais.

Os riscos ambientais, que já em 2020 haviam ocupado os lugares cimeiros da matriz de riscos globais do Global Risks Report do Fórum Económico Mundial, devem inquietar-nos ainda mais agora que sabemos melhor do que nunca como a protecção da natureza e dos ecossistemas se constitui num escudo contra as ameaças pandémicas.

Depois de uma década que foi a mais quente de sempre registada na Terra, entrámos na década decisiva da acção climática.

No Grupo estamos empenhados nesse combate, como o estamos na protecção da biodiversidade na terra e no mar, na luta contra a poluição, designadamente por plástico, na utilização responsável dos recursos naturais, no combate ao desperdício alimentar, na gestão correcta dos resíduos. Isto enquanto nos orgulhamos de desenvolver e promover produtos alimentares que promovem a saúde humana, tendo em atenção a natureza e as origens dos seus ingredientes, o equilíbrio dos seus processos produtivos, o seu impacto ecológico e socio-económico.

Em 2020, apesar da pandemia e também por causa dela, reforçámos a nossa actuação enquanto cidadãos corporativos responsáveis nos países onde operamos.

Fechámos ano com 33 analistas ESG (Environment, Social and Governance) a acompanharem directamente as nossas actividades e a avaliarem o nosso desempenho (o que compara com 27, no final de 2019). Fomos incluídos em 30 novos índices, elevando para 91 (incluindo índices específicos) o número total em que somos constituintes. Um dos novos índices que integrámos é o Bloomberg Gender Equality Index, no qual somos a única Companhia baseada em Portugal do nosso sector a estar representada (o sector é representado no índice apenas por 25 empresas a nível mundial, de um total de 380 de 11 sectores de actividade que incluem este índice). Outro exemplo de nova presença é o Euronext® Eurozone ESG Large 80 Index, que integrámos em Junho de 2020.

Mantivemos ou melhorámos o nosso desempenho nos vários índices em que estamos listados e orgulhamos particularmente a avaliação A- (que corresponde à implementação de melhores práticas) obtida no CDP Forests em todas as commodities associadas com o risco de desflorestação: óleo de palma, soja, carne de vaca, papel e madeira. Somos o único retalhista alimentar a nível mundial a ter conseguido obter este nível quer em 2019 quer em 2020. Também obtivemos a avaliação A- no CDP Climate Change 2020, que é, Segundo o relatório do CDP, «mais elevada do que a média regional europeia de C, e mais elevada do que a média de C do sector do retalho de conveniência». É gratificante também para nós termos subido para o percentil 98 entre todas as empresas da indústria do retalho alimentar avaliadas no FTSE4Good Indexes.

Sabemos que os nossos esforços que contribuem para estes resultados são multi-dimensionais.

O lançamento da Fundação Biedronka na Polónia, em Março, com um orçamento de arranque de 50 milhões de zloties e a missão de apoiar os idosos em situação de vulnerabilidade socio-económica é uma das importantes iniciativas que marcaram o 25.º aniversário da Biedronka e o nosso 2020. A Fundação activou-se imediatamente para a resposta à crise pandémica doando produtos e equipamentos de protecção individual a lares, hospícios, organizações de apoio a sem-abrigo e a deficientes e pessoas com doenças crónicas.

Em Portugal, estivemos entre os contribuintes privados para a Resposta Global à Covid-19, com a doação de 500 mil euros, a que acresce o co-financiamento em um milhão de euros da realização do primeiro painel serológico nacional, liderada pelo Instituto de Medicina Molecular. Equipámos também a segunda unidade de cuidados intensivos do Hospital do Espírito Santo em Évora, o principal hospital do Alentejo, que é uma das regiões mais envelhecidas do país.

Entre as muitas iniciativas de responsabilidade social que o Pingo Doce levou a cabo em 2020, destaco as doações de alimentos para serem consumidos *on the go* pelos profissionais de saúde de mais de 30 hospitais públicos portugueses durante as piores semanas de combate à pandemia.

Na Colômbia, a Ara respondeu aos muitos pedidos de apoio alimentar de várias regiões, e teve uma intervenção especial, em conjunto com a Caritas Polska e a Caritas colombiana, na região da fronteira com a Venezuela, onde distribui mais de 9 mil cabazes de produtos de primeira necessidade a cerca de um milhar de famílias em situação de extrema vulnerabilidade.

A dimensão e a escala das necessidades e dos desafios sociais e ambientais são tais que existe o risco de a esperança morrer em combate. É contra isso que temos de nos mobilizar. As empresas têm um papel decisivo a desempenhar nos desafios que são de todos.

Depois de tudo, fechámos 2020 com uma posição líquida de caixa acima dos 500 milhões de euros (excluindo rendas capitalizadas) e esta solidez também nos dá confiança para sabermos que continuaremos

a proteger e a fazer crescer os nossos negócios e as nossas equipas, enquanto nos empenhamos em ser, cada vez mais, uma força do Bem nas sociedades que servimos.

Esta robustez de balanço leva o Conselho de Administração a propor à Assembleia-Geral de Accionistas a distribuição de 181 milhões de euros em dividendos, em linha com a política definida.

Sabemos que a incerteza continuará a dominar 2021 e que o nosso foco simultâneo nas vendas e na protecção da rentabilidade é a bússola que nos guiará. Porque só ajudando-nos a nós próprios primeiro, estaremos suficientemente fortes para ajudar os que estão connosco e à nossa volta, enquanto cuidamos da nossa casa comum que é o planeta.

Nunca poderei agradecer o suficiente aos mais de 118 mil colaboradores do Grupo que, em 2020, mostraram o verdadeiro significado das palavras dedicação, compromisso e resiliência. Às equipas das operações, nos três países, agradeço de forma muito sentida a coragem, a lealdade e o sentido de missão. Foram elas que mantiveram a nossa força na linha da frente, garantindo que nada faltasse aos consumidores neste ano tão difícil para todos.

Às Direcções Executivas das Companhias do Grupo, agradeço o suporte que deram aos negócios mantendo-se em presença nos escritórios e agilizando todos os processos e decisões para que a resposta às permanentes mudanças fosse célere e eficaz.

Aos nossos accionistas, em especial à família que represento, a minha gratidão pelo apoio incondicional e, acima de tudo, por serem sempre solidários com a nossa visão de vencer o curto prazo enquanto trabalhamos por um longo prazo melhor para as futuras gerações.

Por fim, nota de reconhecimento aos meus colegas no Conselho de Administração, nas Comissões Especializadas e na Direcção Executiva do Grupo. Em 2020 fomos mais equipa do que alguma vez antes, e é também isso que nos dá a força e a confiança com que olhamos para 2021, acreditando que, custe o que custar, será mais um ano de superação.

PEDRO SOARES DOS SANTOS

Presidente e Administrador-Delegado

**Jerónimo
Martins**

I

O GRUPO JERÓNIMO MARTINS

O Grupo Jerónimo Martins

1. Perfil e Estrutura.....	12
2. Posicionamento Estratégico.....	19
3. Prémios e Reconhecimentos	21

O presente Relatório e Contas do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020 e inclui as áreas de Distribuição e Agro-Alimentar em Portugal e a área de Distribuição na Polónia e na Colômbia, apresentando os resultados das entidades detidas directa e indirectamente por Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

1. Perfil e Estrutura

1.1. Identidade e Competências

Carteira de Activos

Jerónimo Martins é um Grupo que detém activos na área Alimentar, maioritariamente na Distribuição, com posições de liderança de mercado na Polónia e em Portugal. Em 2020, alcançou vendas de 19,3 mil milhões de euros (70% das quais na Biedronka), um EBITDA de 1.423 milhões de euros (contribuição de 88% da Biedronka) e terminou o ano com 118.210 colaboradores. No dia 31 de Dezembro de 2020, a capitalização bolsista de Jerónimo Martins na Euronext Lisbon era de 8,7 mil milhões de euros.



Na Polónia, a cadeia de lojas alimentares **Biedronka** alia qualidade de sortido, ambiente de loja e localizações de proximidade aos preços mais competitivos do mercado. É líder de vendas no Retalho Alimentar, operando 3.115 lojas dispersas por todo o país. Em 2020, a Companhia atingiu 13,5 mil milhões de euros de vendas e continuou a reforçar quota de mercado.



Ainda na Polónia, a insígnia **Hebe**, uma cadeia que opera no sector de Saúde e Beleza, conta com 266 lojas. Na base deste conceito de negócio está um forte sortido de produtos de beleza a preços competitivos, reforçado com serviço de aconselhamento nas lojas. Depois de ter lançado no ano anterior a sua operação de e-commerce, a Hebe deu continuidade à transformação omnicanal, reforçando o papel do canal digital, bem como a sua integração com a rede de lojas.



Em Portugal, Jerónimo Martins atingiu, em 2020, uma facturação agregada de cerca de 4,7 mil milhões de euros, ocupando uma posição de liderança na Distribuição Alimentar. Opera com as insígnias **Pingo Doce** (453 supermercados, incluindo 20 Pingo Doce & Go) e **Recheio** (38 Cash & Carry e quatro plataformas, das quais três dedicadas a Food Service), que lideram os segmentos de Supermercados e Cash & Carry, respectivamente.

O Pingo Doce incorpora em 36 das suas lojas uma área de restauração e possui duas cozinhas centrais que abastecem, para além destes restaurantes, a operação de take away das lojas. Como complemento ao negócio de Retalho Alimentar, opera ainda parafarmácias (sob a insígnia **Bem-Estar**), postos de abastecimento de combustível e lojas de vestuário (com a marca **Code**), em parceria com um operador especializado.



Na Colômbia, a **Ara** opera actualmente em três regiões: Eixo Cafeeiro, Costa do Caribe e Bogotá. Trata-se de uma cadeia de lojas alimentares de proximidade, com forte implantação nos bairros residenciais e um posicionamento de qualidade ao melhor preço, conjugando competitividade com oportunidades promocionais em categorias chave para o consumidor colombiano. No final do ano, a Ara operava 663 lojas devidamente adaptadas às características das regiões em que opera.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

A **Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)** foi criada para apoiar a operação de Distribuição Alimentar do Grupo, tendo como missão garantir o acesso directo a fontes de abastecimento de produtos estratégicos. Em 2020 a Companhia entrou numa nova área produtiva - as Frutas e Vegetais - que veio complementar as áreas já existentes: Lactínios, Agro-pecuária (operação de engorda de carne bovina da raça Angus) e Aquacultura (robalo e dourada).



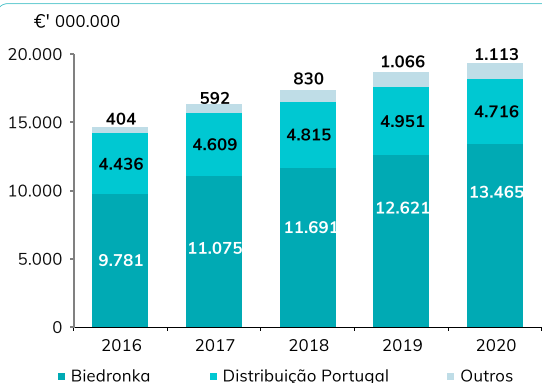
A **Jerónimo Martins Restauração e Serviços**, dedica-se à operação de quiosques e cafetarias no sector da Restauração e, no final de 2020, contava com 22 estabelecimentos Jeronymo.

HUSSEL

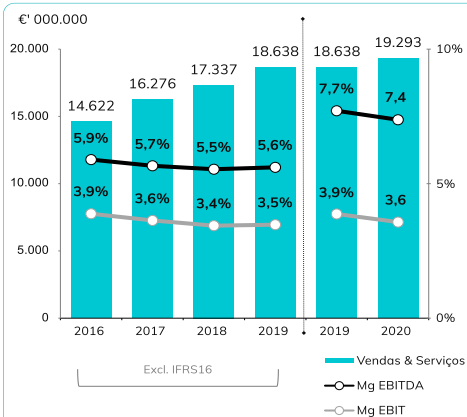
A **Hussel**, cadeia de Retalho Especializado para comercialização de chocolates e confeitaria, operava uma rede de 23 lojas no final de 2020.

1.2. Indicadores Financeiros e Operacionais

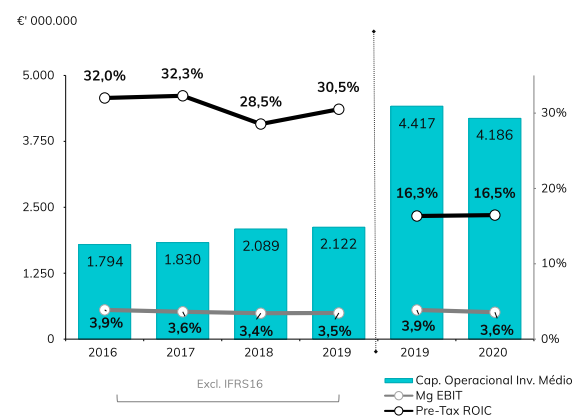
Vendas & Serviços



Vendas, Margem EBITDA e Margem EBIT

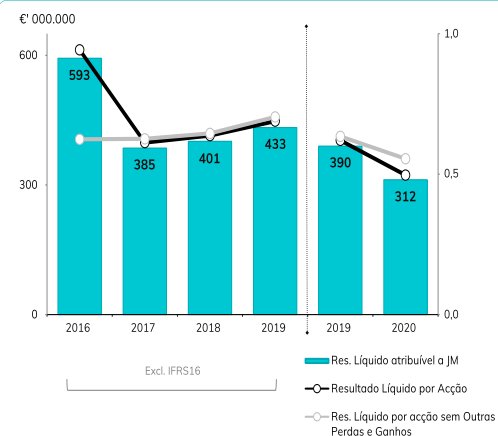


Pre-Tax ROIC *

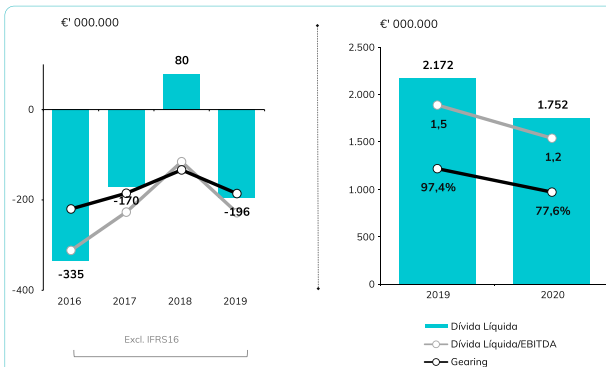


*Reajustado incluindo as amortizações acumuladas do goodwill no Cap. Operacional Inv. Médio

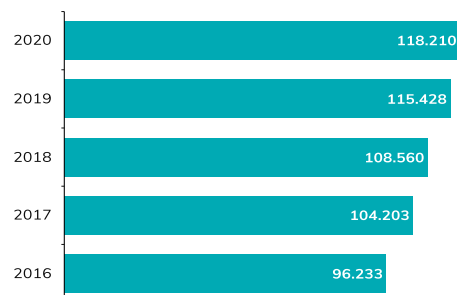
Resultado Líquido e Resultado Líquido por Ação



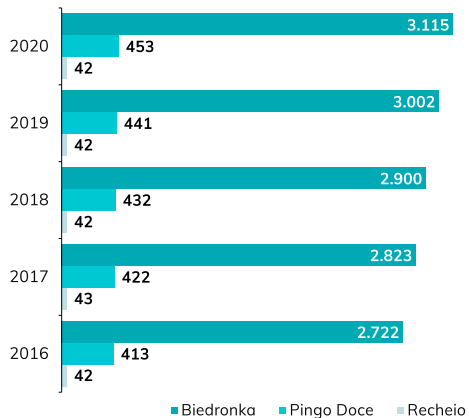
Dívida Líquida



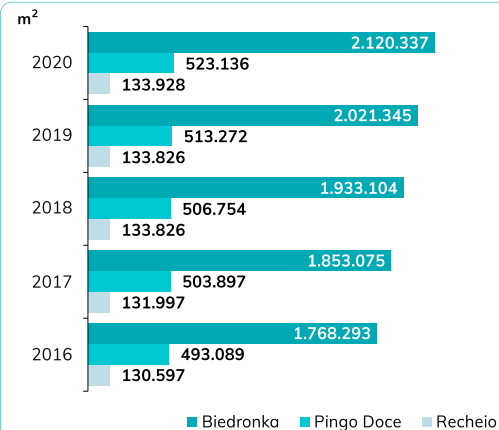
Colaboradores



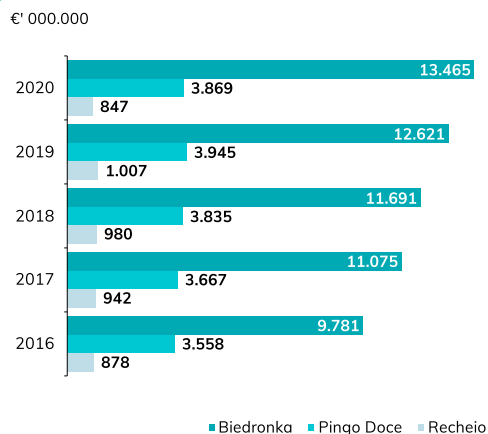
Número de Lojas



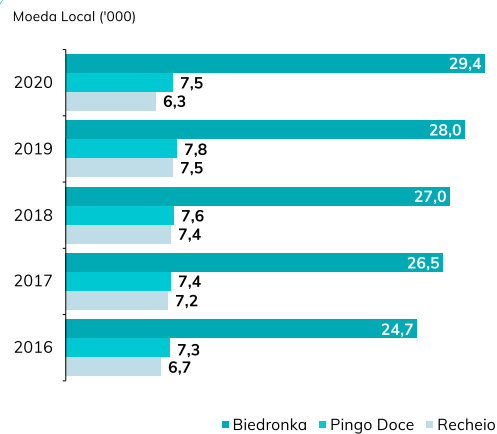
Área de Venda



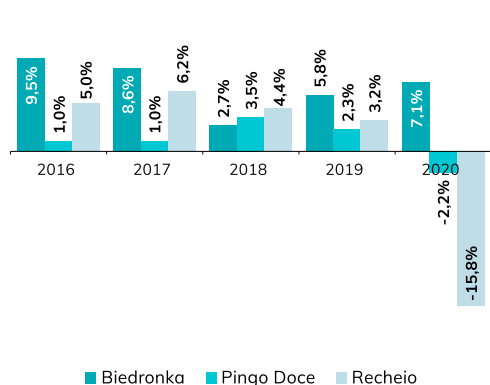
Vendas



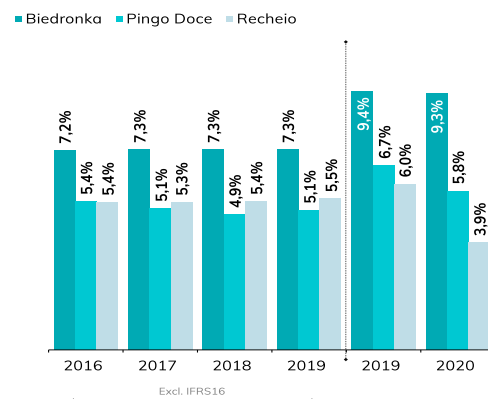
Vendas / m²



Crescimento de LFL



Margem EBITDA



1.3. Órgãos Sociais e Estrutura

1.3.1. Órgãos Sociais

Data de eleição: 11 de Abril de 2019

Composição do Conselho de Administração eleito para o triénio 2019-2021



Pedro Soares dos Santos
Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado
Nascido em 7 de Março de 1960
Presidente do Conselho de Administração desde Dezembro de 2013
Administrador Delegado do Grupo desde Abril de 2010
Membro do Conselho de Administração desde Março de 1995



Andrzej Szlęzak
Nascido em 7 de Julho de 1954
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013



António Viana-Baptista
Nascido em 19 de Dezembro de 1957
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2010



A. Stefan Kirsten
Nascido em 22 de Fevereiro de 1961
Membro do Conselho de Administração de Abril de 2010 a Fevereiro de 2011
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2015



Clara Christina Streit
Nascida em 18 de Dezembro de 1968
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2015
Membro da Comissão de Auditoria desde Abril de 2016



Elizabeth Ann Bastoni
Nascida em 24 de Julho de 1965
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2019
Membro da Comissão de Auditoria desde Abril de 2019



Francisco Seixas da Costa
Nascido em 28 de Janeiro de 1948
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013



José Soares dos Santos, indicado pela **Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.** para exercer o cargo em nome próprio, nos termos do artigo 390.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais
Nascido em 6 de Abril de 1962
Membro do Conselho de Administração de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2019



María Ángela Holguín
Nascida em 13 de Novembro de 1963
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2019



Sérgio Tavares Rebelo
Nascido em 29 de Outubro de 1959
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013
Presidente da Comissão de Auditoria desde Abril de 2016

Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.
Av. República 90, 6.º, 1600 - 206 Lisboa, Portugal

Representado por:

João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)

Suplente:

Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1.119)

Secretário da Sociedade

João Nuno Magalhães

Suplente:

Carlos Miguel Martins Ferreira

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

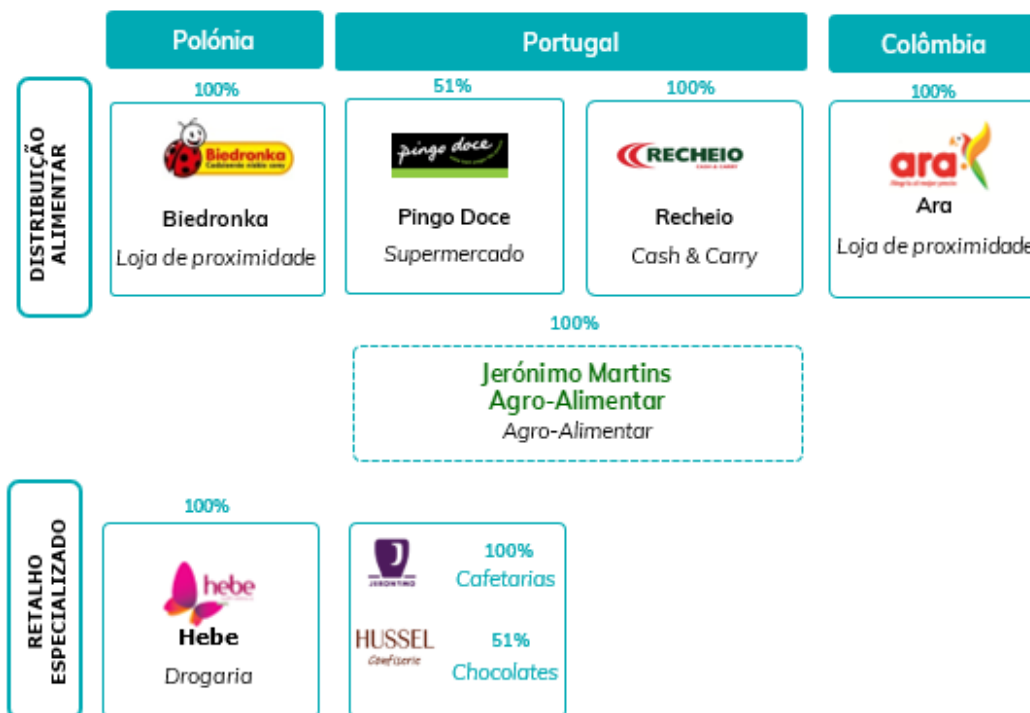
Abel Bernardino Teixeira Mesquita

Secretário da Mesa da Assembleia Geral

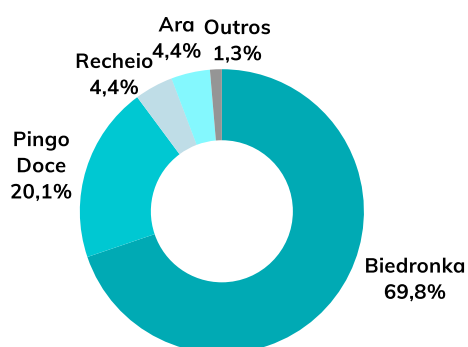
Nuno de Deus Pinheiro

1.3.2. Estrutura de Negócios

JERÓNIMO MARTINS	
Vendas 2020 19.293 milhões de euros	EBITDA 2020 1.423 milhões de euros



Vendas por Área de Negócio 2020



EBITDA por Área de Negócio 2020

Milhões de euros	EBITDA	% Total
Biedronka	1.252	88,0%
Pingo Doce	223	15,7%
Recheio	33	2,3%
Outros	-85	-6,0%
JM	1.423	100%

2. Posicionamento Estratégico

2.1. Missão

Jerónimo Martins actua essencialmente no ramo alimentar, promovendo, através das suas Companhias e das suas Marcas Próprias, a disponibilização de soluções e produtos seguros, saudáveis e a preços acessíveis ao maior número de pessoas. O respeito por todos os stakeholders e o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável são parte integrante da sua estratégia de crescimento e criação de valor, no curto, médio e longo prazos, com vista a contribuir para a prosperidade, coesão e bem-estar das comunidades que os seus negócios servem.

Como parte integrante do nosso sentido de cidadania corporativa, assumimos, de forma clara e comprometida, a incorporação de preocupações ambientais e sociais na condução dos nossos negócios. Isto passa pela adopção de políticas e práticas que combatam as alterações climáticas, a desflorestação e a poluição, que promovam a preservação do ambiente, da biodiversidade e dos recursos naturais, a redução da utilização de materiais poluentes, o aumento da reciclagem e da valorização dos resíduos gerados pelas nossas actividades, assim como o respeito e a defesa dos Direitos Humanos e dos princípios da diversidade e inclusão.

Assumimos a nossa responsabilidade para com o planeta e para com as comunidades onde estamos inseridos. Como especialistas alimentares, estamos empenhados na promoção de bons hábitos de alimentação e em contribuir para sociedades mais saudáveis.

Como resultado do trabalho competente que procuramos levar a cabo, da eficiência das nossas operações, da força das nossas marcas e das nossas posições de mercado, remuneramos de forma consistente os nossos investidores.

2.2. Visão Estratégica

A visão estratégica do Grupo assenta na promoção do crescimento rentável e sustentável, orientada por três princípios chave:

1. **Liderança:** insígnias e marcas fortes que permitam conquistar e consolidar posições de liderança nos mercados onde operam;
2. **Responsabilidade:** avaliação permanente do impacto do negócio no ambiente e na sociedade e contribuição activa e relevante para a melhoria de qualidade de vida das comunidades e para a sustentabilidade como um todo;
3. **Independência:** gestão cuidada e responsável do balanço e também das fontes de abastecimento para assegurar a continuidade das operações e a autonomia na tomada de decisões estratégicas.

Neste contexto, as Companhias do Grupo desenvolvem as suas actividades assumindo três áreas de foco transversais aos países onde operamos e que reflectem o forte sentido de propósito que guia Jerónimo Martins:

- **Consumidor:** democratizar o acesso a produtos e soluções alimentares de qualidade, garantindo a máxima segurança e poupança a quem escolhe as nossas lojas de proximidade, nas quais os Frescos e a Marca Própria assumem lugar de destaque e um papel estratégico na promoção da saúde pela alimentação;
- **Colaborador:** desenvolver os nossos colaboradores, nos diferentes níveis da Organização, proporcionando-lhes um ambiente de trabalho seguro e estimulante, baseado na igualdade de acesso a oportunidades e na meritocracia;
- **Parceiros de negócio:** estabelecer relações de longo prazo que permitam a criação de valor partilhado e o crescimento e desenvolvimento dos parceiros estratégicos do Grupo, e que assegurem a sustentabilidade da cadeia de abastecimento e a inovação que reforça a atractividade e relevância das nossas propostas de valor.

2.3. Perfil Operacional

O posicionamento operacional das Companhias do Grupo reflecte uma abordagem focada em valor e qualidade, com uma orientação estratégica *mass-market*, desenvolvida especificamente para os mercados e comunidades em que estão inseridas.

O Grupo oferece, de forma conveniente e próxima, soluções alimentares adequadas a todos os consumidores, a preços muito competitivos, o que exige operar com a máxima eficiência e com estruturas de custo leves. Todas as propostas de valor são marcadas por uma clara orientação ao cliente e uma forte diferenciação em três vectores fundamentais: variedade e qualidade de produtos alimentares Frescos, Marcas Próprias de referência e um bom ambiente de loja.

O sucesso dos formatos do Grupo é alavancado na liderança de mercado, o que permite atingir uma dimensão que é fundamental para criar economias de escala, que, por sua vez, permitem aumentar a eficiência logística e operacional. Tal dimensão permite oferecer os melhores preços e potenciar a notoriedade e a confiança, essenciais à construção de relações duradouras com os parceiros de negócio estratégicos e com os consumidores que escolhem as nossas lojas.

3. Prémios e Reconhecimentos

Corporativo

- O Grupo é o único retalhista mundial a obter o nível de liderança no combate à desflorestação (com classificação “A-” nas quatro commodities associadas a este risco) na avaliação do CDP Disclosure Insight Action, obtendo uma pontuação global de “A-” nos temas Climate e Forests e de “B” no tema Water;
- Presença nos índices Ethibel Pioneer Investment Register (desde 2019), ESI Excellence Europe (desde 2016) e Ethibel Excellence Investment Register (desde 2016) que evidenciam as empresas com melhor desempenho em investimentos sustentáveis e éticos;
- Inclusão nos índices ECPI Global Developed ESG Best in Class, World ESG Equity, Euro ESG Equity e ECPI Global Livestock GD;
- Manutenção nos índices FTSE4Good Developed Index, FTSE4Good Europe Index e FTSE4Good Developed Minimum Variance Index, nos quais Jerónimo Martins obteve uma pontuação global de 4,6 em 5;
- Presença no top 10 de retalhistas mundiais classificados com “baixo risco” pela Sustainalytics, empresa de referência na investigação, análise e rating nas áreas ambiental, social e de governo (ESG) que classificou Jerónimo Martins como “Outperformer”;
- Inclusão em mais de 200 índices, entre os quais mais de 90 dedicados a empresas líderes em sustentabilidade ambiental, social e de governance;
- Entrada no índice Euronext Eurozone ESG Large 80 e manutenção da presença, desde 2018, nos índices Euronext Vigeo Eiris Eurozone 120 e Europe 120;
- Manutenção nos índices MSCI ACWI ESG Leaders e MSCI ACWI SRI, tendo obtido a pontuação AA num máximo de AAA;
- Classificação “Prime” (C+) atribuída pela ISS-Oekom, uma das agências mundiais dedicadas à notação do investimento sustentável;
- Risco mínimo (nível 1 de entre 10) atribuído às dimensões “Ambiente” e “Social” pela ISS ESG, em mais de 380 indicadores;
- Reconhecimento como “Empregador Mais Atractivo para Trabalhar em Portugal em 2020”, na categoria de Retalho, num estudo realizado pela empresa de employer branding Universum que abrangeu mais de 11 mil estudantes (entre os 18 e os 30 anos) de 35 universidades.

Jerónimo Martins Polska / Biedronka

- Quarto lugar entre as maiores empresas da Europa Central e de Leste – “TOP 500 CEE” – e segundo lugar entre as maiores empresas da Polónia, nos rankings calculados pelo Coface Group;
- Segunda posição entre as “500 Maiores Empresas da Polónia” de acordo com o estudo do jornal “Rzeczpospolita”;
- Vencedor do prémio “Investor of the Year”, atribuído pelo Business Centre Club e pela editora “Wydawnictwo Gospodarcze” nos Retail Business Awards, que procuram distinguir as boas-práticas empresariais do sector;
- Distinguida nos “Employer Branding Excellence Awards” nas categorias de “Employer Branding Strategy” e “Internal Image Campaign”, pelas iniciativas “Vamos Cuidar da Saúde Juntos” e “Especialistas em Frescos”, respectivamente;

- Galardoada com o prémio “Solid Employer of the Year” pelo segundo ano consecutivo, atribuído pela publicação “Pro-Media”;
- Vencedora do título “Friendly Workplace 2020” e distinguida com o prémio “Premium Employer Brand” pela publicação “MarkaPracodawcy.pl”;
- Segundo melhor retalhista na lista das “Empresas Mais Responsáveis em 2020” na Polónia, uma iniciativa do Koźmiński Business Hub em parceria com o Responsible Business Forum (13.ª posição entre as 74 empresas avaliadas);
- A primeira edição do Relatório de Sustentabilidade da Biedronka foi distinguida com o prémio “Social Reports Award”, atribuído pelo Responsible Business Forum;
- O livro vencedor do Prémio de Literatura Infantil da Biedronka foi distinguido com o “Child-friendly World Award”, promovido pelo Comité Polaco para a Protecção dos Direitos das Crianças;
- Por ocasião das comemorações do seu 25.º aniversário, a Biedronka foi distinguida com o prémio “Golden Receipt 2020”, atribuído pelo conselho editorial da revista “Hurt & Retail” com base no sucesso, profissionalismo e dinâmica trazida ao sector dos FMCG (Fast-Moving Consumer Goods – bens de consumo de grande rotação) na Polónia.

Hebe

- Distinguida com os prémios “Customer Service Star 2020” e “Customer Service Star – Star of the Decade 2010-2020” atribuídos pelo Programa de Qualidade de Serviço Polaco (Polski Program Jakości Obsługi);
- Vencedora do prémio “CEE Retail Awards 2020” na categoria de “Cosmetics Retailer”, atribuída pela editora especializada em imobiliário “EuropaProperty.com”;
- O website hebe.pl foi considerado como uma loja online exemplar pelo Instituto Polaco de Investigação em Qualidade (Polski Instytut Badań Jakości – PIBJA);
- Os cosméticos Hebe Naturals – Marca Própria da Hebe – foram distinguidos com o prémio “Consumer Quality Leader – Debut of the Year 2020” na competição “Consumer Quality Leader Programme”, pela revista “Strefa Gospodarki Biznes Magazyn” (“Economy Zone Business”);
- Distinguida com o prémio “Employer Branding Excellence 2020” na categoria de “Estratégia de Employer Branding até 100.000 PLN”, pelo HRM Institute (Human Resource Management Institute).

Pingo Doce

- Distinguido com o prémio “Maior Contribuição para o Emprego” em Portugal, atribuído pela revista “Exame”, em parceria com a Informa D&B e a Deloitte, com o objectivo de reconhecer as empresas que contribuem positivamente para a economia portuguesa;
- Os vinhos de Marca Própria receberam 21 medalhas em seis competições nacionais e internacionais:
 - International Wine Challenge – sete medalhas;
 - Concours Mondial de Bruxelles – cinco medalhas, com especial destaque para as medalhas de ouro atribuídas ao Lisboa Syrah Pingo Doce Tinto 75 cl 2017 e ao Península de Setúbal Castelão Vinhas Velhas Pingo Doce Tinto 75 cl 2017;
 - Decanter World Wine Awards – cinco medalhas;
 - Muscats du Monde – duas medalhas;
 - Austrian Wine Challenge – uma medalha;
 - Concurso do Melhor Vinho Dão – uma medalha.

Recheio

- Pelo sexto ano consecutivo, o Consumer Choice – Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor – atribuiu o selo “Escolha dos Profissionais” ao Recheio, na categoria de “Distribuição Grossista”.

Ara

- É a 49.ª maior empresa da Colômbia, de acordo com a lista divulgada anualmente pela revista “Semana”, subindo 15 posições face ao ano anterior.

**Jerónimo
Martins**



RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento

1. Factos Chave do Ano.....	26
2. Enquadramento de 2020.....	28
3. Desempenho do Grupo.....	37
4. Desempenho das Áreas de Negócio.....	54
5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins	72
6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	74
7. Política de Distribuição de Dividendos.....	75
8. Proposta de Aplicação de Resultados	76
9. Anexo ao Relatório de Gestão.....	77
10. Notas Reconciliatórias	79

1. Factos Chave do Ano

Em 2020, o contexto operacional nas três geografias nas quais Jerónimo Martins opera, foi fortemente condicionado pelas medidas consideradas necessárias na gestão da situação pandémica, por cada governo e pelas autoridades sanitárias. Assim, as nossas insígnias, sempre apoiadas pela Direcção Executiva do Grupo, prepararam respostas específicas de acordo com as diferentes realidades. Informação sobre as restrições e o respectivo impacto em cada um dos países, pode ser consultada no “Enquadramento de 2020” (ponto 2. deste Relatório de Gestão).

Biedronka

- Abertura de 129 lojas, das quais 13 para substituição de lojas encerradas, terminando o ano com 3.115 localizações. As novas aberturas incluíram 46 lojas de menor dimensão, aumentando para 82 o total de localizações a operar neste formato.
- Remodelação de 267 lojas.
- Desenvolvimento do projecto de instalação de self-checkouts, permitindo a utilização deste tipo de equipamentos em mais de 1.100 lojas no final do ano.
- Parceria com a Glovo, em 28 cidades, para encomendas online com entregas ao domicílio.
- Por ocasião dos 25 anos da Biedronka, foi lançado um livro, oferecido a todos os colaboradores, como forma de celebrar a história, os valores e a capacidade de concretização da Companhia.
- Contratação de um empréstimo com o Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 720 milhões de zlotys (cerca de 160 milhões de euros), para financiar projectos de energia sustentável.

Hebe

- Abertura de 22 lojas, terminando o ano com um total de 266 localizações.
- Encerramento do negócio das farmácias - 48 estabelecimentos, 28 dos quais com localização independente.
- Desenvolvimento do modelo omnicanal, com as vendas online a apresentarem crescimentos muito expressivos.

Pingo Doce

- Abertura de 13 lojas, das quais quatro no formato de conveniência Pingo Doce & Go, encerrando o ano com 453 localizações.
- Remodelação integral de 14 lojas e seis remodelações ligeiras.
- Reforço da parceria com o Mercadão no canal online, assegurando cobertura a nível nacional.
- Lançamento de novos serviços de conveniência: *click & collect*, encomendas de frescos das secções de Talho e Peixaria, entregas em casa de comida fresca e encomendas de Páscoa e Natal.
- Celebração dos 40 anos do Pingo Doce, envolvendo colaboradores e clientes com concursos, acções internas e várias iniciativas promocionais e institucionais.

Recheio

- Remodelação da loja de Lagos (sul de Portugal), aumentando a área de vendas, reforçando a aposta nos Frescos e utilizando sistemas e equipamentos ambientalmente mais sustentáveis.
- Lançamento do website da rede Amanhecer, que terminou o ano com 384 lojas parceiras (38 adições líquidas).
- Início da distribuição exclusiva de vinhos premium.

Ara

- Abertura de 56 lojas, terminando o ano com 663 lojas a operar em três regiões da Colômbia.
- Abertura de dois Centros de Distribuição próprios: Monteria e Pereira.
- Contratação de um empréstimo com a International Finance Corporation (IFC), integrada no Banco Mundial, no montante de cerca de 350 mil milhões de pesos colombianos (cerca de 95 milhões de dólares). Este empréstimo tem uma maturidade de sete anos e foi aprovado no âmbito de uma linha especial de resposta à Covid-19 disponibilizada pela IFC.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

- Entrada na área de Frutas e Vegetais: abastecimento de frutos de terra (nomeadamente melões e melancias) com a marca Best Farmer e constituição da sociedade Outro Chão para a produção de uva biológica sem grainha.
- Expansão do portefólio de produtos lácteos, com destaque para a gama sem lactose e o início de fornecimento de leite com chocolate à Biedronka.
- A Terra Alegre foi a primeira empresa no mercado dos lácteos a obter o reconhecimento e certificação em bem-estar animal.

Jeronymo e Hussel

- Remodelação de duas lojas Jeronymo.
- Ampliação e remodelação de uma loja Hussel.
- Jeronymo e Hussel estabelecem parcerias, para entregas em casa, em Lisboa, Porto e Algarve.
- Lançamento do site da Hussel para potenciar vendas online.
- Rebranding da marca Hussel.

2. Enquadramento de 2020

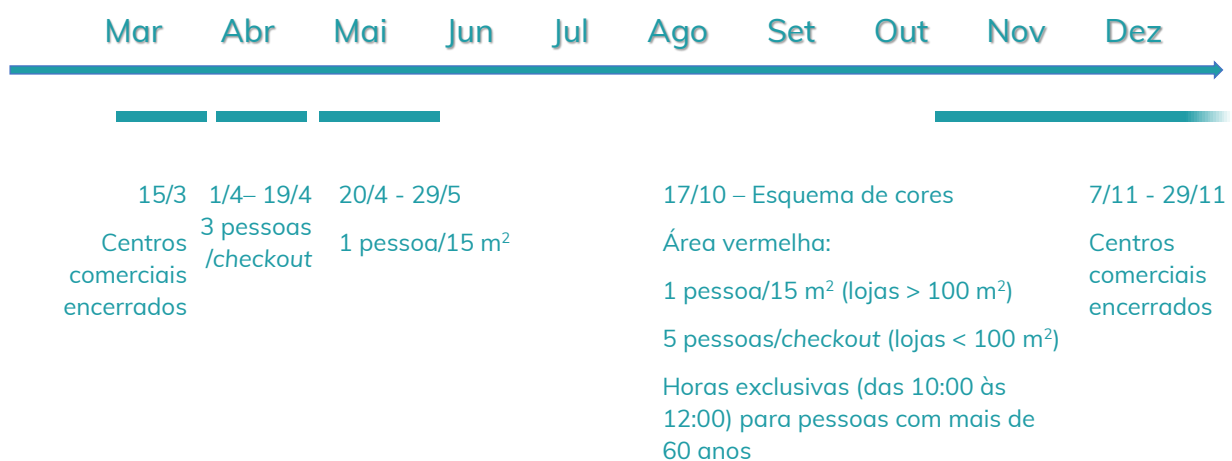
Em 2020 as economias dos países em que operamos foram impactadas pelos efeitos da pandemia de Covid-19 e pelas medidas adoptadas por cada governo na gestão da crise pandémica. No enquadramento apresentado para cada país inclui-se um resumo das principais medidas e dos seus impactos na envolvente operacional.

2.1. Polónia

Medidas implementadas na gestão da crise pandémica

Na Polónia, as primeiras medidas de combate à pandemia começaram a ser implementadas no dia 10 de Março, impondo o encerramento das escolas e universidades, o cancelamento de eventos e o controlo sanitário das fronteiras. A 15 de Março, as medidas foram reforçadas com o encerramento de cafés, restaurantes e centros comerciais (com excepção de lojas consideradas essenciais), a proibição de reuniões com mais de 50 pessoas, incluindo as religiosas, e a implementação do teletrabalho.

Limite ao número de pessoas dentro das lojas



No dia 20 de Março, o primeiro-ministro declarou oficialmente o país em estado de ameaça epidémica.

A 1 de Abril, as restrições à movimentação das pessoas foram objecto de regulamentação governamental adicional, entre as quais o encerramento de todo o comércio e serviços não essenciais. As lojas de Retalho Alimentar viram o número máximo de clientes no seu interior limitado a três pessoas por checkout.

O encerramento imposto à maioria do comércio impactou de forma muito significativa o tráfego nas principais ruas das cidades e nos centros comerciais, o que teve um efeito imediato nas vendas da Hebe, muito embora a insígnia tenha sido uma das excepções que pode manter-se aberta.

A partir do fim de Maio, as medidas de restrição à circulação de pessoas foram sendo progressivamente levantadas, sendo quase totalmente removidas entre Junho e Setembro. Não obstante, a actividade económica continuou a ser impactada pela redução de circulação das pessoas e pelas regras de distanciamento social que se mantiveram em vigor.

A partir do final do mês de Setembro, e em resposta ao número crescente de casos de Covid-19, o Governo polaco reintroduziu medidas para controlar a evolução da pandemia. Assim, a 17 de Outubro, o país foi dividido em dois tipos de zona (amarelo e vermelho), com restrições diferentes. Em poucos dias, a evolução dos casos de contágio colocou o país praticamente todo em zona vermelha. Assim, e entre outras medidas, foi novamente imposto o ensino à distância para os níveis secundário e universitário, os restaurantes passaram a funcionar apenas em take away e reintroduziram-se limitações ao número de pessoas dentro das lojas (cinco pessoas por checkout para lojas até 100 m² e de uma pessoa por cada 15 m² para lojas com área superior).

No dia 7 de Novembro entraram em vigor medidas reforçadas de combate à progressão da epidemia, com a extensão do ensino à distância a todos os níveis de ensino e o encerramento das actividades culturais e dos centros comerciais, as quais vigoraram até 29 de Novembro.

A partir do dia 28 de Dezembro a Polónia entrou em novo confinamento nacional, com todas as lojas não essenciais fechadas.

Conjuntura Macroeconómica

A economia polaca, menos dependente do turismo e muito assente na indústria, foi, em 2020, uma das economias europeias que apresentou maior resistência ao choque negativo provocado pela pandemia de Covid-19. Ainda assim, o Produto Interno Bruto (PIB) registou uma queda de 2,8%, em contraste com o crescimento de 4,5% em 2019. Não se verificou, contudo, uma alteração estrutural das bases do crescimento da economia, conforme ficou demonstrado pela recuperação do consumo interno e da balança comercial na segunda metade do ano.

A taxa de desemprego aumentou para 5,9% em 2020 (5,4% em 2019). Os incentivos à manutenção do emprego por parte do Governo ajudaram as empresas a fazer face à quebra da actividade económica, evitando a destruição de empregos. Outro factor relevante para a baixa taxa de desemprego resulta do aumento da população inactiva, explicado por um crescimento significativo do número de trabalhadores que, ao perderem o emprego, não iniciaram uma procura activa de trabalho.

Em 2020, o zloty registou uma taxa de conversão anual média¹ de 4,4443 em relação ao euro, correspondente a uma desvalorização de 3,4% face ao câmbio médio de 4,2968 registado em 2019. No que respeita às posições de final de ano, a taxa de câmbio fechou nos 4,5597, uma desvalorização de 6,6% (4,2568 no final de 2019).

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 3,4%, superior aos 2,3% registados em 2019. O aumento generalizado dos preços dos bens alimentares, que se cifrou em 4,7%, ainda assim inferior aos 4,9% de 2019, explica o crescimento do IPC. A forte inflação registada na categoria das frutas, que passou de uma deflação de 1,3% em 2019 para uma inflação de 17,6% em 2020, assim como a contínua subida de preços do pão e cereais (8,6% em 2019 e 8,1% em 2020) e o aumento de 6,7% nos preços de carne, explicado sobretudo pelas limitações na distribuição devido à peste suína africana, foram os principais indutores da inflação alimentar.

As expectativas económicas para 2021 estão intrinsecamente associadas à evolução do cenário pandémico global, sobretudo no que respeita à efectividade e velocidade do plano de vacinação, quer a nível interno, quer nos principais países parceiros de negócio. Caso os apoios governamentais se mostrem suficientes até à retoma da actividade económica, e evitem o aumento significativo do desemprego e das falências, dever-se-á verificar um crescimento mais acentuado no segundo semestre de 2021.

Ao longo de 2020, parte do consumo interno foi reprimido dando lugar à poupança preventiva. Num contexto em que a incerteza quanto à evolução da pandemia se vá reduzindo em 2021, é expectável que o consumo interno seja o principal suporte do crescimento económico. Além disso, espera-se que o possível aumento do desemprego no início de 2021 possa ser contido com o recurso a incentivos governamentais.

Para 2021, é esperada uma desaceleração da inflação para um valor entre os 2,0% e os 2,5%, não obstante as forças contrárias geradas pelo aumento da carga fiscal, que resultará da aplicação do imposto sobre as vendas de retalho e das taxas sobre a energia, bebidas alcoólicas e bebidas com alto teor de açúcar. A recuperação do zloty face ao euro estará dependente do sentimento económico global e, principalmente, da dimensão da intervenção do Banco Central Polaco no mercado cambial.

¹ Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios das Companhias do Grupo a operar nessa moeda

Retalho Alimentar Moderno

A situação pandémica impactou de forma determinante a evolução do mercado de Retalho Alimentar na Polónia. As restrições que foram sendo implementadas durante o ano, na tentativa de limitar a disseminação do vírus, tiveram impactos negativos no consumo das famílias. Por um lado, e de forma directa, as restrições impostas à movimentação das pessoas e no acesso às lojas limitaram o consumo em geral. Por outro, a perspectiva de crise económica no horizonte e o aumento da incerteza quanto à evolução da economia, visível no aumento do desemprego e na queda parcial do salário real médio, pressionaram o rendimento disponível e o comportamento do consumo.

Da mesma forma, a proibição da abertura das lojas aos domingos (em vigor desde 2018) ditou, em 2020, o encerramento das lojas em 40 domingos, mais seis dias face a 2019, constituindo um factor negativo adicional a impactar as vendas a retalho.

No entanto, apesar dos factores negativos que afectaram o ano de 2020, a progressão salarial e os estímulos económicos verificados nos últimos anos, continuaram a suportar o aumento do consumo privado. Neste contexto, o mercado de Retalho Alimentar registou, ainda assim, uma dinâmica positiva em 2020 e, de acordo com o último relatório da Poland Market Research, terá crescido 1,8%, para 295 mil milhões de zlotys (4% em 2019), sendo expectável que nos próximos anos se verifiquem crescimentos de 3% a 4% ao ano, para mais de 350 mil milhões de zlotys em 2025.

O confinamento imposto originou um aumento significativo das compras online em todos os sectores do mercado, incluindo no Retalho Alimentar, bem como um crescimento expressivo do serviço *click & collect*. Além disso, o encerramento dos restaurantes, por mais de quatro meses, impôs alterações significativas nos hábitos de compra, originando um aumento da preparação de refeições em casa, que beneficiou o Retalho Alimentar enquanto principal fornecedor desses ingredientes.

A sustentabilidade, nas suas diversas dimensões, continuou a impor-se como uma forte tendência em 2020, quer ao nível do comportamento do consumidor, quer das acções promovidas pelos retalhistas. Disso são exemplos: o aumento da popularidade e venda dos alimentos orgânicos e vegetarianos, a redução do uso de plástico descartável ou a implementação de soluções mais sustentáveis nas lojas. De acordo com a Bio Planet, o mercado de alimentos orgânicos valia 1,36 mil milhões de zlotys em 2020, tendo crescido cerca de 10% ao ano nos últimos três anos.

Fortemente marcado pela pandemia, 2020 impôs e/ou acelerou mudanças no comportamento do consumidor e do negócio de Retalho Alimentar. O Retalho Tradicional na Polónia, à semelhança de muitos outros países europeus, continuou a sua tendência de queda em número de lojas. Esta tendência tem afectado principalmente as áreas rurais, com o encerramento de lojas, resultante da deslocação das pessoas para as cidades. Outra tendência foi a do aumento do número de lojas de *Discount* e Supermercados, que oferecem uma oferta cada vez mais abrangente e a preços muito competitivos.

Em 2021, ainda sob o impacto da pandemia, a dinâmica de crescimento deverá ser semelhante à de 2020, sendo expectável que retorne, nos anos seguintes, ao nível dos verificados no pré-pandemia.

Retalho de Saúde e Beleza

O crescimento do mercado de Saúde e Beleza abrandou em 2020 devido à pandemia global, estimando-se uma redução de cerca de 1% face a 2019. As restrições e limitações impostas desencadearam uma mudança no comportamento dos consumidores com efeito nos padrões de consumo dos produtos de cosmética. As lojas localizadas nos centros comerciais foram as mais afectadas, enquanto que as situadas em parques de retalho, nas pequenas e médias cidades, bem como as localizações de rua mostraram-se mais resilientes. A imposição do teletrabalho, a diminuição significativa de turistas e estudantes, a juntar ao encerramento obrigatório dos espaços comerciais contiveram de forma significativa o ímpeto de fazer compras. As lojas de conveniência e as compras em *one-stop shopping* tornaram-se opções preferenciais para os consumidores. Adicionalmente, o comércio foi ainda impactado pela proibição da abertura das lojas aos domingos, contando menos seis dias de vendas face a 2019.

Como acima referido, a pandemia de Covid-19 impulsionou fortemente as vendas do canal online em geral, sendo expectável um crescimento significativo das vendas também de produtos de cosmética através deste canal, suportado no aumento do investimento por parte dos principais operadores. Todos os operadores adaptaram a sua estratégia para o desenvolvimento de uma abordagem multicanal e para a aposta na melhoria da experiência de compra online, por forma a melhorar o desempenho e recuperar vendas. Estas alterações estão a mudar significativamente o mercado de Saúde e Beleza e a transformar o comportamento do consumidor.

Ao longo do ano, o ambiente competitivo manteve-se extremamente desafiante e promocional, com todos os operadores a lutarem para compensar a diminuição de tráfego e vendas.

Nas categorias de cosméticos, os produtos para cuidar da pele e os produtos essenciais evoluíram positivamente, impulsionados pelos produtos de protecção e higiene, principalmente sabonetes e gel antibacteriano. Por outro lado, a maquiagem e as fragrâncias foram as categorias mais afectadas pelo confinamento e a inerente diminuição da socialização.

As perspectivas quanto ao futuro do mercado de Saúde e Beleza da Polónia permanecem muito positivas, ainda que subsista incerteza quanto ao timing da recuperação plena do nível de consumo e do ritmo de crescimento pré-crise.

2.2. Portugal

Medidas implementadas na gestão da crise pandémica

Em Portugal, o estado de emergência entrou em vigor a 19 de Março e prolongou-se até 2 de Maio, na sequência de duas renovações. As medidas adotadas ao abrigo do estado de emergência impuseram o dever de recolhimento domiciliário, a obrigatoriedade de teletrabalho para todas as funções que o permitissem, o encerramento da restauração (permitindo o funcionamento apenas em regime de take away) e do comércio a retalho, com excepção das lojas de bens de primeira necessidade, e a suspensão do funcionamento de diversas actividades, como cabeleireiros e ginásios. Nesse período, foi também retomado o controlo de fronteiras de pessoas e bens, proibidas celebrações de cariz religioso e limitados os funerais de acordo com as regras definidas por cada autarquia.

Limites à circulação de pessoas

Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
19/3– 2/5		3/5 - 30/6		1/7 - 14/9		15/9 - 14/10		15/10 – 8/11	
Estado de emergência		Estado de calamidade		Estado de alerta (Lisboa – estado de contingência)		Estado de contingência		Estado de calamidade	
4 pessoas/100 m ²		5 pessoas/100 m ²		5 pessoas/100 m ²		5 pessoas/100 m ²		Às medidas em vigor, crescem limites em restaurantes, cafés e ajuntamentos	
						Proibição de venda de bebidas alcoólicas depois das 20:00		9/11 – (...)	
								Estado de emergência	
								Impedida circulação entre concelhos	
								Comércio encerrado às 22:00 (às 13:00 nos fins-de-semana)	

Entre 3 de Maio e o final do mês de Junho, o Governo decretou o estado de calamidade, mantendo-se o dever cívico de recolhimento domiciliário e de distanciamento social indispensável à contenção da infecção. Continuou também em vigor a obrigatoriedade do regime de teletrabalho, mas a maioria do comércio, as actividades de recreio e lazer e a área da restauração foram reabrindo progressivamente. Esta reabertura foi sujeita ainda a restrições significativas, nomeadamente, no caso dos restaurantes, a limitação da ocupação máxima a 50% da capacidade e a obrigação de encerrar mais cedo. A 3 de Maio, o número permitido de clientes em simultâneo dentro das lojas passou de quatro para cinco por cada 100m² de área de venda e assim se manteve até ao final do ano.

Com o maior controlo dos casos de infecção, no início de Julho, o Governo baixou o nível de risco para estado de alerta em todo o país, com excepção da Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde vigorou o estado de contingência. Na AML, foi imposto o encerramento de todos os espaços comerciais às 20:00, excepto restaurantes para serviço de take away e super e hipermercados (até às 22:00).

Com o agravamento do número de contágios, as medidas de restrição à circulação e ao consumo voltaram a intensificar-se. A 15 de Setembro, a proibição da venda de bebidas alcoólicas a partir das 20 horas, até então apenas aplicada aos postos de abastecimento de combustível, estendeu-se aos estabelecimentos de Retalho Alimentar.

A 15 de Outubro, o Governo decretou o estado de calamidade para todo o país, o qual foi elevado para estado de emergência a 9 de Novembro e renovado, sucessivamente, por períodos de 15 dias, até final de 2020.

No último trimestre do ano, foram decretadas várias medidas de restrição à circulação que tiveram impacto directo na actividade económica, como a proibição de circulação entre concelhos entre 30 de Outubro e 3 de Novembro, entre 27 de Novembro e 2 de Dezembro e, ainda, entre 4 de Dezembro e 9 de Dezembro. Em Novembro foi também criado um mapa de risco por concelho, com medidas adicionais de controlo, dependendo do número de casos de infecção por 100 mil habitantes registados nos 14 dias anteriores. Nos concelhos de maior risco, classificação que abrangia a maioria dos concelhos, em particular os de maior densidade populacional nas áreas metropolitanas de Lisboa do Porto, foi impedida a circulação para fora do concelho. Foi também imposto o encerramento do comércio às 22:00 (às 22:30 no caso dos restaurantes) e às 13:00 aos fins-de-semana e feriados, com excepção das farmácias, consultórios, bombas de gasolina, serviços de take away e estabelecimentos de distribuição alimentar com acesso à rua e área de venda igual ou inferior a 200 m².

Conjuntura Macroeconómica

Em 2020, a evolução da economia portuguesa foi dominada pelos efeitos da pandemia de Covid-19, tendo registado uma queda muito expressiva. O PIB contraiu 7,6% (cresceu 2,2% em 2019), uma inversão da trajetória de crescimento registada nos anos anteriores que o colocou ao nível de 2016.

A queda da actividade económica, em 2020, reflecte a redução da procura interna e das exportações, destacando-se o contributo muito negativo das exportações de serviços, em particular dos relacionados com o turismo.

Estima-se que o consumo privado tenha registado uma queda de cerca de 7%, em resultado da redução do consumo das famílias, sobretudo no primeiro semestre de 2020. O impacto inicial da pandemia teve efeitos no cabaz, observando-se um aumento do consumo de bens essenciais e uma redução na despesa de bens duradouros e de serviços, em particular os que exigem interacção social. Ainda assim, o impacto da diminuição do rendimento das famílias foi minimizado por diversas medidas governamentais, incluindo moratórias ao crédito.

No que respeita ao mercado de trabalho, verificou-se um aumento da taxa de desemprego para 6,8% (foi 6,5% em 2019), ainda assim, um aumento inferior ao que seria expectável face ao observado em recessões anteriores, o que pode ser pelo menos parcialmente explicado pela implementação de medidas de apoio às empresas, em particular o regime de lay-off simplificado, bem como por apoios concedidos aos trabalhadores independentes.

A inflação foi praticamente nula, em linha com a registada no ano anterior (0,3% em 2019), influenciada pela evolução negativa dos preços de bens energéticos, pela queda do preço do petróleo, pela evolução dos preços dos bens industriais não energéticos e pelo abrandamento dos preços dos serviços. Ou seja, não obstante a dispersão na evolução dos preços no consumidor em 2020, a inflação registada traduziu os efeitos negativos da quebra da procura. Em contraste, os preços dos bens alimentares aceleraram em 2020, com a inflação alimentar a fixar-se em 2,1% (0,3% em 2019).

As perspectivas económicas permanecem envoltas em elevada incerteza, muito dependentes da evolução da pandemia, associada também à rapidez e eficácia da vacinação em larga escala. O ritmo de retoma da actividade económica será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafecção de recursos entre sectores e entre empresas.

Retalho Alimentar Moderno

2020 foi, como se vem expondo, um ano muito desafiante, com a pandemia a determinar alterações significativas no comportamento e escolhas do consumidor, nomeadamente no que se refere ao local de compra, atendendo às restrições impostas aos operadores, tanto em termos de horários de funcionamento, como de número máximo de clientes em loja. Adicionalmente, verificou-se uma quebra significativa do turismo (-62% de dormidas de acordo com os dados de Outubro do Instituto Nacional de Estatística - INE), do consumo fora do lar e de refeições prontas (logo a partir de meio do ano cerca de 40% das empresas de restauração ponderavam pedir insolvência).

Os efeitos económicos provocados pela situação pandémica, agravados pelo aumento do desemprego, sentiram-se de forma significativa no mercado alimentar.

Neste enquadramento, as vendas de comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco cresceram apenas 1,8%, um valor inferior aos 2,9% registados no mesmo período do ano anterior.

O mercado de Retalho Alimentar Moderno manteve-se muito competitivo, com níveis promocionais significativos e um ritmo de expansão de lojas ainda relevante, apesar do contexto de crise.

As compras online de bens alimentares, higiene pessoal e bebidas aumentaram significativamente no contexto pandémico. De acordo com dados do INE, a percentagem de utilizadores de comércio eletrónico registou em 2020 o maior aumento registado desde 2002, mais 7 p.p. comparativamente com 2019.

O ano de 2021 não se espera menos exigente, com a continuação das limitações impostas no âmbito do combate à pandemia e, conseqüentemente, com a perspectiva de um aprofundamento da crise socioeconómica. O mercado de Retalho Alimentar deverá continuar a disputar a preferência dos consumidores, desde logo investindo fortemente em promoções, sendo expectável que se continue a assistir ao aumento do parque de lojas de algumas cadeias de distribuição alimentar.

Mercado Grossista

De acordo com os dados disponíveis da Nielsen TSR (a Novembro), o mercado de Cash & Carry foi bastante impactado pelos efeitos da pandemia de Covid-19, tendo registado um decréscimo de 9,6% em relação ao ano anterior, com efeitos muito distintos nos diferentes canais: HoReCa, Retalho Tradicional e Exportação.

No canal HoReCa, o decréscimo do turismo, as limitações de circulação que conduziram à retracção do consumo local e as inúmeras restrições impostas ao sector, conduziram a uma queda acentuada das vendas. Os dados do Turismo de Portugal, no final de Outubro, indicavam uma acentuada quebra de receitas de cerca de 56% face a 2019.

Em sentido oposto, a crise sanitária estimulou o desempenho do Retalho Tradicional, com as lojas de proximidade a ganharem relevância na preferência do consumidor – pela primeira vez em 25 anos, e de acordo com a última projecção disponível da Nielsen, o crescimento do Retalho Tradicional de 2,5% foi superior ao do Retalho Alimentar total de 1,6%.

Para 2021, e apesar da elevada incerteza quanto à evolução da situação pandémica, espera-se que os efeitos da crise sanitária se continuem a fazer sentir, pelo que a recuperação, quer do canal HoReCa, quer do mercado de Cash & Carry como um todo, deverá ser lenta e pouco robusta.

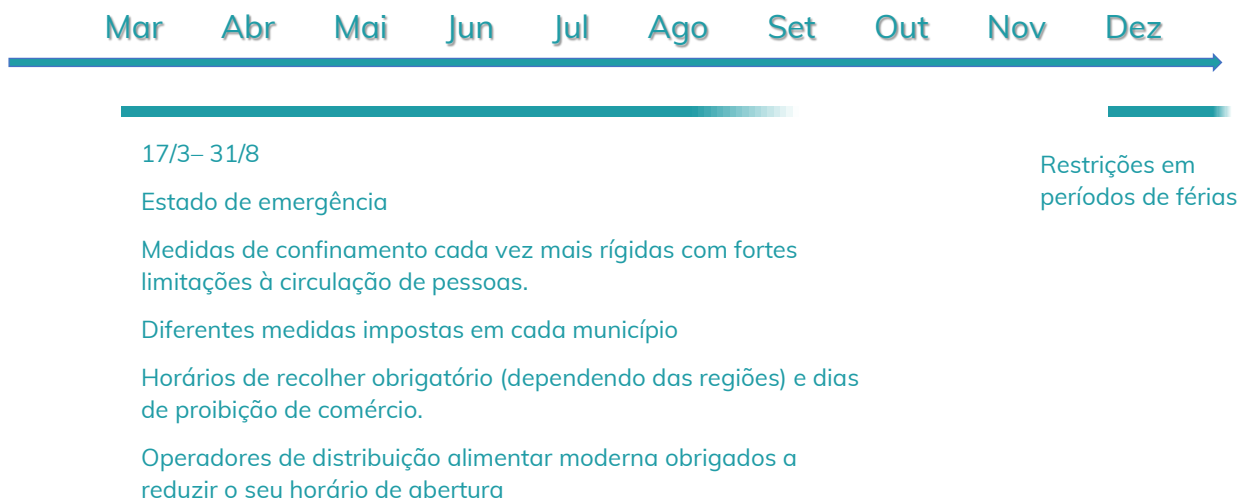
2.3. Colômbia

Medidas implementadas na gestão da crise pandémica

A disseminação mais pronunciada do vírus na Colômbia foi posterior ao registado na maioria dos países europeus. Não obstante, as autoridades locais declararam o estado de emergência de saúde a 12 de Março, tendo o Presidente, a 17 de Março, declarado o estado de emergência nacional, o qual impôs o encerramento de todas as fronteiras terrestres e marítimas, a suspensão dos voos internacionais, o fecho de escolas, o isolamento obrigatório até 31 de Agosto de todos os adultos com idade acima dos 70 anos e uma quarentena nacional de 19 dias (entre 25 de Março e 12 de Abril).

No contexto das assimetrias entre regiões, foi dada autonomia administrativa às autoridades locais para aplicarem as medidas que entendessem mais apropriadas para fazer face à evolução da pandemia, resultando em medidas díspares entre regiões na limitação dos horários de funcionamento da actividade económica. Esta situação implicou, para as empresas que operam à escala nacional, um esforço de gestão adicional de adaptação às diferentes medidas impostas em cada município.

Restrições com impacto no retalho



A imposição de horas de recolher obrigatório, a par de outras restrições à circulação da população, e o encerramento de estabelecimentos de comércio em determinados dias da semana foram algumas das medidas a que as regiões recorreram, sempre que necessário, forçando, nos momentos de maiores restrições, os operadores de distribuição alimentar moderna a reduzir o seu horário de abertura em cerca de um terço.

Em Abril, o Presidente anunciou a primeira extensão do estado de emergência, mantendo o bloqueio nacional até 11 de Maio, mas permitiu que os sectores da construção e da indústria reabrissem a partir de 27 de Abril, desde que garantidos os protocolos de segurança sanitária definidos. Os voos comerciais domésticos e internacionais permaneceram suspensos até final de Maio, assim como o transporte entre municípios. Os transportes públicos foram obrigados a operar com uma capacidade máxima de 35%.

Entre Maio e Agosto, o estado de emergência foi sendo sucessivamente renovado, mantendo-se regras e medidas de confinamento, umas gerais, outras locais, autorizando embora a reabertura progressiva dos restantes sectores da economia, que até essa data se tinham mantido encerrados ou com fortes limitações de funcionamento, ainda assim com a imposição de horários, nos dias da semana e do fim-de-semana, variáveis consoante os municípios.

Em Setembro, reabriram-se todas as actividades económicas, mantendo-se o foco nas regras de distanciamento social e de higiene. Já no final do ano, foram reintroduzidas algumas medidas para controlo da pandemia, nomeadamente na região de Bogotá, em resultado do agravamento dos contágios. Assim, no mês de Dezembro, a Colômbia voltou a adoptar medidas de confinamento e impôs restrições às férias que ocorrem neste período.

Conjuntura Macroeconómica

Em 2020, a economia colombiana registou uma retracção significativa, com uma diminuição estimada do PIB em cerca de 7% (+3,3% em 2019), explicada não só pela forte redução da procura interna, mas também pela significativa queda da procura global, que se traduziu na maior recessão do PIB registada desde a II Guerra Mundial.

Apesar da queda histórica na confiança dos consumidores, o consumo privado foi parcialmente suportado por baixos níveis de inflação e de taxas de juro. Por outro lado, o consumo público foi superior a 2019, assente no esforço de investimento do Governo em infraestruturas. Já no domínio da procura global, a queda registada no comércio internacional gerou um forte impacto na economia colombiana, resultando em reduções nas exportações e importações, que diminuíram mais do dobro do consumo privado.

Devido ao surgimento da pandemia, a capacidade instalada e o investimento em maquinaria e equipamentos foram reduzidos, diminuindo a capacidade produtiva. Acresce que a construção, um sector vital para a economia colombiana, também apresentou fortes quedas. Este contexto explicou a deterioração significativa do mercado laboral, com a taxa de desemprego a registar níveis historicamente elevados (16,1%, face a 10,5% em 2019).

A inflação de 2020 fixou-se em 2,5%, ficando em linha com o objectivo do Banco Central da Colômbia (3,0%; $\pm 1,0$ p.p.) e abaixo dos 3,5% de 2019. Esta descida é explicada, principalmente, pela forte redução dos preços de energia, nomeadamente ao nível da habitação e dos transportes, bem como pela redução dos custos com educação e comunicações. Por outro lado, o preço dos bens alimentares aumentou 5,6% (4,9% em 2019).

Com o objectivo de controlar a inflação e aumentar a liquidez financeira, o Banco Central da Colômbia baixou por sete vezes a taxa de juro de referência, reduzindo-a, no ano, de 4,25% para 1,75%.

Em 2020, o peso colombiano registou uma taxa de conversão anual média² de 4.203,9 face ao euro, uma desvalorização de 14,2% face aos 3.680,6 de 2019.

Para o ano de 2021, as perspectivas apontam para uma recuperação da economia colombiana, não sendo no entanto expectável que alcance os níveis de pré-pandemia, o que pode ser explicado pela recuperação moderada, quer da procura global, quer da evolução dos preços do petróleo. É também expectável que esta recuperação assente, do lado da oferta, na continuação da reabertura gradual da economia, nomeadamente nos sectores mais afectados durante a pandemia, e, do lado da procura, no aumento do consumo, nomeadamente na procura de bens e serviços reprimida, bem como na manutenção de taxas de juro e de inflação moderadas.

Retalho Alimentar Moderno

O mercado de Retalho Alimentar na Colômbia registou um decréscimo de 5,4%³ nos primeiros nove meses do ano, traduzindo uma forte retracção económica - com impacto no aumento do desemprego para níveis recorde face ao histórico e na redução do rendimento médio das famílias - assim como, a limitação da mobilidade, que restringiu de forma significativa o número de visitas às lojas.

Num estudo realizado pela Kantar entre os meses de Fevereiro e Abril, era referido que 73% das famílias tinham tido uma quebra do rendimento médio superior a 47%⁴. Neste mesmo estudo, era também

² Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios da Companhia do Grupo a operar nessa moeda

³ Fonte: Nielsen Mercado Total. Dados do 3T

⁴ Fonte: Kantar world panel – Maio 2020

mencionado que cerca de 50% dos consumidores (39% antes da pandemia) aumentaram a procura por promoções em busca de maiores poupanças em cada compra.

Outro estudo, realizado no início do segundo semestre do ano, concluiu que o Retalho Independente apresentava uma forte redução da quota de mercado, de 45,3% no primeiro trimestre para 32,1% no segundo trimestre, em resultado das mudanças de hábitos dos consumidores, com destaque para a imposição governativa de não permitir o consumo de bebidas alcoólicas e snacks dentro das lojas, algo comum neste tipo de estabelecimentos. Tal explica também o aumento do consumo em casa o que, entre outros factores, sustentou o aumento da quota de mercado do Retalho Organizado de 23,4% no primeiro trimestre, para 27,9% no segundo trimestre.

No terceiro trimestre, e com o alívio de algumas restrições, o Retalho Independente voltou a recuperar quota de mercado, tendo atingido 38,7% do total das vendas (24,4% no Retalho Organizado).

Também na Colômbia, o peso das vendas do canal online no total das vendas do retalho aumentou consideravelmente durante o ano de 2020, tendo atingido cerca de 9,0%⁵ durante o período mais crítico da pandemia (3,0% pré-pandemia). Este crescimento também pode ser explicado pelos dias sem IVA, medida governativa para incentivar o consumo e que teve como condição a compra no canal online. Como referência, na terceira semana de Novembro, o peso das vendas neste canal foi de 21% do total das vendas realizadas.

O formato *Discount* voltou a ser o que apresentou maior crescimento, o que também pode ter sido impulsionado pelo facto de os consumidores estarem mais sensíveis ao factor preço em resultado da deterioração das condições económicas. No entanto, o crescimento apresentado, assentou principalmente no número de aberturas. Em 2020, somaram-se mais de 700 novas localizações, o que representou um aumento de 25%, para um total de 3.630 lojas no final do ano.

Em 2021, é expectável que o mercado de Retalho Alimentar volte a crescer, ainda que o nível de crescimento dependa muito do controlo da pandemia. O formato *Discount* deverá voltar a ser o que apresentará maiores crescimentos, sendo também expectável que seja um dos mais bem preparados para responder às necessidades do consumidor colombiano, num enquadramento socioeconómico que é já de dificuldade para a maioria das famílias.

Fontes Consultadas:

Eurostat; Boletins Económicos do Banco de Portugal; Ministério das Finanças de Portugal; Instituto Nacional de Estatística (INE); Boletins Económicos do Banco Nacional da Polónia; Central Statistical Office (GUS); Banco de la República (Banco Central Colombiano); Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE); TNS; Nielsen e PMR.

⁵ Fonte: Nielsen E-commerce – Report 2020 semana 50

3. Desempenho do Grupo

O ano de 2020 fica marcado por mais de nove meses sob os efeitos da pandemia de Covid-19, durante os quais o trabalho dedicado e o sentido de compromisso das equipas e a flexibilidade das respectivas operações permitiram às insígnias do Grupo a agilidade e criatividade necessárias para adaptar as propostas de valor a condições de mercado que se revelaram difíceis.

A par do foco nas vendas através de uma resposta assertiva às necessidades dos consumidores, as Companhias implementaram iniciativas de controlo de custos que, combinadas com a gestão criteriosa da alocação de capital, permitiram que o Grupo chegasse ao final do ano com uma situação financeira sólida e com modelos de negócio ainda mais bem preparados para enfrentar os desafios do actual contexto em 2021.

No geral, os planos de acção para responder, no curto prazo, aos efeitos da disrupção causada pela pandemia foram pronta e eficazmente executados pelas equipas de gestão, com o devido acompanhamento do Conselho de Administração. Isto sem nunca perder a perspectiva de longo prazo e o foco nas prioridades estratégicas definidas.

3.1. A Gestão das Operações em Contexto Pandémico

Todas as insígnias iniciaram 2020 com propostas de valor diferenciadoras e um forte momentum de vendas a que se associaram envolventes económicas e de consumo positivas nos três países em que operamos. Este contexto definiu um arranque do ano forte, com expressivos crescimentos de vendas.

Em Março, com a chegada inequívoca da pandemia de Covid-19 à Europa, o contexto alterou-se subitamente.

O Grupo acompanhou, desde o primeiro momento, o desenvolvimento da propagação desta epidemia, activando os planos de contingência nos três países onde opera e adoptando medidas de protecção das equipas e dos clientes, muitas vezes em antecipação relativamente às recomendações das autoridades de saúde.

A Direcção Executiva do Grupo, presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado, e que inclui os directores do centro corporativo e os directores-gerais das áreas de negócio, deu suporte permanente às operações, agilizando os processos de tomada de decisão e permitindo a rápida adaptação dos planos de acção de curto prazo no contexto do desenvolvimento da pandemia.

As prioridades mantiveram-se inalteradas desde o início da crise sanitária: i) segurança das nossas equipas e dos consumidores que nos visitam; ii) estabilidade da cadeia de abastecimento, com medidas especiais de suporte aos fornecedores mais frágeis e aos produtores do sector primário, implementadas no início da crise pandémica; e iii) continuidade da oferta, aos nossos consumidores, de qualidade a preços baixos.

Entre as principais medidas de prevenção e protecção que foram imediatamente activadas, destaque para:

1. Segurança de trabalhadores e consumidores:

- Isolamento preventivo dos colaboradores que, pela sua idade ou devido a condições especiais de saúde, são potencialmente mais vulneráveis em situação de infecção;
- Iniciativa de realização pro-activa e contínua de testes à Covid-19 e/ou de exames de saúde preventivos;
- Introdução de equipamentos de protecção: máscaras e viseiras, luvas, gel desinfectante e divisórias em acrílico;
- Reforço dos procedimentos de limpeza e desinfectação das lojas, Centros de Distribuição e escritórios centrais;
- Implementação de sinalética em todas as lojas para reforçar o imperativo de distanciamento social;
- Nas duas últimas semanas de Março, em Portugal e na Polónia, reduziram-se horários de funcionamento das lojas e as equipas presentes em loja, de modo a permitir a implementação de turnos rotativos. O controlo da pandemia, em ambos os países, aliado à boa capacidade de resposta das nossas equipas, permitiu, em Abril, o alargamento dos horários.

2. Garantir acesso a bens alimentares sem esquecer a importância do factor preço num contexto socioeconómico mais frágil:

- Por imposição legal, o Pingo Doce procedeu ao encerramento, até meio de Maio, dos seus 36 restaurantes, suspendendo o funcionamento de uma das suas cozinhas centrais e reduzindo a operação de take away em loja;
- Manutenção de campanhas promocionais, reconhecendo a importância do factor preço para o consumidor e reafirmando-o como central às nossas propostas de valor;
- Racionalização parcial do sortido para reduzir riscos de execução. A boa capacidade de resposta da operação permitiu posteriormente uma reversão progressiva desta redução;
- Aumento de stocks em bens essenciais para garantir que não havia disrupções no abastecimento aos consumidores.

3. Colaboração com fornecedores de menor dimensão para proteger a continuidade das suas operações:

- Colaboração estreita com os nossos fornecedores com vista a identificar prematuramente qualquer risco que poderia surgir nas suas operações para, em conjunto, actuar na sua mitigação;
- Alargamento das compras a pequenos produtores regionais, como forma de contribuir para o escoamento da sua produção, e sem redução do preço de compra ao produtor, procurando proteger a continuidade dos seus negócios;
- Disponibilização de facilidades de crédito, com a cobertura de risco do Grupo Jerónimo Martins, aos pequenos e médios fornecedores, de forma a permitir-lhes antecipar recebimentos e evitar estrangulamentos de tesouraria.

4. Apoiar activamente a comunidade:

- Suporte financeiro a múltiplas iniciativas: compra de máscaras e equipamento hospitalar, contribuição para esforços científicos de combate à pandemia e desenvolvimento de testes inovadores, doações de alimentos a hospitais, entre outras;
- Reforço dos donativos alimentares a diversas instituições;
- Iniciativas de apoio aos clientes mais séniores para poderem fazer as suas compras sem se deslocarem às lojas.

Registou-se, no conjunto de todas as Companhias, um acréscimo de 41 milhões de euros ao nível dos custos operacionais em resultado directo das medidas e contribuições relacionadas com a pandemia. A estes custos acresceram, a nível de Outras Perdas e Ganhos, 22 milhões de euros, dos quais mais de 19 milhões de euros respeitam à distribuição, no final do ano, de um valor às equipas na linha da frente, em reconhecimento do seu compromisso e sentido de missão num ano tão difícil, e 3 milhões de euros concernem ao reforço de provisões para valores a receber cujo risco de não realização aumentou substancialmente devido à pandemia.

Todas as Companhias do Grupo implementaram planos rígidos de controlo de custos, que permitiram minimizar o impacto deste aumento de custos nas respectivas rentabilidades.

À complexidade da situação pandémica acresceu o facto de em cada país terem sido implementadas medidas diferentes, consoante o considerado adequado pelos respectivos governos e autoridades sanitárias, como elencado no “Enquadramento de 2020” (ponto 2. deste Relatório de Gestão), tendo as nossas insígnias dado respostas específicas de acordo com as diversas realidades.

Na Polónia, perante a introdução, em Abril, das primeiras limitações ao número de clientes dentro das lojas, a Biedronka estendeu os horários de funcionamento, garantindo acessibilidade em segurança aos seus clientes. A Companhia voltou a recorrer a esta medida ao longo do ano, com vista a promover a conveniência e segurança de equipas e consumidores durante os momentos mais críticos da pandemia.

Tendo assegurado logo no início da crise sanitária a sustentabilidade da cadeia de abastecimento de bens essenciais, a Biedronka retomou rapidamente a sua dinâmica comercial, mantendo a sua promessa de entregar qualidade ao preço mais baixo.

Em Portugal, com um desenvolvimento pandémico mais grave, observou-se a implementação de uma elevada diversidade de medidas ao longo dos últimos nove meses do ano, período em que se mantiveram fortes limitações ao número de clientes permitidos dentro das lojas.

O Pingo Doce, que, no início da pandemia, e tendo em conta as características da sua operação e a muito elevada incerteza, limitou os horários de funcionamento para trabalhar com equipas reduzidas, foi progressivamente alargando horários enquanto consolidava os standards de segurança implementados.

Os efeitos económicos da situação epidemiológica tornaram-se evidentes desde cedo e o Pingo Doce, mesmo exposto à limitação de clientes dentro das lojas, manteve uma elevada intensidade comercial como forma de preservar a sua proposta de valor perante um consumidor ainda mais sensível ao preço.

Na Colômbia, estiveram em vigor estritas medidas de confinamento de Abril até ao final de Agosto, definidas ao nível regional e municipal, e sujeitas a frequentes alterações. A Ara manteve-se fiel à promessa de preço baixo e boas oportunidades promocionais, consolidando a sua relação com os consumidores colombianos que viram os seus rendimentos reduzir de forma drástica nesse período.

Foi um ano de superação, conquistado pelo trabalho dedicado das nossas equipas, especialmente das que trabalham nas lojas e nos Centros de Distribuição, que deram o seu melhor para servir os consumidores em circunstâncias de grande imprevisibilidade e de fortíssima pressão.

3.2. Actividade Consolidada de 2020

3.2.1. Vendas Consolidadas

(milhões de euros)	2020		2019		Δ%		LFL
		% total		% total	excl. F/X	Euro	
Vendas e Serviços							
Biedronka	13.465	69,8%	12.621	67,7%	10,4%	6,7%	7,1%
Pingo Doce*	3.869	20,1%	3.945	21,2%		(1,9)%	(3,4)%
Recheio	847	4,4%	1.007	5,4%		(15,9)%	(15,8)%
Ara	854	4,4%	784	4,2%	24,4%	8,9%	10,2%
Hebe	245	1,3%	259	1,4%	(2,2)%	(5,4)%	(10,3)%
Outros & Ajustes de Consolidação	14	0,1%	23	0,1%		(39,7)%	n.a
Total JM	19.293	100%	18.638	100%	6,7%	3,5%	3,5%

* inclui valores de vendas de loja e combustível

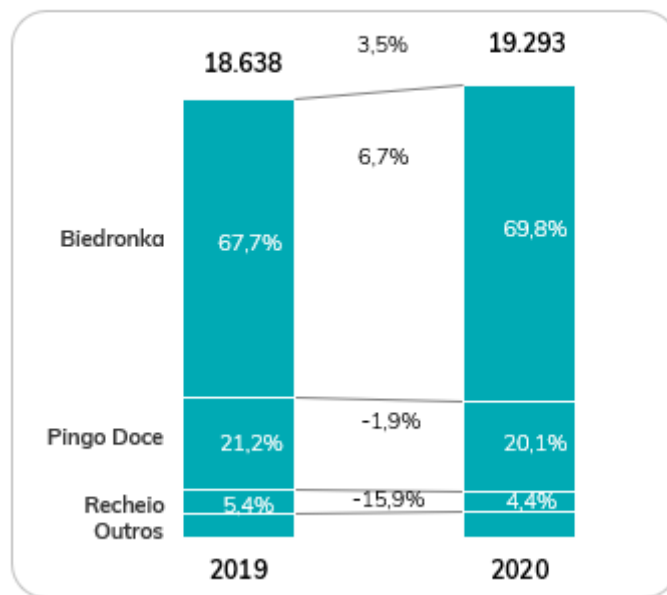
Em 2020, o sólido desempenho de vendas foi resultado do compromisso inabalável com a promessa de qualidade ao melhor preço em todos os momentos, mesmo quando as restrições impostas, para controlar a pandemia nos países em que o Grupo tem operações, impactaram o muito intenso tráfego a que as insígnias estavam habituadas.

As vendas do Grupo foram de 19,3 mil milhões de euros em 2020, 3,5% acima do ano anterior (+6,7% a taxas de câmbio constantes), com um LFL de 3,5%.

Na Polónia, o consumidor tornou-se mais contido com o início da crise pandémica, tendo, no entanto, continuado a reagir a propostas comerciais atractivas que aliam o bom preço à qualidade.

2020 foi o último ano da implementação progressiva, iniciada em 2018, da regulamentação que restringe a abertura de lojas ao domingo e que se reflectiu em menos seis dias de vendas relativamente ao ano anterior.

Vendas Consolidadas (milhões de euros)



A inflação alimentar do país registou um abrandamento ao longo do ano e, na média dos doze meses, cifrou-se em 4,7%.

O sector do Retalho Alimentar, tendo registado alguma moderação de intensidade promocional no início da pandemia, rapidamente voltou a operar sob uma forte dinâmica comercial, com os consumidores a revelarem uma grande apetência por oportunidades de poupança.

A Biedronka, que nos primeiros meses da crise pandémica antecipou as condicionantes do mercado, respondeu às necessidades dos consumidores com acrescida disponibilidade, flexibilizando os horários de funcionamento e reforçando a assertividade comercial. A insígnia criou um forte momentum de vendas, que manteve ao longo do resto do ano, tendo reforçado a preferência dos consumidores e com isso a sua quota de mercado.

No ano, as vendas cresceram 6,7% para 13,5 mil milhões de euros. Em moeda local, o aumento de vendas foi de 10,4%.

O crescimento LFL foi de 7,1%, incluindo uma inflação média no cabaz de cerca de 2%.

A Hebe, dada a natureza mais discricionária da sua oferta, sofreu um impacto relevante nas vendas resultante das medidas restritivas que levaram ao encerramento, em parte do mês de Março, e durante os meses de Abril e de Novembro, dos centros comerciais, onde tem quase metade das suas lojas, que, embora tenham permanecido abertas, sofreram com a ausência de tráfego pela acentuada redução de circulação de pessoas.

Do mesmo modo, o relevante decréscimo de actividades sociais afectou as vendas de produtos da área de cosmética. A insígnia registou rápidas melhorias de desempenho sempre que as medidas de confinamento foram suavizadas e o forte crescimento da sua operação online, lançada em Julho de 2019, também teve um papel significativo na mitigação dos impactos das medidas impostas.

Em euros, as vendas atingiram 245 milhões de euros, uma redução de 5,4% em relação ao ano anterior. Em moeda local as vendas caíram 2,2%, com o LFL a cifrar-se em -10,3%.

Importa referir que a insígnia tem vindo a afirmar-se cada vez mais como um operador reconhecido no mercado da Beleza, sendo este o segmento onde identifica o maior potencial e, neste contexto estratégico, a área de farmácia perdeu relevância. A Companhia tomou, por isso, a decisão de encerrar, no início do

terceiro trimestre do ano, 48 estabelecimentos que operavam exclusivamente como farmácias (28 das quais com localização independente) e cujo peso nas suas vendas totais havia sido, em 2019, de cerca de 10%.

Em Portugal, o ambiente de consumo foi pressionado pelos efeitos das medidas implementadas para controlar a pandemia, com sinais claros de *trading down* no Retalho Alimentar a serem registados desde o primeiro momento.

A inflação alimentar foi de 2,1% no ano.

O Pingo Doce esteve particularmente exposto à redução da circulação de pessoas, quer pelo seu histórico de elevada densidade de vendas e elevado número de visitas, quer pelo impacto das medidas de confinamento que reduziram o tráfego e durante meses impuseram encerramento ou outras restrições nas suas áreas de restaurantes, cafés e na categoria de *take away*.

Ao longo do ano a Companhia, tendo tomado a decisão estratégica de proteger a sua proposta de valor, independentemente das circunstâncias, investiu em actividade comercial e em comunicação, aumentando progressivamente a sua capacidade de mitigação dos impactos sobre as vendas das medidas de confinamento.

As vendas da insígnia reduziram-se em 1,9% para 3,9 mil milhões de euros, com um LFL (excluindo combustível) de -2,2%. Importa referir que a inflação do cabaz foi abaixo da inflação alimentar no país e cifrou-se em -1,0%.

O Recheio viu a sua actividade muito afectada pela queda dramática registada no canal HoReCa, que representava mais de 35% das suas vendas. Para além das medidas de confinamento que forçaram, em determinados períodos, ao encerramento de actividade de restaurantes e hotéis, acresce o facto de o consumo alimentar fora de casa - que, em Portugal, é muito suportado pelo turismo - ter sofrido também o impacto da retracção da procura por parte dos consumidores locais.

A Companhia lutou para defender a sua competitividade junto de todos os segmentos, tendo o Retalho Tradicional registado um desempenho positivo.

O Recheio registou vendas de 847 milhões de euros, uma redução de 15,9% em relação a 2019, com o LFL a cifrar-se em -15,8%.

Na Colômbia, as medidas de confinamento mantiveram-se em vigor desde o início de Abril até ao final de Agosto, com um impacto muito forte na economia. Em Setembro, o país iniciou o levantar progressivo das medidas restritivas, registando-se um regresso das pessoas à circulação, bem como o final do recolher obrigatório na generalidade dos municípios.

A Ara focou-se, com sucesso, em manter a competitividade da sua proposta de valor durante o longo período de confinamento e viu as suas vendas reagirem positivamente ao levantamento das medidas de restrição à circulação de pessoas.

No ano, a insígnia registou um crescimento de 8,9% (+24,4% em moeda local) para os 854 milhões de euros, com um LFL de 10,2%.

Em suma, a Biedronka liderou o crescimento do sector do Retalho Alimentar na Polónia, provando a eficácia da sua rapidez de resposta desde o primeiro momento da crise pandémica, assim como da sua capacidade de flexibilização da operação e da criatividade com que reforçou a competitividade da sua proposta de valor ao consumidor.

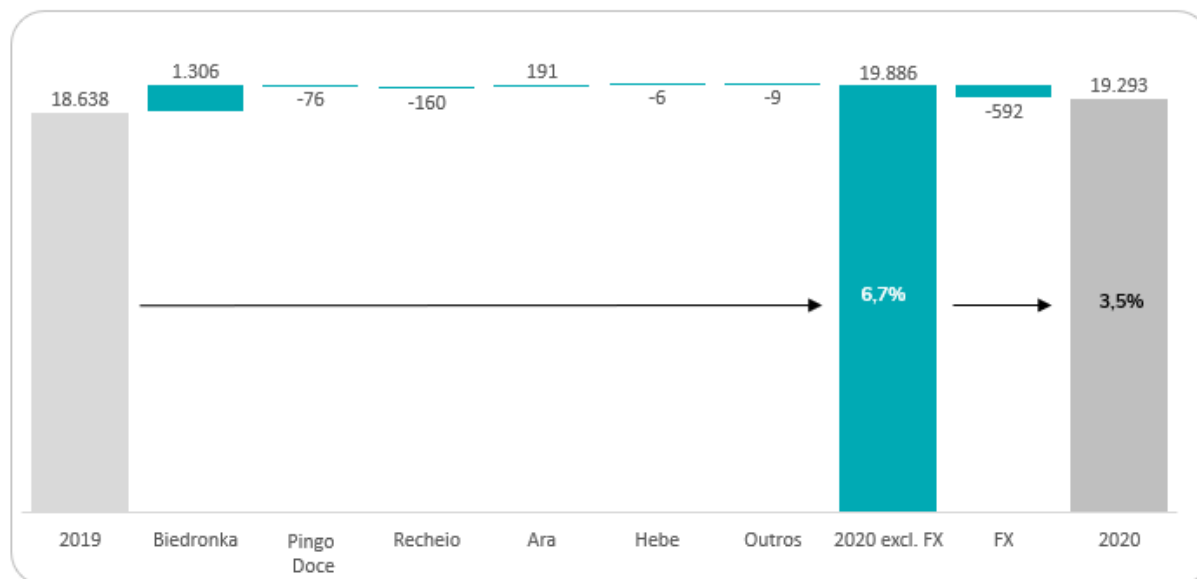
Num contexto de pandemia, a Hebe operou em condições particularmente desafiantes para o mercado dos produtos de beleza, registando um bom desempenho nos meses com menos restrições e um muito bom desempenho da sua operação online.

Apesar da severidade da situação e das medidas restritivas implementadas em Portugal, o Pingo Doce e o Recheio mantiveram uma forte dinâmica comercial e o espírito de iniciativa, reforçando continuamente a sua capacidade de mitigação dos efeitos negativos da pandemia.

Na Colômbia, a Ara viu confirmada a assertividade da sua proposta de valor com o regresso ao crescimento das vendas a acontecer logo que as medidas de confinamento foram levantadas.

Todas as insígnias acabaram, assim, 2020 com modelos reforçados pelo intenso stress test que a pandemia constituiu e ainda mais preparadas para os desafios que se esperam para 2021.

Contribuição para o Crescimento de Vendas (milhões de euros)



3.2.2. Resultado Operacional Consolidado

(milhões de euros)	2020		2019		Δ%
		%		%	
Vendas Consolidadas	19.293		18.638		3,5%
Margem Total	4.227	21,9%	4.076	21,9%	3,7%
Custos Operacionais	(2.804)	(14,5)%	(2.639)	(14,2)%	6,3%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	1.423	7,4%	1.437	7,7%	(1,0)%
Depreciação	(734)	(3,8)%	(715)	(3,8)%	2,6%
Resultado Operacional (EBIT)	689	3,6%	722	3,9%	(4,5)%

O EBITDA do Grupo cifrou-se nos 1.423 milhões de euros, 1,0% abaixo de 2019. A taxas de câmbio constantes, o EBITDA cresceu 1,9%. A respectiva margem foi de 7,4% (7,7% em 2019).

O desempenho incorpora o impacto negativo da desalavancagem operacional dos negócios que registaram uma pressão sobre o desempenho das vendas e do aumento dos custos directos incorridos pelas insígnias no contexto da pandemia e que se estimam em cerca de 41 milhões de euros. Este impacto foi mitigado pela implementação de iniciativas de contenção de custos em todas as Companhias.

Detalhe do EBITDA

(milhões de euros)	2020		2019		Δ%	
		% total		% total	excl. F/X	Euro
Biedronka	1.252	88,0%	1.185	82,5%	9,3%	5,7%
Pingo Doce	223	15,7%	264	18,3%		(15,4)%
Recheio	33	2,3%	60	4,2%		(45,6)%
Ara	(20)	(1,4)%	(28)	(2,0)%	18,9%	29,0%
Hebe	19	1,3%	20	1,4%	(4,4)%	(7,6)%
Outros & Ajustes de Consolidação	(84)	(5,9)%	(63)	(4,4)%		(31,6)%
EBITDA Consolidado	1.423	100%	1.437	100%	1,9%	(1,0)%

A Biedronka registou um EBITDA de 1.252 milhões de euros, mais 5,7% do que no ano anterior (+9,3% a taxa de câmbio constante).

A margem EBITDA foi de 9,3% face a 9,4% em 2019. O bom desempenho de vendas, a gestão eficaz do mix de vendas e a reforçada disciplina de custos permitiram à Companhia preservar a sua rentabilidade num contexto operacional que a pandemia tornou muito mais exigente, ao mesmo tempo que manteve uma forte dinâmica promocional que lhe permitiu reforçar a sua proposta de valor.

O Pingo Doce registou um EBITDA de 223 milhões de euros, 15,4% abaixo do ano anterior, com uma margem de 5,8% (6,7% em 2019). Esta redução de margem reflecte os custos adicionais relacionados com a gestão da operação num contexto de crise de saúde pública e o desempenho negativo das vendas, a não permitir a diluição dos custos. A Companhia manteve, ainda, uma intensa dinâmica comercial que lhe permitiu reforçar a sua proposta de valor mesmo em circunstâncias difíceis.

O Recheio atingiu um EBITDA de 33 milhões de euros, 45,6% abaixo do ano anterior em resultado da queda das vendas. A margem EBITDA foi de 3,9% (6,0% em 2019).

O EBITDA da Hebe cifrou-se em 19 milhões de euros, um decréscimo de 7,6% em relação ao ano anterior, reflectindo a pressão sobre as vendas.

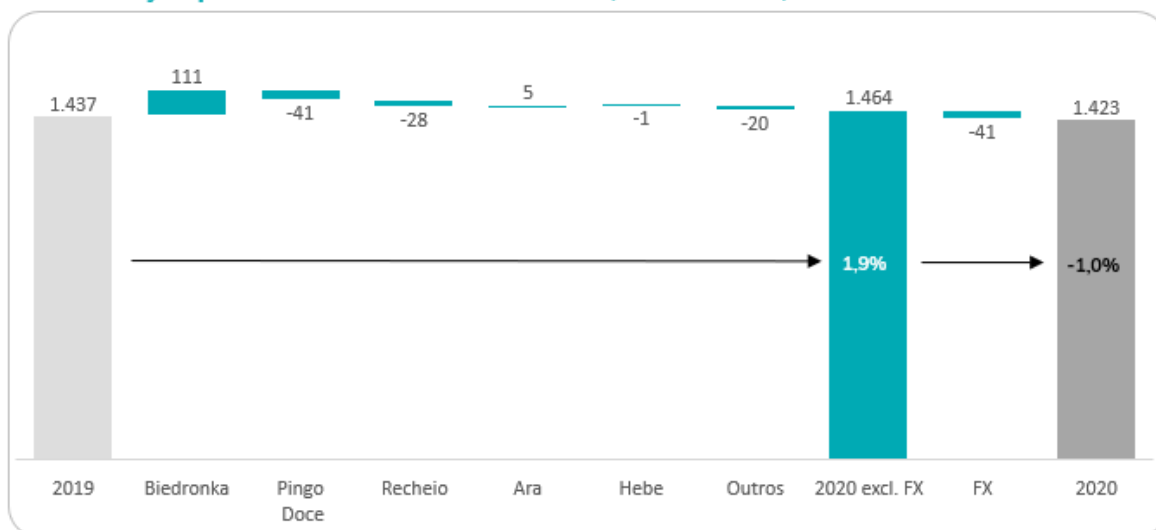
A Ara registou uma redução das perdas ao nível do EBITDA de -28 milhões de euros em 2019 para -20 milhões de euros em 2020, beneficiando da desvalorização do peso colombiano e da redução de -18,9% das perdas em moeda local. No segundo trimestre do ano a Companhia começou a adaptar a operação a um contexto muito desafiante, iniciando uma rigorosa revisão de custos. Este exercício tornou possível limitar os impactos da pandemia na rentabilidade da insígnia e a manutenção da tendência de redução de perdas ao nível do EBITDA que se tinha iniciado em 2019.

O Grupo continuou a investir, através da área Agro-Alimentar, para proteger e assegurar a sustentabilidade da cadeia de abastecimento de produtos estratégicos, garantindo disponibilidade de qualidade e inovação a preços competitivos e consolidando a escala da operação já existente. Além disso, em 2020 entrou na área de Frutas e Vegetais.

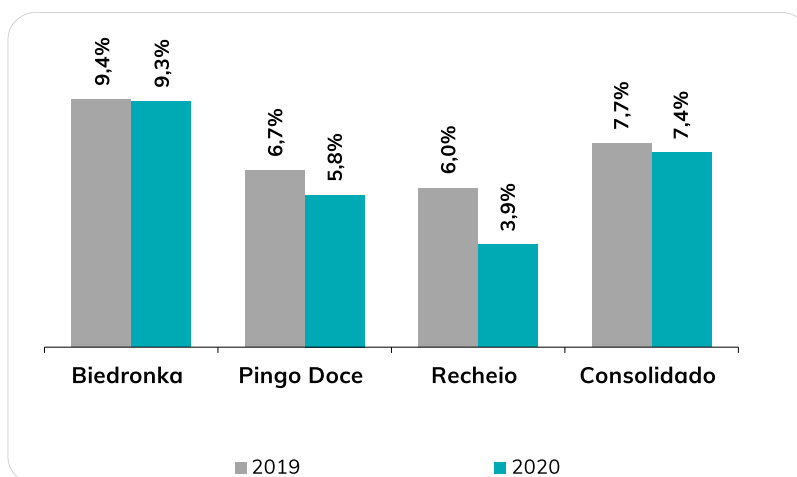
Ao nível da estrutura corporativa importa referir que, no âmbito da sua visão em matéria de responsabilidade corporativa, o Grupo lançou, na Polónia, a Fundação Biedronka com o objectivo de desenvolver programas de apoio aos idosos em situação de vulnerabilidade. Em 2020, a contribuição foi de 50 milhões de zlotys, o equivalente a cerca de 11 milhões de euros.

O desempenho operacional reflectiu a solidez das várias insígnias, o seu firme compromisso para com o consumidor e a agilidade e determinação com que as equipas enfrentaram os desafios levantados pela necessidade de garantir a continuidade das operações em cenários de extrema incerteza e em constante evolução.

Contribuição para o crescimento do EBITDA (milhões de euros)



Margem EBITDA



3.2.3. Resultados Líquidos Consolidados

(milhões de euros)	2020		2019		Δ%
		%		%	
Resultado Operacional (EBIT)	689	3,6%	722	3,9%	(4,5)%
Resultados Financeiros	(180)	(0,9)%	(159)	(0,9)%	13,7%
Ganhos em Empresas Associadas	0	0,0%	0	(0,0)%	n.a.
Outras Perdas e Ganhos	(50)	(0,3)%	(14)	(0,1)%	n.a.
Resultado antes de Imposto (EBT)	459	2,4%	549	2,9%	(16,5)%
Impostos	(136)	(0,7)%	(128)	(0,7)%	5,8%
Resultado Líquido	323	1,7%	421	2,3%	(23,3)%
Interesses que não Controlam	(11)	(0,1)%	(31)	(0,2)%	(65,7)%
Res. Líquido atrib. a JM	312	1,6%	390	2,1%	(19,9)%
Res. Líquido / ação (€)	0,50		0,62		(19,9)%
Res. Líquido / ação sem Outras Perdas e Ganhos (€)	0,55		0,63		(12,6)%

Os resultados líquidos atribuíveis a Jerónimo Martins foram de 312 milhões de euros, uma redução de 19,9% em relação ao ano anterior.

Os custos financeiros líquidos foram de 180 milhões de euros, tendo aumentado em relação aos 159 milhões de euros registados em 2019. Estes custos incluem o reconhecimento de perdas de conversão cambial no montante de 21 milhões de euros, relativas a ajustes de valor na capitalização de locações operacionais na Polónia denominadas em euros.

As outras perdas e ganhos foram de -50 milhões de euros, traduzindo custos de reestruturação e write-offs relativos a ajustes na rede de lojas da Ara, ao encerramento das farmácias da Hebe e ao reforço, no contexto da pandemia, de provisões para valores a receber e para depreciação de stocks. Também está incluído neste montante o valor distribuído às equipas na linha da frente, equivalente a mais de 19 milhões de euros, em reconhecimento do seu compromisso e empenho em circunstâncias tão excepcionais.

A taxa efectiva de imposto foi superior à registada no ano anterior, em resultado, por um lado, de uma recuperação de imposto registada em 2019 e, por outro lado, da queda do desempenho em Portugal que implicou um aumento do peso das perdas dos novos negócios que, por agora, não dão origem a impostos diferidos.

3.2.4. Cash Flow

(milhões de euros)	2020	2019
EBITDA	1.423	1.437
Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas	(270)	(259)
Pagamento de Juros	(153)	(163)
Outros Itens Financeiros	0	0
Imposto sobre o Resultado	(174)	(155)
Fundos gerados pelas Operações	826	861
Pagamento de Capex	(510)	(577)
Δ Capital Circulante	246	220
Outros	(46)	(10)
Cash Flow	516	494

O cash flow gerado no ano atingiu 516 milhões de euros, acima dos 494 milhões de euros gerados em 2019. Este bom desempenho reflecte a solidez dos vários negócios, a gestão criteriosa do capital circulante e, também, um decréscimo de pagamento de capex no seguimento da redução do programa de investimentos executado.

3.2.5. Balanço Consolidado

(milhões de euros)	2020	2019
Goodwill Líquido	620	641
Activo Fixo Líquido	3.967	4.140
Direitos de Uso Líquido	2.154	2.318
Capital Circulante Total ¹	(2.864)	(2.793)
Outros	133	94
Capital Investido	4.010	4.400
Total de Empréstimos	524	732
Loações Financeiras	11	17
Loações Operacionais Capitalizadas	2.262	2.368
Acréscimos e Diferimentos de Juros	(3)	3
Caixa e Equivalentes de Caixa ¹	(1.041)	(949)
Dívida Líquida ¹	1.752	2.172
Interesses que não Controlam	249	254
Capital Social	629	629
Resultados Transitados	1.379	1.346
Fundos de Accionistas	2.257	2.229

¹ A Dívida Líquida foi reajustada para os comparativos de 2019. A rubrica de Fundos Fixos de Caixa, anteriormente apresentada no Capital Circulante Total, passou a integrar a linha de Caixa e Equivalentes de Caixa.

O balanço do Grupo manteve-se muito sólido, encerrando o ano com uma posição líquida de caixa, excluindo as responsabilidades com as locações operacionais capitalizadas, de 509 milhões de euros.

Jerónimo Martins distribuiu e pagou aos seus accionistas, no ano, 216,8 milhões de euros em dividendos, em linha com o estabelecido na sua política de dividendos.

Em Maio foi anunciado que, à luz da pandemia em curso e da reduzida visibilidade sobre os seus impactos totais, se optaria, por prudência, por uma distribuição dos resultados do ano anterior segundo um payout de 30%, não excluindo a possibilidade de pagar o restante dividendo até ao final do ano, se as circunstâncias o permitissem. Tal pagamento veio a acontecer em Dezembro, tendo em conta a forte posição de caixa com que o Grupo fechou os primeiros nove meses do ano.

No total do Grupo, o valor desembolsado em dividendos foi de 232 milhões de euros.

3.2.6. Execução do Programa de Investimento

O programa de investimento tem, todos os anos, um papel central nas prioridades de alocação de capital do Grupo.

Perante um contexto inicial de extrema incerteza e das condicionantes que afectaram também os projectos de construção, o Grupo reviu, em baixa, o seu programa inicial de investimento desenhado para o ano.

Na Polónia, a Biedronka foi a Companhia do Grupo que mais rapidamente conseguiu reactivar os seus planos iniciais, enquanto que a Ara, na Colômbia, enfrentou um confinamento muito restritivo com impactos relevantes também no sector da construção.

Em 2020, o plano de investimento do Grupo cifrou-se em 470 milhões de euros, dos quais 31% alocados à expansão e o restante a projectos de remodelação e manutenção das operações de lojas e armazéns.

(milhões de euros) Área de Negócio	2020			2019		
	Expansão ¹	Outros ²	Total	Expansão ¹	Outros ²	Total
Biedronka	55	247	302	79	308	388
Lojas	54	228	282	79	266	345
Logística e Estrutura Central	0	20	20	0	42	42
Pingo Doce	31	60	91	27	115	143
Lojas	31	53	84	27	105	131
Logística e Estrutura Central	0	7	7	1	11	11
Recheio	2	8	10	1	24	25
Ara	26	5	30	93	5	98
Lojas	23	3	26	46	3	49
Logística e Estrutura Central	3	1	5	47	3	49
Total Distribuição Alimentar	113	320	433	201	452	653
Hebe	4	4	8	10	2	12
Serviços e Outros	26	3	29	7	5	13
Total JM	143	327	470	218	460	678
% do EBITDA	10,1%	23,0%	33,0%	15,2%	32,0%	47,2%

¹ Novas Lojas e Centros de Distribuição.

² Remodelação, Manutenção e Outros.

A Biedronka, absorveu 64% do programa de capex do Grupo, tendo investido 302 milhões de euros na abertura de 129 novas lojas (46 das quais dentro do projecto de lojas de menor dimensão), 267 remodelações e também em trabalhos normais de manutenção da operação.

A insígnia terminou o ano com uma rede de 3.115 localizações, cerca de 55% das quais abertas ou remodeladas nos últimos 5 anos.

A Hebe abriu 22 novas localizações, tendo encerrado, como referido, os 48 estabelecimentos que operavam exclusivamente como farmácias (28 dos quais em localizações independentes) e terminou o ano com uma rede de 266 lojas.

O Pingo Doce investiu 91 milhões de euros e abriu 13 novas lojas, das quais quatro sob o conceito de conveniência Pingo Doce & Go, tendo remodelado um total de 20 lojas, das quais 14 em profundidade.

O Recheio investiu um total de 10 milhões de euros, alocados, em grande parte, à remodelação da loja de Lagos.

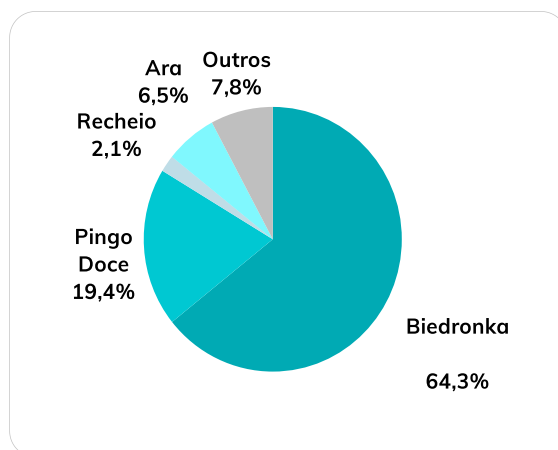
Na Colômbia, a Ara investiu 30 milhões de euros, tendo, apesar das restrições enfrentadas, inaugurado 56 lojas e terminado o ano com uma rede de 663 localizações. Importa também referir que os dois Centros de Distribuição, cuja construção estava praticamente concluída no final de 2019, passaram a estar totalmente operacionais no início de 2020, integrando a estrutura logística da Companhia.

	Lojas Novas		Remodelações ¹		Lojas Fechadas	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Biedronka	129	128	267	252	16	26
Pingo Doce	13	9	14	30	1	0
Recheio	0	0	1	1	0	0
Ara	56	85	0	0	9	1
Hebe	22	46	0	6	29	3
Outros Negócios ²	0	11	3	2	12	6

¹ Exceptuando o Recheio, consideram-se apenas as lojas cuja remodelação implicou o encerramento da área de venda.

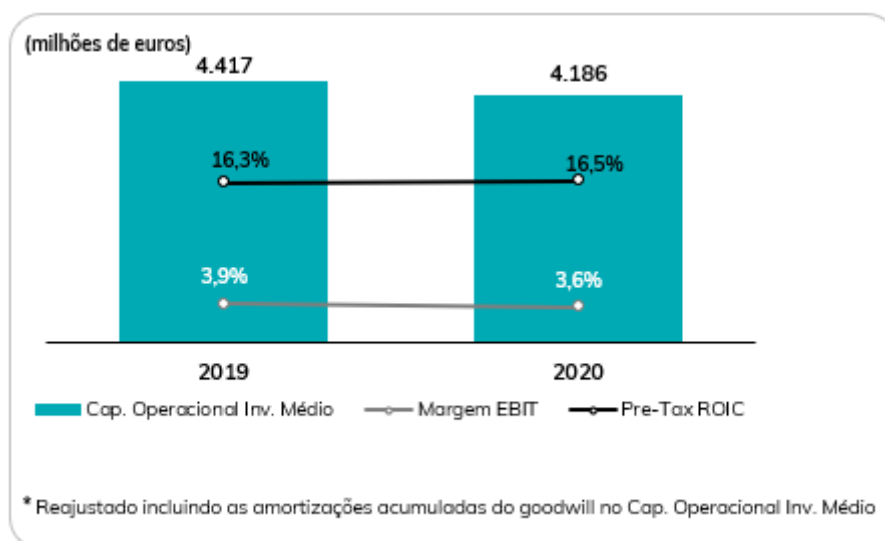
² Inclui as lojas Code, Spot, Bem Estar, Restaurantes Pingo Doce, Postos de Combustível, Jeronymo e Hussel.

Investimento por Área de Negócio



3.2.7. Rentabilidade do Capital Investido

A rentabilidade do capital investido, calculada sob a forma de Pre-Tax ROIC*, foi de 16,5% (16,3% em 2019). A pressão sobre a margem EBIT foi compensada com a subida da rotação de capital que beneficiou do crescimento de vendas da Biedronka e da Ara e da gestão criteriosa de investimento e capital circulante.



3.2.8. Detalhe dos Empréstimos

(milhões de euros)	2020	2019
Empréstimos de Médio Longo Prazo	364	309
% do Total de Empréstimos	69,5%	42,2%
Maturidade Média (anos)	6,7	3,3
Empréstimos de Curto Prazo	160	424
% do Total de Empréstimos	30,5%	57,8%
Total de Empréstimos	524	732
Maturidade Média (anos)	5,1	1,7
% Total de Empréstimos em Euros	0,0%	6,8%
% Total de Empréstimos em Zlotys	41,7%	46,1%
% Total de Empréstimos em Pesos Colombianos	58,3%	47,1%

O recurso a dívida em moeda local mantém um papel central na estratégia de financiamento do Grupo como forma de cobertura natural do risco cambial dos seus investimentos.

Em 2020, a Jerónimo Martins Colômbia contratou um empréstimo com a International Finance Corporation (IFC), integrada no Banco Mundial, no montante de cerca de 350 mil milhões de pesos colombianos (cerca de 95 milhões de dólares). Este empréstimo tem uma maturidade de sete anos e foi aprovado no âmbito de uma linha especial de resposta à Covid-19 disponibilizada pela IFC.

Na Polónia, a Jerónimo Martins Polska, tomou um empréstimo, contratado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 720 milhões de zlotys (cerca de 160 milhões de euros), com uma maturidade de nove anos. Este empréstimo visa financiar projectos de energia sustentável na cadeia Biedronka.

Na sequência dos empréstimos contratados que substituem, em parte, operações que se venceram em 2020, a maturidade média dos empréstimos do Grupo aumentou de 1,7 anos para 5,1 anos.

3.2.9. Jerónimo Martins no Mercado de Capitais

Caracterização do Título

Bolsa em que está Cotada	Euronext Lisboa	
Data de Entrada em Bolsa	Novembro de 1989	
Capital Social (€)	629.293.220	
Valor Nominal	1,00 €	
N.º Acções Emitidas	629.293.220	
Símbolo	JMT	
Códigos	ISIN	PTJMT0AE0001
	Reuters	JMT.LS
	Bloomberg	JMT PL
	Sedol	B1Y1SQ7
	WKN	878605

Nos primeiros dias de 2020 as tensões geopolíticas no Médio Oriente eram apontadas como a principal causa da incerteza nos mercados de capitais. Nas praças europeias, a fonte de pressão estava relacionada com a falta de acordo do Brexit. No entanto, muito rapidamente as preocupações com a propagação do coronavírus e o receio de uma potencial pandemia começaram a afectar os mercados.

Logo em Fevereiro, a disseminação da pandemia de Covid-19 para além do continente asiático gerou um tremendo impacto com o encerramento de fábricas e restrições na circulação de pessoas e mercadorias. Os

mercados de acções globais desceram fortemente desde 24 de Fevereiro. Nesse contexto, de epidemia global, as acções europeias encerraram o mês com a pior semana desde a crise financeira de 2008.

Ao longo do ano, e com base em planos de apoio governamental sem precedentes, foi possível recuperar a maior parte das fortes quebras. Os bancos centrais continuaram a sustentar a economia, quer através de estímulos quer através de empréstimos, como forma de garantir liquidez.

Apesar de alguns sinais de retoma, a segunda vaga da pandemia de Covid-19 em Outubro levou à introdução de novas restrições em vários países, especialmente na Europa, o que deteriorou o sentimento dos investidores.

Após um impacto negativo muito forte, num ano marcado por um contexto frágil, os mercados responderam de forma volátil, mas também resiliente e houve alguns momentos de optimismo, com os últimos meses do ano a apresentarem uma tendência positiva, especialmente com a antecipação da chegada, em Dezembro, da vacina.

As acções de Jerónimo Martins integram, segundo dados da Thomson Reuters, 53 índices, sendo os mais relevantes o PSI20 (índice de referência da Euronext Lisbon), o Euronext100 e o EuroStoxx, entre outros, e são negociadas em 45 plataformas distintas, maioritariamente nas principais praças europeias.

Jerónimo Martins está presente em mais de 90 índices internacionais de sustentabilidade, que reconhecem os compromissos assumidos pelo Grupo nas dimensões ambiental, social e de governo (ESG, na sigla inglesa).

Em Junho de 2020, a acção passou a constar no Eurozone ESG Large 80, um índice que abrange as empresas cotadas na Euronext que melhor estão a adaptar os seus negócios à transição energética, apoiando assim uma economia com baixo teor de carbono e reduzindo o impacto nas alterações climáticas.

Está ainda incluída, entre outros, nos índices Euronext Vigeo Eiris Eurozone 120 e Europe 120, e nos índices FTSE4Good Europe, FTSE4Good Developed e FTSE4Good Developed Minimum Variance.

Não sendo um índice, importa referir que a avaliação global de “A-” no CDP Climate e no CDP Forests, e de “B” no CDP Water Security, obtida em 2020, coloca o Grupo entre os líderes mundiais em sustentabilidade no sector do Retalho Alimentar.

A presença de Jerónimo Martins nestes e noutros índices relevantes pode ser consultada no nosso website⁶ ou no Capítulo 1 deste Relatório em “Prémios e Reconhecimentos”.

Estrutura de Capital

Para informação sobre a estrutura de capital de Jerónimo Martins, consultar o ponto 9. Anexo ao Relatório de Gestão, neste capítulo.

Desempenho do PSI20

O ano foi marcado pelos receios da pandemia de Covid-19, com a maioria das bolsas a serem afectadas pela incerteza acerca do real impacto no comércio global, que teve como consequência uma profunda recessão económica.

As bolsas europeias tiveram um desempenho negativo, com os investidores a focarem-se na evolução da pandemia, em especial em grandes países como a Itália, Espanha, França e Alemanha.

Em Portugal, a primeira declaração do estado de emergência provocou um choque no mercado de capitais. Consequentemente, 19 de Março foi o dia em que o PSI20 atingiu o seu ponto mais baixo.

⁶ Disponível para consulta na área de “Responsabilidade”, secção “Reconhecimento” em www.jeronimomartins.com.

As bolsas europeias voltaram a sentir sinais de recuperação quando, em meados de Maio, foi anunciada a criação do fundo europeu de recuperação, no valor de 750 mil milhões de euros, por forma a ajudar o continente a recuperar da crise. O PSI20 acompanhou estes sinais de retoma.

Apesar da onda de optimismo alavancada na esperança do desenvolvimento de uma vacina até ao final do ano, a possibilidade da saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo (“hard Brexit”) manteve as expectativas em baixo. Estas negociações só ficaram encerradas, e o respectivo acordo firmado, no final do ano.

Por outro lado, a agência de rating Moody’s sinalizou Portugal como um dos países nos quais poderá haver uma maior destruição económica devido à prevalência de pequenas e médias empresas no seu tecido empresarial.

Neste contexto, e depois de, no final de Março, o índice de referência no mercado português – PSI20 – ter desvalorizado 22%, em linha com os seus congéneres europeus, este encerrou o ano nos 4,898.36 pontos, 6,1% abaixo do ano anterior.

O PSI20 contava, no final do ano, com 18 acções na sua composição, tendo sofrido uma revisão em Março de 2020, na sequência da qual a Ramada Investimentos foi retirada do índice, tendo sido substituída pela Novabase. Em Dezembro, com a saída da Sonae Capital devido à operação de compra lançada pela Efanor, a Ramada Investimentos voltou a ser integrada no índice.

Entre as 18 empresas que compõem o PSI20, apenas cinco tiveram desempenho positivo no ano, com especial destaque para as duas empresas do sector energético não-petrolífero.

Desempenho da Acção Jerónimo Martins

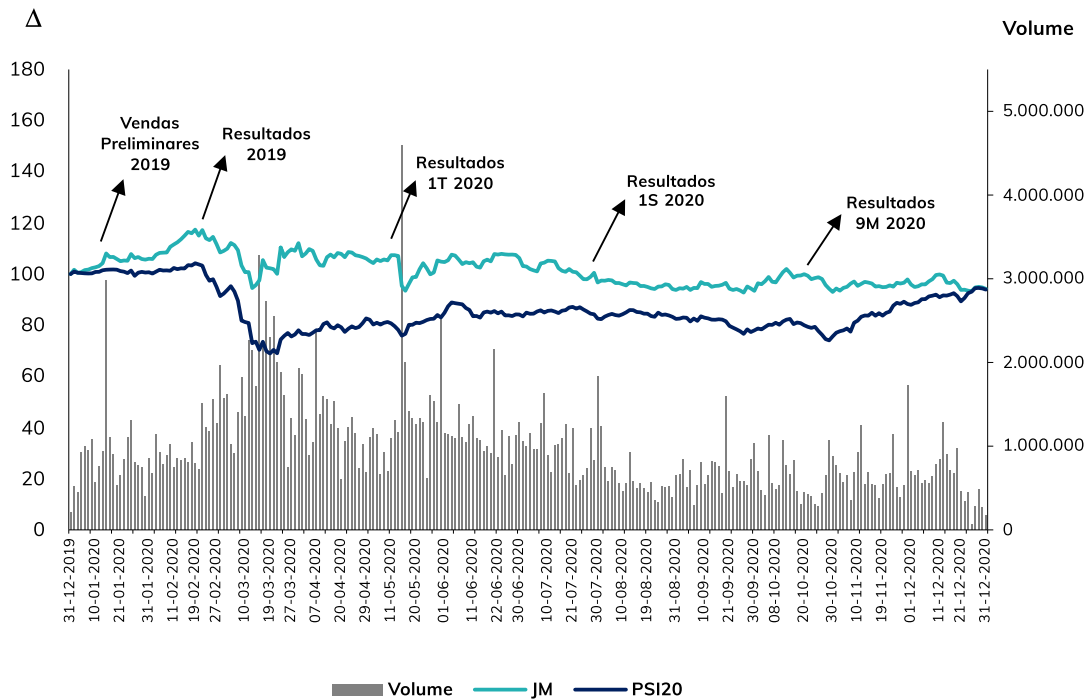
O desempenho de Jerónimo Martins não foi indiferente a toda a envolvimento ao longo de 2020. Se, por um lado, o contexto da pandemia de Covid-19 teve grande impacto também na bolsa nacional e na cotação das suas acções, por outro, os comunicados de resultados, divulgados ao longo do ano, foram bem recebidos, tendo a acção atingido o pico em data coincidente com os resultados do primeiro trimestre.

Em 2020, a acção de Jerónimo Martins desvalorizou 5,8%. Num ano atípico, e apesar da desvalorização ocorrida, o desempenho de Jerónimo Martins no PSI20 foi um dos menos impactados.

Jerónimo Martins, com a terceira maior capitalização bolsista, está entre as acções com maior representatividade no índice tendo mantido a posição face a 2019. A Companhia encerrou o ano com 8,7 mil milhões de euros de capitalização bolsista e um peso relativo no PSI20 de 8,3% (versus 13,6% registados em 2019). A Companhia mantém-se como uma das três empresas portuguesas que integram o índice Euronext100, tendo descido ligeiramente o seu peso no mesmo para 0,28% (face a 0,29% registado no ano anterior).

Jerónimo Martins registou, no ano, um volume de transacções na Euronext Lisbon na ordem dos 251 milhões de acções. Este volume correspondeu a uma média diária de transacções de cerca de 977 mil acções (15,4% acima do registado em 2019), a um preço médio de 14,89 euros (5,6% superior ao registado em 2019). Em termos de volume de negócios, estas acções representaram o equivalente a 13,2% (3,8 mil milhões de euros) do volume global de acções transaccionadas no índice PSI20 em 2020.

Em termos de cotação, a acção de Jerónimo Martins apresentou um mínimo de 13,61 euros no dia 25 de Setembro, tendo atingido a cotação máxima de 17,22 euros no dia 19 de Fevereiro, terminando o ano com uma cotação de 13,82 euros.



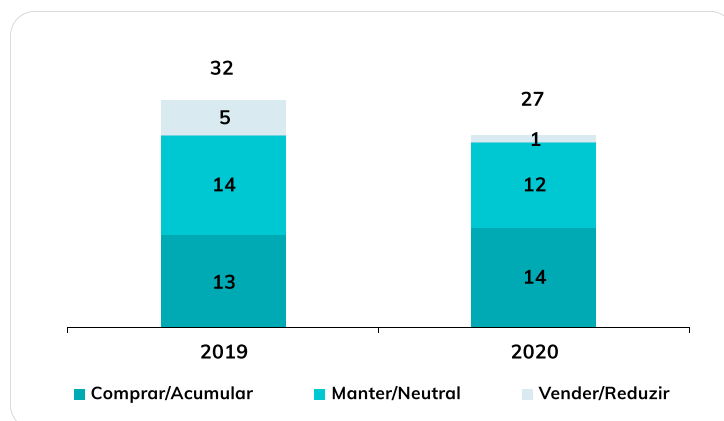
Analistas

Actualmente, existem 27 analistas com cobertura activa da acção Jerónimo Martins. Durante o ano de 2020, houve uma casa de investimento que iniciou a cobertura enquanto outras seis deixaram de seguir o título por alterações nas respectivas equipas de research.

Em 2020, o peso das recomendações de Compra foi 52%, Manter 44% enquanto que o peso dos analistas que recomendam Vender foi 4%.

O preço-alvo médio dos analistas a 31 de Dezembro de 2020 foi de 15,94 euros o que corresponde a um potencial de subida de 15,3%, face à cotação de fecho (13,82 euros).

A evolução das recomendações e preços-alvo emitidos pelas diversas instituições pode ser consultada no nosso website (www.jeronimomartins.com).



Desempenho Financeiro Jerónimo Martins 2016-2020

(milhões de euros)

	2020	2019	2019	2018	2017	2016
	Excl. IFRS16					
Balanço						
Goodwill Líquido	620	641	641	637	647	630
Activo Fixo Líquido	3.967	4.140	4.140	3.842	3.639	3.180
Direitos de Uso Líquido	2.154	2.318	-	-	-	-
Capital Circulante Total ¹	-2.864	-2.793	-2.788	-2.454	-2.496	-2.201
Outros	133	94	86	70	54	46
Capital Investido	4.010	4.400	2.079	2.096	1.843	1.656
Dívida Líquida ¹	1.752	2.172	-196	80	-170	-335
Total de Empréstimos	524	732	732	624	529	335
Locações Financeiras	11	17	17	15	8	4
Locações Operacionais Capitalizadas	2.262	2.368	-	-	-	-
Acréscimos e Diferimentos de Juros	-3	3	3	2	4	0
Caixa e Equivalentes de Caixa ¹	-1.041	-949	-949	-562	-712	-674
Interesses que não Controlam	249	254	257	238	225	253
Capital Próprio	2.008	1.975	2.018	1.778	1.788	1.738

¹ A Dívida Líquida foi reajustada para os comparativos de 2019. A rubrica de Fundos Fixos de Caixa, anteriormente apresentada no Capital Circulante Total, passou a integrar a linha de Caixa e Equivalentes de Caixa.

(milhões de euros)

	2020	2019	2019	2018	2017	2016
	Excl. IFRS16					
Demonstração de Resultados						
Vendas Líquidas e Serviços	19.293	18.638	18.638	17.337	16.276	14.622
Cash flow Operacional (EBITDA)	1.423	1.437	1.045	960	922	862
em % vendas	7,4%	7,7%	5,6%	5,5%	5,7%	5,9%
Depreciação	-734	-715	-397	-364	-331	-294
Resultado Operacional (EBIT)	689	722	648	596	591	568
em % vendas	3,6%	3,9%	3,5%	3,4%	3,6%	3,9%
Resultados Financeiros	-180	-159	-29	-25	-12	-17
Ganhos em Empresas Associadas	0	0	0	0	0	10
Outras Perdas e Ganhos ¹	-50	-14	-15	-9	-14	184
Resultado antes de Imposto (EBT)	459	549	604	562	565	744
Impostos	-136	-128	-137	-132	-152	-130
Resultado Líquido	323	421	467	430	413	614
Interesses que Não Controlam	-11	-31	-34	-29	-27	-21
Resultado Líquido atribuído a JM	312	390	433	401	385	593

¹ Outras Perdas e Ganhos incluem os Outras Perdas e Ganhos Operacionais e os Ganhos em Outros Investimentos tal como aparecem na Demonstração de Resultados por Funções e detalhados nas notas às contas consolidadas.

	2020	2019	2018	2017	2016
Indicadores Bolsistas					
Capital Social (€)	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
N.º Total de Acções	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
Acções Próprias	859.000	859.000	859.000	859.000	859.000
Capital Disperso	32,4%	29,7%	28,7%	28,4%	29,7%
EPS (€)	0,50	0,62	0,64	0,61	0,94
Dividendo por Acção (€) ¹	0,35	0,33	0,61	0,61	0,27
Desempenho em Bolsa					
Máxima (€)	17,22	16,12	17,65	18,07	16,35
Mínima (€)	13,61	10,30	10,11	14,88	10,92
Média (€)	14,89	14,09	13,46	16,46	14,24
Final Ano (Fecho) (€)	13,82	14,67	10,34	16,20	14,74
Capitalização Bolsista (31 Dez) (€ 000.000)	8.697	9.229	6.507	10.191	9.276
Transacções (em volume) (1.000 acções)	251.103	215.938	234.824	182.115	251.292
Variação Anual	-5,8%	41,8%	-36,2%	9,9%	22,9%
Variação Anual - PSI20	-6,1%	10,2%	-12,2%	15,2%	-11,9%

¹ Na fase inicial da pandemia de Covid-19, quando a incerteza se encontrava em níveis extremos, o Conselho de Administração decidiu, por um critério de prudência, reduzir excepcionalmente, de 50% para 30%, o payout a aplicar aos resultados de 2019, reservando a possibilidade de vir a propor, se as condições assim o permitissem, a distribuição do valor remanescente. Assim, e no contexto do desempenho registado até ao final dos nove meses do ano de 2020, o Conselho de Administração decidiu propor a distribuição de reservas livres para perfazer o payout de 50%. O valor apresentado inclui, assim, o pagamento do dividendo bruto de 0,207 euros por acção, aprovado na Assembleia Geral de 25 de Junho de 2020 e realizado no dia 15 de Julho de 2020, relativo à distribuição de resultados de 2019, bem como a distribuição de reservas no valor bruto de 0,138 euros por acção, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de Novembro de 2020 e com pagamento a 16 de Dezembro de 2020.

4. Desempenho das Áreas de Negócio

4.1. Distribuição Alimentar



4.1.1. Biedronka

Mensagem do Director-Geral

2020 marca o compromisso de 25 anos da Biedronka com a Polónia e com o mercado polaco. A Companhia cresceu com o consumidor e a sua história está inevitavelmente ligada ao desenvolvimento e crescimento do próprio país.

A nossa Companhia desenvolveu sempre, ao longo destes 25 anos, um elevado nível de compromisso com os seus colaboradores, os seus consumidores, os seus fornecedores e as comunidades em que está inserida.

No contexto pandémico vivido ao longo de quase todos os meses de 2020, a Biedronka respeitou este compromisso a todos os níveis e fez jus à sua responsabilidade enquanto líder de mercado.

Com o trabalho e energia ímpares das nossas equipas, cumprimos a nossa promessa de qualidade a preços baixos, criando ainda mais oportunidades de valor para as famílias que, em muitos casos, viram os seus rendimentos pressionados pela crise que assolou a Polónia e o mundo.

Apoiámos os nossos fornecedores de menor dimensão, sabendo que momentos de crise podem colocar em risco bons negócios, e abrimos as nossas lojas a pequenos produtores regionais para que pudessem escoar os seus produtos.

Lançámos a Fundação Biedronka que, de forma clara, aprofunda a nossa presença na comunidade, aproximando-nos dos grupos mais vulneráveis da população, e em especial dos mais velhos, e contribuindo para minorar as fragilidades que os afectam, ao mesmo tempo que desenvolvemos programas de colaboração inovadores e importantes para combater os efeitos da crise sanitária.

Os números do desempenho - com crescimentos relevantes de vendas, quota de mercado e resultados - são reflexo da atitude, da coragem e da determinação das nossas equipas, que assumiram, num momento de crise, o seu papel fundamental na condução do negócio, e se desafiaram a todo o momento a dar mais e melhor, conseguindo mitigar o impacto das restrições e continuando a servir de forma exemplar os consumidores polacos.

Acabámos 2020 mais fortes, enquanto equipa, enquanto negócio, e enquanto membro responsável, presente e activo da sociedade, e também mais preparados para os desafios que o ano 2021, ainda sob efeito de pandemia, nos continuará a trazer.

Desempenho em 2020

Na Polónia, apesar dos impactos da pandemia e das medidas de segurança impostas ao Retalho Alimentar terem levado a um cenário de alguma desaceleração do consumo, a capacidade de antecipação das necessidades dos consumidores, o inabalável compromisso em estar presente no mercado de proximidade, com os melhores preços e qualidade e a flexibilidade operacional da Biedronka, traduziram-se num crescimento de 10,4% das suas vendas (em moeda local), com um LFL de 7,1%. O alargamento dos horários de funcionamento das lojas e a assertividade comercial permitiram à Companhia ganhar 1,6 pontos percentuais de quota de mercado no ano.

A envolvente competitiva permaneceu muito intensa e promocional, e o consumidor manteve a sua preferência por formatos de proximidade e adaptou-se às restrições impostas, reduzindo a frequência de visita às lojas, o que, no caso da Biedronka, foi mais do que compensado pelo crescimento do cabaz médio.

Atenta ao contexto e às necessidades dos consumidores, a Jerónimo Martins Polska (JMP ou Biedronka) demonstrou também a sua capacidade de adaptação ao estabelecer uma parceria com a Glovo (empresa

que entrega ao domicílio todo o tipo de compras). Este serviço passou a estar disponível nas 28 maiores cidades da Polónia, levando a casa dos consumidores um conjunto alargado de produtos da Biedronka. A iniciativa permite ainda à Companhia acompanhar a evolução das necessidades e preferências dos consumidores polacos também nesta vertente.

Num cenário de incerteza, intensificou-se a relevância do factor preço. Assim, a Biedronka prosseguiu a sua estratégia promocional, tendo desenvolvido cerca de 35 campanhas atractivas e diferenciadoras. No ano, foram produzidos anúncios de televisão e lançados cerca de 200 folhetos comerciais, na sua maioria com o objectivo de fomentar o tráfego nas lojas e incentivar as visitas dos clientes.

A Biedronka lançou inúmeras campanhas, das quais se destaca o reforço e aprofundamento da relação com os produtores e restantes fornecedores polacos concretizado através da iniciativa “Compre o que é polaco”, que permite aos consumidores conferirem facilmente, em cada acto de compra, o seu contributo para a economia nacional. No talão, na sequência da lista de produtos adquiridos, foi incluída a inscrição “Obrigado por apoiar a economia polaca”, assim como o valor gasto especificamente na compra destes produtos.

A Biedronka apoia os produtores polacos há 25 anos, tantos quantos os que conta de existência e actividade na Polónia. Em 2020, e face às dificuldades acrescidas no contexto em que vivemos, a Biedronka criou o programa “Czas na Wspieranie Małych Producentów” (É Hora de Apoiar os Pequenos Produtores) através do qual convida pequenos produtores a entrarem em contacto com a Companhia caso precisem de apoio para escoar os seus produtos. No final do ano, ao abrigo deste programa, a Companhia tinha já colaborado com mais de 140 novos pequenos produtores.

No âmbito ainda das medidas de apoio à produção nacional, a Companhia antecipou voluntariamente o prazo de pagamento a um conjunto de fornecedores polacos de frutas e legumes cuja facturação anual não ultrapassa 100 milhões de zlotys (cerca de 25 milhões de euros).

No ano, destacou-se também a campanha de fidelização e sensibilização “Gang Fajniaków”, com foco na protecção do ambiente, que apresentou 10 novas mascotes: quatro que representam os elementos naturais do Planeta, cinco guardiões do ambiente e o vilão Smog (poluição). Tratou-se de uma iniciativa de comunicação integrada, que incluiu anúncios de televisão e actividades em loja e nos canais digitais.

O reforço da qualidade do sortido e da imagem da marca mantiveram-se como prioritários e, durante o ano, a insígnia continuou a investir na inovação e no desenvolvimento da Marca Própria, tendo lançado 196 novos produtos que passaram a fazer parte do sortido permanente, para além dos desenvolvidos para campanhas de *in&out*.

O cartão de fidelização continua a ser uma ferramenta crítica para aumentar a notoriedade das acções comerciais, contando já com mais de 9 milhões de utilizadores activos.

Na execução do programa de investimentos do ano, e para além da abertura de 129 novas localizações (incluindo 13 substituições) das quais 46 do formato de menor dimensão, é fundamental realçar o plano de remodelações de loja. Abrangendo 267 localizações em 2020, reforçou a posição competitiva da Biedronka no mercado através da melhoria da experiência de compra, da protecção da eficiência e do contributo para o crescimento LFL.

A Biedronka conta já com 82 lojas de maior proximidade, que apresentam um sortido adaptado às localizações e irão permitir à Companhia entrar em áreas envolventes com menor densidade populacional.

Desde o início do ano, a JMP deu continuidade à implementação do projecto de *self-checkouts* nas suas lojas, tendo terminado 2020 com mais de 1.100 lojas (cerca de 3.750 equipamentos) onde esta alternativa está disponível. Este projecto foca-se na melhoria da eficiência operacional, permitindo aumentar o número de transações e criar uma melhor experiência de compra para os consumidores.

Durante o ano, a Biedronka desenvolveu diversas acções no âmbito da Sustentabilidade, das quais é um exemplo marcante o lançamento do 4.º livro sobre as aventuras do acima referido Gang Fajniaków. Toda a receita proveniente das suas vendas foi doada para a Acção Humanitária com o nome Pajacyk - que tem como objectivo garantir a alimentação a crianças que precisem. Graças a este programa, as crianças

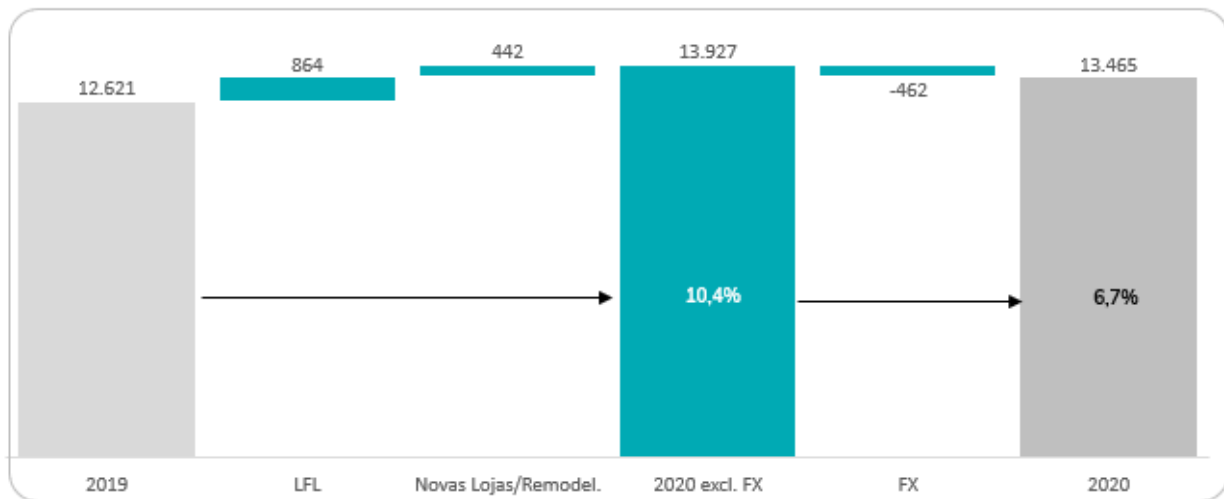
recebem uma refeição quente na escola ou no centro comunitário. Até o final do ano, apenas em duas semanas venderam-se mais de 183 mil livros com um valor superior a 1.830 mil zlotys.

Em 2020, por forma a apoiar as comunidades mais carenciadas, e tendo em conta o contexto de crise pandémica, a Companhia aumentou em cerca de 300 (para mais de 1.900 lojas) o número de lojas que colaboram com os bancos alimentares e outras instituições.

De forma pioneira no sector do Retalho Alimentar na Polónia, a Biedronka lançou ainda a Provedoria do Cliente, que é mais um canal para ouvir os consumidores e ir ao encontro das suas expectativas.

Ao crescimento de vendas juntou-se a combinação virtuosa entre um mix de vendas mais favorável, a gestão das promoções e *in&out*, a disciplina operacional e a protecção da eficiência. Isto permitiu mitigar os custos acrescidos associados à gestão da pandemia, tendo a margem EBITDA cifrando-se em 9,3%. O EBITDA gerado pela Companhia aumentou 5,7% (+9,3% em moeda local) para 1.252 milhões de euros.

Biedronka - Vendas Líquidas (milhões de euros)



Ainda em 2020, e assinalando um marco histórico junto dos seus colaboradores, a Biedronka lançou um livro comemorativo, que retrata, desde o início, a história de 25 anos da Companhia que se tornou a maior cadeia de retalho na Polónia. Às memórias e emoções dos empregados que viram a insígnia crescer, esta história junta elementos da cultura e desenvolvimento do próprio país, ao longo do tempo. No final do ano, o livro foi oferecido a todos os colaboradores, como forma de partilhar a história, os valores e o percurso da Companhia.

Reforçando a ligação e o compromisso com a sociedade polaca, 2020 registou também o importante lançamento, no dia 11 de Março, da Fundação Biedronka, cuja missão coloca especial foco na contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos idosos mais vulneráveis, num país fortemente marcado pelo envelhecimento demográfico. Enquanto fundador, a JMP assumiu o compromisso de propor anualmente a alocação de parte dos seus lucros à Fundação Biedronka, tendo os seus accionistas concordado em contribuir com 50 milhões de zlotys no ano de arranque.

4.1.2. Pingo Doce



Mensagem do Director-Geral

2020 foi um ano atípico. A pandemia veio sem aviso e mudou a nossa forma de estar, viver e trabalhar. Foi, por isso, um ano sem precedentes, no qual fomos todos convocados a dar o nosso melhor. Um ano de superação e resiliência em que percorremos uma verdadeira maratona de desafios permanentes.

Em 2020, em grande medida, o Pingo Doce foi vítima do seu próprio sucesso, por um lado, e do seu sentido de responsabilidade, por outro. O sucesso dos restaurantes, do take away e das cafetarias do Pingo Doce, que são paragem obrigatória e diária para quem trabalha ou estuda nas zonas de influência das lojas, foi hipotecado quando o regime de teletrabalho passou a vigorar, quando as escolas encerraram e as ruas ficaram desertas. O sucesso de ser a insígnia em Portugal com mais vendas por metro quadrado, mais tráfego de clientes, mais actos de compra e mais movimento, especialmente aos fins-de-semana, traduziu-se inevitavelmente em grandes filas de espera para entrar numa loja Pingo Doce quando a pandemia veio impor a limitação do acesso e a restrição do número de clientes em simultâneo no interior de uma loja, medidas que perduram em Fevereiro de 2021, quando ainda nos encontramos mergulhados num estado de emergência prolongado. Por outro lado, em 2020, o Pingo Doce reafirmou de forma inequívoca o sentido de responsabilidade que tem para com as suas equipas. Retrospectivamente, hoje que sabemos como a situação pandémica evoluiu em Portugal para fases cada vez mais severas ao longo do ano, agravadas ainda pela disseminação - já em 2021 - da chamada "estirpe inglesa" do vírus, poderá parecer algo excessiva a decisão, tomada no dia 13 de Março. Nesse dia, imediatamente após o Ministro da Administração Interna de Portugal ter anunciado que o país entraria de imediato em estado de alerta, anunciámos publicamente que iríamos colocar em isolamento preventivo cerca de metade das equipas das lojas e da logística, que foram resguardados em suas casas ao longo de mais de sete semanas, com remuneração a 100%. A verdade é que, naquela data em que entendemos priorizar ao máximo a segurança das nossas pessoas e a continuidade do negócio, o comportamento do vírus era ainda uma grande incógnita, a incerteza era elevadíssima e Portugal chocava-se todos os dias com o desespero da situação pandémica em Itália e na vizinha Espanha. Tomada nesse contexto, de forma resoluta e consciente, a decisão implicou a redução do horário de funcionamento das lojas, dos turnos nos armazéns e o encerramento durante duas horas a meio da jornada de trabalho para efectuar uma desinfeção profunda de todos os espaços e equipamentos das lojas. Menos horas de vendas em toda a cadeia e menor capacidade na logística, a somar às perdas decorrentes das restrições impostas, teriam de resultar em impacto sobre o negócio.

Era para o Pingo Doce um ponto de honra não faltar aos portugueses com os Frescos e toda a sua variedade de oferta num ano como este, tendo a logística e toda a cadeia de abastecimento assegurado a oferta constante e permanente de produtos aos nossos clientes, da mesma forma que reforçámos o apoio aos produtores nacionais, garantindo o escoamento das suas produções e antecipando o pagamento dos seus fornecimentos.

Mantivemos a dinâmica na inovação da nossa Marca Própria, lançando novos artigos e continuando o trabalho de melhoria contínua e reformulações.

Adaptámos o negócio das Meal Solutions ao enquadramento vivido, reforçando as entregas de comida pronta em casa e disponibilizando maior variedade de doses embaladas, à venda em livre-serviço nas lojas. Reforçámos o canal online, assegurando a cobertura nacional, e lançámos novos serviços de conveniência como o click & collect ou as encomendas de Frescos. Por fim, especialmente importante num ano em que se instalou também uma grave crise económica no nosso país, não descurámos a importância das promoções, que os clientes tanto valorizam, e mantivemos ao longo de todo o ano uma assertiva dinâmica promocional.

No ano em que festejámos os 40 anos do Pingo Doce, estivemos na linha da frente com a força que nos caracteriza e de mangas arregaçadas, em autêntico espírito de missão. Fomos capazes de gerir na incerteza e mitigar o impacto, particularmente relevante para o Pingo Doce, das restrições à circulação de pessoas, ao número de clientes nas lojas e aos horários de funcionamento.

Proximidade, agilidade e superação são palavras de ordem que levamos de 2020 para o novo ano.

Desempenho em 2020

Em 2020, o Pingo Doce celebrou o seu 40.º aniversário e, para assinalar este marco, lançou em Janeiro uma campanha semanal de grandes oportunidades de poupança “Poupar é a Nossa Festa”, com forte presença na televisão, rádio e nos meios digitais. O plano era estar todo o ano em festa, a celebrar o aniversário com os clientes e colaboradores. Dois meses depois do arranque do ano, em Março, detectaram-se em Portugal os primeiros casos de Covid-19. Para além da prioridade da gestão imediata da crise que se vivia, que levou à declaração do estado de emergência e ao confinamento do país, o ambiente de consumo sofreu de imediato uma forte pressão, com sinais claros de *trading down* no Retalho Alimentar.

O Pingo Doce esteve particularmente exposto à redução de circulação de pessoas, quer pelo seu histórico de grande densidade de vendas e elevado número de visitas, quer pelo impacto da ausência de tráfego nos restaurantes, cafés e na categoria de take away da insígnia. Adicionalmente, a quase inexistência de turismo foi também penalizadora para a Companhia, especialmente nas áreas urbanas e nas zonas turísticas como o Algarve e a Madeira.

A resposta do Pingo Doce à crise pandémica centrou-se em três eixos: (1) segurança e bem-estar de colaboradores, clientes e sociedade em geral (2) apoio às famílias portuguesas (3) apoio ao país.

A segurança e bem-estar das pessoas nas lojas e nos armazéns foram a prioridade da equipa operacional, tendo sido necessária uma reorganização, não só dos locais em si: definição de circuitos, alargamento de espaços e corredores para permitir distanciamento social, implementação de regras rigorosas de higienização de equipamentos e superfícies (nomeadamente carrinhos de compras, tapetes de checkouts e balcões de atendimento), mas também da gestão das equipas e horários de trabalho. Isto, de forma a proteger ao máximo as nossas pessoas e assegurar a continuidade do funcionamento do negócio mesmo em situações de contaminação ou quarentenas prolongadas. Todas estas medidas foram devidamente promovidas e esclarecidas junto dos clientes, sob o mote “Compra Segura Pingo Doce”, apelando também a um comportamento responsável por parte dos clientes e colaboradores, através de comunicação interna e externa.

Conscientes da situação económica frágil, que começou desde logo por impactar os orçamentos familiares, o Pingo Doce manteve a forte dinâmica promocional que o caracteriza, com mais de 180 campanhas promocionais lançadas, das quais se destacam inúmeras acções de descontos imediatos com cartão Poupa Mais, entre elas a acção do desconto igual ao IVA e dos 10€ de desconto em cartão e uma iniciativa inovadora e inédita no mercado que presenteou os clientes com a oferta de milhares cabazes de produtos de Marca Própria, em determinados fins-de-semana, na hora e gratuitamente, mediante compras acima de determinado valor. Já no último trimestre, a Companhia lançou uma campanha com o novo slogan “Quem faz contas vem ao Pingo Doce” que veio reforçar a proposta de valor do Pingo Doce: a qualidade dos seus Frescos e da Marca Própria aliada às melhores promoções e aos preços mais baixos. Esta campanha promoveu em TV maioritariamente produtos Frescos, através das acções promocionais semanais.

Atendendo a que o contexto de pandemia veio acelerar a procura dos canais *online*, a Companhia reforçou a sua parceria com o Mercadão, obtendo cobertura nacional neste canal de venda e desenvolvendo o novo serviço de conveniência *click & collect* - que permite que o cliente faça as suas compras *online* e as levante na sua loja, no dia e hora que lhe convier. O Pingo Doce lançou também o serviço de encomendas de Frescos – Talho e Peixaria - que permite ao cliente ligar para a loja e encomendar carne e peixe fresco ao seu gosto, semelhante ao atendimento nos balcões, para levantar quatro horas mais tarde. Em 2020, o Pingo Doce alargou ainda a sua parceria com a empresa Takeaway.com, para a entrega de comida pronta em casa em mais cidades do país, para além de Lisboa, onde já estava presente desde 2019.

A brusca alteração dos padrões de consumo, nas vésperas de uma dos mais importantes épocas do ano, a Páscoa, colocou em risco alguns sectores de actividade do nosso país. Em resposta a esta situação, o Pingo Doce assumiu de imediato a dianteira no apoio à produção nacional, aumentando as compras de produtos que estavam a ser particularmente afectados pela contracção da procura (borrego, vitela, queijos regionais, vinhos, fruta, peixe selvagem e enchidos) e promovendo o seu escoamento junto dos consumidores. A Companhia respondeu de forma contundente e inequívoca com uma mensagem da sua Directora-Geral, dirigida aos consumidores, apelando à compra do que é português e assegurando a comercialização desses produtos, sem impacto nas margens para os produtores. Esta campanha de apoio à Produção Nacional “A nossa força vem de dentro” foi a mais recordada do ano no âmbito do Retalho Alimentar (fonte: Publivaga – Recordação Comprovada).

Logo em Março, o Pingo Doce tomou ainda a iniciativa de apoiar os profissionais de saúde dos hospitais públicos do país que se encontravam na linha da frente para garantir o bem estar de todos os portugueses com a distribuição de refeições ligeiras e ainda, no contexto de rápida evolução da doença, o Pingo Doce financiou um projecto inovador de “triagem smart” no Hospital da Cruz Vermelha.

Apesar do contexto de crise, o Pingo Doce manteve o desenvolvimento dos seus pilares de diferenciação. Lançou a campanha “Bando do Bosque 2” que, tocando dois eixos da responsabilidade Pingo Doce: a preservação da biodiversidade e a promoção da literacia infantojuvenil, tinha como figuras centrais dez personagens de peluche colecionáveis e um livro infantil. Esta campanha contribuiu para um projeto de educação e sensibilização ambiental junto a 1.800 alunos de 36 escolas nacionais.

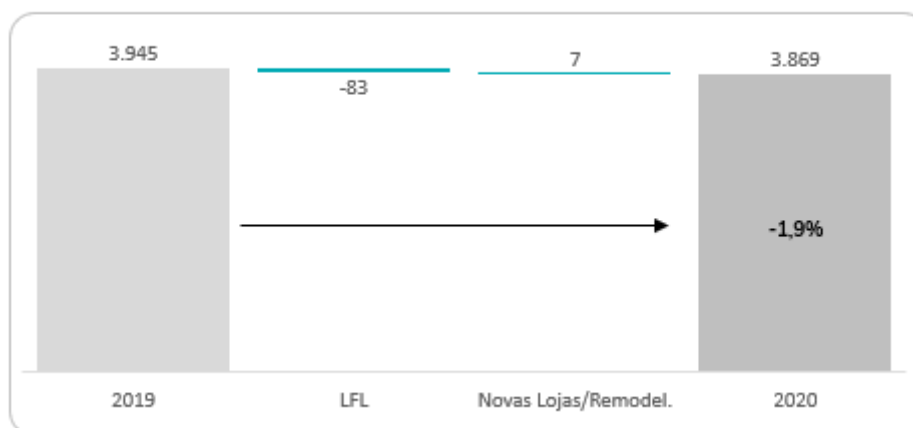
A insígnia manteve também, em 2020, o investimento na promoção da saúde pela alimentação e no combate do desperdício alimentar. No ano em que se assinalaram os 40 anos do Pingo Doce, a Companhia celebrou os sabores mediterrânicos com o lançamento da “Juliana” - uma homenagem ao património e aos benefícios da Dieta Mediterrânica à portuguesa. O Pingo Doce lançou ainda a campanha “Nada se Perde, Tudo se Poupa”, tendo como figura central o livro ‘Desperdício Zero à Mesa com o Pingo Doce’, com o objectivo de sensibilizar os portugueses para o combate ao desperdício alimentar e ajudar as famílias a reduzir o desperdício nas suas casas e, assim, a poupar recursos naturais e o ambiente.

Na Marca Própria, o Pingo Doce manteve a sua aposta na (1) Inovação do sortido com o lançamento de 259 novos produtos, entre os quais os legumes salteados com quinoa, a manteiga de amendoim com pedaços, o gelado 100% Fruta - Manga, os cubos de queijo flamengo para snacks ou saladas, na (2) Melhoria contínua dos seus produtos tendo realizado 20 reformulações pela redução de sal, açúcar e gorduras, e ainda na (3) Sustentabilidade da sua oferta, tendo já cerca de 300 artigos abrangidos pelo programa ecodesign (retirando em 2020 as palhinhas de plástico dos pacotes de leite 200ml e tendo relançado toda a gama de acessórios de limpeza com plástico reciclado) o que faz com que a Companhia esteja mais perto de atingir o objectivo de utilização de materiais recicláveis nas suas embalagens.

A Companhia inaugurou, durante o ano, 13 lojas (das quais quatro no formato de conveniência Pingo Doce & Go) e continuou a melhorar a qualidade do seu parque de lojas, remodelando integralmente 14 lojas, para além de seis remodelações parciais.

As vendas, excluindo combustível, registaram um decréscimo de 0,7%, tendo o respectivo LFL sido de -2,2%. Incluindo combustível, as vendas totais caíram 1,9% no ano. A situação pandémica pressionou ainda o desempenho do Pingo Doce ao nível dos custos de operação, que se agravaram também por via das medidas adicionais de protecção que foram implementadas e dos apoios concedidos a empregados, parceiros e comunidades envolventes.

Pingo Doce - Vendas Líquidas (milhões de euros)



O esforço e foco das equipas na produtividade e na implementação de rigorosos programas de redução e controlo de custos e de investimentos desde o primeiro momento, transversais a todas as áreas da Companhia, não foi suficiente para compensar o impacto ao nível do EBITDA que se cifrou em 223 milhões de euros, -15,4% face ao ano anterior.

4.1.3. Recheio



Mensagem do Director-Geral

2020 ficou marcado em todo o mundo pela pandemia de Covid-19. Em Portugal, onde o turismo tem um peso muito relevante na economia, o sector HoReCa foi um dos que mais sofreu. O confinamento seguido das restrições impostas, a par do receio dos clientes em frequentar hotéis e restaurantes, levou a uma queda abrupta de vendas deste sector. O impacto para o Recheio foi significativo e imediato.

Imediata foi também a nossa resposta e capacidade de adaptação. Realocámos recursos para estar onde era necessário, adaptámos as nossas operações para garantir a segurança de colaboradores e clientes, redefinimos prioridades e apostámos na multicanalidade para estarmos disponíveis onde e quando precisam de nós.

Num ano de constante incerteza, foi também importante assegurar que há coisas que não mudam: a qualidade dos nossos produtos, a procura das melhores soluções para os nossos clientes e o apoio às comunidades envolventes. Estes pilares, a par do compromisso que temos com a sustentabilidade, são e serão sempre uma garantia Recheio.

Não baixámos os braços, porque desistir não faz parte do nosso ADN, e lutámos pelos negócios dos nossos clientes, uma vez que o nosso negócio é verdadeiramente feito por eles e para eles.

Esta será, de resto, a atitude que continuaremos a assumir em 2021 e sempre. Certos de que venceremos e que Portugal voltará a ser um país de destino preferencial e onde valerá sempre a pena ser empreendedor.

Desempenho em 2020

Para os operadores expostos ao canal HoReCa, o ano ficou marcado pela pandemia de Covid-19, tendo Portugal sido um dos países mais afectados devido à forte dependência do turismo.

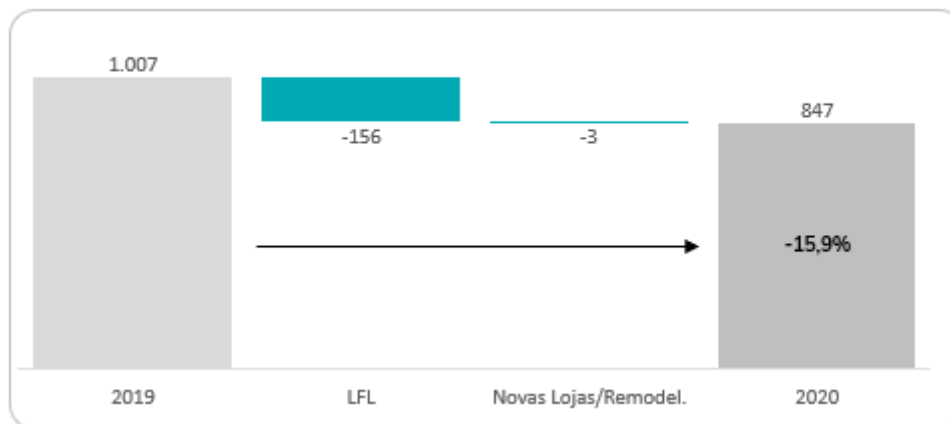
O canal HoReCa, que tem sido o grande impulsionador das vendas do Recheio nos últimos anos, perdeu cerca de 30% do seu volume de negócio em 2020, pela queda do turismo, pelas restrições impostas pela pandemia e pela perda de poder de compra dos consumidores portugueses.

O Food Service foi igualmente uma das áreas mais afectadas e a Companhia iniciou uma revisão deste modelo de negócio, tendo em conta a forte dependência dos clientes face à actividade turística.

Apesar de, por questões de distanciamento dentro das lojas, os consumidores terem demonstrado preferência por lojas de maior dimensão, as lojas de conveniência e proximidade ganharam momentum e o Retalho Tradicional, pela primeira vez em 25 anos, cresceu mais do que o Retalho Moderno.

As vendas totais do Recheio decresceram 15,9%, em 2020, afectadas pelo impacto negativo verificado no segmento HoReCa, mas também pelo decréscimo das vendas para Exportação.

Recheio - Vendas Líquidas (milhões de euros)



Este desempenho reflecte o forte impacto do encerramento dos hotéis, restaurantes e cafés neste segmento - entre 18 de Março e 17 de Maio. Embora a tendência negativa tenha aligeirado a partir de Junho, a reabertura destes operadores tem sido lenta e a retoma da actividade turística quase inexistente.

No que diz respeito à Exportação verificou-se um decréscimo das vendas, principalmente justificada pela actual situação pandémica e quebra na actividade económica global.

O impacto da pandemia levou o Recheio a redefinir a sua estratégia e a rever o seu modelo de negócio com especial foco na optimização da operação e nas iniciativas de redução de custos.

No âmbito do apoio ao canal de Retalho Tradicional, o projecto Amanhecer contou com mais 38 unidades do que no ano anterior, totalizando uma rede de 384 lojas, no final de 2020.

O reforço da estratégia *online* da Companhia vem dar resposta às novas necessidades dos clientes (do sector HoReCa e do Retalho Tradicional) e às exigências do mercado. No final de Outubro, o Recheio lançou-se no Facebook e com esta nova presença a insígnia reforçou a sua aposta no digital, na inovação e na proximidade.

Num contexto de crescente sensibilidade ao preço, a Companhia manteve o investimento na competitividade da sua oferta através de várias dinâmicas promocionais. Destacam-se as campanhas de vales que permitiram distribuir aos seus clientes mais de 5.500 vales de compras.

O Recheio manteve também, ao longo do ano, a sua actividade promocional através de folhetos e campanhas sazonais com foco em preço baixo, por forma a potenciar o valor da compra média e a minimizar a diminuição do número de clientes.

De forma a atenuar o impacto da pandemia nos seus fornecedores nacionais, o Recheio lançou ainda a campanha de apoio a produtos portugueses - "Pelo nosso bem compre o que Portugal tem".

A Companhia juntou-se ainda à Associação Comercial e à Câmara Municipal de Braga para organizar a 8.ª edição de "Sugestões do Chef", o roteiro gastronómico que decorreu em Outubro na região. Com esta promoção da oferta gastronómica, o Recheio pretendeu mitigar o impacto da pandemia no canal HoReCa.

O Recheio continuou a diferenciar o seu sortido, iniciando a distribuição exclusiva de vinhos Premium e, mesmo numa situação adversa, lançou mais de 100 novos produtos das suas Marcas Próprias, que se mantêm, a par da oferta diversificada e de qualidade dos frescos, como factor de diferenciação da Companhia.

Focado na melhoria contínua da experiência de compra na sua rede, o Recheio remodelou a loja de Lagos. O espaço, para além de modernizado, passou a incorporar um conjunto de sistemas e equipamentos que o tornam ambientalmente mais sustentável, porque permitem a redução dos consumos de água e de energia.

A rentabilidade da Companhia foi muito impactada pelo decréscimo verificado nas vendas e pelos custos acrescidos para fazer face à Covid-19. O EBITDA reduziu-se em 45,6%, para 33 milhões de euros, com a respectiva margem a decrescer de 6,0% para 3,9%.



Mensagem do Director-Geral

O ano de 2020 foi marcado por uma situação que jamais esperaríamos viver. Iniciámos o ano com a motivadora mensagem: “Hagamos posible lo extraordinario” (Façamos possível o extraordinário) longe de pensar o quão oportuna seria nos meses que se seguiram.

Face a todas as incertezas, adversidades e desafios que tivemos de enfrentar, a equipa da Ara demonstrou uma grande unidade, uma elevada motivação e uma forte capacidade de superação, cruciais para o fortalecimento da proposta de valor e para beneficiarmos da crescente preferência dos nossos “vecinos” (vizinhos).

As nossas equipas, clientes e fornecedores foram sempre a prioridade. Tivemos o cuidado de garantir às nossas pessoas as condições de protecção adequadas de modo a manter o padrão de qualidade de serviço que queremos prestar. Além disso, não deixámos de apoiar os nossos fornecedores com o acesso a condições de pagamento mais favoráveis, sempre que tal se impunha.

Mantivemos o firme compromisso de liderar em preço, com uma oferta adequada às preferências regionais, garantido a qualidade e a inovação das nossas marcas. Procurámos também desenvolver a proximidade com a abertura de 56 novas lojas.

O objectivo de alcançar a rentabilidade do negócio num futuro próximo obriga-nos a uma permanente busca de eficiências nos processos de loja e logísticos. A eficiência logística, em particular, foi melhorada com a abertura em Janeiro de dois novos Centros de Distribuição na região da Costa do Caribe (Montería) e na região do Eixo Cafeeiro (Pereira).

Com a confiança e capacidade de liderança que temos nas nossas pessoas acredito que em 2021 seguiremos firmes no caminho de melhoria da rentabilidade, reforçando a crescente preferência dos nossos clientes.

Desempenho em 2020

A Ara iniciou o ano de 2020 com uma forte dinâmica de vendas, beneficiando de uma estratégia focada na competitividade de preço e na qualidade do sortido iniciada no segundo trimestre do ano anterior.

O reforço do posicionamento e da percepção de liderança de preço e o desenvolvimento da oferta, iniciados em 2019, revelaram-se fundamentais para o relevância da proposta de valor da Ara junto dos nossos consumidores.

Com o início da pandemia de Covid-19, uma nova realidade socioeconómica assolou o país, tendo a incerteza da recuperação económica e a forte queda da confiança dos consumidores marcado os últimos nove meses do ano.

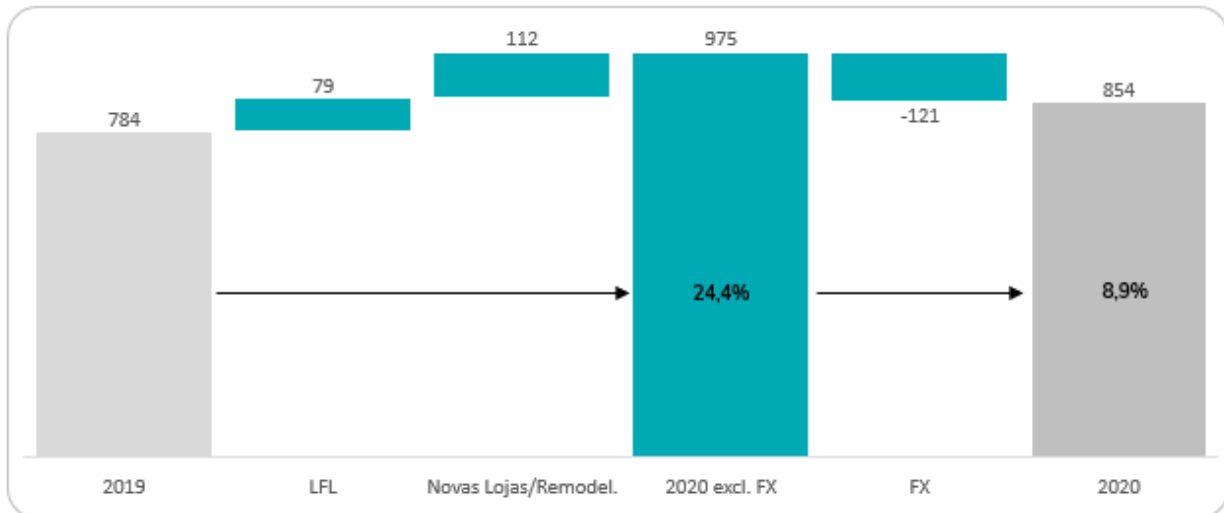
Em particular, entre os meses de Abril e Agosto, o país esteve sob medidas de confinamento muito restritivas, com o encerramento obrigatório da actividade comercial em muitos sábados e domingos. Para a Ara, isto implicou nos momentos de maiores restrições uma redução de cerca de 30% de horas abertas ao público.

No início da pandemia, a Ara focou-se em garantir a continuidade da rede de abastecimento de produtos essenciais, mantendo os baixos preços de sempre, apesar das pressões de inflação alimentar sentidas e dos custos acrescidos para operar numa situação mais exigente. Em simultâneo, a Companhia adoptou medidas internas para evitar o aumento dos contágios e proteger os seus colaboradores e consumidores, ajustando os horários, encerrando temporariamente lojas durante a mudança de turnos e garantindo a desinfectação periódica, quer das lojas, quer dos Centros de Distribuição.

Tendo rapidamente adaptado a sua estrutura operacional a um contexto diferente e mais exigente, a insígnia focou-se em entregar a sua promessa de qualidade a preços baixos, mantendo a sua proximidade e conveniência nos bairros em que opera.

Em 2020, as vendas da Ara atingiram 854 milhões de euros, um crescimento de 8,9% (+24,4% em moeda local) face ao ano anterior, com um incremento de vendas no mesmo parque de lojas de 10,2%.

Ara - Vendas Líquidas (milhões de euros)



Apesar dos constrangimentos no sector da construção durante grande parte do ano, a insígnia deu continuidade à execução do seu plano de expansão e abriu 56 lojas, tendo encerrado nove e terminou o ano com um total de 663 localizações. Actualmente, a Ara conta com 152 lojas no Eixo Cafeteiro, 251 lojas na Costa do Caribe e 260 lojas na região de Bogotá.

A Ara manteve a sua actividade promocional ao longo do ano, proporcionando descontos semanais através do, já tradicional, folheto “El Rebajon”, com produtos a preços imbatíveis e desenvolvendo múltiplas actividades de âmbito regional. Destacou-se a acção “Mundo Aventura”, desenvolvida em parceria com um reconhecido parque de aventuras no sul de Bogotá, que contribuiu para o reforço da ligação emocional com os seus “vecinos”.

Associando-se ao Carnaval de Barranquilha, o segundo mais importante da América Latina, a Ara promoveu várias iniciativas, como o “desafio arajoo”, em que os participantes ganhavam bilhetes para o palco da Ara. A participação, em parceria com os seus fornecedores locais, nesta celebração tão importante no país, reforçou a presença e notoriedade da marca junto dos consumidores e nas redes sociais.

Com o mesmo intuito, a insígnia esteve presente na feira de Manizales e no festival de Villavicencio, dois dos eventos mais importantes destas regiões.

A Companhia viu-se obrigada, a partir do segundo trimestre do ano, a adaptar a sua estratégia, ajustando-se à nova realidade, em clima de pandemia, reforçando a sua proposta de valor nas categorias de perecíveis, em particular, em carne e Frutas e Vegetais com o intuito de reforçar o conceito de “one stop shop”.

Relativamente à estrutura operacional, procedeu-se à revisão de custos, à optimização de processos de negócio e redefinição do plano de investimento, adiando a abertura de cerca de 50 lojas, dadas as restrições existentes no sector da construção.

O trabalho efectuado ao nível da eficiência de custos, permitiu ainda mitigar o significativo aumento de encargos incorridos pela Companhia para garantir as medidas de segurança para o combate à Covid-19.

A Companhia continuou a apostar no desenvolvimento da sua Marca Própria, com produtos diferenciadores e inovadores. Dos mais de 600 produtos exclusivos que fazem parte do seu sortido, merecem destaque, pela oportunidade de democratizar o acesso a produtos de higiene pessoal e cosmética, a gama Be Beauty e a nova marca de cosmética Nazu. As gamas de Marca Própria, que em 2020, representava cerca de 44% das vendas, resultam da colaboração com quase duas centenas de fornecedores locais.

Num contexto desafiante, em que a maioria das famílias viu os seus rendimentos fortemente reduzidos em resultado dos efeitos da pandemia, a proposta de valor da Ara, com foco especial no preço baixo, confirmou, mais do que nunca, a sua relevância para o consumidor colombiano, que continua a encontrar nas lojas Ara os melhores preços e promoções o que proporciona verdadeiras oportunidades de poupança.

O contributo do aumento das vendas, aliado a medidas de eficiência e de controlo de custos, permitiu, a redução das perdas ao nível do EBITDA em 18,9% em moeda local (-29,0% em euros) face ao ano anterior.

4.2. Agro-Alimentar

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

4.2.1. Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

Mensagem do Director-Geral

2020 foi um ano desafiante, tendo a JMA conseguido, com sucesso, consolidar e reforçar as operações das unidades de negócio estabelecidas, bem como lançar novas áreas de negócio. Contudo, o maior desafio em 2020 foi manter a continuidade da produção, sem interrupção das operações, garantindo o abastecimento das insígnias do Grupo. Este desafio foi superado com sucesso graças ao esforço de todos no cumprimento das medidas de segurança e protecção adoptadas.

Apesar das elevadas restrições no contexto de pandemia, foi possível prosseguir com a execução do nosso plano estratégico e iniciar uma nova área de negócio: a produção de Frutas e Vegetais. Esta nova área traduziu-se, por um lado, na constituição de uma nova empresa - Outro Chão -, dedicada a produzir uvas biológicas sem grainha e, por outro, através da Best Farmer, na produção e abastecimento de frutos de terra (nomeadamente melões e melancias) com a mesma marca para as insígnias em Portugal (Pingo Doce e Recheio) e ainda para a Biedronka.

Na Aquacultura, cientes do valor acrescentado pela produção nacional, empenhámo-nos em assegurar o aumento de capacidade na nossa costa marítima, tendo sido obtida uma licença para a produção de peixe em offshore no Algarve.

Na Terra Alegre deu-se início ao abastecimento de leite achocolatado à Biedronka, facto que constitui a primeira demonstração que a JMA é uma área de negócio de cariz internacional e não se irá cingir ao mercado nacional.

Acreditamos que as pedras basilares já instaladas, nomeadamente a nossa equipa, estão preparadas para os desafios que se perspectivam para 2021 e serão o garante da sua execução com sucesso.

Desempenho em 2020

Durante o ano, a JMA manteve a sua missão de proteger e assegurar a sustentabilidade da cadeia de abastecimento de produtos estratégicos garantindo, em simultâneo, a segurança alimentar, a qualidade, a diferenciação e a disponibilidade dos produtos, a preços competitivos, consolidando a produção e capacidade instalada nas áreas de operação já em curso: Lacticínios (Terra Alegre), Agro-pecuária (Best Farmer) e Aquacultura (Seaculture).



Lançados no mercado em Outubro de 2019, os leites frescos Pingo Doce foram os primeiros leites pasteurizados de Marca Própria 100% nacionais, reflectindo o desenvolvimento de produtos inovadores e de grande qualidade a preços acessíveis.

Na área dos Lacticínios, e com a fábrica a trabalhar em todas as suas linhas de produção, a Terra Alegre, através do processo que iniciou com o leite fresco do Pingo Doce, conquistou em 2020 o reconhecimento e certificação em bem-estar animal, tendo sido a primeira empresa no mercado dos lácteos a obter esta distinção. A produção tem origem em vacarias também certificadas em bem-estar animal (nomeadamente da Best Farmer), sendo finalizada e posteriormente comercializada pela Terra Alegre.

Em 2020, a Terra Alegre aumentou o seu portefólio de produtos, no qual se destaca a gama de produtos sem lactose (leite UHT, leite fresco, natas e manteiga), e iniciou a venda de leite com chocolate à Biedronka.



Na área Agro-pecuária, onde são desenvolvidas as actividades de engorda de Angus e produção de leite através da Best Farmer, foi possível consolidar a capacidade instalada nas duas engordas de Bovino Angus no Cartaxo e Manhente. Foi também finalizado, apresentado e oficialmente aprovado o plano de projecto de modernização e aumento de capacidade da vacaria em Monte do Trigo, para tornar a operação mais eficiente e mais automatizada.

Durante 2020 foi renovada a certificação em bem-estar animal das unidades de produção pecuária (onde se inclui a vacaria que produz o leite fornecido, na sua totalidade, à fábrica de lacticínios) tendo sido mantido o compromisso de, por um lado, garantir a sustentabilidade na produção animal e, por outro, assegurar a qualidade superior dos produtos fornecidos.

2020 foi marcado pela entrada numa nova área produtiva: Frutas e Vegetais. Neste sentido, a JMA criou, em parceria, a empresa Outro Chão, que terá como objectivo a produção de produtos biológicos de confiança, nomeadamente uvas biológicas sem grainha, a preços que permitam o acesso a todos os consumidores. Até ao final do ano, foram concluídos os trabalhos de preparação do terreno e instalação das infraestruturas. Adicionalmente, a Best Farmer realizou um teste bem sucedido em parceria com um produtor local, de produção de melões, meloas, melancias e abóboras em que foi lançada a sua marca.



Na Aquacultura, a produção de robalo e de dourada permitiram o fornecimento semanal às lojas do Pingo Doce e do Recheio, que continuou a ter um enorme sucesso junto dos clientes. O Grupo Jerónimo Martins continua a apostar na produção de robalo e dourada na costa portuguesa, tendo obtido a licença para construir de raiz uma unidade de aquacultura offshore no Algarve.

Durante o ano, a Seaculture prosseguiu ainda o estudo de investigação da produção de salmão em aquacultura offshore na costa portuguesa (em parceria com a Universidade de Aveiro e as empresas Nord e Ceia).

4.3. Retalho Especializado



4.3.1. Hebe

Mensagem do Director-Geral

Em 2020, a pandemia de Covid-19 teve um impacto muito negativo no mercado de Saúde e Beleza. No entanto, e num contexto extremamente exigente, a equipa da Hebe continuou a dar o seu melhor para ir ao encontro das necessidades dos clientes e reforçou a sua posição de mercado. A redução nas vendas causada pela pandemia obrigou-nos a repensar as nossas prioridades de forma a garantir a segurança dos nossos colaboradores e clientes, a continuidade das operações e a integridade financeira da Hebe.

Acelerámos o desenvolvimento da nossa proposta de valor única omnicanal para nos adaptarmos às alterações do comportamento dos clientes e aproveitar a oportunidade do boom de vendas online, que fez com que o e-commerce da Hebe atingisse um novo patamar. O plano de expansão de lojas revisto traduziu-se em 22 novas aberturas, levando o ano a terminar com um total de 266 localizações.

Continuámos a reforçar a diferenciação da Hebe através de melhorias frequentes do nosso sortido e com inúmeras optimizações nas lojas, tornando a experiência de compra ainda mais agradável.

2020 foi um ano sem precedentes. O nosso objectivo foi proteger a Companhia sem prejudicar o crescimento de longo prazo. Acreditamos que a Hebe tem tudo o que precisa para ser um dos vencedores do mercado após a pandemia. A visão e a estratégia permanecem inalteradas, e estamos preparados para ajustar as táticas a qualquer outra disrupção.

Desempenho em 2020

Apesar das condições desfavoráveis causadas pelo impacto da pandemia de Covid-19 nas vendas, o desempenho da Companhia registou efeitos positivos em vários aspectos.

A Hebe começou o ano com um crescimento muito rápido relativamente ao mercado, superando os concorrentes do sector em quase todas as categorias. A Companhia encontrava-se num cenário de acelerado crescimento quando a Covid-19 surgiu inesperadamente em Março. As restrições impostas pelo Governo ao longo do ano tiveram um impacto muito significativo na afluência às galerias comerciais e ao centro das cidades. A redução geral das vendas atingiu níveis sem precedentes. A este facto acresceu as diferenças observadas no comportamento do consumidor, sob o cenário pandémico, como o one-stop-shopping e a preferência pelo retalho de conveniência, o que favoreceu as lojas de proximidade com um sortido alimentar e não-alimentar, nomeadamente o formato discount.

Para compensar a queda de vendas, a Hebe implementou rapidamente as medidas necessárias para reajustar os custos e investimentos à nova realidade, protegendo, desta forma, a sua rentabilidade.

A insígnia aproveitou igualmente a oportunidade para acelerar a sua transformação omnicanal, com o e-commerce a tornar-se um canal de vendas relevante para a Companhia. Foram implementados novos elementos para melhorar significativamente a experiência online dos clientes com novas opções de entrega muito convenientes. A Hebe foi o primeiro retalhista de Beleza na Polónia a disponibilizar entregas em 2 horas e um serviço de recolha em loja, criando uma importante fonte de diferenciação. A Companhia lançou uma nova aplicação, já com mais de 500 mil downloads, para melhorar o processo de compras móvel, ao mesmo tempo que reforçou a sua oferta online, especialmente com mais produtos premium. Por último, a Hebe transformou o seu serviço ao cliente através da introdução de novas ferramentas e processos para aumentar a capacidade de resposta e tornar mais eficiente o tratamento das questões mais relevantes dos clientes.

Como parte da sua estratégia omnicanal, a Hebe relançou o seu programa de fidelização para aumentar o envolvimento dos clientes, melhorar a retenção, a frequência e o cabaz. O programa My Hebe alcançou 4,4 milhões de membros em 2020, 94% dos quais são mulheres. Perto de 60% das vendas da Companhia foram realizadas a clientes titulares do cartão de fidelização.

A Companhia continuou a investir nos seus canais digitais como uma fonte de interacção com os clientes, com cerca de 550 mil fãs no Facebook e 150 mil no Instagram. No final do ano, o canal YouTube contava com mais de 65 mil assinantes e mais de 11,5 milhões de visualizações.

A Hebe continuou a expandir a sua rede com 22 novas localizações, terminando o ano com 266 lojas.

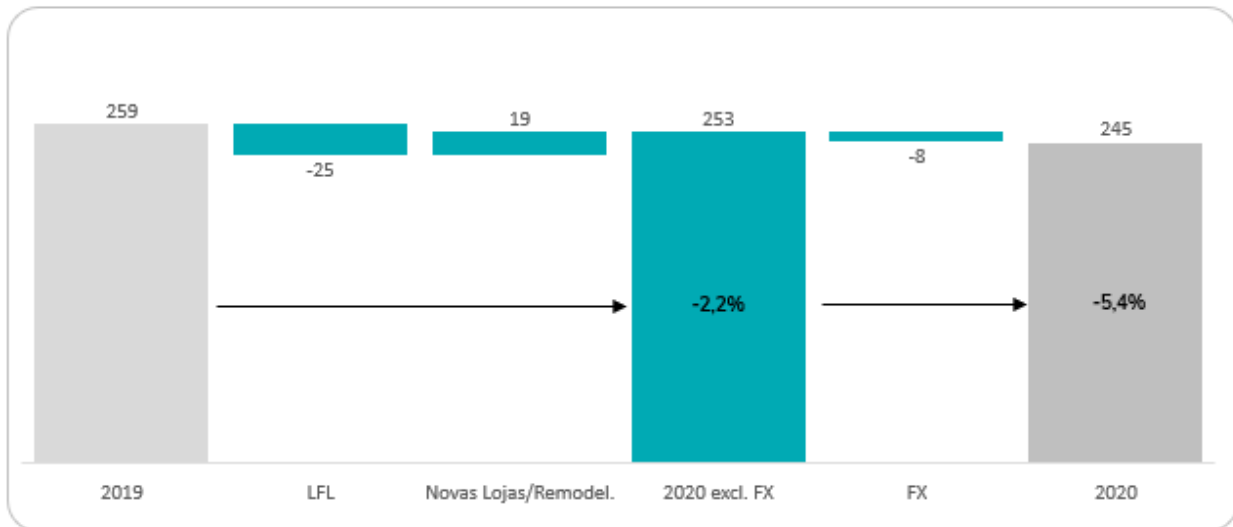
Para reforçar a experiência do cliente, melhorando ao mesmo tempo a produtividade, a Companhia continuou a rever a organização e processos nas lojas e deu início à implementação de self-checkouts, que deverá estar concluída em meados de 2021.

De forma a reforçar ainda mais a diferenciação, a Hebe começou a pôr em prática um novo layout para reflectir o seu foco crescente em marcas exclusivas e em Marcas Próprias, que em 2020 representaram mais de 25% das vendas totais.

Depois de vários anos a gerir e a desenvolver o negócio de farmácias e drogarias, a Hebe decidiu encerrar o negócio de farmácias, focando-se exclusivamente em drogarias, como canal e formato com o maior potencial de desenvolvimento no negócio de Beleza. Como tal, 48 farmácias (28 das quais com localização independente) foram encerradas no terceiro trimestre.

Em 2020, as vendas da Hebe diminuíram 2,2% em moeda local (-5,4% em euros). Este resultado foi alcançado num ambiente bastante desafiante e competitivo, com um impacto de vendas adicional devido à proibição de abertura de lojas aos domingos (menos seis dias de vendas). Como resultado, o EBITDA da Companhia reduziu-se para 19 milhões de euros, -7,6% em relação ao ano anterior.

Hebe - Vendas Líquidas (milhões de euros)



Mensagem do Director-Geral

2020 foi um ano sem precedentes que ficará para sempre na história das nossas vidas. Todas as relações familiares, profissionais e sociais foram perturbadas. O que tínhamos como garantido foi abalado por algo que não esperávamos e foi necessário adaptarmo-nos, aprender e, sobretudo, unir esforços para continuar a trabalhar e a servir, diariamente, todos aqueles que em nós confiam.

Estes meses, em que a pandemia nos tem posto à prova, foram muito duros mas demonstraram também a nossa capacidade enquanto equipa de reagir perante as adversidades. A Jeronymo e a Hussel estiveram e estarão sempre ao lado das suas pessoas, dos seus parceiros e dos seus clientes.

É com grande orgulho e satisfação que sinto que as nossas equipas nunca baixaram os braços, procurando adaptar-se a todas as exigências e dando o seu máximo contributo para o negócio.

O ano de 2021 vai continuar a representar um enorme desafio a que as nossas equipas saberão, uma vez mais, dar resposta, procurando reinventar-se para que o negócio volte a crescer.

Desempenho em 2020

Em 2020, devido à pandemia, as lojas Jeronymo e Hussel estiveram encerradas desde meados de Março, reabrindo a 15 de Junho, com um tráfego reduzido, atendendo às restrições que se mantiveram em vigor e que foram agravadas a partir do segundo fim-de-semana de Novembro.

Perante este contexto, as vendas da Jeronymo registaram um decréscimo de 45,1% face ao ano anterior.

Não obstante as limitações à operação, as Companhias desafiaram-se a superar as condicionantes, procurando adaptar-se à nova realidade, antecipando as necessidades dos seus clientes.

Assim, a Jeronymo estabeleceu uma parceira com a Glovo (em Lisboa e no Porto). Esta parceria, que se junta às já existentes com a Uber Eats e a Takeaway.com, veio permitir que seja cada vez mais fácil receber comodamente em casa a oferta das nossas cafetarias.

Ainda no sentido de maior proximidade com os seus clientes, a Web App lançada em 2019 permite agora efectuar encomendas e levantamento na sua loja de preferência.

Apesar das restrições, a Jeronymo continuou a apostar na inovação da sua oferta quer através de parcerias, como é o caso da colaboração com a Gleba (reconhecido produtor de pão), quer através de campanhas com foco em momentos especiais, como no Natal, permitindo logo no início do mês de Dezembro a possibilidade de efectuar encomendas.

Durante o ano de 2020, a Companhia continuou a apostar na inovação e retirou todas as paletinas e palhinhas de plástico da suas lojas. Este é mais um passo no sentido da redução do números de descartáveis e substituição por materiais sustentáveis, por forma a implementar uma economia circular.

Durante o ano a Companhia remodelou duas lojas. Adicionalmente, toda a rede Jeronymo obteve o selo "Clean and Safe" do Turismo de Portugal, zelando pela segurança dos nossos clientes e colaboradores através do cumprimento rigoroso de todos os requisitos de higiene.

Também a Hussel, muito afectada pelo encerramento de espaços comerciais e restrições que se foram registando ao longo do ano, apresentou vendas 46,3% abaixo de 2019. No entanto, tal como a Jeronymo, alavancou as suas parcerias com a Uber Eats e a Glovo em Lisboa, Porto e Algarve para permitir que os seus clientes pudessem receber ou oferecer os seus produtos.

A parceria criada com uma plataforma online, para potenciar o período da Páscoa, marcou o incursão da Hussel nas vendas através deste canal. Após o sucesso desta operação, aproveitou-se o relançamento do website da Companhia, numa versão muito mais inovadora e atractiva, para disponibilizar serviços de entrega, soluções de personalização e cabazes para empresas, com um período de entrega de 48 a 72 horas. Tal como a Jeronymo, a Hussel lançou uma Web App para que fosse possível aos seus clientes efectuarem encomendas com levantamento posterior em loja.

Dando continuidade ao projecto de *repackaging*, a Hussel passou a utilizar materiais 100% recicláveis e cartão de origem certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC®) e, por forma a reduzir o desperdício, estabeleceu ainda uma parceria com a Too Good to Go.

Na sequência do lançamento dos gelados artesanais de Marca Própria, a Companhia reposicionou totalmente a sua imagem da marca em 2020.

A insígnia operou 23 lojas durante o ano, tendo remodelado integralmente a loja de Oeiras, que duplicou a sua área de venda.

5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins

Biedronka

Em 2021, o crescimento das vendas mantém-se como a principal prioridade para a Biedronka. A maior Companhia do Grupo Jerónimo Martins pretende continuar a ir ao encontro das necessidades e expectativas dos consumidores polacos através da melhoria contínua do sortido e da estrutura de categorias, assim como do reforço da rede de lojas através da execução do plano de aberturas e remodelações. O objectivo permanentemente assumido é o de equilibrar a necessária adaptação às exigências e preferências dos consumidores com a preservação da eficiência e rentabilidade da operação.

Nesta linha, o foco na eficiência manter-se-á como estratégico, com a tecnologia a ter um papel relevante no plano de um ano em que se esperam desafios acrescidos ao nível do contexto operacional e em que passará a ser aplicado o imposto sobre as vendas dos retalhistas de maior dimensão.

A Companhia pretende, assim, continuar a desenvolver o projecto de self-checkouts nas suas lojas e a apostar em ferramentas que permitam aumentar a produtividade das suas operações e a qualidade do serviço prestado nas suas lojas.

Hebe

Apesar do contexto de incerteza, a Hebe irá continuar a sua transformação omnicanal para melhorar a experiência de compra, adaptando-se às expectativas em constante evolução dos seus clientes, com vista a reforçar ainda mais a sua diferenciação. O desenvolvimento das vendas *online* irá acelerar de uma forma muito significativa, tendo em consideração também a possibilidade de entrar em novos mercados.

Focada no crescimento, a Companhia irá reforçar a proposta de valor capitalizando nas suas principais características, que incluem uma estratégia de sortido, preços competitivos, experiência omnicanal e de uma qualidade única de serviço reconhecida pelos seus clientes. Tudo isto, juntamente com uma optimização do mix de margem e aumento contínuo da eficiência operacional, irá permitir à Hebe continuar a melhorar a sua rentabilidade.

Pingo Doce

Em 2021, o Pingo Doce continuará a assegurar a gestão mais imediata do negócio, mitigando os impactos da pandemia que permanece instalada, sem nunca esquecer a visão de futuro, através do foco nas vendas e na rentabilidade, bem como na salvaguarda dos seus colaboradores e clientes.

Os Frescos, a Marca Própria, as *Meal Solutions*, o Preço e a Sustentabilidade continuarão a ser os pilares principais da proposta de valor da insígnia e as suas áreas de maior investimento.

A Companhia pretende continuar a expandir a sua rede lojas, reforçando a sua presença e posição no mercado nacional, mantendo o foco em remodelar as suas lojas de forma a melhorar a experiência de compra do consumidor.

Recheio

No próximo ano, a Companhia vai continuar a colocar-se à prova, com vista a operar num contexto que ainda se prevê muito exposto à pandemia de Covid-19, adaptando o seu modelo de negócio, alargando a rede de lojas do seu projecto de parceria com as lojas Amanhecer e apostando no canal *online*.

O Recheio vai dar continuidade à aposta na sua estratégia digital e pretende lançar a insígnia no *LinkedIn* e criar um *blog* no seu website institucional.

Em 2021 vamos também proceder à remodelação de mais uma loja, com o objectivo de melhorar de forma continuada a experiência de compra dos nossos clientes.

Em simultâneo, o Recheio pretende continuar a ajustar a sua operação tornando-a ainda mais eficiente e com maior capacidade de resposta às necessidades dos seus clientes, de forma a mitigar a pressão nas vendas e a proteger a sua rentabilidade.

Ara

Para o ano de 2021, a principal prioridade da Ara é continuar a garantir a preferência dos clientes, apoiada na liderança de preço, na relevância da oferta e na proximidade aos consumidores, de modo a sustentar o crescimento das vendas e assegurar o caminho para a rentabilidade.

A crescente proximidade junto dos consumidores será alcançada por um reforço da expansão de lojas e da infraestrutura logística.

Num contexto pandémico e de incerteza sem precedentes que continuará a afectar toda a economia, a Ara não deixará de investir no crescimento das vendas e na eficiência operacional, de modo a prosseguir a trajectória de redução das perdas ao nível do EBITDA.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

Em 2021, para além de manter reforçada a nossa missão, dar-se-á prioridade a encontrar novos canais de venda para todas as áreas de negócio.

Assim, e depois de em 2020 a fábrica de lacticínios ter consolidado a sua produção, o que se espera é que em 2021 seja possível entrar em velocidade de cruzeiro e prosseguir com o lançamento de produtos de valor acrescentado no mercado.

A Best Farmer avançará a execução do projecto de modernização e aumento de capacidade da vacaria em Monte do Trigo e dará início à construção da nova unidade de engorda.

Queremos também garantir que iremos estudar o desenvolvimento de novos negócios na Agro-pecuária e Frutas e Vegetais.

A Seaculture continuará a apostar no reforço da rede de abastecimento, pretendendo, já no próximo ano, entrar no Mediterrâneo com novas unidades de aquacultura para produção de robalo e dourada. Ainda no âmbito da parceria com a Universidade de Aveiro, continuará o desenvolvimento do projecto de investigação de produção de salmão em aquacultura *offshore* na costa portuguesa.

Por último, na Outro Chão espera-se ter plantadas as primeiras vinhas de uva biológica sem grainha em 2021.

Jeronymo e Hüssel

Para 2021, a expectativa de ambas as insígnias é garantir o melhor serviço aos seus clientes, retomando a sua actividade normal logo que possível.

A Jeronymo, com permanente foco na melhoria do seu sortido, apostará no seu novo modelo de cafetaria. Da mesma forma, para a Hüssel, o foco será o de dinamizar e renovar as lojas, implementando a sua nova imagem.

6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

7. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da Sociedade tem mantido uma política de distribuição de dividendos baseada nas seguintes regras:

- valor do dividendo entre 40 a 50% dos resultados consolidados ordinários ajustados dos efeitos contabilísticos da adopção da IFRS 16, por os mesmos não representarem desembolsos de caixa;
- se da aplicação do critério acima resultar uma diminuição do dividendo de determinado ano, face ao atribuído no ano precedente, o Conselho de Administração, se considerar que tal diminuição decorre de situações anormais e meramente conjunturais, poderá propor que o anterior valor seja mantido e até mesmo utilizar para o efeito reservas livres existentes, quando tal utilização não ponha em causa os princípios adoptados em matéria de gestão de balanço.

Considerando a política acima descrita, o Conselho de Administração propôs no Relatório e Contas de 2019, aprovado no dia 19 de Fevereiro de 2020, que fossem distribuídos dividendos no montante de 216,8 milhões de euros, correspondente a um dividendo bruto de 0,345 euros por acção.

Tendo em conta o nível extremo de incerteza na fase inicial da pandemia de Covid-19, e a total falta de visibilidade sobre os seus impactos na actividade do Grupo, na sua reunião de 12 de Maio de 2020, o Conselho de Administração, seguindo um critério de prudência, decidiu alterar a anterior proposta de distribuição de dividendos e reduzir o payout de 50% para 30% dos resultados líquidos consolidados de 2019 (excluindo os efeitos contabilísticos da adopção da IFRS 16). Nessa altura reservou a possibilidade de serem distribuídas reservas livres, até ao final do ano de 2020, pelo valor da diferença face ao payout de 50%, se a evolução epidemiológica e os seus impactos assim o permitissem.

Desta forma, na Assembleia Geral de 25 de Junho de 2020, e seguindo a proposta do Conselho de Administração, foi deliberado distribuir dividendos no valor total de 130,1 milhões de euros, equivalente a um dividendo bruto de 0,207 euros por acção, pagos em Julho de 2020.

Considerando as contas consolidadas, relativas ao terceiro trimestre de 2020, em que o Grupo registou um desempenho robusto e apresentou uma situação financeira sólida e uma forte posição de caixa, decidiu o Conselho de Administração propor, em 28 de Outubro de 2020, que fossem distribuídas reservas livres aos accionistas, de forma a perfazer o rácio de payout de 50% dos resultados líquidos consolidados de 2019 (excluindo os efeitos contabilísticos da adopção da IFRS 16), em linha com a política de dividendos de Jerónimo Martins.

Assim, na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de Novembro de 2020, e seguindo a proposta do Conselho de Administração, foi deliberado distribuir reservas livres no montante total de 86,7 milhões de euros, correspondente a um valor bruto de 0,138 euros por acção, pagos em Dezembro de 2020.

O Grupo termina 2020 bem preparado, com uma inquestionável solidez de balanço e com posições competitivas reforçadas, que lhe permitirão lidar com os desafios de uma envolvente que, em 2021, ainda vai ser impactada pela pandemia de Covid-19.

Por isso, e apesar da incerteza prevalecente no actual contexto, entende o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Anual de Accionistas, a distribuição de 181 milhões de euros em dividendos, correspondente à aplicação da política definida.

Esta proposta corresponde a um dividendo bruto de 0,288 euros por acção (excluindo as 859 mil acções próprias em carteira) e representa um payout de cerca de 50% dos resultados líquidos consolidados (ou 46% dos resultados líquidos ordinários), excluídos os efeitos da aplicação da IFRS16.

A proposta de distribuição de dividendos permite ao Grupo preservar total flexibilidade para acelerar os seus planos de expansão e aproveitar qualquer potencial oportunidade de crescimento não orgânico, mantendo, em simultâneo, um balanço forte.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2020, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou resultados líquidos consolidados de 312.130.456,03 euros e resultados líquidos nas contas individuais de 436.502.478,15 euros.

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

Reservas Livres 255.513.422,79 euros;
Dividendos 180.989.055,36 euros.

Esta proposta de distribuição de resultados representa o pagamento de um **dividendo bruto de 0,288 euros** por acção, excluindo-se as acções próprias em carteira.

Lisboa, 2 de Março de 2021

O Conselho de Administração

9. Anexo ao Relatório de Gestão

Informação sobre a Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Empresa

(De acordo com o disposto no n.º 5 do Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.19		Aumentos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.20	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Andrzej Szlęzak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Elizabeth Ann Bastoni	-	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	20.509	-	-	-	-	-	20.509	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
María Ángela Holguín Cuéllar	-	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., não detinha quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2020, não tendo realizado, durante este ano, transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2020*

(De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008.)

Accionista	N.º de Acções detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,14%	353.260.814	56,14%
Heerema Holding Company Inc. Através da Sociedade Asteck, S.A.	31.464.750	5,00%	31.464.750	5,00%
JP Morgan Asset Management Holdings Através de Fundos de Investimento por si geridos	14.815.917	2,35%	14.815.917	2,35%
De entre os quais, através de JP Morgan Investment Management	n.a. **	n.a. **	n.a. **	2,04%
Comgest Global Investors, S.A.S.	12.983.594	2,06%	12.983.594	2,06%
T. Rowe Price Group, Inc. Através de T. Rowe Price International Ltd	12.821.174	2,04%	12.694.305	2,02%

* Fonte: Últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

** Informação não disponibilizada ao emitente.

10. Notas Reconciliatórias

(Seguindo as orientações da ESMA de Outubro de 2015 sobre Medidas Alternativas de Desempenho)

Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Resultados (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Vendas e Prestação de Serviços	Vendas e prestação de serviços
Margem	Margem
Custos Operacionais	Inclui as linhas de Custos de distribuição e Custos administrativos, excluindo o valor de Depreciações e amortizações (nota 3.2. Reporte por segmentos de actividade)
EBITDA	
Depreciação	Valor reflectido na nota 3.2. Reporte por segmentos de actividade
EBIT	
Custos Financeiros Líquidos	Custos financeiros líquidos
Ganhos em Joint Ventures e Associadas	Ganhos (perdas) em joint ventures e associadas
Outras Perdas e Ganhos	Inclui linhas de Outras perdas e ganhos operacionais; Ganhos/Perdas na alienação de negócios (quando aplicável) e Ganhos/Perdas em outros investimentos (quando aplicável)
EBT	Resultados antes de impostos
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	Imposto sobre o rendimento do exercício
Resultados Líquidos	Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam)
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Resultados Líquidos atribuíveis a JM	Resultado líquido atribuível aos Accionistas de Jerónimo Martins

Balanço

Balanço Consolidado (no Relatório de Gestão)	Balanço Consolidado (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Goodwill Líquido	Valor do Goodwill líquido apresentado na nota 9. Activos intangíveis
Activo Fixo Líquido	Inclui as linhas de Activos tangíveis e intangíveis excluindo o Goodwill líquido (nota acima) e Locações financeiras (nota abaixo)
Direitos de Uso Líquido	Inclui a linha de Direitos de uso deduzido do valor referente aos Activos de locações financeiras (2020: €12,4 milhões; 2019: €17,1 milhões) nos termos da norma IAS 17 que vigorava antes da adopção da IFRS16
Capital Circulante Total	Inclui as linhas de Devedores, Acréscimos e diferimentos correntes; Existências; Activos biológicos; Credores, acréscimos e diferimentos; Benefícios de empregados, assim como, o valor de €-14,9 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional. Exclui a linha de Acréscimos e diferimentos de juros (nota 18.3. Dívida financeira líquida).
Outros	Inclui as linhas de Propriedades de investimento, Partes de capital em joint ventures e associadas; Outros investimentos financeiros; Devedores, acréscimos e diferimentos não correntes; Impostos diferidos activos e passivos; Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar; Provisões para riscos e encargos. Exclui o valor de €-14,9 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional, assim como, quando aplicável, Depósitos colaterais associados à Dívida financeira (nota 14. Devedores, acréscimos e diferimentos)
Capital Investido	
Total de Empréstimos	Inclui as linhas de Empréstimos obtidos correntes e não correntes
Locações Financeiras	Valor reflectido nas linhas de Responsabilidades com locações correntes e não correntes, excluindo as responsabilidades com locações financeiras (nota abaixo)
Locações Operacionais Capitalizadas	Responsabilidades com locações financeiras (2020: €11,5 milhões; 2019: €16,5 milhões) nos termos da norma IAS 17 que vigorava antes da adopção do IFRS16.
Acréscimos e Diferimentos de Juros	Inclui a linha de Instrumentos financeiros derivados, assim como, a linha de Acréscimos e diferimentos de juros (nota 18.3. Dívida financeira líquida)
Caixa e Equivalentes de Caixa	Inclui a linha de Caixa e equivalentes caixa, assim como, quando aplicável, Depósitos colaterais associados à Dívida financeira (nota 14. Devedores, acréscimos e diferimentos)
Dívida Líquida	
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Capital Social	Capital social
Reservas e Resultados Retidos	Inclui as linhas de Prémio de emissão; Acções próprias; Outras reservas e Resultados retidos

Fundos de Accionistas

Cash Flow

Cash Flow (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
EBITDA	Corresponde à linha de Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante, incluindo rubricas que não geraram fluxos de caixa, e excluindo custos e proveitos que não têm natureza operacional (€10,9 milhões)
Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas	Inclui a linha de Pagamento de locações, excluída do montante de €4,1 milhões correspondente ao pagamento de locação financeira ao abrigo de anteriores normativos
Pagamento de Juros	Inclui a linha de Pagamento de juros de empréstimos, Pagamento de juros de locações e Juros recebidos
Imposto sobre o Resultado	Imposto sobre o rendimento pago
Fundos gerados pelas Operações	
Pagamento de Capex	Inclui as linhas de Alienação de activos fixos tangíveis e activos intangíveis; Alienação de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento; Aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis; Aquisição de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento. Inclui ainda aquisições de activos fixos tangíveis classificados como locação financeira ao abrigo de anteriores normativos (€0,0 milhões)
Variação de Capital Circulante	Inclui as Variações de capital circulante, acrescidas de rubricas que não geraram fluxo de caixa no montante de (€-56,5 milhões)
Outros	Inclui a linha Alienação de negócios (quando aplicável), e custos e proveitos que geraram fluxos de caixa, mas que não têm natureza operacional, no montante de €45,6 milhões
Cash Flow	Corresponde à Variação Líquida de caixa e equivalentes de caixa deduzida de Pagamentos e Recebimentos de dividendos, Variação líquida de empréstimos obtidos e variação de Depósitos colaterais associados a dívida financeira, acrescido das Aquisições de activos fixos tangíveis classificados como locação financeira (€0,0 milhões) e deduzido dos Pagamento de locações financeiras (€4,1 milhões), ambos ao abrigo de anteriores normativos

**Jerónimo
Martins**



DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	84
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	84
BALANÇO CONSOLIDADO	85
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	86
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	87

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Página

1. Actividade	88
2. Políticas contabilísticas	89
3. Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de actividade	101
4. Custos operacionais por natureza	104
5. Empregados	105
6. Custos financeiros líquidos	108
7. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados	108
8. Activos fixos tangíveis	111
9. Activos intangíveis	114
10. Propriedades de investimento	117
11. Locações	118
12. Instrumentos financeiros derivados	120
13. Existências	123
14. Devedores, acréscimos e diferimentos	123
15. Caixa e equivalentes de caixa	124
16. Capital e reservas	125
17. Resultado por acção	125
18. Empréstimos obtidos	125
19. Provisões	127
20. Credores, acréscimos e diferimentos	128
21. Garantias	129
22. Compromissos de capital	129
23. Contingências, activos contingentes e passivos contingentes	129
24. Partes relacionadas	132
25. Companhias subsidiárias	134
26. Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam	135
27. Interesses em joint ventures e associadas	135
28. Riscos financeiros	135
29. Informações adicionais exigidas por diplomas legais	141
30. Eventos subsequentes à data do balanço	141

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	Notas	Valores expressos em milhares de euros			
		2020		2019	
		4.º Trimestre 2020	4.º Trimestre 2019	4.º Trimestre 2020	4.º Trimestre 2019
Vendas e prestação de serviços	3	19.293.497	18.638.220	5.095.555	4.975.978
Custo das vendas	4	(15.066.790)	(14.562.712)	(3.985.063)	(3.891.437)
Margem		4.226.707	4.075.508	1.110.492	1.084.541
Custos de distribuição	4	(3.203.063)	(3.031.343)	(822.241)	(792.193)
Custos administrativos	4	(334.477)	(322.294)	(83.648)	(91.568)
Outras perdas e ganhos operacionais	4.1	(50.280)	(15.840)	(29.382)	(7.847)
Resultados operacionais		638.887	706.031	175.221	192.933
Custos financeiros líquidos	6	(180.489)	(158.704)	(40.221)	(31.630)
Ganhos (perdas) em joint ventures e associadas		114	(2)	40	(169)
Ganhos (perdas) em outros investimentos		144	1.901	94	(421)
Resultados antes de impostos		458.656	549.226	135.134	160.713
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	(135.936)	(128.459)	(40.924)	(29.416)
Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam)		322.720	420.767	94.210	131.297
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		10.590	30.901	1.259	7.993
Aos Accionistas de Jerónimo Martins		312.130	389.866	92.951	123.304
Resultado básico e diluído por acção - Euros	17	0,4967	0,6204	0,1479	0,1962

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	Notas	Valores expressos em milhares de euros			
		2020		2019	
		4.º Trimestre 2020	4.º Trimestre 2019	4.º Trimestre 2020	4.º Trimestre 2019
Resultados líquidos		322.720	420.767	94.210	131.297
Outros rendimentos integrais:					
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados	5.2	(670)	1.746	(670)	1.746
Imposto relacionado	7.3	150	(393)	150	(393)
Itens que não serão reclassificados para resultados		(520)	1.353	(520)	1.353
Diferenças de conversão cambial		(85.489)	14.274	(6.016)	29.205
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	12	48	35	55	(371)
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	12	25.986	(4.444)	220	(4.021)
Imposto relacionado		(2.188)	170	(1)	533
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		(61.643)	10.035	(5.742)	25.346
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(62.163)	11.388	(6.262)	26.699
Total de rendimentos integrais		260.557	432.155	87.948	157.996
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		10.586	30.845	1.255	7.937
Accionistas de Jerónimo Martins		249.971	401.310	86.693	150.059
Total de rendimentos integrais		260.557	432.155	87.948	157.996

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2020	2019
Activo			
Activos fixos tangíveis	8	3.817.255	3.969.937
Activos intangíveis	9	757.368	794.010
Propriedades de investimento	10	8.523	8.563
Direitos de uso	11	2.166.551	2.334.949
Activos biológicos		3.338	3.336
Partes de capital em joint ventures e associadas		5.594	5.193
Outros investimentos financeiros		1.327	1.327
Devedores, acréscimos e diferimentos	14	70.338	86.767
Impostos diferidos activos	7	163.420	138.130
Total de activos não correntes		6.993.714	7.342.212
Existências	13	973.919	1.038.627
Activos biológicos		4.786	5.563
Imposto sobre o rendimento a receber		17.467	11.469
Devedores, acréscimos e diferimentos	14	393.023	424.689
Instrumentos financeiros derivados	12	3.611	-
Caixa e equivalentes de caixa	15	1.041.390	929.311
Total de activos correntes		2.434.196	2.409.659
Total do activo		9.427.910	9.751.871
Capital próprio e passivo			
Capital		629.293	629.293
Prémios de emissão		22.452	22.452
Ações próprias		(6.060)	(6.060)
Outras reservas		(128.654)	(67.011)
Resultados retidos	16	1.491.097	1.396.293
		2.008.128	1.974.967
Interesses que não controlam		249.063	253.941
Total do capital próprio		2.257.191	2.228.908
Empréstimos obtidos	18	363.798	308.764
Responsabilidades com locações	11	1.896.547	1.999.293
Credores, acréscimos e diferimentos	20	779	764
Benefícios concedidos a empregados	5	70.079	69.669
Provisões para riscos e encargos	19	32.831	27.780
Impostos diferidos passivos	7	65.808	70.678
Total de passivos não correntes		2.429.842	2.476.948
Empréstimos obtidos	18	159.730	423.685
Responsabilidades com locações	11	376.694	384.980
Credores, acréscimos e diferimentos	20	4.153.837	4.182.149
Instrumentos financeiros derivados	12	404	3.056
Imposto sobre o rendimento a pagar		50.212	52.145
Total de passivos correntes		4.740.877	5.046.015
Total do capital próprio e passivo		9.427.910	9.751.871

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de euros

	Capital próprio atribuível aos Accionistas de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.						Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Capital	Prémios de emissão de acções	Acções próprias	Outras Reservas		Resultados retidos			Total
				Cobertura fluxos de caixa	Reservas cambiais				
Balanco em 1 de Janeiro de 2019	629.293	22.452	(6.060)	(50)	(76.996)	1.209.259	1.777.898	238.356	2.016.254
Variações no Capital Próprio em 2019									
Diferença de conversão cambial					14.451		14.451		14.451
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa				28			28		28
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras					(4.444)		(4.444)		(4.444)
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado						1.409	1.409	(56)	1.353
Outros rendimentos integrais	-	-	-	28	10.007	1.409	11.444	(56)	11.388
Resultado do exercício						389.866	389.866	30.901	420.767
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	28	10.007	391.275	401.310	30.845	432.155
Dividendos						(204.241)	(204.241)	(15.260)	(219.501)
Balanco em 31 de Dezembro de 2019	629.293	22.452	(6.060)	(22)	(66.989)	1.396.293	1.974.967	253.941	2.228.908
Balanco em 1 de Janeiro de 2020	629.293	22.452	(6.060)	(22)	(66.989)	1.396.293	1.974.967	253.941	2.228.908
Variações no Capital Próprio em 2020									
Diferença de conversão cambial				1	(87.669)		(87.668)		(87.668)
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa				39			39		39
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras					25.986		25.986		25.986
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado						(516)	(516)	(4)	(520)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	40	(61.683)	(516)	(62.159)	(4)	(62.163)
Resultado do exercício						312.130	312.130	10.590	322.720
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	40	(61.683)	311.614	249.971	10.586	260.557
Dividendos (nota 16.3)						(216.810)	(216.810)	(15.464)	(232.274)
Balanco em 31 de Dezembro de 2020	629.293	22.452	(6.060)	18	(128.672)	1.491.097	2.008.128	249.063	2.257.191

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2020	2019*
Resultados líquidos		312.130	389.866
Ajustamentos para:			
Interesses que não controlam		10.590	30.901
Impostos		135.936	128.459
Depreciações e amortizações		733.789	715.370
Provisões e outros custos e proveitos operacionais		56.246	33.288
Custos financeiros líquidos		180.489	158.704
Ganhos/perdas em empresas associadas		(114)	2
Ganhos/perdas em outros investimentos		(144)	(1.901)
Ganhos/perdas em activos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso		4.919	6.074
Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante		1.433.841	1.460.763
Variações de capital circulante:			
Existências		(30.955)	(84.777)
Devedores, acréscimos e diferimentos		22.005	(5.770)
Credores, acréscimos e diferimentos		197.996	276.380
Caixa gerada pelas operações		1.622.887	1.646.596
Imposto sobre o rendimento pago		(174.012)	(154.503)
Fluxos de caixa de actividades operacionais		1.448.875	1.492.093
Actividades de investimento			
Alienação de activos fixos tangíveis e activos intangíveis		3.822	1.831
Alienação de outros invest. financeiros e de propriedades de investimento		-	5.000
Juros recebidos		2.370	3.611
Dividendos recebidos		206	96
Aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis		(513.702)	(575.529)
Aquisição de outros invest. financeiros e de propriedades de investimento		-	(6)
Aquisição de investimentos em joint ventures e associadas		(350)	(2.000)
Depósitos colaterais associados a dívida financeira		19.367	-
Fluxos de caixa de actividades de investimento		(488.287)	(566.997)
Actividades de financiamento			
Pagamento de juros de empréstimos obtidos		(28.317)	(33.057)
Pagamento de juros de locações	6	(126.830)	(132.642)
Variação líquida de empréstimos obtidos	18	(145.906)	99.937
Pagamento de locações	11.2	(274.065)	(264.197)
Pagamento de dividendos	16.3	(232.274)	(219.501)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(807.392)	(549.460)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		153.196	375.636
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		929.311	545.988
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		153.196	375.636
Efeito das variações cambiais		(41.117)	7.687
Caixa e equivalentes de caixa no final de Dezembro	15	1.041.390	929.311

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

* Conforme permitido pela IAS 7, par. 18, os fluxos de caixa de actividades operacionais passaram a ser apresentados pelo método indirecto, tendo a informação relativa ao ano de 2019 sido reexpressa em conformidade.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA para o período intercalar

Valores expressos em milhares de euros

	2020	2019	4º Trimestre 2020	4º Trimestre 2019
Fluxos de caixa de actividades operacionais	1.448.875	1.492.093	560.522	424.010
Fluxos de caixa de actividades de investimento	(488.287)	(566.997)	(142.879)	(177.323)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	(807.392)	(549.460)	(242.933)	(47.062)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	153.196	375.636	174.710	199.625

Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

1. Actividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe de Jerónimo Martins (Grupo), que inclui as Companhias detalhadas nas notas 26 e 28. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2020 encontram-se detalhados no Capítulo II – Relatório de Gestão.

O Grupo actua no ramo alimentar, essencialmente no sector da distribuição e venda a retalho, com operações estabelecidas em Portugal, na Polónia e na Colômbia.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500 100 144.

A JMH está cotada na Euronext Lisbon desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 2 de Março de 2021.

Covid-19

O ano de 2020 fica marcado pelo impacto causado directa e indirectamente pela pandemia de Covid-19, a qual, para além dos impactos económicos e financeiros causados nas famílias e empresas, trouxe também alterações comportamentais que irão perdurar durante os próximos meses.

Desde que começaram a surgir os primeiros casos, nomeadamente nas regiões onde actua, o Grupo passou a acompanhar de perto todos os desenvolvimentos relacionados com a doença, implementando de forma criteriosa as medidas consideradas adequadas por vezes em antecipação em relação às recomendações emanadas das Autoridades de Saúde.

A Direcção Executiva do Grupo, em coordenação directa com os Directores Gerais e Equipas Executivas das Companhias, actuou como Gabinete de Crise e assumiu a gestão do plano de continuidade de negócio, garantindo a elaboração dos planos de acção e de prevenção considerados necessários e adequados, de forma a antecipar e mitigar os efeitos adversos e os impactos económicos e financeiros da pandemia nas actividades do Grupo. Estes planos têm sido constantemente revistos e actualizados, tendo em conta a evolução da pandemia e dos seus efeitos em cada uma das geografias em que o Grupo está presente.

Sob esta coordenação, as Companhias do Grupo implementaram as medidas operacionais necessárias para reforçar a segurança dos seus colaboradores, clientes e demais stakeholders, introduzindo os necessários ajustes nas respectivas cadeias de abastecimento, nas fases de confinamento e desconfinamento.

Registou-se, no conjunto de todas as Companhias, um acréscimo de 41 milhões de euros ao nível dos custos operacionais em resultado directo das medidas e contribuições relacionadas com a pandemia. A estes custos acresceram, a nível de Outras Perdas e Ganhos, 22 milhões de euros, dos quais mais de 19 milhões de euros respeitam à distribuição, no final do ano, de um valor às equipas na linha da frente, em reconhecimento do seu compromisso e sentido de missão num ano tão difícil, e 3 milhões de euros concernem ao reforço de provisões para valores a receber cujo risco de não realização aumentou substancialmente devido à pandemia.

Todas as Companhias do Grupo implementaram planos rígidos de controlo de custos, que permitiram minimizar o impacto deste aumento de custos nas respectivas rentabilidades.

Tendo em conta os factos ocorridos até ao momento, apesar dos próximos meses deverem continuar envoltos em incerteza quanto à situação epidemiológica, ao impacto dos planos de vacinação iniciados no final de 2020 e às medidas implementadas nos vários países, não se estima que os efeitos da pandemia possam colocar em causa a continuidade das operações.

O Grupo espera continuar a mitigar os impactos deste contexto adverso, fortalecendo os seus modelos de negócio preparando o regresso a um contexto operacional mais normalizado e mantendo a sua visão estratégica de crescimento rentável, tal como esperado pelos Accionistas e restantes stakeholders.

A pandemia teve também impacto na apreciação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto, nas análises de recuperação dos activos fixos tangíveis, activos intangíveis e créditos comerciais a receber, estando esses impactos reflectidos nas respectivas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras e foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido o contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

Os montantes relativos aos trimestres, bem como as correspondentes variações, não se encontram auditados.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2020.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita a propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados, activos biológicos e activos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e pressupostos adoptados não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.6).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação:

2.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pelo Grupo

Entre Novembro de 2019 e Outubro de 2020 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adoptados pelo Grupo com efeitos a 1 de Janeiro de 2020:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2075/2019	Referenciações à Estrutura Conceptual nas normas IFRS (alterações)	Março 2018	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 2104/2019	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alteração de Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Material (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 34/2020	Reforma das taxas de juro de referência (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)	Setembro 2019	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 551/2020	IFRS 3 Combinações de Negócios: Definição de Negócio (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 1434/2020	IFRS 16 Locações: Concessões de rendas relacionadas com a Covid-19 (alterações)	Maio 2020	1 Janeiro 2020

O Grupo implementou as alterações acima, não tendo havido um impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE mas sem aplicação efectiva ao exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2020 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou entre Dezembro de 2020 e Janeiro de 2021 um conjunto de alterações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2097/2020	IFRS 4 Contratos de seguro (será substituída pela IFRS 17): Extensão da excepção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações)	Junho 2020	1 Janeiro 2021
Regulamento n.º 25/2021	IFRS 9 Instrumentos Financeiros; IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração; IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações; IFRS 4 Contratos de seguro; e IFRS 16 Locações - Reforma das taxas de juro de referência - fase 2 (alterações)	Agosto 2020	1 Janeiro 2021

Estas alterações são de aplicação efectiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adoptadas pela EU

O IASB emitiu entre Maio de 2017 e Maio de 2020 a seguinte norma e alterações que se encontram ainda em processo de adopção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	Maio 2017 e Junho 2020	1 Janeiro 2023
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações)	Janeiro e Julho 2020	1 Janeiro 2023
IFRS 3 Concentrações de actividades empresariais: Referências para a Estrutura Conceptual (alterações)	Maio 2020	1 Janeiro 2022
IAS 16 Activos fixos tangíveis: Rendimentos anteriores ao uso esperado (alterações)	Maio 2020	1 Janeiro 2022
IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes: Custos de cumprimento de contratos onerosos (alterações)	Maio 2020	1 Janeiro 2022
Ciclo 2018-2020 de melhoria às normas IFRS: IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 16 Locações e IAS 41 Agricultura (alterações)	Maio 2020	1 Janeiro 2022

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura desta nova norma e das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.4. Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, o Grupo não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2020, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores que obriguem à reexpressão das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.2. Bases de consolidação

Datas de referência

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2020, incluem os activos, os passivos e os resultados das Companhias do Grupo, entendido como o conjunto da JMH e das suas subsidiárias, empresas controladas conjuntamente (*joint ventures*) e associadas, as quais são apresentadas nas notas 25 e 27, respectivamente.

Concentração de actividades empresariais

No registo de transacções de concentração que envolvam entidades que se encontram sob controlo do Grupo, os activos e passivos são valorizados ao seu valor contabilístico, não havendo lugar ao apuramento de impactos em resultados.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar

esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos activos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer activo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos directamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido dos activos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os activos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controlo e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo justo valor quando o controlo é perdido.

As políticas contabilísticas seguidas pelas subsidiárias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, sempre que necessário, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem uma influência significativa, mas não o controlo, geralmente correspondentes a uma participação entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou prejuízos da associada depois da data da aquisição. A parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a parte nos movimentos pós-aquisição ocorridos em outros rendimentos integrais da associada é reconhecida também em outros rendimentos integrais com o correspondente ajustamento de contrapartida reconhecido na quantia registada do investimento. O investimento do Grupo em associadas inclui o *Goodwill* identificado na aquisição.

Quando a parte do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o investimento na associada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efectuado pagamentos em nome da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em acordos conjuntos

Acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui. O Grupo avaliou a natureza dos seus acordos conjuntos (ver nota 2.6) e para aqueles que determinou como sendo *joint ventures*, os mesmos foram contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os interesses em *joint ventures* são reconhecidos inicialmente pelo custo e ajustados depois para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição e outras variações em outros rendimentos integrais. Numa *joint venture*, quando a parte do Grupo nas perdas é igual ou excede os seus interesses no empreendimento conjunto (que inclui todos os interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efectuado pagamentos em nome da *joint venture*.

As políticas contabilísticas das *joint ventures* são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do exercício.

O Grupo realiza testes de imparidade ao *Goodwill* numa base anual ou mais frequentemente, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam uma potencial imparidade. O valor reconhecido de *Goodwill* é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Sempre que o

valor contabilístico do Goodwill exceder o seu valor recuperável, a imparidade é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida (nota 2.5.1).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

Interesses que não controlam

Interesses que não controlam correspondem à proporção do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não são directa, ou indirectamente, atribuíveis a JMH.

Transacções com interesses que não controlam que não resultem na perda do controlo são contabilizadas como transacções de capital - isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos activos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam também são registados nos capitais próprios.

Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como activo financeiro.

Conversão das Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para euros utilizando o câmbio de fecho para os activos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções.

A diferença cambial decorrente da conversão é registada directamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 12).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O Goodwill e os ajustamentos ao justo valor, originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como activos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho. As correspondentes diferenças cambiais são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Saldos e transacções entre Empresas do Grupo

As transacções inter-companhias, os saldos e os ganhos não realizados entre subsidiárias e entre estas e a Empresa-Mãe são anulados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, salvo se o custo não puder ser recuperado.



Ganhos não realizados decorrentes de transacções com empresas associadas ou *joint ventures* são eliminados de acordo com a parcela de interesse do Grupo nas associadas ou *joint ventures*. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do activo transferido.

2.3. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa ou cobertura de investimentos em entidades estrangeiras ou quando estas respeitem a outros investimentos financeiros, que sejam instrumentos de capital próprio, para os quais as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios.

As principais taxas de câmbio consideradas a esta data foram as indicadas abaixo:

Taxas de câmbio de referência do euro (x de moeda estrangeira por 1 euro)	 Zloty Polaco (PLN)	 Peso Colombiano (COP)
Taxa em 31 de Dezembro de 2020	4,5597	4.212,0200
Taxa média do ano	4,4443	4.203,8800
Taxa em 31 de Dezembro de 2019	4,2568	3.685,7100
Taxa média do ano	4,2968	3.680,6200

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Os instrumentos financeiros são compensados e a sua quantia líquida é apresentada no Balanço Consolidado se existir um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de pagar numa base líquida, realizando os activos e liquidando os passivos em simultâneo.

2.4.1. Activos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os activos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados como sendo ao custo amortizado, ao justo valor através de Outros Rendimentos Integrais (ORI), ao justo valor através de resultados, ou derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efectiva, conforme apropriado.

A classificação dos activos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do activo financeiro e do modelo adoptado pelo Grupo para os gerir. Com excepção das contas a receber, o Grupo inicialmente mensura um activo financeiro pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção, no caso de um activo financeiro que não esteja ao justo valor através de resultados. Os custos de transacção de activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos directamente em resultados. Créditos comerciais a receber são mensuradas pelo preço da transacção determinado de acordo com a IFRS 15.

Para que um activo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de ORI, é necessário que ele possua fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (conhecido por "Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre a quantia principal em aberto. Esta avaliação é designada por teste SPPI e é executada ao nível do instrumento. O modelo adoptado pelo Grupo para gerir activos financeiros refere-se à forma como os seus activos financeiros são geridos para obtenção dos fluxos de caixa. O modelo adoptado determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos activos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos activos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os activos financeiros ao custo amortizado se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Os activos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efectiva e são sujeitos a testes de imparidade. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando o activo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Os activos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente créditos comerciais a receber.

ii. Activos financeiros ao justo valor através de ORI

O Grupo mensura os activos financeiros ao justo valor através de ORI se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo comum de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e para venda, e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Para instrumentos de dívida ao justo valor através de ORI, rendimento de juros, reavaliação cambial e perdas ou reversões de imparidades são reconhecidas na demonstração dos resultados e tratadas da mesma maneira que os activos financeiros ao custo amortizado. O restante justo valor é reconhecido em ORI. Após o desreconhecimento, o justo valor acumulado reconhecido anteriormente em ORI é reciclado para resultados.

O Grupo não detém quaisquer activos financeiros nesta categoria.

iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de ORI (instrumentos de capital)

Depois do reconhecimento inicial, o Grupo pode decidir classificar de forma irrevogável instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI quando eles cumprem a definição de capitais próprios e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base instrumento a instrumento.

Ganhos ou perdas nestes activos financeiros reconhecidos anteriormente em ORI nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos como proveitos financeiros na demonstração de resultados quando o direito ao seu recebimento for estabelecido. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI não são sujeitos a testes de imparidade.

O Grupo elegeu classificar de forma irrevogável os seus instrumentos de capital não cotados dentro desta categoria. Os instrumentos de capital são registados ao custo quando o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade.

iv. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria corresponde aos activos financeiros que não cumprem com os critérios para custo amortizado ou justo valor através de ORI e incluem os activos financeiros detidos para negociação, activos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados ou activos financeiros requeridos que sejam mensurados ao justo valor.

Os activos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem adquiridos com o objectivo de serem vendidos ou recomprados num curto prazo. Derivados, incluindo derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam designados como instrumentos de cobertura efectiva. Activos financeiros com fluxos de caixa que não sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, independentemente do modelo adoptado. Activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor, com as alterações líquidas do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Esta categoria inclui os instrumentos derivados não considerados para contabilidade de cobertura.

Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: i. os direitos contratuais do Grupo a receber fluxos de caixa expiram; ii. o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse; ou iii. não obstante reter uma parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse, o Grupo transferiu o controlo desses activos.

2.4.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumentos de cobertura efectiva, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transacção directamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem credores comerciais e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários e instrumentos financeiros derivados.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objectivo de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui também instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo que não sejam designados como instrumentos de cobertura numa relação de cobertura tal como definido na IFRS 9. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integral da taxa de juro efectiva. A amortização da taxa de juro efectiva é incluída nos custos financeiros na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada com o passivo é dispensada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o respectivo valor contabilístico é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5. Imparidade

2.5.1. Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando propriedades de investimento (nota 10), existências (nota 13) e impostos diferidos activos (nota 7.3), os activos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Independentemente de existirem indicadores de imparidade ou não, para o *Goodwill*, para activos intangíveis em curso e para outros activos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos activos do Grupo para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos associados à venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2. Imparidade de activos financeiros

Clientes, devedores e outros activos financeiros

O Grupo reconhece imparidades para perdas de crédito esperadas (PCE) em activos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As PCE são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efectiva original. Os fluxos de caixa estimados incluem os fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que façam parte integral dos termos contratuais.

As PCE são reconhecidas em duas etapas. Para exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCE são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento possíveis de ocorrer nos próximos 12 meses (PCE de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento do incumprimento (PCE considerando a vida do activo).

Para as contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das PCE, não atendendo às alterações no risco de crédito, mas reconhecendo uma provisão para perdas com base nas PCE considerando a totalidade da vida do activo em cada data de reporte. Na realização da avaliação da provisão para perdas, o Grupo tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

O Grupo considera um activo financeiro em incumprimento quando o prazo contratual de pagamento ultrapassou os 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo considera também um activo financeiro em incumprimento quando informação interna ou externa indica que é improvável que o Grupo receba integralmente as quantias contratuais pendentes, antes de considerar quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um activo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos fixos tangíveis, Activos intangíveis e Propriedades de investimento

A determinação do justo valor de propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos (incluindo Goodwill) é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Num contexto de grande incerteza quanto à evolução da pandemia de Covid-19, do seu impacto em termos de abrandamento económico e alterações no padrão de consumo, o Grupo reviu e ajustou os planos de negócio das várias Companhias, em conformidade.

Sendo difícil estimar os impactos de médio prazo, nos negócios do Grupo, verificou-se no final do exercício de 2020 que o impacto da crise pandémica teve diferentes graus de intensidade nas diferentes actividades. Em linha com as recomendações existentes, o Grupo procedeu a análises de sensibilidade aos pressupostos utilizados nos testes de imparidade ao Goodwill conduzidos em 2020, não existindo, a esta data, indicadores significativos de imparidade. Apenas num cenário muito conservador, de redução permanente de fluxos de caixa acima de 10%, sem que sejam tomadas quaisquer medidas correctivas, parte do Goodwill da unidade de negócio do Cash & Carry em Portugal poderá ter uma perda por imparidade (nota 9.4).

Determinação do prazo das locações em contratos que contenham opções de rescisão e renovação – Grupo como locatário

O Grupo determina o prazo da locação como o período não cancelável da locação, tendo em conta os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o contrato, se for razoável que o Grupo venha a exercê-la, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo não venha a exercê-la.

O Grupo possui vários contratos de locação que incluem opções de extensão e rescisão e aplica julgamento ao avaliar se deve ou não exercer as opções de renovar ou rescindir um contrato de locação. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a data de início dos contratos, o Grupo reavalia o prazo das locações se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estejam sobre o seu controlo e que afetam a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customização significativa no activo da locação). Estas opções são utilizadas por forma a maximizar a flexibilidade operacional na gestão das locações. A maioria das opções de estender ou rescindir um contrato são exercíveis apenas pelas companhias do Grupo e não pelo locador.

Pagamentos variáveis de locação

Alguns contratos de locação contêm condições de pagamento variáveis em função do volume de vendas de uma determinada loja. Para uma loja individualmente, a percentagem dos pagamentos variáveis face ao total do valor da renda pode chegar a 59% (62% em 31 de Dezembro de 2019), sendo que a percentagem sobre as vendas pode alterar significativamente de loja para loja. A remuneração variável é utilizada por diversos motivos, incluindo a diminuição dos custos fixos em lojas recém-implementadas. Os pagamentos variáveis em função das vendas da loja são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a condição que aciona esses pagamentos.

Um aumento de 5% nas vendas em todas as lojas do Grupo com contratos que incluam rendas variáveis, implicaria um aumento do pagamento total dos arrendamentos variáveis em aproximadamente m EUR 194 (m EUR 165 em 31 de Dezembro de 2019).

Locações – determinação da taxa de juro incremental

Na maioria das locações o Grupo não consegue determinar prontamente a taxa de juro implícita nos contratos, portanto utiliza a sua Taxa de Juro Incremental (TJI) para mensurar as responsabilidades com locações. A TJI é a taxa de juro que o Grupo teria de pagar para obter empréstimos de prazo e garantias similares, para adquirir um activo idêntico ao activo da locação num ambiente económico semelhante. Desta forma, a TJI reflete o que o Grupo teria de pagar, o que requer uma estimativa quando não existem taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, em subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas necessitam ser ajustadas para refletir os termos e condições do arrendamento (por exemplo quando os contratos não estão na moeda funcional da Companhia). O Grupo estima a TJI utilizando informação observável (como taxas de juro de mercado) quando disponível, sendo necessário fazer algumas estimativas específicas da companhia. A TJI média utilizada pelo Grupo para descontar as responsabilidades com locações foi de 5,77% (5,67% em 31 de Dezembro de 2019).

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles resultam de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado (ver nota 12).

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as Companhias do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1p.p., o impacto nas contas do Grupo seria o seguinte:

	Impacto nas contas do Grupo	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Portugal	1.964	55
Polónia	2.833	(72)

Um montante positivo significa um ganho nas contas do Grupo.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente, mudanças nos termos de pagamento do cliente e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades destes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva yield requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, a qualidade das obrigações e a identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, o Grupo definiu os seguintes intervalos:

Portugal

- Intervalo restrito [0,15% - 0,55%]
- Intervalo alargado [-0,05% - 0,75%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos actuários externos, decidiu reduzir a taxa de desconto de 0,55% para 0,35%.

Polónia

- Intervalo restrito [0,70% - 1,10%]
- Intervalo alargado [0,50% - 1,30%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos actuários externos, decidiu reduzir a taxa de desconto de 2,00% para 0,90%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido do Grupo, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Impacto nas responsabilidades com benefício definido				
	Pressuposto utilizado		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
	PT	PL			
Taxa de desconto	0,35%	0,90%	0,50%	(2.468)	2.567
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	4% / 3%	0,50%	1.965	(1.862)
Taxa de crescimento das pensões	3,00%		0,50%	555	(535)
Esperança média de vida	TV 88/90	GUS 2018	1 ano	1.130	(1.087)

Um montante positivo significa um aumento de responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável, ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando o Grupo espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar significativamente os resultados futuros.

Investimento em associadas

A Gestão avaliou o nível de influência que o Grupo tem na Novo Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A., com uma percentagem de controlo de 30% e uma percentagem de interesse de 15,3%. Atendendo ao regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de resíduos, que impossibilita a distribuição de reservas e de resultados retidos por este tipo de sociedades aos seus accionistas, não poderá este investimento ser classificado nas contas do Grupo enquanto uma associada, sendo por isso classificado como outros investimentos financeiros.

Investimento em acordos conjuntos

O Grupo detém 51% dos direitos de voto no acordo conjunto da JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR). Com base nos acordos contratuais com o outro Investidor, o Grupo tem o poder de nomear e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente todos os quadros superiores com poderes para dirigir as actividades relevantes da JMR são colaboradores de uma outra sociedade detida a 100% por Jerónimo Martins. Por essas razões, a Gestão concluiu que o Grupo tem capacidade prática para dirigir as actividades relevantes da JMR e, portanto, detém o controlo sobre a Companhia. Nestes termos, JMR é classificada como uma subsidiária, assim como as entidades que a JMR controla directamente.

2.7. Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transacções actuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1). No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros detidos para venda e activos biológicos ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado (nível 2). No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Outros investimentos financeiros

Os activos financeiros cotados encontram-se reflectidos no balanço ao seu justo valor. Os instrumentos de capital estão mensurados ao custo, deduzidos de imparidade uma vez que não é possível determinar o justo valor com fiabilidade.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados que se estima vir a pagar. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.8. Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os activos biológicos e os derivados over-the-counter contratados pelo Grupo, cujas avaliações são fornecidas pelas respectivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes.

2020	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	8.523	-	-	8.523
Activos biológicos				
Activos biológicos consumíveis	6.089	-	6.089	-
Activos biológicos de produção	2.035	-	2.035	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	1.609	-	1.609	-
Derivados de cobertura	2.002	-	2.002	-
Total de activos	20.258	-	11.735	8.523
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	120	-	120	-
Derivados de cobertura	284	-	284	-
Total de passivos	404	-	404	-
<hr/>				
2019	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	8.563	-	-	8.563
Activos biológicos				
Activos biológicos consumíveis	6.908	-	6.908	-
Activos biológicos de produção	1.991	-	1.991	-
Total de activos	17.462	-	8.899	8.563
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	415	-	415	-
Derivados de cobertura	2.641	-	2.641	-
Total de passivos	3.056	-	3.056	-

2.9. Instrumentos financeiros por categoria

	Activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados designados como instrumentos de cobertura	Activos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Outros activos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2020							
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa			1.041.390		1.041.390		1.041.390
Outros investimentos financeiros				1.327	1.327		1.327
Devedores, acréscimos e diferimentos			370.805		370.805	92.556	463.361
Instrumentos financeiros derivados	2.002	1.609			3.611		3.611
Outros activos não financeiros					-	7.918.221	7.918.221
Total de activos	2.002	1.609	1.412.195	1.327	1.417.133	8.010.777	9.427.910
Passivos							
Empréstimos obtidos			523.528		523.528		523.528
Responsabilidades com locações			2.273.241		2.273.241		2.273.241
Instrumentos financeiros derivados	284	120			404		404
Credores, acréscimos e diferimentos			3.824.393		3.824.393	330.223	4.154.616
Outros passivos não financeiros					-	218.930	218.930
Total de passivos	284	120	6.621.162	-	6.621.566	549.153	7.170.719
2019							
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa			929.311		929.311		929.311
Outros investimentos financeiros				1.327	1.327		1.327
Devedores, acréscimos e diferimentos			426.324		426.324	85.132	511.456
Outros activos não financeiros					-	8.309.777	8.309.777
Total de activos	-	-	1.355.635	1.327	1.356.962	8.394.909	9.751.871
Passivos							
Empréstimos obtidos			732.449		732.449		732.449
Responsabilidades com locações			2.384.273		2.384.273		2.384.273
Instrumentos financeiros derivados	415	2.641			3.056		3.056
Credores, acréscimos e diferimentos			3.879.714		3.879.714	303.199	4.182.913
Outros passivos não financeiros					-	220.272	220.272
Total de passivos	415	2.641	6.996.436	-	6.999.492	523.471	7.522.963

3. Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de actividade

3.1. Rédito de contratos com clientes

O Grupo opera principalmente na área da Distribuição Alimentar, com lojas em Portugal, Polónia e Colômbia. O rédito de contratos com clientes é reconhecido quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para os clientes considerando uma quantia que reflecte o montante que o Grupo espera ter direito a receber na troca por esses bens ou serviços.

Venda de bens

Na maioria das vendas de bens efectuadas pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente. Uma obrigação de desempenho corresponde a um compromisso de entregar bens ou serviços aos clientes que sejam distintos entre si.

Quando existem campanhas promocionais que oferecem aos clientes obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro, o Grupo difere a parte do rédito relativa a essa obrigação futura, sendo este reconhecido em resultados apenas quando a obrigação futura é satisfeita ou expira.

O Grupo implementou ainda programas de fidelização através da utilização de cartão cliente. Para as vendas efectuadas com recurso ao cartão cliente, o Grupo estima o justo valor dos benefícios atribuídos aos clientes, sendo diferido o rédito até ao momento em que o benefício é satisfeito ou expira.

Algumas vendas a clientes incluem direitos relativos a descontos comerciais de volume. O Grupo reconhece o rédito da venda dos bens líquido da estimativa do desconto comercial que se espera que o cliente venha a atingir na totalidade do ano.

Activos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução

Nas vendas a clientes, o Grupo estima os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: i. uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e ii. um activo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

Obrigações relativas a garantias

Na venda de bens, o Grupo presta as garantias em conjunto com os fornecedores, que decorrem da Lei, não vendendo extensões de garantias que devam ser reconhecidas como obrigação de desempenho separadas.

Actuação do Grupo como principal ou agente

O Grupo concluiu de forma genérica que actua como principal nos seus acordos de rédito, excepto para alguns serviços de agenciamento, dado que tipicamente controla os bens ou serviços antes destes serem transferidos para os clientes.

O Grupo opera em algumas lojas através de contratos de Mandato Comercial, celebrados com entidades terceiras, actuando o Grupo como principal, reconhecendo nessa medida a totalidade do rédito das vendas destas lojas.

Créditos comerciais a receber

Créditos comerciais a receber representam os direitos do Grupo a quantias que são incondicionais (apenas a passagem do tempo é requerida até que o pagamento do valor seja devido).

Activos e responsabilidades do contrato

Um activo do contrato é um direito a um valor em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente. Se o Grupo transferir bens ou serviços para um cliente antes do cliente pagar a quantia ou antes do pagamento ser devido, um activo do contrato é reconhecido pela quantia devida, que é condicional.

Uma responsabilidade do contrato é uma obrigação de transferir bens ou serviços para um cliente, para a qual o Grupo já recebeu a quantia (ou o valor já é devido) do cliente. Se o cliente pagar a quantia antes do Grupo lhe transferir os bens ou serviços, uma responsabilidade do contrato é reconhecida com a realização do pagamento ou o pagamento se torna devido (o que ocorrer primeiro). A responsabilidade do contrato é reconhecida como rédito quando o Grupo executa o contrato.

Serviços prestados e outros rendimentos

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço. Os proveitos relativos a descontos comerciais obtidos nas compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas, como dedução ao custo das mercadorias vendidas.

3.1.1. Saldos dos contratos comerciais

	2020	2019
Créditos comerciais a receber (nota 14)	42.827	64.188
Responsabilidades em contratos com clientes (nota 20)	6.885	3.628
Responsabilidades com reembolsos a clientes (nota 20)	629	788

Créditos comerciais a receber não são sujeitos a juros e são geralmente concedidos com prazo entre 30 e 90 dias.

Não existem quantias reconhecidas relativas a Activos dos contratos.

As responsabilidades em contratos com clientes incluem o rédito diferido relacionado com obrigações de desempenho futuro e as quantias recebidas relativas à venda de cartões presente a cliente, as quais vão ser reconhecidas apenas como rédito quando os cartões presente forem redimidos ou expirarem.

Responsabilidades com reembolsos a clientes estão relacionadas com descontos de volume retrospectivos, relativos a vendas que incluem descontos comerciais baseados em quantidades anuais adquiridas.

Não existem quantias reconhecidas relativas a activos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução, considerando que as devoluções de activos cuja responsabilidade é assumida directamente pelo Grupo não é material no contexto das Demonstrações Financeiras do Grupo.

3.2. Reporte por segmentos de actividade

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporting interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente à Direcção Executiva e ao Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam o desempenho de cada segmento e procedem à alocação dos recursos disponíveis.

A Gestão efectua o acompanhamento do desempenho das suas operações numa perspectiva geográfica e de acordo com a natureza do negócio. Considerando esta última perspectiva, foram identificados os segmentos de Retalho Portugal, Cash & Carry Portugal, Retalho Polónia e Retalho Colômbia. Para além destes, existem ainda outros negócios, que, no entanto, pela sua reduzida materialidade, não são reportados isoladamente.

A Gestão avalia o desempenho dos segmentos com base na informação sobre resultados antes de juros e impostos (EBIT). Esta mensuração exclui os efeitos de outras perdas e ganhos operacionais (ver nota 4.1).

As transacções entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, conforme descrito na nota 24.1, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo no tratamento de transacções com entidades não relacionadas.

Os segmentos operacionais identificados foram:

- Retalho Portugal: inclui a unidade de negócio JMR (supermercados Pingo Doce);
- Cash & Carry Portugal: inclui a unidade de negócio por grosso do Recheio;
- Retalho Polónia: contém a unidade de negócio da insígnia Biedronka;
- Retalho Colômbia: contém a unidade de negócio da insígnia Ara;
- Outros, eliminações e ajustamentos: inclui i. as unidades de negócio de menor materialidade (Cafetarias e lojas de chocolates, negócio Agro-Alimentar em Portugal e Retalho de Saúde e Beleza na Polónia); ii. as empresas que compõem a Holding do Grupo; e iii. os ajustamentos de consolidação do Grupo.

Informação detalhada referente aos segmentos operacionais em Dezembro de 2020 e 2019

	Retalho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retalho Polónia		Retalho Colômbia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Vendas e prestação de serviços	4.271.138	4.407.917	847.459	1.007.100	13.464.769	12.620.507	853.963	783.935	(143.832)	(181.239)	19.293.497	18.638.220
Inter-segmentos	393.330	454.256	4.564	5.392	1.580	1.609	-	-	(399.474)	(461.257)	-	-
Clientes Externos	3.877.808	3.953.661	842.895	1.001.708	13.463.189	12.618.898	853.963	783.935	255.642	280.018	19.293.497	18.638.220
Cash flow operacional (EBITDA)	222.892	263.532	32.929	60.492	1.252.357	1.184.732	(20.164)	(28.392)	(65.058)	(43.466)	1.422.956	1.436.898
Depreciações e amortizações	(151.442)	(150.597)	(20.495)	(19.769)	(470.206)	(457.614)	(48.279)	(47.180)	(43.367)	(39.867)	(733.789)	(715.027)
Resultados antes de juros e impostos (EBIT)	71.450	112.935	12.434	40.723	782.151	727.118	(68.443)	(75.572)	(108.425)	(83.333)	689.167	721.871
Outras perdas e ganhos operacionais											(50.280)	(15.840)
Resultados financeiros e ganhos em investimentos											(180.231)	(156.805)
Imposto sobre o rendimento do exercício											(135.936)	(128.459)
Resultado líquido atribuível a JM											312.130	389.866
Total de activos	2.231.469	2.237.044	426.246	480.098	5.639.797	5.868.688	760.113	862.144	370.285	303.897	9.427.910	9.751.871
Total de passivos	1.725.169	1.722.147	424.294	457.056	4.531.354	4.710.273	752.972	845.056	(263.070)	(211.569)	7.170.719	7.522.963
Investimento em activos tangíveis e intangíveis	91.231	142.685	9.678	24.548	301.999	380.848	30.410	98.185	36.366	22.974	469.684	669.240

Reconciliação entre EBIT e Resultados operacionais

	2020	2019
EBIT	689.167	721.871
Outras perdas e ganhos operacionais	(50.280)	(15.840)
Resultados operacionais	638.887	706.031

Activos financeiros com risco de crédito por segmento

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos activos financeiros, caracterizados por segmentos operacionais.

	Retailho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retailho Polónia		Retailho Colômbia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	39.480	40.121	12.209	21.998	767.420	716.654	40.181	48.880	182.100	101.658	1.041.390	929.311
Outros investimentos financeiros	183	183	1.139	1.139	-	-	-	-	5	5	1.327	1.327
Devedores, acréscimos e diferimentos	99.149	104.783	40.489	69.487	277.892	284.905	15.384	18.943	(62.109)	(51.794)	370.805	426.324
Instrumentos financeiros derivados	1	-	-	-	1.630	-	1	-	1.979	-	3.611	-
Total	138.813	145.087	53.837	92.624	1.046.942	1.001.559	55.566	67.823	121.975	49.869	1.417.133	1.356.962

Informação por geografia

No quadro abaixo são apresentadas as vendas e prestações de serviços e os activos não correntes por geografia:

	Vendas e prestações de serviços		Activos não correntes ⁽¹⁾	
	2020	2019	2020	2019
Portugal	4.729.846	4.974.833	2.135.361	2.148.334
Polónia	13.709.688	12.879.452	4.000.361	4.248.875
Colômbia	853.963	783.935	617.313	713.586
Total	19.293.497	18.638.220	6.753.035	7.110.795

(1) Incluem Activos fixos tangíveis, Activos intangíveis, Direitos de uso, Propriedades de investimento e Activos biológicos.

4. Custos operacionais por natureza

Custos operacionais por natureza

Os custos operacionais por natureza incluem:

- custo das mercadorias vendidas, deduzido de rappel de fornecedores e descontos obtidos relacionados com a actividade comercial e com publicidade em loja. Inclui ainda as matérias-primas consumidas no fabrico de produtos pelas companhias;
- custos de distribuição relacionados com a actividade principal de retalho em loja, logística e armazenagem;
- custos administrativos, relativos às actividades de suporte nos escritórios;
- outras perdas e ganhos operacionais.

Outras perdas e ganhos operacionais

Incluem outras perdas e ganhos operacionais que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro do Grupo, bem como a sua comparabilidade, sendo por isso apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções. Estas perdas ou ganhos são excluídas dos indicadores de desempenho operacional adoptados pela Gestão.

	2020	2019
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(15.024.745)	(14.540.197)
Varição de produção	3.373	2.587
Descontos pronto pagamento líquidos e juros pagos a fornecedores	23.074	36.590
Comissões sobre meios de pagamento electrónicos	(41.870)	(35.463)
Outros custos suplementares	(5.847)	(5.951)
Fornecimentos e serviços externos	(751.169)	(688.601)
Publicidade	(96.527)	(110.422)
Rendas e alugueres	(15.635)	(17.922)
Custos com pessoal	(1.750.891)	(1.629.433)
Custos de transporte	(200.568)	(204.325)
Depreciações e amortizações de activos tangíveis e intangíveis	(418.109)	(393.612)
Depreciações de direitos de uso	(315.680)	(321.758)
Ganhos/perdas com activos tangíveis e intangíveis	(6.109)	(7.441)
Ganhos/perdas com direitos de uso	1.190	1.367
Outras naturezas de ganhos e perdas	(55.097)	(17.608)
Total	(18.654.610)	(17.932.189)

4.1. Outras perdas e ganhos operacionais

Os custos operacionais por natureza incluem as seguintes outras perdas e ganhos operacionais consideradas materiais, as quais são excluídas dos indicadores de desempenho do Grupo por forma a permitir uma maior comparabilidade entre os vários períodos:

	2020	2019
Processos de contencioso legal	(1.939)	(1.238)
Custos com programas de reestruturação organizacional	(16.126)	(6.833)
Custos com encerramento de actividades e cancelamento de projectos	(6.664)	-
Write-off de activos e ganhos/perdas na alienação de activos fixos tangíveis	(827)	(4.830)
Perdas por imparidade de activos correntes	(5.853)	-
Alterações aos planos de benefícios de empregados e pressupostos actuariais	1.969	(2.939)
Reconhecimento de carácter extraordinário a colaboradores	(19.141)	-
Outros	(1.699)	-
Total	(50.280)	(15.840)

5. Empregados

5.1. Custos com pessoal

	2020	2019
Ordenados e salários	(1.316.551)	(1.217.524)
Segurança Social	(268.794)	(252.009)
Benefícios de empregados (nota 5.2)	(34.524)	(37.456)
Outros custos com pessoal	(131.022)	(122.444)
Total	(1.750.891)	(1.629.433)

Os outros custos com pessoal englobam, entre outros, seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação, contratações ocasionais e indemnizações.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 114.674 (2019: 110.224).

O número de empregados no final do ano foi de 118.210 (2019: 115.428).

5.2. Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais o Grupo efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração auferida pelos empregados incluídos nos planos.

Os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas pelo Grupo sobre as mesmas.

As contribuições do Grupo para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais o Grupo garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente pelo Grupo.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método das rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações

corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Benefícios pós-emprego (Plano de compensação para colaboradores do Grupo)

O Grupo implementou em 2019 um plano de compensação pós-emprego para colaboradores do Grupo, o qual se traduz numa contribuição anual para uma fundação que garante a sua gestão por terceiros, de forma independente. Estas contribuições têm as características de um plano de contribuição definida, atendendo a que o Grupo não tem qualquer responsabilidade por fazer contribuições, para além do montante anual definido pelo Conselho de Administração. O Grupo não assume ainda qualquer risco, nomeadamente sobre o valor dos activos nos quais as suas contribuições forem investidas, nem sobre o valor final dos benefícios a atribuir, recaindo esse risco na sua totalidade sobre os participantes no plano.

Prémio devido na idade da Reforma

Nos termos da legislação vigente na Polónia, quando um colaborador atinge a idade da reforma (independentemente de se reformar nesse momento ou não), poderá solicitar o pagamento de um prémio correspondente a um mês de salário, o qual apenas poderá receber uma vez durante a sua vida profissional.

Nestes termos, as responsabilidades com este prémio, existente em algumas empresas do Grupo, que constitui um plano de benefício definido, são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços passados, serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em algumas empresas do Grupo engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

Valores reflectidos em balanço nas rubricas de benefícios concedidos a empregados e credores, acréscimos e diferimentos:

	Benefícios concedidos a empregados		Credores, acréscimos e diferimentos	
	2020	2019	2020	2019
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo	14.503	15.154	-	-
Prémios de antiguidade – Plano de benefício definido	53.255	54.515	-	-
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	2.321	-	-	2.076
Compensação pós-emprego – Plano de contribuição definida	-	-	-	-
Total	70.079	69.669	-	2.076

Valores reflectidos na demonstração dos resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2020	2019	2020	2019
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	4.025	1.339	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	88	243	670	(1.746)
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	4.956	10.929	-	-
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	512	-	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	24.943	24.945	-	-
Total	34.524	37.456	670	(1.746)

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1 de Janeiro	-	15.000	15.154	18.146	54.515	46.923
Custos com juros	-	-	88	243	722	1.093
Custos dos serviços passados	-	-	-	-	(36)	-
Custos dos serviços correntes	28.968	26.284	-	-	6.715	7.036
(Ganhos) / perdas actuariais						
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	(1.353)
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	215	950	1.482	3.285
Alterações de experiência	-	-	455	(2.696)	(3.415)	868
Contribuições ou reformas pagas	(28.968)	(41.284)	(1.409)	(1.489)	(4.718)	(3.604)
Reclassificação de serviços passados (nota 20)	-	-	-	-	2.076	-
Diferenças de conversão cambial	-	-	-	-	(1.765)	267
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	14.503	15.154	55.576	54.515

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	Portugal		Polónia	
	2020	2019	2020	2019
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90	GUS 2018	GUS 2018
Taxa de desconto	0,35%	0,55%	0,90%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	3,00%	3,00%	3% - 4%	3% - 4%

Os pressupostos de mortalidade utilizados correspondem aos usualmente adoptados em Portugal e na Polónia, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas e a experiência de cada geografia. A análise de sensibilidade aos pressupostos está descrita na nota 2.6.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos 10 anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo	1.321	4.386	3.449
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	235	1.000	1.449
Prémios de antiguidade – Plano de benefício definido	4.481	21.651	29.697
Total	6.037	27.037	34.595

6. Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento.

Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	2020	2019
Juros suportados com empréstimos obtidos	(21.466)	(26.484)
Juros suportados com locações	(126.830)	(132.642)
Juros obtidos	2.210	3.595
Diferenças de câmbio	(8.256)	(475)
Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações	(21.439)	2.955
Outras perdas e ganhos financeiros	(6.636)	(5.239)
Justo valor de investimentos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos financeiros derivados (nota 12)	1.928	(414)
Total	(180.489)	(158.704)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado, bem como os juros de derivados de cobertura de justo valor e de cobertura de fluxos de caixa (nota 12).

As diferenças de câmbio em responsabilidades com locações respeitam à actualização cambial, à data de reporte (31 de Dezembro de 2020), dos contratos de arrendamento denominados em euros da subsidiária JMP (Biedronka) e JMDiF (Hebe), face ao valor reconhecido no final do exercício anterior (31 de Dezembro de 2019).

As outras perdas e ganhos financeiros incluem, entre outros, custos com a emissão de dívida do Grupo, reconhecida em resultados através do método da taxa de juro efectiva.

7. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevadas em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre o Goodwill e sobre as diferenças de reconhecimento inicial de um activo e passivo quando não são afectados, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual o Grupo estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que é esperada vigorar no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para as transacções que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal, o Grupo incorpora os efeitos dessa incerteza nas estimativas para impostos, sempre que não for provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal dado pelo Grupo. Os ativos e passivos relacionados com interpretações fiscais incertas são apresentados como activos ou passivos por impostos diferidos.

Para os processos de contencioso fiscal e para todas as situações em que a posição das autoridades tributárias é já conhecida, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (em que a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou,

procedendo-se ao seu pagamento (ainda que mantendo o contencioso fiscal), sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo.

7.1. Imposto sobre o rendimento do exercício

	2020	2019
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(170.732)	(171.695)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	2.497	13.622
Total	(168.235)	(158.073)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	31.712	28.795
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	486	(333)
Total	32.198	28.462
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	101	1.152
Total	101	1.152
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(135.936)	(128.459)

Os outros ganhos relativos a impostos registados incluem os juros de mora e compensatórios recebidos relativos a processos de contencioso decididos a favor do Grupo.

7.2. Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2020		2019	
Resultados antes de imposto		458.656		549.226
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal	22,5%	(103.198)	22,5%	(123.576)
Efeito fiscal gerado por:				
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países	(7,1)%	32.427	(6,3)%	34.674
Resultados não tributados ou não recuperáveis	10,5%	(48.120)	8,2%	(45.045)
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	(0,0)%	101	(0,2)%	1.151
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	3,3%	(15.091)	0,4%	(2.383)
Correcção da estimativa de anos anteriores	(0,5)%	2.497	(2,5)%	13.622
Equivalência patrimonial	(0,0)%	12	0,0%	-
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	0,0%	-	(0,0)%	28
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	1,0%	(4.564)	1,3%	(6.930)
Imposto sobre o rendimento do exercício	29,6%	(135.936)	23,4%	(128.459)

Em 2020 e 2019, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente.

Na Polónia, para 2020 e 2019, a taxa de imposto sobre o rendimento aplicada aos lucros fiscais foi de 19%.

Na Colômbia, a taxa de imposto sobre o rendimento foi de 32% em 2020 (33% em 2019). Em 2020, não havendo resultados fiscais positivos, é aplicada uma taxa de imposto de 0,5% (2019: 1,5%) sobre o valor do património líquido.

A correcção da estimativa de exercícios anteriores reconhecida em 2019 respeita à recuperação de imposto relativo a dupla tributação que havia sido pago em 2017, no contexto de uma operação de reorganização interna, da qual o Grupo recorreu, tendo-lhe sido atribuída razão.

7.3. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

2020	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos activos					
Provisões além dos limites legais	77.809	23.662	-	(5.375)	96.096
Actualização de activos para o justo valor	4.382	-	-	-	4.382
Benefícios concedidos a empregados	18.735	(5.076)	150	-	13.809
Prejuízos a recuperar	-	2.157	-	(55)	2.102
Efeito da aplicação da norma sobre locações	8.274	9.813	-	(619)	17.468
Outras diferenças temporárias	28.930	885	-	(252)	29.563
Total	138.130	31.441	150	(6.301)	163.420
Impostos diferidos passivos					
Actualização de activos para o justo valor	526	(3)	-	-	523
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	56.079	(882)	-	(3.295)	51.902
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12.444	-	-	(827)	11.617
Instrumentos de cobertura	(5)	-	9	-	4
Efeito da aplicação da norma sobre locações	-	4	-	-	4
Outras diferenças temporárias	1.634	124	-	-	1.758
Total	70.678	(757)	9	(4.122)	65.808
Variação líquida de imposto diferido	67.452	32.198	141	(2.179)	97.612
2019					
	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos activos					
Provisões além dos limites legais	66.750	10.318	-	741	77.809
Actualização de activos para o justo valor	4.915	(533)	-	-	4.382
Benefícios concedidos a empregados	13.151	5.977	(393)	-	18.735
Efeito da aplicação da norma sobre locações	-	8.216	-	58	8.274
Outras diferenças temporárias	30.024	(1.126)	-	32	28.930
Total	114.840	22.852	(393)	831	138.130
Impostos diferidos passivos					
Actualização de activos para o justo valor	534	(8)	-	-	526
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	61.334	(5.780)	-	525	56.079
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12.315	-	-	129	12.444
Instrumentos de cobertura	(12)	-	7	-	(5)
Outras diferenças temporárias	1.456	178	-	-	1.634
Total	75.627	(5.610)	7	654	70.678
Variação líquida de imposto diferido	39.213	28.462	(400)	177	67.452

7.4. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais de sociedades nas quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	Imposto	
	2020	2019
2020	-	6.923
2021	5.282	6.772
2022	2.661	5.270
2023	1.940	2.151
2024	3.360	6.336
2025 ou posterior	155.137	145.803
Total	168.380	173.255

8. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas é incluído no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais. Aquando da sua capitalização, a vida útil estimada do activo tem em consideração as características da remodelação. Se a loja estiver arrendada, a vida útil não irá exceder o período do contrato de arrendamento.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	12,5-25
Equipamento administrativo	10-25

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção do Grupo utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

8.1. Movimentos ocorridos no exercício

2020	Terrenos e recursos naturais *	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Activos em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo inicial	527.961	3.923.718	2.121.074	283.768	230.978	7.087.499
Diferenças cambiais	(19.689)	(177.977)	(86.944)	(12.115)	(17.771)	(314.496)
Aumentos	8.135	202.418	175.467	18.157	57.768	461.945
Alienações e abates	(128)	(27.155)	(84.200)	(8.453)	(3.743)	(123.679)
Transferências e reclassificações	1.687	66.782	37.264	14.658	(117.697)	2.694
Saldo final	517.966	3.987.786	2.162.661	296.015	149.535	7.113.963
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	1.541.749	1.369.643	206.170	-	3.117.562
Diferenças cambiais	-	(58.224)	(45.910)	(8.137)	-	(112.271)
Aumentos	-	177.339	197.216	30.268	-	404.823
Alienações e abates	-	(24.457)	(81.011)	(8.316)	-	(113.784)
Transferências e Reclassificações	-	(546)	529	395	-	378
Saldo final	-	1.635.861	1.440.467	220.380	-	3.296.708
Valor líquido						
Em 1 Janeiro de 2020	527.961	2.381.969	751.431	77.598	230.978	3.969.937
Em 31 Dezembro de 2020	517.966	2.351.925	722.194	75.635	149.535	3.817.255

*O saldo inicial de terrenos e recursos naturais é apresentado líquido de imparidades

2019	Terrenos e recursos naturais *	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Activos em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo inicial	514.836	3.612.975	1.968.811	300.631	146.007	6.543.260
Diferenças cambiais	3.014	26.031	12.804	1.658	1.641	45.148
Aumentos	8.191	281.207	220.019	17.729	131.130	658.276
Alienações e abates	(23)	(21.552)	(85.103)	(32.871)	(1.299)	(140.848)
Transferências e reclassificações	3.691	24.794	4.543	15.377	(46.501)	1.904
Transferências de/para propriedade de investimento	(1.748)	263	-	-	-	(1.485)
Alteração de política contabilística	-	-	-	(18.756)	-	(18.756)
Saldo final	527.961	3.923.718	2.121.074	283.768	230.978	7.087.499
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	1.377.459	1.266.726	212.022	-	2.856.207
Diferenças cambiais	-	8.380	6.626	1.115	-	16.121
Aumentos	-	172.722	179.100	27.650	-	379.472
Alienações e abates	-	(17.029)	(82.004)	(32.786)	-	(131.819)
Transferências e reclassificações	-	34	(909)	2.694	-	1.819
Transferências de/para propriedade de investimento	-	87	-	-	-	87
Perdas por imparidade	-	96	104	20	-	220
Alteração de política contabilística	-	-	-	(4.545)	-	(4.545)
Saldo final	-	1.541.749	1.369.643	206.170	-	3.117.562
Valor líquido						
Em 1 Janeiro de 2019	514.836	2.235.516	702.085	88.609	146.007	3.687.053
Em 31 Dezembro de 2019	527.961	2.381.969	751.431	77.598	230.978	3.969.937

*O saldo inicial de terrenos e recursos naturais é apresentado líquido de imparidades

Os aumentos de activos fixos tangíveis correspondem aos investimentos do Grupo em expansão de novas lojas e centros de distribuição, e em remodelações do parque de lojas existente. O programa de investimentos encontra-se melhor detalhado no ponto 3.2.6. - Execução do Programa de Investimento, do Capítulo II - Relatório Consolidado de Gestão.

Não existem encargos financeiros capitalizados no valor dos activos tangíveis.

8.2. Garantias

Não foram dados quaisquer activos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

8.3. Activos fixos tangíveis em curso

Estão considerados em activos tangíveis em curso essencialmente valores referentes à construção e remodelação de lojas e de centros de distribuição.

8.4. Testes de imparidade

Conforme referido na nota 2.5.1, o Grupo analisa à data de cada balanço se existem indicadores de eventuais perdas por imparidade em activos fixos tangíveis.

Havendo indicadores de eventuais perdas por imparidade num activo ou unidade geradora de caixa, o Grupo calcula o seu valor de uso de acordo com o método de Discounted Cash Flow (DCF).

Os valores de uso são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, sendo elaboradas projecções, a cinco anos, de *cash flows* futuros para cada um dos activos ou unidades geradoras de caixa, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Essas estimativas são elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	8,0% (2019: 8,0%)	1% (2019:1%)
Cash & Carry Portugal	8,0% (2019: 8,0%)	1% (2019:1%)
Retalho Polónia	8,0% (2019: 8,0%)	1,5% (2019:1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9,0% (2019: 9,0%)	1,5% (2019:1,5%)
Retalho Especializado Portugal	8,0% a 9,5% (2019: 8,0% a 9,5%)	1,7% (2019:1,7%)
Retalho Colômbia	11,0% (2019: 11,0%)	1,5% (2019:1,5%)

A taxa de desconto adoptada corresponde à taxa de rentabilidade exigida (*hurdle rate*), com base no custo médio ponderado do capital (WACC), estimado a cada um dos segmentos operacionais das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado Polaco e Colombiano, onde ainda é considerado existir potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio.

Covid-19

Atendendo ao contexto actual de pandemia de Covid-19, o Grupo optou por reflectir, nas suas projecções de médio e longo prazos, expectativas de crescimento mais defensivas, considerando que os efeitos económicos adversos se iriam manter nos próximos anos. No entanto, e não obstante os diferentes modelos de negócio e mercados em que opera, com expectativas de recuperação diferenciadas e a diferentes ritmos, é razoável admitir que os principais impactos em *cash flow* se possam fazer sentir nos próximos 2 anos, mas que todas as unidades de negócio se encontrem em fase de total recuperação no 3.º ano.

Dos testes de imparidade não resultaram perdas por imparidade significativas, o que vai ao encontro das expectativas da Gestão, que apontam efectivamente para não existirem perdas permanentes nos seus negócios, havendo já a clara expectativa de recuperação dos negócios a médio prazo para níveis pré-Covid-19.

Foram também efectuadas análises de sensibilidade aos principais pressupostos utilizados no cálculo base, sendo que apenas se verificam perdas por imparidade em cenários muito conservadores que não assumem ser tomadas quaisquer medidas correctivas.

A constante monitorização dos diferentes negócios levou, no entanto, o Grupo a identificar um conjunto de activos para os quais deixou de existir uma probabilidade de gerarem benefícios económicos futuros, quer por decisões de encerramento de actividade, quer por cancelamento de projectos em curso, tendo sido reconhecidos em 2020, *write-offs*, imparidades e outros custos associados no montante de m EUR 7.491.

9. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados pelo custo histórico deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade (nota 2.5).

Os custos associados a *Goodwill* e Marcas Próprias gerados internamente são registados na conta de resultados à medida que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados e de mão-de-obra directa.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros activos intangíveis

Despesas na aquisição de *trespasses*, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que se estime a obtenção de benefícios económicos futuros e seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Activos intangíveis de vida útil indefinida

A marca Pingo Doce, para além do *Goodwill*, é o único activo intangível de vida útil indefinida reconhecido, para o qual não existe um limite temporal a partir do qual se espere que deixe de gerar benefícios económicos para o Grupo. O *Goodwill* e os activos intangíveis com vida útil indefinida são testados para efeitos de imparidade à data do balanço e sempre que um determinado evento ou circunstância indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33
Trespasses	5-6,66

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço.

9.1. Movimentos ocorridos no exercício

2020	Goodwill	Despesas de desenvolv.	Software e prop. industrial e out. direitos	Trespases	Activos em curso	Total
Custo						
Saldo inicial	640.703	44.820	132.363	139.488	10.441	967.815
Diferenças cambiais	(20.616)	(1.915)	(7.551)	(6.278)	(364)	(36.724)
Aumentos	-	2.591	2.163	47	2.938	7.739
Alienações e abates	-	-	(62)	(3.329)	-	(3.391)
Transferências e reclassificações	-	2.286	(258)	-	(4.222)	(2.194)
Saldo final	620.087	47.782	126.655	129.928	8.793	933.245
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	37.346	26.640	109.819	-	173.805
Diferenças cambiais	-	(1.655)	(1.246)	(4.953)	-	(7.854)
Aumentos	-	3.495	3.352	6.439	-	13.286
Alienações e Abates	-	-	(31)	(3.323)	-	(3.354)
Transferências e Reclassificações	-	112	(118)	-	-	(6)
Saldo final	-	39.298	28.597	107.982	-	175.877
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2020	640.703	7.474	105.723	29.669	10.441	794.010
Em 31 de Dezembro de 2020	620.087	8.484	98.058	21.946	8.793	757.368

2019	Goodwill	Despesas de desenvolv.	Software e prop. industrial e out. direitos	Trespases	Activos em curso	Total
Custo						
Saldo inicial	637.486	41.726	126.763	138.107	7.457	951.539
Diferenças cambiais	3.217	284	1.158	991	53	5.703
Aumentos	-	723	3.483	433	6.325	10.964
Alienações e abates	-	(6)	(312)	(246)	-	(564)
Transferências e reclassificações	-	2.093	1.271	203	(3.394)	173
Saldo final	640.703	44.820	132.363	139.488	10.441	967.815
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	34.161	23.294	101.570	-	159.025
Diferenças cambiais	-	251	172	760	-	1.183
Aumentos	-	2.940	3.462	7.738	-	14.140
Alienações e Abates	-	(6)	(288)	(246)	-	(540)
Transferências e Reclassificações	-	-	-	(3)	-	(3)
Saldo final	-	37.346	26.640	109.819	-	173.805
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2019	637.486	7.565	103.469	36.537	7.457	792.514
Em 31 de Dezembro de 2019	640.703	7.474	105.723	29.669	10.441	794.010

O Grupo identificou como activos intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos, para além do Goodwill, a marca Pingo Doce, com valor líquido de m EUR 9.228.

As despesas de desenvolvimento são relativas à implementação de sistemas de informação.

9.2. Garantias

Não foram dados quaisquer activos intangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

9.3. Activos intangíveis em curso

Estão considerados em activos intangíveis em curso valores referentes à implementação de projectos de simplificação de processos, direitos de usufruto e trespases.

9.4. Testes de imparidade do Goodwill e outros intangíveis

O Grupo tem o Goodwill alocado por cada área de negócio, sendo este composto da seguinte forma:

Áreas de Negócio	2020	2019
Retalho Portugal	246.518	246.519
Cash & Carry Portugal	83.837	83.836
Retalho Polónia	281.224	301.234
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	8.508	9.114
Total	620.087	640.703

Como consequência da conversão cambial dos activos dos negócios da Polónia:

- o Goodwill afecto ao negócio da Polónia (Biedronka), no montante de m PLN 1.282.278, sofreu uma actualização no valor de m EUR 20.010 negativos;
- o Goodwill afecto ao negócio do Retalho de Saúde e Beleza na Polónia (Hebe), no montante de m PLN 38.796, sofreu uma actualização no valor de m EUR 606 negativos.

As unidades geradoras de caixa utilizadas na realização dos testes de imparidade do Goodwill, correspondem aos segmentos de negócio, sendo esse o nível mais baixo pelo qual o Goodwill é monitorizado pela Gestão.

Em 2020 foram efectuadas avaliações com base no valor de uso calculado de acordo com o método de DCF, que sustentam a recuperabilidade do valor de Goodwill.

Os valores das avaliações são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projecções, a cinco anos, de cash flow futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração. Estas projecções, para além da evolução do desempenho de cada unidade de negócio, incorporam os impactos esperados dos seus planos de investimento, ponderados pelos riscos a que os negócios se encontram expostos.

A marca Pingo Doce não está a ser amortizada sendo sujeita anualmente a testes de imparidade, com os mesmos pressupostos que são utilizados para o Goodwill. O mesmo se aplica para os activos intangíveis em curso.

Estas avaliações foram elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	8,0% (2019: 8,0%)	1% (2019:1%)
Cash & Carry Portugal	8,0% (2019: 8,0%)	1% (2019:1%)
Retalho Polónia	8,0% (2019: 8,0%)	1,5% (2019:1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9,0% (2019: 9,0%)	1,5% (2019:1,5%)

A taxa de desconto adoptada corresponde à taxa de rentabilidade exigida (*hurdle rate*), com base no WACC estimado, a cada uma das áreas de negócio das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas, de 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado Polaco, onde ainda é considerado existir potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio de acordo com os seus planos de negócio futuros.

A nota 2.6 apresenta a informação relativa à análise de sensibilidade aos testes de imparidade ao Goodwill.

Covid-19

Atendendo ao contexto actual de pandemia Covid-19, o Grupo optou por reflectir, nas suas projecções de médio e longo prazos, expectativas de crescimento mais defensivas, considerando que os efeitos económicos adversos se iriam manter nos próximos anos. No entanto, e não obstante os diferentes modelos de negócio e mercados em que opera, com expectativas de recuperação diferenciadas e a diferentes ritmos, é razoável admitir que os principais impactos em cash

flow se possam fazer sentir nos próximos 2 anos, mas que todas as unidades de negócio se encontrem em fase de total recuperação no 3.º ano.

Em cenários de quebra permanente de 10% dos fluxos de caixa esperados, não se verifica qualquer risco de recuperabilidade do Goodwill de qualquer das unidades de negócio. O risco de uma potencial perda por imparidade relativo ao Goodwill da unidade de negócio do Cash & Carry em Portugal poderá colocar-se num cenário muito conservador, em que se verifiquem reduções permanentes de fluxos de caixa acima dos 10% e sem que sejam tomadas quaisquer medidas correctivas.

10. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma *yield* que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação. Assim, os pressupostos utilizados na avaliação de cada activo variam de acordo com a sua localização e características técnicas tendo sido utilizada em média uma *yield* entre 8% e 9%.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos/perdas em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

Sempre que, por alteração do uso dos activos fixos tangíveis, estes sejam transferidos para a rubrica propriedades de investimento, os activos são mensurados ao justo valor e qualquer excesso apurado face ao valor contabilístico é registado como excedente de revalorização. Os ganhos e perdas subsequentes de revalorização (justo valor) são registados em resultados, de acordo com a IAS 40.

Se uma propriedade de investimento passar a ser utilizada nas actividades operacionais do Grupo, a mesma é transferida para activos fixos tangíveis e o justo valor à data da transferência passa a ser o seu custo de aquisição para efeitos contabilísticos.

Os activos não correntes são todas as propriedades de investimento cuja venda não se espera num período inferior a 12 meses.

	2020	2019
Saldo Inicial	8.563	11.676
Transferências	-	1.572
Variações de justo valor	(40)	(461)
Alienações	-	(4.224)
Saldo Final	8.523	8.563

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios inicialmente adquiridos para uso nas operações do Grupo e outros que foram efectivamente utilizados nessas operações durante um certo período de tempo, mas que se tornaram redundantes por não ser possível neles construir unidades geradoras de caixa, ou por se tornarem desnecessários para as operações devido a reestruturações das mesmas.

Em 2020, o montante de rendimentos obtidos com propriedades de investimento ascendeu a m EUR 42 (m EUR 56 em 2019), tendo sido reconhecidos custos no montante de m EUR 27 (m EUR 31 em 2019).

11. Locações

No início de cada contrato o Grupo avalia se o mesmo é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um activo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o activo locado fica disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para reflectir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor entre o tempo de vida útil do activo e o prazo da locação.

Os activos e passivos decorrentes de uma locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente. Sempre que exista informação que o permita, o Grupo elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba, essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efetuar durante o período da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações o Grupo utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para reflectir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos). A taxa média ponderada aplicada foi de 5,77% (oscilando entre 2,4% e 9,1%), determinada tendo em consideração as características do contrato (activo subjacente, garantias do contrato, moeda e prazo). A taxa média ponderada aplicada em 2019 foi de 5,67% (oscilando entre 2,5% e 8,9%).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, custos directos incorridos com a celebração do contrato de locação e pagamentos efetuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

O Grupo aplica a excepção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a excepção de reconhecimento de contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor. Os pagamentos efetuados referente a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

O Grupo aplicou o expediente prático descrito na alteração à IFRS 16 Locações, emitida pelo IASB em 28 de Maio de 2020, que possibilita, que as renegociações aos planos de pagamento de contratos de locação possam ser excluídas das análises de modificação aos contratos de locação, desde que as renegociações estejam relacionadas com a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2. Isto é, seguindo o expediente prático, as reduções de renda não foram consideradas como alterações aos contratos de locação, pelo que as responsabilidades com locações e por consequente os direitos de uso não foram remensurados, tendo o impacto da redução sido considerado na demonstração de resultados do exercício.

As locações do Grupo referem-se principalmente a contratos de arrendamento de espaços comerciais e armazéns, com períodos iniciais entre 5 e 20 anos, que podem ter períodos de extensão. Os contratos de locação não impõem covenants. Os direitos de uso são sujeitos a testes de imparidade, conforme referido na nota 2.5.1.

11.1. Movimentos ocorridos no exercício

2020	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Total
Custo					
Saldo inicial	-	2.561.859	35.261	53.482	2.650.602
Diferenças cambiais	-	(160.124)	(2.053)	(3.158)	(165.335)
Aumentos	925	157.935	4.760	8.038	171.658
Actualizações contratos de direitos de uso	-	145.285	5.346	313	150.944
Transferências e reclassificações	-	-	-	(507)	(507)
Cancelamento de contratos	-	(53.453)	(2.030)	(7.731)	(63.214)
Saldo final	925	2.651.502	41.284	50.437	2.744.148
Depreciações e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	290.252	8.390	17.011	315.653
Diferenças cambiais	-	(22.546)	(495)	(1.113)	(24.154)
Aumentos	6	293.165	8.436	14.073	315.680
Transferências e reclassificações	-	-	-	(379)	(379)
Cancelamento de Contratos	-	(20.484)	(1.322)	(7.397)	(29.203)
Saldo final	6	540.387	15.009	22.195	577.597
Valor líquido					
Em 31 de Dezembro de 2019	-	2.271.607	26.871	36.471	2.334.949
Em 31 de Dezembro de 2020	919	2.111.115	26.275	28.242	2.166.551

2019	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Total
Custo					
Saldo inicial	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	22.800	327	474	23.601
Aumentos	-	215.695	9.001	14.065	238.761
Actualizações contratos de direitos de uso	-	89.253	(17.677)	256	71.832
Alienações e abates	-	-	-	(93)	(93)
Transferências e reclassificações	-	-	-	(2.099)	(2.099)
Cancelamento de contratos	-	(80.371)	(22.148)	(1.078)	(103.597)
Alteração de política contabilística	-	2.314.482	65.758	41.957	2.422.197
Saldo final	-	2.561.859	35.261	53.482	2.650.602
Depreciações e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	2.039	53	132	2.224
Aumentos	-	297.687	8.878	15.193	321.758
Alienações e abates	-	-	-	(93)	(93)
Transferências e reclassificações	-	-	-	(1.838)	(1.838)
Cancelamento de Contratos	-	(9.474)	(541)	(928)	(10.943)
Alteração de política contabilística	-	-	-	4.545	4.545
Saldo final	-	290.252	8.390	17.011	315.653
Valor líquido					
Em 31 de Dezembro de 2018	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2019	-	2.271.607	26.871	36.471	2.334.949

11.2. Responsabilidades com locações

2020	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	384.980	1.999.293	2.384.273
Aumentos (novos contratos)	20.881	150.777	171.658
Pagamentos	(272.305)	(1.760)	(274.065)
Transferências	243.241	(243.241)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	20.505	95.238	115.743
Variações cambiais	(20.608)	(103.760)	(124.368)
Saldo final	376.694	1.896.547	2.273.241

2019	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	-	-	-
Alteração de política contabilística	370.964	2.042.191	2.413.155
Aumentos (novos contratos)	30.032	208.729	238.761
Pagamentos	(258.043)	(6.154)	(264.197)
Transferências	259.869	(259.869)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	(20.953)	(1.236)	(22.189)
Variações cambiais	3.111	15.632	18.743
Saldo final	384.980	1.999.293	2.384.273

11.3. Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

	2020	2019
Depreciações do exercício de direitos de uso		
Terrenos e recursos naturais	(6)	-
Edifícios e outras construções	(293.165)	(297.687)
Equipamento básico e ferramentas	(8.436)	(8.878)
Equipamento de transporte e outros	(14.073)	(15.193)
Subtotal	(315.680)	(321.758)
Juros do exercício das responsabilidades com locações	(126.830)	(132.642)
Ganhos / (perdas) no cancelamento de contratos	1.190	1.367
Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações	(21.439)	2.955
Subtotal	(147.079)	(128.320)
Rendas e aluguers (nota 4)		
Gastos com locações de curto-prazo	(1.196)	(745)
Gastos com locações de activos de valor reduzido	(5.474)	(6.042)
Gastos com contratos de locação com rendas variáveis	(736)	(1.128)
Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos	(13.081)	(10.007)
Rendimento resultante da redução temporária de rendas devido à pandemia	4.852	-
Subtotal	(15.635)	(17.922)
Total de gastos do exercício com locações	(478.394)	(468.000)

Em 2020 os pagamentos relativos a locações ascenderam a m EUR 416.530 (m EUR 414.761 em 2019).

12. Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o único objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposto. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados ou modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados directamente na demonstração dos resultados, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa e cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em outros rendimentos integrais. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Derivados não designados como instrumentos de cobertura

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IFRS 9. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

No início da relação de cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura e o objectivo da gestão dos riscos e a estratégia para realização da cobertura. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza dos riscos que estão a ser cobertos e como o Grupo irá medir se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de eficácia da cobertura. A relação de cobertura apenas qualifica para efeitos de contabilidade de cobertura se cumprir com todos os requisitos de eficácia seguintes:

- (i) Existe uma “relação económica” entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- (ii) O efeito do risco do crédito não “domina as alterações do valor” que resultam dessa relação económica;
- (iii) O rácio de cobertura da relação de cobertura é a mesma que resulta da quantidade do item coberto que o Grupo efectivamente cobre e a quantidade de instrumento de cobertura que o Grupo efectivamente usa para cobrir essa quantidade de item coberto.

As coberturas que cumprirem com todos os critérios de enquadramento para contabilidade de cobertura são registados conforme descrito abaixo:

Risco de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira existente de derivados, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais, na reserva de cobertura de fluxos de caixa. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afectam os resultados (por exemplo, quando uma transacção ou evento previsto que foi coberto se realiza). No entanto, tratando-se de uma cobertura de uma transacção futura que resulta no reconhecimento de um activo não financeiro (por exemplo: Existências), os ganhos ou perdas previamente diferidos em capital próprio são transferidos e incluídos na valorização inicial do activo.

Os ganhos ou perdas relacionados com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

Risco de taxa de câmbio (cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras)

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem.

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objectivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida directamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais em outros rendimentos integrais (nota 2.2).

Os swaps cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos swaps cambiais são reconhecidas directamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais (nota 2.2). Os ganhos e perdas acumulados em outros rendimentos integrais são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

	Notional	2020				Notional	2019			
		Activo		Passivo			Activo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de negociação										
Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/EUR)	1,3 M EUR	1	-	19	-	-	-	-	-	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/USD)	1,6 M USD	-	-	83	-	-	-	-	-	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (EUR/USD)	0,5 M USD	1	-	3	-	4 M USD	-	-	43	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/EUR)	41,9 M EUR	1.607	-	-	-	92 M EUR	-	-	352	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/USD)	0,7 M USD	-	-	15	-	6 M USD	-	-	20	-
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa										
Swap taxa de juro (PLN)		-	-	-	-	166 M PLN	-	-	26	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/USD)	3 M USD	22	-	-	-	2 M USD	-	-	1	-
Derivados designados como cobertura de investimentos em operações estrangeiras										
Forwards cambiais (PLN)	656 M PLN	1.980	-	284	-	649 M PLN	-	-	2.614	-
Total de derivados de negociação		1.609	-	120	-		-	-	415	-
Total de derivados designados como cobertura		2.002	-	284	-		-	-	2.641	-
Total de derivados activos/passivos		3.611	-	404	-		-	-	3.056	-

Instrumentos financeiros derivados de negociação

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição inerente à compra de mercadorias em moeda estrangeira. Para esse efeito, o Grupo contratou em 2020 forwards cambiais em euros e em zlotys, com vencimentos até Abril de 2021, com notional de m USD 2.800 e m EUR 43.200.

Cobertura de fluxos de caixa

Forwards cambiais

Em 2020 o Grupo tinha contratado um forward cambial para futura aquisição de mercadoria cujo notional ascende a m USD 3.000 e com data de vencimento a Março de 2021.

Swaps de taxa de juro

O Grupo procede à fixação de uma parte dos pagamentos futuros de juros de empréstimos, através da contratação de swaps de taxa de juro. O risco coberto é o indexante da taxa variável associada aos empréstimos. O objectivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O risco de crédito do empréstimo não se encontra coberto. No entanto, a avaliação efectuada ao risco de crédito do Grupo e a sua incorporação no justo valor dos instrumentos financeiros derivados registados em balanço resultaria num impacto imaterial em 31 de Dezembro de 2019. No decurso do exercício de 2020 o financiamento atingiu a sua maturidade tendo sido liquidado, bem como assim o swap que havia sido contratado.

Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição ao zloty. Para esse efeito, o Grupo contratou forwards cambiais, com vencimento em Abril de 2021.

Reflexos nas Demonstrações Financeiras

	2020	2019
Justo valor dos instrumentos financeiros em 1 de Janeiro	(3.056)	(162)
(Recebimentos) /pagamentos efectuados no exercício	(21.603)	1.979
Varição do justo valor de derivados de negociação (resultados)	1.928	(414)
Varição do justo valor de derivados de negociação (diferenças cambiais)	(25)	(2)
Varição do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (outras reservas)	48	35
Varição do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (diferenças cambiais)	1	-
Varição do justo valor de derivados de cobertura de invest. líquidos em entidades estrang. (reservas cambiais)	25.986	(4.444)
Custo com juros de derivados de cobertura (resultados)	(72)	(48)
Justo valor dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro	3.207	(3.056)

13. Existências

As existências são valorizadas ao menor, entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal das actividades, deduzido dos custos directamente associados à venda.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, sendo o método de custeio utilizado no registo das saídas de inventário o FIFO (*First In, First Out*).

Os produtos acabados e em vias de fabrico incluem na sua valorização as matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

	2020	2019
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.545	10.347
Produtos acabados e intermédios	1.636	1.902
Mercadorias	1.082.123	1.107.334
	1.097.304	1.119.583
Ajustamento para o valor de realização	(123.385)	(80.956)
Existências líquidas	973.919	1.038.627

Ajustamentos em existências para o valor de realização:

	2020	2019
Saldo em 1 de Janeiro	(80.956)	(57.737)
Constituição, reforço e transferências	(47.582)	(23.255)
Redução e reversões	-	644
Diferença cambial	5.153	(608)
Saldo em 31 de Dezembro	(123.385)	(80.956)

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

14. Devedores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pelo Grupo no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade (notas 2.4.1 e 2.5).

	2020	2019
Não correntes		
Outros devedores	67.449	65.385
Depósitos colaterais associados a dívida financeira	-	19.367
Custos diferidos	2.889	2.015
Total	70.338	86.767
Correntes		
Clientes comerciais	42.827	64.188
Outros devedores	117.175	124.371
Outros impostos a recuperar	8.040	7.617
Acréscimos de proveitos e custos diferidos	224.981	228.513
Total	393.023	424.689

Do total da rubrica de outros devedores não correntes, m EUR 64.372 (m EUR 63.138 em 2019) respeitam a liquidações adicionais de imposto, bem como adiantamentos por conta de imposto, cujo reembolso foi já solicitado (nota 23).

Em 2019 o Grupo detinha depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 19.367, com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas, que estavam a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros à subsidiária Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.. Estes depósitos foram libertados no 1.º trimestre de 2020 aquando do reembolso dos empréstimos.

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de m EUR 210.099 (m EUR 218.062 em 2019).

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 1.800 de custos com financiamentos contraídos, m EUR 3.858 de custos com seguros e m EUR 11.409 de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2020, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

Devedores correntes com valores vencidos são sujeitos a uma análise de probabilidade de perdas futuras, com base em informação histórica, atendendo à natureza da relação comercial estabelecida, bem como às garantias reais e seguros de crédito existentes, sendo reconhecidos reforços/reversões dos ajustamentos para perdas por imparidade quando tal se justifique (ver nota 28.2.1).

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

	2020	2019
Saldos devedores não considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	22.429	21.490
Vencidos há mais de 3 meses	15.148	12.386
Total	37.577	33.876
Saldos devedores considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	1.300	1.939
Vencidos há mais de 3 meses	13.966	12.551
Total	15.266	14.490

Dos valores vencidos a receber sem imparidade acima mencionados, m EUR 2.749 (2019: m EUR 1.880) encontram-se cobertos por garantias e seguros de crédito.

Os movimentos na imparidade registada para saldos devedores foram os seguintes:

	2020	2019
Saldo em 1 de Janeiro	17.766	20.111
Constituição, reforço e transferências	3.727	1.244
Redução e reversões	(1.939)	(1.945)
Diferença cambial	(451)	75
Utilização	(740)	(1.719)
Saldo em 31 de Dezembro	18.363	17.766

As perdas e reversões por imparidade relativas a outros devedores encontram-se incluídas na nota 4 - Custos operacionais por natureza, nas rubricas de “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas” no que diz respeito a disputas comerciais com fornecedores, no montante de m EUR 1.337 (2019: m EUR 1.055), e na rubrica de “Outras naturezas de ganhos e perdas” quando relativas a clientes e outros devedores, no montante de m EUR (3.125) (2019: m EUR (354)).

15. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço do Grupo, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2020	2019
Depósitos à ordem	753.030	541.454
Aplicações de tesouraria	284.174	383.816
Caixa	4.186	4.041
Total	1.041.390	929.311

Os depósitos à ordem correspondem a valores em bancos para fazer face a necessidades correntes de tesouraria bem como a recebimentos de clientes em trânsito.

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo aplicados em instituições financeiras.

Os ratings associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 28.2.1.

16. Capital e reservas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

16.1. Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2019: 629.293.220).

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida, não existindo acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pelo Grupo encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor de m EUR 22.452.

16.2. Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2020 o Grupo detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2020.

16.3. Dividendos

Os montantes distribuídos em 2020, de m EUR 232.274, correspondem a dividendos e reservas livres pagos aos accionistas da JMH no valor de m EUR 216.810 e aos interesses que não controlam que participam em Companhias do Grupo, no montante de m EUR 15.464.

16.4. Outras reservas e resultados retidos

Nas contas individuais da sociedade JMH é dada devida nota de todos os condicionalismos na utilização das reservas a distribuir e que compõem a situação patrimonial da Companhia, pelo que se recomenda a leitura expressa dessa informação.

17. Resultado por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

17.1. Resultado básico e diluído por acção

	2020	2019
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de acções ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias	312.130	389.866
Resultado básico e diluído por acção – Euros	0,4967	0,6204

18. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que o Grupo tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Os custos financeiros de empréstimos genéricos ou específicos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de activos qualificáveis, que levam necessariamente um período substancial de tempo para ficar disponíveis para o uso pretendido, são adicionados ao custo de tais activos, até ao momento em que os activos ficam efectivamente prontos para o uso pretendido.

Os rendimentos obtidos com o investimento temporário de empréstimos específicos ainda não utilizados nos activos qualificáveis são deduzidos aos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos.

O Grupo tem contratados programas de papel comercial no montante total de m EUR 365.000, dos quais m EUR 115.000 são de tomada firme. As emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de spreads variáveis. Foram realizadas algumas emissões de papel comercial, com vista a colmatar necessidades de tesouraria decorrentes da actividade normal do Grupo, mas sem utilização à data de 31 de Dezembro de 2020.

Foi negociada a extensão de prazo, por dois anos adicionais, de uma linha de descoberto bancário detida pela Jerónimo Martins Polska, S.A. e pela Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o. no montante de m PLN 150.000.

Foi contratado um novo financiamento celebrado entre o European Investment Bank, por um lado, e a Jerónimo Martins, SGPS, S.A., a Jerónimo Martins Polska, S.A. e a JM Nieruchomości Bis sp. z o.o, por outro, que visa financiar projectos de sustentabilidade energética na cadeia Biedronka, por um valor total de m PLN 720.000 (cerca de m EUR 160.000).

A Jerónimo Martins Colombia contratou com a International Finance Corporation, membro do World Bank Group, um empréstimo em pesos colombianos, a 7 anos, no montante superior a m COP 350.000.000, equivalente a m USD 95.000.

A contratação destes dois financiamentos permitiu que a maturidade média da dívida se fixasse nos 5,1 anos (1,7 anos em 2019).

18.1. Empréstimos correntes e não correntes

2020	Saldo inicial	Alteração pol. contab.	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes						
Empréstimos bancários	308.764	-	232.212	(151.049)	(26.129)	363.798
Total	308.764	-	232.212	(151.049)	(26.129)	363.798
Empréstimos correntes						
Descobertos bancários	34.099	-	(32.660)	-	(1.439)	-
Empréstimos bancários	389.586	-	(345.458)	151.049	(35.447)	159.730
Total	423.685	-	(378.118)	151.049	(36.886)	159.730

2019	Saldo inicial	Alteração* pol. contab.	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes						
Empréstimos bancários	277.524	-	108.128	(79.420)	2.532	308.764
Responsabilidades com locações financeiras	10.866	(10.866)	-	-	-	-
Total	288.390	(10.866)	108.128	(79.420)	2.532	308.764
Empréstimos correntes						
Descobertos bancários	-	-	33.782	-	317	34.099
Empréstimos bancários	346.531	-	(41.973)	79.420	5.608	389.586
Responsabilidades com locações financeiras	4.283	(4.283)	-	-	-	-
Total	350.814	(4.283)	(8.191)	79.420	5.925	423.685

* Com a adopção da norma IFRS16, os valores foram reclassificados para "Responsabilidades com locações" (ver nota 11.2).

18.2. Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

2020	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Empréstimos em PLN		218.526	2.677	128.729	87.120
Empréstimos em COP		305.002	157.053	112.614	35.335
Total	3,09%	523.528	159.730	241.343	122.455

2019	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Papel Comercial em EUR		50.000	50.000	-	-
Empréstimos em PLN		303.493	83.674	219.819	-
Empréstimos em COP		344.857	255.912	65.376	23.569
Descobertos bancários		34.099	34.099	-	-
Total	3,65%	732.449	423.685	285.195	23.569

A diminuição da taxa média de financiamento decorre principalmente da diminuição das taxas de juro de referência nestes dois países, como consequência económica da pandemia.

18.3. Dívida financeira líquida

Tendo o Grupo contratado diversas operações de cobertura cambial e de taxa de juro, bem como efectuado algumas aplicações financeiras de curto prazo, o montante líquido da dívida financeira consolidada à data do balanço é o seguinte:

	2020	2019*
Empréstimos não correntes (nota 18.1)	363.798	308.764
Empréstimos correntes (nota 18.1)	159.730	423.685
Responsabilidades com locações não correntes (nota 11.2)	1.896.547	1.999.293
Responsabilidades com locações correntes (nota 11.2)	376.694	384.980
Instrumentos financeiros derivados (nota 12)	(3.207)	3.056
Acréscimos e diferimentos de juros	272	423
Caixa e equivalentes de caixa (nota 15)	(1.041.390)	(929.311)
Depósitos colaterais associados a dívida financeira (nota 14)	-	(19.367)
Total	1.752.444	2.171.523

* A Dívida financeira relativa ao exercício de 2019 foi reajustada, passando a incluir o montante de caixa, da rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

19. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos, incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para processos em contencioso

Provisões relacionadas com processos em contencioso envolvendo Empresas do Grupo são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas pelo Grupo, com o apoio e aconselhamento dos seus advogados e consultores legais.

2020	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Diferença cambial	Utilização	Saldo final
Impostos	11.425	1.280	-	-	-	12.705
Processos judiciais em curso	6.998	2.884	(336)	(453)	(284)	8.809
Outros	9.357	3.052	(677)	(92)	(323)	11.317
	27.780	7.216	(1.013)	(545)	(607)	32.831

2019	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Diferença cambial	Utilização	Saldo final
Impostos	10.313	1.112	-	-	-	11.425
Processos judiciais em curso	6.649	5.114	(4.521)	60	(304)	6.998
Outros	9.603	464	(664)	8	(54)	9.357
	26.565	6.690	(5.185)	68	(358)	27.780

A rubrica de provisões para impostos destina-se a cobrir os eventuais desembolsos futuros resultantes dos processos em contencioso fiscal descritos na nota 23. Tratam-se na sua globalidade de processos que se encontram em disputa em diversos tribunais, sobre os quais não existe uma data previsível para a sua conclusão.

Os processos judiciais em curso para os quais o Grupo constitui provisões, dizem essencialmente respeito a disputas comerciais, laborais e regulatórias, das quais se estima poderem resultar desembolsos futuros. Por se tratar de muitos processos de montante relativamente reduzido e respeitantes a diferentes períodos, o seu pagamento (a ter lugar) deverá ocorrer de forma faseada ao longo do tempo, mediante a conclusão dos mesmos em tribunal.

A provisão constituída para outros processos de contencioso, destina-se a cobrir a estimativa de desembolsos futuros, relativos a responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado de transacções efectuadas no passado, como sejam garantias prestadas com venda de negócios. Por se tratarem de eventos que na sua maioria não se encontram ainda em disputa com a contraparte, a probabilidade de desembolso no curto prazo é considerada remota.

20. Credores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de mercadorias ou serviços adquiridos no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2020	2019
Não correntes		
Outros credores comerciais	91	51
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	688	713
Total	779	764
Correntes		
Outros credores comerciais	3.255.756	3.320.957
Outros credores não comerciais	278.645	334.128
Outros impostos a pagar	115.682	120.791
Responsabilidades em contratos com clientes	6.885	3.628
Responsabilidades com reembolsos a clientes	629	788
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	496.240	401.857
Total	4.153.837	4.182.149

A rubrica de acréscimos de custos correntes, num total de m EUR 492.105, é composta essencialmente por remunerações a liquidar ao pessoal de m EUR 223.663, juros a pagar no valor de m EUR 54.939 e custos suplementares com a distribuição e promoção de produtos de consumo no valor de m EUR 17.536. Os restantes m EUR 195.967 correspondem a diversos custos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2020, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

A rubrica de acréscimos de custos correntes incluía em 2019 o montante de m EUR 2.076, relativo à estimativa de serviços passados do prémio devido na idade da reforma, aplicável às subsidiárias polacas.

21. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2020	2019
Garantias prestadas a fornecedores	40.693	40.111
Garantias a favor da Autoridade Tributária	174.889	99.148
Outras garantias a favor do Estado	3.401	3.269
Outras garantias prestadas	4.487	7.908
Total	223.470	150.436

O aumento das garantias a favor das Autoridades Tributárias está relacionado com as liquidações em processos de IRC em Portugal referidas na alínea h) da nota 23.

22. Compromissos de capital

Os compromissos relativos a investimentos a realizar, à data do balanço, são de m EUR 31.105 (m EUR 42.215 em 2019) e respeitam a obras não concluídas, contratos de empreitada e a contratos-promessa de aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos celebrados e cujas escrituras irão ocorrer oportunamente.

Em 30 de Dezembro de 2020, a JMR SGPS assinou um “Acordo de Parceria para a Distribuição Retalhista Alimentar nos Açores” com o Grupo Finançor, o qual se encontra condicionado pela não oposição da Autoridade da Concorrência (AdC). Ao abrigo deste Acordo, e após receber a não oposição da AdC, a JMR SGPS irá adquirir uma participação de 20% na empresa Finançor Distribuição Alimentar, pelo montante de m EUR 2.623. A JMR SGPS espera que esta transacção se concretize no primeiro semestre de 2021.

Em 30 de Dezembro de 2020, o Recheio SGPS assinou um “Acordo de Parceria para a Distribuição Grossista Alimentar nos Açores” com o Grupo Finançor, o qual se encontra condicionado pela não oposição da Autoridade da Concorrência (AdC). Ao abrigo deste Acordo, e após receber a não oposição da AdC, o Recheio SGPS irá adquirir uma participação de 20% na empresa Finançor Cash & Carry, pelo montante de m EUR 1.594. O Recheio SGPS espera que esta transacção se concretize no primeiro semestre de 2021.

Em 14 de Dezembro de 2020, a Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMAA) assinou um “Acordo para Aquisição de Acções – Share Purchase Agreement” com o Grupo Marroquino PP Partnership Invest Sarlau, o qual se encontrava condicionado pela não oposição da Autoridade da Concorrência Marroquina. Em Fevereiro de 2021, foi obtido o comprovativo de não oposição da Autoridade da Concorrência de Marrocos. Assim, ao abrigo deste Acordo, a JMAA adquiriu uma participação de 66,68% na empresa Aquafarm e realizou um aumento de capital, pelo montante total de um milhão de Euros.

Não existem quaisquer compromissos de capital assumidos pelo Grupo em relação às joint ventures e associadas.

23. Contingências, activos contingentes e passivos contingentes

Activos contingentes são potenciais activos do Grupo que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo do Grupo. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Activos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

- No montante reconhecido em devedores não correntes (nota 14), encontram-se incluídos m EUR 63.706 (m EUR 62.472 em 2019) relativos a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária.

A Administração do Grupo, com o apoio dos seus advogados e consultores fiscais, entende que lhe assiste razão e mantém as reclamações e impugnações judiciais que apresentou contra essas liquidações, mantendo a expectativa quanto à recuperação integral desse montante.

Neste contexto, o Grupo solicitou de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efectiva restituição.

Em 2012, foi proferido um Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), relativo a uma das impugnações judiciais apresentadas no âmbito deste processo, o qual julgou totalmente procedente, ordenando a anulação das referidas liquidações e o pagamento de juros indemnizatórios e indemnização pelas garantias prestadas. O Grupo procedeu ao reconhecimento do valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

Passivos contingentes

- Em Portugal, na sequência de diligências de busca e apreensão realizadas em finais de 2016 e inícios de 2017, junto de diversas entidades do sector da distribuição alimentar, a Autoridade da Concorrência (AdC) determinou a abertura de diversos inquéritos, no âmbito dos quais veio a emitir contra vários fornecedores e retalhistas, entre os quais a subsidiária Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A., oito notas de ilicitude por alegadas práticas anti-concorrenciais, consistentes em alinhamento de preços para determinados produtos.

No final de 2020, Pingo Doce foi notificada de decisões proferidas pela AdC em dois dos processos acima referidos, que concluíram pela aplicação de coimas a seis retalhistas e a dois dos seus fornecedores. No caso de Pingo Doce estas decisões traduziram-se na aplicação de uma coima única no montante de m EUR 91.090.

Pingo Doce discorda em absoluto das decisões em apreço, que considera totalmente infundadas, pelo que irá apresentar os competentes recursos junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão. Nos termos da lei, Pingo Doce irá ainda requerer a fixação de efeito suspensivo aos recursos interpostos, mediante prestação de caução, a fim de obstar ao pagamento imediato da coima. Com base no parecer dos seus advogados e consultores económicos, a Companhia está convicta de que lhe assiste inteira razão, pelo que não constituiu quaisquer provisões para a coima aplicada, nas suas contas anuais.

Relativamente aos restantes seis processos, Pingo Doce apresentou já resposta a quatro notas de ilicitude e irá, oportunamente, apresentar resposta às duas remanescentes, por entender, de igual modo, que todas elas carecerem de fundamento, aguardando as competentes decisões da AdC.

- Na Polónia, a subsidiária Jeronimo Martins Polska, SA (JMP) foi notificada, em 2019, pela Autoridade da Concorrência e Protecção do Consumidor (UOKiK) da abertura de dois processos de investigação, um relativo a potencial abuso de poder negocial em relações comerciais com fornecedores do sector agrícola ou alimentar, e outro por falta de etiquetas de preço nas prateleiras e discrepância de preços entre o apresentado na prateleira e o constante na caixa de pagamento.

Em Agosto de 2020, o UOKiK notificou a JMP da decisão sobre o processo relativo a falta de etiquetas de preço nas prateleiras e discrepância de preços, tendo concluído pela aplicação de uma coima de m PLN 115.000 (c. m EUR 25.000). A decisão acima mencionada não é definitiva, pelo que a JMP, discordando do entendimento e da conclusão desta Autoridade, recorreu da mesma para o Tribunal da Concorrência e Defesa do Consumidor.

Em Dezembro de 2020, o UOKiK notificou a JMP de decisão que lhe aplica uma coima de m PLN 723.381 (c. m EUR 160.000) pela alegada prática de abuso de poder negocial em relações comerciais com fornecedores, designadamente de frutas e vegetais. Por entender que a decisão do UOKiK carece em absoluto de fundamento de facto e de direito, JMP impugnou judicialmente a decisão em causa junto do Tribunal da Concorrência e Defesa do Consumidor.

Tendo sempre encetado negociações transparentes e justas com o propósito de construir relações de longo prazo que são essenciais para a sustentabilidade da sua cadeia de abastecimento e para servir os consumidores na Polónia, a Companhia está convicta do mérito da sua defesa, possuindo significativos argumentos de facto e de direito a serem utilizados em ambos os casos, pelo que, suportada no parecer dos seus advogados, a Companhia não constituiu quaisquer provisões nas suas contas, para os processos acima descritos.

Também no decurso de 2020, a JMP foi notificada da abertura, pelo UOKiK, de dois outros processos de investigação relativos, por um lado, à precisão da informação sobre promoções disponibilizada no website da companhia e, por outro, à identificação do país de origem das frutas e dos vegetais colocados à venda nos expositores.

Estes dois processos encontram-se pendentes, tendo-se a companhia pronunciado, em respostas já apresentadas ao UOKiK, no sentido da não verificação de quaisquer infracções. À data de aprovação deste relatório não são conhecidas decisões emitidas pelo UOKiK relativamente aos processos em causa sendo, por isso, prematuro antever eventuais conclusões e potenciais responsabilidades a reconhecer.

- Para além de diversas situações de litígio, próprias dos negócios em que o Grupo opera, estão pendentes de resolução as seguintes questões com maior relevância, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros, ou, procedendo ao seu pagamento (ver nota 19), sempre que entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo:
 - a) A Autoridade Tributária (AT) informou a Recheio SGPS que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 81.952, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2000 a 2003. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Na sequência daquela informação, veio a AT liquidar o correspondente valor de imposto de m EUR 20.888, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 19.581. Tendo, entretanto, sido julgada improcedente uma das impugnações judiciais, a Administração recorreu da mesma;
 - b) A AT procedeu a algumas correcções em sede de IRC em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade JMR SGPS, as quais originaram liquidações adicionais de imposto, relativamente aos anos de 2002 a 2015, no montante total de m EUR 81.304, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 71.200. Entretanto, o Tribunal Tributário emitiu sentenças para os anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2007, as quais tendo sido parcialmente favoráveis ao Grupo foram já contestadas para instância superior;
 - c) A AT liquidou, relativamente aos anos de 2002 a 2004, ao Feira Nova – Hipermercados, S.A. (Feira Nova) e ao Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. (Pingo Doce), o montante de m EUR 4.845. Estas liquidações são respeitantes a valores registados por estas Companhias como quebras (perdas em existências resultantes de deterioração ou roubo), que não foram aceites como custos fiscais em IRC, assim como ao IVA em falta, decorrente da inexistência de evidência que os bens não foram vendidos. Entretanto, o Tribunal Tributário de Lisboa deu razão a Feira Nova relativamente a todas as liquidações de IVA, as quais ascendiam a cerca de m EUR 2.813. Os restantes processos correm os seus trâmites em sede judicial;
 - d) A AT informou a JMH, de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065;
 - e) A AT procedeu à correcção de taxas de IVA aplicadas a determinados bens vendidos por algumas Companhias do Grupo. Com estas correcções o montante total de liquidações, relativamente aos anos de 2005 a 2016 no Pingo Doce, Feira Nova e Recheio ascende a m EUR 2.756, m EUR 1.300 e m EUR 551, respectivamente;
 - f) A AT procedeu a algumas correcções em sede de IRC, em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade Recheio, SGPS, as quais originaram liquidação adicional de imposto, relativamente aos anos de 2007 a 2014, no montante total de m EUR 16.580, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 15.829. O Tribunal Tributário de Lisboa pronunciou-se, entretanto, relativamente ao exercício de 2008, dando total vencimento às pretensões da Recheio SGPS, tendo, no entanto, tal decisão sido recorrida pela AT;
 - g) A AT informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de m EUR 6.800. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH. No entanto, a AT recorreu dessa decisão para tribunal superior;
 - h) A AT liquidou, relativamente ao ano de 2016, a JMR SGPS e relativamente a 2016 e 2017 a JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), os montantes, respectivamente, de m EUR 43.632 e m EUR 19.972, relativos à tributação em IRC de $\frac{1}{4}$ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal. Conforme explicado no Relatório & Contas de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016 (e depois nos seguintes). Com base na avaliação dos nossos advogados e consultores fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que o Grupo conteste as referidas normas, pelo que, não foram constituídas quaisquer provisões para o montante liquidado e que se espera venha a ser liquidado nem para aqueles que

se espera que ainda o venham a ser, em resultado da aplicação das referidas normas transitórias de 2016, 2017, 2018 e 2019 - c. m EUR 225.000 em impostos;

- i) A Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária reclamou de Pingo Doce, Recheio e Hüssel as quantias de m EUR 21.307, m EUR 2.226 e m EUR 46, respectivamente, correspondente a liquidações da Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM) relativas aos anos de 2012 a 2020. As referidas liquidações foram impugnadas judicialmente, por entender-se que as mesmas são indevidas, uma vez que, para além do mais, o diploma legal que criou a TSAM se encontra ferido de inconstitucionalidade. Apesar de terem sido já proferidas decisões que não consideram a taxa inconstitucional, as sociedades do Grupo mantêm o seu entendimento, tendo apresentado recurso para o Tribunal Constitucional, que tem mantido a decisão. O Grupo apresentou uma queixa à Comissão Europeia por entender que estamos em presença de um auxílio ilegal do Estado. Essa queixa está ainda em apreciação. As companhias do Grupo continuam a apresentar regularmente impugnações à taxa, procedendo a uma análise regular do risco e à probabilidade de desenlace favorável nalgum dos processos e/ou da queixa à Comissão Europeia. Na defesa dos seus legítimos interesses e por forma a não prejudicar a sua posição nestes litígios, não são apresentados os montantes das provisões que possam ter sido constituídas;
- j) Em acção judicial por si movida, um ex-senhorio da subsidiária Jeronimo Martins Polska S.A. (JMP) reclama desta o montante de m PLN 10.360, a título de indemnização por lucros cessantes, correspondentes a rendas que seriam devidas caso o contrato de arrendamento subjacente não tivesse sido resolvido pela sociedade. Dado que o locado foi entretanto vendido, JMP entende que a indemnização peticionada não é devida, pelo menos no que respeita ao montante reclamado, havendo que levar em conta o facto de o referido ex-senhorio ter podido dispor do bem, que, aliás, poderia também, em alternativa, ter sido arrendado a terceiros. O processo encontra-se a correr o seu curso em tribunal, após a mediação ter falhado.

Activos contingentes

Existindo decisões tomadas pelos tribunais competentes, parcialmente favoráveis aos interesses do Grupo, sobre alguns dos processos que haviam sido pagos em 2016, e apesar de a AT ter recorrido dessas decisões para tribunais superiores, entende a Administração do Grupo que existe uma probabilidade significativa de o Grupo vir a obter reembolsos futuros. No entanto, conforme política acima descrita, a divulgação de eventuais montantes relativos a activos contingentes será efectuada quando se torne quantificável o seu recebimento.

24. Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com o Grupo, incluindo as que possuem ou estão sujeitas a influência ou controlo do Grupo.

24.1. Saldos e transacções com partes relacionadas

O Grupo é participado em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V. (SFMS), não tendo existido transacções directas entre esta e qualquer outra companhia do Grupo no exercício de 2020.

Não se encontram, à data de 31 de Dezembro de 2020, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

Os saldos e transacções de Companhias do Grupo com partes relacionadas são as seguintes:

	Joint ventures		Outras entidades relacionadas (*)	
	2020	2019	2020	2019
Vendas e prestação serviços	-	-	141	116
Juros obtidos	59	54	-	-
Compras de mercadorias e fornecimentos de serviços	4.725	4.350	97.315	115.199

	Joint ventures		Outras entidades relacionadas (*)	
	2020	2019	2020	2019
Devedores, acréscimos e diferimentos	50	46	107	7
Credores, acréscimos e diferimentos	735	597	18.365	5.945

(*) As outras entidades relacionadas dizem respeito a outros investimentos financeiros, a sociedades participadas e/ou controladas pelo accionista maioritário de Jerónimo Martins, e sociedades detidas ou controladas por membros do Conselho de Administração do Grupo.

Todas as transacções com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, ou seja, os valores das transacções correspondem aos que seriam praticados com Empresas não relacionadas.

Os saldos que se encontram por liquidar entre as Companhias do Grupo e as partes relacionadas, por resultarem de acordos comerciais, são liquidados em dinheiro e estão sujeitos aos mesmos prazos de pagamento que são aplicados aos demais acordos celebrados pelas Companhias do Grupo com os seus fornecedores.

Não existem provisões para créditos duvidosos e não foram reconhecidos custos, durante o exercício, relacionados com dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, com essas partes relacionadas.

24.2. Remunerações dos Administradores e Quadros Superiores

Os custos incorridos com remunerações fixas e variáveis e contribuições para planos de pensões atribuídas aos Administradores e Quadros Superiores foram:

	2020	2019
Salários e outros benefícios de curto prazo	21.944	23.857
Indemnizações	900	99
Plano de benefícios pós-emprego	1.048	876
Outros benefícios	1.435	1.258
Total	25.327	26.090

O Conselho de Administração é composto por 10 elementos no final do ano de 2020, sendo o número médio de Quadros Superiores do Grupo de 84 (2019: 91).

Consideram-se como Quadros Superiores os Membros das Direcções Executivas e equipas dirigentes das unidades de negócio do Grupo e os Directores do Centro Corporativo.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Capítulo IV - Governo da Sociedade.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores e Quadros Superiores, fazendo parte do plano de contribuições definidas descrito na nota 5.2.

Os custos incorridos com outros benefícios correspondem a benefícios de longo prazo, os quais se encontram descritos na nota 5.2.

25. Companhias subsidiárias

O controlo do Grupo é assegurado pela Empresa-mãe, Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as subsidiárias do Grupo, consolidadas pelo método integral.

Comp_Subsidiárias	Actividade	Sede	% Capital detido
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	-
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	Gestão de recursos humanos de topo do Grupo	Lisboa	100,00
New World Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Origins - Agro Business Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Warta - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Desimo, Lda.	Gestão e administração de bens imóveis e marcas comerciais	Lisboa	100,00
Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços de natureza contabilística e económica	Funchal	100,00
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A.	Cafetarias	Lisboa	100,00
Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A.	Venda a retalho de chocolates, confeitaria e afins	Lisboa	51,00
Jerónimo Martins Colombia S.A.S.	Comercialização e distribuição de bens de consumo	Bogotá (Colômbia)	100,00
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas	Lisboa	100,00
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	Agricultura e produção animal	Lisboa	100,00
Terra Alegre Lactícínios, S.A.	Indústrias do leite e derivados	Portalegre	100,00
Seaculture - Aquicultura, S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Lisboa	100,00
Outro Chão - Agricultura Biológica, Lda.	Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas	Lisboa	80,00
JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais na área da distribuição retalhista	Lisboa	51,00
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	Gestão, consultoria e logística de actividades retalhistas	Lisboa	51,00
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Lisboa	51,00
Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	51,00
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	Formação profissional	Lisboa	51,00
EVA - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços nas áreas económica, financeira e gestão de investimentos	Funchal	51,00
Lidosol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	51,00
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	51,00
Recheio, SGPS, S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e a retalho	Lisboa	100,00
Recheio - Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Lisboa	100,00
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	100,00
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
Masterchef, S.A.	Comércio a retalho e/ou por grosso de produtos alimentares ou não alimentares	Lisboa	100,00
Recheio Masterchef, Lda.	Comércio por grosso de outros produtos alimentares	Lisboa	100,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	100,00
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	Transportes marítimos não costeiros de passageiros	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins Polska S.A.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Kostrzyn (Polónia)	100,00
JM Nieruchomości Bis sp. z o.o.	Gestão e administração de imóveis	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Varsóvia (Polónia)	100,00
Bliska Sp. z o.o.	Venda a retalho de produtos farmacêuticos, ortopédicos e de saúde	Varsóvia (Polónia)	100,00

Em Março de 2020 a Companhia Caterplus - Comercialização e Distribuição de Produtos de Consumo, Lda. alterou a sua denominação social para Recheio Masterchef, Lda..

Em Maio de 2020 foi concluída a liquidação da Companhia Jerónimo Martins Retail Services SA in liquidation.

Em Setembro de 2020 foi concluída a liquidação da Companhia Jerónimo Martins Finance Company (2), Designated Activity Company.

Em Dezembro de 2020 a Companhia EVA - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda., estava em processo de liquidação, o qual ficou concluído em 6 de Janeiro de 2021.

26. Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam

Os interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2020 eram de m EUR 249.063 (2019: m EUR 253.941), dos quais m EUR 249.292 (2019: m EUR 253.505) relativos ao Grupo JMR (segmento Retalho Portugal – ver nota 3), onde o Grupo Ahold Delhaize detém uma participação de 49%.

As Demonstrações Financeiras relativas a esta área de negócio, integradas no consolidado pelo método integral, incluem os seguintes montantes relativos aos activos, passivos e resultados:

	2020	2019
Activos não correntes	1.856.568	1.853.609
Activos correntes	374.901	383.435
Passivos não correntes	(421.671)	(419.560)
Passivos correntes	(1.303.498)	(1.302.587)
Capital próprio	506.300	514.897
Vendas e prestações de serviços	4.271.138	4.407.917
Resultados líquidos	28.539	63.253
Outros rendimentos integrais	(6)	(115)
Total de rendimentos integrais	28.533	63.138

27. Interesses em joint ventures e associadas

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as empresas controladas conjuntamente (joint ventures) e empresas associadas, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

Companhia	Actividade	Sede	% Capital detido
Marismar - Aquicultura Marinha, Lda.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Funchal	50,00

28. Riscos financeiros

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: i. risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; ii. risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e iii. risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Decorrente do impacto da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 e das medidas adoptadas pelos governos, pelas empresas e pelas pessoas para a mitigação da propagação do vírus, os riscos financeiros do Grupo foram impactados, sendo esses efeitos realçados abaixo.

28.1. Risco de preço

28.1.1. Risco cambial

A principal fonte de exposição a risco cambial advém das operações que Jerónimo Martins desenvolve na Polónia e na Colômbia.

Além dessas exposições, o Grupo adquire, no âmbito das actividades comerciais das suas subsidiárias, mercadorias designadas em moeda estrangeira, primordialmente zloty e dólares americanos, no caso das operações Polacas, em euros e dólares americanos no caso das operações Portuguesas e Colombianas. Regra geral, são transacções com exposição temporal muito curta. Os riscos cambiais associados às importações são cobertos por compras a prazo da moeda de pagamento.

A gestão de risco cambial das Companhias operacionais está centralizada na Direcção de Operações Financeiras do Grupo. Sempre que possível, as exposições são geridas através de operações de cobertura natural, nomeadamente através da contratação de dívida financeira em moeda local. Quando tal não se revela possível, são contratadas operações, mais ou menos estruturadas tais como: *swaps*, *forwards* ou *opções*.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio em instrumentos financeiros reconhecidos em 31 de Dezembro de 2020, era a seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2020	Euro	Zloty	Peso colombiano	Dólar EU	Total
Activos					
Caixa e equivalentes de caixa	228.797	772.412	40.181		1.041.390
Outros investimentos financeiros	1.327	-	-		1.327
Devedores, acréscimos e diferimentos	71.206	284.215	15.384		370.805
Instrumentos financeiros derivados	1.608	1.980	-	23	3.611
Total de activos financeiros	302.938	1.058.607	55.565	23	1.417.133
Passivos					
Empréstimos obtidos	-	218.526	305.002	-	523.528
Responsabilidades com locações	460.461	1.556.166	256.614		2.273.241
Instrumentos financeiros derivados	19	284	-	101	404
Credores, acréscimos e diferimentos	1.067.944	2.579.803	176.646	-	3.824.393
Total de passivos financeiros	1.528.424	4.354.779	738.262	101	6.621.566
Posição financeira líquida em balanço	(1.225.486)	(3.296.172)	(682.697)	(78)	(5.204.433)
Em 31 de Dezembro de 2019					
Total de activos financeiros	275.245	1.012.520	69.197	-	1.356.962
Total de passivos financeiros	1.624.984	4.539.468	834.976	64	6.999.492
Posição financeira líquida em balanço	(1.349.739)	(3.526.948)	(765.779)	(64)	(5.642.530)

Considerando a posição dos activos e passivos financeiros em balanço a 31 de Dezembro de 2020, uma depreciação do zloty face ao euro na ordem dos 10% teria um impacto positivo em reservas cambiais nos capitais próprios de m EUR 312.886 (em 31 de Dezembro de 2019: um impacto positivo de m EUR 335.636). Em relação ao peso colombiano, uma depreciação face ao euro de 10% teria um impacto positivo em reservas cambiais nos capitais próprios de m EUR 62.063 (em 31 de Dezembro de 2019: um impacto positivo de m EUR 69.616).

Considerando os activos financeiros líquidos relacionados com actividades operacionais que algumas subsidiárias do Grupo mantêm em moedas distintas da sua moeda funcional, uma depreciação de 10% da taxa de câmbio teria um impacto negativo em resultados de m EUR (31.173).

Atendendo ao conjunto dos activos líquidos (financeiros e não financeiros) ao qual o Grupo se encontra exposto em zlotys e pesos colombianos, o efeito de uma depreciação de 10% dessas moedas, teria um impacto negativo de m EUR (121.707) no total dos capitais próprios (em 31 de Dezembro de 2019: um impacto negativo de m EUR (120.451)).

Covid-19

Em 2020, as limitações à circulação de pessoas e bens provocadas pela pandemia Covid-19, abrandaram a economia mundial e trouxeram uma incerteza acrescida aos mercados, levando a desvalorizações significativas destas moedas a Março, tendo-se verificado uma recuperação parcial a Junho, seguida, de uma nova desvalorização durante o terceiro trimestre. No quarto trimestre, o Zloty Polaco continuou a desvalorizar, terminando o ano com uma desvalorização superior a 7% face a 31 de Dezembro de 2019, enquanto que o Peso Colombiano recuperou ligeiramente durante o

quarto trimestre terminando ainda assim o ano com uma desvalorização superior a 14% face a 31 de Dezembro de 2019.

Evolução das taxas de câmbio	Zloty Polaco (PLN)	% desval. face a Dez-19	Peso Colombiano (COP)	% desval. face a Dez-19
31 de Dezembro de 2019	4,2568	n.a.	3.685,7100	n.a.
31 de Março de 2020	4,5506	-6,90%	4.453,4100	-20,83%
30 de Junho de 2020	4,4560	-4,68%	4.209,2300	-14,20%
30 de Setembro de 2020	4,5462	-6,80%	4.541,4600	-23,22%
31 de Dezembro de 2020	4,5597	-7,12%	4.212,0200	-14,28%

Em 2020, o impacto no Grupo da desvalorização cambial, resultante, essencialmente, da conversão cambial dos activos e passivos denominados na moeda dos países em que o Grupo opera ascendeu a uma perda de m EUR (61.683) reconhecida em reservas cambiais nos capitais próprios.

Dado que as subsidiárias do Grupo mantêm um conjunto de actividades operacionais denominados em moedas distintas da sua moeda funcional, para uma parte das quais se contratam instrumentos de cobertura, o impacto líquido verificado em 2020, correspondeu a uma perda de m EUR (27.767) reconhecida nos resultados.

28.1.2. Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe o Grupo a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma contínua. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas forward, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro. O Grupo está exposto, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro, do zloty e do peso Colombiano.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afectam proveitos ou custos de juros de instrumentos financeiros negociados a taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os proveitos ou custos de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado no momento da avaliação.

Para cada análise, qualquer que seja a moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efectuadas para a dívida líquida, ou seja, são deduzidos os depósitos e aplicações em instituições financeiras e instrumentos financeiros derivados. As simulações são efectuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência e a respectiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Baseado nas simulações realizadas em 31 de Dezembro de 2020, ignorando o efeito dos derivados de taxa de juro, uma subida de 50p.b. nas taxas de juro teria um impacto positivo, mantendo tudo o resto constante, de m EUR 2.530 (2019: positivo em m EUR 976). Estas simulações são realizadas no mínimo uma vez por trimestre, mas são revistas sempre que ocorrem alterações relevantes, tais como: emissão, resgate ou reestruturação de dívida, variações significativas nas taxas directoras e na inclinação das curvas de taxa de juro.

O risco de taxa de juro é gerido com recurso a operações envolvendo derivados financeiros contratados a custo zero no momento da contratação.

28.2. Risco transaccional

28.2.1. Risco de crédito

O Grupo gere de forma centralizada a sua exposição a riscos de crédito sobre os seus depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras, competindo às Direcções Financeiras das Unidades de Negócio a gestão do risco de crédito sobre os seus clientes e outros devedores.

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

Permite-se que o banco onde cada Companhia deposita as suas receitas de lojas possa ter uma notação de rating inferior ao definido na política geral, na condição, porém, de o valor máximo de exposição não ultrapassar dois dias de vendas dessa empresa operacional.

A seguinte tabela apresenta um resumo, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, da qualidade de crédito dos depósitos bancários, aplicações e instrumentos financeiros derivados de curto prazo com justo valor positivo:

Instituições financeiras	Rating	Saldo	
		2020	2019
Standard & Poor's	[A+ : AA]	111.997	154.623
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	274.742	178.097
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	336.268	112.992
Standard & Poor's	[BB]	28.583	16.391
Moody's	[Caa2 : Caa1]	579	527
Moody's	P -1	29.420	139.441
Fitch	[A- : A+]	120.419	99.463
Fitch	[BBB- : BBB+]	137.998	223.404
Fitch	[B+ : BB+]	551	172
	Não disponível	258	160
Total		1.040.815	925.270

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela *Standard & Poor's*. Nos casos em que as mesmas não estão disponíveis recorre-se às notações da *Moody's* e da *Fitch*.

Em relação aos créditos comerciais a receber (clientes), o risco está essencialmente circunscrito aos negócios de *Cash & Carry*, já que os demais negócios operam numa base de venda a dinheiro ou com recurso a meios de pagamento electrónicos, principalmente cartões bancários (débito e crédito). Este risco é gerido com base na experiência e conhecimento individual do cliente e/ou imposição de limites de crédito, cuja monitorização é feita mensalmente e revista anualmente pela Auditoria Interna. Adicionalmente, a empresa recorre à cobertura de seguros de crédito como forma de mitigação do risco associado.

A seguinte tabela apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes e outros devedores sem incumprimento, nem imparidade:

Qualidade de crédito dos activos financeiros		
	2020	2019
SalDOS de novos clientes (menos de seis meses)	477	1.043
SalDOS de clientes sem histórico de incumprimento	39.149	55.676
SalDOS de clientes com histórico de incumprimento	5.591	6.308
SalDOS de outros devedores com garantias prestadas	5.036	5.155
SalDOS de outros devedores sem garantias prestadas	123.421	133.556
Total	173.674	201.738

A seguinte tabela apresenta uma análise da concentração de risco de crédito de valores a receber de clientes e outros devedores, tendo em conta a sua exposição para com o Grupo:

Concentração de risco de crédito dos activos financeiros				
	2020		2019	
	N.º	Saldo	N.º	Saldo
Clientes com saldo superior a 1.000.000 euros	3	5.591	5	9.906
Clientes com saldo entre 250.000 e 1.000.000 euros	19	8.101	28	11.874
Clientes com saldo inferior a 250.000 euros	7.924	31.979	8.788	42.548
Outros devedores com saldo superior a 250.000 euros	20	24.884	22	56.037
Outros devedores com saldo inferior a 250.000 euros	9.916	103.119	13.092	81.373
	17.882	173.674	21.935	201.738

A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

Covid-19

Em 31 de Dezembro de 2020, do montante de m EUR 31.959 relativo a saldos a receber, cerca de 90% respeitavam a clientes que não se encontravam em situação de incumprimento nem apresentavam indicadores de imparidade ou cujos créditos se encontravam cobertos por seguros de crédito ou garantias bancárias.

Para os restante saldos a receber, a prioridade do Grupo tem sido encontrar as melhores soluções em conjunto com os seus parceiros de negócio, tendo vindo a conduzir, desde o 2.º trimestre de 2020, uma avaliação quanto à capacidade de recuperação dos saldos existentes.

Foi possível efectuar renegociação de prazos de pagamento para alguns dos clientes. No entanto, atendendo à evolução da pandemia, às limitações que ocorreram em alguns sectores de actividade, bem como a expectável morosidade na recuperação do sector do Turismo, existem indicadores de eventuais riscos de imparidade, nomeadamente nos clientes do canal HoReCa (Hotéis, Restaurantes e Cafés).

Estando a recuperação da capacidade financeira dos clientes dependente, em larga medida, da evolução dos progressos no combate à pandemia, das medidas restritivas ao desenvolvimento das respectivas actividades económicas, de eventuais apoios estatais e do contexto socioeconómico, com base na análise casuística dos seus devedores, o Grupo reforçou durante o exercício de 2020 as provisões para créditos incobráveis no montante de m EUR 3.200.

Algumas empresas do Grupo, como o Pingo Doce em Portugal e a Jeronimo Martins Polska (Biedronka) na Polónia, subarrendam espaços nas suas áreas comerciais a terceiros ("Lojistas"), tendo muitos destes parceiros visto os seus negócios afectados pela Covid-19. Por este motivo, o Grupo suspendeu a cobrança de rendas nos primeiros meses após a declaração da pandemia, tendo entretanto negociado com a grande maioria dos seus parceiros a atribuição de descontos sobre as rendas, contribuindo, dessa forma, para atenuar os seus constrangimentos financeiros e contribuir para a continuidade das respectivas actividades.

O Grupo encontra-se, assim, a monitorizar de forma permanente a situação financeira dos seus clientes, lojistas e outros parceiros de negócio, não existindo, a esta data, situações de incumprimento significativo que possam levar ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das atrás referidas.

28.2.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam não apenas garantir o desenvolvimento normal das actividades do Grupo, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques exógenos à actividade.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos anuais, que são revistos de forma regular durante o ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Adicionalmente, é de realçar que todos os instrumentos financeiros derivados que o Grupo contrata são liquidados pelo seu valor líquido.

Exposição ao risco de liquidez			
2020	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	25	25	-
Outros empréstimos	175.920	277.713	127.178
Credores	3.534.401	-	-
Responsabilidades com locações	393.623	1.224.730	1.743.326
Total	4.103.969	1.502.468	1.870.504
2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	50.125	30	-
Outros empréstimos	396.125	307.274	25.217
Instrumentos financeiros derivados	25	-	-
Credores	3.655.085	-	-
Responsabilidades com locações	406.785	1.285.225	1.963.073
Total	4.508.145	1.592.529	1.988.290

Os fluxos de caixa apresentados para os programas de papel comercial incluem despesas fixas incorridas com estes programas, independentemente de estarem a ser utilizados ou não.

O Grupo, no âmbito da emissão de dívida de médio e longo prazo, contratou alguns covenants usuais neste tipo de financiamentos.

Estes covenants incluem:

- Limitações em alienação e penhor de activos, acima de determinados limites;
- Limitações nas fusões e/ou cisões quando as mesmas impliquem a saída de activos do perímetro de consolidação;
- Cláusula de manutenção do controlo da sociedade emitente pelo actual accionista;
- Um limite nos rácios de Dívida Líquida/EBITDA, com os cálculos efectuados de acordo com o normativo contabilístico pré IFRS 16;
- Cumprimento de Standards Sociais e Ambientais.

Em alguns casos, o não cumprimento destes rácios pode implicar o vencimento antecipado da dívida associada. Em Dezembro de 2020 o Grupo cumpria com todos os covenants assumidos na dívida que tinha emitida.

Covid-19

O Grupo mantém ao longo do ano reservas de liquidez sob a forma de linhas de crédito contratadas junto das instituições financeiras com quem se relaciona, de forma a assegurar a capacidade de cumprir com os seus compromissos, sem ter de se financiar em condições desfavoráveis. Assim, em 31 de Dezembro de 2020, o Grupo tinha contratadas linhas de crédito que não se encontravam a ser utilizadas no montante global de m EUR 1.058.775.

Adicionalmente, o Grupo possuía em 31 de Dezembro de 2020 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa no montante de m EUR 1.041.390.

Desta forma, não obstante o impacto da pandemia Covid-19 na sua actividade, o Grupo espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da actividade operacional e reservas de liquidez, e caso venha a ser eventualmente necessário, recorrendo às linhas de crédito disponíveis existentes.

28.2.3. Gestão de risco de capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua actividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus accionistas e a optimização do custo de capital.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*Gearing*), calculado de acordo com a seguinte fórmula: Dívida Líquida / Fundos de accionistas, e pelo rácio Dívida líquida/EBITDA. O Conselho

de Administração estabeleceu como alvo um nível de Gearing inferior a 100%, consistente com uma notação de rating de investimento (*investment grade*) e um rácio Dívida líquida/EBITDA inferior a 3.

Os referidos rácios, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, calculados sem o efeito da adopção da norma IFRS 16, conforme são analisados pela Administração do Grupo, eram os seguintes:

	2020	2019
Capital investido	1.841.599	2.083.210
Dívida líquida	(509.305)	(192.165)
Fundos de accionistas	2.350.904	2.275.375
Gearing*	n.a.	n.a.
EBITDA	1.023.969	1.044.991
Dívida líquida / EBITDA	(0,5)	(0,2)

*A 31 de Dezembro de 2019 e de 2020 a dívida líquida era positiva.

29. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto nos termos do artigo 508.º- F do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2020 foi de m EUR 863, dos quais m EUR 792 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de m EUR 71 foram relativos a serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de formação prestada a colaboradores em programas não especificamente preparados para o Grupo;
- A nota 24 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

30. Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 2 de Março de 2021

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2. Declaração do Conselho de Administração

Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos na alínea c), número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação; e
- ii) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 2 de Março de 2021

Pedro Soares dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado)

Andrzej Szlezak
(Membro do Conselho de Administração)

António Viana-Baptista
(Membro do Conselho de Administração)

Artur Stefan Kirsten
(Membro do Conselho de Administração)

Clara Christina Streit
(Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria)

Elizabeth Ann Bastoni
(Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria)

Francisco Seixas da Costa
(Membro do Conselho de Administração)

José Soares dos Santos
(Membro do Conselho de Administração)

María Ángela Holguín
(Membro do Conselho de Administração)

Sérgio Tavares Rebelo
(Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 9.427.910 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.257.191 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo de 312.130 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções, a Demonstração Consolidada dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. IFRS 16 - Valorização do Direito de Uso

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

A 31 de dezembro de 2020, o valor de balanço dos Direitos de Uso e das Responsabilidades com Locações apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascendem a 2.167 milhões de euros e 2.273 milhões de euros respetivamente, dizendo respeito, principalmente, a contratos de arrendamento de lojas e armazéns com

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Efetuámos o entendimento e avaliamos os procedimentos realizados pelo Grupo relacionados com o processo de reconhecimento da IFRS 16;
- ▶ Executámos procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes, destacando-se: i) identificação de contratos de locação; ii) reconhecimento do direito de uso e respetivas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>diferentes prazos e diversas opções de extensão ou de rescisão.</p> <p>O cálculo do Direito de Uso e Responsabilidade com Locações nos novos contratos e nas renegociações de contratos existentes contém um conjunto significativo de julgamentos por parte da Gestão, nomeadamente o prazo da locação e a taxa de desconto. Desta forma consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<p>responsabilidades de locação e iii) validações de controlos chave ao longo do processo <i>end-to-end</i>;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Revimos os pressupostos definidos pela Gestão, utilizados na avaliação dos contratos de locação, incluindo a avaliação de pressupostos como o prazo da locação, identificação de direito de uso e a apreciação das opções de renovação/término; ▶ Executámos, para uma amostra de contratos, testes de detalhe para concluir sobre a exatidão dos dados recolhidos para cada contrato de arrendamento selecionado; ▶ Obtivemos a lista completa dos contratos de arrendamento e testámos a integralidade da informação utilizada pela Gestão; ▶ Reexecutámos, para uma amostra de contratos, o cálculo dos Direitos de uso e respetivo passivo financeiro; ▶ Verificámos, para uma amostra de contratos, que os mesmos se enquadravam para aplicação do expediente prático no âmbito de descontos obtidos em rendas de contratos de locação e reexecutámos os cálculos do impacto na demonstração de resultados. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações (nota 2.6 e nota 11) apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, acordo com os normativos aplicáveis.</p>

2. Valorização de lojas próprias (ativos fixos tangíveis) e lojas arrendadas (direito de utilização)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo opera um número significativo de lojas em três países diferentes: Portugal, Polónia e Colômbia.</p> <p>O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos a si associados, é relevante para a nossa auditoria pela materialidade do seu valor (superior a 5.233 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020), mas também pelo julgamento envolvido na identificação de indícios de imparidade e, caso existam, na avaliação subsequente da recuperabilidade dos montantes escriturados.</p> <p>A Gestão avalia anualmente a existência de indícios de imparidade, focando-se principalmente no desempenho futuro das lojas, o qual depende de fatores externos tais como o tráfego da loja, o valor médio das compras, a existência de concorrência significativa e no atual contexto económico</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de investimento em ativos tangíveis; ▶ Avaliámos as políticas e os procedimentos definidos pelo Grupo para a identificação de indícios de imparidade de ativos relacionados com lojas com um desempenho abaixo do esperado e verificámos a revisão efetuada pela Gestão ao desempenho financeiro das unidades geradoras de caixa; ▶ Obtivemos os pressupostos utilizados para a análise de imparidade e efetuámos uma validação dos mesmos, através da consideração das perspetivas publicadas pelos analistas de mercado e da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais incluem cenários mais adversos que os habitualmente utilizados, assim como através da análise de tendências passadas, de forma a determinar a capacidade da Gestão em efetuar, com exatidão, uma estimativa dos pressupostos, nomeadamente a taxa de desconto calculada pelo Grupo;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>incorporando o impacto da Pandemia de COVID-19 nos cash-flows futuros das lojas nas várias geografias em que o Grupo opera.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Utilização de especialistas internos na validação dos pressupostos significativos subjacentes aos modelos de teste de imparidade das lojas, nomeadamente a taxa de desconto e taxa de crescimento aplicada aos cash-flows em perpetuidade; ▶ Efetuámos, para uma amostra de unidades geradoras de caixa, a reexecução dos cálculos aritméticos dos testes de imparidade, comparando o valor de uso com o valor contabilístico; ▶ Obtivemos a análise de sensibilidade apresentada pelo grupo, na qual foram testadas variações dos vários pressupostos significativos, dos quais são exemplo a taxa de desconto, ou a taxa de crescimento na perpetuidade. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os normativos aplicáveis.</p>

3. Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ou "ganhos suplementares"), que se encontram reconhecidos no custo das vendas, conforme divulgado nas notas 4, 13 e 14 das notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estes descontos estão associados a contratos de fornecimento e assumem várias formas de créditos e descontos. Estes descontos obtidos em contratos com fornecedores são considerados como uma componente do custo do inventário e são reconhecidos em resultados no momento da venda dos produtos (de acordo com a IAS 2 - Inventários).</p> <p>O valor a ser deduzido ao custo das vendas depende da quantidade de produtos que estavam incluídos no acordo com o fornecedor que, à data de balanço, já tenham sido vendidos. Uma vez que o processo de cálculo e contabilização de alguns descontos que são materiais envolve processos manuais que são mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos ao entendimento, avaliação e a testes aos controlos sobre o processo de descontos de fornecedores; ▶ Procedemos ao entendimento do interface que efetua a ligação entre o Sistema de Contabilidade e o Sistema utilizado para controlo dos Ganhos Suplementares e testámos a infraestrutura e operacionalidade do Sistema; ▶ Testámos, para uma amostra de contratos, a exatidão dos principais indicadores colocados no Sistema, e efetuámos o recálculo dos valores contabilizados como ganhos suplementares; ▶ Efetuámos uma análise dos saldos devedores de fornecedores, nomeadamente através da validação das notas de crédito emitidas subsequentemente e avaliação de indícios de imparidade; ▶ Obtivemos confirmações externas de fornecedores para uma amostra de descontos; ▶ Obtivemos o suporte documental dos principais ajustamentos manuais, de forma a verificar a exatidão dos montantes contabilizados e a sua correta especialização;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Efetuámos procedimentos detalhados de revisão analítica, nomeadamente a análise da evolução mensal, de variações face ao ano anterior, bem como a análise de rácios de descontos sobre as vendas e descontos sobre as compras; e ▶ Realizámos procedimentos de corte de operações para verificar que os montantes se encontram contabilizados no período correto. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

4. Litígios e contingências legais e fiscais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O risco associado aos assuntos fiscais e legais, assim como às disputas com as Autoridades Fiscais e da Concorrência são monitorizados, de forma constante, pela Gestão e pela Comissão de Auditoria. Tendo por base a opinião expressa pelos advogados e consultores fiscais do Grupo, assim como o parecer de advogados externos sobre questões fiscais ou legais específicas, e de acordo com o julgamento da Gestão, os litígios e contingências são reconhecidos como passivo ou divulgados como passivo contingente de acordo com a IAS 37 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes).</p> <p>Tal como divulgado na nota 23, durante o exercício de 2020 foram emitidas multas pela autoridade da concorrência ao Pingo Doce e à Jerónimo Martins Polska no montante de 91 Milhões de Euros e 185 Milhões de Euros respetivamente.</p> <p>Adicionalmente, com referência a 31 de dezembro de 2020, o total de contingências fiscais, líquido de provisões e pagamentos efetuados ao abrigo de regimes especiais, ascende a aproximadamente 102,5 milhões de euros.</p> <p>O Grupo divulga ainda um risco, que resulta da Lei do Orçamento de Estado para 2016, 2017, 2018 e 2019, relacionado com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas, o qual ascende a 56 milhões de euros de imposto a</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos ao entendimento e avaliação de como são monitorizadas as contingências legais e fiscais; ▶ Obtivemos, como resposta ao nosso pedido de informações detalhadas sobre os processos em curso, o entendimento dos advogados que assessoram o Grupo nos principais temas de natureza fiscal e legal; ▶ Efetuámos a leitura das atas das reuniões da Gestão e indagámos a Gestão, o departamento legal e o departamento fiscal sobre o curso das principais contingências legais e fiscais; ▶ Efetuámos pedidos de confirmação externa da existência de processos legais e fiscais através de solicitação aos advogados com quem o Grupo tem relações; e ▶ Fomos apoiados na análise dos processos fiscais e legais por especialistas internos. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>pagar por cada ano, totalizando 225 milhões de euros.</p> <p>Considerando a complexidade e o grau de julgamento inerente a estes processos, assim como o nível de incerteza associado ao resultado final, consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme previsto no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre o Relatório de Remunerações

Dando cumprimento ao artigo 245.º-C, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório do Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato correspondente aos exercícios de 2017 e 2018, e nomeados para o mandato de 2019 a 2021 na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria do Grupo em 1 de março de 2021; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 05 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Registado na CMVM com o nº 20160515

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Senhores Accionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do número 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o nosso relatório sobre as actividades de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas consolidadas e individuais de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Actividade de fiscalização

Ao longo do exercício, esta Comissão efectuou o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade, em particular o apuramento e divulgação dos impactos decorrentes da pandemia Covid-19, tendo para tal realizado reuniões regulares com os Administradores e Directores das áreas funcionais do centro corporativo, com os membros da Direcção Executiva, com o Secretário da Sociedade e com o Revisor Oficial de Contas, que também exerce as funções de Auditor Externo, dos quais recebeu total colaboração.

Esta Comissão obteve acesso a toda a documentação societária que considerou relevante, no sentido de avaliar o cumprimento dos seus regulamentos e dos normativos legais aplicáveis.

Do Auditor Externo e dos responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada e individual da Sociedade, com quem também reuniu regularmente, obteve a informação necessária e suficiente para aferir a exactidão dos documentos de prestação de contas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, assegurando, dessa forma, que os mesmos correspondem a uma correcta avaliação dos resultados e da situação patrimonial da Sociedade.

A Comissão acompanhou, em particular, o desenvolvimento dos processos de contencioso fiscal e legal que envolvem as companhias do Grupo, nomeadamente os diversos processos que haviam sido iniciados pelas Autoridades da Concorrência em Portugal e na Polónia, cujas decisões entretanto adoptadas em quatro casos resultaram na aplicação de coimas a subsidiárias do Grupo. Os esclarecimentos obtidos junto dos serviços da Sociedade, suportados por pareceres dos seus advogados e consultores económicos, permitiram a esta Comissão aferir as contingências a que o Grupo se encontra exposto e a adequação das provisões existentes.

No cumprimento da Política de Gestão de Risco Financeiro, acompanhou, em particular, as operações de financiamento da subsidiária Colombiana e das subsidiárias Polacas, visando garantir os recursos financeiros necessários para melhor gerir a incerteza provocada pela pandemia Covid-19. Acompanhou e pronunciou-se ainda sobre as operações de cobertura dos fluxos de dividendos a pagar pelas suas subsidiárias Polacas e as operações de cobertura do risco de taxa de juro, contando, para tal, com a colaboração da Direcção de Operações Financeiras, tendo verificado a adequação das acções tomadas pela Sociedade, em cumprimento das políticas emanadas pelo Conselho de Administração nesta matéria.

Desde o momento em que os efeitos da pandemia Covid-19 se começaram a sentir nas geografias onde o Grupo opera, esta Comissão dedicou especial atenção aos impactos da mesma sobre os procedimentos de controlo interno instituídos no Grupo para mitigação de riscos, tendo obtido dos diversos serviços da Sociedade, nomeadamente dos responsáveis pela área financeira, pela gestão de risco e pela auditoria interna, e dos representantes do Auditor Externo, todas as informações e esclarecimentos solicitados, que lhe permitiram verificar a continuação da adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

Acompanhou de perto os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna, aprovando as necessárias adaptações ao plano anual de actividades, em função das áreas consideradas de prioridade, atendendo ao novo contexto. Verificou as conclusões dos relatórios dos trabalhos realizados, assim como as acções implementadas pela Sociedade em resultado das recomendações emitidas, quer por este departamento, quer pelo Auditor Externo, e que se encontram vertidas nos relatórios por este emitidos. Esta Comissão aprovou ainda o plano de actividades para o ano de 2021, bem como a alocação dos recursos necessários à sua prossecução.

Tendo presente o agravamento a nível mundial dos riscos associados a Ciber-segurança, potenciados em 2020 pelos sucessivos confinamentos e implementação do teletrabalho na generalidade das equipas dos escritórios centrais, acompanhou os trabalhos desenvolvidos e o assessment de maturidade da área de Ciber-segurança, pelo que irá manter um acompanhamento próximo destes riscos a que o Grupo se encontra exposto.

Acompanhou, com o Revisor Oficial de Contas, a adaptação do plano e procedimentos de auditoria externa para acomodar as restrições impostas à circulação de pessoas, tendo obtido o conforto necessário sobre a eficácia das medidas adoptadas, das alterações introduzidas aos planos de trabalho, bem como das matérias sujeitas a reforço de procedimentos de auditoria e o seu impacto nas conclusões do trabalho do Auditor Externo. Esta preocupação da Comissão foi ao encontro das diversas recomendações de organismos internacionais, tendo sido reforçada com a Circular emitida pela Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM), em Dezembro de 2020, dirigida aos órgãos de fiscalização, que esta Comissão confirma ter tido em consideração na preparação do encerramento das contas de 2020.

Acompanhou, ainda, a evolução das questões suscitadas pelo Revisor Oficial de Contas, assim como as conclusões do trabalho de auditoria por este efectuado, que originaram a emissão da certificação legal de contas sem qualquer reserva.

No âmbito das suas competências a Comissão de Auditoria verificou a independência e competência com que foram desempenhadas as funções do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Procedeu à verificação e aprovação de todos os serviços distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo às empresas do Grupo, assegurando que os mesmos, para além de terem sido prestados por funcionários que não participaram nos trabalhos de auditoria, corresponderam a serviços não proibidos nos termos da lei. Garantiu ainda que os montantes pagos por estes serviços em nada prejudicam a independência do trabalho desenvolvido nem condicionam a opinião do Auditor Externo.

Acompanhou ainda a publicação da Lei 50/2020, de 25 de Agosto, a qual transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa aos direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo, nomeadamente o regime de transações com partes relacionadas. Emitiu um parecer prévio vinculativo relativamente à proposta de procedimento interno de verificação de transações com partes relacionadas apresentada pela Direcção Executiva, nos termos do disposto no artigo do 249º-A, nº 1, do Código de Valores Mobiliários, procedimento esse que foi aprovado pelo Conselho de Administração.

Por fim, verificou ainda, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade inclui todos os elementos referidos no artigo 245.º -A do Código dos Valores Mobiliários.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada e Individual, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais; e
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de Responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- iii) a informação constante do Relatório de Gestão, das Contas Anuais, da Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
- iv) o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

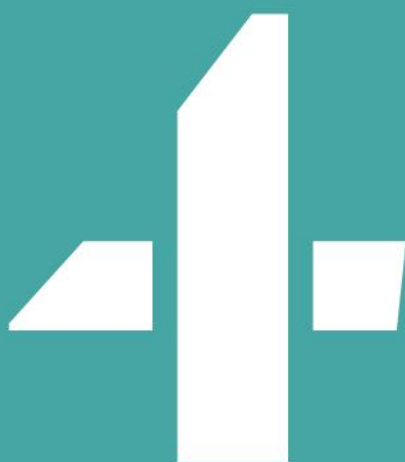
Lisboa, 5 de Março de 2021

Sérgio Tavares Rebelo
(Presidente da Comissão de Auditoria)

Clara Christina Streit
(Vogal)

Elizabeth Bastoni
(Vogal)

**Jerónimo
Martins**



GOVERNO DA SOCIEDADE

Governo da Sociedade

Parte I – Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade.....	155
Secção A - Estrutura Accionista.....	155
Subsecção I - Estrutura de Capital.....	155
Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas	157
Secção B - Órgãos Sociais e Comissões	159
Subsecção I - Assembleia Geral.....	159
A. Composição da Mesa da Assembleia Geral	159
B. Exercício do Direito de Voto.....	159
Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)	161
A. Composição	161
B. Funcionamento.....	178
C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado	180
Subsecção III – Fiscalização (Comissão de Auditoria).....	183
A. Composição	183
B. Funcionamento.....	185
C. Competências e Funções.....	185
Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas	186
Subsecção V - Auditor Externo.....	186
Secção C - Organização Interna	188
Subsecção I - Estatutos	188
Subsecção II - Comunicação de Irregularidades	188
Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos.....	188
Subsecção IV - Apoio ao Investidor.....	194
Subsecção V - Sítio de Internet	196
Secção D - Remunerações.....	199
Subsecção I - Competência para a Determinação	199
Subsecção II - Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos	199
Subsecção III - Estrutura das Remunerações	200
Subsecção IV - Divulgação das Remunerações	205
Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias	209
Subsecção VI - Planos de Atribuição de Acções ou Opções sobre Acções (“Stock Options”)	209
Secção E - Transacções com Partes Relacionadas.....	210
Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo	210
Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios.....	212
Parte II – Avaliação do Governo Societário.....	213
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adoptado.....	213
2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adoptado.....	213
3. Outras Informações	221

Parte I – Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade

Secção A - Estrutura Accionista

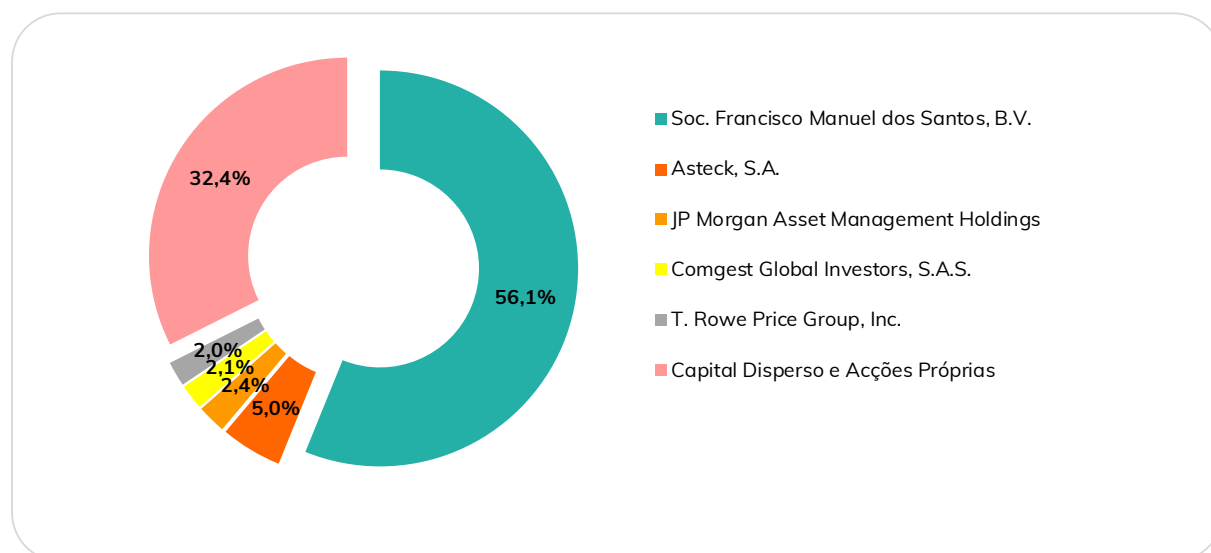
Subsecção I - Estrutura de Capital

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Acções, Distribuição do Capital Pelos Accionistas, etc), Incluindo Indicação das Acções Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Acções, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

O capital social da Sociedade é de 629.293.220 euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em seiscentos e vinte e nove milhões duzentos e noventa e três mil duzentas e vinte acções, no valor nominal de um euro cada uma.

Todas as acções são ordinárias, não existem diferentes categorias de acções, estando todas as acções admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon.

A distribuição do capital da Sociedade é a seguinte, com referência a 31 de Dezembro de 2020*:



* De acordo com as últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data assumindo-se, salvo informação disponibilizada em contrário ao emitente, que o número de acções detidas é igual ao número de direitos de voto detidos. Ver ponto 7.

2. Restrições à Transmissibilidade das Acções, Tais Como Cláusulas de Consentimento Para a Alienação, ou Limitações à Titularidade de Acções (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b) CVM)

As acções de Jerónimo Martins são livremente transmissíveis, não existindo restrições à respectiva transmissibilidade.

3. Número de Acções Próprias, Percentagem de Capital Social Correspondente e Percentagem de Direitos de Voto a Que Corresponderiam as Acções Próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) CVM)

A Sociedade mantém em carteira 859 mil acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção (preço ajustado pela renominalização do capital social), e representativas de 0,14% deste, que corresponderia a igual percentagem dos direitos de voto.

4. Acordos Significativos de Que a Sociedade Seja Parte e Que Entrem Em Vigor, Sejam Alterados ou Cessem em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade Na Sequência de uma Oferta Pública de Aquisição, Bem Como os Efeitos Respectiveis, Salvo se, Pela Sua Natureza, a Divulgação dos Mesmos For Seriamente Prejudicial Para a Sociedade, Excepto se a Sociedade for Especificamente Obrigada a Divulgar Essas Informações Por Força de Outros Imperativos Legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j) CVM)

Não existem acordos significativos (incluindo contratos de financiamento) de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a Que se Encontre Sujeita a Renovação ou Revogação de Medidas Defensivas, em Particular Aquelas que Prevejam a Limitação do Número de Votos Susceptíveis de Detenção ou de Exercício Por um Único Accionista de Forma Individual ou em Concertação com Outros Accionistas

Não foram adoptadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do Órgão de Administração e que sejam susceptíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração, ou que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

6. Acordos Parassociais Que Sejam do Conhecimento da Sociedade e Possam Conduzir a Restrições em Matéria de Transmissão de Valores Mobiliários ou de Direitos de Voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g) CVM)

No seguimento da comunicação relativa a participação qualificada efectuada à Sociedade, em 2 de Janeiro de 2012, foi a mesma informada da existência de acordo parassocial relativo ao exercício do direito de voto, nos seguintes termos:

“Mais se informa que, em conformidade com o disposto no Artigo 21.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Código dos Valores Mobiliários, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*] domina a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., por poder exercer os correspondentes direitos de voto nos termos de acordo parassocial.

De harmonia com o estabelecido no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, mormente na alínea b) do seu n.º 1, por força do sobredito acordo parassocial, os direitos de voto inerentes às acções de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. objecto da compra e venda anteriormente mencionada permanecem imputados à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*]”.

A Sociedade desconhece, contudo, a existência de eventuais restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

* Denominação social alterada em 2015 para “Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.”.

Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas

7. Identificação das Pessoas Singulares ou Colectivas que, Directa ou Indirectamente, São Titulares de Participações Qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) CVM e art. 16.º CVM), com Indicação Detalhada da Percentagem de Capital e de Votos Imputável e da Fonte e Causas de Imputação

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do n.º 1 do Artigo 20.º CVM, com base na totalidade das acções de acordo com a alínea b) do n.º 3 do Artigo 16.º CVM, a 31 de Dezembro de 2020, são identificados na tabela abaixo.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2020*

(De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Accionista	N.º de Acções detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,14%	353.260.814	56,14%
Heerema Holding Company Inc. Através da Sociedade Asteck, S.A.	31.464.750	5,00%	31.464.750	5,00%
JP Morgan Asset Management Holdings Através de Fundos de Investimento por si geridos	14.815.917	2,35%	14.815.917	2,35%
De entre os quais, através de JP Morgan Investment Management	n.a. **	n.a. **	n.a. **	2,04%
Comgest Global Investors, S.A.S.	12.983.594	2,06%	12.983.594	2,06%
T. Rowe Price Group, Inc. Através de T. Rowe Price International Ltd	12.821.174	2,04%	12.694.305	2,02%

* Fonte: Últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

** Informação não disponibilizada ao emitente.

8. Indicação Sobre o Número de Acções e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos de Administração e De Fiscalização

(De acordo com o disposto no n.º 5 do Art. 447.º CSC)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.19		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.20	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Andrzej Szlęzak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art. 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Elizabeth Ann Bastoni	-	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	20.509	-	-	-	-	-	20.509	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art. 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
María Ángela Holguín Cuéllar	-	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.; Ver ponto 20.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. confirmou não deter quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2020, e não ter realizado, durante 2020, transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

9. Poderes Especiais do Órgão de Administração, nomeadamente no que Respeita a Deliberações de Aumento de Capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i) CVM), com Indicação, Quanto a Estas, da Data em Que Lhe Foram Atribuídos, Prazo Até ao Qual Aquela Competência Pode Ser Exercida, Limite Quantitativo Máximo do Aumento do Capital Social, Montante Já Emitido ao Abrigo da Atribuição de Poderes e Modo de Concretização dos Poderes Atribuídos

Qualquer aumento de capital carece de deliberação prévia da Assembleia Geral de accionistas.

10. Informação Sobre a Existência de Relações Significativas de Natureza Comercial entre os Titulares de Participações Qualificadas e a Sociedade

Face à política que tem vindo a ser seguida pela Sociedade sobre este tema, não se realizaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os Titulares de Participação Qualificada ou entidades que com estes estejam em qualquer relação, fora das condições normais de mercado.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada.

Secção B - Órgãos Sociais e Comissões

Subsecção I - Assembleia Geral

A. Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e Cargo dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e Respetivo Mandato (Início e Fim)

No dia 11 de Abril de 2019 foram eleitos, para o triénio 2019-2021, Abel Bernardino Teixeira Mesquita e Nuno de Deus Pinheiro, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respectivamente.

B. Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais Restrições em Matéria de Direito de Voto, Tais Como Limitações ao Exercício do Voto Dependente da Titularidade de um Número ou Percentagem de Acções, Prazos Impostos Para o Exercício do Direito de Voto ou Sistemas de Destaque de Direitos de Conteúdo Patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f) CVM)

A Sociedade e o seu Conselho de Administração valorizam particularmente os princípios da livre transmissibilidade das acções e da livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração.

Assim, o Art. 24.º dos Estatutos da Sociedade estabelece a regra de que a cada acção corresponde um voto.

Nesta linha, a Sociedade não estabeleceu mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada acção ordinária, designadamente não estão estatutariamente atribuídos direitos especiais a accionistas ou previstos limites ao exercício do direito de voto, nem existe nenhuma regra estatutária especial sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De igual forma, a presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número mínimo de acções.

De acordo com o Art. 26.º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocatória, desde que se ache presente ou representado mais de 50% do capital social.

Participação em Assembleia Geral

Nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários e no Art. 23.º dos Estatutos da Sociedade, puderam participar e votar, nas reuniões da Assembleia Geral, os accionistas que reuniram as seguintes condições:

- i. Na Data de Registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, eram titulares de acções da Sociedade que lhes conferiam pelo menos um voto;
- ii. Até ao final do dia anterior ao da Data de Registo, declararam, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao respectivo intermediário financeiro a sua intenção de participar na reunião;
- iii. Até ao final do dia da Data de Registo, o respectivo intermediário financeiro enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral informação sobre o número de acções registadas em nome do referido accionista na Data de Registo.

Participação em Assembleia Geral à Distância

A Sociedade implementou meios adequados para a participação dos seus accionistas na Assembleia Geral à distância, registando-se a realização de duas Assembleias Gerais da Sociedade em 2020, as quais tiveram lugar exclusivamente por meios telemáticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do Art. 377.º CSC, considerando a situação pandémica causada pela doença Covid-19, e tendo em atenção quanto se encontra disposto nas “Recomendações no âmbito da realização de Assembleias Gerais” publicadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 20 de Março de 2020.

Os accionistas que declararam querer participar nas reuniões da Assembleia Geral, tiveram que indicar um endereço electrónico, para onde a Sociedade remeteu a ligação (“link”) para a sessão telemática em causa, e um código individual de participação do accionista, o qual serviu para complementar a sua identificação no início de cada reunião.

Voto por Correspondência

De acordo com o número três do Art. 25.º dos Estatutos, é ainda admitido o voto por correspondência. Estatutariamente, os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral e cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação. Em caso de presença do accionista ou do seu representante na Assembleia Geral, considera-se revogado o voto por correspondência emitido.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas depois da data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

A Sociedade disponibiliza no seu sítio institucional um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Como os seus estatutos são omissos nesta matéria, a Sociedade fixou em 48 horas antes da realização da Assembleia Geral o prazo para a recepção do voto por correspondência, acolhendo e, de certa forma, indo mais longe do que o disposto na recomendação da CMVM sobre esta matéria.

Voto por Meios Electrónicos

A Sociedade reconhece também que a utilização de meios informáticos potencia o exercício dos direitos dos accionistas e, nesse sentido, adopta, desde 2006, os mecanismos adequados para que estes possam votar por meios electrónicos nas Assembleias Gerais tendo, não obstante, procedido em 2020 a algumas alterações nos procedimentos que, para o efeito, vinha a implementar, tendo tais procedimentos sido divulgados nas convocatórias emitidas e no seu sítio institucional na internet.

Assim, os accionistas que pretenderam exercer o seu direito de voto por esta via tiveram que o manifestar, em devido tempo, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através do endereço electrónico assembleiageral@jeronimo-martins.com. Na referida manifestação de interesse, os accionistas tiveram que indicar um endereço de correio electrónico, para o qual, subsequentemente, foi enviado um código identificador a referir na mensagem de correio electrónico, com que o accionista pôde exercer o seu direito de voto.

13. Indicação da Percentagem Máxima dos Direitos de Voto Que Podem Ser Exercidos Por Um Único Accionista ou Por Accionistas Que Com Aquele Se Encontrem em Alguma das Relações do n.º 1 do Art. 20.º CVM

A Sociedade não definiu regras que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

14. Identificação das Deliberações Accionistas Que, Por Imposição Estatutária, Só Podem Ser Tomadas Com Maioria Qualificada, Para Além Das Legalmente Previstas e Indicação Dessas Maiorias

Não existe nenhuma regra estatutária especial sobre quóruns deliberativos.

Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)

A. Composição

15. Identificação do Modelo de Governo Adoptado

A Sociedade adoptou o modelo de governo Anglo-Saxónico correspondente à modalidade prevista na alínea b) do Art. 278.º CSC em que a administração e fiscalização da Sociedade se encontram estruturadas através de um Conselho de Administração, que compreende a Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

16. Regras Estatutárias Sobre Requisitos Procedimentais e Materiais Aplicáveis à Nomeação e Substituição dos Membros do Conselho de Administração (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h) CVM). Política de Diversidade.

O Art. 1.º do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade prevê que este órgão tenha a composição que venha a ser deliberada em Assembleia Geral nos termos previstos no número um do Art. 12.º do Pacto Social, sendo presidido pelo respectivo Presidente, escolhido em Assembleia Geral.

O número três do Art. 9.º do referido Regulamento do Conselho de Administração prevê que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer dos seus membros, o Conselho de Administração procederá à cooptação, cabendo à Comissão de Auditoria, se tal não ocorrer no prazo de 60 dias a contar da falta, designar o substituto.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do Art. 289.º CSC, as propostas para a eleição dos Administradores (e demais órgãos sociais) indicaram as qualificações profissionais e as actividades profissionais exercidas, nos últimos cinco anos, das pessoas cuja eleição foi proposta pelos accionistas da Sociedade. Tais elementos constituíram fundamentação suficiente a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo, à função a desempenhar pelos referidos candidatos.

Política de Diversidade

No ordenamento jurídico-societário português cabe exclusivamente aos accionistas a competência para seleccionar e designar ou eleger os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades comerciais.

Assim sendo, uma vez que os accionistas não se confundem com a Sociedade, não se afigura que a esta seja juridicamente possível definir ou aplicar uma política de diversidade nos moldes previstos na al. r), do n.º 1, do Art. 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de Julho.

Isto não significa, porém, que na selecção dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade (respectivamente, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria), os accionistas não tenham vindo a aplicar critérios de diversidade que procuram combinar os atributos individuais de cada um dos membros, como a independência, a integridade, a experiência e a competência, com as especificidades da Sociedade, designadamente o seu modelo de governo, a sua dimensão, a sua estrutura accionista e o seu modelo de negócio.

Pode-se mesmo continuar a afirmar que, na actual composição do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, os accionistas mantiveram a salvaguarda da diversidade de género, a diversidade

etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, conforme se pode verificar dos pontos 1.3.1. do Capítulo I, e dos pontos 17 a 19, e 26 do Capítulo IV deste Relatório.

Faz-se ainda referência ao Plano para a Igualdade (de género), divulgado pela Sociedade a 15 de Setembro de 2020, onde se encontram definidos, nomeadamente, os objectivos a prosseguir pela Sociedade a este respeito, quais as medidas concretas a implementar, quem é responsável pela sua implementação, e quais os indicadores a serem utilizados para mensuração do respectivo atingimento.

A Sociedade tem, assim, por adoptados os aludidos critérios e requisitos de diversidade através da sua enunciação no presente documento, e da sua aprovação por parte do Conselho de Administração e pelos seus accionistas.

17. Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efectivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de sete e um máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos. Ao longo do ano de 2020, o Conselho teve a composição indicada abaixo, contando actualmente com dez membros efectivos, eleitos em Assembleia Geral realizada em 11 de Abril de 2019 para o triénio 2019-2021:

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração desde 18 de Dezembro de 2013
- Administrador-Delegado
- Primeira designação em 31 de Março de 1995
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Andrzej Szlęzak

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 9 de Abril de 2010
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Artur Stefan Kirsten

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 9 de Abril de 2010 (cessação de mandato em Fevereiro de 2011)
- Nova designação em 9 de Abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Clara Christina Streit

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 9 de Abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Elizabeth Ann Bastoni

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 11 de Abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Francisco Manuel Seixas da Costa

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Administrador Não-Executivo, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., nos termos do n.º 4 do Artigo 390.º C.S.C.
- Primeira designação em 31 de Março de 1995 (cessação de mandato em 29 de Junho de 2001)
- Nova designação em 15 de Abril de 2004 (cessação de mandato em 9 de Abril de 2015)
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

María Ángela Holguín Cuéllar

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 11 de Abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Sérgio Tavares Rebelo

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

18. Distinção dos Membros Executivos e Não Executivos do Conselho de Administração e, Relativamente aos Membros Não Executivos, Identificação dos Membros Que Podem Ser Considerados Independentes

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração através da integração de Administradores Não-Executivos e de Administradores Independentes a par do Administrador Executivo, no âmbito de delegação de competências, encontrando-se efectuada supra, no n.º 17, para onde se remete, a respectiva discriminação. O critério de distinção utilizado pela Sociedade coincide com o da Recomendação 2005/162/CE, da Comissão da União Europeia, de 15 de Fevereiro de 2005, considerando-se Administradores Executivos aqueles que sejam encarregados da gestão corrente e, ao contrário, Administradores Não-Executivos aqueles que o não sejam.

O Conselho de Administração integra, assim, Administradores Não-Executivos, em particular Administradores Independentes dotados de um conjunto de competências técnicas diversificadas, redes de contactos e ligações com entidades nacionais e internacionais que permitem enriquecer e otimizar a gestão da Sociedade numa óptica de criação de valor e de adequada defesa dos interesses de todos os seus accionistas e restantes stakeholders, o que assegura uma efectiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos restantes membros do Conselho de Administração.

Como se retira do n.º 17, o número de Administradores Não-Executivos da Sociedade é actualmente de 9, o qual a Sociedade reputa de adequado considerando os termos em que, como descrito no n.º 21 infra, se encontra efectuada a delegação de poderes a favor do Administrador-Delegado, a implementação de uma estrutura de apoio ao mesmo, e a instituição de um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos, os quais permitem assegurar com eficiência as funções que se lhes encontram cometidas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à actividade desta.

De acordo com os princípios pelos quais a Sociedade se rege, embora os Administradores respondam perante todos os accionistas por igual, a independência da actuação do Conselho de Administração face a estes é ainda reforçada pela existência de Administradores Independentes.

De acordo com as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018 revisto em 2020), doravante referidas como “Recomendações IPCG 2020”, e atendendo ao disposto na recomendação III.4, que estabelece os critérios da avaliação da independência feita pelo órgão de administração, são considerados Administradores Independentes António Viana Baptista, Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni, Francisco Seixas da Costa, María Ángela Holguín Cuéllar e Sérgio Rebelo.

De notar que os Administradores Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni e Sérgio Rebelo são igualmente membros da Comissão de Auditoria, ficando, assim, sujeitos aos critérios de independência previstos no n.º 5 do Art. 414.º CSC, os quais são cumpridos. Qualquer dos membros da Comissão de

Auditoria cumpre também as regras de incompatibilidade previstas no Art. 414.º-A, n.º 1 CSC com excepção da prevista na alínea b).

Sendo o número de independentes de acordo com os critérios supra explanados de 6, de entre um total de 10 Administradores, afigura-se cumprida a recomendação III.4 (Recomendações IPCG 2020).

19. Qualificações Profissionais e Outros Elementos Curriculares Relevantes de Cada Um dos Membros do Conselho de Administração

Pedro Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, ingressou, em 1983, na Direcção de Operações do Pingo Doce. Em 1985, integrou o Departamento de Vendas e Marketing da Igló/Unilever e, cinco anos mais tarde, assume funções como Director Adjunto das Operações Recheio. Em 1995, é nomeado Director-Geral desta Companhia. Entre 1999 e 2000, assume a responsabilidade pelas operações na Polónia e no Brasil. Em 2001, passa também a ser responsável pelas operações da área de Distribuição em Portugal. É Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. desde 31 de Março de 1995, sendo Administrador-Delegado desde 9 de Abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração desde 18 de Dezembro de 2013.

Andrzej Szlęzak tem nacionalidade polaca e é licenciado em Filologia Inglesa e em Direito pela Adam Mickiewicz University em Poznan, Polónia, tendo sido aprovado no exame judicial em 1981 e admitido na Chamber of Legal Advisors (Poznan Chapter) em 1994. Em 1979, iniciou o seu percurso académico na referida universidade, no qual obteve os graus de doutoramento e pós-doutoramento ("Habilitation Doctor") em Direito, em 1985 e 1992, respectivamente. Em 1994, foi-lhe atribuído o cargo de Professor da Adam Mickiewicz University (Law School) que exerceu até 1996. Actualmente é Professor na Warsaw School of Social Sciences and Humanities. Em 1991, juntou-se à sociedade de advogados Soltysinski, Kawecki & Szlęzak ("SK&S"), da qual se tornou sócio em 1993 e sócio senior em 1996. Durante a sua prática na SK&S prestou aconselhamento jurídico em numerosas transacções de privatização e reestruturação em diversos sectores da economia polaca (principalmente em projectos de M&A, societário e greenfield). Desde 1999, tem sido árbitro no Tribunal Arbitral na Câmara do Comércio Polaca (KIG) em Varsóvia, exercendo actualmente funções de Deputy Chairman do Board de Arbitragem deste Tribunal. Tem igualmente sido nomeado como árbitro em diversos processos (nacionais e internacionais) perante a ICC International Court of Arbitration em Paris e em processos ad hoc conduzidos de acordo com as regras de arbitragem UNCITRAL. É ainda autor de várias publicações, incluindo em língua estrangeira, nas áreas de direito civil, comercial e arbitragem. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

António Viana-Baptista tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980), possui Pós-Graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981) e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau, 1983). Entre 1985 e 1991, foi Sócio (Principal Partner) da McKinsey & Co. nos escritórios de Madrid e Lisboa. Entre 1991 e 1998, exerceu o cargo de Administrador no Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2002, foi Chairman e CEO da Telefónica International. Entre 2002 e 2006, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica Móviles S.A. Entre 2006 e 2008, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica España. Entre 2000 e 2008, foi membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. Entre 2011 e 2016 foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal, mantendo-se actualmente como consultor desta instituição. É Administrador Não-Executivo da Semapa, SGPS, S.A. e da Atento, S.A., acumulando também funções de Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL. Foi membro da Comissão de Auditoria da Sociedade nos mandatos 2010-2012, e 2013-2015. É Administrador Não-Executivo da Sociedade desde 9 de Abril de 2010.

Artur Stefan Kirsten tem nacionalidade alemã e obteve o seu mestrado em Economia e Informática, entre 1981 e 1986, na FernUniversität Hagen e na Georg-August-Universität Göttingen. Em 1991, obteve o seu Doutoramento (Dr. rer. pol.), ao que se seguiu o Stanford Executive Program na Graduate School of Business da Universidade de Stanford, na Califórnia. Desde 1995, lecciona em diferentes universidades alemãs e no estrangeiro. Em 2001, foi nomeado Professor Catedrático na Westfaelische University em Gelsenkirchen. Foi, entre 2011 e 2018, Director Financeiro (CFO) da Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE") onde desempenhou igualmente funções como membro do Conselho de Gestão desde 1 de Janeiro de 2011. Foi membro do Conselho de Administração da Sociedade no período compreendido entre Abril de 2010 e Fevereiro de 2011 e é actualmente membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos BV. Os seus cargos anteriores foram como Administrador-Delegado (CEO) da

Majid Al Futtaiim Group LLC, uma sociedade de promoção imobiliária com negócios focados no imobiliário, retalho e empreendimentos nos Emirados, e como Director Financeiro (CFO) da Metro AG e da ThyssenKrupp AG na Alemanha. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Clara Christina Streit tem dupla nacionalidade, norte-americana e alemã, e tem um Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça. É professora assistente nas Universidades Nova e Católica de Lisboa e Administradora Não-Executiva independente em várias empresas europeias. Começou a sua carreira como Consultora na McKinsey & Company de onde saiu em 2012 como Senior Partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. De 2013 a 2017, assumiu funções como membro do Conselho de Supervisão e Presidente da Comissão de Nomeações da companhia de seguros holandesa Delta Lloyd N.V.. Foi Administradora e membro da Comissão de Nomeações e Remunerações do Bank Vontobel AG, desempenhando actualmente esses cargos na Vontobel Holding AG. É, desde 2013, membro do Conselho de Supervisão da empresa imobiliária alemã Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE"). Entre Maio de 2015 e Abril de 2018 assumiu funções como membro do Conselho de Administração, da Comissão de Controlo Interno, Risco e Governo da Sociedade e da Comissão de Recursos Humanos e de Nomeações da empresa Unicredit S.p.A, sediada em Milão. Em 2017, foi nomeada membro do Conselho de Supervisão, do Comité de Risco, e do Comité de Nomeações e Corporate Governance do NN Group, N.V. e, em 2019, foi nomeada membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG. É Administradora Não-Executiva da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Elizabeth Ann Bastoni tem nacionalidade norte-americana, possui um bacharelato em artes pelo Providence College e uma licenciatura em Literatura da Civilização Francesa da Universidade de Sorbonne, em Paris. Iniciou a sua carreira em Paris em 1989 na KPMG em Prática Tributária Internacional onde desempenhou vários cargos, incluindo o de Senior Manager em Business Development. Entre 1998 e 2003, foi Responsável Global de Remunerações, Benefícios e Programas para Expatriados na Lyonnaise des Eaux a nível global. Antes de se juntar à The Coca-Cola Company em 2015, ocupou cargos directivos na área de RH do Grupo Thales, com sede em Paris. Da The Coca-Cola Company transitou para a Carlson, onde desempenhou funções como Responsável de Recursos Humanos e Comunicação. Foi membro do Conselho de Administração da Carlson Wagonlit Travel e Administradora Não-Executiva do Grupo Rezidor Hotel desde 2011. É Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC, Administradora da Société BIC, Presidente do Conselho de Administração da Limeade, Inc. e Presidente da Comissão de Remunerações e Nomeações da Limeade Inc. Foi Presidente da Comissão de Vencimentos do Grupo Jerónimo Martins entre 2016 e 2018. É Administradora Não-Executiva da Sociedade desde 11 de Abril de 2019.

Francisco Seixas da Costa tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa. Inicia a sua carreira diplomática em 1975 como diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1995 e 2001, foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tendo tido várias funções oficiais, entre outras, negociador português do Tratado de Amesterdão, de 1995 a 1997, Coordenador português da negociação do quadro financeiro plurianual da UE, de 1997 a 1999, e Presidente do Conselho de Ministros do Mercado Interno da União Europeia, em 2000. De 2001 a 2002 foi Embaixador, Representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, e de 2002 a 2004 foi Embaixador, Representante permanente de Portugal junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, em Viena. Entre 2004 e 2008, foi Embaixador no Brasil, em Brasília e, entre 2009 e 2013, foi Embaixador em França e Representante Permanente junto da UNESCO (desde 2012), em Paris. Desde 2013, é membro do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A.. Desde 2014, é docente da Universidade Autónoma de Lisboa. Em Abril de 2016, foi eleito Administrador e membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis e, em 2017, foi nomeado membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.. É Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira II, S.A.. É colunista e colaborador de diversas publicações e autor de várias obras sobre questões internacionais e de segurança. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

José Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, é licenciado em Biologia Marinha pela Universidade Clássica de Lisboa em 1986, com formação executiva no IMD (1995) e em Harvard (1997), é também membro Alumni de Stanford (2000). É membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos SGPS, S.E., desde 2001, e Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos

Santos B.V., desde a sua fundação. Foi membro do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015. É Presidente da Unilever Fima, Lda., da Gallo Worldwide, Lda. e da JMDB Representação e Distribuição de Marcas Lda., desde 1995.

Administrador Executivo e Curador da Fundação Francisco Manuel dos Santos, desde 2009. É presidente do Oceanário de Lisboa, S.A. desde Setembro de 2015, e Presidente do Conselho de Curadores e Conselho de Administração da Fundação Oceano Azul, desde Dezembro de 2016. É Presidente da Movendo Capital B.V., desde 2017. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., desde 11 de Abril de 2019.

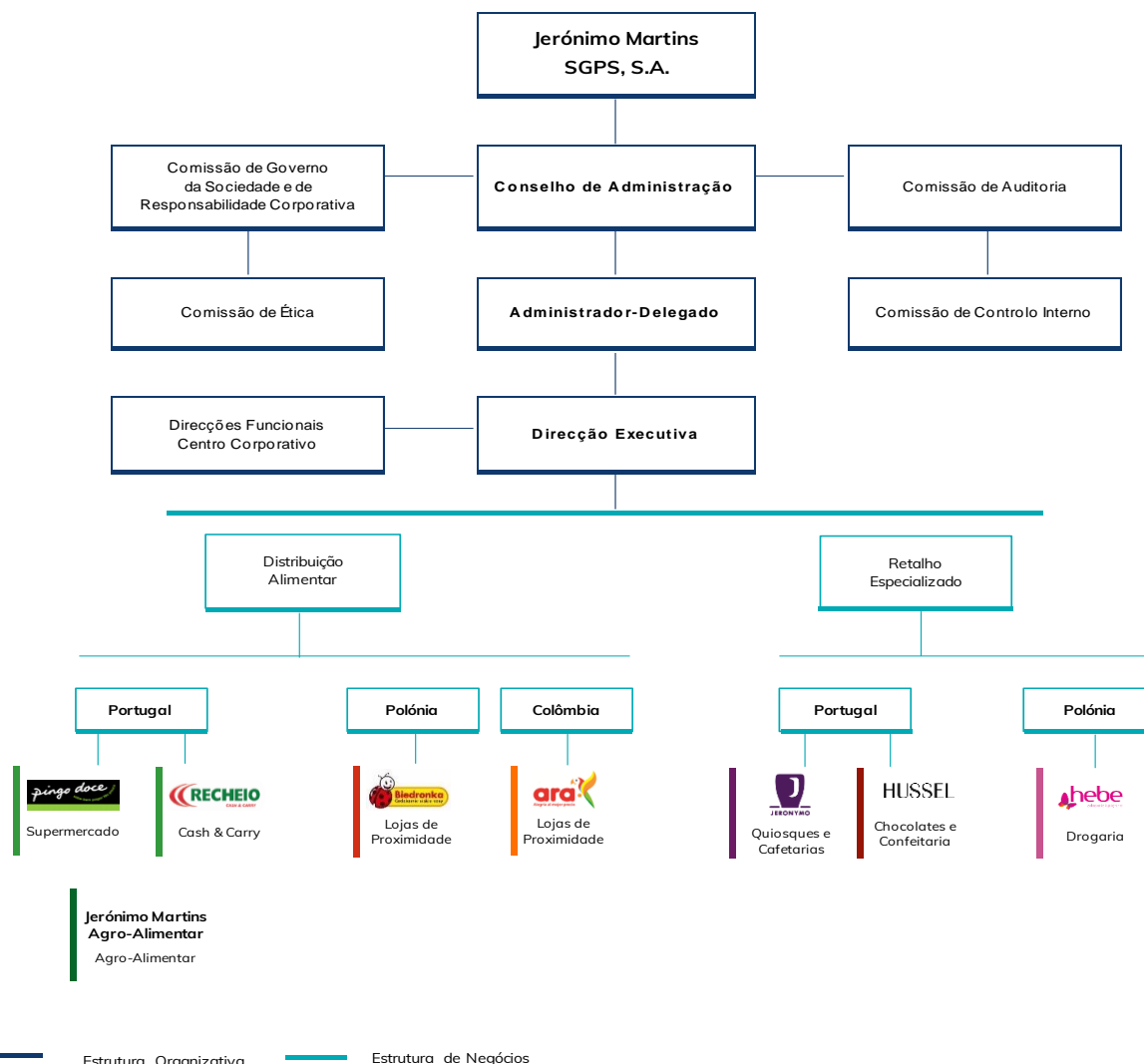
María Ángela Holguín Cuéllar tem nacionalidade colombiana, é licenciada em Ciências Políticas da Universidade de los Andes. Possui ainda uma especialização em Administração e Gestão Pública pela mesma universidade e uma especialização em Diplomacia e Estratégia do Centre d' Études Diplomatiques et Stratégie. Nas últimas duas décadas de experiência no sector público e privado ocupou cargos importantes no governo colombiano, incluindo na Presidência da República, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Gabinete do Procurador-Geral da Colômbia. Como parte da sua vasta experiência profissional no campo das relações diplomáticas, ocupou, entre outros, o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros da Colômbia (2010-2018) e Vice-Ministra (1998), Embaixadora e Representante Permanente das Nações Unidas (2004-2006) e embaixadora da Colômbia na Venezuela (2002-2004). Desempenhou igualmente o cargo de Directora Regional para a América Latina da Worldview International Foundation (2000-2002) e de Representante na Argentina do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina (2008-2010). Para além disso, foi Coordenadora para a Colômbia na IADB Assembly e na Inter-American Investment Corporation (1997), e Directora Executiva da Conferência Regional para a Infância na América Latina (1997). É membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V. (sociedade que integra o Grupo). É Administradora Não-Executiva da Sociedade desde 11 de Abril de 2019.

Sérgio Tavares Rebelo tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem um M.Sc. em Investigação Operacional pelo Instituto Superior Técnico, bem como um M.A. e um Ph.D. em Economia pela University of Rochester. Iniciou a sua carreira académica como assistente na Universidade Católica Portuguesa, em 1981. Em 1988, ingressa como Assistant Professor of Finance na Northwestern University, passando a Associate Professor of Finance, em 1991. Entre 1992 e 1997, é Associate Professor do Department of Economics da University of Rochester e, desde Julho de 1997, é Tokai Bank Distinguished Professor of International Finance, na Kellogg School of Management, da Northwestern University. Publica, desde 1982, inúmeros artigos e livros na área da economia e finanças. Desde Abril de 2012, é Membro do Advisory Council to the Global Markets Institute na Goldman Sachs e, entre 2015 e 2018, assumiu funções como Administrador Não-Executivo da Integrated DNA Technologies. É actualmente Presidente da Comissão de Auditoria da Sociedade. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

20. Relações Familiares, Profissionais ou Comerciais, Habituais e Significativas, dos Membros do Conselho de Administração com Accionistas a Quem Seja Imputável Participação Qualificada Superior a 2% dos Direitos de Voto

Membro do Órgão de Administração	Tipo de Relação	Titular de Participação Qualificada
Artur Stefan Kirsten	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
José Soares dos Santos	Presidente Executivo	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade



Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, para além da representação institucional da Sociedade, desempenha funções de especial responsabilidade na direcção das respectivas reuniões, no acompanhamento da execução das deliberações tomadas por este Órgão, na participação nas reuniões das restantes comissões emanadas do Conselho de Administração e na definição da estratégia global da Sociedade.

Delegação de Poderes e Coordenação de Administradores Não Executivos

O Conselho de Administração, mediante deliberação, delegou em um Administrador-Delegado diversas competências no âmbito da gestão corrente da Sociedade, o qual, nesses termos, pode:

- gerir os negócios sociais e efectivar as operações relativas ao objecto social, compreendidas no âmbito da sua gestão corrente, enquanto sociedade gestora de participações sociais;
- representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, e comprometer-se em arbitragens, podendo, para o efeito, designar mandatários, assim como transigir, confessar e desistir das mesmas;

- c. contrair empréstimos e outras operações financeiras, no mercado financeiro nacional ou estrangeiro, emitir valores mobiliários representativos de dívida no âmbito da competência do Conselho de Administração e aceitar a fiscalização das entidades mutuantes, sempre até ao montante de €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros) e com integral respeito pelo disposto nos Estatutos da Sociedade;
- d. decidir sobre a prestação, pela Sociedade, de apoio técnico e financeiro, incluindo através da concessão de empréstimos às sociedades de cujas acções, quotas ou partes sociais seja, no todo ou em parte, titular;
- e. decidir sobre a alienação ou locação de bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer desinvestimentos, até ao montante de €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros) ou, independentemente de tal limite, quando tal alienação ou locação se encontre prevista nos Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
- f. decidir sobre a aquisição ou tomada em locação de quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer investimentos, até ao montante de €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), ou, independentemente de tal limite, quando tal aquisição ou tomada em locação se encontre prevista em Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovado pelo Conselho de Administração;
- g. designar as pessoas a propor às Assembleias Gerais das sociedades referidas na alínea d) supra, para preenchimento de cargos nos respectivos órgãos sociais, indicando aquelas a quem caberá exercer funções executivas;
- h. aprovar políticas e normas transversais às sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tais como manuais de procedimentos, regulamentos e ordens de serviço, *maxime* no que diz respeito a (i) Recursos Humanos, (ii) Controlo Operacional, (iii) Segurança Alimentar e Controlo de Qualidade e (iv) Reporte e Investimentos;
- i. aprovar os planos de expansão respeitantes às actividades de cada uma das áreas de negócio, bem como das sociedades do Grupo não abrangidas em áreas de negócios;
- j. aprovar a estrutura orgânica das sociedades do Grupo;
- k. decidir as instruções ou orientações a dar pela Sociedade às administrações das sociedades suas subsidiárias, quanto às matérias referidas nesta delegação de poderes, nos termos e com observância do disposto na lei aplicável.

Para efeitos do disposto na delegação de poderes, consideram-se como previstos nos Planos de Médio e Longo Prazo, (entendidos estes como planos de actividades, de investimentos e projecções financeiras a três anos), as aquisições, alienações, investimentos ou desinvestimentos cujo montante não exceda em mais de 10% a respectiva rubrica constante desses Planos.

Em 2020, manteve-se em funções a Direcção Executiva, órgão consultivo que, conforme referido no ponto 29, tem como objectivo fundamental coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho, no âmbito da gestão corrente dos negócios que constituem o objecto social da Sociedade.

Contudo, o Conselho de Administração retém, nos termos do respectivo Regulamento Interno, poderes sobre as matérias estratégicas de gestão do Grupo, em particular as que se prendem com a definição de políticas gerais da Sociedade e da estrutura empresarial do Grupo e as que, devido à sua importância e natureza especiais, podem impactar substancialmente a actividade deste último.

Para além dos poderes delegados, cabe ainda ao Administrador Delegado: submeter ao Conselho de Administração, para deliberação, os planos consolidados de médio e longo prazo do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram, acompanhados do seu parecer, incluindo planos de actividades, de investimentos e projecções financeiras a três anos (“planos de médio e longo prazo”); os orçamentos, incluindo as metas financeiras do exercício seguinte, do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram; dos documentos de prestação de contas e os resultados consolidados do Grupo Jerónimo Martins e de cada uma das áreas de negócio que o integram; a realização de investimentos não abrangidos pela delegação de poderes.

Ao Administrador-Delegado estão também vedadas as matérias a que se refere o n.º 4 do Art. 407.º CSC.

Para além dos poderes sobre matérias estratégicas para a gestão do Grupo, o Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida societária ao procurar sempre informar-se devidamente e ao assegurar a supervisão da gestão da Sociedade, encontrando-se implementados mecanismos nesse sentido.

Neste contexto, em cada reunião do Conselho de Administração, o Administrador-Delegado apresenta informação relativa à actividade desenvolvida pela Sociedade desde a última reunião, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos complementares que os Administradores Não-Executivos entendam necessários. Em 2020, toda a informação solicitada pelos Administradores Não-Executivos foi completa e tempestivamente fornecida pelo Administrador-Delegado.

Adicionalmente, e considerando que o Administrador-Delegado é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração, foi aprovado por deliberação do dito Conselho um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos da Sociedade.

Tal Mecanismo explicita que os membros do Conselho de Administração que não integrem uma Comissão Executiva ou que não sejam Administradores-Delegados mantêm responsabilidade, nos termos fixados pelo Art. 407.º, n.º 8 CSC, pela vigilância sobre a actuação da Comissão Executiva ou dos Administradores-Delegados e, bem assim, pelos prejuízos causados por actos ou omissões destes, quando, tendo conhecimento de tais actos ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

A actividade de supervisão e fiscalização dos Administradores Não-Executivos é também exercida no seio das Comissões Especializadas, e grupos de trabalho da Sociedade em que aqueles participem e nos órgãos societários das sociedades subsidiárias de que façam parte.

Ainda nos termos de tal Mecanismo, os Administradores-Delegados ou o Presidente da Comissão Executiva, consoante aplicável, bem como os Administradores a quem tenha sido atribuído um encargo especial ao abrigo do Art. 407.º, n.ºs 1 e 2 CSC, deverão:

- a) sempre que tal se mostre necessário, prestar aos Administradores com funções não executivas informação relevante relativamente à execução dos poderes que lhes tenham sido delegados ou do encargo especial que lhes tenha sido atribuído;
- b) satisfazer, em prazo razoável, qualquer pedido de informação que lhes seja submetido por qualquer dos Administradores com funções não executivas, para efeitos do desempenho das respectivas funções, devendo a referida informação ser igualmente disponibilizada aos demais membros do Conselho de Administração.

Prevê-se no dito Mecanismo que os Administradores com funções não executivas possam realizar reuniões *ad hoc*, por iniciativa de quaisquer dois deles, cabendo a respectiva convocatória ao Secretário da Sociedade (que da mesma dará conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração), nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Com vista a permitir uma participação independente e informada dos Administradores com funções não executivas nas reuniões do Conselho de Administração ou nas reuniões das Comissões Especializadas, de grupos de trabalho ou de Órgãos Societários de sociedades de que façam parte, atrás referidos, prevê o Mecanismo competir ao Secretário da Sociedade disponibilizar-lhes a agenda definitiva dos trabalhos e a respectiva documentação preparatória nos termos e com observação dos prazos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Compete ainda ao Secretário da Sociedade, de acordo com o Mecanismo implementado, diligenciar pela remessa aos Administradores que o solicitem de cópia das actas da Direcção Executiva, bem como de quaisquer actas dos Órgãos Sociais ou das Comissões Especializadas criadas pelo Conselho de Administração, e prestar-lhes, no âmbito das suas competências, quaisquer informações respeitantes a deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva ou a quaisquer decisões dos Administradores-Delegados.

Informação mais detalhada sobre a evolução dos negócios do Grupo, do seu desempenho e respectiva posição, incluindo informações sobre questões ambientais, sociais e questões relativas aos trabalhadores,

à igualdade entre mulheres e homens, à não-discriminação e ao respeito dos direitos humanos é divulgada nos Capítulos 1 (“O Grupo Jerónimo Martins”), 2 (“Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento”) e 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”).

Estrutura Organizativa e Repartição de Competências

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. é a *Holding* do Grupo e, como tal, é responsável pelas grandes linhas orientadoras das várias áreas de negócio, bem como por assegurar a coerência entre os objectivos definidos e os recursos disponíveis. Os serviços da *Holding* integram um conjunto de Direcções Funcionais que constituem, simultaneamente, áreas de apoio ao Centro Corporativo e de prestação de serviços às Áreas Operacionais das sociedades do Grupo, nas diferentes geografias em que estas operam.

Em termos operacionais, Jerónimo Martins encontra-se organizada em dois segmentos de negócio: i. Distribuição Alimentar e ii. Retalho Especializado, estando o seu foco maior no primeiro. A Distribuição – Alimentar e o Retalho Especializado - estão, por sua vez, organizados por Áreas Geográficas e Áreas Operacionais (estas com diferentes insígnias e formatos). A Sociedade tem ainda operações na área Agro-Alimentar que servem, essencialmente, de suporte à Distribuição Alimentar, com destaque para Portugal, garantindo o abastecimento e diferenciação em categorias relevantes.

Direcções Funcionais da Holding

À Holding cabe:

- i. a definição e a implementação da estratégia de desenvolvimento do portefólio do Grupo;
- ii. o planeamento e controlo estratégico dos vários negócios e a manutenção da sua consistência com os objectivos globais;
- iii. a definição de políticas financeiras e o respectivo controlo; e
- iv. a definição de políticas de Recursos Humanos, assumindo directamente a implementação da Política de Desenvolvimento de Quadros (*Management Development Policy*).

As Direcções Funcionais da Holding estão organizadas da seguinte forma:

Direcções Funcionais do Centro Corporativo 2020

Assuntos Jurídicos	Carlos Martins Ferreira
Auditoria Interna	Joanna Peschak
Comunicação e Responsabilidade Corporativas	Sara Miranda
Ambiente	Fernando Frade
Relações Institucionais	José A. Nogueira de Brito
Finanças e Privacidade de Dados	Ana Luísa Virgínia
Controlo Financeiro	António Pereira
Fiscalidade	Rita Marques
Operações Financeiras e Seguros	Conceição Carrapeta
Privacidade de Dados	Madalena Mena
Relações com Investidores	Cláudia Falcão
Gabinete do Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado	João Nuno Magalhães
Estratégia	Bruno Trindade
Gestão de Risco	Cláudia Fernandes
Segurança de Informação	Nuno Galveia
Recursos Humanos	Marta Maia
Sistemas de Informação	Nuno Abrantes
Suporte ao Negócio	
Comercial/Global Sourcing	José A. Nogueira de Brito
Logística e Supply Chain	Eduardo Brito
Marketing e Consumidor	André Ribeiro de Faria
Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria	Carlos Santos
Qualidade das Operações e Segurança Alimentar	Marta Moreira
Segurança	João Carreira

Ambiente – Define a estratégia ambiental, políticas e procedimentos transversais em todas as geografias onde o Grupo Jerónimo Martins está presente, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos e procurando identificar oportunidades de minimização dos impactos ambientais negativos, directos e indirectos, decorrentes das suas operações e produtos, sobre a cadeia de valor.

Tendo por base a avaliação de riscos ambientais, as tendências, a informação científica disponível e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas, a estratégia ambiental do Grupo tem como prioridades o combate às alterações climáticas, a protecção da biodiversidade e a correcta gestão de resíduos, estando estabelecidos objectivos, programas e metas específicos no âmbito da gestão de cada uma destas prioridades.

Os principais compromissos e acções desenvolvidas em 2020, bem como os resultados alcançados, podem ser encontrados no Capítulo 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), destacando-se, no ano:

- Início da implementação das recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), com o objectivo de robustecer a identificação e quantificação dos riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas;
- Adesão às iniciativas voluntárias New Plastics Economy Global Commitment, Pacto Português para os Plásticos, Pacto Polaco para os Plásticos, Plastic Waste Coalition of Action e act4nature Portugal.

Assuntos Jurídicos – Assegura assistência jurídica permanente à Sociedade, elaborando contratos, pareceres e estudos, assessorando o Conselho de Administração na tomada de decisão, implementando políticas de planeamento de risco e dando apoio às restantes Direcções Funcionais. Assegura ainda a necessária coordenação entre os departamentos jurídicos das sociedades subsidiárias nas diversas jurisdições em que operam.

Em 2020, a Direcção em causa continuou a centrar a sua actividade no acompanhamento da evolução das regras e recomendações societárias, nas diversas operações de reorganização do Grupo e no apoio ao Conselho de Administração e às diversas Direcções Funcionais, entre outras matérias, nos projectos de expansão internacional do Grupo e na contratação de empréstimos de médio e longo prazo com entidades financeiras supranacionais.

Desempenhou ainda um papel activo em matéria de prevenção de litígios, através do aconselhamento jurídico e da formação interna.

Auditoria Interna – Avalia a qualidade e eficácia dos sistemas (operacionais e não operacionais) de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos do Grupo, bem como os de cada unidade de negócio, zelando pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às respectivas operações.

Esta Direcção reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria. As actividades desenvolvidas encontram-se referidas no ponto 50.

Comercial/Global Sourcing - Responsável pela definição, coordenação e implementação de estratégia e políticas comerciais globais comuns às várias geografias onde o grupo opera.

Tem como principal missão liderar a coordenação e integração das áreas comerciais das diferentes companhias operacionais na prossecução dos seguintes principais objectivos:

- Actividades de *procurement* e negociações conjuntas com produtores e fornecedores internacionais de Marcas Próprias, Frescos e Non-Food;
- Promover a partilha de *know-how* e informação entre as diferentes geografias;
- Incentivar e operacionalizar a inovação comum associada às Marcas Próprias;
- Desenvolvimento de marcas globais (a utilizar por diferentes companhias operacionais do Grupo) em categorias específicas;
- Potenciar e coordenar todas as outras sinergias comerciais entre companhias;
- Harmonizar regras e procedimentos de *procurement*, selecção de fornecedores e negociação de preços, aplicáveis nas diferentes companhias operacionais do Grupo.

Em 2020, a área de *Global Sourcing* redefiniu os seus processos internos, reactivando os Comités de *Global Sourcing* com as áreas de Desenvolvimento de Marcas Próprias de Polónia e Portugal, de periodicidade mensal em Portugal e bimensal na Polónia, assim como o Comité de Importações da Ara, com periodicidade semanal. Adicionalmente, foi estabelecido um plano anual de *Tenders* Globais de *Commodities*, com a identificação das categorias, definição de *milestones* e respectivo *timing*, em conjunto com as companhias operacionais. Este plano viu a sua implementação iniciar-se no segundo semestre de 2020 e irá prolongar-se durante todo o ano 2021. Com o objectivo de melhorar a comunicação com os responsáveis das direcções comerciais, foi também retomada a *Newsletter do Global Sourcing*, de periodicidade bimensal.

Comunicação e Responsabilidade Corporativas – Assegura a gestão estratégica da marca Jerónimo Martins e é responsável por preservar e desenvolver o capital reputacional do Grupo. Esta missão é realizada através do diálogo contínuo com os vários stakeholders externos não financeiros e da comunicação dos esforços desenvolvidos pelas Companhias do Grupo na procura do equilíbrio entre prosperidade económica, desenvolvimento social e preservação ambiental nas escolhas e decisões tomadas ao longo da cadeia de valor. Esta Direcção tem também a responsabilidade de promover o alinhamento das mensagens e práticas dos diferentes departamentos e Companhias com os valores e objectivos do Grupo.

Em 2020, e coincidindo com o Dia Mundial da Alimentação, esta Direcção organizou, em Lisboa, a Conferência Dieta Mediterrânica à Portuguesa, que contou com o apoio institucional da Câmara Municipal de Lisboa, da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto e com o patrocínio científico da Direcção-Geral da Saúde. Num ano marcado pela pandemia por Covid-19, esta conferência – que assinalou também os 40 anos do Pingo Doce – foi transmitida em directo nas redes sociais do Grupo. No final dos trabalhos, que tiveram ampla cobertura nos meios de comunicação social, foi apresentada *Juliana*, uma nova marca a integrar o universo Pingo Doce que pretende agregar a oferta alimentar em torno da dieta mediterrânica à portuguesa, com um foco especial nas sopas.

Ao longo do ano foram dinamizadas 14 reuniões dos Comités de Sustentabilidade das várias Companhias e o Grupo concretizou também a adesão à organização internacional Business for Nature e ao act4nature Portugal.

Mais informação sobre os projectos desenvolvidos por esta Direcção na área da Responsabilidade pode ser consultada no Capítulo 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”).

Controlo Financeiro – É responsável pela prestação de informação financeira de suporte à tomada de decisão pelos Órgãos de Governo da Sociedade. Agrega as áreas de Consolidação e Contabilidade, Planeamento e Controlo Financeiro.

A área da Consolidação e Contabilidade prepara a informação financeira consolidada que serve de base ao cumprimento das obrigações legais e estatutárias, e apoia o Conselho de Administração, através da implementação e monitorização das políticas e dos princípios contabilísticos adoptados pelo Grupo.

Procede ainda à supervisão da conformidade do reporte financeiro das diversas sociedades do Grupo com estes normativos, apoiando as Companhias na avaliação contabilística de transacções não usuais, assim como nas operações de reestruturação e expansão.

A área de Planeamento e Controlo coordena e suporta o processo de elaboração das demonstrações financeiras dos Planos Estratégicos que servem de base à tomada de decisão estratégica pelos Órgãos de Governo da Sociedade.

Desenvolve uma função de controlo, monitorizando o desempenho das diferentes unidades de negócio do Grupo e apurando eventuais desvios face aos planos. Deste modo, disponibiliza à Direcção Executiva informações e propostas para assegurar medidas correctivas que permitam alcançar os objectivos estratégicos definidos.

Efectua ainda a avaliação financeira de todos os projectos de investimento relevantes para o Grupo, suportando a Direcção Executiva na sua aprovação e acompanhamento.

Em 2020, deu continuidade à implementação de projectos de reorganização societária, bem como de automação de processos, visando a simplificação organizacional e eficiência administrativa. Atendendo aos impactos da pandemia em curso, acompanhou as medidas de mitigação adoptadas pelas unidades de negócio, para fazer face aos diversos riscos operacionais e financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

Manteve o acompanhamento e monitorização do desempenho das unidades de negócio e apoio ao desenvolvimento de planos estratégicos de médio e longo prazo do Grupo, essenciais à recuperabilidade dos activos do Grupo.

Estratégia – Responsável por um conjunto de actividades que visam suportar a tomada de decisões de carácter estratégico, bem como apoiar a sua implementação.

As actividades desenvolvidas podem ser classificadas em três áreas de actuação:

- Análise estratégica – compreende a pesquisa e a análise das principais tendências de mercado e de consumidor, bem como o benchmarking dos principais retalhistas a nível mundial e dos principais concorrentes na Polónia, em Portugal e na Colômbia. Procura reforçar a capacidade de resposta do Grupo e suas Companhias a mercados em constante evolução, que requerem uma capacidade de adaptação constante;
- Gestão de projectos estratégicos – inclui projectos corporativos de índole multidisciplinar e de abrangência global, bem como projectos no âmbito das Unidades de Negócio, de natureza disruptiva. Assegura o envolvimento dos colaboradores e equipas com mais experiência nos assuntos em estudo e produz reportes regulares de apoio à decisão;
- Desenvolvimento do portefólio – engloba análises de oportunidades de desenvolvimento do portefólio do Grupo, onde se incluem, essencialmente, a análise e prospecção de novos mercados e de novas áreas de negócios com potencial de acrescentar valor ao Grupo.

Em 2020, um ano marcado por desafios operacionais e estratégicos, o departamento manteve a sua actividade de gestão de projectos e de análise de oportunidades a médio-longo prazo tendo, adicionalmente, apoiado as diferentes Companhias do Grupo a reagir de forma rápida e eficaz às profundas alterações no contexto de mercado.

Fiscalidade – Presta assessoria em matéria tributária a todas as Sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a optimização, do ponto de vista fiscal, das acções de gestão das unidades de negócio. Proceda, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as Autoridades Fiscais.

Em 2020, prestou o suporte técnico necessário em todas as operações de reestruturação societária. Acompanhou as alterações à legislação fiscal em virtude da pandemia Covid-19. Prosseguiu no acompanhamento da implementação nas diversas jurisdições onde o Grupo está presente da nova Directiva comunitária (conhecida por “DAC6”), sobre cooperação administrativa na área da tributação. Adicionalmente, através das associações, nacionais e internacionais, representativas do sector assegurou a defesa dos interesses do Grupo, quer pela colaboração prestada na clarificação e implementação de nova legislação, quer no debate público de novas normas legislativas.

Gestão de Risco – Responsável pela implementação das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo, bem como pela prestação do necessário suporte aos Órgãos de Governo da Sociedade na identificação dos riscos que possam comprometer a estratégia definida pelo Grupo, assim como os seus objectivos de negócio.

As actividades desenvolvidas na área de Gestão de Risco encontram-se detalhadas nos números 52 a 55 deste Relatório.

Logística e Supply Chain - O seu objetivo é promover a inovação, eficiência e conhecimento em todas as dimensões das Cadeias de Abastecimento, facilitando o desenvolvimento e crescimento das diversas unidades de negócio nas diferentes geografias.

Tendo esta missão em mente, a Direcção continuou a trabalhar em 2020 quatro pilares estratégicos:

- Antecipar, definir e adaptar com cada área de negócio, os modelos da Cadeia de Abastecimento End to End, tendo em conta a previsível evolução de cada mercado;
- Contribuir para a evolução dos modelos de abastecimento dos fornecedores, por forma a que se traduza em melhorias de escala, e ganhos de produtividade na cadeia de valor;
- Construir um modelo de conhecimento e experiência através do desenho de um modelo moderno de infraestrutura física, tecnologicamente avançado;
- Promover e fomentar as boas práticas, e o aumento de sinergias, entre as equipas das diversas geografias.

Marketing e Consumidor - Direcção responsável pela visão estratégica da área de Marketing assente numa perspectiva centrada no cliente, com especial foco na área digital.

É prioridade desta área desenvolver o conhecimento aprofundado dos clientes, de forma a melhorar a experiência que os mesmos têm com cada uma das insígnias do Grupo, recorrendo, para tal, a técnicas e ferramentas na área de *Data e Insights* de cliente e metodologias ágeis para desenhar soluções que permitam estabelecer interações relevantes com os consumidores e que promovam uma melhor experiência nos pontos de contacto.

Em 2020, esta Direcção continuou a desenvolver o projecto da loja-laboratório localizada no campus da Nova SBE, em Carcavelos. Este trabalho traduziu-se na introdução de novos serviços (focados especialmente na área de *Meal Solutions*), assim como na melhoria das soluções de produtividade, segurança e pagamentos. Também este ano começou a transferência de conhecimento e de algumas soluções ali testadas para outras lojas do Grupo. A loja “Pingo Doce & Go Nova” é o primeiro supermercado em Portugal sem caixas de pagamento e tem, entre outras valências, a primeira solução de venda 24/7 baseada em visão por computador (sub-domínio da Inteligência Artificial) na Europa.

Associado à crescente importância dos canais *online* no contexto da pandemia por Covid-19, esta Direcção desenhou uma ferramenta para gestão do catálogo nas plataformas de entrega ao domicílio e um sistema para realização do *picking* em loja para a Biedronka com base na tecnologia utilizada na loja “Pingo Doce & Go Nova”.

Prosseguiu a implementação de ferramentas de *Analytics* para *customer insights* e optimização de sortido, desenvolveu o programa de *data monetization “insight sharing”* com vários fabricantes FMCG’s fornecedores do Grupo, e apoiou as Companhias do Grupo em actividades de Marketing, Comunicação e Digital.

Operações Financeiras – Integra as áreas de Gestão de Risco Financeiro, Gestão de Tesouraria e de Seguros, sendo a actividade da primeira objecto de uma descrição detalhada nos pontos 52 a 55.

A Gestão de Tesouraria tem como responsabilidade gerir a relação com as instituições financeiras que desenvolvem, ou têm potencial para desenvolver, negócio com o Grupo Jerónimo Martins, garantindo que cumprem os critérios estabelecidos para tal, e assegurando igualmente a negociação das melhores condições possíveis para o Grupo. Efectua ainda o planeamento de tesouraria com o objectivo de negociar e implementar, para todas as Companhias do Grupo, as fontes de financiamento mais adequadas à respectiva geração de *cash flow*, ou aplicar os excedentes de modo a maximizar o retorno minimizando o risco.

Grande parte das actividades de tesouraria de Jerónimo Martins está centralizada na *Holding*, sendo esta a estrutura que presta serviços às restantes sociedades do Grupo. São igualmente centralizados nesta direcção os serviços de negociação e gestão das apólices de seguros do Grupo, tendo ainda a responsabilidade pela gestão da relação com os corretores e seguradores que trabalham com o Grupo.

Dando cumprimento às actividades atrás descritas, durante o ano 2020, foi emitida nova dívida, para refinanciamento da entretanto vencida e foi contratado um segundo financiamento com a International Finance Corporation (IFC), membro do World Bank, para a subsidiária colombiana, no âmbito de uma linha especial Covid-19 disponibilizada por esta entidade. Foi ainda contratado um novo financiamento com o Banco Europeu de Investimento (BEI), cujos fundos foram tomados pela Jerónimo Martins Polska, com vista ao financiamento de projectos incorporando componentes de energia e ambiente sustentáveis. No que respeita aos seguros, foi efectuada a renegociação anual, reforçando uma vez mais a abordagem integrada de todas as geografias onde o Grupo opera.

Privacidade dos Dados – Responsável pela definição e implementação das políticas, procedimentos, metodologias e regras relativamente à protecção de dados pessoais em todas as unidades de negócio das diversas geografias onde Jerónimo Martins opera. Garante, igualmente, o relacionamento com as equipas de advogados internos, os Encarregados de Protecção de Dados das diversas sociedades do Grupo, bem como com as autoridades competentes.

Em 2020, a Direcção em causa continuou a centrar a sua actividade na monitorização das actividades de tratamento de dados pessoais, com vista à implementação de controlos adequados, bem como ao acompanhamento de projectos relevantes nesta matéria. Desempenhou ainda um papel activo na comunicação e formação interna sobre esta temática.

Qualidade e Desenvolvimento Marca Própria – Responsável pela definição, planeamento, implementação e controlo das políticas, procedimentos, metodologias e regras nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantindo desta forma a aplicação e transversalidade das melhores práticas nesta área.

Em 2020, as principais actividades desenvolvidas centraram-se:

- na concretização das actividades de controlo dos produtos e fornecedores;
- na revisão da *check-list* de auditoria a fornecedores, com a inclusão de requisitos de *food fraud* e *food defense*;
- na melhoria contínua dos produtos das Marcas Próprias através da reformulação de produtos existentes;
- no controlo anti-fraude e ingredientes Organismos Geneticamente Modificados (OGM) – com a construção de um laboratório de Biologia Molecular;
- na manutenção das certificações em Qualidade e Segurança Alimentar;
- na concretização do processo de roll-out da ferramenta informática Quality Management System (QMS) para todas as geografias;
- na revisão dos *Guidelines* Corporativos para Produtos Marca Própria – Perecíveis, Alimentar e Não Alimentar;
- na continuação da implementação de um programa de melhoria de fornecedores na Colômbia, com o objectivo de aumentar a respectiva produtividade e a segurança alimentar dos produtos fornecidos.

Qualidade das Operações e Segurança Alimentar – Responsável por, nas três geografias, garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos perecíveis e processos, ao longo de toda a cadeia de abastecimento, em todas as suas etapas: produtores e fornecedores, recepção e armazenamento, lojas, cozinhas e fábrica de massa fresca.

Para tal define, planeia, implementa, e controla as políticas, regras e requisitos do Grupo, para produtos e fornecedores, promovendo o alinhamento das estruturas locais e a partilha das melhores práticas, sempre com vista à melhoria contínua da Qualidade e Segurança Alimentar dos seus produtos, e à satisfação dos clientes.

Recursos Humanos – Alicerçada na cultura e valores de Jerónimo Martins, esta área de abrangência corporativa tem por missão definir a estratégia e as políticas globais de recursos humanos e de responsabilidade social interna, que permitam ao Grupo continuar a ser um empregador de referência, actuando ao nível dos principais pilares do ciclo de vida do colaborador – Atração, Desenvolvimento, Formação, Compensação e Benefícios – zelando pela respectiva implementação e cumprimento de forma sustentável, incluindo a promoção das suas boas práticas, salvaguardando as particularidades das diferentes geografias onde o Grupo opera e as singularidades das suas Companhias.

As actividades desenvolvidas por esta Direcção Funcional, em 2020, encontram-se detalhadas no Capítulo 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), subcapítulo 8 – Ser um Empregador de Referência.

Relações com Investidores – Responsável pela comunicação com os investidores – accionistas ou não, institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título Jerónimo Martins. É igualmente da responsabilidade desta Direcção a coordenação de todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As actividades desenvolvidas por esta Direcção Funcional encontram-se detalhadas nos pontos 56 e 58.

Segurança – Responsável pela implementação de uma estratégia de segurança com a finalidade de garantir a protecção dos colaboradores, dos clientes, dos valores e dos activos do Grupo. Neste âmbito, a Direcção de Segurança define e coordena os procedimentos em termos de prevenção de segurança de pessoas e património das companhias, intervindo sempre em situações de furtos, roubos e outras actividades ilícitas e/ou violentas perpetradas nas instalações do Grupo.

Em 2020, a actividade de segurança nas três geografias foi afectada parcialmente devido à pandemia por Covid-19. No entanto, foram realizadas auditorias de segurança na Polónia e Colômbia e, em Portugal, foi lançado o plano de auditorias sob a forma de diagnósticos de segurança.

Devido à pandemia por Covid-19, os planos e iniciativas de segurança de 2020 foram objecto de reavaliação, e estendidos a três anos. Foi divulgado o Manual de Vigilância para as lojas, dotando assim os gerentes de loja de uma ferramenta que serve de guia na gestão dos vigilantes, tornando o processo mais eficiente e potenciando aquele recurso.

Segurança de Informação – Responsável pelo planeamento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de segurança da informação e de cibersegurança em todas as Companhias do Grupo, assente na gestão de riscos, prevenção, detecção, resposta e recuperação de incidentes.

Reportam a esta Direcção Corporativa os Information Security Officers (ISO) das geografias em que o Grupo opera, bem como o responsável de Segurança Tecnológica. Em conjunto, asseguram a implementação da estratégia de segurança de informação e a conformidade com as Políticas e Normas de Segurança da Informação em vigor. Prestam ainda apoio às respectivas Companhias através da avaliação e mitigação de riscos de cibersegurança de projectos e actividades.

Em 2020 as prioridades de cibersegurança foram ajustadas devido à pandemia Covid-19. Destacam-se as iniciativas de melhoria da segurança nos computadores portáteis, a gestão do risco cibernético dos principais fornecedores, a colaboração com autoridades nacionais de cibersegurança e diversas acções de sensibilização e formação aos colaboradores, focadas no teletrabalho e utilização segura de ferramentas digitais de colaboração.

Sistemas de Informação – Tem como missão assegurar o alinhamento da estratégia de Sistemas de Informação do Grupo com a das diferentes unidades de negócio que incorporam o respectivo portefólio.

Assim, assegura a criação de valor e através da disponibilização e implementação de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação, suportando o crescimento do portefólio e respectivos negócios de forma sustentável.

Esta Direcção é responsável por definir e implementar a Estratégia Global de Sistemas de Informação do Grupo, por promover a inovação com recurso à tecnologia e por harmonizar e garantir sinergias de sistemas, políticas e processos de gestão de Sistemas de Informação.

Áreas Operacionais

O modelo de organização de Jerónimo Martins tem como principal objectivo assegurar a especialização nos vários negócios do Grupo, através da criação de áreas geográficas e áreas operacionais que garantam a proximidade necessária aos diversos mercados.

O negócio de Distribuição Alimentar está dividido por áreas geográficas – Portugal, Polónia e Colômbia – e, dentro destas, por áreas operacionais. Em Portugal, existem duas áreas operacionais: Pingo Doce (Supermercados) e Recheio (Cash & Carry) que integra também a divisão de Food Service através da Recheio Masterchef (ex-Caterplus). Na Polónia conta com a unidade operacional Biedronka (lojas alimentares) e na Colômbia com a Ara (lojas alimentares).

No portefólio do Grupo encontra-se ainda um segmento de negócio dedicado ao Retalho Especializado, contando em Portugal com as áreas operacionais Jeronymo (cafetarias) e Hussel (lojas de chocolates e confeitaria) e na Polónia com a Hebe (drogarias).

O Grupo tem vindo a efectuar investimentos na área Agro-Alimentar, iniciando actividade em áreas como os Lactínicos, Agro-Pecuária e Aquacultura, com o principal foco na protecção e diferenciação da cadeia de abastecimento das operações de Distribuição Alimentar, essencialmente em Portugal..

B. Funcionamento

22. Existência e Local Onde Pode ser Consultado o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

23. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade de Cada Membro do Conselho de Administração às Reuniões Realizadas

O Conselho de Administração, cujas competências se encontram descritas no Art. 13.º do Pacto Social, reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, com qualquer um dos seus Administradores a poder fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador, mediante carta dirigida ao Presidente.

Durante o ano 2020, o Conselho de Administração reuniu sete vezes e em todas as reuniões foram elaboradas as respectivas actas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link referido no ponto 62 (“Endereços Relevantes”).

O grau de assiduidade de cada Administrador às referidas reuniões, durante o exercício das respectivas funções, foi o seguinte:

Pedro Soares dos Santos	100%
Andrzej Szlęzak	100%
António Viana-Baptista	100%
Artur Stefan Kirsten	100%
Clara Christina Streit	100%
Elizabeth Ann Bastoni	100%
Francisco Seixas da Costa	100%
José Soares dos Santos	100%
María Ángela Holguín Cuéllar	100%
Sérgio Rebelo	100%

24. Indicação dos Órgãos da Sociedade Competentes Para Realizar a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontra-se cometida à Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral (ver infra pontos 66 e seguintes).

Efectivamente, cabe à Comissão de Vencimentos, no âmbito da Política de Remunerações definida, apreciar o desempenho individual e colectivo dos Administradores Executivos, ponderar a sua influência e impacto nos negócios de Jerónimo Martins e aferir o respectivo alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade.

Conforme referido infra (ver ponto 27), não existem actualmente na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores. Não obstante, o desempenho dos Administradores Executivos que integram comissões de composição mista (i.e., composta também por não Administradores) é avaliado, nos mesmos termos já referidos, pela Comissão de Vencimentos.

Por outro lado, todos os anos, em Novembro, a discussão no seio do Conselho de Administração dos planos estratégicos do Grupo e das diferentes áreas de negócio tem inerente a avaliação do desempenho no exercício do Conselho de Administração, das comissões internas existentes, e do seu Administrador Delegado, tendo em conta, não só aspectos qualitativos, por comparação com os planos e orçamento

aprovados, mas também os principais projectos em curso, incluindo os de expansão do portefólio. Esta avaliação do ano é depois complementada aquando da aprovação do Relatório de Gestão e das contas do exercício.

25. Critérios Pré-Determinados Para a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

Os critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos resultam do estabelecido na Política de Remunerações descrita infra no ponto 69.

26. Disponibilidade de Cada um dos Membros do Conselho de Administração, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Actividades Relevantes Exercidas pelos Membros Daquela Órgão no Decurso do Exercício

No decurso do exercício, os membros do Órgão de Administração desempenharam também funções em outras sociedades, a saber:

Pedro Soares dos Santos

Administrador da Jerónimo Martins Serviços, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins Polska, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.*
Administrador da Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.*
Administrador da Recheio, SGPS, S.A.*
Administrador da JMR – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins Inovação, S.A.*
Administrador da Santa Maria Manuela Turismo, S.A.*
Presidente do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
Presidente do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*
Administrador da Arica Holding B.V.
Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.
Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

Andrzej Szlęzak

Presidente do Conselho de Supervisão da Agora, S.A.
Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*

António Viana-Baptista

Administrador (Não-Executivo) da Semapa, SGPS, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da Atento, S.A.
Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL

Artur Stefan Kirsten

Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia Finance B.V.
Administrador da Movendo Capital, B.V.
Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
Director-Geral da Brillant 3333 GmbH
Director-Geral da parabellum.one Beteiligungsgesellschaft mbH

Clara Christina Streit

Administradora (Não-Executiva) da Vontobel Holding AG
Membro do Conselho de Supervisão da Vonovia SE
Membro do Conselho de Supervisão do NN Group N.V.
Membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG

Elizabeth Ann Bastoni

Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC
Administradora da Société BIC
Presidente do Conselho de Administra o da Limeade, Inc.

Francisco Seixas da Costa

Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil, SGPS, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da EDP Renováveis, S.A.
Membro da Comissão de Nomea es e Retribui es da EDP Renováveis, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil Engenharia e Constru es África, S.A.
Membro da Comissão de Auditoria da Mota-Engil Engenharia e Constru es África, S.A.
Membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.
Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira II, S.A.

José Soares dos Santos

Administrador da Arica Holding B.V.
Presidente do Conselho de Administra o da Arica – Investimentos, Participa es e Gestão, S.A.
Administrador-Delegado da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.
Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.
Presidente do Conselho de Administra o da Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.
Presidente da Movendo Industries B.V.
Presidente da Movendo Capital B.V.
Presidente do Conselho de Gerência da Unilever Fima, Lda.
Presidente do Conselho de Gerência da Gallo Worldwide, Lda.
Presidente do Conselho de Gerência da JMDB Representa o e Distribui o de Marcas, Lda.
Presidente do Conselho de Administra o da Walk-In Clinics Portugal, S.A.
Presidente da Oceanário de Lisboa, S.A.
Presidente do Conselho de Administra o da Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A.
Administrador da REF Eastern European Opportunities Luxembourg S.a.r.l.

María  ngela Holgu  Cuéllar

Administradora (Não-Executiva) da Hoteles Estelar S.A.
Administradora (Não-Executiva) da Satagro Zomac S.A.S.
Administradora (Não-Executiva) da Gases del Pacifico S.A.C.
Administradora (Não-Executiva) da Gases del Norte del Perú S.A.C.
Administradora (Não-Executiva) da Procafecol S.A.
Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Sérgio Tavares Rebelo

Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

As fun es exercidas noutras sociedades não afectaram a disponibilidade dos Administradores para acompanhar os assuntos da Sociedade, como aliás decorre do grau de assiduidade constante do ponto 23.

C. Comissões no Seio do Conselho de Administra o e Administrador-Delegado

27. Identifica o das Comissões Criadas no Seio do Conselho de Administra o, e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento de Funcionamento

Actualmente – sem prejuízo da Comissão de Auditoria referida nos pontos 30 a 33, cujo regulamento se encontra disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”) – apenas a Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC), referida no ponto 29, conta entre os seus membros, com uma maioria de Administradores da Sociedade, subsumindo-se no conceito de comissão interna da sociedade.

* Sociedades que integram o Grupo

Encontram-se ainda criadas outras comissões na Sociedade, integradas por membros do Conselho de Administração e também por outras pessoas que não são Administradores, analisadas no ponto 29.

28. Identificação de Administrador-Delegado

O Conselho de Administração designou um Administrador-Delegado, responsável pela execução das decisões estratégicas tomadas pelo Conselho, de acordo com a respectiva delegação de competências, e uma Direcção Executiva, responsável por coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

O cargo de Administrador-Delegado é desempenhado por Pedro Soares dos Santos.

29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Actividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências

a) Comissões Internas da Sociedade

Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC)

A CGSRC é constituída por um mínimo de três e um máximo de nove membros, não obrigatoriamente Administradores, designados pelo Conselho de Administração, sendo um deles o Presidente.

O Conselho de Administração designou para Presidente da CGSRC o actual Presidente do Conselho de Administração, Pedro Soares dos Santos e os Administradores da Sociedade Andrzej Szlęzak e José Soares dos Santos. Integram esta Comissão, de igual forma, Artur Santos Silva e Maria de Fátima Barros.

No desempenho da sua missão, a CGSRC colabora com o Conselho de Administração, avaliando e submetendo-lhe as propostas de orientação estratégica no domínio da Responsabilidade Corporativa, assim como acompanhando e supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i. ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii. à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii. aos códigos internos de ética e de conduta; e iv. aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre a Sociedade e os seus accionistas ou outros stakeholders.

Em particular, no que tange ao governo societário, cabe-lhe acompanhar, rever e avaliar a adequação do modelo de governo da Sociedade e a sua consistência com as recomendações, padrões e melhores práticas nacionais e internacionais de governo societário, dirigindo ao Conselho de Administração as recomendações e propondo as alterações tidas por adequadas, tendo reunido uma vez em 2020.

O Regulamento da CGSRC, assim como o número de reuniões anuais desta Comissão, encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61 ("Endereços Relevantes")

b) Outras Comissões

Direcção Executiva

A Direcção Executiva da Sociedade, cujo mandato coincide com o mandato do Conselho de Administração que a designar, é constituída pelo Administrador-Delegado, Pedro Soares dos Santos, que a preside, por Ana Luísa Virgínia, António Barracho, António Serrano, Carlos Martins Ferreira, Isabel Pinto, Luís Araújo, Marta Lopes Maia, Nuno Abrantes, Pedro Leandro e Sara Miranda. De acordo com o respectivo regulamento, à Direcção Executiva cabe aconselhar o Administrador-Delegado, no âmbito da respectiva delegação de poderes, no exercício das seguintes funções:

- controlo da implementação, pelas Sociedades do Grupo, da orientação estratégica e das políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo financeiro e contabilístico do Grupo e das Sociedades que o integram;
- coordenação superior das actividades operacionais a cargo das diversas sociedades do Grupo, integradas ou não em áreas de negócio;

- lançamento de novos negócios e acompanhamento dos mesmos até à sua implementação e integração nas respectivas áreas de negócio;
- implementação da política de gestão de Recursos Humanos definida para os quadros superiores de todo o Grupo.

Em 2020, a Direcção Executiva reuniu para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido elaboradas actas das respectivas reuniões, as quais foram entregues ao Presidente do Conselho de Administração e ao Secretário da Sociedade.

O Regulamento da Direcção Executiva encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

Comissão de Ética

A Comissão de Ética de Jerónimo Martins é composta por três a cinco membros nomeados pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa. Desde 19 de Dezembro de 2019, esta Comissão é constituída por António Serrano, Germán Barreto, Dominik Wolski e Sara Maia. A Comissão de Ética tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta do Grupo em todas as sociedades que o integram.

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética: i. estabelecer os canais de comunicação com os destinatários do Código de Conduta de Jerónimo Martins e recolher as informações que lhe sejam dirigidas a este propósito; ii. zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno do cumprimento deste Código, ao proceder, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes destas acções de controlo; iii. apreciar as questões que, igualmente no âmbito do cumprimento deste Código de Conduta, lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria e pela CGSRC, e, ainda, analisar, em abstracto, aquelas que sejam levantadas por qualquer colaborador, cliente ou parceiro de negócio; iv. submeter à CGSRC a adopção de quaisquer medidas que considere convenientes, onde se incluem a revisão de procedimentos internos e propostas de alteração do próprio Código de Conduta; e, por fim; v. elaborar um relatório anual, a apresentar à CGSRC, sobre as actividades desenvolvidas.

A Comissão de Ética reporta funcionalmente à CGSRC, que tem atribuições em matéria de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, incluindo as relativas aos códigos internos de ética e de conduta. Das reuniões realizadas em 2020, para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, foram lavradas as respectivas actas.

O Regulamento da Comissão de Ética encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

Comissão de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno (CCI), nomeada pelo Conselho de Administração e reportando à Comissão de Auditoria, tem como competências específicas a avaliação da qualidade e fiabilidade do sistema de controlo interno e do processo de preparação das demonstrações financeiras, assim como a avaliação da qualidade do processo de monitorização em vigor nas sociedades do Grupo, com vista a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos a que estas estão sujeitas. No desempenho desta última atribuição, compete à CCI obter informações regulares sobre as contingências, de natureza legal ou fiscal, que afectam as Companhias do Grupo.

A CCI reúne mensalmente, em regra, para exercício das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido lavradas actas de tais reuniões. É composta por um Presidente (Alan Johnson) e quatro Vogais (Henrique Soares dos Santos, Jerónimo David Duarte, Joanna Peschak e Jorge Santos Dias). Nenhum dos elementos é Administrador Executivo da Sociedade.

Em 2020, a CCI prosseguiu as suas actividades de supervisão e avaliação dos riscos e processos críticos, tendo apreciado os relatórios preparados pelo Departamento de Auditoria Interna. Uma vez que nestas

reuniões é convidado a participar um representante da equipa de Auditoria Externa, são também dadas a conhecer a esta Comissão as conclusões dos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano.

O Regulamento da CCI encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

Subsecção III – Fiscalização (Comissão de Auditoria)

A. Composição

30. Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adoptado

O órgão de fiscalização da Sociedade consiste na Comissão de Auditoria, em consequência do modelo de governo anglo-saxónico adoptado.

Para além das competências que lhe são atribuídas por lei, as quais implicam o devido acompanhamento, avaliação e pronúncia acerca da estratégia definida pelo Conselho de Administração de que, aliás, emana, e a fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, prevê o Regulamento da Comissão de Auditoria competir a esta, no desempenho das suas atribuições:

- fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos, podendo, para este efeito, recorrer à colaboração da CCI, que lhe reportará regularmente os resultados do seu trabalho, evidenciando as situações que deverão ser analisadas pela Comissão de Auditoria;
- avaliar regularmente a auditoria externa;
- aprovar os planos de actividade no âmbito da gestão de risco e acompanhar a sua execução, procedendo, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes das acções de auditoria e das revisões de procedimentos efectuadas;
- zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno de gestão de risco nas sociedades de que Jerónimo Martins seja titular de acções, quotas ou partes sociais, controlando o efectivo cumprimento dos seus objectivos;
- aprovar os programas de actividades de auditoria interna, cujo respectivo Departamento lhe reportará funcionalmente, e externa;
- seleccionar, sob proposta da Direcção Executiva, o prestador de serviços de auditoria externa;
- fiscalizar a revisão legal de contas;
- apreciar e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quando este preste serviços adicionais à Sociedade;
- emitir parecer prévio sobre negócios de relevância significativa entre a Sociedade e os seus accionistas titulares de participação qualificada – ou entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, estabelecendo os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância.

Para o cabal desempenho das suas funções, a Comissão de Auditoria solicita e aprecia toda a informação de gestão que considere necessária, bem como tem acesso irrestrito à documentação produzida pelos auditores da Sociedade, podendo-lhes solicitar qualquer informação que entenda necessária e sendo a primeira destinatária dos relatórios finais elaborados pelos auditores externos.

Durante o ano que passou, a Comissão de Auditoria prestou particular atenção à gestão do risco financeiro, nomeadamente no que concerne à cobertura de risco cambial, à evolução dos processos judiciais pendentes, aos impactos da pandemia de Covid-19 sobre os procedimentos de controlo interno e sobre o plano e procedimentos de auditoria externa, bem como das matérias sujeitas a reforço de procedimentos de auditoria e à análise dos relatórios e controlo das medidas de correcção propostas pela Auditoria Interna.

31. Composição da Comissão de Auditoria, Com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efectivos, Data da Primeira Designação, e Data do Termo de Mandato de Cada Membro. Política de Diversidade.

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, um dos quais será o seu Presidente.

Os membros da Comissão de Auditoria são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos designados em simultâneo com os membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último Órgão discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria, os quais não podem exercer funções executivas na Sociedade.

A composição da Comissão de Auditoria ao longo do período em análise, foi a seguinte:

Sérgio Tavares Rebelo

- Presidente da Comissão de Auditoria
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Clara Christina Streit

- Primeira designação em 14 de Abril de 2016
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Elizabeth Ann Bastoni

- Primeira designação em 11 de Abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

A Sociedade reputa de adequado o número de membros da Comissão de Auditoria, tendo em consideração que constitui um terço dos Administradores Não-Executivos da Sociedade, e as competências que se lhe encontram atribuídas, descritas no ponto 30, permitindo-lhe assim assegurar com eficiência as funções que se lhe encontram cometidas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à actividade desta.

Política de Diversidade

Aplica-se, a este respeito, o referido no ponto 16.

32. Identificação dos Membros da Comissão de Auditoria Que se Considerem Independentes, nos Termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem o regime das incompatibilidades previsto no n.º 1 do Art. 414.º-A CSC, com excepção da alínea b). Sérgio Tavares Rebelo, Clara Christina Streit e Elizabeth Ann Bastoni cumprem ainda os critérios legais de independência estabelecidos no Art. 414.º, n.º 5 CSC.

33. Qualificações Profissionais de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria e Outros Elementos Curriculares Relevantes

As qualificações profissionais dos membros da Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 19 (“Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração”).

Refira-se apenas em termos adicionais que a larga experiência dos elementos que integram a Comissão em cargos estatutários, bem como a sua competência técnica nesta matéria, têm constituído uma especial mais-valia para a Sociedade.

O Presidente da Comissão de Auditoria, Sérgio Tavares Rebelo, é reconhecido internacionalmente como um dos melhores economistas da actualidade, distinguindo-se enquanto professor de Finanças Internacionais na Kellogg School of Management. Tendo sido consultor de inúmeras instituições financeiras, que incluem,

entre outros, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Portugal, ocupou também vários cargos em organizações sem fins lucrativos. A sua ímpar formação académica e os seus conhecimentos em matérias de gestão de risco, nomeadamente, financeiro, para além da sua assertividade e discernimento no levantamento de questões sobre os negócios e os países onde operam, garantem uma especial competência para assegurar a presidência do órgão de fiscalização da Sociedade.

B. Funcionamento

34. Existência e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento da Comissão de Auditoria

O Regulamento da Comissão de Auditoria encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

35. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade às Reuniões Realizadas de Cada Membro da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reúne, pelo menos, uma vez a cada três meses e tem como competências a fiscalização da administração da Sociedade, exercendo as competências que lhe são atribuídas por lei e pelo Artigo Vigésimo dos Estatutos.

Durante o ano 2020, a Comissão de Auditoria reuniu cinco vezes e de todas as reuniões foram elaboradas as respectivas actas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link indicado no ponto 62 (“Endereços Relevantes”).

O grau de assiduidade de cada membro da Comissão de Auditoria às reuniões, aferido em termos da sua presença física, durante o exercício das respectivas funções, foi o seguinte:

Sérgio Rebelo	100%
Clara Christina Streit	100%
Elizabeth Ann Bastoni	100%

36. Disponibilidade de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Actividades Relevantes Exercidas Pelos Membros Daquele Órgão no Decurso do Exercício

Os membros da Comissão de Auditoria mostraram-se sempre disponíveis para o exercício das suas funções ao longo de 2020, participando na vida societária sempre que tal se revelou necessário ou em que consideraram adequada a sua intervenção.

As funções que os membros da Comissão de Auditoria exercem em outras sociedades encontram-se descritas no ponto 26.

C. Competências e Funções

37. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis À Intervenção do Órgão de Fiscalização Para Efeitos de Contratação de Serviços Adicionais ao Auditor Externo

De acordo com o disposto na Lei n.º 148/2015 de 9 de Setembro, a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, fica sujeita à verificação de adequação (sob o ponto de vista das ameaças à independência e das medidas de salvaguarda eventualmente necessárias) e aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

38. Outras Funções dos Órgãos de Fiscalização

As competências atribuídas à Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 30.

Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896.

40. Indicação do Número de Anos Em Que o Revisor Oficial de Contas Exerce Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade há cerca de quatro anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de Abril de 2017.

41. Descrição de Outros Serviços Prestados Pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade

O Revisor Oficial de Contas exerce também as funções de Auditor Externo da Sociedade, conforme referido no ponto 42, sendo feita referência no ponto 46 a outros trabalhos efectuados pelo Revisor Oficial de Contas para a Sociedade.

Subsecção V - Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo Designado Para os Efeitos do Art. 8.º CVM e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa no Cumprimento Dessas Funções, Bem Como o Respectivo Número de Registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896.

No âmbito das suas funções, durante o ano 2020, o Auditor Externo acompanhou a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, participando nas reuniões da Comissão de Controlo Interno, reportando quaisquer deficiências detectadas no exercício da sua actividade, bem como apresentando as recomendações necessárias relativamente aos processos e mecanismos analisados.

O Auditor Externo pôde verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, através da análise das actas das reuniões da Comissão de Vencimentos, da política de remuneração em vigor e da demais informação contabilístico-financeira necessária para o efeito.

43. Indicação do Número de Anos em que o Auditor Externo e o Respectivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções Exercem Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

A Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como o sócio que a representa, exercem funções de Auditor Externo junto da Sociedade há cerca de quatro anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de Abril de 2017.

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo e do Respectivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções

A Sociedade não tem definida política específica quanto à periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respectivo Revisor Oficial de Contas. A mesma segue, no entanto, o previsto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, que prevê no n.º 2 do seu artigo 54.º, que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos, sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas poderá, nos termos do n.º 3 do supra citado artigo, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos, ou de três mandatos com a duração de três anos.

45. Indicação do Órgão Responsável Pela Avaliação do Auditor Externo e Periodicidade com que Essa Avaliação é Feita

A Comissão de Auditoria é o órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo, o que faz anualmente.

46. Identificação de Trabalhos, Distintos dos de Auditoria, Realizados pelo Auditor Externo Para a Sociedade e/ou Para Sociedades que com ela se Encontrem em Relação de Domínio, Bem Como Indicação dos Procedimentos Internos Para Efeitos de Aprovação da Contratação de Tais Serviços e Indicação das Razões para a sua Contratação

Os serviços que não são de revisão legal de contas e auditoria externa, solicitados por Sociedades do Grupo ao Auditor Externo e a outras entidades pertencentes à mesma rede, no montante total de 70.888 euros, dizem respeito a serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de formação prestada a colaboradores em programas não especificamente preparados para o Grupo.

Todos estes serviços foram necessários à regular actividade das Sociedades do Grupo, sendo que, após devida ponderação, o Auditor Externo e/ou as entidades pertencentes à mesma rede foram considerados como aqueles que melhor poderiam prestá-los. Para além de terem sido prestados por funcionários que não participam em qualquer trabalho de auditoria no Grupo, estes serviços são laterais aos trabalhos dos auditores, não afectando, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, a independência do Auditor Externo no exercício da sua função.

Conforme resulta do procedimento referido no ponto 37, todos os serviços acima mencionados foram sujeitos a aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

47. Indicação do Montante da Remuneração Anual Paga Pela Sociedade e/ou por Pessoas Colectivas em Relação de Domínio ou de Grupo ao Auditor e a Outras Pessoas Singulares ou Colectivas Pertencentes à Mesma Rede e Discriminação da Percentagem Respeitante aos Seguintes Serviços

Anualmente, o que sucedeu de igual forma no ano em apreço, a Comissão de Auditoria aprovou, em reunião de 27 de Julho de 2020, a remuneração a pagar ao Auditor Externo em 2020.

Relativamente a 2020, o total de remunerações pagas ao Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede, foi de 862.468 euros.

Em termos percentuais, o valor referido divide-se da seguinte forma:

	Valor	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	97.250	11,3%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	-	-
Por entidades que integrem o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	694.330	80,5%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	70.888	8,2%

Secção C - Organização Interna

Subsecção I - Estatutos

48. Regras Aplicáveis à Alteração dos Estatutos da Sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h) CVM)

Não estão estatutariamente definidas quaisquer regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade, pelo que a esta matéria se aplicam os termos definidos por Lei.

Subsecção II - Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades Ocorridas na Sociedade

Desde 2004, a Comissão de Ética de Jerónimo Martins implementou um sistema de comunicação bottom-up que garante a possibilidade de todos os colaboradores, independentemente da sua função, reportarem eventuais irregularidades ocorridas no Grupo, bem como quaisquer outros comentários que entendam fazer, em particular no que diz respeito ao cumprimento do Código de Conduta.

No Código de Conduta estão definidos os princípios e valores do Grupo Jerónimo Martins, designadamente o respeito pela lei, a integridade e a responsabilidade social corporativa e um conjunto de normas de conduta como a não-discriminação e igualdade de oportunidades, a lealdade nas negociações com fornecedores, a prevenção de conflitos de interesses, entre outras.

A Comissão de Ética fez divulgar junto de todos os colaboradores do Grupo, através dos canais de comunicação internos, o seu endereço de e-mail e o teor do Código de Conduta, do qual é entregue um exemplar a cada colaborador aquando da sua admissão em qualquer das Companhias do Grupo. Sem prejuízo do contacto para o e-mail da Comissão de Ética, os colaboradores podem sempre consultar a sua chefia hierárquica caso necessitem de qualquer esclarecimento a respeito do Código de Conduta ou pretendam reportar qualquer irregularidade, podendo ainda utilizar o Serviço de Atendimento ao Colaborador, um canal interno disponível em cada um dos países em que o Grupo se encontra presente.

No ano de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou uma Política Anticorrupção, a qual é aplicável a todas as sociedades do Grupo Jerónimo Martins e a todos os seus colaboradores – abrangendo cargos de gestão ou em regime de mandato -, e seja qual for a natureza do vínculo contratual, função ou país no qual desempenhem a respectiva actividade, a qual visa concretizar os princípios de actuação e os deveres enunciados no Código de Conduta em matéria de honestidade e integridade. Esta Política estabelece normas de actuação com o objectivo de prevenir condutas ilícitas que constituam a prática de actos de corrupção e acautelar potenciais situações de conflitos de interesses. No que diz respeito a conflitos de interesses, a Política Anticorrupção determina a comunicação imediata de existência do conflito e a abstenção da prática de qualquer acto ou tomada de decisão relativamente aos quais se manifeste o conflito. Nos termos desta Política, todos os colaboradores que tenham conhecimento ou suspeita fundada de situações que não cumpram as disposições da Política, devem reportar superiormente tais situações e, em caso de dúvida quanto à existência de um conflito de interesses, consultar a Comissão de Ética.

A Comissão de Ética salvaguarda o tratamento confidencial dos contactos que são direccionados para o seu endereço de e-mail.

Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno

Cabe ao Departamento de Auditoria Interna avaliar a qualidade e eficácia dos sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, nomeadamente os estabelecidos na Política de Gestão de Risco do Grupo.

Os objectivos do Controlo Interno passam por assegurar a eficiência das operações, a fiabilidade dos relatórios financeiros e operacionais e o respeito pelas leis e regulamentos. Para a sua validação e com base na avaliação dos riscos operacionais e dos processos críticos de cada Companhia, é definido o plano de actividades do Departamento de Auditoria Interna.

Os resultados das auditorias são mensalmente avaliados na Comissão de Controlo Interno – a qual reporta à Comissão de Auditoria - e reportados à Direcção Executiva do Grupo. Trimestralmente, os mesmos são disponibilizados à Comissão de Auditoria, órgão que, conforme melhor enquadrado no ponto 52, tem a responsabilidade de proceder à aprovação dos planos de actividade da área de Gestão de Risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos. Com a mesma regularidade, é efectuado um ponto de situação das recomendações acordadas com os responsáveis das áreas auditadas.

A estruturação do sistema de controlo interno da Sociedade encontra-se descrita no ponto 52 compreendendo, entre outras, as funções de gestão de riscos, supervisão / compliance, e auditoria interna.

Durante o exercício de 2020, realizaram-se, entre outras, auditorias a processos de gestão de stocks, recolha de fundos, gestão de contas a pagar e a receber, proveitos suplementares, qualidade e segurança alimentar, investimentos e sistemas de informação.

Face ao contexto vivido ao longo deste ano, foram reforçadas as auditorias aos processos mais afectados, directa ou indirectamente, pela pandemia por Covid-19.

51. Explicitação das Relações de Dependência Hierárquica e/ou Funcional Face a Outros Órgãos ou Comissões da Sociedade

O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria. O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna é também vogal da Comissão de Controlo Interno que, por sua vez, reporta à Comissão de Auditoria.

Ver organograma constante do ponto 21.

52. Existência de Outras Áreas Funcionais com Competências no Controlo de Riscos

a) Sistema Gestão de Risco

O Grupo, e em particular o seu Conselho de Administração, presta grande atenção aos riscos que afectam o negócio e seus objectivos e está dedicado a assegurar que a Gestão do Risco é uma componente efectiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor do Grupo.

O enquadramento da Gestão de Risco encontra-se detalhado na Política de Gestão de Risco do Grupo, na qual se define o Sistema de Gestão de Risco e se estabelecem as funções e responsabilidades pela sua execução.

a.1) Objectivos da Gestão de Risco

O Sistema de Gestão de Risco não pretende eliminar completamente o risco das actividades do Grupo, mas sim assegurar que são desenvolvidos todos os esforços para que o risco seja gerido de forma adequada, maximizando as oportunidades potenciais e minimizando os seus efeitos adversos.

O Sistema de Gestão de Risco do Grupo tem por objectivo estruturar e organizar consistentemente a forma como o Grupo identifica e avalia os riscos, assegurando que estes são analisados de forma abrangente, considerando as dependências e correlações entre as várias áreas de risco, promovendo o alinhamento do processo em toda a organização. Neste estabelece-se, também, os procedimentos para reporting, com vista a assegurar a adequada monitorização e o acompanhamento das medidas de mitigação e de controlo dos riscos.

Devido à dimensão e dispersão geográfica das actividades de Jerónimo Martins, uma Gestão de Risco bem-sucedida depende da activa participação de todos os colaboradores, os quais devem assumir essa preocupação como parte integrante das suas funções, em particular através da identificação, reporte e mitigação dos riscos associados à sua área de responsabilidade. Todas as actividades têm assim de ser desenvolvidas com a compreensão da natureza do risco e a consciência do potencial impacto de eventos inesperados sobre a Companhia e a sua reputação.

O Grupo está empenhado em assegurar que os colaboradores recebem orientações e formação adequada sobre os princípios de Gestão de Risco, sobre os critérios e processos definidos na Política de Gestão de Risco e sobre as suas responsabilidades individuais na gestão efectiva dos riscos.

a.2) Organização da Gestão de Risco

O modelo de Governo da Gestão de Risco encontra-se definido de forma a assegurar a eficácia da Estrutura da Gestão de Risco (*Risk Management Framework*), encontrando-se alinhado com o Modelo das Três Linhas de Defesa, que distingue entre três grupos (ou linhas) que envolvem uma Gestão de Risco efectiva, e que são:

- Primeira Linha de Defesa (Operações de Negócio: Responsáveis pelo Risco) – responsável pelas actividades quotidianas de Gestão do Risco, alinhadas com a estratégia de negócio, os procedimentos internos existentes e a política de Gestão de Risco;
- Segunda Linha de Defesa (Funções de Supervisão / Compliance: Gestores de Risco Corporativo e de Unidade de Negócio) – responsável pela análise e reporting da Gestão de Risco, bem como pelo desenvolvimento de políticas com vista a melhorar a eficiência dos processos de Gestão de Risco. Esta segunda linha também inclui funções como o Controlo Financeiro, Segurança, Qualidade e Segurança Alimentar, entre outras áreas corporativas;
- Terceira Linha de Defesa (Supervisão Independente: Auditoria Interna e Auditoria Externa) – responsável por garantir a eficácia dos mecanismos de governo, Gestão de Risco e de controlo interno, incluindo a forma como as primeiras e segundas linhas de defesa asseguram os objectivos de controlo e Gestão de Risco.

A estrutura organizacional da Gestão de Risco considera as seguintes funções e responsabilidades, efectivamente exercidas ao longo do período em análise:

- o Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e da Política de Gestão de Risco, que inclui o processo aplicável à definição dos limites de exposição ao risco do Grupo, e pela definição dos objectivos em matéria de assunção de riscos, cabendo-lhe ainda providenciar para que sejam criados os sistemas de controlo necessários, com vista a garantir que os riscos incorridos estão em conformidade com os objectivos fixados. Estas competências foram executadas, nomeadamente, através da aprovação da referida Política de Gestão de Risco, contemplando os aspectos referidos, e cuja aplicação se manteve no exercício de 2020;
- a Comissão de Auditoria aprova os planos de actividade da área de Gestão de Risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos. As suas responsabilidades incluem, nomeadamente, proceder a uma avaliação dos níveis de exposição global ao risco e assegurar que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovados pelo Conselho de Administração, rever as acções de mitigação definidas para os riscos considerados mais críticos, acompanhar o planeamento e desenvolvimento de iniciativas de gestão de risco, rever periodicamente os principais tipos de risco do Grupo, assim habilitando o Conselho de Administração a proceder ao ajustamento necessário da Política de Gestão de Risco, como fez durante o exercício de 2020;
- o Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direcção Executiva, assegura a implementação da estratégia e da Política de Gestão de Risco definida pelo Conselho de Administração, bem como promove uma cultura atenta ao risco na organização, assegurando que a Gestão de Risco se encontra embutida em todos os processos e actividades;
- o Comité de Risco assiste e aconselha a Direcção Executiva, enquanto órgão coadjuvante do Administrador-Delegado, na avaliação e monitorização de medidas de mitigação dos diferentes tipos de risco e visa garantir a existência de uma estrutura de Gestão de Risco eficaz, que assegura que os níveis de exposição ao risco se encontram alinhados com os objectivos e estratégias

aprovadas pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das competências a cargo da Comissão de Auditoria;

- a Direcção de Gestão de Risco Corporativo é responsável pela implementação da estrutura de Gestão de Risco e pela coordenação de todas as actividades de Gestão de Risco, oferecendo suporte à Direcção Executiva e ao Comité de Risco na identificação de exposição a riscos que possam comprometer a estratégia e os objectivos do Grupo. Conta, entre as suas atribuições, a identificação e reconhecimento das melhores práticas de gestão de risco, recomendações de organizações de renome e/ou requisitos de conformidade (“compliance”). A Direcção de Gestão de Risco Corporativo é também responsável pela coordenação e alinhamento das práticas seguidas pelas Companhias nos Planos de Continuidade de Negócio (PCN);
- o Gestor de Risco da Unidade de Negócio é responsável pela implementação das iniciativas de Gestão de Risco ao nível das Companhias e pelo suporte das actividades dos respectivos Responsáveis pelo Risco;
- os Responsáveis pelo Risco compreendem todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou actividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas actividades;
- o Departamento de Auditoria Interna baseia o seu trabalho no conjunto de riscos significativos, conforme identificados pela gestão, auditando os processos de Gestão de Risco em toda a Organização, de forma a garantir a sua eficácia e eficiência e prestar suporte activo no processo de Gestão de Risco.

53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Actividade

O desenvolvimento da pandemia por Covid-19 veio alterar significativamente as condições em que as Companhias de Jerónimo Martins operaram ao longo do ano.

Face à evolução da situação epidemiológica em cada uma das geografias em que o Grupo está presente, foram sendo implementadas medidas diversas, ajustadas à ocorrência dos eventos que as áreas internas de gestão de risco classificaram como tendo maior criticidade, de modo a antecipar e mitigar os impactos mais relevantes na operação.

A crise sanitária afectou todas as Companhias nos diversos riscos a que o Grupo está exposto, nomeadamente em termos estratégicos, operacionais e sobretudo na gestão das equipas, cuja protecção foi sempre prioritária

Riscos Estratégicos

A gestão de riscos estratégicos envolve a monitorização de factores como as tendências sociais, políticas e macroeconómicas: a evolução demográfica, as preferências dos consumidores, o ciclo de vida dos negócios, a dinâmica dos mercados (financeiros, de trabalho, de recursos naturais e energéticos), a situação geopolítica, a actividade da concorrência, a inovação tecnológica, a disponibilidade de recursos, as alterações ao nível legal e regulatório e o escrutínio social a que as actividades do Grupo se encontram expostas.

Esta informação é utilizada pela equipa de gestão para compreender as necessidades de mercado e, assim, identificar ameaças e oportunidades nas indústrias e sectores em que desenvolve actividade, nomeadamente em termos de potencial de rentabilidade e crescimento, mas também em termos de alinhamento estratégico e adequação do seu modelo de negócio às condições de mercado actuais e futuras.

Riscos Operacionais

Resultam da condução das normais funções do negócio constantes da cadeia de valor do Grupo, focando-se nos riscos que resultam dos processos operacionais das suas unidades.

A classe de riscos operacionais considera os riscos relacionados com a gestão de categorias e sourcing, gestão de stocks, gestão de fundos, logística e supply chain e na eficiência e segurança na utilização de recursos e activos.

Os riscos de fraude, branqueamento de capitais e corrupção são igualmente considerados na avaliação das actividades operacionais mais relevantes e a adequabilidade e alcance dos controlos e das medidas de mitigação são, também, revistas e reconsideradas sempre que necessário.

Riscos de Segurança Alimentar⁷

O Grupo procura disponibilizar produtos e soluções alimentares mais saudáveis, assegurando e impondo medidas de segurança alimentar em estrita observância com os standards de segurança alimentar.

As Direcções de Qualidade e Segurança Alimentar das diferentes Companhias do Grupo têm sob sua responsabilidade a:

- i. prevenção, através de auditorias de selecção, avaliação e acompanhamento de fornecedores;
- ii. monitorização, através do acompanhamento do produto ao longo de todo o fluxo logístico para análise do cumprimento de requisitos de boas práticas e de certificação;
- iii. monitorização, através da análise de produto na avaliação do cumprimento dos requisitos de qualidade e segurança alimentar; e
- iv. formação, através da realização periódica de simulacros e acções de sensibilização.

As Companhias são continuamente monitorizadas por técnicos de controlo de qualidade, para assegurar a implementação de procedimentos e avaliar a eficiência dos processos de formação e a adequabilidade das instalações e equipamento.

Riscos Ambientais⁸

Assegurar a gestão eficiente de recursos e, simultaneamente promover a preservação ambiental, é fundamental para o crescimento sustentado dos negócios do Grupo Jerónimo Martins. Dada a dimensão e diversidade das suas Companhias, têm sido realizados estudos sobre os impactes das suas actividades nos serviços dos ecossistemas e recursos que estes proporcionam nos seguintes âmbitos:

- i. Práticas de gestão agrícola com foco no consumo de água e energia, na biodiversidade e gestão económica;
- ii. Análise de risco sobre o pescado comercializado;
- iii. Análise de riscos e oportunidades associadas aos impactos decorrentes das alterações climáticas (segundo as recomendações da metodologia da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*) e da utilização da água; e
- iv. Mapeamento das commodities de desflorestação, suas origens e métodos de produção nos produtos de Marcas Próprias e Percíveis.

Assim, foram identificadas as seguintes tipologias de risco⁹:

- De transição, podendo representar um aumento de custos resultantes do cumprimento de legislação ambiental e decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono;
- Física, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como os produtos agrícolas, ou na disrupção da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos;
- Reputacional, associados às expectativas dos stakeholders quanto à redução das emissões de carbono e contribuição para o combate à desflorestação por parte do Grupo.

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a gestão das mesmas, é analisada pelo Grupo como parte dos processos de avaliação de risco. Com base nestas avaliações, são definidas medidas de adaptação e mitigação no sentido de maximizar oportunidades de diferenciação e contribuir para um aumento da resiliência das suas Companhias e dos seus negócios, reforçando também os compromissos do Grupo com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

⁷ As acções desenvolvidas em 2020 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de qualidade e segurança alimentar são detalhadas no Capítulo 5 ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"), subcapítulo 4 - "Promover a Saúde pela Alimentação".

⁸ As acções desenvolvidas em 2020 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de protecção do ambiente são detalhadas no Capítulo 5 ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 5 - "Respeitar o Ambiente" e 6 - "Comprar com Responsabilidade".

⁹ Anualmente, o Grupo Jerónimo Martins torna públicas as suas respostas aos questionários CDP Climate Change, CDP Forests e CDP Water Security (www.cdp.net) onde é apresentada uma análise detalhada dos diferentes riscos identificados e com potencial materialidade para os nossos negócios.

Riscos de Segurança Física e de Pessoas

A Direcção de Segurança tem a responsabilidade de assegurar a existência de condições que garantam a integridade física das pessoas e das instalações.

A gestão do risco de segurança física e de pessoas envolve a definição e divulgação de normas e instruções de trabalho, a realização de acções de sensibilização e formação de colaboradores, de auditorias realizadas às lojas, a elaboração da avaliação de riscos de todos os estabelecimentos e a execução de simulacros de emergência.

Riscos de Sistemas de Informação

Os riscos associados a Sistemas de Informação são analisados considerando as suas diferentes componentes: planeamento e organização, desenvolvimento, inovação, gestão de operações, segurança de informação e continuidade.

A componente de Segurança de Informação no Grupo está a cargo de uma Direcção dedicada em exclusivo a essa matéria e consiste na implementação e manutenção de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação que garanta a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio, desenvolvendo actividades de monitorização e controlo no sentido de identificar e mitigar potenciais vulnerabilidades.

Riscos de Regulamentação

O cumprimento da legislação é assegurado pelos Departamentos Jurídicos das Companhias do Grupo.

Ao nível da Holding, a Direcção de Assuntos Jurídicos garante, igualmente, a coordenação e a implementação de estratégias para a protecção dos interesses de Jerónimo Martins em caso de litígio, gerindo ainda o aconselhamento externo.

O compliance em matéria de dados pessoais é acompanhado pelo Encarregado de Protecção de Dados Pessoais, suportado pelo Departamento de Privacidade, e em estreita colaboração com a Direcção de Assuntos Jurídicos da Holding, com os Departamentos Jurídicos das Companhias e com o Departamento de Segurança de Informação.

No sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de natureza fiscal, a Direcção de Fiscalidade da Holding presta assessoria às sociedades do Grupo, para além de supervisionar também o contencioso fiscal destas.

Riscos Financeiros

Factores de Risco

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Sociedade.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A informação sobre os riscos financeiros aos quais o Grupo se encontra exposto encontra-se detalhada na nota 28 – Riscos Financeiros, do Capítulo 3 do Relatório e Contas.

54. Descrição do Processo de Identificação, Avaliação, Acompanhamento, Controlo e Gestão de Riscos

A Estrutura de Gestão de Risco assume um processo contínuo de avaliação de riscos, sendo parte integral do processo normal de decisão e dos processos de gestão.

O processo de Gestão de Risco do Grupo encontra-se alinhado com as recomendações do standard internacional ISO 31000 e visa principalmente distinguir o que é irrelevante do que é material, requerendo uma gestão activa, que envolve para tal a consideração das fontes de risco, da probabilidade de ocorrência de determinado evento e das consequências da sua manifestação no contexto do ambiente de controlo.

O Grupo prepara e mantém um perfil de risco agregado, listando todos os riscos operacionais e estratégicos com relevo e os respectivos mecanismos de mitigação e de controlo implementados, o qual é actualizado regularmente com informação resultante dos processos correntes de avaliação de risco.

Como parte dos processos de planeamento Estratégico e Operacional é realizada uma revisão anual global, com a coordenação da Direcção de Gestão de Risco Corporativa, para que a informação relativa aos principais riscos seja devidamente actualizada e considerada durante o planeamento. Desta forma, despoleta o desenvolvimento das opções em análise, bem como a identificação de novas acções que reforcem a defesa dos objectivos a desenvolver.

55. Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m) CVM)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro do Grupo, nomeadamente, garantindo que o Grupo tem implementadas políticas adequadas, que garantem de forma razoável que as transacções são registadas e reportadas com respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites Generally Accepted Accounting Principles (GAAP), e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e detecção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização do desempenho.

Controlos adicionais resultam da supervisão desenvolvida pela Comissão de Auditoria e das avaliações de fiabilidade asseguradas pela Comissão de Controlo Interno a respeito da preparação e divulgação de informação financeira e ainda das actividades de monitorização desenvolvidas pelo Departamento de Planeamento e Controlo do Grupo, relativamente ao desempenho das diferentes unidades de negócio e da análise dos desvios face aos planos aprovados.

Subsecção IV - Apoio ao Investidor

56. Serviço Responsável pelo Apoio ao Investidor, Composição, Funções, Informação Disponibilizada Por Esses Serviços e Elementos Para Contacto

Composição

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins tem a seguinte composição:

Responsável: Cláudia Falcão

Equipa: Ana Maria Marcão, Hugo Fernandes e Teresa Balsas

Principais Funções

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins é responsável pela comunicação com todos os investidores – institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título da Sociedade. São igualmente da responsabilidade do Gabinete todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Política de Comunicação de Jerónimo Martins com o Mercado de Capitais

A política de comunicação de Jerónimo Martins com o mercado de capitais visa assegurar um fluxo regular de informação relevante - descrição histórica, desempenho actual e perspectivas futuras - que, com respeito pelos princípios da simetria e da simultaneidade, crie uma imagem fiel do desempenho dos negócios e da estratégia da Companhia junto dos investidores, accionistas, analistas e do público em geral.

A estratégia de comunicação financeira delineada para cada ano pauta-se pelos princípios de transparência, rigor e consistência que asseguram que toda a informação relevante é transmitida de forma não discriminatória, clara e completa aos seus *stakeholders*.

Informação Disponibilizada

O Gabinete elabora anualmente um Plano de Comunicação para o Mercado Financeiro, que, devidamente enquadrado na estratégia global de comunicação de Jerónimo Martins, se pauta pelos princípios acima enunciados.

Neste sentido, com o objectivo de transmitir ao mercado uma visão actualizada e clara das estratégias das diferentes áreas de negócio do Grupo em termos de desempenho operacional e de perspectivas, o Gabinete organiza e participa num conjunto de eventos, com o objectivo de dar a conhecer os vários negócios de Jerónimo Martins, as suas estratégias e perspectivas de futuro e, em simultâneo, acompanhar o desenvolvimento das actividades do ano, mediante o esclarecimento de eventuais questões.

No ano de 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, houve especial preocupação em manter um conjunto de actividades que permitisse garantir a transparência e completude da informação, com acesso à equipa de Relações com Investidores e Equipa de Gestão através de meios virtuais.

As acções promovidas, ao longo do ano, permitiram manter o nível de diálogo que era a referência para os *stakeholders* de Jerónimo Martins. De entre as actividades organizadas, destacam-se as seguintes:

- Reuniões, na sua grande maioria por meios virtuais, com analistas financeiros e investidores;
- respostas às questões dirigidas ao Gabinete, colocadas via correio electrónico para endereço próprio;
- conferências telefónicas;
- divulgação de comunicados ao mercado através da extranet da CMVM, do sítio institucional de Jerónimo Martins, da Euronext Lisbon e da remessa de mensagens de e-mail dirigidas a todos os investidores e analistas financeiros que constam da base de dados criada e actualizada pelo Gabinete;
- apresentações realizadas à comunidade financeira: apresentação de resultados, roadshows, conferências e Assembleia Geral Anual de accionistas por meios telemáticos;
- visita à operação na Colômbia, com a equipa da respectiva Companhia;
- processo contínuo de actualização da página de relação com investidores no sítio institucional da Sociedade.

Com o objectivo de tornar a informação facilmente acessível a todos os *stakeholders*, as comunicações regularmente efectuadas pelo Gabinete são integralmente disponibilizadas no sítio institucional de Jerónimo Martins em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

O sítio disponibiliza, em português e inglês, não só a informação obrigatória, como também informação de carácter geral sobre o Grupo e as Companhias que o integram, e ainda outros dados considerados relevantes, designadamente:

- comunicados ao mercado sobre factos relevantes;
- contas anuais, incluindo o Relatório Anual sobre a actividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria, contas semestrais e trimestrais do Grupo;
- indicadores económico-financeiros e dados estatísticos, actualizados semestral ou anualmente, consoante a Companhia ou área de negócio;
- a mais recente apresentação do Grupo realizada à comunidade financeira e acervo histórico;
- informações sobre o desempenho do título em bolsa;
- calendário anual de eventos societários, divulgado no final de cada ano e a vigorar no ano seguinte, incluindo, entre outros, as reuniões da Assembleia Geral de accionistas e a divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- informação sobre o Governo da Sociedade;
- Código de Conduta de Jerónimo Martins;
- Estatutos da Sociedade;
- Regulamentos internos em vigor;
- Informações relativas às Assembleias Gerais de accionistas;
- Actas das reuniões da Assembleia Geral de accionistas, ou respectivos extractos;
- Acervo histórico das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às Assembleias Gerais de accionistas.

Contactos

O contacto com o Gabinete é possível através da Representante para as Relações com o Mercado e Responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores – Cláudia Falcão – e do endereço de e-mail: investor.relations@jeronimo-martins.com.

As principais coordenadas de acesso ao Gabinete são as seguintes:

Morada: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033, Lisboa
Telefone: +351 21 752 61 05

57. Representante Para as Relações com o Mercado

A representante de Jerónimo Martins para as relações com o mercado é a responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores, Cláudia Falcão.

58. Informação Sobre a Proporção e o Prazo de Resposta aos Pedidos de Informação Entrados no Ano ou Pendentes de Anos Anteriores

No âmbito das questões dirigidas ao Gabinete de Relações com Investidores, ao longo de 2020, foram registados 277 contactos com investidores através de reuniões que se realizaram na sua quase totalidade por meios virtuais, 112 contactos através de conferências telefónicas com investidores e 544 pedidos de informação colocados via correio electrónico ou via telefónica por investidores ou analistas financeiros, tendo sido dada aos mesmos resposta imediata ou dentro de um prazo adequado à natureza do pedido.

Subsecção V - Sítio de Internet

59. Endereço (s)

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português e em inglês e pode ser acedido através dos seguintes endereços:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/>

60. Local Onde se Encontra Informação Sobre a Firma, a Qualidade de Sociedade Aberta, a Sede, e Demais Elementos Mencionados no Art. 171.º CSC

As informações relativas ao Art. 171.º CSC encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/contactos/>

61. Local Onde se Encontram os Estatutos e os Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/estatutos-e-regulamentos/>

62. Local Onde se Disponibiliza Informação Sobre a Identidade dos Titulares dos Órgãos Sociais, do Representante Para as Relações com o Mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou Estrutura Equivalente, Respectivas Funções e Meios de Acesso

A informação em causa encontra-se disponível no sítio institucional de Jerónimo Martins e pode ser acedida através dos seguintes links:

- Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais:

Conselho de Administração:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/conselho-de-administracao/>

Comissão de Auditoria

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/comissao-de-auditoria/>

Assembleia Geral

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/assembleia-geral/>

Revisor Oficial de Contas

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/revisor-oficial-de-contas-e-auditor-externo/>

- Identidade do representante para as Relações com o Mercado:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

- Informação atinente ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

63. Local Onde se Disponibilizam os Documentos de Prestação de Contas, Que Devem Estar Acessíveis Pelo Menos Durante Cinco Anos, Bem Como o Calendário Semestral de Eventos Societários, Divulgado no Início de Cada Semestre, Incluindo, Entre Outros, Reuniões da Assembleia Geral, Divulgação de Contas Anuais, Semestrais e, Caso Aplicável, Trimestrais

O local onde se disponibiliza a informação em causa é o sítio institucional de Jerónimo Martins, através dos seguintes links:

- Documentos de prestação de contas:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

- Calendário semestral de eventos societários:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/calendario-financeiro/#1505502691919-400df9d-c43897ff-f66f7e8e-3b65>

64. Local Onde são Divulgados a Convocatória Para a Reunião da Assembleia Geral e Toda a Informação Preparatória e Subsequente Com Ela Relacionada

O local onde são divulgadas a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

65. Local Onde se Disponibiliza o Acervo Histórico com as Deliberações Tomadas nas Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o Capital Social Representado e os Resultados das Votações, com Referência aos Três Anos Antecedentes

O local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado, os resultados das votações, com referência aos anos antecedentes, incluindo os últimos três, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

Secção D - Remunerações (Relatório Para os Efeitos do n.º 8 do Artigo 245.º-C CVM)

Subsecção I - Competência para a Determinação

66. Indicação Quanto À Competência para a Determinação da Remuneração dos Órgãos Sociais, do Administrador-Delegado e dos Dirigentes da Sociedade

Nos termos do Artigo Vigésimo Nono dos Estatutos, a remuneração dos Órgãos Sociais é fixada pela Assembleia Geral ou por uma Comissão por esta nomeada. Ao abrigo desta última possibilidade, entenderam os accionistas de Jerónimo Martins designar uma Comissão de Vencimentos para fixar a remuneração dos titulares de Órgãos Sociais.

A Comissão de Vencimentos é eleita por um período de três anos, estando em curso o mandato para o triénio 2019-2021.

A remuneração dos restantes dirigentes da Sociedade é determinada pela respectiva Administração.

Subsecção II - Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos

67. Composição da Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos, Incluindo Identificação das Pessoas Singulares ou Colectivas Contratadas Para Lhe Prestar Apoio e Declaração Sobre a Independência de Cada Um dos Membros e Assessores

Em Assembleia Geral, realizada em 11 de Abril de 2019, foram eleitos para integrar a Comissão de Vencimentos, para o triénio em curso, Jorge Ponce de Leão (Presidente), Chittaranjan Kuchinad e Erik Geilenkirchen.

Nenhum dos referidos elementos da Comissão de Vencimentos é Membro do Órgão de Administração da Sociedade ou tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os Membros do Conselho de Administração que possam afectar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

A Comissão de Vencimentos solicitou à Sociedade, em Dezembro de 2020, a realização de um estudo comparativo de remunerações que lhe permita assegurar que os níveis de remuneração dos Órgãos Sociais do Grupo, especificamente da função de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado, são os adequados e em linha com as práticas de mercado internacionais, sendo este o contexto em que o Grupo opera. Foi frisado pela Comissão de Vencimentos que tal estudo deverá ser elaborado por consultores especializados que ofereçam garantias de independência, nomeadamente, a nível dos respectivos currícula e portfolio, sem as quais a mesma não autorizará a contratação dos referidos consultores para fornecer outros serviços à Sociedade ou às empresas que com a mesma estejam em relação de controlo ou de grupo.

Jorge Ponce de Leão, na qualidade de Presidente da Comissão de Vencimentos encontrava-se presente por via telemática, na Assembleia Geral Anual da Sociedade que teve lugar em 25 de Junho de 2020.

68. Conhecimentos e Experiência dos Membros da Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos em Matéria de Política de Remunerações

Os Membros da Comissão de Vencimentos têm vastos conhecimentos e experiência internacional em matérias de gestão e de políticas de remuneração, o que lhes confere as competências necessárias para um exercício efectivo e adequado das respectivas funções.

Jorge Ponce de Leão é licenciado em Direito, estando ligado à área do Direito do Trabalho desde o início da década de 1970, nas qualidades de consultor jurídico externo e no seio de algumas empresas nacionais. Foi chefe dos Serviços Jurídicos e Fiscais (Grupo Jerónimo Martins – área industrial), e Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. durante a década de 1990. Desempenhou funções de gestão na área de Recursos

Humanos da Radiotelevisão Portuguesa, foi CEO da SAIP SGPS e Presidente do Conselho de Administração da ANA – Aeroportos de Portugal, e da NAV – Navegação Aérea de Portugal, E.P.E..

Chittaranjan Kuchinad tem formação académica em estatística (licenciatura em Estatística / Economia pela Universidade de Bombaim, na Índia, e um Master em Estatística pela Universidade Marquette, nos Estados Unidos da América). Tem vasta experiência no desenho e financiamento de programas de compensação e benefícios na Europa, Ásia/Pacífico e América Latina. Iniciou a sua carreira como consultor na Wyatt e na Towers Perrin. Prestou serviços a inúmeras empresas de média e grande dimensão, tendo sido consultor principal de clientes de grande dimensão, nomeadamente, a IBM Ásia / Pacífico, IBM América Latina, Coca-Cola, Gillette, InchCape e Citibank. Foi Director de Compensação Internacional na McDonald's Corporation, Director Sénior de Recursos Humanos da Nike, Inc. Ásia-Pacífico, Executive Vice President de Recursos Humanos e Senior Vice President de Compensação Total da Starbucks Coffee Company. Foi Director de Recursos Humanos da ASDA (Walmart), da Guess?, Inc., e da Jacobs Douwe Egberts, e tem vindo a desempenhar as funções de Director de Recursos Humanos da Save The Children.

Erik Geilenkirchen possui formação académica em Engenharia, tendo trabalhado por mais de 30 anos tanto em cargos de responsabilidade na área de Recursos Humanos como em áreas comerciais. Tendo trabalhado por mais de 15 anos na Ásia-Pacífico, ocupou o cargo de CHRO da Royal Ahold Asia e da Philips Electronics Asia Pacific, bem como o cargo de CEO da Philips Domestic Appliances. Ele foi Director de Compras da Techtronics em Hong Kong antes de ingressar no Conselho de Administração de uma das maiores empresas familiares privadas da Europa, de propriedade da família Brenninkmeijer na Suíça. Hoje a dirige sua própria empresa de software, com a denominação IntelligentBoardRoom, e faz parte do Conselho Consultivo da EMK Capital, uma empresa de capital privado de média capitalização com sede em Londres.

Os membros da Comissão de Vencimentos receberam, ao longo do ano, informação por parte das várias companhias do Grupo quanto à respectiva actividade, permitindo à Comissão, no âmbito dos objectivos individuais de performance do Administrador Delegado, verificar se as estratégias definidas e as políticas de remuneração existentes estão alinhadas com um posicionamento competitivo no mercado.

Subsecção III - Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

A Comissão de Vencimentos procedeu a uma análise e revisão cuidadas dos princípios básicos que constituem o cerne da Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da Sociedade, reforçando e destacando aspectos da política de remunerações que são de importância decisiva para a sustentabilidade do negócio do Grupo, especialmente:

- o contexto internacional deve servir de base de comparação para a remuneração competitiva dos órgãos sociais, considerando que é crucial a manutenção da capacidade de atracção e retenção do melhor talento num contexto supranacional;
- o alinhamento das remunerações com as responsabilidades inerentes às funções desempenhadas pelos membros dos órgãos sociais, a sua disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da Sociedade;
- o nível desejado de competitividade, abrangendo o pacote total de remuneração, considerando as remunerações fixa e variável, deve estar alinhado com a prática do mercado de referência, nomeadamente, o mercado europeu de executivos de topo, bem como com as políticas de remuneração internas
- a importância de premiar o compromisso com a estratégia global do Grupo e os interesses de longo prazo dos accionistas, a obtenção de resultados de excelência e a demonstração da atitude e comportamentos adequados;
- a necessidade de salvaguarda dos interesses da Sociedade.

Foi proposto pela Comissão de Vencimentos manter os princípios da política estabelecida, continuando a ter-se em atenção o actual quadro legislativo e recomendatório, bem como a estrutura organizativa adoptada pelo Conselho de Administração.

No que respeita à organização do Conselho de Administração, continuaram a ser especialmente ponderadas pela Comissão de Vencimentos as seguintes características, designadamente:

- a existência de um Administrador-Delegado, responsável pela gestão corrente da Sociedade, bem como de Administrador ou Administradores a quem tenham sido atribuídos ou possam vir a ser atribuídos encargos especiais;
- a participação de Administradores Não-Executivos em Comissões Especializadas, que assim são chamados a devotar tempo acrescido aos assuntos da Sociedade.

Em face deste modelo organizativo, e os princípios adoptados, e entretanto reforçados, a Comissão de Vencimentos considerou as medidas descritas abaixo.

Relativamente à remuneração de Administradores com funções executivas, e no sentido de assegurar que a respectiva remuneração está alinhada com as melhores práticas de mercado a nível internacional, a Comissão de Vencimentos reforçou a importância de manter um processo de definição de objectivos e de avaliação do desempenho, que deverá ser revisto e/ou actualizado com periodicidade trianual.

A remuneração de Administradores Não-Executivos será composta, exclusivamente, por uma componente fixa.

Em particular no que respeita à remuneração do Administrador Delegado, entendeu a Comissão de Vencimentos manter a existência de duas componentes, uma variável e outra fixa. A componente fixa da remuneração corresponde a um salário mensal pago 14 vezes, sendo o montante estabelecido tendo em conta as obrigações e responsabilidades atribuídas ao Administrador Delegado da Sociedade, o seu desempenho e a comparação com o mercado para funções similares. A componente variável é fixada anualmente pela Comissão de Vencimentos, está limitada ao dobro da componente fixa, e tem por base uma avaliação de desempenho individual anual que atende ao grau de cumprimento de um conjunto de objectivos quantitativos previstos nos planos de negócios do Grupo e aprovados pelo Conselho de Administração, e em prioridades de natureza qualitativa consideradas relevantes para a sustentabilidade do negócio.

Para o cálculo do desempenho individual, os objectivos individuais quantitativos têm o peso de 50%, e reflectem a performance financeira relacionada com o crescimento real da empresa e o retorno gerado para os accionistas. São considerados, nesta dimensão, os seguintes indicadores financeiros: o crescimento das vendas, os resultados líquidos, Economic Value Added (EVA), e Gearing (rácio de dívida financeira sobre capitais próprios). Os objectivos individuais qualitativos têm, igualmente, o peso de 50% no cálculo do desempenho individual. A Comissão de Vencimentos procede à avaliação da real implementação de projectos transversais às companhias do Grupo que assegurem a competitividade futura dos negócios e a sustentabilidade a longo prazo, utilizando para o efeito os seguintes indicadores de mensuração: visão estratégica e alocação de recursos/investimentos, saúde organizacional e agenda de talento, e relações multi-stakeholders. O desempenho e resultados atingidos neste último indicador são medidos por analistas ESG (Environmental, Social and Governance), de acordo com a informação divulgada pela Sociedade sobre políticas, práticas e indicadores de desempenho nestas matérias.

As referidas dimensões, quantitativa e qualitativa, e correspondentes indicadores chave de desempenho, por natureza de longo prazo, são considerados essenciais para assegurar o sucesso futuro do negócio e têm um calendário que pode exceder um ano.

Para cálculo da atribuição da componente variável anual, são considerados os seguintes critérios: se o desempenho atingir menos de 100% dos objectivos fixados, não há lugar à atribuição da componente variável anual, e, se o desempenho for igual ou superior a 100% dos objectivos fixados, é devido um montante situado num intervalo entre 50% e 100% do montante máximo de remuneração variável.

Tendo presente quanto se expôs acima, foi adoptado um processo relativamente ao ciclo de desempenho do Administrador Delegado, que inclui a avaliação do seu desempenho anual, com revisões trimestrais, baseada em evidências concretas e na monitorização regular do nível de cumprimento dos indicadores e metas aprovadas pela Comissão de Vencimentos. De acordo com os procedimentos estabelecidos, o ciclo de desempenho é concluído com a atribuição da componente variável no primeiro trimestre do ano seguinte ao avaliado, depois de apurados os resultados do exercício, com o respectivo pagamento a ter lugar no primeiro semestre.

O total das componentes fixa e variável deve assegurar uma remuneração competitiva no mercado internacional e servir de incentivo ao desempenho individual e colectivo, através da definição e cumprimento de objectivos ambiciosos com vista a garantir elevados crescimentos e níveis de retorno adequados para os accionistas. A Comissão de Vencimentos considera que a política adoptada está em linha com as práticas remuneratórias das empresas congéneres cotadas a nível internacional. Atendendo, contudo, às pressões do mercado na procura por talento e competências ao nível executivo, a Comissão de Vencimentos irá, periodicamente, analisar a competitividade da Sociedade na matéria em causa, com recurso a estudos comparativos apropriados, elaborados por entidades independentes e credíveis.

Atento o contributo das diversas geografias e áreas de negócio onde o Grupo opera, a Comissão de Vencimentos entende ainda adequado que o pagamento da remuneração dos Administradores com funções executivas, quer na componente fixa, quer na componente variável, possa ser repartido, entre a Sociedade e sociedades subsidiárias cujos órgãos de administração por aqueles sejam integrados, em proporção fixada pela Comissão de Vencimentos.

A Comissão de Vencimentos considera que a remuneração dos Administradores com funções executivas é adequada e permite um forte alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. O alinhamento com os interesses de longo prazo da Sociedade resulta reforçado pela circunstância de o actual Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado ser membro da família que constitui o accionista maioritário da Sociedade. Por essa razão, a Comissão de Vencimentos decidiu não haver lugar a diferimento da remuneração variável. Pelo mesmo motivo entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de montantes máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros do órgãos sociais, sem prejuízo de quanto fica atrás referido quanto à proporção entre a remuneração fixa e a remuneração variável dos administradores executivos. Pelas mesmas razões, entende a mesma Comissão ser desnecessária a previsão de mecanismos que permitam solicitar a restituição de uma remuneração variável.

Na Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos, melhor descrito no ponto 76, tendo a Comissão de Vencimentos declarado, para o exercício em apreço, que este benefício se deveria manter inalterado em 2020, tendo contudo manifestado a opinião de que os accionistas devessem ponderar e adoptar algumas alterações no sentido de melhorar as regras existentes do Plano de Pensões.

A primeira das alterações sugeridas foi no sentido de alterar a definição de salário pensionável, de forma a contemplar a situação daqueles Participantes que, apesar de não continuarem a desempenhar funções a tempo inteiro na Sociedade, não fossem elegíveis para remuneração variável, pelo que foi proposta uma alteração no sentido de passar a ser previsto que, sempre que um Participante passe a desempenhar função que, ao abrigo da política de remunerações em vigor, não confira direito a remuneração variável, o salário base anual será acrescido de um montante igual ao da última remuneração variável auferida, actualizado na mesma proporção em que o for a remuneração fixa.

A segunda alteração sugerida foi no sentido de permitir à Comissão de Vencimentos determinar a realização pela Sociedade de contribuições extraordinárias em nome dos Participantes, incluindo através do resgate de seguros de vida, o que poderá conferir maior flexibilidade no tratamento de carreiras contributivas curtas ou desalinhasdas com o *benchmark*.

Adicionalmente, a Comissão de Vencimentos entendeu que a Sociedade deveria clarificar que, sem prejuízo de direitos adquiridos, o Plano de Pensões revogou e substituiu, a partir da data da sua aprovação, em 30 de Março de 2005, o plano de complemento de reforma que existia até então.

Tais sugestões foram contempladas em proposta de alteração ao Fundo de Pensões submetida por um accionista, e votadas favoravelmente em Assembleia Geral Anual realizada em 25 de Junho de 2020.

Tal como estabelecido pela Comissão de Vencimentos em 2010, mantêm-se os *fringe benefits* seguro de vida e de saúde para administradores com funções executivas.

A remuneração dos membros da Comissão de Auditoria, à semelhança dos Administradores com funções não executivas, continuará a ser composta, exclusivamente, por uma componente fixa.

No que respeita a Administradores que integrem comissões especializadas (compostas ou não exclusivamente por Administradores) ou órgãos de fiscalização das sociedades subsidiárias da Sociedade, e que não exercem funções executivas na Sociedade, o montante que lhes é pago pode diferir dos restantes, sendo que a Comissão de Vencimentos entende adequado, nesse caso, manter a atribuição de senhas de presença, tendo em atenção que as funções exercidas nos referidos órgãos e Comissões implicam uma maior exigência em termos de disponibilidade. Pode também ser atribuída uma remuneração fixa adicional aos administradores não executivos que sejam encarregados de tarefas específicas.

O Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral continuarão a ser remunerados através da atribuição de senhas de presença.

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com o contrato de prestação de serviços de revisão legal das contas celebrado com o Grupo Jerónimo Martins, o qual abrange a quase totalidade das suas subsidiárias. A respectiva remuneração deverá estar em linha com o que se pratica no mercado.

A Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade, nem tem conhecimento de que os mesmos o hajam feito com terceiros.

A ausência de um período de diferimento da remuneração variável torna desnecessária a existência de mecanismos destinados a impedir a celebração por Administradores Executivos de contratos que subvertam a razão de ser dessa componente da remuneração.

A Comissão de Vencimentos faz notar que não foi paga pela Sociedade a ex-administradores – executivos ou não - qualquer indemnização, relativamente à cessação das suas funções, não tendo a Sociedade adoptado nenhum instrumento jurídico do qual resulte, directa ou indirectamente, o pagamento aos administradores de quaisquer montantes além dos previstos na lei, pela cessação de funções antes do termo do mandato.

A Política de Remunerações foi sujeita à apreciação da Assembleia Geral Anual realizada no ano transacto.

70. Informação Sobre o Modo Como a Remuneração É Estruturada de Forma a Permitir o Alinhamento dos Interesses dos Membros do Órgão de Administração com os Interesses de Longo Prazo da Sociedade, bem como Sobre o Modo Como é Baseada na Avaliação do Desempenho e Desincentiva a Assunção Excessiva de Riscos

Como resulta da Política de Remunerações descrita no ponto 69, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos Membros do Conselho de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de componentes de remuneração fixa e variável e a dependência da definição da remuneração variável de uma estrutura de dimensões qualitativas e quantitativas relevantes para o negócio e de indicadores chave de desempenho, baseando-se a fixação da componente variável no grau de cumprimento de objectivos quantitativos previstos nos planos de negócio do Grupo aprovados pelo Conselho de Administração, determinam que o desempenho da gestão da Sociedade seja efectuado tendo em atenção os interesses da Sociedade e dos accionistas, não só no curto prazo, mas também no médio e no longo prazo.

Dentro dos princípios da política de remunerações em vigor, e de forma a assegurar alinhamento com as melhores práticas de mercado, a Comissão de Vencimentos considerou adequado voltar a rever o processo de definição de objectivos e avaliação do desempenho de Administradores com funções executivas, em particular do Administrador-Delegado, tendo acompanhado o progresso das metas qualitativas e quantitativas, numa base trimestral. Definiu ainda metas qualitativas claras e mensuráveis, nomeadamente com base em relatórios de analistas ESG (Ambiental, Social e de Governo da Sociedade).

Com base na análise rigorosa e detalhada de múltiplas fontes de evidência internas e também independentes, a Comissão de Vencimentos acompanhou o progresso dos vários indicadores de desempenho, quer quantitativos (crescimento das vendas, resultados líquidos, EVA e gearing), quer

qualitativos (visão estratégica e alocação de recursos / investimentos, saúde organizacional e gestão do talento, e relações multi-stakeholders).

Como referido no ponto 69, a Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.

71. Referência à Existência de Uma Componente Variável da Remuneração e Informação Sobre Eventual Impacto da Avaliação de Desempenho Nesta Componente

A remuneração de Administradores com funções executivas compreende uma componente variável dependente, para além do mais, de avaliação de desempenho em função do cumprimento efectivo dos objectivos e metas, medido pelo comportamento dos indicadores qualitativos e quantitativos. Ver pontos 69 e 70.

72. Diferimento do Pagamento da Componente Variável da Remuneração, com Menção do Período de Diferimento

Não existe um período de diferimento de pagamento da remuneração variável. Ver ponto 69.

73. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Acções Bem Como Sobre a Manutenção, Pelos Administradores Executivos, Dessas Acções, Sobre Eventual Celebração de Contratos Relativos a Essas Acções, Designadamente Contratos de Cobertura (Hedging) ou de Transferência de Risco, Respectivo Limite, e Sua Relação Face ao Valor da Remuneração Total Anual

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de acções aos Administradores e dirigentes na acepção do n.º 3 do Art. 248.º-B CVM.

74. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Opções e Indicação de Período de Diferimento e do Preço de Exercício

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de acções aos Administradores e dirigentes na acepção do n.º 3 do Art. 248.º-B CVM.

75. Principais Parâmetros e Fundamentos de Qualquer Sistema de Prémios Anuais e de Quaisquer Outros Benefícios Não Pecuniários

Ver pontos 69 a 71. Os Administradores com funções executivas beneficiam ainda dos *fringe benefits* seguro de vida e de saúde.

76. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões ou de Reforma Antecipada Para os Administradores e Data em Que Foram Aprovados em Assembleia Geral, em Termos Individuais

Em Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos.

Trata-se de um Plano de Pensões de Contribuição Definida, em que é fixado previamente o valor da contribuição - sendo actualmente a percentagem de desconto mensal para o Fundo de 17,5% - variando o valor dos benefícios em função dos rendimentos obtidos. Cabe à Comissão de Vencimentos a definição da taxa de contribuição da empresa (a qual foi de 17,5% até 30 de Novembro de 2020, e de 25% a partir de 1 de Dezembro de 2020).

São considerados Participantes do Plano, tal como definidos no respectivo regulamento, os Administradores Executivos da Sociedade, sendo que, no caso específico dos Administradores Executivos que se encontrassem em funções à data da Assembleia Geral de 2005, aqueles que optassem pelo presente Plano de Pensões deixariam de estar em condições de elegibilidade relativamente ao Plano de Complemento de Reforma, ao renunciarem expressa e irrevogavelmente a este.

A data da reforma coincide com o próprio dia ou o dia um do mês seguinte àquele em que o Participante complete a idade normal de reforma, conforme estabelecido no Regime Geral da Segurança Social. Um Participante será considerado em estado de invalidez total e permanente, se for reconhecido como tal pela Segurança Social Portuguesa.

O salário pensionável é o salário base líquido mensal pago pela Sociedade e por quaisquer sociedades suas subsidiárias directas ou indirectas, multiplicado por 14 e dividido por 12. A este valor mensal fixo acresce, no final de cada ano civil, um valor variável constituído por todos os valores auferidos a título de remuneração variável da referida Sociedade e sociedades subsidiárias.

Sempre que o Participante, apesar de continuar a reunir condições de elegibilidade, passe a exercer função que, ao abrigo da Política de Remunerações que estiver em vigor, não preveja a existência de remuneração variável, ao valor fixo mencionado, acrescerá, anualmente, o valor correspondente à última remuneração variável auferida, actualizada na mesma proporção em que o tiver sido a remuneração fixa.

Adicionalmente, para Administradores que se encontrassem em exercício de funções à data da referida Assembleia Geral de 2005, aplica-se o regime complementar de pensões ou de reforma, nos termos de cujo Regulamento têm direito a Complemento de Reforma os Administradores que, cumulativamente, tenham: i. mais de 60 anos; ii. exercido funções executivas; e iii. desempenhado cargos de Administrador há mais de 10 anos. Este complemento foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de 1996 e apenas podem beneficiar do mesmo Administradores que não tenham optado pelo Plano de Pensão de Reforma anteriormente referido.

O Plano de Pensão de Reforma revogou e substituiu, a partir da data da sua aprovação, em 30 de Março de 2005, o plano de complemento de reforma que existia até então, sem prejuízo de direitos adquiridos.

Subsecção IV - Divulgação das Remunerações

77. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, pelos Membros dos Órgãos de Administração da Sociedade, Proveniente da Sociedade, Incluindo Remuneração Fixa e Variável e, Relativamente a Esta, Menção às Diferentes Componentes que lhe Deram Origem

A remuneração líquida auferida pelos Membros do Órgão de Administração, paga pela Sociedade, durante o exercício de 2020, totalizou 1.894.874,96 euros, correspondendo 928.000,00 euros a remuneração fixa, 490.000,00 euros a remuneração variável e 476.874,96 euros de contribuições para o plano de pensão de reforma.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados, nos termos do n.º 2 do Art. 245.º-C CVM, os valores remuneratórios líquidos pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)		
	Componente Fixa	Componente Variável *	Plano de Pensões de Reforma
Pedro Soares dos Santos	245.000,00	490.000,00	476.874,96
Andrzej Szlęzak	83.000,00	-	-
António Viana-Baptista	80.000,00	-	-
Artur Stefan Kirsten	80.000,00	-	-
Clara Christina Streit	80.000,00	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	80.000,00	-	-
Francisco Seixas da Costa	80.000,00	-	-
José Soares dos Santos ¹	-	-	-
María Ángela Holguín Cuéllar	80.000,00	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	120.000,00	-	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2020, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2019

¹ Renunciou ao recebimento da remuneração no período remanescente do mandato, incluindo em 2020.

Nas tabelas seguintes, dá-se cumprimento ao disposto no Art. 245.º-C CVM, com referência à divulgação da remuneração total auferida pelos Membros do Conselho de Administração, incluindo os valores pagos por sociedades subsidiárias referidas no ponto 78.

Assim, na tabela abaixo encontra-se discriminada, nos termos do n.º 2 do Art. 245.º-C CVM, a proporção relativa de cada um dos componentes remuneratórios dos valores remuneratórios líquidos totais pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Totais Pagas* (euros)		
	Componente Fixa (%)	Componente Variável ** (%)	Plano de Pensões de Reforma (%)
Pedro Soares dos Santos	27,16	54,33	18,51
Andrzej Szlęzak	100	-	-
António Viana-Baptista	100	-	-
Artur Stefan Kirsten	100	-	-
Clara Christina Streit	100	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	100	-	-
Francisco Seixas da Costa	100	-	-
José Soares dos Santos ¹	-	-	-
María Ángela Holguín Cuéllar	100	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	100	-	-

* Contempla a proporção relativa quanto às componentes fixas, variáveis, e contribuições para o Plano de Pensões de Reforma, pagas pela Sociedade e pelas sociedades em relação de domínio ou de grupo referidas no ponto 78;

**Remuneração variável anual atribuída e paga em 2020, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2019

¹ Renunciou ao recebimento da remuneração durante todo o período do mandato.

Nas tabelas abaixo encontram-se discriminadas, nos termos do n.º 2 do Art. 245.º-C CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios líquidos pagos individualmente pela Sociedade, e pelas sociedades previstas no ponto 78, aos Membros do Conselho de Administração, assim como das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados:

Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Pedro Soares dos Santos	Remuneração Fixa (€)	779.298,00	630.000,00	630.000,00	630.000,00	685.000,00	700.000,00
	Remuneração Variável (€) ¹	-	450.000,00	1.080.000,00	990.000,00	1.080.000,00	1.400.000,00
	Contribuições para Plano de Pensões (€)	86.363,00	189.000,00	299.250,00	283.500,00	306.396,00	476.875,00
	Remuneração Total incluindo Contribuições para Plano de Pensões (€)	865.660	1.269.000,00	2.009.250,00	1.903.500,00	2.071.396,00	2.576.875,00
	Variação em %	-	46,6	58,3	-5,3	8,8	24,4

¹ A remuneração variável paga em determinado ano está relacionada com o desempenho do ano anterior.

Administradores Não-Executivos		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Andrzej Szlęzak	Remuneração Fixa (€)	92.000,00	105.500,00	130.000,00	133.000,00	123.000,00	133.000,00
	Varição em %	-	14,7	23,2	2,3	-7,5	8,1
António Viana-Baptista	Remuneração Fixa (€)	70.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
	Varição em %	-	14,3	0	0	0	0
Artur Stefan Kirsten	Remuneração Fixa (€)	30.000,00	70.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
	Varição em %	-	133,3	14,3	0	0	0
Clara Christina Streit	Remuneração Fixa (€)	50.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
	Varição em %	-	60	0	0	0	0
Elizabeth Ann Bastoni	Remuneração Fixa (€)	-	-	-	-	80.000,00	80.000,00
	Varição em %	-	-	-	-	-	0
Francisco Seixas da Costa	Remuneração Fixa (€)	92.000,00	85.500,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
	Varição em %	-	-7,1	-6,4	0	0	0
José Soares dos Santos	Remuneração Fixa (€)	213.756,00	-	-	-	80.000,00	-
	Varição em %	-	-	-	-	-	n.a. ¹
Maria Ángela Holguin Cuéllar	Remuneração Fixa (€)	-	-	-	-	100.000,00	130.000,00
	Varição em %	-	-	-	-	-	30
Sérgio Tavares Rebelo	Remuneração Fixa (€)	100.000,00	140.000,00	200.000,00	220.000,00	190.000,00	220.000,00
	Varição em %	-	40	42,9	10	-13,6	15,8

¹ A variação de 2019 para 2020 não se aplica devido à renúncia à remuneração apresentada pelo próprio.

Colaboradores da Sociedade		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Remuneração Total ¹	Remuneração média (€) ²	83.245,00	103.726,00	99.389,00	102.140,00	102.787,00	105.857,00
	Varição em %	-	24,6	8,2	4,8	4,7	6,5

¹ Inclui contribuições para Plano de Pensões.

² Considera-se a remuneração média dos colaboradores a tempo inteiro, i.e., activos e em desempenho de funções a tempo inteiro, durante todo o ano em análise. Engloba as remunerações fixa e variável auferidas e as contribuições anuais para Plano de Pensões.

Desempenho do Grupo		2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)
Indicadores de Desempenho	Crescimento das vendas consolidadas (a taxas de câmbio constantes)	-	9,8	9,4	6,8	8,4	6,7
	Crescimento do cash flow operacional (EBITDA) ¹ (a taxas de câmbio constantes)	-	11	4,7	3,9	9,3	0,5
	Δ Resultado Líquido Ordinário atribuído a JM ¹	-	12,8	0,2	3,2	8,9	-10,2
	Rentabilidade do capital investido (antes de impostos) ¹	-	32	32,3	28,5	30,5	29,7

¹ Os valores destes indicadores excluem a aplicação da norma contabilística IFRS16 (de forma a serem totalmente comparáveis ao longo do período de 5 anos). O resultado líquido ordinário refere-se ao valor consolidado atribuível a Jerónimo Martins, SGPS, SA.

78. Montantes a Qualquer Título Pagos Por Outras Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo ou Que Se Encontrem Sujeitas a um Domínio Comum

Adicionalmente em relação aos valores referidos no ponto 77, foi pago a Administradores por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade durante o exercício de 2020 um valor total

ilíquido de 1.565.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra, nos termos do n.º 2 do artigo 245.º-C CVM, os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável *
Pedro Soares dos Santos ¹	455.000,00	910.000,00
Andrzej Szlęzak ²	50.000,00	-
María Ángela Holguín Cuéllar ²	50.000,00	-
Sérgio Tavares Rebelo ²	100.000,00	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2020, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2019

¹ Por exercício de funções em Órgão de Administração

² Por exercício de funções em Órgão de Fiscalização

79. Remuneração Paga Sob a Forma de Participação nos Lucros e/ou de Pagamento de Prémios e os Motivos Por Que Tais Prémios e/ou Participação nos Lucros Foram Concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou prémios (para além da remuneração variável referida nos pontos 77 e 78, definida nos termos da Política de Remunerações descrita no ponto 69).

80. Indemnizações Pagas ou Devidas a Ex-Administradores Executivos Relativamente à Cessação Das Suas Funções Durante o Exercício

Não foi paga durante o exercício, nem existe qualquer obrigação de pagamento de indemnização, em caso de cessação das funções durante o mandato do Órgão de Administração.

81. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, Pelos Membros dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade, Para Efeitos do N.º 2 do Art. 245º-C CVM

A remuneração auferida pelos Membros da Comissão de Auditoria, nessa qualidade, em 2020, de forma agregada foi no montante ilíquido de 60.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra, nos termos do n.º 2 do Art. 245.º-C CVM, os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

Comissão de Auditoria	Remunerações Pagas (euros)			
	Componente Fixa	%	Componente Variável	%
Sérgio Tavares Rebelo (Presidente)	20.000,00	100	-	-
Clara Christina Streit	20.000,00	100	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	20.000,00	100	-	-

Na tabela abaixo encontram-se discriminadas, nos termos do n.º 2 do Art. 245.º-C CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente pela Sociedade aos Membros da Comissão de Auditoria, nos últimos cinco exercícios:

Comissão de Auditoria		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Sérgio Tavares Rebelo (Presidente)	Remuneração Fixa(€)	16.000,00	16.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Variação em %	-	0	25	0	0	0
Clara Christina Streit	Remuneração Fixa(€)	-	12.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Variação em %	-	-	66,7	0	0	0
Elizabeth Ann Bastoni	Remuneração Fixa(€)	-	-	-	-	20.000,00	20.000,00
	Variação em %	-	-	-	-	-	0

A informação referente às variações anuais das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados no mesmo período encontram-se referidos no ponto 77.

82. Indicação da Remuneração No Ano de Referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração paga pela Sociedade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no ano em referência foi no montante de 15.000,00 euros.

Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias

83. Limitações Contratuais Previstas Para a Compensação a Pagar por Destituição Sem Justa Causa de Administrador e Sua Relação Com a Componente Variável da Remuneração

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar a Administradores em caso de destituição sem justa causa, sendo esta matéria regulada pela legislação aplicável.

De igual forma, a cessação de funções dos membros de comissões da Sociedade reger-se-á pelo disposto na legislação aplicável.

Ver Ponto 69.

84. Referência à Existência e Descrição, Com Indicação dos Montantes Envolvidos, de Acordos Entre a Sociedade e os Titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, na Aceção do n.º 3 do Art. 248.º-B CVM, que Prevejam Indemnizações em caso de Demissão, Despedimento Sem Justa Causa ou Cessação da Relação de Trabalho na Sequência de Uma Mudança de Controlo da Sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I) CVM)

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares dos Órgãos de Administração, dirigentes ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho em sequência de mudança de controlo da Sociedade.

Subsecção VI - Planos de Atribuição de Acções ou Opções sobre Acções (“Stock Options”)

85. Identificação do Plano e dos Respective Destinatários

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções.

86. Caracterização do Plano (Condições de Atribuição, Cláusulas de Inalienabilidade de Acções, Critérios Relativos ao Preço das Acções e o Preço de Exercício das Opções, Período Durante o Qual as Opções Podem Ser Exercidas, Características das Acções ou Opções a Atribuir, Existência de Incentivos Para a Aquisição de Acções e ou o Exercício de Opções)

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções.

87. Direitos de Opção Atribuídos Para a Aquisição de Acções (“Stock Options”) De Que sejam Beneficiários os Trabalhadores e Colaboradores da Empresa

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

88. Mecanismos de Controlo Previstos Num Eventual Sistema de Participação dos Trabalhadores no Capital na Medida em que os Direitos de Voto Não Sejam Exercidos Directamente Por Estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e) CVM)

Na Sociedade não existe qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital.

Secção E - Transacções com Partes Relacionadas

Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo

89. Mecanismos Implementados Pela Sociedade Para Efeitos de Controlo de Transacções Com Partes Relacionadas

Negócios com Membros do Órgão de Administração; Conflitos de Interesses

Os negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, quando existam, ficam sujeitos ao disposto no Art. 397.º CSC, pelo que só podem ser celebrados mediante deliberação do Conselho de Administração que os autorize, na qual o Administrador interessado não pode votar, e que deverá ser precedida de parecer favorável da Comissão de Auditoria.

Tendo em conta a eleição de Andrzej Szlęzak (sócio da sociedade de advogados Sołtysiński Kawecki & Szlęzak (SK&S), um dos External Legal Counsels do Grupo Jerónimo Martins) para o cargo de Administrador de Jerónimo Martins, para o mandato 2013-2015, o Conselho de Administração autorizou, desde 2013, nos termos do n.º 2 do Art. 397.º CSC e com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, a manutenção de contratos de prestação de serviços jurídicos entre a Sociedade e as suas subsidiárias e a referida sociedade de advogados.

Em caso de conflito de interesses entre um Administrador, por conta própria ou de terceiro, e a Sociedade, aplicam-se as previsões da Política Anticorrupção supra referida no ponto 49, sem prejuízo do que é referido abaixo.

Neste tipo de casos, tem igualmente aplicação o disposto no n.º 6 do Art. 410.º CSC. Assim, não pode esse Administrador votar nas deliberações que o Conselho de Administração da Sociedade venha a adoptar quanto a algum assunto relativamente ao qual se verifique divergência entre o interesse, directo ou indirecto, do Administrador, e o interesse da sociedade, devendo tal Administrador informar o Presidente do Conselho de Administração quanto a tal situação de conflito.

Negócios com Outras Partes Relacionadas

Dando, designadamente, cumprimento ao disposto no Art. 249.º-A, n.º 1 CVM, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 50/2020, de 25 de Agosto, a fim de permitir que a Comissão de Auditoria avalie se quaisquer transacções existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da actividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado e também para permitir que a Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emita o seu parecer prévio sobre quaisquer transacções com partes relacionadas ou transacções que possam gerar conflitos de interesse, o Conselho de Administração da Sociedade adoptou, em reunião de 17 de Dezembro de 2020, mediante proposta da Direcção Executiva, com parecer favorável da Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa e com parecer favorável vinculativo da Comissão de Auditoria, o procedimento descrito infra no ponto 91.

90. Indicação das Transacções Que Foram Sujeitas a Controlo no Ano de Referência

Não existiram e, conseqüentemente, não foram sujeitas a controlo, em 2020, quaisquer transacções que preenchessem os critérios previstos nos pontos 89 e 91.

91. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis à Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação prévia dos Negócios a Realizar Entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada ou Entidades Que Com Eles Estejam em Qualquer Relação, nos Termos do Art. 20.º CVM

Nos termos do procedimento implementado pela Sociedade, a que se faz referência no ponto 89, a fim de permitir que a Comissão de Auditoria avalie se quaisquer transacções existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da actividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado e também para permitir que a Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emita o seu

parecer prévio sobre quaisquer transacções com partes relacionadas ou transacções que possam gerar conflitos de interesse, aplicar-se-ão as regras que se descrevem abaixo.

O Group Controller manterá uma lista actualizada (não exaustiva) de todas as entidades que possam ser consideradas como Partes Relacionadas, devendo o mesmo partilhar anualmente com as competentes áreas funcionais da Sociedade e com os CEOs e CFOs das diferentes subsidiárias da Sociedade a definição actualizada de Partes Relacionadas, de acordo com a IAS 24, e a lista acima mencionada, bem como uma cópia do procedimento aplicável.

As competentes áreas funcionais da Sociedade, bem como os CEOs e CFOs das diversas subsidiárias da Sociedade, reportarão ao Secretário da Sociedade qualquer negociação em curso com um terceiro (ainda que não conste da lista referida acima) que possa dar origem a uma Transacção com Parte Relacionada (ou seja, uma transacção entre a Sociedade e/ou as suas subsidiárias e uma Parte Relacionada da Sociedade).

O relatório mencionado no parágrafo anterior deverá incluir:

- o objecto, o propósito e a conveniência, do ponto de vista dos negócios desenvolvidos pela Sociedade e/ou pela subsidiária, da potencial transacção com a Parte Relacionada;
- a natureza da potencial Transacção com a Parte Relacionada, com a demonstração de que os respectivos termos e condições são semelhantes, ou pelo menos mais favoráveis, àqueles que a Sociedade e/ou a subsidiária obteriam em comparação com os geralmente disponíveis no mercado, ou com os oferecidos a ou por um terceiro em circunstâncias equivalentes;
- a descrição das relações existentes com a Parte Relacionada e o interesse da Parte Relacionada e de outras contrapartes na transacção;
- o valor financeiro envolvido na operação com a Parte Relacionada, bem como no conjunto de eventuais negócios realizados com aquela Parte Relacionada nos 12 (doze) meses anteriores ou durante o mesmo exercício; e
- quaisquer outras informações que possam ser relevantes dadas as circunstâncias da transacção específica.

O Secretário da Sociedade recolherá toda a informação das transacções com Partes Relacionadas que estejam em negociação e, se necessário, avaliará em conjunto com o General Counsel e o Group Controller se tais transacções podem ser consideradas como realizadas no âmbito da actividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado.

Qualquer Transacção com Parte Relacionada que não possa ser considerada como realizada no âmbito da actividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado só poderá ser realizada mediante deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, precedida de parecer da Comissão de Auditoria da Sociedade, providenciando o Secretário da Sociedade pela intervenção dos referidos órgãos sociais, com a brevidade possível.

As transacções que possam ser consideradas como realizadas no âmbito da actividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado seguirão o procedimento normal para a sua aprovação, de acordo com a lei, os estatutos, os regulamentos e as delegações de poderes aplicáveis.

Caso a transacção com Parte Relacionada seja aprovada pelo Conselho de Administração e o seu valor (ou valor agregado) seja igual ou superior a 2,5% do activo consolidado da Sociedade, esta fará a divulgação pública da transacção. A divulgação deve incluir:

- A identificação da parte relacionada;
- Informações sobre a natureza do relacionamento com as partes relacionadas;
- A data e o valor da transacção;
- A fundamentação quanto ao carácter justo e razoável da transacção, do ponto de vista da sociedade e dos accionistas que não sejam partes não relacionadas, incluindo accionistas minoritários;
- O sentido do parecer da Comissão de Auditoria da Sociedade.

As transacções (exceto transacções de consumo) entre a Sociedade e/ou as suas subsidiárias e:

- membros da família Francisco Manuel dos Santos, quer directamente quer por intermédio de entidades em que detenham um interesse financeiro ou de que sejam dirigentes (não incluindo

entidades pertencentes ao grupo de sociedades e de empreendimentos comuns (“joint ventures”) encabeçado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E., às quais, no entanto, se aplicará integralmente o procedimento descrito acima);

- Dirigentes da Sociedade, quer directamente quer por intermédio de entidades nas quais detenham um interesse financeiro ou de que sejam dirigentes,

independentemente de qualificarem como Transacções com Partes Relacionadas e/ou apesar de terem sido realizadas no âmbito da actividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado, serão sempre sujeitas a parecer prévio da Comissão de Auditoria da Sociedade (aplicando-se às transacções aqui mencionadas que não se qualifiquem como Transacções com Partes Relacionadas, com as necessárias adaptações, os procedimentos acima descritos envolvendo o reporte das situações ao Secretário da Sociedade, a recolha de informação por parte deste, e a respectiva aprovação, excepto no que se refere à necessidade de intervenção do Conselho de Administração da Sociedade, a menos que tal intervenção seja exigida pela lei, estatutos, regulamentos e delegações de poderes aplicáveis).

As disposições deste procedimento não prejudicam o previsto no Art. 397º do Código das Sociedades Comerciais no que diz respeito às transacções com Administradores, conforme descrito no ponto 89.

Semestralmente, o Secretário da Sociedade fará chegar à Comissão de Auditoria da Sociedade um relatório detalhado identificando as transacções com partes relacionadas que tenham ocorrido nos últimos seis meses e que não tenham sido submetidas a parecer prévio de tal Comissão. O referido relatório incluirá as informações relevantes acima descritas.

Nos termos do procedimento aprovado, a Comissão de Auditoria da Sociedade deverá informar de imediato o Conselho de Administração da Sociedade caso verifique algum incumprimento do referido procedimento

Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios

92. Indicação do Local dos Documentos de Prestação de Contas Onde Está Disponível Informação Sobre os Negócios Com Partes Relacionadas, de Acordo Com a IAS 24

A informação sobre negócios com partes relacionadas encontra-se na nota 24 – Partes Relacionadas do Capítulo III do Relatório e Contas.

Parte II – Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adoptado

A Sociedade adoptou o Código de Governo das Sociedades do IPCG (que se encontra publicado no sítio da internet desta instituição em <https://cgov.pt/base-de-dados/codigos-de-governo>, por entender que o mesmo assegura um nível adequado de protecção dos interesses dos accionistas e de transparência do Governo Societário.

A Sociedade rege-se ainda pelo seu Código de Conduta, e demais códigos e políticas, nomeadamente, a Política Anticorrupção, cujos conteúdos cotejam com aspectos ligados ao governo da mesma, e que podem ser consultados no seu sítio institucional. Todos os seus Órgãos Sociais se regem por regulamentos, documentação que igualmente se encontra disponibilizada no sítio institucional da Sociedade em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adoptado

2.1. Declaração de Cumprimento

A Sociedade cumpre na sua essência as recomendações do IPCG ínsitas no Código de Governo das Sociedades de 2018 (revisto em 2020). Admite-se, porém, que existem algumas recomendações que não foram adoptadas na íntegra conforme melhor se refere *infra*, sem prejuízo do *explain* apresentado.

De seguida, apresenta-se a indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018, revisto em 2020), as adoptadas, as adoptadas parcialmente, as não adoptadas e as não aplicáveis, bem como remissão para o texto do Relatório onde se pode aferir o cumprimento ou a justificação para a não adopção ou adopção parcial destas recomendações.

Esclarece-se que, no que se refere às recomendações de conteúdo múltiplo, constantes da tabela de recomendações múltiplas do CGS do IPCG de 2018 revisto em 2020, em anexo à Nota Interpretativa n.º 3, disponível em <https://cam.cgov.pt/pt/documentos/1350-nota-interpretativa-n-3>, quando na tabela abaixo se referir que uma recomendação foi adoptada, tal significa que a Sociedade considera que todas as “sub-recomendações” abrangidas nessa recomendação se encontram adoptadas, sem prejuízo de, em casos pontuais, a recomendação em causa não ser aplicável *in totum* à Sociedade, o que se encontra identificado na tabela.

Nos casos em que a Sociedade considera ter adoptado parcialmente uma determinada recomendação, faz-se a referência na tabela *infra* quanto às “sub-recomendações” que se consideram ter sido adoptadas de forma parcial, e apresenta-se a necessária justificação, em relação às “sub-recomendações” não adoptadas nas alíneas, abaixo, do presente ponto 2.1., apresentadas após a tabela.

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo I. PARTE GERAL		
I.1. Relação da sociedade com investidores e informação		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos accionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, Secção C, Subsecção IV, pontos 56 e 58
I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 16 a 19 e 26, Subsecção III, pontos 31 e 33

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respectiva composição.		
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas actas detalhadas das respectivas reuniões.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 22 e 23, 27 e 29, Subsecção III, pontos 34 e 35, Secção C, ponto 61
I.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 23 e 29, Subsecção III, ponto 35, Secção C, Subsecção V, ponto 62
I.2.4. Deve ser adoptada uma política de comunicação de irregularidades, bem como a adopção de uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49
I.3. Relação entre órgãos da sociedade		
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adoptadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as actas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respectivas convocatórias e actas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção III, pontos 30 e 35
I.4 Conflitos de interesses		
I.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respectivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Secção E, Subsecção I, ponto 89
I.4.2. Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C Subsecção II, ponto 49, Subsecção III, ponto 54, Secção E, Subsecção I, ponto 89
I.5. Transacções com partes relacionadas		
I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transacções com partes relacionadas.	Adoptada	Parte I, Secção E, Subsecção I, pontos 89 e 91

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transacções com partes relacionadas, incluindo as transacções objecto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.	Não aplicável	Parte I, Secção E, Subsecção I, ponto 90, e Parte II, ponto 2.1.a)

Capítulo II. ACCIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL

II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de acções necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada acção corresponde um voto.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
II.2. A sociedade não deve adoptar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus accionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, pontos 12 e 14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos accionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via electrónica.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 13
II.6. Não devem ser adoptadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos administradores.	Adoptada	Parte I, Secção A, Subsecção I, pontos 4 e 5, Secção B, Subsecção I, ponto 12

Capítulo III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) actuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Não Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.b)
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Subsecção III, ponto 31
	Não aplicável Sub-recomendação III.2.(3)	

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.		
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa colectiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa colectiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares directa ou indirectamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um accionista titular de participações qualificadas. 	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).	Não aplicável	
III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 52, 54 e 55
III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias.	Parcialmente Adoptada (Sub-recomendação III.7. (2))	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 24, 25, 27 e 29, e Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Parte II, ponto 2.1.c)
Capítulo IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA		
IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de actuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Parcialmente Adoptada (Sub-recomendação IV.1.(1))	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.d)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21

Capítulo V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

V.1 Avaliação Anual de Desempenho

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21, 24, 25 e 27, e Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70
--	----------	--

V.2 Remunerações

V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66
V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66, Subsecção II, ponto 67
V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 74, Subsecção IV, ponto 80, e Subsecção V, pontos 83 e 84
V.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos accionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por accionistas.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que aqueles serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.		
V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 71
V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Não Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 72, e Parte II, ponto 2.1.e)
V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos directa ou indirectamente dependentes do valor das acções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 74
V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Subsecção IV, pontos 77 a 79 e 81

V.3. Nomeações

V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma susceptível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Não aplicável	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 16 a 19, e Parte II, ponto 2.1.f)
V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Não Adoptada	Parte II, ponto 2.1.g)
V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes .	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.h)
V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de selecção transparentes que incluam mecanismos efectivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.i)

Capítulo VI. CONTROLO INTERNO

VI.1. O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 52, e 54
VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efectivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objectivos fixados pelo órgão de administração.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50 e 52

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 52 e 55
VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afectos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, ponto 52
VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais irregularidades.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 55, e Secção E, Subsecção I, ponto 91
VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua actividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respectivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respectiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 54
VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52 e 55

Capítulo VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VII.1 Informação Financeira

VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção V, ponto 61
--	----------	--

VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37, Subsecção V, pontos 46 e 47
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Subsecção V, ponto 45

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.		

À luz do texto recomendatório em causa, as seguintes recomendações, também referenciadas na tabela supra, não foram cumpridas na íntegra. Seguem-se as correspondentes explicações.

a) Com referência à Recomendação I.5.2., a mesma não é aplicável à Sociedade, atendendo à redacção do n.º 1 do Art. 249.º-A CVM, aditado pela Lei n.º 50/2020, de 25 de Agosto, que transpôs para o ordenamento nacional a Directiva (UE) n.º 2017/828, cabendo ao órgão de fiscalização da Sociedade e não ao respectivo órgão de administração, a verificação periódica das transacções com partes relacionadas.

O entendimento supra enunciado foi, de igual forma, acolhido na Nota Interpretativa n.º 3, da Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização do IPCG..

b) Quanto à Recomendação III.1, explica-se que a coordenação dos administradores não executivos no seio da Sociedade se encontra assegurada por intermédio de um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos da Sociedade. Não obstante o dever legal de vigilância que sobre os mesmos impende, sub Art. 407.º, n.º 8 CSC, e sem prejuízo do mesmo, instituiu a Sociedade, assim, um mecanismo de comunicação por parte dos Administradores-Delegados, ou do Presidente da Comissão Executiva, consoante o caso, que assegura a prestação de informação relevante aos administradores não executivos quanto ao exercício dos poderes delegados, ou do encargo especial atribuído. De igual forma, prevê o referido Mecanismo a satisfação de qualquer pedido de informação por parte de qualquer administrador não executivo, para o desempenho das respectivas funções. Encontra-se ainda previsto em tal Mecanismo a possibilidade de realização de reuniões ad hoc por parte dos Administradores Não-Executivos, e a atribuição ao Secretário da Sociedade do encargo de disponibilização atempada aos Administradores Não-Executivos da Sociedade da agenda definitiva dos trabalhos e documentação preparatória das reuniões do Conselho de Administração e das Comissões especializadas onde tenham assento e, bem assim, de remessa aos Administradores que o solicitem, de cópia das actas de reuniões da Direcção Executiva, e de quaisquer Órgãos Sociais. A explicação supra foi já objecto de aceitação por parte da CEAM em exercícios passados.

Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II.

c) Com referência à Recomendação III.7, a Sociedade não dispõe de uma Comissão de Nomeações para quadros dirigentes, pelas razões explicitadas na al. g) infra.

d) No que respeita à Recomendação IV.1., explica-se que a Sociedade apenas a cumpre parcialmente considerando que, embora tenha sido aprovado um Regulamento do Conselho de Administração que define o regime de actuação dos seus membros não regula, contudo, o exercício de funções executivas por parte de administradores executivos em entidades fora do Grupo. Não obstante, a ratio subjacente à Recomendação em causa encontra-se acautelada atendendo ao carácter familiar da Sociedade e das holdings familiares Arica Holding, B.V., Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. e Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., ao facto do respectivo Administrador-Delegado ser um membro da família que detém o controlo da Sociedade, ao teor do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade em vigor, da Delegação de Poderes a favor do actual Administrador-Delegado, e as obrigações legais a cargo dos administradores, nomeadamente, os deveres de lealdade e, em especial, os deveres de cuidado que impendem sobre os mesmos, nos termos do Art. 64º C.S.C..

Ver ponto ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II.

e) Com respeito à Recomendação V.2.8., cumpre referir que a Política de Remuneração da Sociedade não prevê o diferimento do pagamento de toda ou de parte da componente variável da remuneração, acreditando a Comissão de Vencimentos ter encontrado, até ao momento, os mecanismos que permitem o alinhamento entre os interesses de Administradores Executivos e os interesses de longo prazo da Sociedade e dos accionistas, ao possibilitar o crescimento sustentado dos negócios desta e a correspondente criação

de valor para aqueles. Note-se que a administração executiva da Sociedade tem vindo a ser exercida por membros da família que detém o controlo da Sociedade, pelo que o alinhamento de interesses de longo prazo entre a administração executiva e a Sociedade se encontra naturalmente assegurado.

Ver ponto 69 da Parte I, Secção D, Subsecção III.

f) Quanto à Recomendação V.3.1., a mesma não foi aplicável à Sociedade no ano de 2020, considerando que se encontra em curso o mandato 2019-2021, não se tendo verificado a eleição para quaisquer órgãos sociais da Sociedade.

g) Com respeito à Recomendação V.3.2., há que explicar que o Grupo Jerónimo Martins tem atravessado um momento de elevado crescimento, tendo actualmente operações em três países, e empregando já mais de cem mil colaboradores. A Direcção de Recursos Humanos da Sociedade desenvolveu, assim, os estudos necessários, e implementou os mecanismos apropriados para proceder à gestão dos seus colaboradores, a todos os níveis, e disponibilizar as necessárias ferramentas às sociedades do Grupo, tanto no momento da contratação inicial, como na subsequente progressão de carreiras. Acresce que, tendo a Sociedade uma notória dimensão familiar, a Política de Recursos Humanos e, sobretudo, a sua selecção e recrutamento reveste especial importância e suscita especial atenção por parte do Administrador-Delegado, ele próprio membro da família controladora.

Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II (“Recursos Humanos”), e a explicação constante da alínea d) *supra*.

h) No que concerne à Recomendação V.3.3., ver a explicação constante da alínea anterior

i) Com referência à Recomendação V.3.4., ver a explicação constante da alínea i) *supra*..

3. Outras Informações

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.

**Jerónimo
Martins**



RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

NA CRIAÇÃO DE VALOR

RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO-FINANCEIRA

Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor

1. A Nossa Abordagem.....	224
2. Envolvimento com os Stakeholders.....	226
3. Destaques de 2020.....	228
4. Promover a Saúde pela Alimentação.....	230
5. Respeitar o Ambiente.....	248
6. Comprar com Responsabilidade.....	270
7. Apoiar as Comunidades Envolventes.....	288
8. Ser um Empregador de Referência.....	301
9. Compromissos para 2018-2020.....	322
10. Compromissos para 2021-2023.....	329
11. Tabela de Indicadores.....	332

1. A Nossa Abordagem

Enquanto especialista alimentar, o Grupo Jerónimo Martins acredita que pode influenciar práticas e processos com impactos relevantes no ambiente e nas pessoas. Com o objectivo de criar valor de forma sustentável e socialmente responsável, o Grupo promove a adopção de boas práticas – ambientais e sociais – enquanto implementa exigentes padrões de qualidade e segurança alimentar nas suas operações e na sua cadeia de valor.

Os mais de 225 anos de existência de Jerónimo Martins reflectem o modo como desenvolve os seus negócios de forma responsável no médio e longo prazos. Para o efeito, o Grupo baseia-se na sua estratégia de Responsabilidade Corporativa – formada por cinco pilares transversais a todas as Companhias – que ambiciona responder aos desafios e oportunidades identificadas pelos seus stakeholders¹⁰, aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e aos Princípios do Global Compact, ambos definidos nas Nações Unidas¹¹:

I – Promover a Saúde pela Alimentação

Apostamos na qualidade e diversidade dos produtos alimentares comercializados pelas Companhias do Grupo. Adicionalmente, temos como preocupação central garantir a segurança alimentar, nomeadamente a disponibilidade, acessibilidade e sustentabilidade dos produtos comercializados.

II – Respeitar o Ambiente

O Grupo trabalha diariamente com o objectivo de reduzir os impactos ambientais das suas operações e cadeias de abastecimento, procurando melhorar a eficiência e adaptando medidas e tecnologias com uma menor pegada ecológica. São três as áreas de actuação prioritárias: combater as alterações climáticas, preservar a biodiversidade e gerir os resíduos de forma responsável.

III - Comprar com Responsabilidade

As nossas Companhias têm como princípios orientadores da sua estratégia de compras garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos que comercializam, promovendo a integração de critérios éticos, sociais e ambientais ao longo de toda a cadeia de abastecimento, e privilegiando relacionamentos comerciais duradouros e de proximidade.

IV - Apoiar as Comunidades Envolventes

O Grupo procura contribuir para combater a fome e a subnutrição nas comunidades onde as suas Companhias têm operações, ajudando também a quebrar ciclos de pobreza extrema e de exclusão social, através de apoios a projectos e causas junto dos grupos mais frágeis da sociedade: crianças e jovens, e idosos carenciados.

V - Ser um Empregador de Referência

O Grupo procura estimular o desenvolvimento socioeconómico dos mercados onde está presente através da criação de emprego, da promoção de políticas salariais equilibradas e de um ambiente de trabalho estimulante e positivo, numa relação de compromisso firme com os seus colaboradores, que têm à disposição programas de responsabilidade social nas áreas da saúde, educação e bem-estar extensíveis às suas famílias.

¹⁰ Os 10 principais temas materiais encontram-se referidos no subcapítulo 2. “Envolvimento com Stakeholders”, e no website www.jeronimomartins.com.

¹¹ O subcapítulo 11. “Tabela de Indicadores”, incluído no final deste Capítulo, demonstra a ligação entre cada um dos indicadores reportados e os Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável e os Princípios do Global Compact para o qual contribuem.

Grupo Jerónimo Martins está presente nos principais índices ESG

A actuação do Grupo nos pilares de Responsabilidade Corporativa continua a ser reconhecida por um conjunto alargado de stakeholders, entre os quais analistas de questões ambientais, sociais e de governo (ESG).

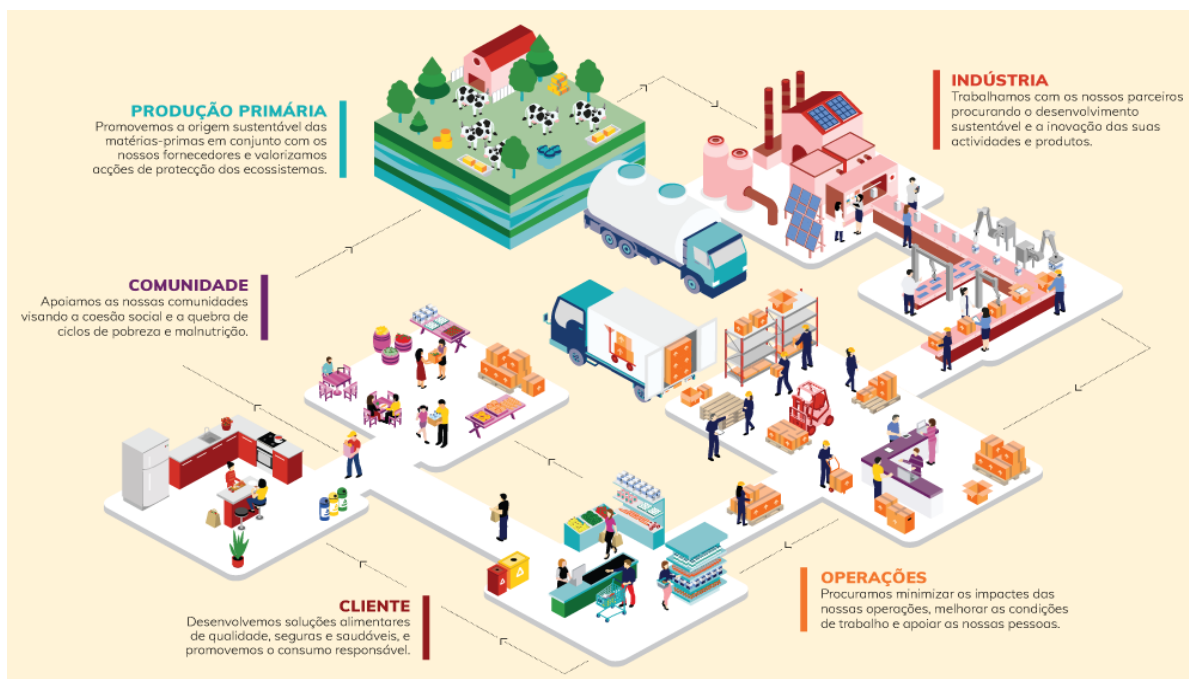
Em 2020, o Grupo foi – pela primeira vez – integrado no Bloomberg Gender Equality Index que avalia o desempenho de 380 empresas cotadas em bolsa comprometidas com a promoção da igualdade de género através do desenvolvimento de políticas, programas e da transparência com que comunicam. Jerónimo Martins foi a única empresa portuguesa do seu sector incluída, que é apenas representado por 25 empresas de todo o mundo.

O Grupo manteve ainda a sua avaliação no tema Forests do CDP, obtendo pelo segundo ano consecutivo a classificação “A-” (Liderança) para as quatro commodities avaliadas (óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira), sendo a empresa do Retalho Alimentar com a melhor pontuação global. Jerónimo Martins assegurou também a sua inclusão nos temas Water Security – obtendo o nível “B” (Gestão) – e Climate, mantendo-se no patamar Liderança, com “A-“. A avaliação realizada pelo CDP abrangeu mais de 9.600 empresas de todo o mundo, que representam metade da capitalização bolsista global.

Ainda em 2020, o Grupo continuou presente nos índices FTSE Russel: FTSE4Good Developed Index, FTSE4Good Europe Index e FTSE 4Good Developed Minimum Variance. O mesmo sucedeu nos índices STOXX Global ESG Leaders, STOXX Global ESG Environmental Leaders, Ethibel Excellence Investment Registers, Ethibel Sustainability Index Excellence Europe, Euronext Vigeo Eurozone 120 e Euronext Vigeo Europe 120, entre outros, tendo integrado em 2020, o Eurozone ESG Large 80.

Jerónimo Martins terminou o ano em mais de 90 índices ESG. Estes índices identificam as empresas que melhor gerem os riscos ESG e são utilizados, por exemplo, em produtos de investimento estruturados e como benchmark. Estas inclusões resultam do reconhecimento dos compromissos, acções e resultados do Grupo na área da sustentabilidade e no desenvolvimento dos seus negócios a longo prazo.

Modelo de Negócio e Relação com o Desenvolvimento Sustentável



2. Envolvimento com os Stakeholders

O Grupo promove um diálogo regular com as suas partes interessadas (stakeholders), com o objectivo de identificar, priorizar e gerir aspectos de sustentabilidade com impacte relevante sobre a sociedade e sobre o negócio. Para o efeito, são utilizados diferentes canais de comunicação de acordo com cada tipologia de stakeholders.

Stakeholders	Interlocutores	Canais de Comunicação
Accionistas e Investidores	Direcção de Relações com Investidores.	Website corporativo, e-mail, relatórios e contas, revista corporativa, comunicados financeiros, reuniões, conferências, roadshows, app Jerónimo Martins IR, Investor's Day e assembleias gerais.
Analistas	Direcção de Relações com Investidores, Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail, relatórios e contas, revista corporativa, comunicados financeiros, reuniões, conferências, app Jerónimo Martins IR e Investor's Day.
Organismos Oficiais, Entidades de Supervisão e Autarquias Locais	Direcção de Relações com Investidores, Direcções Fiscais, Direcções Jurídicas, Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail e correio físico, revista corporativa e reuniões.
Fornecedores, Parceiros e Prestadores de Serviços	Direcções Comerciais, Marketing, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Segurança Alimentar, Ambiente, Regionais de Operações, Técnicas, Expansão, TI e Comissão de Ética.	Portal JM Direct, visitas de acompanhamento, auditorias de qualidade e segurança alimentar, de ambiente e sociais, reuniões de negócios, contactos directos e revista corporativa.
Colaboradores	Direcções de Recursos Humanos, Escola de Formação, Comissão de Ética e Serviços de Atendimento ao Colaborador.	Serviços de Atendimento ao Colaborador (linha telefónica, correio físico e e-mail), revistas internas, intranet, website de Responsabilidade Social Interna, app interna O Meu Pingo Doce, reuniões operacionais e de gestão, relações interpessoais, avaliação anual de desempenho, sessões de formação e estudos de clima interno.
Clientes e Consumidores	Serviço de Apoio ao Cliente, Provedoria do Cliente e Comissão de Ética.	Linhas "verdes" de contacto telefónico, e-mail, website corporativo, canais de social media e correio físico.
Comunidades Locais	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Lojas e Centros de Distribuição.	Visitas de acompanhamento, reuniões, protocolos e parcerias/mecenato, questionários de impacto social.
Jornalistas	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, comunicados de imprensa, conferências de imprensa, reuniões, relatórios e contas e revista corporativa.
ONG e Associações	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail, visitas de acompanhamento, reuniões, parcerias/mecenato e revista corporativa.

O Grupo e as suas Companhias integram também diversas organizações e iniciativas nacionais e internacionais na área da Responsabilidade Corporativa que permitem acompanhar as tendências nestas dimensões, definir prioridades estratégicas e melhorar os processos de gestão e reporte¹².

A revisão dos aspectos materiais a considerar na estratégia e reporte de Responsabilidade Corporativa¹³ é realizada a cada três anos e segue os requisitos da Global Reporting Initiative (GRI), na sua versão GRI Standards.

¹² Para mais detalhes sobre a forma como nos relacionamos com os nossos stakeholders e sobre as organizações que o Grupo integra consulte www.jeronimomartins.com, na área de "Responsabilidade".

¹³ Para mais informação sobre o processo de materialidade e o mais recente exercício, realizado em 2019, consulte o canal de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

Como resultado do envolvimento contínuo do Grupo com os seus stakeholders, e do exercício realizado em 2019 junto destes, são destacados por ordem decrescente de importância os seguintes dez temas materiais¹⁴:

- Qualidade e segurança alimentar;
- Redução dos materiais de embalagem e utilização de materiais sustentáveis;
- Ética e transparência;
- Combate ao desperdício alimentar;
- Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais;
- Oferta de produtos a preços acessíveis;
- Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais na cadeia de abastecimento;
- Missão, Visão e Estratégia;
- Apoio a projectos sociais;
- Integração dos princípios de economia circular.

No sentido de assegurar o cumprimento, divulgação e reforço dos Princípios de Responsabilidade Corporativa¹⁵, o Grupo conta ainda com a Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa, que colabora com o Conselho de Administração e com a Comissão de Ética¹⁶. Adicionalmente, os Comités de Sustentabilidade, em vigor desde 2019 em todas as Companhias de Retalho Alimentar, Retalho Especializado e Agro-Alimentar, têm como missão assegurar uma correcta gestão de prioridades e o alinhamento entre as políticas de Responsabilidade Corporativa do Grupo e as práticas das Companhias. No âmbito das suas reuniões, são discutidos temas como as estratégias de reformulação nutricional e o desenvolvimento de soluções diferenciadas nos produtos de Marca Própria, o combate às alterações climáticas, à poluição por plástico e à desflorestação, o bem-estar animal e o apoio às comunidades envolventes, entre outros.

A página do Grupo na rede social profissional LinkedIn, contou com mais de 214 mil seguidores no fim de 2020, mantendo-se como um meio importante para a divulgação das actividades do Grupo, entre as quais se incluem as acções desenvolvidas no âmbito dos cinco pilares da Responsabilidade Corporativa. Neste contexto, ao longo de 2020, divulgaram-se 74 posts relacionados com a Responsabilidade Corporativa, tendo-se verificado mais de 2 milhões de impressões¹⁷.

¹⁴ O reporte da actuação do Grupo em cada um destes temas poderá ser consultado ao longo deste Capítulo, na área dedicada a cada um dos pilares estratégicos que materializam o compromisso com o desenvolvimento sustentável e no canal de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

¹⁵ Os Princípios de Responsabilidade Corporativa encontram-se descritos no canal de "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

¹⁶ As competências de cada uma destas Comissões estão descritas em www.jeronimomartins.com, na área de "Investidor".

¹⁷ Este indicador diz respeito ao número de vezes que cada post foi exibido a utilizadores do LinkedIn.

3. Destaques de 2020

I - Promover a Saúde pela Alimentação

- As reformulações nutricionais de produtos de Marca Própria e Perecíveis evitaram a entrada no mercado de 2.468 toneladas de açúcar, 184 de gordura saturada, 28 de gordura e 58 de sal;
- As referências sem lactose aumentaram 30% no conjunto de Portugal e Polónia e a oferta de produtos para vegetarianos e/ou vegans foi alargada com mais 78 produtos;
- Na Polónia, todos os produtos alimentares dirigidos a crianças estão isentos de conservantes, adoçantes, xarope de glicose-frutose, fosfatos, glutamato monossódico, óleos vegetais hidrogenados e do emulsionante polirricinoleato de poliglicerol (E476);
- No âmbito dos 40 anos do Pingo Doce, desenvolvemos a conferência “Dieta Mediterrânica à Portuguesa”, visando promover um padrão alimentar mais saudável e sustentável e lançámos a marca “Juliana” que celebra as tradições e sabores mediterrânicos;
- Realizámos cerca de 13 mil auditorias internas às infra-estruturas do Grupo, complementadas por cerca de 148 mil análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros, e cerca de 60 mil análises a produtos alimentares;
- Foram ministradas mais de 108 mil horas de formação em higiene e segurança alimentar a cerca de 35 mil colaboradores, num total de mais de nove mil sessões.

II - Respeitar o Ambiente

- A pegada de carbono do Grupo, por 1.000 euros de vendas, reduziu 37,9%, face a 2017, assegurando o cumprimento do objetivo de redução para o triénio 2018-2020;
- Foram implementados 148 novos projectos de ecodesign de embalagens, contribuindo para a poupança anual de mais de 3.700 toneladas de materiais. Desde o seu arranque, em 2010, este projecto já evitou a utilização de cerca de 27.500 toneladas de materiais, entre os quais o plástico ou o cartão;
- Os dois novos Centros de Distribuição da Ara são os primeiros do Grupo a aproveitar águas residuais que, depois de tratadas, são armazenadas em reservatórios para posterior utilização na rega de espaços verdes e em sanitários. Em 2020, foram reutilizados 2.089 m³ destas águas contribuindo para a redução do consumo de água através da sua reciclagem;
- No âmbito da promoção da economia circular, a Biedronka colocou pictogramas orientadores da separação de resíduos de embalagem nos seus produtos de Marca Própria, para sensibilizar os consumidores para a correcta reciclagem das embalagens e dos seus constituintes. Ainda em 2020 eliminou o PVC – um plástico que apresenta dificuldades no processo de reciclagem podendo contaminar outros plásticos de maior valor – em mais de 40 referências de Marca Própria;
- O Pingo Doce e o Recheio eliminaram microplásticos de toda a sua gama de Marca Própria nas categorias de higiene pessoal, cosmética e detergentes, num total de 520 produtos com estas características;
- O Grupo manteve a pontuação de “A-” no CDP Climate 2020, continuando no patamar de “Liderança” e respondeu pela segunda vez ao tema Water Security do CDP em 2020, tendo obtido uma pontuação global “B”, correspondente ao patamar “Gestão”.

III - Comprar com Responsabilidade

- Cerca de 90% das compras de produtos alimentares comercializados pelo Grupo foram realizadas a fornecedores locais, mantendo este rácio acima dos 80% estabelecidos como objectivo;
- Foram lançados mais de 200 produtos e/ou embalagens de Marca Própria e Perecíveis com certificados de sustentabilidade, tendo atingido um total de 659 referências com estas características (mais 95 referências face a 2019);
- Cerca de 45% dos ovos frescos de Marca Própria do Grupo comercializados em 2020 foram classificados como “cage-free” (produzidos no solo, ao ar livre ou em modo biológico), o que representa um aumento de 13 p.p. face a 2019, contribuindo para o objectivo de, até 2025, aumentar progressivamente esta proporção até 100%;
- Apoio ao projeto “Floresta Serra do Açor” (Portugal) que tenciona preservar e valorizar a paisagem devastada pelos incêndios florestais. A iniciativa vai abranger uma área de 2.500 hectares no interior do país, onde serão plantadas árvores de espécies resistentes ao fogo, criando novas fontes de

rendimento para as populações locais, contribuindo para a reflorestação desta área e restaurando a biodiversidade das florestas;

- O Grupo actualizou a sua Estratégia de Pescado Sustentável para proibir a compra e venda de espécies classificadas como “Em Perigo”, sempre que não sejam provenientes 100% de aquacultura e/ou de stocks produzidos de forma sustentável e/ou que não possuam certificado de sustentabilidade;
- Pela segunda vez consecutiva, Jerónimo Martins obteve uma pontuação global de “A-” no CDP Forests 2020 para todas as commodities avaliadas: óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira, sendo o único retalhista alimentar a nível mundial a obter o nível liderança para todas as commodities.

IV - Apoiar as Comunidades Envolventes

- Os apoios oferecidos pelo Grupo totalizaram cerca de 47,6 milhões de euros, um aumento de 10% face a 2019. Mais de dois milhões de euros foram direccionados em exclusivo para apoiar as comunidades envolventes no combate à pandemia;
- Foram doadas mais de 18,6 mil toneladas de produtos alimentares, o que representa um aumento de 19% face a 2019, numa prossecução do esforço de combate ao desperdício alimentar, à fome e à subnutrição. Na Polónia, o programa de doações alimentares a instituições sociais foi alargado chegando às 1.941 lojas, um aumento de 18% face a 2019;
- Com as novas edições do Prémio de Literatura Infantil, a Biedronka e o Pingo Doce reforçaram o seu compromisso de promoção dos hábitos de leitura nas crianças. Desde o seu lançamento, o total investido em prémios a autores e ilustradores ascende a 650 mil euros, tendo sido comercializados cerca de 445 mil livros;
- O programa “Czas na Pomaganie Seniorom 65+” (Tempo para Ajudar os Seniores 65+) juntou mais de 5.600 idosos, que não puderam fazer as suas compras sozinhos durante o período da pandemia, a mais de 11.800 cidadãos voluntários;
- A quinta edição do programa Eco-Escolas “Alimentação Saudável e Sustentável”, que visa sensibilizar alunos de todos os graus de ensino para os temas da nutrição e da sustentabilidade da produção agro-alimentar, contou com mais de 760 projectos submetidos;
- A parceria entre a Jerónimo Martins Colombia, a Caritas Polska e a Caritas Colômbia permitiu apoiar mais de 1.100 famílias vulneráveis em Villa del Rosario e Cúcuta, duas povoações na região Norte de Santander que fazem fronteira com a Venezuela, através da entrega de mais de 9.400 cabazes compostos por produtos alimentares essenciais.

V - Ser um Empregador de Referência

- Foram criados 2.782 postos de trabalho totalizando mais de 118 mil colaboradores, o que representa um aumento líquido de 2,4% face a 2019;
- Foram investidos cerca de 16 milhões de euros em equipamentos de protecção individual e barreiras protectoras, entre outros, para garantir a segurança dos colaboradores no contexto da pandemia por Covid-19;
- Durante os períodos de confinamento social, o Grupo apoiou os trabalhadores e as suas famílias, através dos Fundos de Emergência Social, da Linha de Apoio Psicológico e dos Serviços de Apoio ao Colaborador e participou a compra de mais de mil tablets e computadores para os filhos dos colaboradores;
- Foram atribuídos 189 milhões de euros em prémios – dos quais 30 milhões como medidas extraordinárias de reconhecimento aos colaboradores pelo seu trabalho durante a pandemia – um aumento de 38% face a 2019. 13.520 colaboradores foram promovidos;
- A disparidade salarial entre homens e mulheres foi reduzida em 6 p.p., fixando-se em 3%. Ainda nesta dimensão, Jerónimo Martins aderiu ao programa “Target Gender Equality” do Pacto Global das Nações Unidas;
- O investimento em iniciativas de apoio aos colaboradores nas áreas da Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar ascendeu a cerca de 20 milhões de euros.

4. Promover a Saúde pela Alimentação

4.1. Introdução

Estamos conscientes da influência que um Grupo como o nosso pode ter na mudança de comportamentos e de como pode contribuir para sociedades com estilos de vida mais responsáveis. Temos por isso uma preocupação constante com a qualidade dos ingredientes, com os perfis nutricionais dos produtos e com a segurança na confecção dos alimentos em todas as decisões que tomamos para melhorar a nossa oferta e disponibilizar inovações relevantes e valorizadas pelos consumidores. Em suma, trabalhamos para garantir a qualidade, a diversidade e a segurança alimentares sem nunca sacrificar o sabor.

A partir da observação de sociedades em que o consumo excessivo de açúcar, sal, gordura e gorduras saturadas tem resultado num aumento da prevalência de doenças como a obesidade, a diabetes, a osteoporose e as cardiovasculares, sabemos que é prioritário reduzir a incorporação destes ingredientes.

A preferência de milhões de consumidores pelas nossas Marcas Próprias constitui uma base a partir da qual procuramos contribuir para padrões alimentares mais saudáveis, democratizando o acesso a produtos nutricionalmente equilibrados e menos processados. Os consumidores com necessidades ou preferências dietéticas específicas – como alergias e intolerâncias a determinados ingredientes – encontram também uma gama crescente de soluções nas nossas lojas.

Esta estratégia está alinhada com as prioridades definidas nos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030, bem como com as expectativas dos nossos stakeholders.

4.2. Qualidade e Diversidade

A aplicação da Política da Qualidade e Segurança de Produto¹⁸ visa melhorar, de forma contínua e sustentada, os processos de desenvolvimento e monitorização de produtos de Marca Própria (alimentares e não alimentares) e Perecíveis. Esta política assenta em princípios e práticas como:

- a aplicação de padrões complementares, em virtude de potenciais omissões da legislação em vigor nos locais onde operamos e da fundamentação científica na tomada de decisões;
- o envolvimento com stakeholders no sentido de, proactivamente, compreender expectativas, tendências de consumo e criar/fortalecer parcerias;
- a proibição de testes em animais e a aplicação do princípio da precaução quanto a Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e à nanotecnologia;
- o compromisso de substituir microplásticos por materiais biodegradáveis que não representem riscos para a cadeia alimentar e ecossistemas, assegurando testes a materiais de embalagem destinados a entrar em contacto com alimentos;
- a primazia da rastreabilidade e existência de procedimentos robustos de defesa, mitigação e gestão de risco em matéria de segurança dos produtos;
- a comunicação transparente e intuitiva na rotulagem dos produtos, para além da exigida por lei, por forma a tornar a decisão de compra por parte do consumidor mais informada.

Adicionalmente, a Política Nutricional¹⁹ do Grupo é um documento complementar de enquadramento dos compromissos das Companhias para com os produtos alimentares de Marca Própria e está alinhada com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, entre outras. As dimensões abordadas nesta política são o perfil nutricional, os ingredientes, a rotulagem, o tamanho das porções, a melhoria contínua e a comunicação. A Política Nutricional assenta em eixos de actuação relacionados com:

- restrições na utilização de corantes, conservantes e outros aditivos sintéticos supérfluos;
- quantidades máximas admitidas de aditivos alimentares e de nutrientes como o sal, o açúcar e a gordura em produtos destinados a crianças;
- estratégias de reformulação nutricional;
- diversidade na oferta e desenvolvimento de produtos para pessoas de diferentes faixas etárias e com necessidades ou preferências nutricionais específicas;

¹⁸ Esta política encontra-se para consulta por todos os consumidores e demais partes interessadas no website corporativo de Jerónimo Martins, canal "Responsabilidade", página "Promover a Saúde pela Alimentação" em <http://www.jeronimomartins.com>.

¹⁹ Esta política encontra-se para consulta por todos os consumidores e demais partes interessadas no website corporativo de Jerónimo Martins, canal "Responsabilidade", página "Promover a Saúde pela Alimentação" em <http://www.jeronimomartins.com>.

- materiais de embalagem permitidos para contacto com géneros alimentares;
- rótulos que incluam informação clara e intuitiva sobre saúde, nutrição, porções e promoção de estilos de vida saudáveis;
- planos de monitorização de produto, nos quais se incluem testes sensoriais, auditorias e controlos laboratoriais.

Também as linhas orientadoras de desenvolvimento de produtos de Marca Própria e Perecíveis reforçam os princípios das duas políticas já referidas, especificando, por exemplo, produtos *plant-based* (de base vegetal) e produtos para pessoas com mais de 55 anos. Em 2020, a actualização dos requisitos para melhorar de forma contínua os produtos e procedimentos de produção incidiu em novos critérios de rotulagem para uma melhor leitura e interpretação dos perfis nutricionais e na limitação quanto à incorporação de xaropes de frutose (proveniente de milho)/glicose e lecitina de soja.

4.2.1. Lançamentos

Em 2020, e apesar da disrupção trazida pela pandemia, mantivemos um forte investimento no lançamento de produtos de Marca Própria e Perecíveis que permitam responder às necessidades dos consumidores e que contribuam para padrões de consumo mais responsáveis.

Polónia

Na Marca Própria da Biedronka, destacam-se:

- 17 produtos sem glúten, como os molhos (de maionese, de alho e de tártaro) que também são aptos para vegans;
- 37 produtos *clean label*²⁰, tais como duas referências de iogurte com fruta FruVita (composto por 70% de iogurte e 30% de fruta) e quatro referências de arenque Marinero (fonte de ácidos gordos ómega-3). De salientar o trabalho que a Companhia vem desenvolvendo na área do *clean labelling*, por exemplo na categoria de charcutaria, na qual a Biedronka não adiciona glutamato de sódio, fosfatos ou outros aditivos comumente usados na indústria alimentar para garantir a conservação ou potenciar o sabor e coloração (conhecidos pela sigla “E”). Este compromisso levou a que a Biedronka tenha restringido 47% dos aditivos aprovados pela União Europeia e pela legislação polaca, algo que implica investimentos em equipamentos e métodos inovadores;
- três referências sem lactose (como o queijo com baunilha Tutti e a pizza de peperoni, também sem glúten da marca Donatello);
- dez referências da gama Vitarella, entre as quais os cereais recheados com amoras ou com cereja, feitos com 37% de farinha de trigo integral, contendo aromas naturais e sem corantes.

Iogurtes Aktiplus LGG®

Foram lançados cinco novos iogurtes Aktiplus contendo a bactéria *Lactobacillus rhamnosus*, LGG®. Sendo produtos inovadores no mercado de marcas próprias na Polónia, a Biedronka criou ainda um website (<https://dobrebakterielgg.pl>) para sensibilizar os consumidores para o benefício resultante para o sistema digestivo do consumo de iogurtes com bactérias de ácido láctico, nomeadamente da referida estirpe, assim como para o papel das vitaminas B6 e D no suporte às funções imunitárias.

Estes produtos foram ainda distinguidos, de entre 253 produtos, com a Medalha de Prata para a categoria de “Melhor Produto” na edição do ano da Consumers’ Choice, uma escolha feita pelos consumidores entrevistados pelo GfK Institute.

Pela mão da Biedronka, chegaram ao mercado polaco 20 novos produtos biológicos para consumidores que preferem alimentos produzidos através de métodos sustentáveis, sem recurso a fitofármacos (ex.: as azeitonas gregas Kalamata e verdes Go Bio, compotas e leite ultrapasteurizado com 3,5% de gordura, também da mesma marca), elevando para 85 as referências à venda durante o ano na cadeia.

²⁰ Produtos com menos ingredientes e tendencialmente sem aditivos químicos, sintéticos e ingredientes muito processados, habitualmente usados na produção de determinadas categorias de produtos, de acordo com as disposições legais.

No caso das categorias de produtos para vegans – que não contêm OGM na sua composição, entre outros critérios exigidos legalmente²¹ –, chegaram ao mercado 68 referências de Marcas Próprias. Entre elas, o tofu biológico Go Vege (composto por água, soja e cálcio), que é uma fonte de proteína com um nível reduzido de gordura saturada e uma alternativa a produtos lácteos. Destaque também para sete referências de hambúrgueres, entre os quais o análogo de galinha e o de beterraba com milho painço (millet), e falafel de grão de bico, todos da marca Go Vege.

Damos particular atenção aos produtos dedicados às crianças pelo que a totalidade dos produtos consumidos maioritariamente por estes públicos estão isentos de conservantes, adoçantes, xarope de glicose-frutose, fosfatos, glutamato monossódico, óleos vegetais hidrogenados e do emulsionante polirricinoleato de poliglicerol (E476).

Nas categorias de Frescos foram lançados, entre outros:

- três novos produtos de pescado – os filetes de paloco do Alasca com vegetais, manteiga e ervas da marca Marinero, e dois peixes da marca Czas na Grill (Tempo para Grelhar): a truta arco-íris com limão e salsa, e o salmão filetado com especiarias;
- os filetes de galinha em escabeche com limão e chili, com lassi de manga (especialidade indiana que consiste numa mistura de iogurte, água e especiarias) e com iogurte de alperce;
- as espetadas shashlik (especialidade eslava) de peru com curgete e paprika;
- a groselha preta e a groselha vermelha, produzidas na Polónia e que são fontes naturais de vitamina C e de magnésio, as uvas sem gralha “algodão-doce” e os cogumelos japoneses shimeji.

Adicionalmente, foram incluídos na oferta da Biedronka cinco novos produtos biológicos frescos, entre os quais uvas, kiwi, cenouras e galinha, tendo a insígnia terminado o ano com 37 referências. A oferta de pão biológico fresco foi também estendida a mais lojas passando a estar disponível em 438 lojas, mais 216 do que em 2019.

Portugal

Durante o ano, as nossas insígnias lançaram:

- dez produtos sem glúten, como o esparquete Pura Vida;
- 11 referências sem lactose, como os gelados Amanhecer de chocolate e de morango;
- duas referências de iogurtes Skyr, de framboesa e amora-branca, e de sabugueiro e laranja, com um alto teor em proteína e fonte de cálcio, 0% açúcares adicionados, 0% matéria gorda e sem corantes;
- legumes salteados com quinoa das marcas Pingo Doce e Amanhecer, uma refeição prática de confeccionar e dedicada a consumidores vegan, fonte de fibra e proteína, sem glúten e com baixo teor de gorduras saturadas;
- queijo flamengo snack em cubos das marcas Pingo Doce e Amanhecer, um artigo especialmente dirigido aos públicos mais jovens. Produzido em Portugal, tem menos 38% de sal face ao valor médio de outros queijos snack no mercado²², rico em vitamina B12, cálcio, fósforo e fonte de vitamina A;
- lasanha de vegetais sem queijo Amanhecer, especialmente concebida para consumidores ovo-vegetarianos (incluem ovos na sua dieta mas excluem laticínios), com baixo teor de gordura saturada, sem corantes, sem conservantes e sem intensificadores de sabor.

Mantivemos a oferta de mais de 100 referências na gama Pura Vida, que está dedicada à disponibilização a preços competitivos de alimentos funcionais.

Novos produtos biológicos chegaram ao mercado com a marca Pingo Doce, certificados quanto à sua produção: duas referências de chá fermentado Kombucha, de framboesa e de coco, únicos em marcas próprias em Portugal, ambos sem conservantes, sem glúten e produzidos em Portugal. Em 2020, 30 novas

²¹ As alegações quanto à aptidão para consumo vegan devem responder a determinados critérios, designadamente: cumprir o Regulamento da Agricultura e Desenvolvimento Rural quanto à rotulagem de alimentos, podendo ser apresentado como "alimento para vegans" ou "adequado a vegans" os produtos que não utilizam no seu processo de produção ingredientes de origem animal; ter boas práticas de produção, por forma a minimizar o potencial de contaminação cruzada de ingredientes não vegetais; e não conter OGM.

²² Comparação feita com base em dados de Novembro de 2018.

referências Go Bio chegaram ao mercado – entre as quais o milho painço rico em fibra (também sem glúten), as tortitas de arroz com sésamo e as lentilhas vermelhas e verdes – elevando para 63 os artigos da gama. Eram 117 os artigos à venda com a certificação biológica em Marcas Próprias e Perecíveis.

A gama Go Vege viu aumentar a sua oferta em dez novos produtos aptos para consumidores vegetarianos e vegans dos quais se destacam o patê de tomate seco e arandos e três referências de burger (de beterraba, de pimentão e de cenoura), totalizando 14 referências no fim do ano.

Na área de Perecíveis, foram lançados novos produtos de Padaria, com destaque para pães diferenciados feitos com:

- trigo, centeio, aveia integral e linhaça amarela (pão pré-cozido em forno de lenha);
- beterraba e sementes de sésamo, sem corantes;
- milho e girassol;
- abóbora, nozes e sultanas.

Num ano em que o tempo de permanência em loja e a frequência de visita diminuíram devido às fortes restrições impostas pelo combate à pandemia num contexto de estado de emergência múltiplas vezes renovado, as áreas de *Meal Solutions* e *Take Away* apostaram num sortido de ainda maior conveniência para os clientes através de formatos *Grab & Go* e de entregas ao domicílio de produtos e soluções alimentares saudáveis.

Nesse sentido, os restaurantes Pingo Doce lançaram pratos inspirados nos princípios da Dieta Mediterrânica, nomeadamente para a promoção do consumo de vegetais, tais como o penne integral com queijo de cabra (fonte de proteína) e o frango com trigo sarraceno e legumes (com baixo teor de gordura e gordura saturada, e rico em proteína). Adicionalmente, foram lançados alguns pratos contendo hortícolas direccionados para as crianças – bife à *parmegiana*, bife com cogumelos, e filete de pescada com puré de batata.

Também na área das Sopas foram seguidos os princípios da Dieta Mediterrânica, destacando-se o lançamento de quatro referências sem adição de sal e com baixo teor de gordura saturada: creme de vegetais, de legumes, de cenoura e de abóbora, sendo as três primeiras disponibilizadas aos clientes do canal HoReCa pela primeira vez. A variedade da oferta de Saladas foi aumentada com a salada de *bulgur* com frango e legumes (com baixo teor de gorduras saturadas).

Nas Sobremesas destacam-se o pudim de *chia* com morangos e as tradicionais papas de aveia.

Para os consumidores vegetarianos, e em adição aos pratos apenas de legumes, o Pingo Doce lançou novas opções de refeição com baixo teor de gordura saturada, entre as quais a *moussaka* (prato tradicional do Mediterrâneo e Médio Oriente) de legumes com *crumble* de tomate, o feijão com tofu e cogumelos (rico em proteína), e o burger de cebolada. No Natal, e pela primeira vez, foi disponibilizado um prato vegetariano: *stroganoff* de soja.

Colômbia

Foram lançadas duas referências de chocolates Petit Choc de amêndoas e passas, compostos por cacau 100% de origem colombiana, e as bolsas de fruta Solei de manga, pêra e maçã – todos dirigidos aos públicos mais jovens – sem corantes nem potenciadores de sabor.

O leite sem glúten semidesnatado De La Cuesta com adição de vitaminas A e D3 (que permite regular a absorção de cálcio e fósforo e contribui para o normal funcionamento do sistema imunitário) e os pães de forma fatiados – multi-cereais e integral – ambos da marca Amapan foram outras referências lançadas.

4.2.2. Reformulações

No conjunto das três geografias, revimos as receitas de 150 produtos alimentares²³ (78 na Polónia, 71 em Portugal e um na Colômbia) quanto a ingredientes considerados críticos para a saúde pública: açúcar, sal e gorduras.

²³ Inclui Perecíveis.

A estratégia para a reformulação está focada em alimentos que:

- sejam consumidos por públicos maioritariamente infantis;
- contenham quantidades elevadas de sal, açúcar, gordura, gordura saturada e/ou aditivos considerados supérfluos;
- sejam consumidos em grandes quantidades e, como tal, a sua reformulação possa ter um impacto positivo sobre a saúde pública;
- embora possam ser percecionados como saudáveis, o seu perfil nutricional necessita de ser ajustado;
- com pouca quantidade de fibras, vitaminas e minerais;
- contenham ingredientes potencialmente geradores de alergias.

Reformulações totais

Em 2020, o Grupo evitou a entrada no mercado de:

- 2.468 toneladas de açúcar;
- 184 toneladas de gordura saturada;
- 28 toneladas de gordura;
- 58 toneladas de sal.

Polónia

Foram reformulados 78 produtos de acordo com as linhas de orientação presentes na Política Nutricional desenhada pelo Grupo.

A Biedronka reformulou 61 produtos quanto ao açúcar, num total de 2.294 toneladas. 22 refrigerantes, iced teas e sumos, entre os quais os da marca Miami consumidos por crianças, tiveram reduções entre os 8% e os 55%, traduzindo-se em mais de mil toneladas de açúcar que não foram colocadas no mercado. Destaque ainda para 23 iogurtes Fruvita, cujas reduções – entre os 9% e 38% – tiveram como resultado evitar cerca de 722 toneladas, assim como cinco referências dos cereais Miami, dirigidos a públicos infantis, que viram o teor de açúcar reduzir entre os 3% e os 15%, num total de mais de 97 toneladas evitadas.

Em 33 produtos, o sal foi reduzido entre 7% e 56%, com destaque para 14 referências de batatas fritas da marca Top Chips. Globalmente, as reformulações resultaram numa redução em cerca de 36 toneladas do sal consumido por via destes produtos.

Os níveis de gordura foram alvo de intervenção em cinco produtos, atingindo-se reduções entre os 3% e os 29% e evitando-se o consumo de mais de 28 toneladas. A salada de beterraba Vital Fresh viu o nível de gordura descer 15% e também os queijos gouda, emmental e com fiambre da marca Fasti tiveram reduções de 29%.

Indo além do estabelecido no Regulamento (UE) 2019/649 da Comissão Europeia quanto à limitação da presença de gorduras *trans* (para além das que existem de forma natural em ingredientes de origem animal) nos alimentos – até um máximo de 2 g de gorduras *trans* por 100 g de gordura – até 2021, a Biedronka assumiu a pretensão de remover, antes do prazo, óleos vegetais parcialmente hidrogenados como fonte destas gorduras. Em 2020, 100%²⁴ dos produtos já não continham esta gordura.

Também em 2020, concluiu-se a remoção de aditivos supérfluos, como o potenciador de sabor glutamato monosódico (E621) de 13 produtos (onde se incluem várias referências de batatas fritas Top Chips), os espessantes em quatro produtos como os molhos de tomate Culineo e o corante artificial presente, por exemplo, nos cereais Miami recheados de baunilha. Nota ainda para o foco, durante o ano, na revisão dos ingredientes de confeitaria: removeu-se o dióxido de titânio (E171, conhecido na indústria como “branco perfeito”) de cinco artigos. Em quatro destes artigos também o corante azul-brilhante (E133) foi removido, tendo ainda sido removidos corantes e potenciadores de sabor artificiais de 12 artigos dirigidos ao público infantil.

Portugal

Foram revistas as receitas de 31 produtos das marcas Pingo Doce, MasterChef e Amanhecer quanto ao açúcar, resultando em mais de 173 toneladas deste ingrediente que, por esta via, deixaram de entrar no mercado. Os artigos com maior destaque foram os Iced Teas (mais de 160 toneladas para uma média de

²⁴ A última referência revista entrará em venda durante 2021.

redução de cerca de 10% por artigo) e os cereais de pequeno-almoço Bolas de Chocolate e Chococolocs (mais de 11 toneladas para uma média de redução de mais de 4% em cada artigo), ambos consumidos por públicos infantis e juvenis.

As quantidades de sal foram revistas na receita da Batata Frita Palha Fina das marcas Pingo Doce e Amanhecer, tendo sido diminuído o seu teor em mais de 6% em cada artigo. Este valor equivale a cerca de 0,4 toneladas de sal que deixaram de ser incorporadas.

No caso da gordura saturada, 11 produtos viram as suas quantidades serem revistas por via da remoção de óleos saturados ou da sua substituição por outros óleos mais saudáveis. O maior destaque vai para as Batatas Fritas Palha Fina e Lisas Light cuja remoção do óleo de palma resultou em mais de 150 toneladas de gordura saturada que não entraram no mercado – no primeiro caso reduziu-se 81% desta gordura e no segundo 77%. Substituímos ainda o óleo de palma por óleo de girassol em quatro referências: as Tostas de Trigo e Tostas Integrais, que resultaram em cerca de seis toneladas evitadas, e as Pipocas Doces, artigos muito consumidos por públicos infantis e juvenis, num total de 24 toneladas.

No seguimento dos limites definidos internamente e da publicação do Regulamento (UE) 2019/649 da Comissão Europeia, que define um limite máximo para ácidos gordos trans artificiais de 2 g/100 g de gordura utilizada até Abril de 2021, foi alterada a gordura utilizada na nossa Fábrica de Massas Frescas garantindo o limite em todos os nossos produtos de fabrico próprio e antecipando o cumprimento da legislação.

No contexto da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) do Governo português, os compromissos assumidos pelo Pingo Doce registam evolução, nas várias dimensões. Destaca-se a seguinte evolução dos compromissos assumidos pelo Pingo Doce:

- No âmbito da redução do teor de sal:
 - nas sopas das *Meal Solutions* e *Take Away* até um máximo de 0,3 g/100 g em 2023, tendo-se diminuído o sal em 18 referências (cuja média era de 0,7 g/100 g de produto), o equivalente a menos 1,4 toneladas a entrar no mercado;
 - no pão de fabrico próprio até um máximo de 1 g/100 g em 2021, sendo implementadas alterações a 14 receitas feitas em loja e na Fábrica de Massas Frescas, o que permitiu atingir a meta antes da data definida (estima-se que o sal evitado corresponda a mais de 19 toneladas);
 - nos quatro *best-sellers* das refeições, por forma a atingir a meta de 0,9 g/100 g até 2023. Nas análises feitas em 2020 às refeições mais vendidas, nenhuma se enquadrava neste objectivo já que a proporção de sal é igual ou inferior ao limite estabelecido;
 - em batatas fritas e snacks em 12% até 2022. A *baseline*²⁵ das médias ponderadas dos produtos no mercado foi determinada durante o ano e fixou-se em 1,25 g/100 g. A média dos produtos comercializados pelas Companhias do Grupo é de 0,7% estando, assim, abaixo deste valor-base.
- No âmbito da redução do teor de açúcar:
 - nos néctares de fruta até 2023 (teor médio de açúcares totais em 7% e teor médio de açúcar adicionado em 14%). A *baseline*²⁶, por cada 100 ml de produto, dos produtos no mercado fixou-se em 8,66 g/100 ml. A média dos produtos comercializados pelas Companhias do Grupo é de 2,0% acima deste valor-base, ou seja, de 8,84 g/100 ml, sendo as referências revistas quanto à sua receita nos próximos anos;
 - adicionado aos leites achocolatados em 10% até 2022 (teor médio de açúcares). A *baseline*²⁷, por cada 100 ml de produto, dos produtos no mercado, fixou-se em 8,20 g/100 ml, sendo a média dos produtos comercializados pelas Companhias do Grupo igual a este valor-base;
 - na categoria de bebidas refrigerantes, com uma redução de 10% em média ponderada até 2022. A *baseline*²⁸, por cada 100 ml de produto, das médias ponderadas dos produtos no mercado fixou-se em 5,94 g/100 ml. A média dos produtos comercializados pelas Companhias do Grupo é de 2,2% abaixo deste valor-base, ou seja, de 5,81 g/ 100 ml.

²⁵ Como ponto de partida para o processo de reformulação, considera-se a composição nutricional a 31 de Março de 2018.

²⁶ Como ponto de partida para o processo de reformulação, considera-se a composição nutricional a 31 de Março de 2018.

²⁷ Como ponto de partida para o processo de reformulação, considera-se a composição nutricional a 31 de Março de 2018.

²⁸ Como ponto de partida para o processo de reformulação, considera-se a composição nutricional a 31 de Março de 2018.

Colômbia

Reduzimos em 28% a quantidade de sal presente no Chorizo Santarrosano da marca Barbacon, resultando em menos 0,35 toneladas a entrar no mercado de consumo.

Na bebida de amêndoa Almond Valley foi removida a carragenina (E407), uma substância produzida através de algas vermelhas, com propriedades de preservação de alimentos e utilizada como emulsionante, que é potencialmente causadora de inflamações do sistema digestivo, sendo substituída por goma de alfarroba. Também o creme instantâneo não-lácteo para café Lacrem viu os corantes artificiais serem substituídos por betacaroteno.

Ao néctar de fruta Solei, nas variedades de pêra, maçã e manga, foi aumentado o teor de fruta em 0,6 p.p. para os 18%.

Reformulações Nutricionais de Produtos

	Biedronka	Pingo Doce ²⁹	Recheio	Ara	Total
Produtos reformulados³⁰	78	53	18	1	150
Sal	33	33	1	1	68
Açúcar	61	16	15	0	92
Gordura	5	0	0	0	5
Gordura Saturada	0	6	5	0	11
Quantidades evitadas (toneladas)³¹					
Sal	36	21,3	0,1	0,35	58
Açúcar	2.294	125	49	0	2.468
Gordura	28	0	0	0	28
Gordura Saturada	0	145	39	0	184

Produtos não alimentares

Algumas substâncias têm sido removidas no âmbito da prevenção de potenciais impactes na saúde dos consumidores e/ou sobre os ecossistemas. Na Polónia, destacam-se a remoção de fragrâncias alergénicas em produtos de cosmética (águas de colónia e desodorizantes para homem Lucca Cipriano), a substituição de conservantes em 35 produtos de limpeza doméstica e têxtil, e a remoção de microplásticos (nylon e polietileno) em oito produtos de cosmética das marcas Be Beauty e Niuqi.

Também foram lançados nove produtos Be Beauty certificados quanto à ausência de ingredientes de origem animal, e produtos únicos na oferta de marcas próprias na Polónia – duas variedades de Espuma Micelar da marca Pinio com recomendação do Centrum Zdrowia Dziecka (Centro de Saúde Infantil) que contém no mínimo 98% de ingredientes naturais (um rácio de ingredientes naturais superior ao benchmark em 6 p.p.), água micelar e fórmulas *vegan-friendly*; e os toalhetes para criança Dada Anti-Atopic com uma fórmula que não provoca reacções cutâneas inflamatórias, tendo recebido uma recomendação da Polskie Towarzystwo Chorób Atopowych (Sociedade Polaca de Doenças Atópicas).

Em Portugal, destaque para três novas referências de protecção solar Be Beauty cuja composição é livre dos compostos oxibenzona e octinoxato – químicos que funcionam como protectores dos raios solares ultravioletas. Estes químicos são considerados causadores, entre outros, de impactes negativos sobre os recifes de corais e a vida marinha, pelo que a sua ausência das fórmulas motiva a alegação “Reef Friendly” nestes produtos destinados ao uso por crianças e suas famílias.

²⁹ Inclui Perecíveis.

³⁰ Um produto pode ter a sua receita revista face a mais do que um ingrediente. O método de contagem única, e não de referências, é feito com este propósito.

³¹ A quantidade de toneladas removidas é obtida através do seguinte método de cálculo: quantidade destes ingredientes presentes na fórmula das referências abrangidas multiplicada pelo número de unidades compradas ou vendidas no ano.

4.2.3. Promoção de Escolhas Mais Saudáveis

A procura contínua de um bom alinhamento entre a oferta do Grupo e as necessidades dos consumidores traduz-se na implementação de projectos como o ajuste de porções nos produtos de Marca Própria e a disponibilização de informação intuitiva na embalagem.

Entre as prioridades definidas neste âmbito estão o formato dos produtos, a indicação voluntária do número de porções de cada embalagem, a informação sobre o tempo médio de consumo após abertura (ex.: maioneses, leites e doces de fruta) e a menção, sempre que possível, de apenas uma data de validade para evitar a confusão do consumidor com outras datas impressas (como as de produção de lotes), gerando assim uma melhor eficiência na utilização dos produtos e combatendo o desperdício alimentar.

Em 2020, estes princípios foram aplicados nos seguintes produtos:

- barras de cereais de frutos vermelhos Heil, em bolsas, na Ara;
- bolsas de néctares de fruta Solei, de manga, maçã e pêra, também na Ara.

Informação de Produto

Para além da informação técnica e legal incluída na embalagem (composição e tabelas nutricionais completas, com valores por 100 g e por dose), o Grupo optou pela inclusão voluntária de informação nutricional mais intuitiva na frente das embalagens para permitir ao consumidor uma decisão de compra mais consciente e informada.

Os Manuais de *Packaging* do Grupo prevêem a divulgação na rotulagem das características e benefícios dos produtos de Marca Própria, cumprindo os requisitos técnicos e legais, nomeadamente no que diz respeito à composição nutricional e apresentando tabelas nutricionais completas, com valores por 100 g e por dose.

Em Portugal, assinalamos:

- a adopção do símbolo “Sem OGM” em produtos constituídos maioritariamente por um ingrediente que pudesse potencialmente ter sido modificado geneticamente. No final de 2020, este símbolo manteve-se aplicado em 22% do total de referências em causa;
- a adopção de ícone calórico em 91% das referências de bebidas alcoólicas (inalterado face a 2019);
- a adopção de simbologia nas bebidas alcoólicas que desaconselha o seu consumo por parte de mulheres grávidas, estando já presente em 100% das referências (aumento de 0,9 p.p. face a 2019);
- a adopção, pela primeira vez, de simbologia que desaconselha o consumo de bebidas alcoólicas previamente à condução de veículos (iconografia de *safe driving* presente em 12% das referências);
- a manutenção da iconografia para produtos fontes de ómega-3, sem lactose, sem glúten, sem açúcares adicionados e sem gordura;
- a manutenção da identificação de produtos de charcutaria Pingo Doce que tenham menor teor de gordura e sal, de acordo com os requisitos do programa “Escolha Saudável”, realizado em colaboração com a Fundação Portuguesa de Cardiologia.

Na Polónia, assinalamos:

- a adopção da indicação de fibra na tabela nutricional presente no verso das embalagens;
- a adopção da simbologia europeia para produtos biológicos, em cumprimento dos Regulamentos (EC) N.º 834/2007 e (EC) N.º 889/2008 do Conselho Europeu e da Comissão Europeia, respectivamente, sobre produção, rotulagem e controlo;
- a adopção de simbologia específica com base em critérios próprios e exigidos, entre outros, pela legislação polaca para consumidores vegan e para vegetarianos, acompanhando os lançamentos e reformulações que se destinam a consumidores com necessidades ou preferências alimentares específicas (68 produtos foram rotulados “Apto para Vegans”);
- a manutenção da iconografia para produtos que são fontes de ómega-3, sem lactose e sem glúten;
- a adopção, em bebidas alcoólicas, de simbologia para índice calórico (60% das referências apresentavam esta indicação), de aviso para mulheres grávidas (8% das referências) e apelo à condução responsável (17% das referências)³².

³² Dados de 2019 revistos em virtude da descontinuação de vários produtos, razão pela qual não se apresentam as diferenças ano/ano.

No que diz respeito a OGM, uma nova legislação entrou em vigor em 2020 quanto à rotulagem de produtos contendo ingredientes habitualmente modificados, como o milho, a colza, a soja e a beterraba³³. Além dos requisitos exigidos aos fornecedores, as Companhias do Grupo fazem análises laboratoriais no sentido de cumprir a sua Política de Qualidade e Segurança de Produto quanto à divulgação da presença de OGM sempre que esta não for passível de ser evitada, no limite da quantificação do método de 0,1% (mais exigente do que os 0,9% determinados pela legislação comunitária para rotulagem obrigatória).

Em linha com a legislação polaca, foram colocados símbolos identificativos da ausência de OGM em 12 produtos da Biedronka, como as massas Pastani, elevando para 40% o total de referências à base de plantas rotuladas entre os produtos que poderiam conter soja e milho (representando mais de 50% de ingredientes na sua composição).



Mantivemos a parceria com a Polskie Stowarzyszenie Osób z Celiakią i na Diecie Bezglutenowej (Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten) para o acompanhamento da produção e lançamento de produtos sem glúten, garantindo quer a ausência de contaminação cruzada quer a certificação do produto final.

Na Colômbia, mantivemos a adopção voluntária de indicações nutricionais dos ingredientes recomendados diariamente, sendo apresentados, na face frontal da embalagem, valores para calorias, gordura, sódio, açúcar e proteínas.

Informação noutros Meios

Os princípios da Dieta Mediterrânica, classificada como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, regem o desenvolvimento de produtos e a comunicação do Pingo Doce há mais de 10 anos.

Além das embalagens dos produtos, onde se divulgam conselhos de confecção e sugestões de acompanhamento com vegetais ou fruta, também o website do Pingo Doce e a revista bimestral “Sabe Bem”, com uma tiragem média de 150 mil exemplares, são alguns dos meios de comunicação utilizados para a promoção desta dieta, publicando receitas que incentivam ainda o reaproveitamento de excedentes alimentares.

Adicionalmente, o website tem uma lista de produtos sem lactose ou sem glúten, com o objectivo de auxiliar os consumidores na sua escolha. Estas listas é actualizada mensalmente pela equipa de nutrição do Pingo Doce, de acordo com o controlo analítico efectuado aos produtos de Marca Própria.

Durante os períodos de confinamento, o Pingo Doce apostou na comunicação dirigida aos seus clientes em torno do conceito de promoção da saúde pela alimentação. Lançaram-se as iniciativas #SabeBemEstarConsigo, com a disponibilização de receitas e dicas culinárias simples e práticas para ajudar a planear as refeições diárias, e a #ReceitaDoDia, um momento diário nas redes Facebook e Instagram do Pingo Doce com a confecção de refeições equilibradas, ensinando truques para evitar o desperdício e substituir ingredientes com o disponível nas casas dos consumidores. Até final de Maio, estas receitas e dicas tinham chegado a mais de 4,2 milhões de pessoas.

³³ A rotulagem aplica-se em duas dimensões: “Sem OGM” (para alimentos de origem vegetal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, excluindo produtos de origem animal e ração, isentos de organismos geneticamente modificados) e “Produzido sem o uso de OGM” (para produtos de origem animal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, isentos de organismos geneticamente modificados).

Dieta Mediterrânica à Portuguesa

O Grupo Jerónimo Martins, no âmbito dos 40 anos do Pingo Doce que se comemoraram em 2020, quis assinalar o Dia Mundial da Alimentação (16 de Outubro) com uma conferência onde foi discutida a forma como os princípios da Dieta Mediterrânica se desenvolveram no contexto português e como é que podem ser melhor aproveitados pelos consumidores.

CONFERÊNCIA DIETA MEDITERRÂNICA À PORTUGUESA *16/OUT/2020

Reforçando a mensagem de que este é um padrão alimentar saudável, promotor do sistema imunitário – um facto especialmente relevante em tempos de crise sanitária – financeiramente acessível e sustentável, vários especialistas de diferentes áreas do conhecimento debateram o tema num evento que teve o patrocínio científico da Direção-Geral da Saúde (DGS), a curadoria científica da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto e o apoio institucional da Câmara Municipal de Lisboa (no âmbito da Lisboa Capital Verde Europeia 2020).

Contando com audiência presencial limitada, devido às limitações impostas pela pandemia, o evento teve uma transmissão online, em *live streaming*, somando cerca de oito mil visualizações.

Esta conferência foi ainda complementada pelo lançamento da marca “[Juliana](#)” que celebra os saberes e os sabores mediterrânicos através da homenagem ao património e aos benefícios da Dieta Mediterrânica à portuguesa.



Tendo por base uma série de sopas regionais e de mulheres que ajudaram a desvendar segredos ancestrais sobre uma cultura gastronómica que vai muito para além da comida, desenvolvemos um [documentário](#) e uma [exposição fotográfica](#) apresentada no Terreiro do Paço, uma das mais emblemáticas praças de Lisboa.

Também o website editorial [Be The Story](#), uma iniciativa do Grupo Jerónimo Martins, publicou, neste período, vários artigos sobre alimentação saudável no contexto da pandemia e sobre cuidados que os consumidores devem ter nas suas deslocações para irem às compras no sentido de reduzirem a sua exposição ao vírus.



Destaque para a criação de uma identidade mais intuitiva nos produtos de *Meal Solutions* e *Take Away* no sentido de comunicar a frescura dos ingredientes utilizados na confecção das Cozinhas do Pingo Doce. “Comida Fresca – A Verdade dos Ingredientes” foi o símbolo que passou a ser utilizado nas sopas, pratos, saladas e sobremesas.

A Biedronka deu continuidade à campanha “[Świeżoznawcy](#)”, alusiva à qualidade dos produtos frescos e com destaque para a fruta, vegetais e padaria. A campanha tem dois pilares de actuação: internamente, foca-se em formação dos departamentos operacionais e preparação de informação para divulgação; externamente, através de página dedicada na internet, onde se refere, para além da comunicação da oferta em loja, a cultura de qualidade da Companhia e conselhos para conservação de fruta e vegetais, contribuindo assim para combater o desperdício de produtos mais perecíveis.



**Więcej świeżości
w codzienności**

A Companhia publicou ainda 240 artigos em vários órgãos de comunicação social, em folhetos e no website Biedronka, descrevendo os perfis nutricionais, a qualidade dos produtos de Marca Própria e Perecíveis e os

seus benefícios para a saúde. A estes, juntaram-se 66 artigos divulgados através de meios internos dirigidos a colaboradores.

Na Colômbia, destaque para a campanha “Se Siente Bién”, desenvolvida por empresas membros do The Consumer Goods Forum para sensibilizar a população para a alimentação saudável. A campanha obteve uma média de 19,3 milhões de visualizações nas publicações feitas nas redes sociais, em campanhas de email e nos canais internos das empresas participantes.

4.2.4. Parcerias e Apoios

O Grupo mantém um diálogo regular com instituições públicas e privadas de referência com o objectivo de aprender e partilhar conhecimento sobre alimentação, nutrição e saúde.

Em Portugal, o Pingo Doce é um membro activo da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), intervindo e contribuindo também nas comissões técnicas dedicadas à qualidade alimentar. Neste âmbito, destaque para a participação no projecto EUREMO da Comissão Europeia, que visa recolher dados sobre os ingredientes e o índice nutricional de diversos produtos alimentares processados, em 15 países europeus – lançado em 2019 tem conclusão prevista até ao final de 2021.

Foi ainda dada continuidade às parcerias com organizações que visam contribuir para uma alimentação saudável, tais como:

- a Direção-Geral da Saúde (DGS), no âmbito do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS), tendo o Pingo Doce disponibilizado 86 receitas sobre a Dieta Mediterrânica, havendo ainda dois artigos da DGS publicados na revista “Sabe Bem” com divulgação também no blogue do PNPAS Nutrimento (em nutrimento.pt);
- a Associação Portuguesa de Celíacos, para a identificação e divulgação de produtos sem glúten;
- a Fundação Portuguesa de Cardiologia, para a identificação de produtos de charcutaria com menor teor de gordura e sal com o símbolo “Escolha Saudável”;
- a Associação Portuguesa de Nutricionistas, para o patrocínio do Congresso da Nutrição e Alimentação.

Na Polónia, além dos acordos estabelecidos anteriormente para a publicação de informação sobre alimentação saudável e a identificação mais intuitiva de produtos alimentares, desenvolveram-se as seguintes iniciativas:

- apoio ao quinto Congresso Nacional de Nutrição organizado pelo Instituto Nacional de Saúde Pública e o Centro Nacional para a Educação Nutricional, alusivo ao novo modelo nutricional para a população polaca;
- a segunda edição da campanha iniciada em 2018 “[Nasz Pstrąg](#)” (A Nossa Truta), desenvolvida pela Associação Polaca de Produtores de Truta e financiada pela União Europeia, para a promoção da produção e consumo de truta de aquacultura, tendo a Biedronka, enquanto parceira, promovido produtos dessa espécie junto dos consumidores e transmitido nos rótulos o facto de serem fonte de ácidos gordos ómega-3;
- aprofundamento da parceria com o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança), com o qual a Biedronka colabora desde 2012 para o desenvolvimento de produtos destinados a crianças, com o lançamento da magazine “Dada & Rodzina” (Dada [marca exclusiva Biedronka de artigos para bebé] e a Família) contendo informação sobre nutrição infantil e materna, e também com a manutenção da plataforma pública epozytywnaopinia.pl, onde as famílias podem aceder a informação sobre os produtos de higiene, roupa, têxteis e acessórios para alimentação infantil que receberam uma avaliação positiva por parte desta entidade quanto à sua segurança;
- a associação da Biedronka ao programa “Celuj w Zdrowie” (Marcar pela Saúde), para o ano lectivo 2019/2020, com o objectivo de combater a obesidade infantil através da promoção da actividade física e da nutrição. Desenvolvido em parceria com a Fundação Legia Warszawa (pertencente ao clube de futebol Légia de Varsóvia), o programa permitiu a 260 crianças entre os nove e os dez anos de idade aprender a ler rótulos de produtos, a identificar ingredientes e compreender o índice calórico e de gordura.³⁴

³⁴ Para mais informação, consulte o subcapítulo 7. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, secção 7.5. “Outros Apoios”.

Na Colômbia, a Ara manteve a sua participação nas comissões de trabalho do Instituto Colombiano de Normas Técnicas (ICONTEC) para a discussão do Guia para Boas Práticas de Produção quanto ao café verde.

4.3. Qualidade e Segurança Alimentar

Investimos continuamente na certificação e monitorização dos nossos processos, instalações e equipamentos. Para isso, contamos não só com os nossos técnicos de Qualidade e Segurança Alimentar, como também recorremos a auditores externos e laboratórios independentes e acreditados.

Em 2020 realizámos 12.764 auditorias internas (incluindo de acompanhamento) às infraestruturas do Grupo, complementadas por 147.589 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros, e 59.869 análises a produtos alimentares.

4.3.1. Certificações

Durante o ano foram renovadas ou estendidas a novas infraestruturas as seguintes certificações:

- ISO 22000:2005, sobre o processo de armazenagem e distribuição de produtos alimentares de origem animal e *plant-based* em todos os 16 Centros de Distribuição na Polónia, e o processo de desenvolvimento de produtos alimentares de Marca Própria na sede da Biedronka;
- FSSC 22000 v.5 (que inclui a ISO 22000:2018) para a fábrica de sopas na Polónia, no âmbito de pronto-a-comer após aquecimento e embalagem individualizado;
- ISO 9001:2015 para o Desenvolvimento de Marcas Próprias em Portugal, e Acompanhamento do Produto após Lançamento/Fornecedor após Lançamento;
- HACCP segundo o Codex Alimentarius para todas as cozinhas centrais do Pingo Doce (na vertente de segurança alimentar), 16 lojas Recheio, plataformas Food Service da Recheio Masterchef no Porto e Lisboa e os Centros de Distribuição de Azambuja, Vila do Conde, Alfena e Algoz (na vertente de segurança alimentar);
- Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, de acordo com a Norma Portuguesa EN ISO 22000:2005, em 21 lojas Recheio e na plataforma Food Service da Recheio Masterchef em Tavira.

Em 2020, todos os Centros de Distribuição da Polónia renovaram a certificação para manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento (CE) N.º 834/2007 do Conselho Europeu.

4.3.2. Auditorias

Para além das auditorias internas, foram ainda efectuadas auditorias aos fornecedores de produtos Percíveis e de Marca Própria, cujos resultados podem ser consultados no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”.

Polónia

As lojas da Biedronka e os Centros de Distribuição foram alvo de auditorias, tanto por equipas internas como por auditores externos, para verificação da adequação de instalações, equipamentos e procedimentos.

Lojas e Centros de Distribuição	Biedronka			Centros de Distribuição		
	2020	2019	Δ 2020/2019	2020	2019	Δ 2020/2019
Auditorias Internas	6.376	4.899	+30%	35	29	+21%
Auditorias de Acompanhamento	150	79	+90%	0	0	-
Auditorias Externas	135	73	+85%	20	27	-26%
Desempenho HACCP*	85%	86%	-1 p.p.	90%	95%	-5 p.p.

*Na Biedronka, a implementação HACCP é avaliada com base em referenciais próprios que, por sua vez, se baseiam no Codex Alimentarius. Nos Centros de Distribuição, a taxa de conformidade diz respeito à certificação ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, que se baseia nos princípios do HACCP do Codex Alimentarius.

Durante o ano foi feita a revisão do plano HACCP no sentido de adaptar as avaliações de riscos aos processos em loja (finalização de produtos de padaria, balcões de carne, máquinas para sumos), assim como foram implementados novos critérios de auditorias em loja neste mesmo âmbito HACCP³⁵.

O maior número de lojas auditadas em 2020 face a 2019 foi o motivo que levou a um aumento de 30% do número de controlos internos³⁶. As auditorias de acompanhamento – realizadas a lojas com desempenho no score interno inferior a 70% na sequência das auditorias iniciais – tiveram um aumento devido à necessidade de maior controlo durante a pandemia.

Os controlos externos aumentaram significativamente devido ao reforço do controlo dos riscos associados à infecção pandémica e ao facto de 216 novas lojas passarem a ter no seu sortido pão biológico, elevando para 438 o número total de lojas com esta oferta. Os controlos externos foram exercidos pela AgroEko, uma entidade independente e autorizada pelas entidades oficiais para este efeito.

Nos Centros de Distribuição, o aumento das auditorias internas e a diminuição das auditorias externas é justificado pela antecipação do calendário em 2019, tornando desnecessária a sua repetição em 2020. O decréscimo na classificação de desempenho pode ser explicado pela implementação de critérios mais rígidos em áreas identificadas nas auditorias internas e externas como críticas, cuja ponderação no resultado final foi maior.

A manutenção da certificação foi conseguida para os 16 Centros de Distribuição quanto à norma ISO 22000 para armazenagem e distribuição de produtos, assim como para a Sede, no âmbito de desenvolvimento de produtos alimentares de Marca Própria. A certificação é atribuída pela DNV-GL.

Recorremos a laboratórios externos acreditados para as análises a superfícies de trabalho, equipamentos e manipuladores de produtos, matérias-primas e produtos finalizados em loja e à água com o objectivo de controlar os riscos microbiológicos. Foram efectuadas 26.579 análises, um aumento de quase três vezes face a 2019, que se deveu ao aumento do número de lojas com balcões de carne, o que obrigou à realização de um maior número de análises.

No caso das matérias-primas/produto finalizado em loja como o frango-assado, sumos de laranja e porcionamento de fruta, esta oferta foi limitada devido às alterações dos padrões de compra relacionados com a pandemia, motivo que levou a uma diminuição no número de análises neste âmbito.

Número de Análises/Amostras Recolhidas	2020	2019	Δ 2020/2019
Superfícies de Trabalho	13.160	3.418	+285%
Manipuladores	12.415	2.915	+326%
Matérias-primas/Produto Acabado	556	642	-13%
Água	448	176	+155%
Total	26.579	7.151	+272%

Portugal

Auditorias realizadas ao Pingo Doce, ao Recheio e aos Centros de Distribuição:

Lojas e Centros de Distribuição	Pingo Doce			Recheio			Centros de Distribuição		
	2020	2019	Δ 2020/2019	2020	2019	Δ 2020/2019	2020	2019	Δ 2020/2019
Auditorias Internas	516	888	-42%	43	85	-49%	24	33	-27%

³⁵ O sistema de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Points) visa evitar potenciais riscos que podem causar danos aos consumidores, através da eliminação ou redução de perigos, garantindo assim que os alimentos são seguros para consumo.

³⁶ Na Polónia, as auditorias internas, incluindo as de acompanhamento, a lojas (com excepção dos balcões de carne que são desempenhadas pela equipa de Qualidade e Segurança Alimentar) são feitas por entidades externas e independentes, como a Diversey ou Det Norske Veritas (DNV-GL). Nos Centros de Distribuição, as auditorias internas são realizadas pela equipa da Biedronka, sendo as auditorias externas de certificação no âmbito da ISO 22000 realizadas por entidade externa (DNV-GL).

Lojas e Centros de Distribuição	Pingo Doce			Recheio			Centros de Distribuição		
	2020	2019	Δ 2020/2019	2020	2019	Δ 2020/2019	2020	2019	Δ 2020/2019
Auditorias de Acompanhamento	2.590	1.505	+72%	271	211	+28%	35	39	-10%
Auditorias Externas	33	35	-3%	10	15	-27%	1	8	-88%
Desempenho HACCP*	80%	84%	-4 p.p.	88%	87%	+1 p.p.	82%	91%	-9 p.p.

*No Pingo Doce, tal como no Recheio, a implementação HACCP é avaliada em referenciais próprios, baseados no Codex Alimentarius e adequados às realidades em que as Companhias operam.

No caso das lojas, o período de pandemia motivou a que as auditorias incidissem sobre a qualidade dos produtos expostos, higiene e limpeza das lojas, e muitas vezes, no apoio à operação (triagem, verificação de produto ou reposição), o que justifica a diminuição significativa do número de auditorias internas (de avaliação) e o aumento das de acompanhamento. A diminuição do número de auditorias externas deve-se também às medidas impostas pelo estado de emergência que se viveu ao longo de 2020.

O decréscimo do desempenho das lojas, em HACCP, está igualmente relacionado com o menor número de auditorias realizadas por comparação com 2019, que influenciou a média final obtida.

Nos Centros de Distribuição, o decréscimo das auditorias internas e de acompanhamento deveu-se ao ajuste do planeamento tendo em conta o desempenho anterior. As auditorias passaram a ser anuais em vez de semestrais e passaram a incluir Centros de Distribuição não certificados. O decréscimo do desempenho, em HACCP, deve-se ao facto de terem sido feitas auditorias aos Centros de Distribuição que não estavam certificados.

Foram ainda efectuadas 112.259 análises de Qualidade e Segurança Alimentar nas lojas Pingo Doce, Recheio e nos Centros de Distribuição, entre outras estruturas, como a Fábrica de Massas Frescas e Cozinhas. Executadas por laboratórios externos acreditados, estas análises incluem superfícies de trabalho, manipuladores de perecíveis e de produtos em loja, assim como análises à água e atmosfera. O aumento de 13% face a 2019 deve-se à inclusão de novas lojas Pingo Doce (mais 13) no âmbito do plano de controlo analítico e ao reforço do controlo de riscos associados à pandemia.

Número de Análises/Amostras Recolhidas	2020	2019	Δ 2020/2019
Superfícies de Trabalho	50.448	42.091	+20%
Manipuladores	18.654	17.966	+4%
Matérias-primas/Produto Acabado	36.655	34.353	+7%
Água	6.502	4.732	+37%
Total	112.259	99.142	+13%

Colômbia

Foram realizadas auditorias às lojas Ara e aos Centros de Distribuição por entidades externas e independentes (Diversey e Ecolab).

Lojas e Centros de Distribuição	Ara			Centros de Distribuição		
	2020	2019	Δ 2020/2019	2020	2019	Δ 2020/2019
Auditorias Internas	1.816	1.740	+4%	5	3	+67%
Auditorias de Acompanhamento	901	414	+118%	2	4	-50%
Boas Práticas de Higiene e Qualidade*	84%	80%	+4 p.p.	98%	87%	+11 p.p.

*A taxa de conformidade apresentada refere-se à pontuação obtida face às boas práticas, nas quais os critérios visam garantir a qualidade e segurança dos produtos de acordo com a lei, avaliando a própria operação e o sistema de controle e procedimentos. Os critérios incluem, entre outros, aspectos de higiene e controlo de qualidade (i) das condições das instalações para o manuseamento do produto, tais como a temperatura; (ii) das embalagens; e (iii) relativos aos procedimentos de gestão de resíduos orgânicos.

O aumento verificado nas auditorias internas deveu-se à expansão das lojas Ara no país e ao correspondente número de visitas dos especialistas, externos e independentes, da Qualidade e Segurança Alimentar.

Já as auditorias de acompanhamento são executadas por equipas internas de Qualidade e Segurança Alimentar e por prestadores externos, conforme os resultados de desempenho obtidos anteriormente e segundo as matrizes de risco estabelecidas internamente. Por esse motivo, foi privilegiada a implementação de medidas correctivas consideradas prioritárias. Adicionalmente, as equipas internas fizeram auditorias *ad hoc* não previstas (894), num período marcado por restrições à circulação. Os procedimentos habituais de auditorias foram sendo retomados progressivamente e sempre que possível.

As melhorias no desempenho de segurança alimentar deveram-se ao acompanhamento das lojas, bem como ao investimento feito na formação das equipas operacionais, incluindo dos responsáveis de distrito.

Foram realizadas 8.751 análises, entre superfícies de trabalho, manipuladores de perecíveis, produtos manipulados nas lojas e água, correspondendo a um aumento de 154% face a 2019, que se deve a uma mudança no plano de controlo analítico das lojas. Em 2019 eram apenas recolhidas amostras de lojas consideradas críticas³⁷ (cerca de 40%), enquanto que, em 2020, foi definido recolher amostras em todas as lojas Ara, duas vezes por ano, visando melhorar o desempenho das mesmas.

Número de Análises/Amostras Recolhidas	2020	2019	Δ 2020/2019
Superfícies de Trabalho	2.780	1.045	+166%
Manipuladores	1.221	473	+158%
Matérias-primas/Produto Acabado	1.244	498	+150%
Água	3.506	1.424	+146%
Total	8.751	3.440	+154%

4.3.3. Análises

Os produtos comercializados são alvo de verificação quanto à sua segurança e qualidade. As análises são conduzidas em laboratórios externos acreditados, tendo sido feitas no Grupo:

- 44.006 análises a produtos alimentares de Marcas Próprias, um aumento de 2% face a 2019;
- 15.861 análises a Perecíveis, mais 34% do que em 2019.

Polónia

Número de Análises/Amostras Recolhidas	2020	2019	Δ 2020/2019
Marca Própria – Alimentar	14.452	14.061	+3%
Marca Própria – Não Alimentar	1.052	903	+17%
Subtotal Marca Própria	15.504	14.964	+4%
Fruta e Vegetais	3.572	1.540	+132%
Carne e Pescado	971	790	+23%
Padaria	210	695	-70%
Ovos	63	391	-84%
Subtotal Perecíveis	4.816	3.416	+41%
Total	20.320	18.380	+11%

No caso das Marcas Próprias da Biedronka, os aumentos devem-se ao maior número de fornecedores abrangidos e ao aumento de produtos comercializados, fruto da expansão das operações.

³⁷ Lojas críticas são lojas cujo desempenho é inferior a 60% – limite mínimo de aprovação interna – e cujas visitas por parte de entidades oficiais resultam na identificação de aspectos críticos não-conformes. Enquadram-se igualmente em zonas com elevada predominância/risco de pragas, com base nas condições envolventes das comunidades (manutenção de esgotos ou condições climáticas relacionadas com humidade e temperaturas médias).

Na categoria não-alimentar, o aumento das análises está em linha com a planificação prevista. A Biedronka manteve os procedimentos de verificação da qualidade dos produtos para casa e jardim, mobiliário e têxteis e calçado que integram a sua oferta. A composição, desempenho e funcionalidade são analisados pela Intertek, entidade certificadora, em dois momentos da produção. Também a TÜV Rheinland e Dekra avaliam produtos não-alimentares antes da sua entrada no mercado.

O aumento verificado nas análises de Perecíveis – nas categorias de Fruta e Vegetais e Carne e Pescado – deveu-se a testes adicionais a micro-organismos em artigos de aves e suíno, a novos fornecedores e a novos países de produção.

Destaque ainda para:

- o estabelecimento de limites máximos quanto a alcalóides de pirrolizidina³⁸ para a categoria de chás e infusões de ervas das Marcas Próprias. O limite legal surgiu apenas no fim de 2020 pelo que foi determinado um limite, durante o ano junto dos fornecedores, de <400 µg/kg para infusões de ervas e <150 µg/kg para chás³⁹;
- o estabelecimento de limites máximos quanto ao perclorato⁴⁰, previstos pela Comissão Europeia no Regulamento (EU) 2020/685, nas gamas, entre outras, de chás e infusões de ervas das marcas próprias de ≤0,75 mg/kg;
- o aumento da abrangência e tempo das análises à Fruta e Vegetais, controlando-se agora mais de 770 pesticidas em apenas 24 horas;
- a definição de limites microbiológicos mais restritivos quanto à carne de aves, e novos requisitos quanto a práticas de produção e higiene no momento de abate e corte;
- a actualização do Manual de Requisitos Básicos de Qualidade aplicado aos produtos Perecíveis. Neste documento – de cumprimento obrigatório para todos os fornecedores da Biedronka – revimos os requisitos específicos para a categoria de Peixe e Carne (de aves, suíno e bovino) e adicionámos requisitos para a categoria de Padaria. Foi ainda feita uma avaliação de risco para a totalidade do sortido de Carne, cobrindo assim a dimensão de fraude alimentar.

Portugal

Número de Análises/Amostras Recolhidas	2020	2019	Δ 2020/2019
Marca Própria – Alimentar*	17.814	17.247	+3%
Marca Própria – Não Alimentar	4.214	4.415	-5%
Subtotal Marca Própria	22.028	21.662	+2%
Fruta e Vegetais	2.790	2.900	-4%
Carne	1.154	1.171	-1%
Pescado	1.480	1.197	+24%
Padaria	510	947	-46%
Meal Solutions	5.046	2.152	+134%
Subtotal Perecíveis	10.980	8.367	+31%
Total	33.008	30.029	+10%

*Incluindo análises de rotina à presença de glúten, organismos geneticamente modificados, lactose, denominação de espécies, análises de controlo e análises extra.

O aumento de 3% das análises de produtos alimentares de Marca Própria deve-se essencialmente ao reforço dos controlos analíticos para avaliação do risco.

³⁸ Substância produzida pelas plantas cuja exposição em alimentos, segundo especialistas da EFSA, pode representar um risco para a saúde humana, especialmente para consumidores regulares de infusão de chá e ervas e com particular incidência em crianças e mulheres que amamentam. Os alcalóides de pirrolizidina podem ser carcinogénicos, mutagénicos (causadores de alteração do código genético) e teratogénicos (causador de deficiências durante a gestação).

³⁹ µg/kg: microgramas (um grama equivale a um milhão de microgramas) por quilograma de produto.

⁴⁰ Uma substância presente em pesticidas e que pode acumular-se ao longo do tempo nos solos dos países comunitários ou proveniente de importações feitas a países terceiros. Potencialmente causadora de supressão da absorção do iodo e de formação de neoplasias na tiróide e pâncreas – a União Europeia concluiu que a exposição alimentar crónica ao perclorato é potencialmente preocupante, em especial para os grandes consumidores nos grupos etários mais jovens da população e com carência de iodo ligeira a moderada.

Relativamente aos produtos não-alimentares de Marca Própria, o decréscimo deveu-se ao número de artigos em venda, que diminuiu.

O aumento face a 2019 verificado nas análises aos Perecíveis é motivado essencialmente pelas categorias de Pescado e Meal Solutions. No primeiro caso, deve-se ao aumento de produtos de Marca Própria na divisão de bacalhau e incremento de controlo nos produtos congelados, enquanto que no segundo explica-se pelas confirmações das validades dos produtos da nova Cozinha Central (em Aveiro), pelo início do fornecimento de sopas às lojas Pingo Doce da Madeira, e, por via do Recheio Masterchef e lojas Recheio, no âmbito do novo projecto de abastecimento de comida pronta aos profissionais do canal HoReCa. No caso da Padaria, o decréscimo diz respeito ao facto de em 2019 ter sido efectuada a monitorização da informação nutricional disponibilizada nos rótulos dos produtos de fabrico próprio, necessidade não identificada em 2020.

Colômbia

Número de Análises/Amostras Recolhidas	2020	2019	Δ 2020/2019
Marca Própria – Alimentar	11.740	11.951	-2%
Marca Própria – Não Alimentar	3.119	2.834	+10%
Subtotal Marca Própria	14.859	14.785	+0,5%
Fruta e Vegetais	36	39	-8%
Carne	29	27	+7%
Pescado	0	3	-100%
Padaria	2	0	+100%
Subtotal Perecíveis	67	69	-3%
Total	14.926	14.854	+0,5%

O aumento na análise de produtos não-alimentares de Marca Própria acompanha o volume de produtos comercializados do sortido regular (mais 94 artigos do que em 2019) sendo também explicado pela expansão da rede de lojas no país.

No caso dos Perecíveis, o volume final de análises foi inferior ao ano de 2019, mas em linha com o plano de controlo. O aumento nas categorias da Carne e da Padaria deve-se ao maior número de referências à venda e à análise de risco dos fornecedores, por forma a garantir um melhor controlo da qualidade junto do consumidor.

Os decréscimos observados no Pescado são uma consequência da opção por produtos congelados da marca de fornecedor, ao invés de produtos de marcas exclusivas, razão pela qual não foram feitas análises. Na Fruta e Vegetais, a redução deveu-se a uma análise de risco dos fornecedores e produtos realizada em 2019, priorizando-se o foco nos considerados mais críticos.

4.3.4. Formação

A formação na Polónia abrangeu 19.107 colaboradores, num total de 26.416 horas, representando aumentos de, respectivamente, 18% e 0,17%. Estas acções decorreram em 3.199 eventos, quase cinco vezes mais do que 2019, devido à redução do tamanho dos grupos de formandos em virtude das restrições associadas ao distanciamento social, sempre que foi possível presença física, e apostando também em formações virtuais. Os conteúdos focaram:

- os sistemas de gestão de segurança alimentar, no âmbito das normas internacionais HACCP e ISO 22000;
- boas práticas de defesa alimentar (food defense), no âmbito da prevenção e combate à adulteração de alimentos;
- boas práticas de produção e higiene alimentares;
- controlo de temperatura dos alimentos;
- manipulação de produtos biológicos.

Em Portugal, foram ministradas 31.874 horas de formação, em 4.895 eventos, a 7.573 colaboradores. Estes valores representam decréscimos de, respectivamente, 33%, 50% e 28% devido à suspensão das formações presenciais considerando as restrições impostas pela pandemia tendo sido, contudo, criadas alternativas digitais. Incluíram-se nos conteúdos:

- o sistema de gestão de segurança alimentar implementado nas Companhias e, em particular, nas categorias de Perecíveis e áreas das Cozinhas Centrais e *Meal Solutions*;
- requisitos das normas International Food Safety (IFS) e British Retail Consortium (BRC);
- microbiologia dos alimentos;
- higiene e segurança alimentares durante as aberturas e remodelações de restaurantes e lojas (nomeadamente as lojas Pingo Doce & Go e as que operam em modelo de *franchising* ou similar);
- boas-práticas na manipulação de Perecíveis.

Na Colômbia, um total de 50.394 horas de formação foram ministradas a 8.062 colaboradores. O volume de formação e o número de colaboradores envolvidos aumentou 29% e 38%, respectivamente, devido ao reforço das formações virtuais num ano marcado pelo distanciamento social. As formações virtuais permitiram veicular mais conteúdos a mais colaboradores.

Os aspectos de qualidade de Perecíveis, manuseamento de Fruta e Vegetais, boas-práticas de produção e de higiene, e a finalização de produtos como frango assado e artigos de padaria em loja foram alguns dos temas cobertos pelas formações.

	Volume de Formação ⁴¹		Acções Formativas		Colaboradores Formados	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Grupo	108.684	113.177	9.243	11.652	34.742	32.498
Portugal ⁴²	31.874	47.779	4.895	9.808	7.573	10.538
Polónia ⁴³	26.416	26.369	3.199	549	19.107	16.136
Colômbia ⁴⁴	50.394	39.029	1.149	1.295	8.062	5.824

⁴¹ Volume de formação = número de pessoas formadas x número de horas ministradas de conteúdos de Higiene e Segurança Alimentar.

⁴² Pingo Doce, Recheio, Jerónimo Martins Agro-Alimentar, Hussel e Jerónimo Martins Restauração e Serviços.

⁴³ Biedronka.

⁴⁴ Ara.

5. Respeitar o Ambiente

5.1. Introdução

De acordo com a edição 2021 do Global Risks Report⁴⁵, do World Economic Forum, os três riscos com maior probabilidade de ocorrerem nos próximos dez anos são todos de cariz ambiental. É mais provável continuarmos a assistir a condições meteorológicas extremas, ao fracasso da acção climática e a danos ambientais com origem na actividade humana do que a doenças infecciosas. E entre os riscos com maior impacto, a falta de sucesso da acção climática figura em segundo lugar, logo depois das doenças infecciosas, seguindo-se outros riscos ambientais, como a perda de biodiversidade e a crise de recursos naturais.

Um dos mecanismos para dar resposta a estes riscos é o Pacto Ecológico Europeu⁴⁶, que pretende tornar a União Europeia mais sustentável através da transição para uma economia limpa e circular. O Grupo Jerónimo Martins está alinhado com estas preocupações e trabalha para aumentar a eficiência nas suas actividades e cadeias de abastecimento, de modo a reduzir o impacto que tem sobre o ambiente. A Política Ambiental⁴⁷ do Grupo define as principais prioridades: preservar a biodiversidade, combater as alterações climáticas e gerir os resíduos de forma responsável.

Auditorias Ambientais e Certificação Ambiental

Tendo sempre em mente a redução da pegada ambiental do Grupo, a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) com base na norma ISO 14001 foi alargada às unidades fabris⁴⁸, juntando-as assim, em matéria de certificação, aos Centros de Distribuição. Na Biedronka, 16 Centros de Distribuição têm os seus SGA certificados de acordo com esta norma, no Pingo Doce e Recheio manteve-se esta certificação para quatro Centros de Distribuição e, em 2020, a Fábrica de Massas Frescas obteve também a certificação ISO 14001. No total, 58% dos Centros de Distribuição e unidades fabris (21 em 36) são certificados com o referencial ISO 14001. O nosso objectivo é atingir pelo menos 60% do número de estabelecimentos com esta certificação.

Para garantir que os procedimentos de gestão ambiental são cumpridos e para identificar oportunidades de melhoria, realizamos auditorias a lojas, armazéns, Centros de Distribuição e demais unidades operacionais. Em 2020, foram realizadas 6.059 auditorias ambientais (5.545 na Biedronka, 352 na Ara, 155 no Pingo Doce e sete no Recheio), mais 19% do que 2019. A pontuação média foi de 91%, um aumento de 4 p.p. face a 2019. São definidas acções correctivas para todos os casos em que a pontuação não atinge os 100%.

5.2. Preservação da Biodiversidade

Segundo a quinta edição do Global Biodiversity Outlook, publicado em 2020 pela Convenção sobre Diversidade Biológica⁴⁹, se nada se alterar face ao cenário actual, a trajectória de diminuição da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas⁵⁰ irá manter-se para além de 2050. Como causas deste fenómeno, são indicados os impactes crescentes das alterações de uso do solo e dos oceanos, a sobre-exploração de recursos, as alterações climáticas, a poluição e a introdução de espécies exóticas invasoras.

Como forma de reverter esta tendência, é referida a necessidade de levar a cabo acções como:

- aumentar os esforços para preservar e restaurar a biodiversidade (em extensão e eficácia);
- limitar o aumento da temperatura média abaixo de 2 °C e perto de 1,5 °C;

⁴⁵ O Global Risks Report 2021 do World Economic Forum, publicado em Janeiro de 2021, está disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2021.pdf.

⁴⁶ Lançado em Dezembro de 2019, o Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal, na língua inglesa) está disponível em ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024.

⁴⁷ Disponível para consulta na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁴⁸ As unidades industriais do Grupo incluem a fábrica de massas frescas (1), as cozinhas centrais (2), a fábrica de sopas (1) e a fábrica de lacticínios Terra Alegre (1).

⁴⁹ Disponível em <https://www.cbd.int/gbo/gbo5/publication/gbo-5-spm-en.pdf>.

⁵⁰ De acordo com o World Resources Institute (2003), os serviços dos ecossistemas são os benefícios fornecidos pela natureza e incluem: (i) serviços de abastecimento, tais como alimentos e água; (ii) serviços de regulação, tais como regulação de cheias, seca, degradação do solo e doenças; (iii) serviços de apoio, tais como formação do solo e ciclos de nutrientes; e (iv) serviços culturais, tais como benefícios recreativos, espirituais, religiosos e outros benefícios não materiais.

- tomar medidas para controlar espécies invasoras, a poluição e a exploração da biodiversidade;
- tornar os processos agrícolas mais eficientes e diminuir os seus impactos;
- adoptar dietas mais saudáveis e reduzir o desperdício alimentar.

Num cenário em que se estima que cerca de 30% das 128 mil espécies analisadas já se encontram em risco de extinção, a necessidade de acção é premente⁵¹.

Dada a especialização do Grupo na comercialização de produtos Perecíveis – como Carne, Pescado, Fruta e Legumes, sabemos que a nossa actividade impacta e depende da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas. Estamos conscientes da importância, também para a sustentabilidade do nosso negócio, de reverter a perda de diversidade biológica e definimos políticas e estratégias para a sua identificação e mitigação:

- a montante, e em parceria com os fornecedores, promovemos iniciativas de sensibilização e monitorização, como são os casos do projecto de agricultura sustentável ou as acções de combate à deflorestação;
- nas nossas operações, promovemos, por exemplo, a preservação das espécies de peixe selvagem, (com base na Estratégia de Pescado Sustentável do Grupo), introduzimos produtos e serviços com um melhor perfil ambiental e social (ex.: produtos com certificados de sustentabilidade) e trabalhamos na implementação de práticas sustentáveis para a produção de carne bovina, leite e aquacultura;
- a jusante, junto dos consumidores e da população em geral, e em parceria com centros de investigação e/ou Organizações Não Governamentais⁵², promovemos projectos de sensibilização e de preservação de ecossistemas, habitats e espécies dos quais as nossas actividades dependem e/ou que são por elas afectados.

Estas iniciativas são descritas neste subcapítulo e no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”.

Em 2020, doámos mais de 195 mil euros para apoiar, em Portugal, na Colômbia e na Polónia, projectos de recuperação de habitats naturais, de protecção da diversidade biológica e de sensibilização ambiental, dos quais destacamos:

Instituição	Projecto	Descrição
Associação Natureza Portugal (ANP) em associação com World Wildlife Fund (WWF)	“Green Heart of Cork”	Projecto apoiado desde 2013 por Jerónimo Martins. Contribuiu para a certificação (FSC®) de 30 mil hectares de montado, incluindo uma área de 1.302 hectares de Alto Valor de Conservação.
conTREEbute	Acção de plantação de árvores	O apoio da Ara permitiu à conTREEbute plantar 616 árvores de nove espécies diferentes na zona húmida de Gualí, em Cundinamarca (uma árvore por cada loja a funcionar no final de 2019). Este projecto voluntário veio contribuir para o alargamento do corredor ecológico que se encontra a ser desenvolvido sob a responsabilidade do município de Funza.
Czysta Polska	Campanha Limpar as Montanhas Tatra	Na Polónia, a Biedronka associou-se, pelo segundo ano consecutivo, à campanha “Czyste Tatry” (Limpar as Montanhas Tatra) da ONG “Czysta Polska”. Cerca de meia tonelada de resíduos e 5 m ³ de papel foram recolhidos por 2.500 voluntários.
Fundação Arka	Acção de plantação de árvores	Com base no protocolo estabelecido entre a Biedronka e a Fundação Arka, foram plantadas, em 2020, dez mil árvores na região de Beskid Niski, numa área para a qual foi definido um plano de gestão florestal.
Jardim Zoológico de Lisboa	Apadrinhamento do lémmure-de-cauda-anelada	Projecto apoiado desde 2015 pelo Pingo Doce que tem permitido suportar as despesas de manutenção associadas a esta espécie.

⁵¹ Mais informação em www.iucnredlist.org

⁵² Para saber mais sobre estas acções, consulte esta secção e 5.5. “Acções de Sensibilização”, bem como o subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, secção 6.3. “Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção”.

Instituição	Projecto	Descrição
Liga para a Protecção da Natureza (LPN) ⁵³	ECOs-Locais	Projecto apoiado desde 2011 pelo Pingo Doce. Em 2020 foram lançadas quatro iniciativas presenciais (“Atelier sobre insetos”, “Limpeza das margens da Lagoa de Albufeira”, “Peddy Paper sobre o Estuário do Tejo” e “Peddy Paper sobre Biodiversidade do Parque Florestal de Monsanto”) e três iniciativas via digital (“Floresta Autóctone”, “Caça às Beatas” e “Natal mais Sustentável”) com vista à promoção da cidadania activa na defesa do ambiente.
Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa	O apoio dado pelo Pingo Doce, que acontece numa base contínua desde 2003, tem contribuído para as actividades desenvolvidas pelo Oceanário.
ProAves	Projecto de Protecção das Araras	Iniciado em 2019 com o apoio da Ara, o projecto contempla agora a protecção de cinco espécies de araras (<i>Ara severuss</i> , <i>Ara chloropterus</i> , <i>Ara ararauna</i> , <i>Ara militaris</i> e <i>Ara ambiguus</i>) em duas reservas naturais (Tití Cabeciblanco, em Antioquia, e El Dorado, em Magdalena).
Quercus	Campanha “SOS Polinizadores”	Projecto apoiado desde 2014 por Jerónimo Martins. Em 2020, foram desenvolvidas cinco acções de formação online inicial sobre apicultura familiar, com a duração média de 3,5 horas/sessão e envolvendo um total de 67 participantes. Além destas sessões online, foram dinamizadas dez acções de demonstração sobre apicultura em escolas de Norte a Sul do País. O tema dos polinizadores foi incluído no programa “Minuto Verde” da RTP, em quatro emissões diárias, com uma estimativa de visualização de 400 mil telespectadores, assim como em episódios na RTP Play. No dia 8 de Outubro, foi relançada a página do Facebook “SOS Polinizadores”.
Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)	“À Descoberta da Biodiversidade na Lagoa Pequena”	Projecto apoiado pelo Pingo Doce no âmbito do eixo de actuação “Preservar a biodiversidade”, que promoveu a realização de cinco acções de sensibilização e actividades lúdicas (“Plantas, chás e pigmentos”, “Tesouros da noite”, “A natureza da Lagoa Pequena através dos sentidos”, “Lagoa ao Luar: abertura nocturna” e “Construção de caixas-ninho”) no Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena, em Sesimbra, envolvendo um total de 99 participantes.

⁵³ Adicionalmente, e através da campanha Bando do Bosque, o Pingo Doce apoiou o programa Literacia para a Preservação da Floresta. Para mais informação consulte, o subcapítulo 7. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, secção 7.5. “Outros apoios”.

act4nature Portugal e Business for Nature

O Grupo aderiu à act4nature Portugal, uma iniciativa promovida pelo BCSD Portugal* no âmbito da qual as empresas aderentes assumem compromissos comuns e individuais em matéria ambiental. Integrando o *Steering Committee* (Comité de Direcção) desta iniciativa, o Grupo revê-se em todos os compromissos preconizados em matéria de protecção da biodiversidade, tendo definido os seguintes eixos prioritários de actuação:

- combate à desflorestação, visando erradicar a desflorestação e converter áreas de elevado valor de conservação nas cadeias de abastecimento. Para isso, convidamos os fornecedores a assumir os mesmos compromissos nas suas cadeias. Desta forma, entendemos contribuir para a redução das emissões de carbono associadas à desflorestação, para a conservação da biodiversidade presente nestes habitats e para o reforço do respeito pelos Direitos Humanos e do combate ao trabalho forçado. O nosso foco assenta nas quatro commodities mais associadas à desflorestação: óleo de palma, soja, papel e madeira, e carne bovina;
- preservação do ecossistema marinho, na qual incluímos a nossa Estratégia de Pescado Sustentável e as acções de combate à poluição por plástico;
- promoção da agricultura sustentável, abrangendo o nosso projecto de agricultura sustentável e o compromisso de comercialização de produtos com certificação de sustentabilidade (ex.: FSC®, produção biológica e UTZ);
- combate às alterações climáticas, que passa pelos compromissos de redução das emissões de gases com efeito de estufa associadas à nossa actividade e pelo combate ao desperdício alimentar;
- conservação da biodiversidade, através de projectos de sensibilização e preservação;
- monitorização e divulgação, tornando mensurável e transparente a comunicação dos progressos para cada um dos compromissos assumidos.

O Grupo aderiu ainda ao Business for Nature, uma coligação global de mais de 530 empresas que pretende reverter a destruição da natureza através de um convite aos governos para a implementação de cinco recomendações: adoptar compromissos para reverter a perda de biodiversidade; integrar e garantir a coerência de políticas para a natureza, as pessoas e o clima; valorizar e integrar o capital natural na tomada de decisões; actualizar subsídios e mecanismos de incentivo; e envolver e colaborar com a sociedade.

* Business Council for Sustainable Development Portugal (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável)

5.3. Combate às Alterações Climáticas

Apesar da pandemia de Covid-19, as emissões globais de carbono continuaram a aumentar em 2020, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial⁵⁴. A mesma organização alerta que se prevê que a trajectória de emissões irá manter-se, o que significa que esta previsão aumenta o risco de alterações climáticas e dos seus impactes, para além do período observado.

Esta informação reforça o já publicado pelo IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas), com alertas para a necessidade de limitar a subida média da temperatura a 1,5 °C⁵⁵ face aos níveis pré-industriais e para a degradação dos sistemas naturais⁵⁶, realçando a necessidade de se reduzir significativamente as emissões de carbono e de se aumentar as iniciativas de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Na União Europeia, está previsto que as políticas energéticas seguidas pelos Estados-Membros promovam a transição para a neutralidade carbónica até 2050 e uma redução de gases com efeito de estufa (GEE) de pelo menos 55% até 2030 (face a 1990), abrangendo vários sectores como a energia, os edifícios, os

⁵⁴ A Organização Meteorológica Mundial (World Meteorological Organization) publicou em 2020 a versão provisória do relatório "State of the Global Climate 2020", disponível em https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=10444.

⁵⁵ O relatório do IPCC "Global Warming of 1.5 °C", publicado em 2018, está disponível em www.ipcc.ch/sr15.

⁵⁶ Os relatórios "Climate Change and Land" e "The Ocean and Cryosphere in a Changing Climate" estão disponíveis em www.ipcc.ch/srcccl e www.ipcc.ch/srocc.respectivamente.

transportes e a agricultura. Também na Colômbia, em Dezembro de 2020, foram assumidos compromissos de redução de GEE de 51% até 2030 (face a 2015) e de neutralidade carbónica até 2050.

A nossa estratégia de combate às alterações climáticas compreende medidas de redução nas operações (caso dos consumos energéticos e das emissões de carbono associadas, por exemplo, aos gases de refrigeração utilizados nos nossos equipamentos de frio e de climatização) e também nas cadeias de abastecimento, através, por exemplo, da promoção de boas-práticas agrícolas junto dos fornecedores ou dos compromissos de combate à desflorestação⁵⁷.

Em 2020, fomos novamente avaliados com a classificação “A-” no tema Climate do CDP (Disclosure Insight Action), posicionando-nos no patamar Liderança, perto de atingir a pontuação máxima (“A”). Este programa avalia o nosso desempenho nas matérias relacionadas com a área climática, incluindo a transparência no reporte de informação e a gestão de risco.

5.3.1. Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)

Em 2020, o Grupo Jerónimo Martins iniciou a implementação das recomendações da TCFD⁵⁸, com o objectivo de robustecer a identificação e quantificação dos riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas. O Grupo reconhece que as alterações climáticas correspondem a um dos principais riscos ambientais, sociais e financeiros que as organizações enfrentam actualmente e que as medidas de adaptação e mitigação das mesmas podem representar também oportunidades de diferenciação e contribuir para um aumento da resiliência das suas Companhias e dos seus negócios. Além disso, reforçam os compromissos do Grupo com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente, o ODS 7 (Energias Renováveis e Acessíveis) e o ODS 13 (Acção Climática).

Neste âmbito, consideramos as seguintes dimensões:

Governo

Os riscos e oportunidades associados às alterações climáticas são uma das três prioridades da Política Ambiental do Grupo e constituem parte integrante da sua Estratégia de Responsabilidade, tanto ao nível das operações como da cadeia de abastecimento. A Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa⁵⁹ colabora com o Conselho de Administração, avaliando e submetendo propostas no domínio da responsabilidade corporativa e da sustentabilidade, em que se inclui a mitigação dos efeitos das alterações climáticas. Estes temas são também acompanhados nas reuniões regulares dos Comités de Sustentabilidade de cada uma das Companhias.

Estratégia

Nesta abordagem foi seleccionada uma amostra de 30 grupos de produtos alimentares relevantes para os nossos negócios em todas as geografias onde temos operações: Polónia, Portugal e Colômbia. Esta amostra cobre quatro estágios da cadeia de valor – produção, processamento, logística e estabelecimentos – e inclui a análise de várias categorias de risco para um horizonte temporal até 2030, considerando dois cenários:

- aumento de temperatura média entre 4,0 °C e 6,1 °C (cenário RCP 8.5⁶⁰) – assumindo que os esforços para limitar o aumento da temperatura média falham;
- aumento de temperatura média fica abaixo dos 2,0 °C (cenário RCP 2.63 que prevê aumento da temperatura entre 1,3 °C e 1,9 °C), em linha com o preconizado no Acordo de Paris.

A análise dos cenários permitiu avaliar a exposição do Grupo a riscos climáticos físicos como (i) alterações de temperatura, (ii) aumento de precipitação, (iii) eventos climáticos extremos e (iv) aumento do nível do mar. Para além destes riscos, foram também avaliados os riscos e oportunidades de transição para uma economia de baixo carbono, bem como os de mercado e reputacionais.

⁵⁷ Para saber mais sobre estas acções, consulte o subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, secção 6.3. “Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção”.

⁵⁸ A TCFD é uma iniciativa promovida pelo sector financeiro que permite às empresas quantificar e divulgar os riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas, bem como os seus planos de acção.

⁵⁹ Mais informação disponível em <https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/comissoes-especializadas>.

⁶⁰ Os cenários RCP (Representative Concentration Pathways) foram desenvolvidos pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change) e representam trajetórias de emissões futuras baseadas na concentração de gases com efeito de estufa associados às actividades humanas.

Resultados

O estudo dos grupos de produtos seleccionados permitiu perceber que os principais riscos e oportunidades para os nossos negócios estão relacionados com a origem dos ingredientes utilizados nos produtos de Marca Própria, por um lado, e dos Perecíveis, por outro (ex.: frio extremo e alterações na precipitação), os processos de transformação (ex.: riscos de transição, em que se considera um aumento dos custos com energia associados às metas do Acordo de Paris) e os processos logísticos (ex.: frio extremo e aumento do nível do mar).

No caso dos estabelecimentos, os riscos e oportunidades relacionam-se sobretudo com os riscos de transição energética.

Os resultados da primeira avaliação serão materializados em acções concretas, dando continuidade às actividades já em curso (ex.: aquisição de certificados de energia renovável, instalação de equipamentos com gases refrigerantes naturais e com menos potencial de aquecimento global, combate à desflorestação e projecto de agricultura sustentável) para mitigação dos potenciais impactes negativos e maximização das oportunidades identificadas para os negócios de Jerónimo Martins. Neste contexto, é essencial o mapeamento das potenciais alterações futuras – quer negativas, quer positivas – na cadeia de abastecimento.

Gestão de risco

Decorrentes das alterações climáticas e da utilização da água e das commodities associadas à desflorestação, foram identificadas as seguintes tipologias de risco⁶¹:

- risco de transição, podendo representar um aumento de custos resultantes do cumprimento de legislação ambiental no quadro da transição para uma economia de baixo carbono;
- risco físico, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como produtos agrícolas, ou na disrupção da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos;
- risco reputacional, associado às expectativas dos stakeholders quanto à redução das emissões de carbono e contribuição para o combate à desflorestação por parte do Grupo.

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a respectiva gestão, são analisados pelo Grupo como parte regular dos processos de avaliação de risco.

Métricas e metas

A cada três anos, o Grupo Jerónimo Martins define compromissos ambientais e respectivas métricas associadas⁶². Para o triénio 2021-2023, no caso das emissões de gases com efeito de estufa, assumimos o compromisso de reduzir a pegada de carbono do Grupo (âmbitos 1 e 2) em pelo menos 40% (por 1.000 euros de vendas) face a 2017, contribuindo assim para os objectivos definidos pelo Acordo de Paris. O Grupo assume também outros compromissos enquadrados pela sua estratégia de combate às alterações climáticas e relacionados com a melhoria da eficiência energética: luta contra a desflorestação, uso sustentável da água, combate ao desperdício alimentar, melhoria da eficiência das operações logísticas a jusante, ecodesign de embalagens e acção contra a poluição por plástico.

Evolução

A implementação das recomendações da TCFD reforçará a estratégia definida em matéria de alterações climáticas já em vigor no Grupo.

5.3.2. Pegada de Carbono

As nossas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) de âmbitos 1 e 2 corresponderam a 892.244 toneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO₂e) em 2020, uma diminuição de 1,2% face a 2019, que se justifica, sobretudo, pela diminuição dos consumos de electricidade e aquecimento na Polónia, bem como

⁶¹ O Grupo divulga publicamente os riscos e oportunidades associados a estes temas na sua resposta ao CDP Climate, Forests e Water Security, bem como no seu website: www.jeronimomartins.com.

⁶² Ver, neste capítulo, secções 9. “Compromissos para 2018-2020” e 10. “Compromissos para 2021-2023”.

dos respectivos factores de emissão⁶³. Pelo mesmo motivo, o valor específico diminuiu de 0,0485 para 0,0462 toneladas de CO₂e/1.000 euros de vendas, cumprindo o objectivo do Grupo de reduzir as suas emissões de carbono em 5% por cada 1.000 euros de vendas.

Pegada de Carbono (t CO ₂ e/mil euros)	2020	2019	Δ 2020/2019
Valor específico (âmbitos 1 e 2)	0,0462	0,0485	-4,7%
Pegada de Carbono (t CO ₂ e)	2020	2019	Δ 2020/2019
Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2)⁶⁴ por GEE	892.244	903.261	-1,2%
▪ Dióxido de carbono (CO ₂)	773.081	787.632	-1,8%
▪ Metano (CH ₄)	13.775	11.153	+23,5%
▪ Hidrofluorocarbonos (HFC)	102.609	104.309	-1,6%
▪ Perfluorocarbonos (PFC)	0	0	-
▪ Óxido Nitroso (N ₂ O)*	2.779	167	+1.564,1%
▪ Hexafluoreto de enxofre (SF ₆)	0	0	-
Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2)			
▪ Biedronka	767.590	804.630	-4,6%
▪ Hebe	9.321	11.074	-15,8%
▪ Pingo Doce ⁶⁵	34.459	29.810	+15,6%
▪ Recheio	5.354	5.806	-7,8%
▪ Ara	57.662	36.686	+57,2%
▪ Agro-Alimentar	17.858	15.255	+17,1%
Pegada de Carbono (âmbito 1 – impactes directos)	223.315	212.304	+5,2%
▪ Fugas de gases refrigerantes	102.620	104.338	-1,6%
▪ Utilização de CO ₂	23.874	20.988	+13,8%
▪ Consumo de combustíveis	66.778	54.755	+22,0%
▪ Frota de ligeiros	16.861	21.247	-20,6%
▪ Emissões entéricas (gado bovino)	13.182	10.976	+20,1%
Pegada de Carbono (âmbito 2 – impactes indirectos)	668.929	690.957	-3,2%
▪ Consumo de electricidade (location-based)	825.476	831.491	-0,7%
▪ Consumo de electricidade (market-based)	655.894	674.212	-2,7%
▪ Aquecimento (location-based)	13.035	16.745	-22,2%
Pegada de Carbono (âmbito 3 – outros impactes indirectos)	27.511.251	**24.212.175	+13,6%
▪ C1. Produtos e serviços comprados	27.278.988	23.965.515	+13,8%
▪ C5. Resíduos gerados nas operações	31.639	46.166	-31,5%
▪ C6. Viagens de trabalho	1.139	2.306	-50,6%
▪ C9. Transporte e distribuição a jusante	185.662	179.118	+3,7%
▪ C14. Franchises ⁶⁶	13.823	19.070	-27,5%

* Em 2020, passámos a reportar outros GEE para a electricidade market-based para além do CO₂, o que justifica o aumento acentuado do N₂O face a 2019.

** Valor corrigido para acomodar o valor das emissões C1 (produtos e serviços comprados).

Notas: O cálculo da pegada de carbono das diferentes actividades (sob controlo operacional do Grupo e que representam 99,9% do volume de negócios) segue a metodologia do Greenhouse Gas Protocol do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e do World Resources Institute (WRI), nos seus três níveis: impactes directos, indirectos e de terceiros. Os valores apresentados tiveram em conta o seguinte: i) gases refrigerantes e emissões entéricas do gado bovino - factores de emissão definidos pelo IPCC; ii) combustíveis e aquecimento – o definido pela Direcção-Geral de Energia e Geologia, pela Unidad de Planeación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético da Colômbia) e pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (Centro Polaco para Balanço e Gestão de Emissões); iii) electricidade – o definido pela Agência Internacional de Energia (electricidade location-based), pelos fornecedores (electricidade market-based em Portugal), pela Association of Issuing Bodies (electricidade market-based na Polónia) e pela Unidad de Planeación Minero Energética (electricidade market-based na Colômbia); iv) combustíveis utilizados na frota de ligeiros e emissões C1, C6 e C9 – o definido pelo Greenhouse Gas Protocol e; v) resíduos – os factores de emissão do UK Government GHG Conversion Factors for Company Reporting. Para o cálculo da pegada de carbono de âmbito 1 por GEE foram considerados os factores de emissão definidos pelo IPCC para a combustão estacionária, gases refrigerantes e emissões entéricas do gado bovino e pelo Greenhouse Gas Protocol para os combustíveis utilizados na frota de ligeiros. No caso da desagregação para as emissões de âmbito 2 foram consideradas as percentagens de cada GEE nos fatores de emissão da Agência Internacional de Energia.

⁶³ As emissões de gases com efeito de estufa associados a uma determinada actividade podem ser calculadas com base em diferentes factores, como é o caso do consumo de energia eléctrica ou da utilização de combustíveis na frota de ligeiros. Assim, a energia eléctrica produzida maioritariamente a partir de fontes de energia renovável produzirá menos gases com efeito de estufa, em comparação com um mix energético baseado numa maior utilização de combustíveis fósseis, como o carvão.

⁶⁴ As emissões de âmbito 2 baseiam-se em factores de emissão do tipo location-based (aquecimento) e market-based (electricidade), conforme tabela "Pegada de Carbono – Indicadores".

⁶⁵ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os Centros de Distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

⁶⁶ Este parâmetro inclui franchising e modelos similares.

5.3.3. Gestão dos Consumos de Água e Energia

Uma gestão mais eficiente da utilização de água e energia integra também o conjunto de acções que fazem parte da estratégia do Grupo para combater as alterações climáticas. Esta preocupação está presente nos projectos de remodelação e de construção de novas infra-estruturas, destacando-se a implementação de:

- sistemas de controlo e gestão de energia;
- móveis refrigerados e arcas congeladoras com portas e tampas que evitam o desperdício de energia;
- tecnologias de iluminação mais eficientes (como LED) e instalação de clarabóias;
- instalação de energias renováveis⁶⁷;
- sistemas de racionalização dos consumos de água: redutores de caudal, torneiras com temporizadores, sensores de regulação para máquinas de gelo e recolha de águas pluviais para utilização em sistemas de rega ou de lavagem de equipamentos.

Em resultado destas medidas foi possível evitar, desde 2015, a emissão de mais de 265 mil toneladas de CO₂e, num investimento associado superior a 190 milhões de euros, e que conta com um período de retorno de 5,9 anos, inferior aos habituais 7 a 8 anos de referência para este tipo de investimentos.

E porque a redução dos consumos de água e energia passa também pela adopção de boas-práticas e comportamentos individuais, investimos em projectos de sensibilização dos nossos colaboradores. Com o projecto Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia, iniciado em 2011 nas lojas Pingo Doce e Recheio, conseguimos reduzir os consumos de água em 494.902 m³ e os de energia em 47.902.211 kWh, o que equivale a uma poupança de mais de 6,2 milhões de euros⁶⁸.

O projecto Let's Go Green, desenvolvido em 2015 para os edifícios de escritórios em Portugal, foi já alargado aos edifícios-sede da Biedronka e da Ara. Este projecto visa sensibilizar os colaboradores para a adopção de boas-práticas na utilização de energia, água e papel, bem como para a importância da correcta separação de resíduos. Em 2020, uma parte significativa dos colaboradores dos edifícios-sede ficaram em regime de teletrabalho. Por este motivo, os resultados verificados não são comparáveis nem podem ser efectivamente atribuídos à adopção de boas-práticas.

Captação e reciclagem de água

Captação total (megalitros/milhões de euros)	2020	2019	Δ 2020/2019
Valor específico global	0,247	**0,264	-6,4%
Valor específico (Distribuição)	0,145	0,155	-6,5%
Valor específico (Agro-Alimentar)	35.211	44.873	-21,5%

Captação total (megalitros)	2020	2019	Δ 2020/2019
Captação de água por fonte*	4.765,16	**4.925,23	-3,3%
▪ Rede municipal e privada	4.448,24	**4.647,24	-4,3%
▪ Água subterrânea	291,63	**268,85	+8,5%
▪ Água superficial (inclui água da chuva)	25,29	**9,14	+176,7%
Captação de água por unidade de negócio			
▪ Pingo Doce	1.484,29	**1.664,21	-10,8%
▪ Recheio	88,36	**111,34	-20,6%
▪ Biedronka	870,32	**838,34	+3,8%
▪ Hebe	17,37	17,49	-0,7%
▪ Ara	265,16	181,00	+46,5%
▪ Agro-Alimentar	1.978,12	2.049,82	-3,5%
▪ Lojas em regime de franchise ⁶⁶ (Biedronka e Pingo Doce)	61,54	**63,03	-2,4%

* A totalidade do volume captado corresponde a água doce.

** Valores corrigidos para autonomização das lojas em regime de franchise⁶⁶, rectificação dos volumes captados (Recheio e Centros de Distribuição do Pingo Doce) e autonomização dos volumes de algumas captações próprias do Agro-Alimentar.

Água reciclada (megalitros)	2020	2019	Δ 2020/2019
Água reciclada total*	2,09	0	-

* Apenas na Ara.

⁶⁷ Ver tabela "Energias Renováveis" neste subcapítulo.

⁶⁸ Valor calculado com base em relatórios regulares de benchmarking interno.

Em 2020, a água proveniente das redes municipais ou de fornecedores privados representou mais de 93% do total extraído para as nossas actividades. No caso de captações subterrâneas, e para as quais detemos as licenças necessárias, a água recolhida é apenas utilizada em operações menos exigentes, como rega e sistemas de refrigeração.

Apesar da redução de captação de água registada pelo Grupo em 2020, a Biedronka e a Ara viram este valor aumentar em 3,8% e 46,5%, respectivamente. No caso da Biedronka, a variação deve-se ao alargamento, em resultado da pandemia, do período de funcionamento de muitas lojas e da abertura de 113 novas lojas, enquanto que na Ara o aumento esteve sobretudo relacionado com a abertura de 47 novas lojas e de dois Centros de Distribuição.

Nos casos do Pingo Doce, do Recheio e da Hebe a diminuição na extração de água está relacionada com a redução dos horários de funcionamento das lojas durante os períodos de confinamento. Na área Agro-Alimentar, o aumento da pluviosidade em 2020 resultou numa menor necessidade de rega.

No que diz respeito ao reaproveitamento de água, em quatro Centros de Distribuição (um em Portugal e três na Colômbia) foram recolhidos mais de 25 megalitros de água da chuva para utilização nos sistemas de refrigeração, rega e lavagem exterior de camiões, um aumento de 177% face a 2019.

Reciclagem de água na Ara

Nos Centros de Distribuição em Montería e em Pereira, reduzimos o consumo de água através da sua reciclagem. Estes dois locais são os primeiros do Grupo a aproveitar águas residuais que, depois de tratadas, são armazenadas em reservatórios para posterior utilização na rega de espaços verdes e em sanitários. Só em 2020, foram reutilizados 2.089 m³ de águas residuais tratadas.

Rejeição de águas

Quantidade total (megalitros)	2020	2019	Δ 2020/2019
Quantidade de águas residuais por tipo de destino*	2.434,40	**2.477,62	-1,7%
▪ Saneamento municipal	2.369,42	**2.415,81	-1,9%
▪ Meio natural	64,98	**61,81	+5,1%
Quantidade de águas residuais por unidade de negócio			
▪ Pingo Doce	1.187,43	**1.331,37	-10,8%
▪ Recheio	70,69	**89,08	-20,6%
▪ Biedronka	696,26	**670,67	+3,8%
▪ Hebe	13,89	13,99	-0,7%
▪ Ara	212,13	144,80	+46,5%
▪ Agro-Alimentar	204,77	177,29	+15,5%
▪ Lojas em regime de <i>franchise</i> ⁶⁹ (Biedronka e Pingo Doce)	49,23	**50,42	-2,4%

* Estima-se que o volume rejeitado corresponda a menos de 0,5% de água doce.

** Valores corrigidos para autonomização das lojas em regime de *franchise*⁶⁹ e rectificação dos volumes captados (Recheio e Centros de Distribuição do Pingo Doce).

As descargas de águas residuais no meio natural – devidamente tratadas antes da sua rejeição – representaram 2,7% do volume total de águas residuais gerado pelo Grupo.

Consumo de água

Quantidade total (megalitros)	2020	2019	Δ 2020/2019
Consumo de água por unidade de negócio	2.330,75	2.447,63	-4,8%
▪ Pingo Doce	296,86	332,84	-10,8%
▪ Recheio	17,67	22,27	-20,7%
▪ Biedronka	174,06	167,67	+3,8%
▪ Hebe	3,47	3,50	-0,9%
▪ Ara	53,03	36,20	+46,5%
▪ Agro-Alimentar	1.773,35	1.872,54	-5,3%
▪ Lojas em regime de <i>franchise</i> ⁶⁹ (Biedronka e Pingo Doce)	12,31	12,61	-2,4%

Nota: De acordo com a metodologia da Global Reporting Initiative, o consumo de água é calculado por diferença entre o volume de água extraído e o volume de descargas de água.

O consumo de água do Grupo diminuiu 4,8% face a 2019, em linha com a diminuição da extracção de água.

⁶⁹ Este parâmetro inclui *franchising* e modelos similares.

Em 2020 respondemos, pelo segundo ano consecutivo, ao tema Water Security do CDP, que analisa as práticas de gestão da água enquanto recurso crítico, tendo o Grupo sido classificado no nível “B” (Gestão)⁷⁰, em linha com a avaliação obtida em 2019.

Para avaliar a exposição das actividades do Grupo ao risco de escassez de água potável, é determinado anualmente o stress hídrico por classe, associado às captações de água do Grupo. Para tal, recorre-se ao mapeamento das localizações físicas dos estabelecimentos das Companhias e ao modelo “Aqueduct: Baseline Water Stress Class” do World Resources Institute (WRI). Desta análise concluiu-se que, em 2020, 2.373,29 megalitros de água captada (49,8% do volume total) apresenta um nível de stress hídrico considerado “extremamente elevado” ou “elevado”. Em termos de água rejeitada, o volume para as mesmas classes de risco é de 555,23 megalitros (22,8% do total).

É no negócio do Agro-Alimentar (cultivo de cereais para alimentação de bovinos) que a exposição a riscos de escassez é maior, sendo este tema imaterial para as nossas operações na Polónia e na Colúmbia. Para mitigar estes riscos, as Companhias do Grupo investem em práticas e tecnologias que promovem o uso racional da água (ex., investimentos em equipamentos mais eficientes, aproveitamento de água da chuva e reciclagem de água) e previnem a deterioração da qualidade da água ao proceder ao adequado tratamento (ou pré-tratamento) das águas residuais. Na alimentação dos animais são incorporados regularmente produtos fora de calibre ou subprodutos da indústria alimentar. Sem este aproveitamento, estes produtos correriam o risco de serem desperdiçados. Desta forma, são utilizados para a produção de carne e leite. Estes produtos reduzem ainda a dependência de cereais e têm teores de humidade elevados, o que conduz a uma redução do consumo de água pelos animais.

Classe de stress hídrico (megalitros)	Água Captada		Água Rejeitada	
	Rede municipal e privada	Água subterrânea e superficial	Saneamento municipal	Meio natural
▪ Baixo	527,69	29,84	425,58	19,43
▪ Baixo a médio	329,17	0,00	264,49	0,00
▪ Médio a elevado	1.313,26	190,14	1.127,81	40,30
▪ Elevado	1.773,23	66,15	105,85	0,00
▪ Extremamente elevado	503,12	30,79	444,13	5,25
▪ Árido	0,00	0,00	0,00	0,00
▪ Sem informação	1,77	0,00	1,56	0,00

Consumo de energia

Consumo total (GJ/mil euros)	2020	2019	Δ 2020/2019
Valor específico	0,374	0,373	+0,3%
Valor específico (excepto franchise ⁶⁹)	0,367	0,366	+0,3%

Consumo total (GJ)	2020	2019	Δ 2020/2019
Consumo de energia por tipologia (excepto franchising)	7.074.142	6.813.773	+3,8%
▪ Electricidade*	5.633.497	5.492.450	+2,6%
▪ Combustíveis	1.305.566	1.156.457	+12,9%
▪ Aquecimento	135.079	164.866	-18,1%
Electricidade 100% renovável	1.635.797	1.801.003	-9,2%
Consumo de energia por unidade de negócio	7.221.732	**6.943.939	+4,0%
▪ Biedronka	4.379.043	**4.110.531	+6,5%
▪ Hebe	81.284	89.517	-9,2%
▪ Pingo Doce ⁷¹	1.728.825	**1.779.611	-2,9%
▪ Recheio	207.198	**217.987	-4,9%
▪ Ara	575.322	524.857	+9,6%
▪ Agro-Alimentar	102.470	91.270	+12,3%
▪ Lojas em regime de franchise ⁶⁹ (Biedronka e Pingo Doce)	147.590	**130.166	+13,4%

* Inclui produção de energia elétrica de fontes renováveis em regime de auto-consumo (ex.: painéis fotovoltaicos).

** Valores corrigidos para autonomização das lojas em regime de franchise⁶⁹ e rectificação do consumo de energia do Recheio.

⁷⁰ O Grupo divulga publicamente as suas respostas no seu website www.jeronimomartins.com (Responsabilidade > Respeitar o Ambiente > Alterações Climáticas).

⁷¹ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os Centros de Distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

Face a 2019, verificou-se um aumento do consumo de energia eléctrica na Biedronka, na Ara e na actividade Agro-Alimentar. As explicações residem no alargamento do período de funcionamento e da abertura de 113 novas lojas, no caso da Biedronka, e na abertura de 47 novas lojas e de dois novos Centros de Distribuição, no caso da Ara. O aumento na categoria franchise ou modelos similares deve-se à abertura de 10 novos espaços na Biedronka e Pingo Doce.

O crescimento do consumo de energia registado no Agro-Alimentar está relacionado com uma maior utilização de ventoinhas para melhoria do bem-estar animal em todos os espaços estabulados da Best Farmer e, ao mesmo tempo, com o aumento da produção da Terra Alegre (fábrica de lacticínios).

Já o Pingo Doce e o Recheio registaram uma redução do consumo de energia associado à limitação do número de pessoas dentro das lojas (que resulta, por exemplo, em menos aberturas das arcas congeladoras). Na Hebe, houve uma diminuição do período de funcionamento em determinados momentos de 2020 e o número de lojas reduziu-se após o negócio das farmácias HebeApteka ter sido descontinuado.

Energias renováveis

Tecnologia	N.º edifícios	Energia (kWh/ano)	Poupança* (t CO ₂ e/ano)
Painéis fotovoltaicos para autoconsumo	15	4.461.594	1.842
▪ Pingo Doce ⁷¹	6	3.573.511	1.392
▪ Recheio	1	627.085	244
▪ Biedronka	8	260.998	206
Postes de iluminação e sistema de vigilância alimentados a partir de painéis fotovoltaicos e/ou aerogeradores	7	32.619	13
▪ Pingo Doce ⁷¹	1	263	0,1
▪ Recheio	4	11.301	4
▪ Biedronka	1	1.659	2
▪ Agro-Alimentar	1	18.396	7
Colectores solares para aquecimento das águas sanitárias e/ou utilização no sistema de ar condicionado	14	1.441.020	562
▪ Pingo Doce ⁷¹	7	1.305.240	509
▪ Recheio	7	135.780	53
Bombas de calor geotérmico (Biedronka)	15	1.634.392	1.288

* Estes valores reflectem a actualização dos factores de emissão da electricidade (market-based).

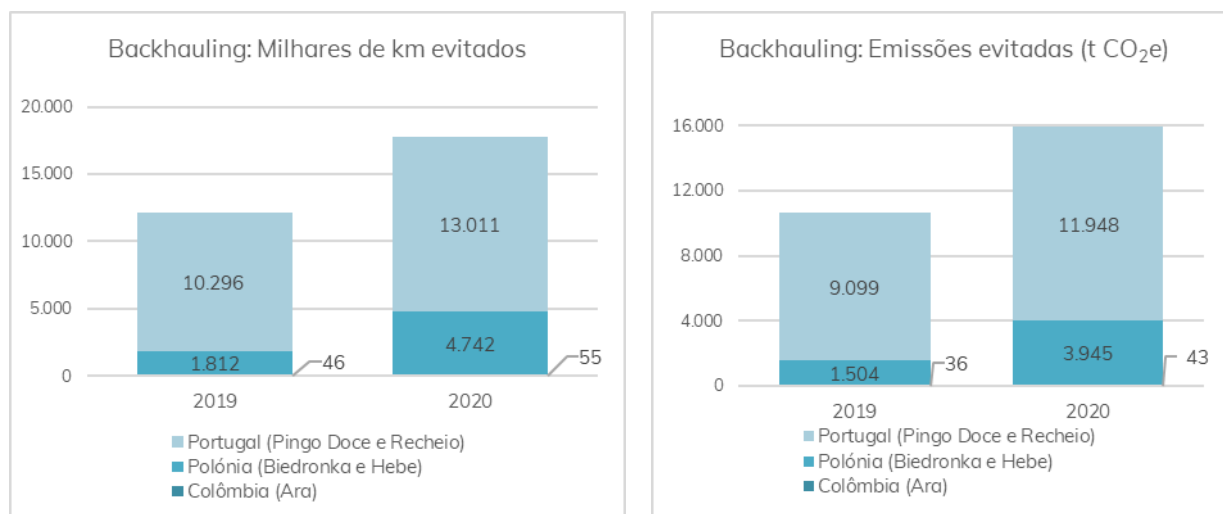
Com um maior peso dos projectos fotovoltaicos, o investimento em energias renováveis resultou na produção de cerca de 7,6 milhões de kWh⁷², um aumento de 38% face a 2019. Adicionalmente, desde Julho de 2018 que o Grupo investe em electricidade com origem em fontes de energia renovável para alimentar as operações das suas insígnias em Portugal, através da aquisição de certificados de origem RECS (Renewable Energy Certificate System). Em 2020, a compra destes certificados correspondeu a cerca de 180 mil toneladas de CO₂. No total, 23% da energia consumida pelo Grupo é proveniente de fontes renováveis, consumo que em valor absoluto diminuiu face a 2019, em resultado da redução do consumo de electricidade no Pingo Doce e no Recheio.

5.3.4. Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos

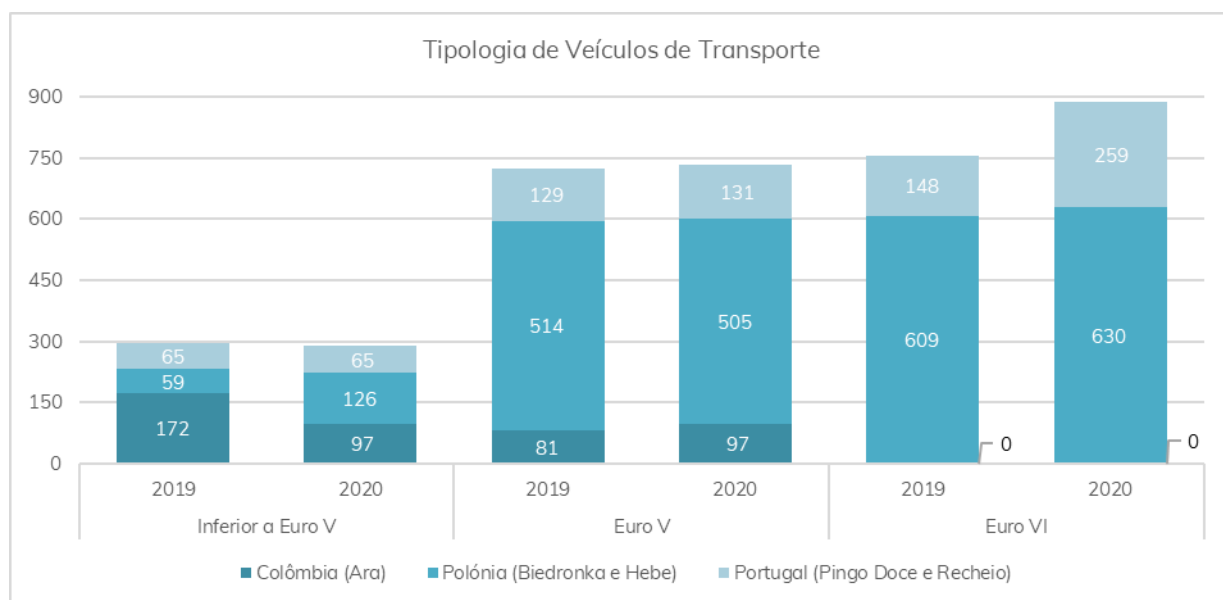
Uma gestão eficiente dos processos de logística significa igualmente uma redução dos impactes ambientais. Por este motivo, temos desenvolvido e implementado várias medidas, como a optimização de rotas de distribuição ou o investimento em veículos mais eficientes.

⁷² Este investimento equivale a uma redução de custos associados ao consumo de electricidade de aproximadamente 480.000 euros por ano.

As nossas operações de backhauling⁷³



Distribuição das viaturas de transporte de mercadorias pelas normas Euro



Adicionalmente:

- no Pingo Doce e Recheio o projecto de *fronthauling*⁷⁴ permitiu uma poupança de 94.329 km, e evitou a emissão de 83 toneladas de CO₂e;
- na Ara, o projecto de transporte de mercadorias não paletizadas para otimizar as cargas entre as instalações dos fornecedores e os nossos Centros de Distribuição resultou numa poupança de 1.091.111 km, o que equivale a 1.712 toneladas de CO₂e;
- também na Ara, o projecto *by-truck* evitou a realização de 65.832 km e a emissão de 51 toneladas de CO₂e, recorrendo a atrelados para transporte de mercadorias entre os Centros de Distribuição de duas regiões e as lojas mais distantes;
- a frota que abastece as lojas Pingo Doce e Recheio conta agora com a tecnologia Frigoblock™, que aproveita a energia do motor do veículo para arrefecer a caixa refrigerada. No primeiro semestre, esta tecnologia foi instalada nos primeiros dois veículos, estimando-se uma redução anual de 8 toneladas de CO₂e por viatura.

⁷³ Após entrega de produtos nas nossas lojas, a rota de regresso inclui a passagem pelas instalações de fornecedores do Grupo para recolher mercadorias e transportá-las até ao Centro de Distribuição.

⁷⁴ Após a entrega de produtos nos nossos Centros de Distribuição, a rota de regresso dos fornecedores às suas instalações inclui a passagem pelas lojas do Grupo para entregar mercadoria.

5.3.5. Gestão de Gases de Refrigeração

O controlo da temperatura é essencial para garantir a qualidade e segurança dos produtos alimentares e, consequentemente, para a sua conservação, permitindo assim evitar o desperdício. Com o objectivo de reduzir as emissões de carbono associadas aos gases utilizados nos sistemas de frio e climatização, utilizamos tecnologias de controlo de fugas e, de forma crescente, optamos por gases de refrigeração naturais. Estas acções estão alinhadas com os compromissos de redução das emissões de gases com efeito de estufa que subscrevemos de forma voluntária, entre eles a resolução do The Consumer Goods Forum para a promoção da utilização de gases de refrigeração naturais.

Estas são algumas das acções que temos vindo a implementar:

- Substituição de gases fluorados por gases de refrigeração natural (ex.: dióxido de carbono e amoníaco) em centrais de refrigeração;
- em Portugal, o Centro de Distribuição de Alfena dispõe de equipamentos de arrefecimento e refrigeração através de CO₂ (máquinas de gelo, câmara de congelados e de refrigerados da cantina);
- 1.535 lojas Biedronka, 270 lojas Pingo Doce, 39 lojas e plataformas Recheio e 250 lojas da Ara têm arcas congeladoras que recorrem unicamente a propano.

Estabelecimentos que utilizam gases de refrigeração natural nos seus sistemas de frio

Estabelecimentos	Número de estabelecimentos		Progresso*	
	2020	2019	2020	2019
Lojas	1.429	1.005	31%	25%
Centros de Distribuição e Unidades Industriais	20	15	56%	45%

* Grau de progresso face à resolução do The Consumer Goods Forum.

Procuramos também que as novas lojas e as sujeitas a grandes remodelações utilizem equipamentos de refrigeração com fluidos de baixo potencial de aquecimento global – no caso das instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado – e de gases refrigerantes 100% naturais – no caso de instalações de frio industrial.

5.4. Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos

De acordo com a Fundação Ellen MacArthur⁷⁵, a economia circular tem nos seus fundamentos a preocupação com a eliminação de resíduos e de poluição logo na fase de design dos produtos, a manutenção dos produtos e dos recursos materiais na economia (de preferência com uma utilização constante) e, ainda, a regeneração dos sistemas naturais.

Em 2020, aderimos ao Pacto Português para os Plásticos, ao Pacto Polaco para os Plásticos – através da Biedronka – e integrámos o grupo de trabalho de design do Plastic Waste Coalition of Action do The Consumer Goods Forum. Mantivemos ainda a nossa adesão ao New Plastic Economy Global Commitment, que é liderado pela Fundação Ellen MacArthur. No âmbito destas iniciativas, destacam-se os seguintes compromissos, a implementar até 2025:

- garantir que todas as embalagens de plástico de Marca Própria são reutilizáveis ou recicláveis;
- incorporar pelo menos 25% de conteúdo reciclado nas embalagens de plástico de Marca Própria;
- reduzir em 10%, face a 2018, o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por cada milhão de euros de volume de negócios.

5.4.1. Materiais Consumidos e Iniciativas de Redução

Colaboramos com os nossos fornecedores no desenvolvimento de produtos e embalagens com o objectivo de reduzir a quantidade de materiais utilizados, promover a utilização de materiais reciclados e assegurar a reciclabilidade no nosso sortido de Marca Própria e Perecíveis.

⁷⁵ Fundação que trabalha com diversos actores da sociedade para acelerar a transição para uma economia circular. Mais formação disponível em <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/>.

Principais materiais consumidos

Consumo total (toneladas/milhões de euros)	2020	2019	Δ 2020/2019
Valor específico	25,48	*25,97	-1,9%

Consumo total (toneladas)	2020	2019	Δ 2020/2019
Consumo de materiais	491.593	*483.998	+1,6%
▪ Biedronka	387.713	*387.537	+0,1%
▪ Hebe	855	1.349	-36,6%
▪ Pingo Doce ⁷⁶	62.965	*61.236	+2,8%
▪ Recheio	12.039	*11.642	+3,4%
▪ Ara	28.021	22.234	+26,0%
Embalagens de produtos de Marca Própria	465.188	*446.065	+4,3%
▪ Papel e cartão	187.828	*156.505	+20,0%
▪ Cartão para líquidos ⁷⁷	14.949	*13.931	+7,3%
▪ Plástico	132.280	*141.545	-6,5%
▪ Vidro	100.257	*110.226	-9,0%
▪ Aço	18.915	*17.017	+11,2%
▪ Outros materiais**	10.959	*6.841	+60,2%
Embalagens de serviço	10.526	10.727	-1,9%
▪ Plástico	7.469	8.071	-7,5%
▪ Papel e cartão	2.548	2.236	+14,0%
▪ Outros materiais**	509	420	+21,2%
Outros consumos	15.879	27.206	-41,6%
▪ Papel de escritório	802	877	-8,6%
▪ Folhetos promocionais	15.077	26.329	-42,7%

Materiais reciclados (toneladas)	2020	2019	Δ 2020/2019
Materiais reciclados (embalagens***)	152.563	125.378	+21,7%
▪ Biedronka	121.621	102.289	+18,9%
▪ Hebe	39	18	+116,7%
▪ Pingo Doce ⁷⁶	22.341	17.100	+30,6%
▪ Recheio	2.478	2.354	+5,3%
▪ Ara	6.084	3.617	+68,2%
Materiais de embalagem***	145.706	122.715	+18,7%
▪ Papel e cartão	145.706	122.715	+18,7%
▪ Plástico	6.857	2.663	+157,5%

* Os valores foram corrigidos em função de uma actualização dos cálculos.

** Inclui alumínio, madeira e outros materiais.

*** Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e embalagens de serviço.

O consumo de materiais por volume de vendas diminuiu, embora tenha aumentado em termos absolutos devido à expansão das nossas operações. Observa-se ainda um decréscimo na quantidade de folhetos promocionais em todas as Companhias, reflectindo-se numa redução global do consumo de papel pelo Grupo. Em 2020, verificou-se um aumento de 1,6% em valor absoluto e uma redução de 1,9% por cada milhão de euros de vendas, face ao ano anterior.

Relativamente às embalagens de serviço e de produtos de Marca Própria, em 2020, incorporámos pelo menos 32% de materiais reciclados nas nossas embalagens de cartão/papel e plástico – os dois materiais mais representativos entre os utilizados –, correspondendo a cerca de 152.600 toneladas destes materiais, um aumento de 21,7% face a 2019. No caso particular das embalagens de papel/cartão, cerca de 72% dos materiais utilizados são reciclados.

⁷⁶ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os Centros de Distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

⁷⁷ Correspondem a embalagens compósitas utilizadas no acondicionamento de produtos como sumos, leites e natas, entre outros.

Plásticos de Utilização Única (PUU)

Consumo total (toneladas/milhões de euros)	2020	2019	Δ 2020/2019
Valor específico	8,43	*9,28	-9,2%

Consumo total (toneladas)	2020	2019	Δ 2020/2019
Consumo de PUU por Companhia	162.709	*172.971	-5,9%
▪ Biedronka	119.568	*133.751	-10,6%
▪ Hebe	119	103	+15,5%
▪ Pingo Doce	23.614	*22.723	+3,9%
▪ Recheio	4.933	*4.891	+0,9%
▪ Ara	14.475	*11.503	+25,8%
Consumo de PUU por categoria			
▪ Embalagens de Marca Própria	132.280	*141.545	-6,5%
▪ Embalagens de serviço	7.469	8.072	-7,5%
▪ Sacos de caixa	8.262	9.833	-16,0%
▪ Filme de paletização	2.846	*2.563	+11,0%
▪ Sacos do lixo	11.304	10.173	+11,1%
▪ Outros PUU**	548	785	-30,2%

* Os valores foram corrigidos em função de uma actualização dos cálculos.

** Inclui talheres e agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes (os PUU incluem Marca Própria, marcas exclusivas e consumo próprio, com exceção dos cotonetes).

Incorporação de plástico reciclado em PUU (toneladas)	2020	2019	Δ 2020/2019
Plástico reciclado	16.182	10.900	+48,5%
▪ Biedronka	6.222	6.536	-4,8%
▪ Hebe	1	0	-
▪ Pingo Doce	8.714	3.342	+160,7%
▪ Recheio	817	685	+19,3%
▪ Ara	428	337	+27,0%
Plástico reciclado			
▪ Embalagens*	13.202	8.815	+49,8%
▪ Sacos do lixo e outros PUU	2.980	2.085	+42,9%

* Inclui embalagens de produtos de Marca Própria, embalagens de serviço, sacos de caixa e filme de paletização.

Em termos de Plástico de Utilização Única (PUU), verificou-se uma redução generalizada face a 2019, em quase todas as categorias, com excepção dos sacos do lixo e filme de paletização, em resultado dos esforços das Companhias para antecipar as metas de redução do consumo de plástico descartável. Em 2020, o plástico representou 31% do total de materiais que compõem as quatro categorias de embalagens (embalagens de Marca Própria, embalagens de serviço, sacos de caixa e filme de paletização), as quais incorporam já 13.202 toneladas de plástico reciclado, o que representa 9% do plástico de uso único nestas categorias.

Combate à poluição por plástico

Em 2020, substituímos as palhinhas de plástico por papel nos leites de Marca Própria de 200 ml do Pingo Doce e do Recheio, produzidos na nossa fábrica de lacticínios Terra Alegre. No início de 2021, concluímos o mesmo processo para os sumos de 200 ml de Marca Própria das Companhias de Distribuição Alimentar do Grupo em Portugal. Esta alteração permite gerar uma redução anual de 15 toneladas de plástico descartável.

A nova linha de acessórios para o lar (ex.: baldes, vassouras e esfregonas) de Marca Própria Pingo Doce, lançada em 2020, incorpora plástico reciclado em diferentes percentagens, permitindo evitar o consumo de 5,1 toneladas por ano de plástico virgem. Também em 2020, o Pingo Doce e o Recheio duplicaram o teor de plástico reciclado utilizado nos sacos do lixo de Marca Própria, sendo agora produzidos na sua totalidade com 100% de plástico reciclado. Esta alteração permite reintroduzir na economia mais de 1.700 toneladas de plástico reciclado pós-consumo por ano, evitando, por isso, o consumo da mesma quantidade de plástico virgem.

Na Biedronka, substituímos a palhinha de plástico por papel em dois sumos de Marca Própria, retirámos as colheres plásticas de um iogurte e substituímos o garfo de plástico por outro em madeira numa salada pronta a comer, o que no total permite evitar anualmente o uso de 18 toneladas de plástico descartável.

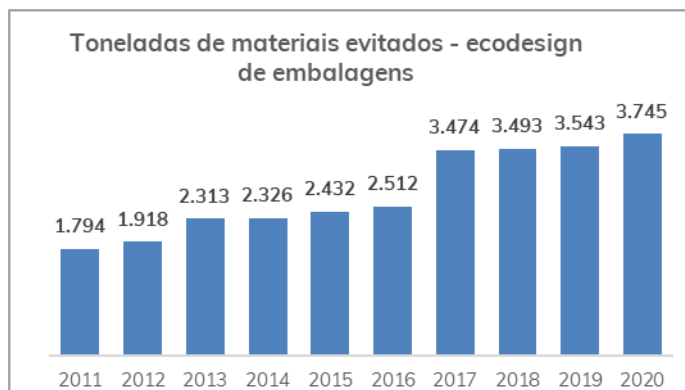
Os produtos das categorias de higiene pessoal, cosmética e detergentes de Marca Própria do Pingo Doce, do Recheio e da Biedronka não incluem microplásticos (partículas plásticas com funções esfoliantes ou de limpeza adicionadas intencionalmente) nas suas formulações.

Ver também a caixa de destaque sobre “Ecodesign de embalagens”.

Promoção do Consumo Sustentável de Materiais

Ecodesign de embalagens

Para reduzir o impacto ambiental e otimizar os custos de produção, transporte e gestão de resíduos das embalagens dos produtos de Marca Própria, o Grupo tem vindo a desenvolver várias parcerias com os seus fornecedores. Um desses projectos passa pelo ecodesign de embalagens, que, no triénio 2018-2020, tinha como objectivo realizar 20 projectos por ano. Em 2020 apenas, implementámos 148 projectos deste tipo (78 na Biedronka, 36 no Pingo Doce, 14 na Hebe, 10 no Recheio e 10 na Ara).



Desde 2011, o projecto já abrangeu 534 referências, evitando a utilização de cerca de 27.500 toneladas de materiais. Introduzimos ainda 143 embalagens com certificação FSC® e foi possível evitar a emissão de aproximadamente 4.500 toneladas de carbono associadas ao transporte dos produtos.

Ecodesign de embalagens - destaques

- No primeiro semestre de 2020, a Biedronka desenvolveu pictogramas orientadores da separação de resíduos de embalagem, com o objectivo de sensibilizar os consumidores para a importância da correcta reciclagem das embalagens e dos seus constituintes, tendo lançado em Abril os primeiros produtos de Marca Própria rotulados com esta simbologia;
- A Biedronka eliminou o PVC em 44 referências de Marca Própria;
- O Pingo Doce lançou a lixívia concentrada em pastilhas Ultra Pro, que permite uma poupança superior a 97% de plástico por litro de lixívia;
- A Ara reduziu em 12% o peso do plástico (PET) da preforma da garrafa de água de Marca Própria, o que se traduz numa poupança anual de 7,5 toneladas de plástico;
- O cartão das embalagens de 14 referências de Marca Própria da Hebe passou a ter certificação FSC®, ou seja, é proveniente de florestas geridas de forma responsável.

Embalagens reutilizáveis

Sempre que possível, procuramos reutilizar materiais nas nossas operações:

- no Pingo Doce e no Recheio, a utilização de caixas de plástico reutilizáveis nas áreas de Perecíveis fixou-se em 39,1 milhões de unidades;
- na Ara, recorremos a caixas de transporte reutilizáveis para água engarrafada e para Fruta e Legumes (mais de 4,2 milhões de unidades, um aumento de 50% face a 2019);
- na Biedronka e para produtos de padaria, recorremos a 27,5 milhões de caixas de transporte reutilizáveis.

No total, evitámos a utilização de mais de 35 mil toneladas de embalagens descartáveis.

Desde 2018 que o Pingo Doce, em parceria com a New Water Project, disponibiliza aos seus clientes uma solução de enchimento de garrafas de plástico reutilizáveis. No final de 2020, a garrafa ECO estava em 138 lojas, evitando o consumo de 73 toneladas de plástico.

A Biedronka e o Pingo Doce lançaram sacos reutilizáveis de Fruta e Legumes em poliéster, encorajando os consumidores a reduzir a utilização de sacos de plástico descartáveis.

Promoção de vendas a granel

As vendas a granel totalizaram cerca de 51 mil toneladas de produtos alimentares na Ara, estando disponíveis em 548 lojas (83% do total) onde se comercializa pelo menos um dos artigos abrangidos (arroz, açúcar, lentilhas e feijão). A venda de frutos secos e doces a granel representou cerca de 27 mil toneladas na Biedronka (disponível em 100% das lojas) e 235 toneladas no Pingo Doce (disponível em 53% das lojas).

Sacos de caixa e soluções reutilizáveis

Material consumido por tipo de solução	2020	2019	Δ 2020/2019
Sacos de caixa de papel reutilizáveis – toneladas	731	211	+246,4%
▪ Biedronka	632	99	+538,4%
▪ Hebe	0	0	-
▪ Pingo Doce	99	111	-10,8%
▪ Recheio	0	1	-100,0%
▪ Ara	0	0	-
Sacos reutilizáveis* – toneladas	7.849	9.411	-16,6%
▪ Biedronka	5.546	6.903	-19,7%
▪ Hebe	43	51	-15,7%
▪ Pingo Doce	2.055	2.286	-10,1%
▪ Recheio	5	5	0,0%
▪ Ara	200	166	+20,5%
Sacos de caixa de plástico – toneladas	422	423	-0,2%
▪ Biedronka	0	0	-
▪ Hebe	0	3	-100,0%

Material consumido por tipo de solução	2020	2019	Δ 2020/2019
▪ Pingo Doce	0	0	-
▪ Recheio	0	0	-
▪ Ara	422	420	+0,5%
Trolleys – unidades	31.959	31.876	+0,3%
▪ Biedronka	0	0	-
▪ Hebe	0	0	-
▪ Pingo Doce	31.080	25.576	+21,5%
▪ Recheio	444	1.042	-57,4%
▪ Ara	435	5.258	-91,7%

* Inclui sacos resistentes de diferentes formatos e materiais que permitem várias utilizações.

Desde 2007 que, de forma progressiva, deixámos de disponibilizar gratuitamente sacos de plástico nas caixas de pagamento das nossas Companhias. Adicionalmente, os sacos de plástico que disponibilizamos na Biedronka e no Pingo Doce contêm 85% de plástico reciclado pós-consumo (versus 80% em 2019). Esta alteração evita a utilização de cerca de 5,9 mil toneladas de plástico virgem. Estes sacos de plástico têm certificação “Blue Angel”, usada para diferenciar produtos com um melhor perfil ambiental. No caso particular da Ara, o aumento da comercialização dos sacos de plástico está associado à expansão das suas operações. A redução da quantidade de sacos de plástico é acompanhada de um incremento das vendas de sacos de papel, que reflecte o lançamento deste artigo nas lojas da Biedronka.

A redução das quantidades de *trolleys* vendidos na Ara e no Recheio pode ser explicada pelo aumento da sua reutilização para acondicionamento e transporte de produtos. No Pingo Doce verificou-se um aumento significativo devido à adopção crescente de soluções de transporte reutilizáveis e à utilização dos *trolleys* para realizar compras, impulsionada pelo cenário de pandemia em que vivemos. No caso da Ara, as vendas de sacos reutilizáveis continuaram a aumentar devido à subida da procura por parte dos clientes (as taxas existentes para soluções descartáveis neste país têm incentivado a procura de soluções reutilizáveis). Destaca-se ainda o aumento do plástico reciclado pós-consumo nos sacos reutilizáveis – para todas as Companhias do Grupo – de uma média de cerca de 60%, em 2019, para 74% em 2020, totalizando mais de 6 mil toneladas. No caso dos sacos de papel, o teor de reciclado é de 50%, correspondendo a 365 toneladas.

5.4.2. Gestão de Resíduos

Em 2020, as actividades do Grupo foram responsáveis pela produção de 522.531 toneladas de resíduos, 0,7% mais do que em 2019.

Resíduos produzidos (toneladas/milhões de euros)	2020	2019	Δ 2020/2019
Valor específico	27,08	27,83	-2,7%

Resíduos produzidos (toneladas)	2020	2019	Δ 2020/2019
Quantidade por tipo de resíduo	522.531	518.712	+0,7%
▪ Cartão e Papel	320.562	302.422	+6,0%
▪ Plástico	12.386	10.963	+13,0%
▪ Madeira	2.119	2.447	-13,4%
▪ Orgânicos	93.441	102.793	-9,1%
▪ Indiferenciados	79.723	86.567	-7,9%
▪ Óleos e Gorduras Alimentares	182	220	-17,3%
▪ Resíduos de Tratamento de Efluentes	8.850	8.667	+2,1%
▪ Resíduos Perigosos	648	375	+72,8%
▪ Outros Resíduos	4.620	4.258	+8,5%
Quantidade total			
▪ Biedronka	397.070	388.204	+2,3%
▪ Hebe	865	958	-9,7%
▪ Pingo Doce	90.882	97.718	-7,0%
▪ Recheio	6.205	6.624	-6,3%
▪ Ara	25.439	23.049	+10,4%
▪ Agro-Alimentar	2.070	2.159	-4,1%

Combate ao desperdício alimentar

Em linha com o objectivo 12.3 de Consumo e Produção Responsável dos ODS, Jerónimo Martins assumiu o compromisso de, até 2030, reduzir para metade o desperdício alimentar⁷⁸ gerado pelas suas actividades. O objectivo para o triénio 2021-2023 é limitar a quantidade de alimentos desperdiçados a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos.

Em 2020, aumentámos o desperdício alimentar associado às actividades do Grupo em 5% face a 2019. No total, foram desperdiçados 16,9 kg de alimentos por cada tonelada de produtos alimentares vendidos. Em grande medida, este aumento está relacionado com a forte aposta das nossas Companhias na área de Perecíveis, uma vez que estes produtos, não sendo processados, são mais sensíveis ao manuseamento e à temperatura, e apresentam prazos de validade inferiores, contribuindo para o aumento da pegada de desperdício alimentar. Adicionalmente, a pandemia levou a um ajustamento da frequência do número de visitas dos consumidores às lojas, também contribuindo para este aumento. Os Perecíveis representam cerca de 70% do desperdício alimentar total do Grupo.

Kg de alimentos perdidos e desperdiçados/tonelada de alimentos vendidos	2020	2019	Δ 2020/2019
Desperdício alimentar	16,9	16,1	+5,0%
Destino*			
▪ Alimentação animal e processamento biológico	2,5	2,5	-
▪ Digestão anaeróbia, compostagem e combustão controlada	10,3	**9,5	+8,4%
▪ Deposição em aterro, incineração e sistemas de tratamento de águas residuais	4,1	4,1	-

* De acordo com o protocolo de Food Loss and Waste do World Resources Institute, é considerado desperdício alimentar qualquer alimento não encaminhado para consumo humano.

** Valor corrigido em função de uma actualização dos cálculos.

Há muito que desenvolvemos estratégias para reduzir o desperdício alimentar e fomos o primeiro retalhista em Portugal a calcular e divulgar publicamente a sua pegada nesta matéria. Trabalhamos em conjunto com fornecedores e produtores com o objectivo de reduzir o desperdício alimentar desde a fase mais a montante das nossas operações. Uma das acções que levamos a cabo é a compra de alimentos não calibrados – cujo perfil nutricional é igual ao dos produtos calibrados – o que garante a integração destes produtos na cadeia de valor, acabando assim por chegar à mesa dos consumidores. Os alimentos não calibrados são incorporados nas sopas que produzimos em Portugal e na Polónia e em produtos de 4.ª gama (vegetais cortados e lavados, prontos a utilizar), sendo também vendidos a um preço reduzido nas lojas Recheio. Em 2020, assegurámos a introdução no mercado de mais de 13.300 toneladas destes produtos, também conhecidos como fruta e legumes “feios”.

Nas nossas operações, desenvolvemos um conjunto de iniciativas, entre as quais:

- o projecto markdown que, iniciado em 2019 no Pingo Doce e em 2020 na Biedronka, consiste em vender com desconto produtos alimentares que se encontram perto de atingir o fim do prazo de validade, o que permitiu evitar o desperdício de 4,7 mil toneladas de alimentos em 2020;
- formação de colaboradores para a identificação, selecção e separação dos alimentos seguros para doação a instituições de solidariedade social;
- melhor gestão e aproveitamento dos alimentos nas lojas Pingo Doce como:
 - o pão que já não pode ser vendido, mas que cumpre todos os requisitos necessários para poder ser consumido, é ralado em loja e colocado à venda ou é utilizado para confeccionar panados para take away, evitando o desperdício de 187 toneladas deste alimento;
 - o frango assado que não é vendido, mas que se encontra em perfeitas condições para ser consumido, é desfiado e utilizado para as pizzas, saladas e sandes disponibilizadas no takeaway ou é vendido em cuvetes como frango desfiado. O leitão também é desfiado e utilizado para a confecção de sandes. Estas acções evitaram o desperdício de 98 e 6 toneladas, respectivamente;
 - a fruta de maiores dimensões (como melões, melancias, meloas, papaias e abacaxis) é cortada em metades para evitar tanto o desperdício em loja como em casa dos consumidores, uma vez que se promove a compra apenas da quantidade desejada;

⁷⁸ Os valores de desperdício alimentar foram calculados de acordo com o protocolo de Food Loss and Waste do World Resources Institute. Os pressupostos de cálculo estão disponíveis na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

- o donativo de 18,7 mil toneladas de alimentos a instituições de solidariedade⁷⁹, representando um aumento de 19% face a 2019.

As operações da Jerónimo Martins Agro-Alimentar recorrem à aquisição de subprodutos da indústria alimentar e de legumes não calibrados, que incorporam na alimentação do gado. Em 2020, foram introduzidas mais de 10,8 mil toneladas destas matérias no regime alimentar dos animais, um aumento de 20% face a 2019.

Valorização e destino de resíduos nas operações

Em 2020, a taxa de valorização de resíduos do Grupo foi de 85,8%, um aumento de 1 p.p. em comparação com o ano anterior. Do total de resíduos produzidos, 13,7% foram encaminhados para aterro.

Taxa de valorização de resíduos	2020	2019	Δ 2020/2019 (p.p.)
Valor Global	85,8%	84,8%	+1,0
Biedronka	91,7%	90,1%	+1,6
Hebe	76,7%	80,2%	-3,5
Pingo Doce	65,2%	65,4%	-0,2
Recheio	69,3%	74,0%	-4,7
Ara	71,6%	80,2%	-8,6
Agro-Alimentar	96,8%	98,5%	-1,7

Métodos de gestão dos resíduos	2020	2019	Δ 2020/2019 (p.p.)
Valorização*	85,8%	84,8%	+1,0
Aterro	13,7%	14,7%	-1,0
Incineração (sem valorização energética)	0,0%	0,2%	-0,2
Outros destinos sem valorização	0,5%	0,1%	+0,4

*Inclui encaminhamento para reciclagem, valorização orgânica e incineração com valorização energética.

Valorização de resíduos de clientes

Procuramos sensibilizar colaboradores, clientes e comunidades envolventes para a importância da correcta separação de resíduos e disponibilizamos nas nossas redes de lojas as infra-estruturas necessárias⁸⁰ para o fazerem:

- a rede de ecopontos do Pingo Doce está em 425 lojas, cerca de 97% do parque de lojas, e a segunda geração de ecopontos⁸¹ foi alargada a 101 lojas durante 2020;
- 98% do parque de lojas da Biedronka tem ecopontos para recolha de pequenos electrodomésticos, pilhas e, na maioria dos casos, lâmpadas fluorescentes;
- a recolha de pilhas usadas pelos clientes da Ara abrangeu 581 lojas (88% do total do parque de lojas), estando esta recolha disponível em todas as lojas Recheio e Pingo Doce;
- no Pingo Doce, a valorização das cápsulas de café resultou em mais de 4.950 euros, que reverteram para instituições de solidariedade social seleccionadas pelas nossas lojas;
- o Pingo Doce é parceiro nos projectos-piloto que pretendem incentivar a devolução de garrafas de plástico PET pelos consumidores, havendo máquinas de devolução automática a funcionar em sete lojas no final de 2020, tendo sido recolhidas mais de 1,4 milhões de garrafas PET (38 toneladas) e iniciada a recolha de latas de alumínio nos quatro pontos de recolha e garrafas de vidro num dos pontos que começaram a funcionar no final do ano.

⁷⁹ Informação sobre os donativos alimentares está disponível neste capítulo, subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes"

⁸⁰ Para informação mais detalhada sobre o número e tipo de ecopontos disponibilizados a clientes, consulte a área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁸¹ A segunda geração de ecopontos dispõe de rodas para facilitar a movimentação, tem superfícies mais fáceis de higienizar, as tampas incluem um compartimento que inviabiliza o furto e a dimensão dos vários módulos, por ser inferior à da geração anterior, possibilita a instalação também em lojas de menor dimensão.

Resíduos depositados por clientes nos ecopontos das lojas

Resíduos recolhidos nas lojas (toneladas)	2020	2019	Δ 2020/2019
Pingo Doce	446,81	337,56	+32,4%
Pilhas	5,47	8,98	-39,1%
REEE ⁸² (incluindo lâmpadas fluorescentes)	101,14	76,97	+31,4%
Óleos Alimentares Usados	101,79	99,14	+2,7%
Cápsulas	238,41	152,47	+56,4%
Recheio	0,00	0,34	-100,0%
Pilhas	0,00	0,34	-100,0%
Biedronka	253,40	283,41	-10,6%
Pilhas	212,58	146,72	+44,9%
REEE ⁸² (incluindo lâmpadas fluorescentes)	40,82	136,69	-70,1%
Ara	0,80	0,26	+207,7%
Pilhas	0,80	0,26	+207,7%

Em 2020, apenas o Pingo Doce e a Ara aumentaram a recolha de resíduos de clientes. No global, as quantidades aumentaram 12,9%, em resultado dos esforços, sobretudo do Pingo Doce, para aumentar o número de ecopontos e promover campanhas de sensibilização e informação para clientes (ex.: artigos em revistas e publicações nas redes sociais). No caso do Recheio, as pilhas recolhidas em loja não atingiram a quantidade mínima para justificar a sua recolha. Estas serão encaminhadas para valorização em conjunto com as quantidades depositadas pelos clientes em 2021. Os valores de REEE recolhidos na Biedronka diminuíram, uma vez que uma parte significativa passou a ser encaminhada para acondicionamento e revenda, deixando, por este motivo, de ser considerados resíduos.

5.5. Acções de Sensibilização

Reconhecendo a importância de incentivar melhores comportamentos individuais e colectivos para a redução do impacto de todos sobre o ambiente, o Grupo desenvolve várias iniciativas de sensibilização junto dos seus colaboradores, consumidores e comunidades em geral. Em 2020, há a destacar as seguintes campanhas:

Campanha	Descrição
"#NiechZyjePlaneta"	No âmbito da campanha "Act Now" (Age Agora) das Nações Unidas, a Biedronka lançou – em parceria com um grupo de comunicação – a iniciativa "#NiechZyjePlaneta" com o objectivo de promover a adopção de boas práticas ambientais junto da população polaca. Para o efeito foram criados desafios mensais e acções de comunicação, aos quais se associou também a nova campanha de fidelização e educação do " Gang Fajniaków " ⁸³ , cuja personagem principal, Fajniaki, ensina as crianças a cuidar do ambiente e a descobrir a natureza, através de um novo livro disponível nas lojas Biedronka e também de uma aplicação gratuita para telemóvel.
"Cuida tu bolsillo"	A Ara lançou a campanha " Cuida do teu sacco ", sensibilizando, assim, os seus clientes para a reutilização de sacos.
"Desperdício Zero à mesa com o Pingo Doce"	Em Setembro, foi lançado o livro de receitas " Desperdício Zero à mesa com o Pingo Doce " ⁸⁴ , com uma tiragem de 500 mil exemplares. Este livro incentiva os consumidores a reinventarem as sobras de comida, a melhorarem a forma como guardam e conservam os alimentos, bem como a interpretarem correctamente as datas de validade.
"EcoTips"	No "Dia Mundial da Poupança Energética" (21 de Outubro), foi lançada uma campanha pela Ara nas redes sociais e nos Centros de Distribuição com ecodicas para poupança energética. No "Dia do Ar Limpo" (9 de Novembro), a Ara lançou uma campanha nas redes sociais e nos Centros de Distribuição com dicas para redução da poluição do ar.

⁸² REEE – Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos.

⁸³ Para mais informação consulte, o subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.5. "Outros apoios".

⁸⁴ Para mais informação consulte, o subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.2.3. "Promoção de Escolhas Mais Saudáveis".

Campanha	Descrição
“Eko Słodziaki”	Para assinalar o Dia Mundial do Ambiente foi lançado o livro “The Sweeties” em todas as lojas da Biedronka. O livro tem seis histórias educativas sobre a protecção do ambiente. Por cada livro vendido no dia 5 de Junho, foi doado um zloty à organização não governamental Associação Czysta Polska, no âmbito da campanha “Clean Tatra” (Limpar as montanhas Tatra). Nesta campanha , foram vendidos 193.423 livros e doados cerca de 33 mil euros a esta organização.
“Exposição virtual no camião de resíduos Miecica”	Com o patrocínio da Biedronka, foi desenvolvida a exposição virtual sobre o ciclo de vida do plástico, no interior do camião de resíduos Miecica , com o objectivo de sensibilizar os consumidores para o correcto encaminhamento dos resíduos de plástico. O percurso do veículo incluiu sete lojas Biedronka localizadas à beira-mar e foi visitado por 6.240 pessoas.
“Liga-te a pilhas com o planeta”	A campanha “ Liga-te a pilhas com o planeta ”, que a Ara desenvolveu em parceria com a Recopila, foi lançada em Setembro na rede social Facebook, sensibilizando os clientes para a existência de contentores nas lojas para depósito de pilhas usadas.
“Não abandone as suas pilhas e equipamentos usados. Reciclar também é ajudar!”	Em parceria com a ERP Portugal, o Pingo Doce apoiou esta campanha de recolha de pequenos equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) e de pilhas usadas para angariar fundos para a Liga Portuguesa dos Direitos do Animal (LPDA). Por cada tonelada entregue nas lojas, foram doados 100 euros à LPDA para a aquisição de recursos e mantimentos, tendo no total sido recolhidas 10 toneladas de REEE e uma tonelada de pilhas.
“Vamos prevenir o desperdício alimentar juntos”	A Biedronka lançou a campanha “ Razem przeciw marnowaniu ” (Vamos Prevenir o Desperdício Alimentar Juntos), por forma a aumentar a consciencialização sobre o tema e promover a divulgação de dicas e truques para prevenção do desperdício alimentar. Em simultâneo, convidou as organizações sem fins lucrativos a juntarem-se à Biedronka neste desígnio, através do estabelecimento de parcerias para doação de géneros alimentares. Foi desenvolvido um website dedicado, contendo informação útil para diferentes stakeholders e a iniciativa foi divulgada nas lojas da Companhia (através de cartazes e LCD) e nos meios de comunicação social.
“Vamos reinventar o plástico”	O Pingo Doce, o Recheio, o Amanhecer e o Recheio MasterChef promoveram a campanha de lançamento do Pacto Português para os Plásticos, criada com o objectivo de sensibilizar para uma utilização responsável e sustentável de plásticos de uso único. Através de comunicação em loja e nas suas plataformas digitais, as Companhias do Grupo deram a conhecer a primeira fase da campanha, subordinada à vertente da redução.

Para informação mais detalhada, consulte a área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

6. Comprar com Responsabilidade

6.1. Introdução

Os princípios orientadores da estratégia de compras do Grupo procuram garantir a qualidade e segurança dos produtos alimentares que comercializamos nas nossas lojas, disponibilizar produtos que contribuem para uma alimentação mais saudável e privilegiar relações de proximidade com os nossos fornecedores sempre com respeito pelo bem-estar social e pela sustentabilidade em toda a cadeia de valor. Os compromissos que assumimos estão definidos na Política de Compras Sustentáveis e no Código de Conduta de Fornecedores⁸⁵.

Estes princípios estão alinhados com a estratégia de sermos locais nos mercados onde estamos presentes, o que passa pela compra preferencial a fornecedores nacionais dos países onde desenvolvemos as nossas operações e também pela construção de relações de proximidade e de longo prazo com esses parceiros. Desta forma, ao mesmo tempo que reforçamos o nosso conhecimento sobre as cadeias de abastecimento, promovemos o desenvolvimento das economias locais, maximizando a frescura dos produtos que oferecemos e minimizando a pegada de carbono associada ao seu transporte.

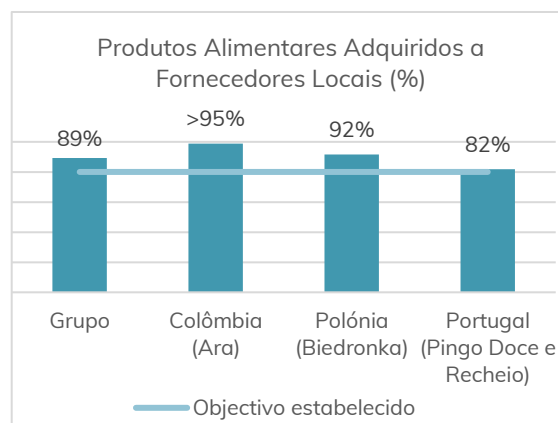
6.2. Relacionamento com Fornecedores

6.2.1. Promover Compras Locais

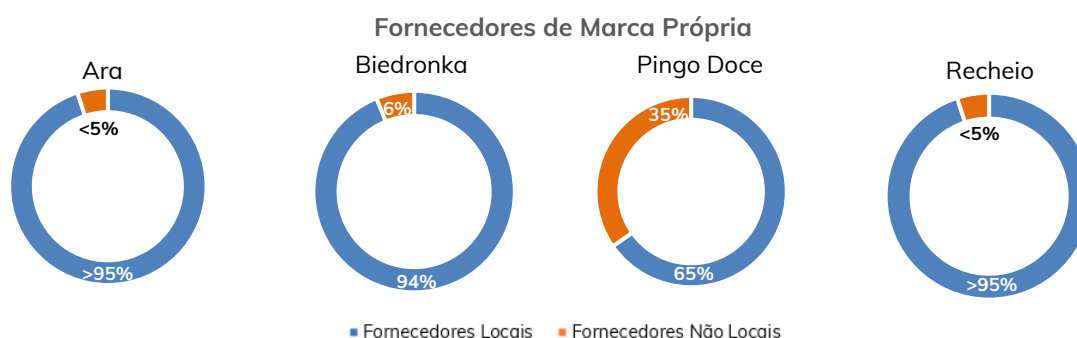
No âmbito da nossa preferência por, sempre que possível, comprar a fornecedores locais, procuramos que, na média do Grupo, pelo menos 80% das nossas compras de produtos alimentares sejam realizadas a fornecedores locais. Em 2020, mais uma vez superámos este objectivo, tendo atingido um rácio de cerca de 90%.

A compra a fornecedores locais é uma das estratégias que seguimos com o objectivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa associadas ao transporte dos produtos e promover o desenvolvimento local⁸⁶.

De modo a sensibilizar os consumidores para os produtos de origem local, facilitando ao mesmo tempo a sua identificação, recorremos a comunicação específica como etiquetas com as cores das bandeiras nacionais em Perecíveis (como a Fruta e os Legumes), selos aplicados em todos os produtos com matérias-primas e/ou produção 100% portuguesa (Recheio) e a identificação nas Marcas Próprias com os selos “100% Nacional” (Pingo Doce), “Polski Produkt” (na Biedronka) e “Hecho en Colombia” (na Ara). Procuramos ainda assinalar estes produtos na comunicação que as Companhias desenvolvem em loja, nos folhetos, nos recibos de pagamento, nas campanhas televisivas e nos respectivos websites.

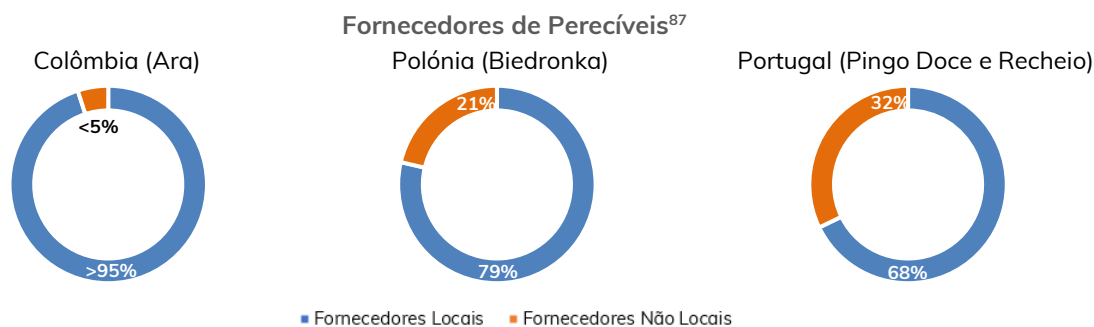


Em 2020, a proporção de produtos de Marca Própria e Perecíveis adquiridos a fornecedores locais nas nossas cadeias de Distribuição Alimentar foi a seguinte:



⁸⁵ Disponível para consulta na área de 'Responsabilidade' em www.jeronimomartins.com.

⁸⁶ Consulte as condições em que poderemos recorrer à importação no nosso website (www.jeronimomartins.com), área 'Responsabilidade, pilar 'Comprar com Responsabilidade', subsecção 'Fornecedores Locais e Inovação'.



6.2.2. Iniciativas Desenvolvidas com Fornecedores Locais

Procuramos apoiar os nossos fornecedores através de parcerias que promovam a crescente integração de critérios de sustentabilidade nos processos de produção, bem como o desenvolvimento de variedades tradicionais. Em 2020, os apoios à produção nacional tornaram-se ainda mais relevantes no contexto da pandemia.

Polónia (Biedronka)

Perante a situação de incerteza que se colocou a muitos produtores polacos, a Biedronka desenvolveu o programa “Czas na wspieranie małych producentów” (Hora de Apoiar os Pequenos Produtores), através do qual pequenos produtores locais foram convidados a fornecer a Biedronka a nível regional. Muitos destes produtores não têm escala suficiente para fornecer uma empresa de dimensão nacional, pelo que alguns dos procedimentos da Biedronka foram adaptados para viabilizar as parcerias, como, por exemplo, seleccionar um parceiro que garantisse o transporte dos produtos para os Centros de Distribuição e dar formação quanto aos padrões de Qualidade e Segurança Alimentar exigidos pela insígnia. No total, e após 16 de Abril, foram integrados na oferta mais de 200 produtos de 140 fornecedores locais.

Foram também criados novos canais de comunicação para divulgar a disponibilidade destes produtos e o website da Biedronka passou a ter uma secção para promover Fruta e Legumes 100% nacionais. No total, foram comercializadas mais de 17,5 mil toneladas destes produtos, fornecidas por cerca de 120 produtores de 14 regiões polacas. O melão, o damasco e o pêsego – dos quais foram comercializados cerca de 90 toneladas –, são exemplos de alimentos em que a cooperação com produtores locais permitiu reduzir as importações.

O caso do morango, que é um produto de grande importância para a economia polaca, mereceu também uma atenção especial. Desde 2014 que a Biedronka tem vindo a trabalhar com os fornecedores de morango para descentralizar a rede de distribuição. Sendo um alimento com um ciclo de vida útil de consumo bastante curto, foram criados mecanismos de entrega directa em Centros de Distribuição e lojas, reduzindo o tempo decorrido entre a colheita e a comercialização. Esta adaptação de procedimentos implicou, por exemplo, a formação de 25 colaboradores de loja para que assegurassem a avaliação de qualidade e segurança alimentar ou a verificação do cumprimento destes critérios nas instalações do produtor (o que permite que, chegando ao Centro de Distribuição, os morangos possam ser encaminhados directamente para as lojas). No total, foram comercializadas cerca de 1.200 toneladas de morangos polacos.

Um outro projecto levou a Biedronka a colaborar com produtores e associações de produtores locais de batata, no sentido de se promover o consumo de variedades autóctones com pouca expressão no mercado. Durante o ano, foram comercializadas cerca de 410 toneladas de uma das variedades de batata polaca.

Na secção de padaria, a Biedronka manteve a sua cooperação com 39 produtores locais, assegurando a oferta de produtos regionais.

⁸⁷ A informação sobre a proporção de produtos adquiridos a fornecedores em cada uma das categorias de Perecíveis (Talho, Peixaria, Fruta e Vegetais, Padaria e Flores) está disponível na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

A Biedronka reforçou ainda a sua categoria de leites de Marca Própria com origem 100% polaca, tendo chegado às 11 referências em 2020, o que representa mais de 392 milhões de litros de leite com esta origem.

Num ano que foi extraordinariamente exigente a todos os níveis, a tesouraria de muitas empresas esteve sob grande pressão e a Biedronka decidiu implementar uma medida destinada a promover a liquidez e a estabilidade financeira dos seus fornecedores de menor dimensão. A partir de 1 de Junho, foi reduzido para um máximo de 21 dias o período de pagamento a fornecedores polacos de Fruta e Legumes com uma facturação total anual inferior a 100 milhões de zlotys (cerca de 22 milhões de euros). Cerca de 50 fornecedores beneficiaram deste apoio.

Com vista ao envolvimento de toda a sociedade polaca nestas acções de protecção da economia nacional, na semana de 27 de Agosto a Biedronka iniciou a campanha “Kupuj co polskie” (Compre o que é Polaco) para dar a conhecer aos consumidores a forma como, através das suas compras na Biedronka, estavam a contribuir para a estabilidade económica do país e para a criação de emprego. Assim, os recibos da pagamento emitidos nas caixas passaram a incluir, no final, informação sobre quais os bens produzidos, processados e embalados na Polónia, sob a mensagem “Dziękujemy za Twoje wsparcie dla polskiej gospodarki” (Obrigado por apoiar a economia polaca).

Portugal (Pingo Doce e Recheio)

Em Portugal, e na sequência da queda acentuada da economia durante os primeiros 45 dias consecutivos de confinamento geral, no quadro de períodos sucessivos em Estado de Emergência impostos na gestão da pandemia de Covid-19, o Pingo Doce desenvolveu uma acção especial de apoio à produção nacional, tornando possível o escoamento de muitos produtos perecíveis que corriam o risco de ser desperdiçados.

No que diz respeito aos produtores de carne de bovino, o Pingo Doce contactou as associações de produtores de raças nacionais no início de Abril, oferecendo-se para comprar a totalidade dos animais disponíveis a um preço superior ao que estava a ser praticado para a vitela nacional. A meio de Abril, a Companhia estabeleceu parcerias com quatro novos fornecedores e aumentou para 20 o número de lojas a vender carne Barrosã certificada. No total, foram realizadas compras a produtores nacionais num valor superior a um milhão de euros de carne bovina de raças portuguesas. A Companhia reforçou também a compra de ovelhas, borrego, enchidos, queijos regionais, requeijão e queijo fresco, além de vinhos portugueses dos fornecedores mais afectados pela pandemia.

As acções junto dos fornecedores foram reforçadas com campanhas de comunicação em loja e em folheto, através da menção “Produto Nacional” em Frutas e Legumes, tendo sido destacados 23 artigos (de nove produtores de fruta e oito de legumes) ao longo de seis semanas. Foi feita também uma acção promocional em televisão, nas lojas e em folheto com o mote “Nasce e cresce na nossa terra” e “Consigo damos força a Portugal”, para promover o consumo de produtos nacionais. A cada semana, foi promovido um produto nacional específico: borrego, vitela, carne Angus, enchidos, queijos regionais, vinhos, peixe selvagem, azeite, fruta, entre outros.

Como resultado destas iniciativas promocionais, foram vendidas mais de 440 toneladas de borrego nacional de mais de 400 produtores, mais de 1.600 toneladas de vitela e vitelão provenientes de mais de 1.400 pequenos produtores, mais de 700 toneladas de enchidos nacionais e cerca de 120 toneladas de queijos de ovelha regionais. Apenas no mês de Maio, foram vendidos cinco milhões de litros de vinhos portugueses e o apoio aos pescadores nacionais resultou na venda de 34,5 toneladas de peixe espada preto nacional. Na fruta, foi destacado o início da campanha de frutos de caroço (pêssegos, nectarinas e alperces), tendo sido comercializados cerca de 200 toneladas destes produtos de 17 fornecedores.

Foi ainda dado destaque a produtos nacionais certificados, com uma aposta na comercialização de frutas de Identificação Geográfica Protegida (IGP) e de Denominação de Origem Protegida (DOP), e com o lançamento de referências de Marca Própria exclusivamente nacionais. Foi o caso dos citrinos IGP (foram comercializadas cerca de 1.500 toneladas de laranja, limão e mandarina), da pêra Rocha do Oeste DOP (mais de 1.300 toneladas vendidas) e das maçãs IGP (juntámos a Gala às variedades Golden e Starking, traduzindo-se na venda de mais de 1.600 toneladas de maçãs).

Manteve-se em vigor a medida de apoio aos pequenos e médios produtores de Perecíveis que são membros da Confederação dos Agricultores de Portugal e que havia sido renovada em 2019 para um período de três

anos. Esta medida, única no retalho em Portugal, consiste na antecipação para uma média de dez dias (em vez dos 30 dias previstos na lei) do prazo de pagamento, sem quaisquer custos financeiros para o produtor. Desde a sua criação, em 2012, já beneficiaram desta iniciativa 372 fornecedores de fruta, legumes, carne, peixe, charcutaria e vinho.

A categoria de leites de Marca Própria do Pingo Doce e do Recheio com origem 100% Nacional foi reforçada e, em 2020, chegou às 27 referências, representando cerca de 64 milhões de litros de leite com esta origem.

O Recheio iniciou a “Garrafeira de Excelência”, um projecto de representação e distribuição exclusiva de marcas de vinho de pequenos e médios produtores portugueses. O objectivo é aliar projectos vitivinícolas de qualidade ao conhecimento e escala do Recheio, dando-lhes visibilidade junto do canal HoReCa e do Retalho Tradicional. O primeiro desses projetos foi desenvolvido com a Costa Boal Family Estates, um produtor em Trás-os-Montes e no Douro (norte de Portugal) a quem o Recheio garante a distribuição em exclusivo no mercado nacional das sete referências de Denominação de Origem Controlada (DOC) Douro da marca Flor do Cão, representando um volume de vendas superior a 150 mil garrafas.

O Recheio lançou ainda a campanha “Compre o que é Português”, através da qual todos os produtos com matérias-primas e/ou produção 100% portuguesa foram diferenciados com um selo de garantia. No total, foram vendidos mais de 4.100 artigos diferentes de 300 fornecedores, correspondendo a aproximadamente 240 milhões de euros em vendas.

Adicionalmente, logo no início da pandemia, e como forma de reforçar o apoio aos fornecedores nacionais de pequena e média dimensão que pudessem vir a deparar-se com problemas de liquidez, fosse por registarem decréscimos abruptos no volume de negócios, fosse por corte de linhas de crédito das instituições financeiras, o Pingo Doce e o Recheio disponibilizaram uma solução para antecipação do recebimento dos respectivos créditos. Em resultado de uma parceria com uma entidade financeira portuguesa, cerca de 100 fornecedores recebem, sem qualquer custo adicional, as suas facturas, em média, sete dias após a emissão das mesmas. Esta solução financeira foi inicialmente colocada por três meses. No entanto, devido à continuação da crise pandémica e dos seus efeitos, tem vindo a ser estendida, e estava ainda em vigor no final de 2020.

Colômbia (Ara)

A Ara manteve a sua colaboração com mais de 200 fornecedores locais (mais 14% face a 2019), que asseguraram cerca de 950 artigos de Marca Própria (+7% face a 2019). Exemplo destas acções são os leites de Marca Própria com origem 100% colombiana cuja gama terminou o ano de 2020 com cinco referências, resultando na comercialização de cerca de 75 milhões de litros de leite com esta origem.

Em parceria com o BBVA na Colômbia, foi desenvolvido um projecto para facilitar a gestão de tesouraria de 280 fornecedores da Ara, que lhes permitiu receberem o pagamento antecipado das suas facturas, a taxas mais favoráveis e sem afectar o rating da sua dívida.

A Ara investiu também na aquisição de Fruta e Legumes produzidos localmente, tendo passado de 38 para 73 o número de produtores locais que trabalham com a Companhia. Ainda no âmbito desta linha de acção, que permitiu estabelecer um maior número de relações directas com produtores, o período de pagamento foi reduzido de 45 para sete dias.

6.3. Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção

Para além de assegurarmos o cumprimento dos nossos padrões de Qualidade e Segurança Alimentar, privilegiamos também a melhoria contínua das práticas ambientais e sociais na produção das nossas Marcas Próprias e Perecíveis, em linha com as nossas Políticas de Ambiente e de Compras Sustentáveis, e com o nosso Código de Conduta de Fornecedores. O objectivo é reduzir o consumo de recursos naturais, diminuir os impactes para os ecossistemas e promover e respeitar o desenvolvimento socioeconómico dos locais onde estamos presentes, directa e indirectamente.

6.3.1. Combate à Desflorestação

A destruição de florestas tropicais é apontada como a segunda maior fonte de emissões de gases com efeito de estufa com origem humana e como uma grande impulsionadora da perda de biodiversidade⁸⁸. Promover a conservação e a reflorestação contribui para reduzir as emissões associadas às alterações de uso do solo, por um lado, e para aumentar o sequestro de emissões da atmosfera, acções que são determinantes para limitar o aumento máximo da temperatura média global do planeta entre 1,5 °C e 2 °C⁸⁹.

De facto, as actividades agrícolas são das principais causas por detrás da desflorestação, com particular incidência no óleo de palma – utilizado, por exemplo, em produtos alimentares e de higiene pessoal –, na soja – utilizada em produtos alimentares ou incorporada em rações para a produção de produtos de proteína animal como ovos, lacticínios, carne e peixe –, na carne bovina e nas fibras de madeira e papel utilizadas em produtos e embalagens.

Com o objectivo de contribuir para o combate à desflorestação, o Grupo Jerónimo Martins assumiu o compromisso Zero Net Deforestation by 2020 no âmbito da sua participação no The Consumer Goods Forum. Apesar dos progressos, as empresas que, como nós, se comprometeram com este objectivo, têm vindo a concluir que, embora a actuação ao nível das suas cadeias de abastecimento seja importante, não é, por si, suficiente para provocar a transformação necessária a nível mundial.

Foi por este motivo que, a par de outras 18 empresas do retalho e da indústria, o Grupo subscreveu a Forest Positive Coalition of Action. Esta é uma estratégia de acção que prioriza o apoio a actividades que não contribuem para a desflorestação ou para a perda de ecossistemas de elevado valor de conservação, e os esforços para eliminar as violações de direitos humanos, da criança e/ou dos trabalhadores associadas àquelas commodities. Foram definidas quatro áreas chave de actuação e uma estratégia específica para cada uma das commodities: óleo de palma, soja, papel e madeira e carne bovina⁹⁰. Para Jerónimo Martins isto significa:

- assegurar que os nossos produtos de Marca Própria e Perecíveis estão alinhados com os critérios da Forest Positive Coalition of Action, nomeadamente ao garantir que não induzem desflorestação ou a perda de ecossistemas de elevado valor de conservação;
- cooperar com os fornecedores de produtos de Marca Própria e Perecíveis e, em conjunto com os membros da coligação, também com os principais traders destas commodities para que assumam objectivos semelhantes nas suas próprias actividades;
- promover, por via de iniciativas multi-stakeholder, a preservação destes ecossistemas nas principais áreas de produção destes ingredientes;
- definir indicadores específicos de progresso e divulgar o desempenho publicamente⁹¹.

Desde 2014 que mapeamos a presença destes ingredientes – directa ou indirectamente – nos nossos produtos de Marca Própria e Perecíveis, e recolhemos informação junto dos fornecedores quanto à respectiva origem e certificação de sustentabilidade. É nosso objectivo assegurar, de modo progressivo, a origem sustentável destas matérias-primas.

Principais commodities agrícolas com risco de desflorestação na Marca Própria e Perecíveis

Commodity	Quantidade Total			Quantidade proveniente de países com risco de desflorestação*		
	2020 (t)	2019 (t)	Δ2020/2019	2020 (t)	2019 (t)	Δ2020/2019
Óleo de palma	18.843	23.977	-21,4%	18.843	23.977	-21,4%
Soja total	431.135	389.306	+10,7%	160.334	99.705	+60,8%

⁸⁸ FAO (2020). The State of the World's Forests. <http://www.fao.org/state-of-forests/en>. CDP Forests (2019). The Money Trees, disponível em <https://www.cdp.net/en/reports>; Pendrill, F., et al. (2019) Agricultural and forestry trade drives large share of tropical deforestation emissions. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2019.03.002>; Tilman, D., et al. (2017) Future threats to biodiversity and pathways to their prevention. <https://doi.org/10.1038/nature22900>.

⁸⁹ IPCC (2019). Special Report on Climate Change and Land. www.ipcc.ch/srccl.

⁹⁰ Os objectivos de actuação definidos para cada uma destas commodities são disponibilizados em: <https://www.theconsumergoodsforum.com/environmental-sustainability/forest-positive>, estando a Coligação a trabalhar na definição de uma estratégia específica para a carne bovina.

⁹¹ A nossa estratégia de actuação é publicamente divulgada e o seu progresso actualizado no âmbito da nossa participação no programa CDP Forests, disponível em www.cdp.net e também na área de "Responsabilidade" do nosso website: www.jeronimomartins.com.

Commodity	Quantidade Total			Quantidade proveniente de países com risco de desflorestação*		
	2020 (t)	2019 (t)	Δ2020/2019	2020 (t)	2019 (t)	Δ2020/2019
Soja (directa)	3.472	14.272	-75,7%	583	9.113	-93,6%
Soja (indirecta)**	427.664	375.034	+14,0%	159.760	90.592	+76,4%
Papel e Madeira total	222.025	177.362	+25,2%	2.273	5.261	-56,8%
Papel e Madeira (produtos)***	141.853	92.026	+54,1%	877	244	+259,3%
Papel e Madeira (embalagens)***	80.173	85.336	-6,1%	1.397	5.017	-72,2%
Carne bovina	39.646	42.071	-5,8%	223	239	-6,7%

* Segundo a classificação CGF de países em que existe risco de desflorestação, para cada commodity. Não existindo uma lista de risco CGF para o óleo de palma, consideramos – numa abordagem conservadora – que a totalidade deste ingrediente presente nos nossos produtos provém de países de risco.

** Soja em ração utilizada para produção de proteína animal contida nos produtos.

*** Apenas fibra virgem. Exclui utilização de fibra reciclada.

A redução global na quantidade de óleo de palma utilizado deve-se, essencialmente, à sua remoção no âmbito da reformulação de produtos com o objectivo de melhorar o seu perfil nutricional, em linha com a nossa estratégia de promover a saúde pela alimentação. Adicionalmente, o Grupo comprometeu-se a assegurar a origem sustentável desta commodity sempre que ela esteja presente. Em 2020, 100% do óleo de palma utilizado nos produtos de Marca Própria e Percíveis das nossas insígnias para os mercados polaco e português manteve a certificação de produção sustentável Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO).

Na Ara, 20% do óleo de palma usado nos produtos de Marca Própria e Percíveis tem esta certificação. A redução da utilização de óleo de palma RSPO na insígnia do Grupo na Colômbia (menos 10 p.p. face a 2019) deve-se à estratégia de utilizar óleo de palma proveniente da Colômbia e de outros países da América do Sul, por forma a reduzir as emissões de carbono associadas ao seu transporte e promover o desenvolvimento local. Desde 2019 que mais de 85% do óleo de palma incorporado nos produtos de Marca Própria e Percíveis da Ara é proveniente da Colômbia. De referir que a percentagem de óleo de palma produzido na Colômbia com certificação RSPO, ISCC ou Rainforest Alliance não chega a 30% da produção total do país. Por este motivo, a Ara submeteu o seu processo de adesão à iniciativa do Governo colombiano “Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Aceite de Palma en Colombia” com o objectivo de contribuir para combater a desflorestação associada à produção deste ingrediente no país e que conta com o apoio de diferentes organizações da sociedade civil, como é o caso da Proforest, da Tropical Forest Alliance e da WWF.

No total, 85% do óleo de palma utilizado pelo Grupo nos seus produtos tem certificação RSPO, uma redução de 5 p.p. face a 2019, como resultado da estratégia referida.

O aumento do consumo de soja deve-se, em grande medida, à utilização deste ingrediente nas rações para alimentação animal, com reflexos posteriores nos produtos ricos em proteína de origem animal, como são os casos dos ovos, do leite e da carne. Em 2020, as vendas deste tipo de produtos cresceram. A redução de soja utilizada como ingrediente directo está associada a um ajustamento do nosso sortido.

Em 2020 registámos também o aumento da rastreabilidade da soja na cadeia de abastecimento⁹². Cerca de 37% da soja presente nos nossos produtos tem origem em países com risco de desflorestação e os nossos fornecedores indicaram que 12% da soja proveniente dessas origens tem certificação de sustentabilidade, como o Round Table on Responsible Soy (RTRS) ou ProTerra, entre outros.

No caso das fibras virgens de papel e madeira presentes em produtos de Marca Própria, verificou-se um aumento significativo do consumo de produtos com este ingrediente, como foi o caso do papel higiénico. Contudo, a proveniência destas fibras de países com risco de desflorestação fixou-se em 0,6%, com mais de 98% a apresentar certificados que asseguram a sua proveniência de florestas geridas de forma sustentável, como o FSC® ou o PEFC. No caso do papel e madeira utilizados em embalagens, cerca de 70% das fibras são recicladas. No que se refere à utilização de fibras virgens em embalagens, observou-se uma

⁹² São contabilizados os cinco tiers de quantificação de soja na cadeia de valor, de acordo com a metodologia “Calculation guidelines for the measurement of embedded soy usage in consumer goods businesses” do CGF, disponível em: www.theconsumergoodsforum.com.

diminuição significativa das provenientes de países com risco de desflorestação, representando menos de 2% do total. Destas, mais de 92% têm certificação FSC® ou o PEFC.

Menos de 1% da carne bovina tem origem em zonas de risco. A par dos grupos de trabalho para as restantes commodities, somos membros activos do grupo de trabalho para a carne bovina, no âmbito do Forest Positive Coalition of Action.

Sensibilização e combate à desflorestação

Em 2020, o Grupo participou activamente no combate à desflorestação. Entre as várias iniciativas destacamos:

- a subscrição, a par de cerca de 50 empresas e Organizações Não Governamentais, do position paper “EU Smart Mix” da Tropical Forest Alliance, que apela à União Europeia para adoptar medidas para a protecção das florestas, tendo Jerónimo Martins sido a única empresa portuguesa a aderir a esta iniciativa;
- a submissão de adesão da Ara à iniciativa “Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Aceite de Palma en Colombia”, promovida pelo Governo colombiano para combater a desflorestação associada à produção de óleo de palma nesse país;
- o lançamento, em Portugal, dos primeiros produtos de Marca Própria com o selo da Roundtable on Sustainable Palm Oil na embalagem, assegurando que a produção do óleo de palma incorporado não induz desflorestação e respeita os direitos humanos;
- o reconhecimento pelo CDP Forests, pelo segundo ano consecutivo, do desempenho do Grupo na gestão do risco de commodities associadas à desflorestação, incluindo a transparência no reporte de informação. Jerónimo Martins voltou a ser o único retalhista a nível mundial a obter o nível liderança “A-” em todas as commodities avaliadas pelo CDP – óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira – no tema “Forests”.

Mantivemos ainda a nossa participação nas organizações *multi-stakeholder* mais reconhecidas pelo seu trabalho no combate à desflorestação:

- Roundtable on Sustainable Palm Oil (somos membros desde 2017) e junto da qual publicamos anualmente o nosso progresso relativo ao óleo de palma sustentável;
- Round Table on Responsible Soy (aderimos em 2019) e junto da qual reportamos e divulgamos o nosso progresso para o consumo responsável de soja;
- Coligação Polaca para o Óleo de Palma Sustentável (PKZOP), criada em Junho de 2019 por 12 membros do sector privado (entre as quais a Biedronka), organismos de certificação e Organizações Não Governamentais tendo como principal objectivo certificar 100% do óleo de palma até 2023.

Apoio à reflorestação

No dia 29 de Junho de 2020, o Grupo anunciou o investimento de cinco milhões de euros na implementação de um Plano de Gestão Florestal na Serra do Açor, que implicará reflorestar aquele património natural que ficou destruído após os dramáticos incêndios que atingiram Portugal em 2017. Em parceria com a Câmara Municipal de Arganil, a Escola Superior de Agricultura de Coimbra (ESAC) e as associações comunitárias que representam cerca de uma dezena de terrenos baldios, esta iniciativa tem por objectivo reflorestar e assegurar a gestão de uma área de 2.500 hectares durante 40 anos.

Esta área, anteriormente coberta em grande parte por pinheiros, será plantada também com árvores autóctones como sobreiros, castanheiros, carvalhos e medronheiros. Estas espécies, além de serem mais resistentes ao fogo, irão promover o sequestro de carbono da atmosfera, contribuindo para o combate às alterações climáticas. Adicionalmente, o projecto está pensado para que sejam geradas novas fontes de rendimento associadas à produção de medronho, cortiça e castanha, estando ainda previsto um projecto de silvo-pastorícia. O município espera também que a regeneração da floresta venha a permitir um desenvolvimento do turismo da região, o que será uma outra fonte de rendimento e emprego.

6.3.2. Pescado Sustentável

Na sua Política de Compras Sustentáveis⁹³, o Grupo estabeleceu o compromisso de garantir que os produtos de pescado fresco, congelado ou enlatado que as Companhias comercializam não promovem a sobreexploração, depleção ou extinção das espécies.

Desde 2016, e com uma periodicidade de três anos, fazemos uma avaliação do estado de conservação das espécies de pescado que comercializamos (nos Perecíveis e na Marca Própria) em todas as Companhias. A estratégia de pescado sustentável⁹⁴ é definida de acordo com esta avaliação, que tem por base os dados da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN Red List of Threatened Species⁹⁵) e considera também o nível de exploração dos stocks referido nas avaliações de organismos científicos regionais (ex.: International Council for the Exploration of the Sea⁹⁶ para o Atlântico Norte).

Sempre que é feita uma nova avaliação que identifique áreas de melhoria, actualizamos a nossa estratégia. Foi o que aconteceu em 2020, a partir da análise realizada em 2019 que avaliou mais de 200 espécies de pescado e marisco.

Classificação de Risco de Extinção IUCN	Compromisso	Grau de cumprimento em 2020
Criticamente em Perigo	Proibir a compra e venda das espécies classificadas com este nível de risco e para as quais não existam licenças extraordinárias que o permitam. Apenas a espécie enguia-europeia (<i>Anguilla anguilla</i>) ⁹⁷ tinha este nível de risco. É por este motivo que não é comercializada desde 2016.	100%
Em Perigo*	Proibir a comercialização das espécies classificadas com este nível de risco sempre que as mesmas não sejam 100% provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.: MSC ou ASC). Na avaliação de 2019, identificámos seis espécies com este nível de risco, às quais aplicamos esta linha de acção.	100%

⁹³ Disponível para consulta na área de 'Responsabilidade' em www.jeronimomartins.com.

⁹⁴ Disponível na área 'Responsabilidade, pilar 'Comprar com Responsabilidade', subsecção 'Pescado Sustentável' no nosso website (www.jeronimomartins.com).

⁹⁵ Mais informação em www.iucnredlist.org.

⁹⁶ Mais informação em www.ices.dk.

⁹⁷ Apesar de a enguia-europeia ser proveniente de aquacultura, estes sistemas de produção dependem da recolha de "juvenis" (enguias-de-vidro) dos meios naturais, continuando a exercer pressão sobre as populações selvagens.

Classificação de Risco de Extinção IUCN	Compromisso	Grau de cumprimento em 2020
Vulnerável	Limitar as acções promocionais das espécies classificadas com este nível de risco, sempre que não sejam provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.: MSC ou ASC). Na avaliação de 2019, foram identificadas 17 espécies nesta categoria, às quais aplicamos este princípio de actuação.	100%

* Antes da revisão da estratégia de pescado sustentável, o compromisso para esta categoria limitava a realização de acções promocionais sobre estas espécies, sendo agora proibida a sua comercialização sempre que não cumpra os critérios definidos.

6.3.3. Práticas de Promoção de Bem-estar Animal

A produção e a comercialização de Perecíveis e produtos de Marca Própria com ingredientes de origem animal obedecem a um conjunto de critérios e políticas de sustentabilidade, transversais a todas as Companhias do Grupo:

- **Substâncias promotoras do crescimento:** é proibida a utilização de hormonas de crescimento, sendo que a utilização de antibióticos apenas pode ser utilizada para fins terapêuticos e nunca preventivos ou para promover o crescimento.
- **Atordoamento:** o atordoamento de todos os animais antes do abate é obrigatório, sendo superior a 95% do total, com excepção de rituais religiosos certificados⁹⁸ (menos de 5%).
- **Testes em animais:** não permitimos a realização de testes em animais no processo de desenvolvimento dos nossos produtos. A excepção reside nos produtos de alimentação animal, para os quais são realizados testes sensoriais com o intuito de avaliar o grau de satisfação da população-alvo, e também em produtos cujo objectivo é controlar ou eliminar espécies parasitárias e/ou superpopulações que possam ser fontes de contaminação ou doença (ex.: insectos).
- **Biotecnologia e Organismos Geneticamente Modificados (OGM):** a nossa Política de Organismos Geneticamente Modificados⁹⁹ determina que não são utilizados ingredientes nem aditivos transgénicos, sejam estes de origem vegetal ou animal. Cabe, pois, às Companhias do Grupo:
 - colaborar com os fornecedores no sentido de compreender os processos de produção e avaliar os padrões de segurança e de qualidade implementados;
 - realizar regularmente análises laboratoriais, recorrendo a entidades independentes e acreditadas;
 - garantir junto dos fornecedores a identificação e rastreabilidade de OGM nos casos em que não seja de todo possível a sua substituição;
 - caso estejam presentes OGM, assegurar o direito dos consumidores à informação transparente e rigorosa sobre a sua presença através da rotulagem dos produtos, sendo a sua divulgação efectuada no estrito cumprimento do limite aplicado pelo Grupo de, no máximo, 0,1% (limite de quantificação do método). O limite permitido na legislação Europeia é de 0,9%.

De modo a assegurar o cumprimento destes princípios, realizamos testes laboratoriais regulares bem como auditorias de qualidade e segurança alimentar aos nossos fornecedores e nos matadouros utilizados pelas Companhias do Grupo, em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Adicionalmente, os temas do bem-estar animal são incluídos na ordem de trabalhos dos Comités de Sustentabilidade de cada uma das Companhias, com o objectivo de definir estratégias de actuação, monitorizar indicadores de desempenho e identificar oportunidades de melhoria contínua.

Práticas adoptadas na produção de carne e lacticínios

Com o objectivo de promover práticas de produção mais sustentáveis, temos vindo a introduzir no nosso sortido produtos que integram critérios de bem-estar animal acima do *benchmark*. Ao mesmo tempo, procuramos sensibilizar os consumidores para estes factores de diferenciação na embalagem dos produtos.

⁹⁸ São exemplos as certificações Halal ou Kosher.

⁹⁹ Enquadrada na nossa Política da Qualidade e Segurança Alimentar e disponível na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

Frango do campo

Biedronka	Pingo Doce
<p>Disponibilizamos, em todas as lojas, frango do campo de produção 100% nacional, sem o uso de antibióticos e cuja ração é livre de OGM. Os frangos criados nestas condições têm dez vezes mais área para crescer que o frango convencional. A densidade média é inferior a 30 kg/m², os frangos têm acesso ao exterior e a idade mínima de abate é de 70 dias (vs. 56 dias da média do mercado).</p> <p>Em 2020, com o lançamento de três novos produtos (ex.: pernas, coxas e porções para sopa), alargámos a oferta em todas as regiões da Polónia. Mais de 2,3 mil toneladas foram comercializadas, o que representa um aumento de 16% face a 2019.</p>	<p>O frango do campo Pingo Doce – de produção 100% nacional – pertence a aves de estirpe de crescimento lento, que contam com uma idade mínima de abate de 81 dias. Criados ao ar livre, com uma densidade máxima de 25 kg/m², têm uma alimentação à base de cereais (mínimo de 70%). Este produto é certificado pela SGS, um organismo externo independente, e o seu caderno de encargos foi aprovado pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.</p> <p>No total, foram comercializados 11 produtos (ex.: coxas e porções para sopa) com estas características, correspondendo a mais de 4,4 mil toneladas.</p>

Produtos suínos

O Pingo Doce tem vindo a reforçar a sua oferta de produtos suínos com as seguintes características:

- **“Porco.pt”:** a carne com esta certificação é 100% de produção nacional, assegurando – entre outros aspectos – uma densidade animal inferior à exigida legalmente e uma alimentação à base de cereais. Foram comercializadas mais de 1.100 toneladas deste produto em 2020.
- **Fumados Marca Própria:** mantivemos no nosso sortido nove referências (seis no Pingo Doce e três no Recheio) de enchidos de porco preto. De produção 100% portuguesa, com origem no Alentejo, os animais são criados em extensivo e ao ar livre. O Pingo Doce mantém também no seu sortido o presunto serrano *Duroc*, Marca Própria, com certificação externa e independente em bem-estar animal nos processos de produção e abate. No total, foram comercializadas mais de 23 toneladas destes produtos, um aumento superior a 50% face a 2019.

Carne bovina e lacticínios

Nas operações em Portugal, são incluídos critérios de bem-estar animal nos cadernos de encargos relativos a:

- vitelas comercializadas: como seja a ausência de feridas e de sinais de sede ou subnutrição;
- carne da variedade Aberdeen Angus: nomeadamente a proibição de transporte superior a oito horas ou a utilização de tranquilizadores;
- carne de novilho de produção biológica: está presente em 12 referências e tem certificação em bem-estar animal. Os animais biológicos estão constantemente ao ar livre em regime de pastoreio. Nas alturas do ano em que há pastagens disponíveis pastoreiam no campo, nas alturas de menos disponibilidade de pastagem são acompanhados por rações biológicas.

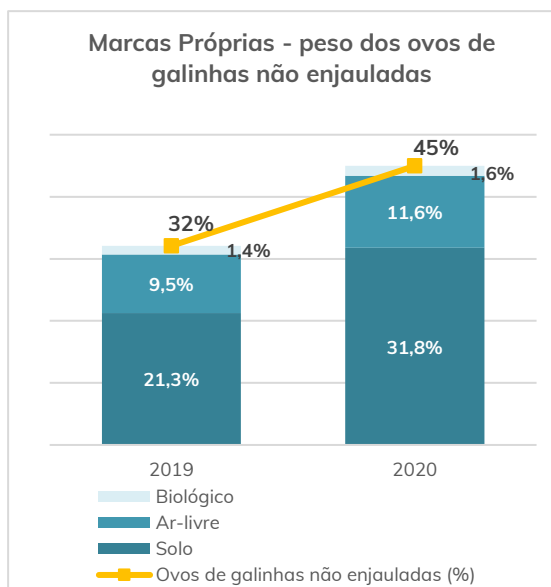
Toda a gama de leite fresco Pingo Doce é de origem nacional e foi a primeira do mercado português a obter certificação em bem-estar animal segundo o protocolo *Welfare™* com o selo AENOR. O protocolo segue quatro princípios essenciais: alimentação, condições de ambiente, saúde e comportamentos apropriados dos animais. Ao mesmo tempo, 77% dos produtores que abastecem a fábrica de lacticínios da Terra Alegre foram reconhecidos com a mesma certificação em bem-estar animal. Também a fábrica é certificada, estando por isso autorizada a utilizar o selo nos seus produtos.

Ovos de galinhas não enjauladas

Em 2017 definimos o objectivo de eliminar, até 2025, a comercialização de ovos frescos provenientes de galinhas enjauladas nas Marcas Próprias das nossas Companhas. A produção de ovos de galinhas não enjauladas estabelece um conjunto de critérios que promovem o bem-estar animal e exigem, entre outras condições, uma maior área disponível por galinha, a colocação de fardos de palha para que os animais os possam bicar e uma maior liberdade de movimentos. Ao longo destes cerca de três anos, temos trabalhado em conjunto com os nossos fornecedores para que possam progressivamente adaptar as suas instalações a estes critérios de produção e implementar os nossos procedimentos de Qualidade e Segurança Alimentar. Simultaneamente, temos identificado fornecedores que contribuam para assegurar a oferta destes produtos no nosso sortido tendo o cuidado de adaptar os nossos procedimentos de abastecimento à sua capacidade de resposta. Em simultâneo, realizamos acções promocionais e de sensibilização para alertar os nossos consumidores para os benefícios, em termos de bem-estar animal, dos ovos provenientes de galinhas não enjauladas.

No Pingo Doce, este objectivo foi atingido em 2019, com a Marca Própria a disponibilizar apenas ovos de galinhas criadas segundo os modos de produção biológica, de ar livre ou de solo – em suma, os modos cage-free¹⁰⁰. Na Biedronka, todos os ovos comercializados em 2020 eram de Marca Própria e 40% provinham dos seguintes sistemas de produção: ovos do solo, de galinhas ao ar livre e biológicos. No Recheio, são comercializados ovos do solo com as Marcas Próprias Amanhecer e MasterChef (esta só a partir de 2020). Assim, em 2020, 45% do total dos ovos de Marca Própria comercializados pelas Companhias do Grupo eram cage-free, um aumento superior a 10 p.p. face a 2019.

Adicionalmente, e sempre que possível, procuramos integrar este critério nos ovos utilizados como ingredientes nos Perecíveis e produtos de Marca Própria. Em 2020, foram lançadas quatro novas referências no Pingo Doce e oito na Biedronka.



Biedronka antecipa meta

Em Dezembro de 2020, a Biedronka assumiu o ambicioso desafio de antecipar para 31 de Dezembro de 2021 – quatro anos antes do compromisso inicialmente divulgado – o objectivo de apenas comercializar ovos provenientes de galinhas não enjauladas. Varsóvia foi a primeira região onde este compromisso foi implementado, com efeitos a 1 de Janeiro de 2021, não tendo recebido novas entregas de ovos frescos provenientes de galinhas enjauladas. Em 2019, 25% dos ovos frescos comercializados na Biedronka eram provenientes de sistemas cage-free (biológicos, ar livre ou de solo).

A Biedronka foi também a única Companhia do Grupo a estender o compromisso às marcas de fornecedor que possam vir a ser introduzidas no seu sortido.

Práticas adoptadas na Jerónimo Martins Agro-Alimentar

Com o objectivo estratégico de apoiar a operação de Distribuição Alimentar, o Grupo criou a Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA), que tem como missão garantir o acesso directo a fontes de abastecimento de produtos Perecíveis e de Marca Própria críticos para o Pingo Doce e o Recheio, destacando-se a produção de carne bovina da raça Aberdeen Angus, leite, natas e manteigas, e dourada e robalo de aquacultura.

¹⁰⁰ Ovos "cage-free" compreendem as seguintes tipologias de produção: tipo 0 – ovos criados em modo de produção biológica, tipo 1 – ovos de galinhas criadas ao ar livre e tipo 2 – ovos de galinhas criadas no solo.

Adicionalmente, a JMA entrou em 2020 numa nova área de produção de Frutas e Legumes, tendo realizado um teste bem sucedido de produção de melões, meloas, melancias e abóboras em parceria com um produtor local.

No âmbito das operações da JMA, promovemos práticas de bem-estar animal acima do benchmark.

Aquacultura de robalo e dourada

- **Vacinação:** 100% dos peixes;
- **Habitat:** mar aberto, permitindo o desenvolvimento dos peixes no seu meio natural;
- **Densidade animal:** igual ou inferior a 15 kg/m³;
- **Concentração de oxigénio na água:** superior a 6,5 mg/l;
- **Mutilação:** 100% dos animais estão livres destes procedimentos (ex.: corte de barbatanas);
- **Utilização de redes "Dyneema":** causam menos fricção por serem mais flexíveis, reduzindo assim a dor e a perda de escamas no processo de pesca.

Carne bovina de raça Aberdeen Angus

- **Densidade animal:** maior ou igual a 6,5 m² por animal (mais do dobro dos 3 m² recomendados);
- **Condições do ambiente:**
 - reposição diária de palha fresca nas camas;
 - agrupamento de animais por peso e sexo para reduzir a competição e o stress;
 - utilização de pisos de cimento rasgado ou borracha para evitar que os animais escorreguem e se magoem;
 - cumprimento das recomendações da Standard Welfare Scheme da Grandin Livestock Handling Systems.

Vacaria

- **Densidade animal:** disponibilização de pelo menos uma cama por vaca e 0,6 m de espaço de comedouro;
- **Condições do ambiente:**
 - todos os animais têm acesso a escovas automáticas de massagem;
 - disponibilização de música ambiente para reduzir o stress;
 - aplicação de um colar de monitorização de actividade em todos os animais que, pela análise do comportamento, identifica o cio de forma natural, evitando a utilização de hormonas reprodutivas; este colar detecta também alterações de comportamento, o que permite o diagnóstico precoce de patologias, contribuindo para o bem-estar dos animais e para a redução da utilização de fármacos;
 - sistema de arrefecimento automático que acciona ventoinhas e chuveiros para refrescar os animais.

Características comuns às operações de vacaria e de produção de Aberdeen Angus

- **Vacinação:** 100% dos animais são vacinados e desparasitados;
- **Mutilação e liberdade de movimentos:** 100% dos animais estão livres destes procedimentos (ex.: corte de caudas e remoção de chifres) e têm liberdade de movimentos (estão livres de amarras);
- **Formação:** todos os colaboradores em contacto com os animais têm formação em bem-estar animal;
- **Condições do ambiente:**
 - sistema de arrefecimento automático que acciona ventoinhas que promovem a circulação de ar e reduzem a concentração de amoníaco no mesmo, contribuindo também para a secagem da palha utilizada como cama e, como tal, para o conforto dos animais. Estima-se uma redução de cerca de 30% no consumo de palha, o que diminui também o volume de estrume gerado;
 - não é permitida a utilização de choques eléctricos, paus ou qualquer sistema que possa ferir os animais na sua condução e manejo;
 - os animais são alimentados à base de silagens e forragens, que contribuem para a saúde ruminal e aumentam o conforto e bem-estar; a silagem de milho é fornecida por produtores locais ou produzida nas nossas unidades; também utilizamos legumes não calibrados (ex.: batata doce e cenoura) e subprodutos de outras indústrias alimentares (ex.: repiso de tomate e bagaço de cerveja); a alimentação é complementada com ração adequada à fase de crescimento do animal, representando cerca de 30% das necessidades alimentares.

Certificação em bem-estar animal

As operações da JMA viram as suas práticas de bem-estar animal reconhecidas em 2020, tanto na produção de carne e na vacaria, como na Terra Alegre (unidade fabril para produção de leite, natas e manteiga).

As unidades de produção de carne Aberdeen Angus e a vacaria renovaram - sem não conformidades - a certificação externa independente para a Redução Responsável da Utilização de Fármacos, tendo obtido a classificação global de "100%" que garante que a utilização de antibióticos é feita apenas com fins terapêuticos. Estas unidades viram também renovada a sua certificação em Bem-Estar Animal Welfair™, de acordo com os referenciais europeus "Welfare Quality" e AWIN®.

A Terra Alegre obteve a certificação Welfair™, que assegura que os produtos aí produzidos, especificamente o leite fresco Meio gordo e Magro e leite Fresco sem Lactose Meio gordo Pingo Doce, cumprem os critérios de bem-estar animal deste referencial de certificação relativos a espaço, conforto, alimentos de qualidade, saúde e livres de stress.

A JMA manteve o protocolo de colaboração com a Universidade de Évora para o desenvolvimento de actividades de investigação e apoio ao ensino. Nas áreas cobertas pelo acordo inserem-se o bem-estar animal, a nutrição e sanidade animal, a melhoria de indicadores ambientais, a eficiência no uso da água e da energia, a produção agrícola, o uso e melhoria dos solos, bem como a recuperação do montado.

6.3.4. Produtos Certificados

Procuramos também introduzir no mercado produtos e embalagens de Marca Própria e Percíveis com certificação de sustentabilidade, tendo como objectivos promover melhores práticas de produção e sensibilizar os consumidores.

Produtos com Certificados de Sustentabilidade na Marca Própria e Percíveis

Certificação	Número de SKU												Δ 2020/ 2019
	2020						2019						
	Ara	BDK	Hebe	PD	RCH	Total	Ara	BDK	Hebe	PD	RCH	Total	
Biológica*	0	122	0	117	0	239	0	***140	0	***95	0	***235	+2%
FSC / PEFC / SFI**	11	70	17	131	57	286	5	***32	1	***89	***51	***178	+61%
Fairtrade / UTZ / Rainforest Alliance	0	41	0	14	3	58	0	***94	0	6	0	***100	-42%
MSC	0	19	0	0	0	19	0	***23	0	0	0	***23	-17%
Dolphin Safe	3	0	0	7	6	16	3	0	0	6	6	15	+7%
EU Ecolabel / Blue Angel	0	3	0	17	4	24	0	2	0	6	1	9	+167%
V-Label	0	0	0	2	0	2	0	0	0	2	0	2	0%
KAT	0	2	0	0	0	2	0	2	0	0	0	2	0%
RSPO	0	0	0	5	5	10	0	0	0	0	0	0	n.a.
Welfair™	0	0	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	n.a.
Total	14	257	17	296	75	659	8	***293	1	***204	***58	***564	+17%

* Estes produtos são desenvolvidos de acordo com as regras da produção biológica, sendo certificados por uma entidade externa e apresentam o logótipo da União Europeia que assegura o cumprimento do Regulamento Comunitário para a Agricultura Biológica.

** Número inclui produtos com esta certificação e/ou material de embalagem com esta certificação.

*** Valores corrigidos como resultado de verificação externa realizada.

Nota: Um mesmo produto pode ter mais de um sistema de certificação (ex.: certificação biológica e FSC). BDK: Biedronka, PD: Pingo Doce, RCH: Recheio.

Em 2020, o número de referências de Marca Própria e Percíveis com certificações de sustentabilidade aumentou em relação a 2019, muito com o reforço da certificação de embalagens e produtos com os esquemas FSC®, PEFC ou SFI. Passámos ainda a ter dez referências com a indicação da certificação RSPO na embalagem, esquema que garante que o óleo de palma presente nesses produtos não está relacionado

com práticas de desflorestação nem de violação de direitos humanos. Foi também introduzida a certificação Welfair™ em três referências de leite fresco Pingo Doce, protocolo que garante o bem-estar animal das vacas leiteiras.

6.3.5. Promoção de Práticas Agrícolas Sustentáveis

Com o objectivo de promover boas práticas agrícolas, iniciámos em 2013 uma parceria de colaboração com os nossos fornecedores de Fruta e Legumes em Portugal. Numa primeira fase avaliámos as 15 explorações mais relevantes dos nossos fornecedores, quanto às suas práticas de uso do solo e de preservação da biodiversidade local, de consumos de água e energia, de utilização responsável de fertilizantes e fitofármacos. Com base nessa avaliação, desenvolvemos o Manual de Agricultura Sustentável, que elenca um conjunto de práticas recomendadas para cada uma das áreas avaliadas e permite também aos utilizadores calcularem o seu índice de sustentabilidade. A par da disponibilização deste manual junto de fornecedores e produtores, é também disponibilizado o acesso a formação.

Este índice de sustentabilidade foi aplicado a 23 novas explorações agrícolas, de 20 fornecedores portugueses, elevando para 121 as explorações agrícolas avaliadas desde o início do projecto, num total de 63 fornecedores abrangidos, que representam cerca de 50% do volume de compras aos fornecedores de Fruta e Legumes em Portugal. Ainda em 2020, 20 fornecedores procederam a um novo cálculo do índice de sustentabilidade para 30 explorações, tendo o índice médio de sustentabilidade aumentado de 3,61 para 3,69.

Na Polónia, foi finalizada a adaptação dos textos e da metodologia do Manual de Agricultura Sustentável em colaboração com fornecedores locais que representam várias tipologias de produção agrícola. É nosso objectivo continuar a integrar novas explorações agrícolas e assegurar um índice de sustentabilidade médio de pelo menos 3,7 para as explorações com duas ou mais avaliações realizadas.

Adicionalmente, na Jerónimo Martins Agro-Alimentar – mais precisamente na Best Farmer¹⁰¹ –, investimos numa agricultura de regeneração em que os solos e a biodiversidade estão em primeiro plano. Assim, recorreremos à sementeira de pastagens biodiversas e utilizamos técnicas de reduzida mobilização dos solos nas culturas, tais como sementeira directa e mobilização mínima. Estas práticas promovem a sustentabilidade através da retenção de carbono atmosférico, o incremento da matéria orgânica do solo e a melhoria da capacidade de retenção de água.

Produção de uva biológica

Em 2020, a Jerónimo Martins Agro-Alimentar anunciou uma nova parceria para a produção de uvas biológicas sem grainha, através da empresa Outro Chão. Sendo esperada a primeira colheita em 2024, será a partir de 2025 que se perspectiva o abastecimento regular das lojas do Grupo. Desta forma será assegurado o reforço na oferta de produtos biológicos na área de Perecíveis e Marca Própria. Esta parceria tem como objectivo assegurar uma produção biológica e a preços que permitam o acesso de todos os consumidores a este tipo de produtos.

6.4. Selecção e Acompanhamento de Fornecedores

A selecção e a colaboração com fornecedores e prestadores de serviços pressupõem o cumprimento dos princípios legais e éticos reflectidos na Política de Compras Sustentáveis, no Código de Conduta de Fornecedores e no Código de Conduta do Grupo Jerónimo Martins¹⁰². Em caso de incumprimento destes princípios por parte dos nossos fornecedores e/ou dos fornecedores destes, e quando não haja disponibilidade da sua parte para implementar um plano de acção correctiva, o Grupo reserva-se o direito de cessar relações comerciais. Adicionalmente, comprometemo-nos a contribuir para, de forma colectiva, erradicar o trabalho forçado¹⁰³ nas nossas cadeias de abastecimento e promover condições de trabalho dignas, apoiando os Princípios Prioritários da Resolução do The Consumer Goods Forum: todos os trabalhadores devem ter liberdade de movimento; nenhum trabalhador deve ter de pagar para trabalhar; e nenhum trabalhador deve endividar-se para trabalhar ou ser coagido a tal.

¹⁰¹ A Best Farmer é a unidade de negócio da Jerónimo Martins Agro-Alimentar responsável pela produção de carne bovina de raça Aberdeen Angus e pela vacaria para produção de leite.

¹⁰² Disponíveis para consulta na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

¹⁰³ Em concordância com o definido pela Organização Mundial de Trabalho em www.ilo.org.

6.4.1. Auditorias a Fornecedores

De modo a assegurar o cumprimento das nossas Políticas de Responsabilidade Corporativa e a acompanhar a gestão dos seus processos, sistemas de gestão e a formulação de produtos, realizamos auditorias aos nossos fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria na Colômbia, Polónia e Portugal. No caso das auditorias ambientais e sociais são também incluídos os nossos prestadores de serviços.

Auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar

Estas auditorias são essencialmente dedicadas a acompanhar os critérios de desenvolvimento e produção, sendo também incluídos aspectos ambientais e laborais. Os requisitos ambientais – que incluem critérios associados à gestão da água, efluentes e resíduos – assumem um peso de 5% no caso das auditorias de selecção de fornecedores de Marca Própria não alimentar e de Perecíveis (em todas as geografias)¹⁰⁴. No âmbito dos requisitos laborais, que têm um peso de até 10%, são avaliados itens como condições de higiene e segurança no trabalho, formação, utilização de vestuário adequado, equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias adequados para colaboradores.

Cada fornecedor é reavaliado periodicamente, com uma frequência pré-definida e baseada na classificação previamente obtida, sendo auditados pelo menos uma vez a cada 18 meses. Para novos fornecedores é feita uma primeira avaliação de selecção. De acordo com a avaliação de risco do produto e do fornecedor, bem como do resultado obtido na auditoria anterior e o seu desempenho ao longo do tempo (ex.: resultados de controlos analíticos ou reclamações), é definida a periodicidade das auditorias seguintes: de seis em seis meses para a classificação “Básico”, de 12 em 12 meses para “Alto” e de 18 em 18 meses para um nível de desempenho “Excelente”.

No caso de fornecedores internacionais, em que a avaliação de risco do produto (composição e potencial risco de contaminação) se revele baixo, é aceite como auditoria a monitorização dos certificados de sistemas de segurança alimentar segundo os esquemas aprovados pelo Global Food Safety Initiative, nomeadamente British Retail Consortium (BRC), Global Good Agricultural Practices (Global G.A.P.), HACCP/Codex Alimentarius, International Featured Standards (IFS), Food Safety System Certification (FSSC) 22000 ou ISO 22000.

Foi ainda dada continuidade ao projecto de auditorias de fornecedores de Perecíveis na categoria de carnes, nas quais os critérios de bem-estar animal assumem um peso de 29% da avaliação. Os critérios são definidos com base no referencial da Global G.A.P. e na legislação em vigor, e incluem aspectos como densidade, condições das instalações e iluminação, entre outros. Em 2020, foram avaliados 93 fornecedores/explorações. Sempre que necessário são elaborados planos correctivos cujo progresso acompanhamos em conjunto com os fornecedores.

Auditorias a fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria*

Portugal	2020	2019	Δ 2020/2019
Perecíveis	915	870	+5,2%
Marca Própria – Alimentar e Não Alimentar	119	249	-52,2%
Polónia			
Perecíveis	147	154	-4,5%
Marca Própria – Alimentar e Não Alimentar	467	453	+3,1%
Colômbia			
Perecíveis	101	160	-36,9%
Marca Própria – Alimentar e Não Alimentar	125	182	-31,3%

*As auditorias incluem os seguintes tipos: selecção, controlo e acompanhamento.

¹⁰⁴ Para os restantes casos – Marca Própria Alimentar na Colômbia, Polónia e Portugal –, e para os fornecedores aprovados nas auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar, realizámos uma avaliação do grau de cumprimento de requisitos ambientais. Para mais informação consulte neste subcapítulo a subsecção “Auditorias Ambientais”.

A variação no número de auditorias realizadas em Portugal¹⁰⁵ e na Polónia está associada ao desempenho dos fornecedores nas auditorias anteriores. Na Colômbia, o decréscimo do número de auditorias na Marca Própria e Perecíveis deve-se a uma diminuição no número de novos fornecedores e, consequentemente, num menor número de auditorias de acompanhamento.

Auditorias Ambientais

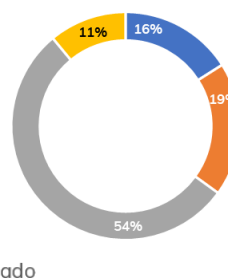
A realização destas auditorias, conduzidas por uma entidade externa, visa assegurar o cumprimento dos nossos requisitos adicionais de desempenho ambiental. São avaliados cerca de 100 critérios em nove dimensões: água, energia, resíduos, efluentes líquidos, emissões para a atmosfera, ruído, substâncias perigosas, riscos ambientais e sistemas de gestão ambiental. São quatro os níveis de conformidade¹⁰⁶ (Excelente, Bom, Satisfatório e Inadequado), em consequência da média final das nove dimensões.

A selecção de fornecedores e prestadores de serviços é baseada no volume de compras do Grupo e na relevância dos impactes ambientais das actividades que desenvolvem. Em 2020 foram auditados 57 fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria das nossas Companhias¹⁰⁷ bem como um total de 40 20 prestadores de serviços em Portugal (20) e na Polónia (20).

Desempenho Global das Auditorias Ambientais a Fornecedores de Perecíveis, de Marca Própria e de Marcas Exclusivas (2017-2020)



Desempenho Global das Auditorias Ambientais a Prestadores de Serviços (2017-2020)



A todos os prestadores de serviços e fornecedores classificados com o nível "Inadequado" e/ou que não cumpram a totalidade dos requisitos críticos definidos, é apresentado um plano correctivo de acção que exige uma resposta obrigatória no prazo máximo de seis meses. Nos casos em que o plano correctivo não é cumprido, sendo o grau de execução aferido numa segunda auditoria realizada no ano seguinte, o Grupo reserva o direito de suspender a colaboração.

Adicionalmente, redefinimos em 2020 a metodologia de avaliação do grau de cumprimento de requisitos ambientais de novos fornecedores aprovados ao longo do ano para fornecerem produtos alimentares de Marca Própria (das Companhias em Portugal, Polónia e Colômbia) ou Perecíveis (das Companhias em Portugal). Esta acção abrangeu, no ano em análise, 158 fornecedores das áreas de negócio referidas e incluiu a avaliação de requisitos relacionados com certificação ambiental e gestão de aspetos ambientais (ex.: água, embalagens, efluentes, resíduos, emissões para a atmosfera e substâncias perigosas para o ambiente e saúde humana). Em 2021, esta acção será estendida a todos os novos fornecedores de Marca Própria e Perecíveis.

Auditorias Sociais

Estas auditorias têm como objectivo monitorizar e assegurar o cumprimento da legislação nacional e internacional, bem como as boas-práticas evidenciadas pelo benchmark sobre vários sectores de actividade

¹⁰⁵ Em Portugal, mais de 50% dos fornecedores de Marca Própria obtiveram a classificação "Excelente" em 2019, justificando a redução do número de auditorias em 2020.

¹⁰⁶ Os níveis de avaliação são determinados da seguinte forma: i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento superior a 94% dos requisitos de nível "Satisfatório", acrescidos do cumprimento entre 71% e 85% dos requisitos de nível "Bom" e de pelo menos 70% dos requisitos de nível "Excelente", ou cumprimento de 100% dos requisitos críticos e ter um sistema de gestão ambiental certificado; ii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos de nível "Satisfatório", acrescidos do cumprimento de 70% dos requisitos de nível "Bom"; iii) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 70% e 84% dos requisitos de nível "Satisfatório" e; iv) Inadequado: incumprimento de um ou mais requisitos críticos e/ou cumprimento inferior a 70% dos requisitos de nível "Satisfatório".

¹⁰⁷ Foram auditados fornecedores da Ara, Biedronka, Pingo Doce e Recheio.

a nível internacional da Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum. As auditorias são realizadas por uma entidade externa e independente que avalia 120 requisitos de entre 12 dimensões:

- prevenção do trabalho infantil;
- prevenção do trabalho forçado;
- prevenção da discriminação;
- salvaguarda do direito de associação;
- termos contratuais;
- horas de trabalho;
- vencimentos e benefícios;
- saúde e segurança no trabalho;
- preparação para emergência;
- monitorização do cumprimento;
- ética nos negócios;
- protecção dos direitos humanos.

São quatro os níveis de conformidade¹⁰⁸, em consequência da média final das 12 dimensões: Excelente, Bom, Satisfatório e Inadequado.

Em 2020, foi possível executar auditorias presenciais e remotas face às condições excepcionais de restrição a viagens e presenças físicas nos locais de produção dos fornecedores. Foram auditados 35 fornecedores com base no seu volume de negócios:

- 33 fornecedores directos, com unidades de produção de Percíveis e Marcas Próprias (alimentar e não alimentar), tendo sido auditados fornecedores locais das Companhias de Retalho Alimentar em Portugal, Polónia, Colómbia e ainda fornecedores localizados em Espanha;
- dois fornecedores indirectos de Marcas Exclusivas (não alimentares) com operações na Polónia e China.

Aos fornecedores com avaliação de “Satisfatório”, “Bom” e “Excelente” mas que, ainda assim, apresentem não conformidades ou conformidades parciais de requisitos gerais, foi apresentado e discutido um plano de acções correctivas com resposta obrigatória no prazo máximo de doze meses, conforme a gravidade. Durante esse período, novos contactos são feitos junto do fornecedor para aferir a implementação do mesmo e, quando se justifique, definir o momento de uma auditoria posterior.

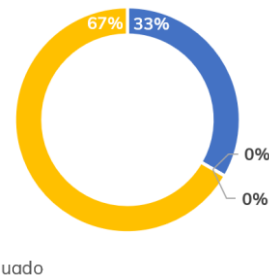
Para os casos de fornecedores com avaliação de “Inadequado” são feitos contactos regulares até um período de seis meses para aferir a implementação de acções correctivas. Uma avaliação *in loco* ou feita de forma remota realizar-se-á no ano seguinte para nova verificação. Na ausência de evidências de progresso, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração comercial.

Foram ainda auditados seis fornecedores que em 2019 haviam sido classificados como “Inadequados”, registando-se a classificação abaixo. Durante 2021, vamos manter o mesmo procedimento de acompanhamento e verificação das acções correctivas.

Desempenho Global das Auditorias Sociais a Fornecedores de Percíveis, de Marca Própria e de Marcas Exclusivas (2020)



Desempenho Global das Reauditorias Sociais a Fornecedores de Percíveis, de Marca Própria e de Marcas Exclusivas (2020)



¹⁰⁸ Os níveis de avaliação são determinados da seguinte forma: i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento superior a 94% dos requisitos de nível “Satisfatório”, acrescidos do cumprimento entre 71% e 85% dos requisitos de nível “Bom” e de pelo menos 70% dos requisitos de nível “Excelente”, ou cumprimento de 100% dos requisitos críticos e ter um sistema de gestão ambiental certificado; ii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos de nível “Satisfatório”, acrescidos do cumprimento de 70% dos requisitos de nível “Bom”; iii) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 70% e 84% dos requisitos de nível “Satisfatório” e; iv) Inadequado: incumprimento de um ou mais requisitos críticos e/ou cumprimento inferior a 70% dos requisitos de nível “Satisfatório”.

6.4.2. Sensibilização e Formação a Fornecedores

Para promover a melhoria contínua dos produtos e processos, desenvolvemos iniciativas de sensibilização e formação em conjunto com os nossos parceiros de negócio na Colômbia, Polónia e Portugal.

Em 2020, realizámos várias acções de formação e reuniões dedicadas à Qualidade e Segurança Alimentar, contando com a participação de 270 fornecedores. Aprofundámos a relação com os fornecedores especialmente em áreas onde é possível melhorar a cooperação, a eficiência dos processos e o desenvolvimento de produtos inovadores.

No seguimento de vários workshops realizados no final de 2019, no qual participaram fornecedores polacos e alguns dos fornecedores portugueses e colombianos, levaram-se a cabo mais duas destas iniciativas em Portugal, no âmbito do projecto de Agricultura Sustentável, dedicados às temáticas “Água” e “Protecção das Culturas”, que contaram com 48 representantes de fornecedores de Fruta e Legumes, e mais dois workshops de enquadramento das auditorias ambientais e sociais, para 42 fornecedores portugueses e colombianos.

7. Apoiar as Comunidades Envolventes

7.1. Introdução

As quase 4.300 lojas alimentares do Grupo, espalhadas por mais de mil cidades, vilas e aldeias de Polónia, Portugal e Colômbia contribuem todos os dias para combater a fome e a subnutrição, ajudando também a quebrar ciclos de pobreza extrema e de exclusão social. Enquanto membro activo das comunidades em que estamos inseridos, o foco da nossa actuação de cidadania passa maioritariamente pelo apoio aos grupos mais vulneráveis de qualquer sociedade: os idosos, as crianças e os jovens carenciados¹⁰⁹.

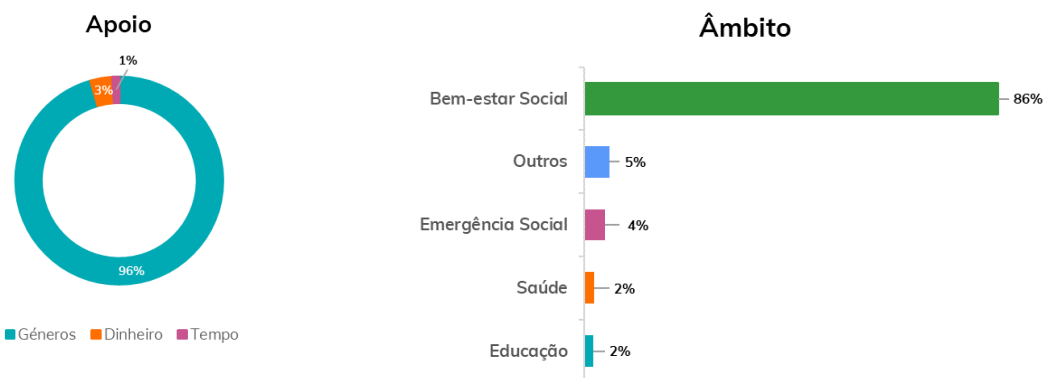
Apoiamos ainda projectos de promoção da alimentação e de estilos de vida saudáveis, assim como de encorajamento da criação literária e de hábitos de leitura, com o objectivo de sensibilizar especialmente as gerações mais novas, para a sua importância no desenvolvimento cognitivo e cultural. Ao mesmo tempo, procuramos concretizar e incentivar iniciativas de apoio às comunidades também noutras áreas, desde a preservação ambiental, à educação e cultura, empreendedorismo, cidadania e direitos humanos.

7.2. Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes

Conscientes de que todos os recursos são escassos perante as múltiplas necessidades que existem, as acções que apoiamos e/ou promovemos são monitorizadas e avaliadas em relação ao impacte que produzem, numa óptica de alocação eficiente de recursos a projectos que abranjam o maior número possível de pessoas e/ou que gerem os maiores e melhores resultados. Para além de realizarmos visitas de acompanhamento às instituições com as quais celebrámos acordos de cooperação, para verificação *in loco* da qualidade das infra-estruturas e do serviço prestado às pessoas apoiadas, medimos se e como ocorrem as desejadas mudanças sociais.

Para tal, aplicamos os critérios implícitos à metodologia de avaliação de impacte social London Benchmarking Group (LBG), da qual o Grupo é membro desde 2011. Em 2020, foi possível medir o impacte da aplicação de cerca de 34,7 milhões de euros¹¹⁰ em apoios atribuídos a 219 organizações que, por sua vez, se estima terem chegado a mais de um milhão de pessoas. Este montante compreende doações, quer em géneros alimentares, quer monetárias, focadas maioritariamente nas áreas da melhoria do bem-estar social, da resposta a situações de emergência social, da saúde e da educação.

Medição de Impactes Sociais

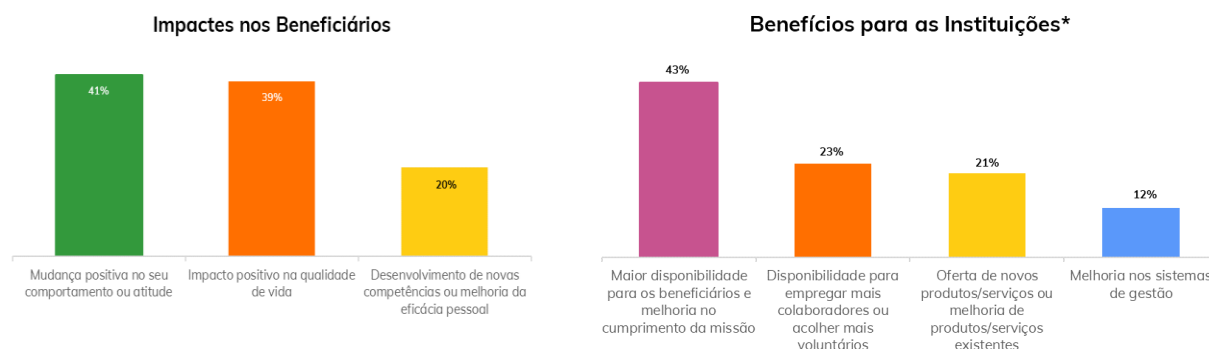


A maioria dos beneficiários inquiridos pelas instituições reportou impactes positivos, desde logo no seu comportamento, a par da melhoria na sua qualidade de vida. Também as instituições confirmaram que o

¹⁰⁹ A Política de Apoio às Comunidades Envolventes está disponível no website corporativo, na área [Apoiar as Comunidades Envolventes](#).

¹¹⁰ Este valor corresponde a actividades/projectos medidos junto das instituições e seus beneficiários apoiados pelas diferentes Companhias do Grupo, havendo um limite mínimo a partir do qual se considera poderem ser obtidos dados significativos de impactes sociais. Assim, não corresponde ao montante total de apoios concedido por Jerónimo Martins.

apoio disponibilizado por Jerónimo Martins e suas Companhias permitiu ter maior disponibilidade para os beneficiários, melhorando o cumprimento da sua missão e empregar mais colaboradores ou acolher voluntários, entre outros benefícios.



* A percentagem total pode não corresponder a 100% devido ao arredondamento de cada parcela.

Ao longo de 2020, 42 colaboradores de Companhias baseadas em Portugal estiveram envolvidos em programas de capacitação profissional de pessoas em contexto real de trabalho, através da Escola de Formação Jerónimo Martins, totalizando 28.951 horas de tutoria, num valor equivalente a cerca de 365 mil euros. A diminuição de colaboradores envolvidos, horas dedicadas e valor alocado registada face a 2019 (54%, 48% e 55%, respectivamente) justifica-se pelo contexto de pandemia, que impossibilitou a dinamização de estágios durante várias semanas com os tutores, considerando que a prioridade das equipas esteve sempre na segurança dos colaboradores.

O reporte global dos principais indicadores de apoio às comunidades, segundo o modelo LBG, está disponível no website corporativo (na área [Apoiar as Comunidades Envolventes](#)), sendo verificado por entidade externa e independente.

7.3. Apoios Directos

Os apoios directos do Grupo traduzem-se essencialmente em duas dimensões: (1) a oferta de produtos alimentares a instituições que se dedicam ao combate à fome, subnutrição e pobreza extrema e (2) apoios monetários a organizações que realizam trabalho pedagógico com crianças, jovens e idosos numa tentativa de promover a sua inclusão social.

Em 2020, foram atribuídos - a nível corporativo e por todas as Companhias do Grupo - um total de cerca de 47,6 milhões de euros¹¹¹ em apoios directos (em espécie e monetários, incluindo patrocínios de causas ambientais, sociais e culturais). Este aumento de 10% face ao período homólogo é justificado pela resposta às necessidades criadas pela pandemia, uma tendência verificada em todas as Companhias.

Corporativo

Ao nível da Holding (JMH), apoiámos 59 entidades e projectos cujos âmbitos de intervenção recaíram maioritariamente no campo social (65%) e da educação (23%) num montante total de cerca de 2,7 milhões de euros. Isto traduz um aumento de 284% face ao período homólogo, justificado pelos apoios prestados no âmbito do combate à pandemia. Foram ainda apoiados projectos nos âmbitos ambiental¹¹², cultural e saúde.

Mantemos um apoio regular a 21 instituições (mais duas do que em 2019), estando firmados protocolos de cooperação permanente que vigoram, na sua maioria, há já mais de uma década. A maior parte dos apoios pontuais focou-se na resposta às necessidades de bens essenciais geradas pela pandemia.

¹¹¹ Inclui o valor atribuído por JMH (2.671.619,39 €) e as Companhias Pingo Doce (12.282.137,44 €), Lidosol (643.851,80 €), Recheio Cash & Carry (463.912,78 €), Recheio Masterchef (61.528,01 €), João Gomes Camacho (52.887,19 €), JMRS Hüssel (14.293,35 €), Jerónimo Martins Agroalimentar (68.473,13 €) Biedronka (exc. Fundação Biedronka) (30.884.670,39 €), Hebe (25.223,08 €) e Ara (406.094,51 €).

¹¹² Para mais informação, consulte o subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente".

Em 2020, foram celebrados e cumpridos dois novos acordos de cooperação com as seguintes Instituições de Solidariedade Social:

- Associação Padre Amadeu Pinto SJ, que viabilizou o apoio alimentar a cerca de 100 crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e carência, regularmente acompanhados pelo Centro Juvenil e Comunitário no Pragal, em Almada. A instituição tem como objectivo minimizar comportamentos de risco, aumentar o sucesso escolar e acompanhar a integração na formação profissional e/ou no mercado de trabalho;
- Associação Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos, que tem por missão apoiar 35 pessoas com várias deficiências graves, sem recursos económicos (que encontram nesta instituição a sua única casa e família), tendo em vista a sua integração na sociedade.

Pingo Doce

A Companhia procura apoiar projectos e causas sociais que contribuam para a superação dos riscos sociais e económicos que as comunidades enfrentam¹¹³.

Durante 2020, o Pingo Doce recebeu cerca de 1.700 pedidos de apoio através do seu website (para além de todos os que são feitos directamente nas lojas), tendo respondido ao apelo de mais de 870 instituições de cariz social que cumprem a sua missão nas zonas de influência das lojas da Companhia (um aumento de 26% face a 2019). Foram concedidos apoios correspondentes a um total de mais de 12,9 milhões de euros em géneros alimentares (contabilizados a preço de custo da mercadoria) e em valor monetário, nos quais estão incluídos apoios fixos, cartões-presente e patrocínios a projectos de conservação ambiental. Os géneros alimentares doados a mais de 500 instituições equivalem a mais de 5.700 toneladas¹¹⁴.

Em virtude da disrupção imposta pela pandemia, o programa [Bairro Feliz](#), lançado em 2019 para fortalecer o vínculo com as comunidades locais, não decorreu no ano de 2020. O valor alocado no ano anterior às causas identificadas pelos clientes foi canalizado para apoiar directamente as instituições de solidariedade que apoiam pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, especialmente em contexto de pandemia, com bens alimentares. É objectivo da Companhia retomar este projecto, assim que estejam reunidas as condições necessárias à sua implementação local.

Recheio

A Companhia de Cash & Carry e Food Service doou mais de 578 mil euros em géneros e apoios monetários (mais 16% do que em 2019) a 169 organizações que se dedicam a causas como o combate à fome junto de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Foram entregues 242 toneladas de alimentos¹¹⁵, um aumento de 18% face ao período homólogo. A APPIA – Associação Pró-Partilha e Inserção do Algarve, o Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa e o Grupo de Acção Social Cristã de Barcelos são algumas das instituições que distribuíram os excedentes alimentares doados pelo Recheio. Os apoios monetários da Companhia foram alocados a projectos sociais como a atribuição de bolsas de estudo a seis jovens apoiados pela Fábrica da Igreja Paroquial de S. Nicolau em Lisboa, que acolhe jovens estudantes que pretendem continuar a sua formação mas que não têm capacidade económica para o fazer.

Por ocasião do Natal, foi lançada a iniciativa 1+1 Faz a Diferença, em que os clientes podiam adquirir um cabaz de bens alimentares para doar a uma de três instituições locais identificadas por cada loja, sabendo que o Recheio acompanharia o seu gesto solidário, oferecendo um segundo cabaz à instituição seleccionada. Com base nesta mecânica, foram encaminhados mais de mil cabazes para o conjunto das 98 instituições elegidas.

¹¹³ A Política de Responsabilidade do Pingo Doce está disponível em <https://www.pingodoce.pt/responsabilidade/>.

¹¹⁴ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

¹¹⁵ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

Em 2020, as Companhias desta área de negócio atribuíram um total de cerca de 68.500 euros em apoios, na sua maioria em géneros alimentares a 31 instituições como a Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, o Banco Alimentar Contra a Fome de Portalegre e o SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais.

Biedronka

A Biedronka canalizou cerca de 30,9 milhões de euros para o apoio a campanhas e projectos sociais¹¹⁶, um valor que representa um aumento de 6% face a 2019, justificado essencialmente pela expansão do programa de doações alimentares de lojas a instituições de apoio social. Com o lançamento da Fundação Biedronka, de que a Jerónimo Martins Polska é fundadora, o principal programa de apoio pecuniário até então desenvolvido pela Biedronka – Na Codzienne Zakupy (Para as Compras do Dia-a-Dia) – passou para a esfera da Fundação. Isto explica a redução acentuada (-77%) dos donativos monetários registados nas contas da Biedronka. Foram beneficiadas cerca de 375 instituições.

Fundação Biedronka*

Lançada a 11 de Março de 2020, no âmbito da comemoração dos 25 anos da Biedronka, a Fundação Biedronka visa apoiar a população sénior para que possa viver de forma digna e com saúde pelo maior período possível, num país onde uma em cada quatro pessoas tem mais de 60 anos e cuja população idosa representará 40% da sociedade em 2050, segundo as previsões do Gabinete de Estatística Polaco (Główny Urząd Statystyczny). Os objectivos da Fundação são, entre outros, combater a pobreza, problemas de nutrição, solidão e exclusão social dos idosos.

Com uma dotação orçamental de cerca de 11,5 milhões de euros** para 2020, a Fundação iniciou a sua actividade com uma re-edição do programa Na Codzienne Zakupy (Para as Compras do Dia-a-Dia), uma iniciativa de assistência financeira dirigida a idosos que já atingiu a escala das 10 mil pessoas beneficiárias. A população abrangida recebeu apoio financeiro que se traduz num valor mensal de 100 ou 150 zlotys (cerca de 23 ou 33 euros) carregado num cartão pré-pago que pode ser usado para compras na Biedronka, o que representou um investimento de 3,2 milhões de euros. Os beneficiários deste programa podem contar com o apoio de um voluntário da Cáritas (que perfazem actualmente 2.500), para os ajudar na realização das compras ou acompanhar as suas actividades diárias.

Em parceria com a iniciativa Szlachetna Paczka (da Associação Wiosna), foi criado um projecto educacional especialmente direccionado para os que dedicam o seu tempo e energia a ajudar os idosos: as suas famílias, voluntários e cuidadores. O guia “Pomagam Seniorowi” (“Eu Ajudo o Senior – Como cuidar daqueles a quem tanto devemos”) procura melhorar o apoio dado a idosos em situações de isolamento, doença e dependência de terceiros. Para além das 6.200 cópias entregues aos voluntários da iniciativa, o manual foi ainda disponibilizado a cerca de três mil voluntários do programa Na Codzienne Zakupy. Foram ainda descarregadas mais de 300 cópias virtuais do manual, num projecto que teve um investimento de cerca de 24 mil euros.

A Fundação investiu ainda 1,3 milhões de euros em apoios no combate à pandemia, através da oferta de máscaras, luvas, gel desinfectante, sabonetes, cremes de mãos e outros produtos semelhantes a 595 lares de idosos e centros de apoio a cerca de 50 mil pessoas.

Iniciado há cinco anos, o programa de doações de excedentes alimentares através das lojas Biedronka continuou a expandir-se. Foram encaminhadas mais de 12.400 toneladas¹¹⁷ de alimentos (um aumento de 29% face a 2019) através de 1.941 lojas na Polónia com protocolo para doações alimentares. Este valor excede o objectivo estabelecido para o ano de 2020 e que fixava em 1.500 o número total de lojas envolvidas no projecto.

¹¹⁶ A Política de Responsabilidade da Biedronka está disponível em <https://csr.biedronka.pl/>.

⁹ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

Foram apoiadas cerca de 100 instituições, entre as quais a Caritas Polska e a Federação dos Bancos Alimentares Polacos, que agilizam a distribuição dos produtos alimentares por pessoas com carências graves.

A Biedronka lançou a campanha Razem Przeciw Marnowaniu¹¹⁸ (Vamos Prevenir o Desperdício Alimentar Juntos), na qual mais de 600 organizações não governamentais se desafiaram a criar, em conjunto com a Companhia, projectos de cooperação no domínio do combate ao desperdício alimentar através de doações em géneros. Foi ainda lançado um [website](#) para sensibilização da população em geral acerca deste tema, que registou mais de nove mil visualizações desde o seu lançamento e até ao final do ano.

Em parceria com a Caritas Polska, com quem a Biedronka coopera desde 2006, foram ainda desenvolvidas as seguintes iniciativas de apoio directo:

- Oferta de Caixas da Felicidade a 10.500 crianças contendo, entre outros, mais de 15 mil peluches do Gang Słodziaków (Gangue dos Peluches), a propósito do Dia Mundial da Criança (1 de Junho). Esta iniciativa, na qual foram investidos mais de 59 mil euros, veio substituir, pela necessidade de distanciamento social, a 15.ª edição da campanha Festyny Bądzmy Razem (Vamos Ficar Juntos) que, através de piqueniques apoiados pela Biedronka, pretendia reforçar laços entre as crianças e as suas famílias;
- No Dia Mundial do Doente (11 de Fevereiro) e no Dia de São Nicolau (6 de Dezembro), a Biedronka voltou a apoiar com géneros alimentares cerca de duas mil crianças internadas nos hospitais de Varsóvia.

No âmbito da 20.ª edição do programa Szlachetna Paczka (Presente Nobre), a Biedronka apoiou a Associação Wiosna pelo segundo ano consecutivo, por ocasião do Natal.

Estimando existirem no país mais de dois milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, entre os quais as faixas etárias mais idosas, esta instituição desenvolve também, em parceria com a Fundação Biedronka, o projecto Pomagam Seniorowi (Eu Ajudo o Senior). O investimento de cerca de 45 mil euros, que contribuiu para a logística deste programa, permitiu a esta associação apoiar mais de 14 mil famílias de todo o país em situação de vulnerabilidade económica (como idosos em situação de isolamento, pessoas com deficiência ou afectadas pela pandemia), através da oferta de cabazes (com géneros alimentares e produtos de cosmética, entre outros, conforme as necessidades de cada família) preparados por mais de 11 mil voluntários e oferecidos por mais de 330 mil doadores, incluindo clientes da Biedronka, através da compra de produtos alimentares específicos.

Em Julho, a Biedronka colocou o livro “Nadzieja” (“Esperança”) à venda nas suas lojas, com o valor a reverter na totalidade para o apoio a lares e hospitais seleccionados pela Fundação Agora (entidade criada no universo do grupo de media polaco Agora e dedicada a organizar e co-financiar campanhas de apoio social). O livro – que relata histórias de superação humana – contém 40 textos dos maiores escritores, poetas e jornalistas polacos incluindo a vencedora do Prémio Nobel da Literatura em 2018, Olga Tokarczuk. O apoio da Biedronka cifrou-se em mais de 266 mil euros e o projecto teve o apoio do Comissariado Polaco para os Direitos Humanos.

Na época de Natal, foram distribuídos cerca de 1.600 cabazes de alimentos a pessoas em situação de sem-abrigo através da Iniciativa Kościuszko. Adicionalmente, e por mais um ano, as tradicionais hóstias de Natal foram oferecidas a mais de 2.200 idosos e doentes internados em hospitais de 26 cidades polacas, numa iniciativa em parceria com a Ordem Soberana da Cruz de Malta.

Num país que tem assistido nos últimos 70 anos a uma diminuição da sua taxa de natalidade, a Biedronka ofereceu um cabaz a todas as crianças nascidas na Polónia desde o início de 2020 e que sejam registadas no website do clube Dada, a Marca Própria de produtos de higiene e cuidado infantil que é líder nalgumas categorias na Polónia, nomeadamente em fraldas. Cerca de 59 mil crianças receberam a oferta. Dado o sucesso obtido, esta iniciativa vai ter continuidade em 2021.

¹¹⁸ Para mais informação, consulte o subcapítulo 5. “Respeitar o Ambiente”, secção 5.5. “Acções de Sensibilização”.

Hebe

Apesar da situação pandémica, e também em resposta a ela, 2020 foi um ano em que a Hebe aprofundou o seu apoio às comunidades envolvidas. Num contexto de saúde pública em que o reforço da higiene das mãos se revelou de extrema importância, a Companhia apoiou um total de 21 entidades, oferecendo 1.100 unidades de cremes de mãos a médicos e enfermeiros de 30 hospitais e centros de cuidados de saúde e produtos de cosmética, num investimento de mais de 24 mil euros. Em parceria com o fornecedor Eveline, foram ainda oferecidos 600 cremes de mãos a cinco hospitais polacos.

A Hebe apoiou também a iniciativa “Lábios Rosa”, dinamizada pela Associação Internacional dos Alunos de Medicina através de uma campanha nas redes sociais e em 17 cidades, alertando para a prevenção do cancro do colo do útero. Destacaram-se ainda os apoios e patrocínios focados na melhoria do bem-estar das mulheres polacas, nomeadamente a Conferência do Clube de Mães Empreendedoras, a Casa das Mães Solteiras de Brwinów e instituições de apoio social da região de Łódź como lares e casas de apoio a mães solteiras.

Ara

Ao longo do ano, a Ara encaminhou mais de 406 mil euros para projectos de apoio social, um aumento de 70% face ao ano anterior¹¹⁹, o que comprova o compromisso da Companhia com o apoio às famílias colombianas com menos rendimentos.

Em 2020, através da Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia (ABACO), cuja missão é estabelecer alianças estratégicas com parceiros públicos e privados para o combate à fome no país, a Ara encaminhou 215 toneladas¹²⁰ de alimentos, um aumento de 522% face ao período homólogo. A ABACO, que a Ara apoia continuamente desde 2013, estima que, em termos médios, tenham sido beneficiadas mensalmente mais de 14 mil pessoas pertencentes a quatro mil famílias apoiadas pelos bancos alimentares de 12 cidades (Pereira, Bogotá, Cucutá, Ibagué, Cali, Manizales, Cartago, Barranquilla, Santa Marta, Neiva e Villavicencio). Ao mesmo tempo, estima que se, em vez de terem sido encaminhadas para consumo aquelas toneladas de alimentos tivessem acabado por ser desperdiçadas e enviadas para aterro isso equivaleria a uma emissão para a atmosfera do equivalente a 0,68 toneladas de CO₂.

Devido à crise sanitária e ao encerramento das creches comunitárias, o apoio ao Instituto Colombiano de Bienestar Familiar centrou-se na oferta de cabazes alimentares a mais de 4.100 crianças e suas famílias em cinco regiões colombianas (Risaralda, Norte de Santander, Cesar, Meta e Magdalena), tendo sido envolvidas nesta rede solidária mais de 50 lojas da Ara, num investimento de mais de 35 mil euros.

No âmbito da actividade Ara Madrinas, 2.500 crianças em três regiões do país (Chocó, Norte de Santander e Bogotá) receberam brinquedos e jogos como presente de Natal e cinco mil crianças das regiões de Cundinamarca, Atlántico, Risaralda e Córdoba receberam peluches e livros da campanha Amigos del Bosque. Estas iniciativas representaram um investimento de mais de 18 mil euros.

Para além disso, foi estabelecida uma parceria inovadora entre a Jerónimo Martins Colombia, a Caritas Polska e a Caritas Colombia com o objectivo de providenciar ajuda humanitária a populações vulneráveis em Villa del Rosario e Cúcuta, duas povoações na região Norte de Santander que fazem fronteira com a Venezuela, um país mergulhado numa prolongada crise socioeconómica e política, que tem motivado um êxodo migratório para a Colômbia. O apoio materializou-se na entrega de mais de 9.400 cabazes compostos por produtos alimentares essenciais¹²¹ a 1.185 famílias migrantes venezuelanas e famílias colombianas em situação de extrema vulnerabilidade económica. Jerónimo Martins investiu mais de 90 mil euros no projecto.

A Ara contribuiu para o esforço de auxílio às populações atingidas pelo furacão Iota e pelas cheias de Novembro, oferecendo 1.400 cabazes alimentares a cerca de cinco mil pessoas e providenciando 375

¹¹⁹ Valor revisto face a 2019.

¹²⁰ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

¹²¹ Como definido pelos [Sphere Humanitarian Standards](#).

tendas de acolhimento provisório para famílias desalojadas nas regiões de San Andrés y Providencia, Bolívar e Chocó num investimento aproximado de 12 mil euros.

Combate ao desperdício alimentar

Os excedentes alimentares que cumprem os padrões de segurança mas que não podem ser vendidos são doados pelas Companhias do Grupo a instituições de apoio social na Polónia, Portugal e Colômbia. Desta forma, os alimentos chegam a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica, como são os casos de idosos, crianças e jovens desfavorecidos. Além do combate à fome e subnutrição, com esta prática transversal às operações de distribuição alimentar em todos os países onde operamos, estamos a contribuir positivamente para uma lógica de economia circular, permitindo que o destino final dos produtos alimentares seja o consumo humano.

Em 2020, a doação de produtos alimentares totalizou 18.687 toneladas, um aumento de 19% face a 2019.

Apoios do Grupo no combate à pandemia de Covid-19

A iniciativa [Resposta Global ao Coronavírus](#), que partiu da Comissão Europeia e reuniu esforços de governos, empresários, fundações e cidadãos dos Estados-Membros para viabilizar acções de investigação e desenvolvimento no combate à pandemia – como o aprofundamento da investigação em vacinas e equipamentos –, conta com um apoio de Jerónimo Martins no valor de 500 mil euros. Incluído nos apoios corporativos está também o investimento de mais de 370 mil euros no Serviço Nacional de Saúde português para a conclusão da segunda unidade de cuidados intensivos do Hospital do Espírito Santo de Évora. Esta nova unidade permitiu aumentar significativamente a capacidade de resposta deste hospital localizado numa região muito envelhecida do país.

Além disso, o Grupo alocou um milhão de euros à realização do Painel Serológico Nacional Covid-19, que envolveu a participação de mais de 13 mil voluntários, em 102 municípios de Portugal continental e ilhas, com o intuito de conseguir avaliar a prevalência da doença na sequência da primeira vaga da pandemia.

Foi também lançado o Programa Voluntários Clientes 70+, através do qual os colaboradores das estruturas centrais em Portugal apoiaram clientes mais idosos em situação de confinamento na realização das compras necessárias. Mediante pedido dos clientes, os voluntários fizeram as compras e entregaram-nas em suas casas, ajudando assim a reduzir a sua exposição ao risco de contágio. No âmbito desta iniciativa, entre Maio e Dezembro, 140 colaboradores realizaram 868 actos de compra. Em 2021, enquanto o contexto se justificar, este Programa manter-se-á activo.

O Pingo Doce entende como prioritários os apoios a situações de emergência social e carência alimentar. Nesse sentido, aprofundou a colaboração com instituições de âmbito nacional que actuam no apoio aos mais desfavorecidos (casos da ReFood, CASA – Centro de Apoio ao Sem Abrigo, Comunidade Vida e Paz, Banco Alimentar e Cruz Vermelha Portuguesa) e com entidades directamente impactadas pela Covid-19 ou com um papel activo no combate à pandemia, como são os casos de hospitais, lares, bombeiros e juntas de freguesia.

Entre Março e Junho, o Pingo Doce entregou semanalmente cabazes alimentares a 31 hospitais de Portugal. Ao longo de 11 semanas, foram entregues mais de 220 mil lanches (compostos por água, leite, sumo, bolachas e fruta) a profissionais de saúde, no valor de 155 mil euros.

A iniciativa foi retomada em Dezembro, tendo sido apoiados profissionais de saúde de 29 hospitais com 58 mil lanches. Por ocasião do Natal foram ainda oferecidos cabazes a 20 mil profissionais de saúde de 32 unidades hospitalares.

O Pingo Doce associou-se ainda à Biosurfit (no âmbito da campanha #EuAjudoQuemAjuda, da Cruz Vermelha Portuguesa) e financiou em mais de 27 mil euros um equipamento inovador denominado Triagem Smart, que permite a detecção precoce dos casos de infecção com maior potencial de evolução para níveis

elevados de severidade da doença entre os pacientes encaminhados pelo Serviço Nacional de Saúde. Entre Março e Maio, foram rastreadas mais de 3.200 pessoas, uma média de 68 diárias.

Nas semanas de confinamento obrigatório, foram ainda disponibilizados digitalmente conteúdos didácticos direccionados às crianças e às suas famílias, nomeadamente:

- Jogos e actividades online gratuitas do Bando do Bosque 2, que chegaram a mais de 2,3 milhões de utilizadores, através das redes sociais;
- Os livros vencedores do Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce, que foram lançados online, assim como os audiolivros das “Histórias de Encantar”, disponibilizados na plataforma Spotify e que impactaram mais de 900 mil pessoas.

O Recheio ampliou a sua capacidade operacional para fornecer hospitais, lares, juntas de freguesia e cantinas escolares disponibilizando refeições e produtos frescos aos locais de apoio comunitário, no âmbito da campanha “O Recheio não vai faltar a quem mais precisa”. Além disso, em parceria com o produtor de leite Montiqueijo, o Recheio apoiou profissionais de saúde e pacientes de 19 hospitais, tendo sido doados 25 mil litros de leite (o Recheio garantiu o seu embalamento e distribuição).

Na Polónia, a Biedronka iniciou um programa para juntar idosos que não podiam fazer as suas compras sozinhos a cidadãos prontos a ajudar. Desde 24 de Março, 5.666 idosos inscreveram-se no programa Czas na pomaganie Seniorom 65+ (Tempo para Ajudar os Seniores 65+) através do preenchimento de um formulário (disponível nas lojas e no website da Biedronka), tendo podido contar com o auxílio de 11.839 voluntários. A pensar nos clientes mais idosos, a Companhia introduziu também a entrada prioritária em loja nas primeiras horas após a abertura e a passagem prioritária em filas, sempre que requisitada.

Na Colômbia, o aumento do número de pedidos de apoio gerou a necessidade de focar os recursos disponíveis no apoio às comunidades mais vulneráveis, com especial enfoque nas crianças e jovens. Os critérios definidos estipularam que os pedidos das entidades oficiais (como câmaras municipais e esquadras de polícia) deveriam ser atendidos prioritariamente, pelo que 90 pedidos foram aprovados, com a consequente oferta de cabazes com produtos alimentares essenciais. Assim, num investimento total de mais de 39 mil euros, foram entregues acima de 7.500 cabazes destinados a apoiar mais de 35 mil pessoas em 90 municípios.

7.4. Voluntariado e Campanhas Internas

O Grupo dinamiza diversos programas de voluntariado junto dos colaboradores, em parceria com outras instituições da sociedade civil. Apesar do cancelamento de diversas acções planeadas para 2020, foi possível manter diversas iniciativas que já tinham sido implementadas em anos anteriores, ainda que com a necessária adaptação ao novo contexto.

Em 2020, 244 colaboradores contribuíram com 386 horas de voluntariado¹²² junto de várias instituições, entre as quais:

- a Associação Junior Achievement Portugal, no âmbito da qual sete voluntários leccionaram conteúdos sobre comunidade e economia para o sucesso, num total de 58 horas de formação junto de 75 crianças e jovens abrangidos pelo programa. A colaboração com o Grupo remonta a 2005 e já envolveu 589 voluntários num total de 5.041 horas de formação¹²³, que impactaram mais de 9.100 alunos;
- a Make-A-Wish Portugal, com a qual os Operations Management Trainees (OMT) de 2019 planearam a concretização do desejo de uma criança de nove anos. Os 18 OMT envolvidos contribuíram com um total de 99 horas de voluntariado e conseguiram angariar mais de quatro mil euros;
- a Associação Padre Amadeu Pinto recebeu o fruto de quatro acções de voluntariado com a participação de 23 colaboradores, perfazendo um total de 115 horas de envolvimento. Os colaboradores participaram na montagem de cabazes alimentares para serem doados a mais de 100 famílias em contexto socioeconómico desfavorecido e trabalharam também na transformação de um armazém do centro juvenil num novo espaço de estudo para crianças e jovens;

¹²² Inclui o Programa Voluntários Clientes 70+.

¹²³ Valor revisto face a 2019.

- a Academia Girl Move (que pretende capacitar jovens moçambicanas para se tornarem agentes de desenvolvimento das suas comunidades) levou a Jerónimo Martins mais cinco estagiárias, desta vez em formato digital, com o apoio de 56 colaboradores em 114 horas de voluntariado. À semelhança das edições anteriores, que se realizam desde 2016, o estágio assentou num modelo de mentoria no qual cada Girl Mover beneficiou de acompanhamento regular ao longo de cinco semanas, durante as quais as jovens moçambicanas (licenciadas nas áreas de agricultura, pescas e meteorologia) tiveram acesso a diversos departamentos do Grupo e das suas Companhias, com especial enfoque nas suas áreas de interesse e formação. Com um total de 16 Girl Movers abrangidas em cinco edições, o Grupo tem vindo a contribuir para a formação e desenvolvimento técnico destas jovens, tornando-as mais capazes de enfrentar os desafios do mercado de trabalho moçambicano e de colocarem o seu talento ao serviço daquele país.

Por ocasião do Natal, o Grupo possibilitou a aquisição de presentes a 87 crianças que vivem nos lares de acolhimento apoiados numa base regular e contínua.

O Grupo e as suas Companhias em Portugal voltaram a juntaram-se à campanha [Portugal Chama](#) da Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Florestais (AGIF), que pretende alertar as populações para a necessidade de prevenção nos meses mais críticos do ano devido às temperaturas elevadas e ausência de pluviosidade. Mais de 120 lojas Pingo Doce (situadas na região do Algarve e nos concelhos do país com maior risco de incêndio) e todas as lojas do Recheio divulgaram os materiais produzidos pela AGIF através de comunicação visual e sonora em loja). No caso do Pingo Doce, os clientes foram também alertados por e-mail, redes sociais e revista “Sabe Bem” (tiragem mensal de 150 mil exemplares). Já o Recheio partilhou os materiais de sensibilização através de 162 mil folhetos promocionais (do Recheio e Amanhecer) e dos websites do Recheio, Recheio Masterchef e Amanhecer.

7.5. Outros Apoios

Estabelecemos também parcerias com várias instituições no sentido de identificar e responder a desafios de coesão social nos países onde desenvolvemos os nossos negócios.

Promoção da Alimentação e de Estilos de Vida Saudáveis

A Biedronka apoiou a primeira edição do programa Celuj w zdrowie (Scoring for Health – Marcar pela Saúde). Criado em parceria com o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) e com a Fundacja Legii (Fundação do clube de futebol Légia de Varsóvia), o principal objectivo deste programa é combater a obesidade infantil, identificada pela Organização Mundial da Saúde como um dos principais problemas de saúde pública na Europa. O programa foi implementado em comunidades de oito países da Rede Europeia de Futebol para o Desenvolvimento (que junta clubes de futebol e fundações associadas).

Em Janeiro de 2020, o programa levou os alunos de quatro escolas de Varsóvia às lojas da Biedronka para sessões dedicadas à leitura correcta de rótulos, incluindo a identificação de produtos e ingredientes com teor de gordura e açúcares, procurando sensibilizar as crianças para a importância de um estilo de vida saudável. Ao longo do ano lectivo, participaram no programa 260 crianças (entre os nove e os dez anos) de quatro escolas do ensino básico. Entre Outubro de 2019 e Abril de 2020, foram concluídas 142 sessões de sensibilização (das quais oito online).

A Biedronka manteve, em colaboração com a Green Factory (um parceiro de longa data que fornece produtos de quarta gama), o apoio ao programa [Zielona Kraina](#) (Terra Verde), que conta também com a participação do Instytut Żywności i Żywienia (Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco). Esta iniciativa, já na sua quinta edição, pretende educar as crianças sobre hábitos de alimentação saudáveis, tendo sido criado um ciclo de workshops gratuitos (que incluem a preparação de refeições, jogos e palestras), envolvendo nutricionistas e cozinheiros, destinados a alunos do quarto ano de escolaridade e aos seus professores. Em 2020 foi possível concretizar 17 das 400 acções previstas para o ano lectivo. Desde 2015, o programa juntou mais de 30 mil alunos, num total de 1.517 workshops.

Em Portugal, colaborámos pelo quinto ano consecutivo no programa [Alimentação Saudável e Sustentável](#) das Eco-Escolas, promovido pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, visando sensibilizar os alunos das escolas participantes para temas como a alimentação, a nutrição e a sustentabilidade da produção agro-alimentar. Devido ao fecho das escolas imposto pela evolução da situação pandémica, os

desafios sofreram alterações para poderem ser completados em casa. O Grupo apoiou as equipas participantes com ofertas financeiras e assegurou prémios às escolas vencedoras, que incluíram, entre outros, tablets e discos externos.

Este projecto abrangeu directamente mais de 700 escolas de vários escalões (desde creches e jardins de infância até escolas básicas, secundárias e profissionais) e os alunos submeteram mais de 760 trabalhos a avaliação, um aumento de mais de 300%.

Os trabalhos apresentados respondiam a desafios como a monitorização de aspectos de nutrição e segurança alimentar nas cantinas, a criação de peças de comunicação sobre a composição e origem dos alimentos, informação sobre a quantidade de sal presente nos alimentos habitualmente consumidos e, finalmente, a confecção de ementas completas com ingredientes locais e sazonais. Pela necessidade de se encontrar desafios que os alunos pudessem concretizar a partir de casa, foram desenhados três exercícios adicionais que pretendiam alertar para o consumo excessivo de sal, sugerir receitas saudáveis e sustentáveis que pudessem ser cozinhadas em família e receitas de combate ao desperdício alimentar.

Pelo quarto ano consecutivo, o Pingo Doce associou-se ao World Bike Tour, um evento que decorreu em Lisboa e que contou com cerca de 1.700 cicloturistas (uma redução de 58% face a 2019, justificada pela necessidade de adiar o evento de Julho para Outubro). Além de kits aos participantes (que incluíram, entre outros, produtos alimentares de Marca Própria), o Pingo Doce ofereceu ainda mais de 50 inscrições a colaboradores e clientes. O valor investido ascendeu a cerca de 87 mil euros.

Promoção da Literatura e de Hábitos de Leitura

A promoção e difusão da literatura infantil tem sido uma das prioridades do Grupo no âmbito da democratização do acesso aos livros e da promoção do espírito crítico e da criatividade por parte das gerações mais jovens. Nos últimos 15 anos, o Pingo Doce lançou 449 títulos exclusivos e ajudou a colocar mais de dois milhões de livros nas mãos das famílias portuguesas, promovendo hábitos de leitura em família desde cedo e contribuindo para a literacia infanto-juvenil.

Em Janeiro de 2020, o Pingo Doce lançou o livro “Bando do Bosque – Há Festa na Clareira”, que teve o apoio do Plano Nacional de Leitura. Por cada livro vendido, 50 cêntimos foram doados para a promoção da literacia para a preservação da floresta, uma iniciativa da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) que promove a educação ambiental e que, no ano lectivo 2020-2021 vai organizar acções de educação ambiental junto de cerca de 1.800 alunos do segundo e terceiro ciclos. A campanha Bando do Bosque tem como figuras centrais um livro infantil e dez personagens de peluche, que puderam ser adquiridos em troca de selos colecionáveis. O Pingo Doce entregou mais de 98 mil euros à LPN, tendo sido vendidos cerca de 197 mil livros em 2020.

A par da comercialização de livros a preços muito acessíveis, o Pingo Doce e a Biedronka têm dinamizado concursos de literatura infantil que promovem o surgimento de novos autores de escrita e ilustração, assegurando-lhes a publicação do seu trabalho em livro, que é vendido exclusivamente nas redes de lojas das duas insígnias. Quer na Polónia quer em Portugal, os vencedores da fase de texto e da fase de ilustração do concurso recebem ainda um prémio monetário individual de 25 mil euros.

Na sua sétima edição, o Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce registou 1.846 candidaturas na fase de texto e 466 na fase de ilustração (um aumento de 37% e 56%, respectivamente). Desde a sua primeira edição, em 2014, já se registaram mais de dez mil candidaturas ao prémio.

Estando já na sua sexta edição, o [Piórko](#) (Prémio de Literatura Infantil da Biedronka) registou cerca de 1.800 obras a concurso na fase de texto. Este número representa uma diminuição de 44% das candidaturas, justificada pela redução de semanas em que o concurso esteve aberto (de seis em 2019 para quatro em 2020) e pelo período de confinamento que colidiu com o período de candidaturas. A história vencedora, “Malwina e o Segredo da Cave do Avô” da autoria de Agnieszka Syczyło, serviu de inspiração aos mais de 600 ilustradores que viram as suas submissões validadas para concurso na segunda etapa do prémio.

Num ano atípico a todos os níveis, o funcionamento do concurso teve de ser alterado. A deliberação do júri decorreu através de videochamada, foram utilizados canais digitais para anunciar os vencedores e a história premiada foi lida por uma radialista na página de [Facebook](#) da Biedronka. Já a divulgação da capa do livro foi feita através do descerrar de um mural pintado com tintas ecológicas (que ajudam a filtrar a poluição

atmosférica) num prédio de Varsóvia. O Piórko é, desde a sua primeira edição, um concurso apadrinhado pelo Provedor da Criança na Polónia e, em 2020, pela primeira vez, foram atribuídas seis menções honrosas nas duas categorias.

Desde o lançamento da iniciativa, o total de livros premiados vendidos supera os 130 mil em Portugal e os 315 mil exemplares na Polónia. O total investido nos dois países em prémios a novos autores e ilustradores ascende já a cerca de 650 mil euros.

Uma outra actividade a destacar na Polónia foi a terceira edição do passatempo Szkolne Przygody Gang Fajniaków (Aventuras Escolares do Gangue dos Fixes), destinado às escolas primárias de todo o país com o objectivo de encorajar a adopção de comportamentos de protecção ambiental. O passatempo contou com a participação de cerca de sete mil alunos de mais de 3.100 escolas, que se envolveram no desafio de organizar actividades em grupo dedicadas à sensibilização ambiental e preparar obras de arte relacionadas com temáticas ambientais. As 400 escolas vencedoras receberam peluches da colecção, material escolar e cartões-presente da Biedronka, oferecidos a cerca de cinco mil alunos e professores. Para além disso, 640 escolas competiram pelo Grande Prémio Final, que permitiu a renovação dos espaços verdes de 15 escolas e a instalação de lâmpadas economizadoras e caixotes do lixo com separação de resíduos.

No Dia Mundial do Ambiente, que se assinala a 5 de Junho, a Biedronka lançou um novo livro da mesma colecção, dedicado a promover comportamentos de consciência e educação ambiental nas crianças. Ao comprar, naquele dia, o livro “Eko Słodziaki” (Gangue dos Eco-peluches), os clientes apoiaram financeiramente a Czysta Polska (Associação Polónia Limpa), organizadora da iniciativa Czyste Tatry (Montanhas Tatra Limpas). Nesta campanha foram vendidos mais de 148 mil livros¹²⁴.

Pelo segundo ano consecutivo, a Biedronka apoiou esta iniciativa com apoio logístico e lanches para os 2.500 voluntários, os quais recolheram cerca de 470 kg de lixo ao longo dos 275 km daquelas montanhas polacas. Este valor é próximo da quantidade de lixo que cada polaco produz em cerca de 18 meses. Foi ainda lançado um concurso nas redes sociais para que os participantes publicassem fotos da iniciativa com a hashtag #CzysteTatryzBiedronka, tendo as três melhores fotografias ganho um voucher para compras na Biedronka.

Ainda com a mesma organização, a Biedronka celebrou o Dia da Árvore (10 de Outubro), levando o Gangue dos Peluches a sensibilizar a comunidade para o carvalho Bolko, o maior carvalho da região de Lublin e uma das mais antigas árvores na Polónia, com cerca de mil anos. Esta iniciativa permitiu que os trabalhos de manutenção desta árvore tivessem início.

As duas iniciativas representaram um investimento de cerca de 33.500 euros.

Em Dezembro, foi lançada a história “Zimowa Przygoda” (“Aventuras de Inverno do Gangue dos Fixes”), cuja venda das mais de 183 mil cópias reverteu na totalidade para o programa Pajacyk (Marioneta de Madeira), promovido pela Acção Humanitária Polaca e cujo objectivo é combater a subnutrição das crianças. Desde 1998, altura em que este programa foi criado, já foram entregues 9,3 milhões de refeições.

A Biedronka, em parceria com a Cruz Vermelha Polaca, ajudou a tornar mais alegres os dias de mais de 195 mil crianças (residentes em orfanatos, centros de apoio a crianças com deficiência ou inseridas em famílias com escassos recursos económicos), através da oferta de 275.230 peluches da colecção Gang Słodziaków (Gangue dos Peluches), num investimento de cerca de 338 mil euros. Também as crianças hospitalizadas no Centro de Saúde Infantil de Varsóvia receberam mil peluches, no âmbito da iniciativa Os Peluches Adoram Crianças, num investimento de nove mil euros.

Promoção da Inclusão Social e Empreendedorismo

Com uma parceria em vigor desde 2011, a Biedronka é, desde 2018, o principal patrocinador da Associação Nadzieja Na Mundial (Esperança para o Mundial), que pretende apoiar o desenvolvimento de crianças institucionalizadas através da socialização pelo desporto. Esta organização promove torneios de futebol com crianças e jovens da Polónia, de outros países da Europa e do resto do mundo em diferentes competições. Em 2020, a 11.ª edição do torneio realizou-se excepcionalmente logo após o final das férias de Verão (por causa das restrições impostas em Abril) e restringiu-se ao campeonato polaco. Quase 250

¹²⁴ Para mais informação consulte o subcapítulo 5. “Respeitar o Ambiente”, secção 5.5. “Acções de Sensibilização”.

crianças com idades entre os quatro e os 17 anos participaram na competição, representando 25 equipas de toda a Polónia (tendo sido dos poucos eventos realizados presencialmente durante o ano no país). Além do apoio financeiro de cerca de 54 mil euros, que cobre a logística associada ao campeonato polaco, a Biedronka ofereceu bebidas e snacks às crianças que participaram nos diferentes torneios, assim como prémios que incluíam material desportivo e electrónico e o prémio Esperança da Biedronka para o melhor jogador do campeonato.

No âmbito do projecto Akademia Młodych Orłów (Academia das Jovens Águias), iniciado em 2014 em parceria com a Federação Polaca de Futebol e que pretende desenvolver as capacidades de crianças entre os seis e os 11 anos provenientes de famílias com poucos recursos, a Biedronka concedeu um apoio financeiro de cerca de 225 mil euros. Esta verba foi aplicada no treino de Inverno de mais de 2.500 crianças (o único que pode realizar-se, pelas limitações impostas pela situação pandémica) e em eventos virtuais com os participantes.

7.6. Apoios Indirectos

O Grupo envolve-se com regularidade em campanhas de recolha de alimentos e outros artigos, assim como em iniciativas de angariação de fundos para apoio ao trabalho desenvolvido por instituições de solidariedade social. Em 2020, e devido às proibições decorrentes da pandemia de Covid-19, os apoios indirectos sofreram uma redução no que respeita, por exemplo, aos peditórios realizados em loja pelas instituições.

Apoios indirectos

Em 2020, o espírito solidário dos clientes das Companhias do Grupo continuou a crescer, tendo sido realizadas campanhas de recolha de alimentos e vendas de vales convertíveis em produtos alimentares num total de mais de 379 toneladas. Foram ainda realizadas campanhas de angariação de fundos que totalizaram mais de 770 mil euros.

Portugal

Ainda antes do início da pandemia e nos meses em que a mesma não condicionou o acesso às lojas, o Pingo Doce possibilitou a realização de 137 peditórios por parte de 64 instituições de cariz social. Por norma, estas instituições podem usufruir de uma bolsa de 35 dias anuais para realizarem acções nas lojas Pingo Doce.

No entanto, as campanhas de venda de vales convertíveis em alimentos e outros produtos não desaceleraram: foram promovidas 11 dessas campanhas solidárias junto dos clientes para apoiar organizações como o Banco Alimentar Contra a Fome (que não pôde realizar a recolha anual de géneros alimentares junto dos clientes em loja), o CASA (Centro de Apoio ao Sem Abrigo), a Associação Filhos do Coração (que combate a escravatura infantil no Gana), a Ordem da Cruz de Malta, a ACAPO, a HELPO, a Cáritas Portuguesa e um conjunto de instituições de apoio social do município de Cascais, em parceria com a respectiva Câmara Municipal. Para além do valor angariado no conjunto das 11 iniciativas de apoio a 14 instituições, que somou mais de 509 mil euros em vales (um aumento de 225% face a 2019) e reuniu mais de 321 toneladas¹²⁵ de alimentos para instituições de apoio a emergências alimentares, destaque também para os vales que reverteram para associações de protecção e defesa dos animais (que conseguiram angariar 14,2 toneladas de ração e mais de 420 sacos de areia para gato). O Pingo Doce suportou os custos de comunicação destas campanhas em loja num montante superior a 37 mil euros.

Iniciado em 2018 na região de Lisboa e alargado em 2019 a lojas Pingo Doce noutras zonas do país, o projecto Mercado Social não reuniu, em 2020, as condições para ser implementado e alargado, como estava previsto. Este projecto pretende apoiar instituições do terceiro sector que tenham produção alimentar própria, disponibilizando-lhes um espaço em loja dedicado à comercialização dos seus produtos, cujo valor da venda reverte na totalidade para as instituições em causa. Se reunidas as condições necessárias, o projecto será retomado em 2021.

¹²⁵ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

Para promover a sustentabilidade financeira das instituições do terceiro sector e fomentar o empreendedorismo social, o Pingo Doce promove também a comercialização de produtos desenvolvidos por entidades que se dedicam ao combate à exclusão social na sociedade portuguesa.

Desde 2011 que está activo o apoio ao CEERDL – Centro de Educação Especial Rainha Dona Leonor, uma cooperativa que serve 540 pessoas com algum tipo de deficiência ou doença mental, através da prestação de serviços que promovem a sua qualidade de vida. O Pingo Doce compra ao CEERDL cerca de 50 mil monobouquets de lírios por ano, o que representa cerca de 22% da facturação anual da área de floricultura do CEERDL. O sucesso desta parceria viabilizou o aumento da produção, o que permitiu melhores resultados financeiros para a instituição, viabilizando a melhoria de instalações e condições de trabalho, assim como o alargamento da equipa a mais colaboradores, empregando 13 pessoas com deficiência, permitindo assim o seu acesso ao mercado de trabalho. Em 2020 foram vendidas cerca de 41 mil unidades.

Manteve-se também o apoio, iniciado em 2013, ao projecto Cogumelo Solidário da AANP – Associação dos Albergues Nocturnos do Porto, para a venda de cogumelos shiitake produzidos em modo biológico. Este projecto visa contribuir para a sustentabilidade financeira dos serviços prestados pela AANP a pessoas sem-abrigo, incluindo refeições e bens de higiene essenciais. Em 2020, venderam-se 840 packs de shiitake desta origem nas lojas Pingo Doce.

Polónia

Em parceria com a Federação dos Bancos Alimentares Polacos e com a Caritas Polska, as lojas da Biedronka serviram como plataforma de mobilização dos clientes para a recolha de alimentos destinados a pessoas em situação de carência.

Em Setembro, a Caritas esteve presente em 380 lojas com a campanha Tak. Pomagam! (Sim. Eu ajudo!) pedindo aos clientes da Biedronka que contribuíssem com alimentos com prazos de validade alargados. Foram recolhidas mais de 51 toneladas¹²⁶ de géneros alimentares entregues a idosos, crianças, famílias numerosas e monoparentais, sem-abrigo, doentes ou desempregados.

Antes do Natal, foram recolhidas cerca de 16 toneladas¹²⁷ de alimentos em 572 lojas e encaminhadas para a Federação dos Bancos Alimentares Polacos.

Colômbia

O programa de recolha de alimentos oferecidos pelos clientes da Ara através do arredondamento do valor das suas compras, manteve-se em 2020. A Aldeas Infantiles SOS Colombia recebeu um apoio superior a 261 mil euros, um aumento de 11% face a 2019 dado o maior número de lojas envolvidas e o investimento da Companhia na comunicação desta iniciativa. Além dos programas Acogimiento Familiar e Fortalecimiento de Familias de Origen, cujo foco são as famílias em risco de separação e as crianças e jovens retirados das suas famílias, a Aldeas Infantiles SOS teve também uma intervenção junto de famílias em contexto de violência e em situação de emergência.

O valor angariado permitiu que os programas das áreas da educação (oferta de materiais didácticos, programas desportivos e culturais), saúde (programas de apoio médico), alimentação e alojamento chegassem a mais de 60.800 crianças e jovens de entre mais de 7.300 famílias de acolhimento residentes nas cidades de Guajira, Bolivar, Antioquia, Santander, Cazucá, Tolima, Caldas, Valle e Nariño. Em 2020, os programas alargaram-se a mais quatro cidades do que em 2019, com um aumento de mais de 3.800% do número de beneficiários e de 953% das famílias apoiadas.

¹²⁶ Estimativa da organização.

¹²⁷ Estimativa da organização.

8. Ser um Empregador de Referência

8.1. Um Ano de Pandemia em Jerónimo Martins

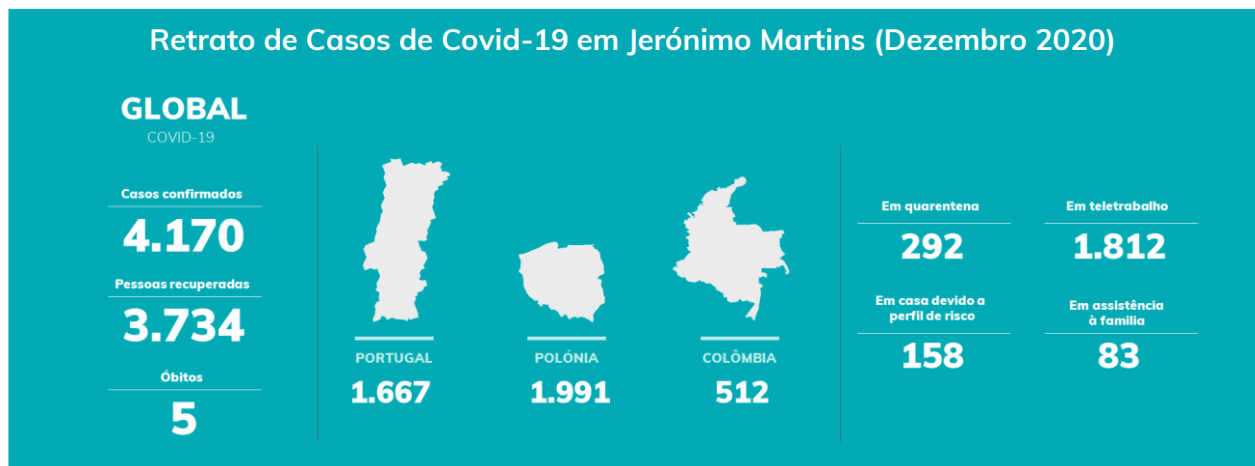
2020 foi um ano de superação. A pandemia e os seus impactos a nível social, económico, político e individual mudaram as nossas vidas de forma significativa e, num contexto de incerteza e múltiplos desafios, fomos chamados a dar o melhor de nós.

Um ano em que as Companhias do Grupo demonstraram, uma vez mais, a sua capacidade de adaptação e resiliência para garantir a continuidade do negócio e o cumprimento da sua missão.

A pandemia reforçou o reconhecimento da importância do nosso sector e do papel social da distribuição alimentar. Milhares de pessoas estiveram a trabalhar diariamente na linha da frente para garantir o abastecimento de bens de primeira necessidade a milhões de consumidores na Polónia, em Portugal e na Colômbia.

Este contexto exigiu respostas imediatas, criativas e ajustadas aos diferentes países onde estamos presentes, focadas na protecção e apoio aos nossos stakeholders. As medidas implementadas recaíram sobre cinco eixos de actuação: protecção e bem-estar dos nossos colaboradores, adopção de novas formas de trabalhar, comunicação, reforço do reconhecimento e engagement e suporte às famílias.

O Grupo posicionou-se, desde o primeiro momento, ao lado das suas pessoas, tendo feito da sua segurança, bem-estar e protecção a sua principal prioridade.



8.1.1. Protecção e Bem-estar dos Nossos Colaboradores

Neste contexto de crise pandémica, os esforços primordiais do Grupo centraram-se no reforço e promoção da saúde física e mental dos colaboradores, e na manutenção dos seus postos de trabalho, como forma de assegurar o seu bem-estar e a continuidade do negócio.

Deste modo, as preocupações iniciais incidiram sobre os mais vulneráveis à pandemia, tendo o Grupo identificado todos os colaboradores que faziam parte de grupos de risco, utilizando, para isso, critérios associados à idade ou a condições específicas de saúde. Todos estes colaboradores foram encaminhados para recolhimento preventivo em suas casas, tendo sido preservadas as suas remunerações (aproximadamente 1.150 pessoas na fase inicial).

Durante este período, mesmo nos negócios que foram encerrados durante o Estado de Emergência, foram adoptadas medidas que nos permitiram manter o foco na estabilidade laboral, para que todos preservassem os postos de trabalho, quer através de contratos a tempo parcial, quer na realocação temporária dos colaboradores a outras Companhias do Grupo.

Para a protecção dos colaboradores no terreno e diminuição do risco de infecção, o Grupo fez um investimento significativo, cerca de 16 milhões de euros, em equipamentos de protecção individual e

barreiras protectoras, tendo disponibilizado, desde logo, gel desinfetante, luvas descartáveis e máscaras faciais, bem como divisórias em acrílico para lojas, armazéns e escritórios. Numa fase posterior, com o regresso dos colaboradores aos escritórios, foram disponibilizados “kits de regresso”, compostos por produtos úteis para uma maior segurança dentro das instalações.

Produção de gel desinfetante na Biedronka

No início da pandemia, quando o gel desinfetante ainda era escasso para dar resposta a todas as necessidades, a Biedronka foi capaz de produzir o seu próprio gel desinfetante a partir de bebidas alcoólicas em stock. Com este exemplo de empreendedorismo e criatividade, foi possível não só distribuir gel pelos colaboradores, como também partilhar boas práticas com as restantes Companhias do Grupo.

Para além destas iniciativas, apostámos na monitorização e testagem proactiva dos colaboradores, como forma de prevenção, de garantia de uma actuação célere sobre possíveis casos de infecção e também como contribuição para a interrupção de cadeias de contágio.

Durante o ano, foram realizados mais de 35 mil testes em todas as Companhias do Grupo, quer de diagnóstico à Covid-19, quer para monitorização dos parâmetros inflamatórios dos colaboradores, o que representou um investimento superior a 700 mil euros.

Em simultâneo foram implementados protocolos de segurança rígidos (ex.: medição da temperatura, desinfecção e higienização frequente de espaços de trabalho, distanciamento mínimo, entre outros) e criadas equipas nas lojas e escritórios centrais para sensibilização dos colaboradores e promoção do cumprimento das medidas estabelecidas.

Para reduzir ao máximo o risco de exposição, foram disponibilizados mais autocarros para o transporte de colaboradores dos centros logísticos e definidas regras para a utilização destes meios de transporte.

Conscientes dos níveis elevados de pressão e ansiedade dos nossos colaboradores, provocados pela pandemia, e também da necessidade de promoção da saúde mental, reforçámos as linhas de apoio e os programas de psicologia. Por fim, cientes da importância da saúde física e mental para o bem-estar, a Jerónimo Martins Wellness Team – uma equipa de especialistas tais como preparadores físicos, osteopatas e massagistas – lançou dicas, aulas e tratamentos online para os colaboradores de diversas infraestruturas do Grupo.

Apoio psicológico a todos os colaboradores do Grupo

Em Portugal, o Programa de Psicologia foi alargado a todos os colaboradores do Grupo para garantir apoio à saúde mental, uma área fundamental para o bem-estar individual. Neste âmbito, foram realizadas consultas gratuitas de psicologia em formato online ou presencial a mais de 230 colaboradores.

Também o Programa de Psicologia Infantil e Juvenil, que visa acompanhar os filhos menores dos colaboradores, alargou o raio de acção a todo o país, tendo chegado a 253 crianças/jovens.

Na Polónia, foi desenvolvido o projecto Spokojna Głowa (Mente Pacífica), que promove a paz de espírito e a resiliência mental através da partilha de conteúdos audiovisuais. Mais de 550 colaboradores acederam a estes conteúdos.

Na Colômbia, foi criada uma linha telefónica de apoio médico e psicológico dirigida a todos os colaboradores, disponível 24 horas por dia e sete dias por semana. Foram apoiados cerca de 580 colaboradores e familiares.

8.1.2. Adopção de Novas Formas de Trabalho

Com a pandemia a atingir a Polónia, Portugal e a Colômbia em momentos e com intensidades diferentes, também as reacções dos governos locais em termos de medidas de segurança e de confinamento foram díspares. As restrições impostas durante este período levaram-nos a repensar a organização da nossa força de trabalho, promovendo novos modelos e soluções em função da realidade de cada país.

Na Polónia, os horários das lojas Biedronka foram ajustados, como forma de dispersar o fluxo de clientes ao longo do dia. Com algumas lojas a trabalharem 24 horas por dia, o regime horário dos colaboradores foi adaptado para três turnos diários. Por outro lado, em Portugal, onde as medidas foram mais restritivas, as nossas Companhias dividiram as equipas em grupos rotativos e adoptaram práticas flexíveis para compensar a ausência dos colegas.

Nos escritórios centrais foi adoptado o regime de trabalho remoto, total em períodos de quarentena obrigatória e em rotação para os restantes períodos, com 30% de taxa de ocupação das instalações. Face aos requisitos do trabalho à distância foi fundamental uma acção ágil no aprovisionamento de todos os equipamentos necessários (computadores e smartphones), e a criação de condições para a utilização de ferramentas digitais e a capacitação para a sua adopção, nomeadamente através de formações e fóruns de discussão.

Também na área de Recursos Humanos foram introduzidas novas formas de trabalhar para dar resposta às necessidades do negócio. Nesse sentido, para além do trabalho diário em gabinete de crise, foram criados comités semanais entre os Directores de Recursos Humanos e as equipas dos diferentes países, e igualmente entre equipas operacionais que se encontravam no terreno, com o objectivo de assegurar a monitorização do contexto e de tendências, garantindo a implementação das medidas necessárias, com acções coordenadas e centradas no bem-estar do colaborador.

8.1.3. Comunicação

Períodos de incerteza, como aquele que vivemos em 2020, requerem uma comunicação clara, transparente e frequente. A abordagem do Grupo neste âmbito foi determinante para a criação de um ambiente de confiança entre os vários actores da organização.

Para isso contribuíram as comunicações regulares, escritas e em suporte vídeo, do Presidente e Administrador-Delegado do Grupo, que partilhou as orientações estratégicas para este período e garantiu a segurança dos colaboradores. Contribuíram também as comunicações directas dos Directores-Gerais das Companhias e as informações semanais partilhadas pela Directora de Recursos Humanos do Grupo. No seu conjunto, promoveram o conhecimento sobre de que modo as Companhias estavam a responder à crise e quais as medidas que estavam a ser tomadas em cada momento para garantir a protecção e segurança de todos.

Ao nível das equipas, as lideranças nas operações foram formadas para a gestão de crise, sobretudo no que diz respeito à melhor forma de comunicar e tranquilizar as pessoas no terreno.

Por outro lado, foram divulgados relatórios globais sobre os impactos da pandemia e estabelecidos ou reforçados canais de transmissão de informação, com novos fóruns de partilha, newsletters, programas de rádio e a utilização da intranet (Our JM) como meio para a divulgação de informação relevante.

Em 2020, o Serviço de Atendimento ao Colaborador passou a receber os contactos dos nossos colaboradores relacionados com a Covid-19 (9.071 contactos) e, sempre que necessário, procedeu ao seu encaminhamento para os serviços de saúde internos.

Como resultado, num diagnóstico recente feito à população de escritório do Grupo, 97% dos colaboradores declararam terem-se sentido bem informados durante o período da pandemia.

8.1.4. Reforço do Reconhecimento e do Engagement

Num contexto de enorme incerteza, os colaboradores do Grupo abraçaram com espírito de missão o seu desígnio de garantir o acesso a todos os bens essenciais em cada uma das geografias.

Esta dedicação foi reconhecida através de iniciativas de apreço internas e externas, e também de prémios para os colaboradores das lojas e Centros de Distribuição, e managers. Ao longo do ano foram atribuídos aos colaboradores da linha da frente diversos bónus pela sua dedicação e sentido de serviço.

O reconhecimento pelo trabalho desenvolvido foi enorme, e os líderes do Grupo passaram frequentemente mensagens de gratidão pelas contribuições das equipas, com impacto na união, entajuda e compromisso para com a organização.

Campanha de televisão “Os Heróis da Biedronka”

Numa [campanha publicitária institucional](#), a Biedronka agradeceu e homenageou os seus colaboradores, realçando o esforço e dedicação daqueles que trabalharam nas suas lojas e remotamente para garantir a continuidade do negócio, dando assim a oportunidade dos clientes observarem o trabalho feito nas operações durante a pandemia.

Este espírito de compromisso é evidenciado de diferentes formas. Por um lado, os colaboradores de escritório demonstraram a sua satisfação com a transição para o trabalho remoto (avaliação de 4,3 em 5), sentindo-se agradecidos por continuarem a trabalhar em segurança e serem capazes de acomodar as necessidades de novos contextos familiares.

Por outro lado, as equipas de loja valorizaram a forma como foram apoiadas durante este período, tendo podido contar com equipas multidisciplinares atentas às suas necessidades e preocupadas em responder aos desafios que estavam a viver. Como forma de demonstrar o seu compromisso, foram registados menores níveis de absentismo por parte dos colaboradores das lojas, tendo havido uma redução do mesmo face ao ano anterior.

8.1.5. Suporte às Famílias

Apoiar os nossos colaboradores faz parte integrante do que somos enquanto organização e da centralidade que atribuímos ao factor humano. Conscientes de que a situação pandémica agravou as condições financeiras e sociais de muitas das nossas pessoas, reforçámos as iniciativas de suporte para responder às necessidades prementes dos colaboradores e das suas famílias.

Em Portugal, através de uma campanha de comunicação interna massiva liderada pelos Directores-Gerais de cada Companhia, relançámos o Fundo de Emergência Social (FES) por forma a garantir o apoio aos colaboradores em situação de extrema necessidade.

Fundo de Emergência Social reforça apoio para fazer face à crise social e económica em Portugal

O FES apoia situações de vulnerabilidade e de emergência social e familiar. Este fundo garante resposta a situações de carência alimentar, violência doméstica e familiar, doença oncológica, doença psíquica ou rara, desalojamento, desemprego de um familiar e situações de divórcio, entre outras.

Com uma análise feita caso a caso, as assistentes sociais desenvolvem planos de intervenção específicos que fomentam a reorganização e autonomia de cada família. Em 2020, esta equipa acompanhou mais de 1.100 colaboradores, o que representou um investimento superior a 1,1 milhões de euros, mais 20% que em 2019.

Desde o seu lançamento, em 2011, o FES já investiu mais de oito milhões de euros no apoio a cerca de quatro mil colaboradores.

A extensão do apoio aos nossos colaboradores resultou em várias iniciativas nas diferentes geografias onde operamos.

Em Portugal e na Polónia, como forma de responder ao encerramento das escolas, apoiámos os nossos colaboradores na aquisição de computadores e tablets para que os seus filhos pudessem estudar a partir de casa (854 computadores e 671 tablets) e promovemos iniciativas pedagógicas de apoio ao estudo das nossas crianças e jovens.

Ainda na Polónia oferecemos 2,8 milhões de euros em cartões pré-pagos a 65.566 colaboradores para os ajudar em situações de fragilidade causada com as incertezas trazidas pelo contexto pandémico.

Na Colômbia, a Ara facilitou o acesso ao programa “Fiado”, que concede crédito aos colaboradores, e duplicou os seus beneficiários (de dois mil colaboradores em Fevereiro para quatro mil em Junho). Foi também relançado o cartão de colaboradores, que permite que o subsídio de alimentação possa ser utilizado em compras nas nossas lojas.

Em face da pandemia, focámo-nos em proteger as nossas pessoas, inovar na forma como trabalhamos, agir com transparência, reconhecer os contributos de cada indivíduo e apoiar os colaboradores e as suas famílias. Para o Grupo, ser um empregador de referência é garantir um presente estável, com o objectivo de construir um futuro sustentável para os nossos negócios e colaboradores.

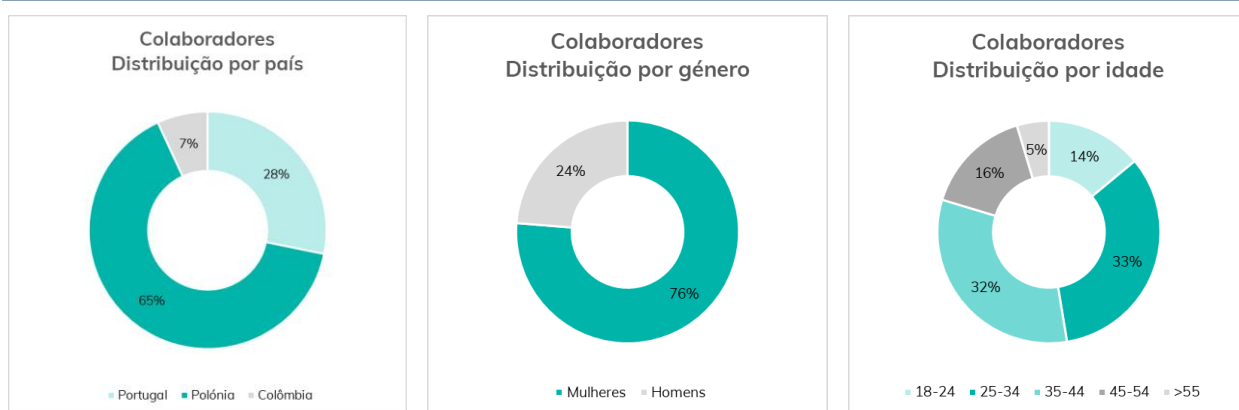
De facto, num ano tão atípico, as equipas de Recursos Humanos viram o seu papel reforçado, garantindo um alinhamento constante e agindo de forma ainda mais consistente e coordenada entre geografias. Algumas das nossas prioridades tiveram que ser ajustadas ou adiadas, mas a nossa estratégia foi maioritariamente confirmada ou reforçada.

8.2. As Nossas Pessoas¹²⁸

No final de 2020, a equipa Jerónimo Martins tinha 118.210 colaboradores, um aumento líquido de 2,4% face a 2019. Distribuíam-se da seguinte forma:

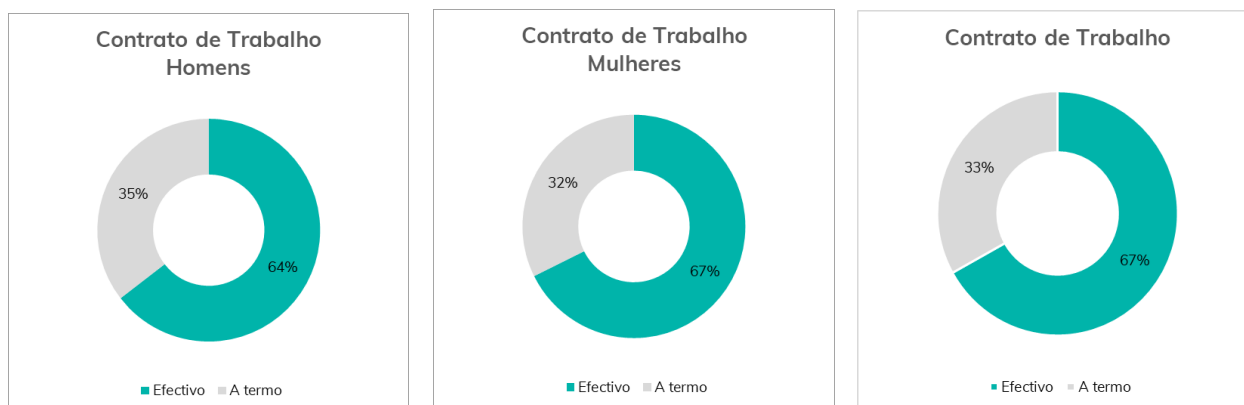
	2020							
	Idade					Género		Total
	18-24	25-34	35-44	45-54	>55	Mulheres	Homens	
Grupo	16.531	39.502	38.167	18.531	5.479	90.151	28.059	118.210
Portugal	5.677	9.585	8.925	6.463	2.697	22.069	11.278	33.347
Polónia	8.964	25.330	27.688	11.970	2.776	64.193	12.535	76.728
Colômbia	1.890	4.587	1.554	98	6	3.889	4.246	8.135
Segmentação Hierárquica								
Membros de Comissões Executivas	-	1	19	39	8	21	46	67
Gestores de topo e intermédios	6	620	1.073	548	141	1.175	1.213	2.388
Colaboradores de loja, Centros de Distribuição e escritórios	16.525	38.881	37.075	17.944	5.330	88.955	26.800	115.755

¹²⁸ Companhias incluídas por país: Portugal – Best Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A., Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A., Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda., Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A., Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A., Jerónimo Martins - Serviços, S.A., Jerónimo Martins Agro-Alimentar, S.A., Jerónimo Martins, SGPS, S.A., JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A., João Gomes Camacho, S.A., Lidosol II-Distribuição de Produtos Alimentares S.A., Pingo Doce, Distribuição Alimentar, S.A., Recheio Cash & Carry, S.A., Recheio Masterchef, Lda, Santa Maria Manuela Turismo, S.A., Seaculture - Aquicultura, S.A., Terra Alegre Lacticínios, S.A.; Polónia – Bliska Sp. Z o.o., Jerónimo Martins Polska, S.A., Jerónimo Martins Drogerie I Farmacja Sp Z o.o.; Colômbia – Jerónimo Martins Colombia S.A.S.

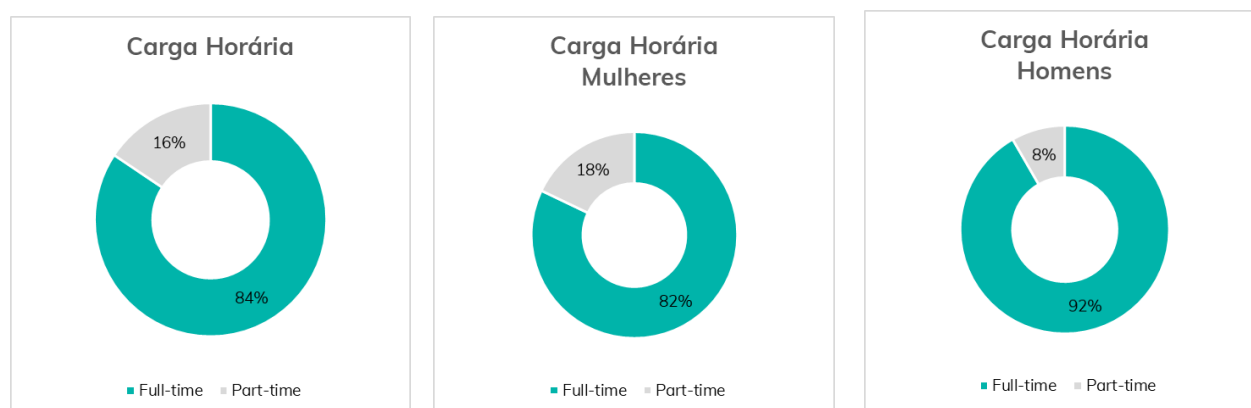


Distribuição por tipologia de contrato e género¹²⁹

Em 2020, aumentámos a proporção de contratos efectivos em comparação com 2019 em 5,5 p.p. para os 67%.



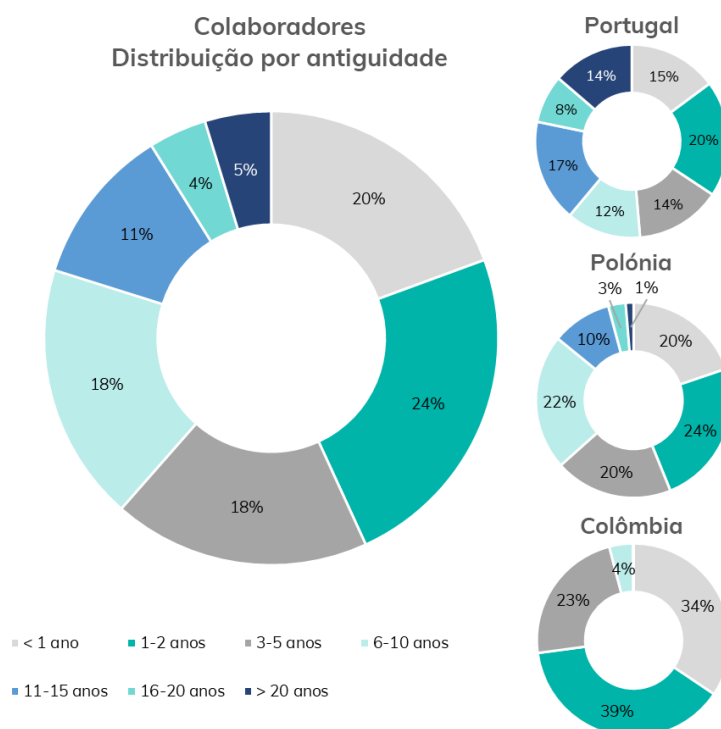
Distribuição por tipologia de carga horária e género



¹²⁹ Os gráficos omitem os Estágios SENA (Servicio Nacional de Aprendizaje) na Colómbia, que representam 0,3% da população total do Grupo. Este factor justifica a diferença para os 100% na distribuição por género.

Distribuição por antiguidade

Em termos de anos de serviço, a maioria dos colaboradores Jerónimo Martins tem uma antiguidade superior a três anos, sendo a média de cinco anos.



Taxa de rotatividade¹³⁰

A taxa de rotatividade diminuiu significativamente face a 2019, registando menos 7 p.p.

	Taxa de Rotatividade							
	Idade					Género		Total
	18-24	25-34	35-44	45-54	>55	Mulheres	Homens	
Grupo	53%	24%	15%	12%	17%	21%	31%	23%
Portugal	66%	26%	13%	10%	12%	21%	34%	25%
Polónia	47%	23%	15%	13%	21%	20%	29%	21%
Colômbia	42%	28%	25%	15%	0%	30%	31%	31%

8.3. Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência

Em 2020, apesar do contexto de pandemia, continuámos a consolidar o nosso posicionamento nas geografias onde operamos. Enquanto empregador de referência, queremos garantir a atracção das melhores pessoas, a criação de oportunidades de crescimento, a atribuição de recompensas competitivas, a promoção do seu bem-estar e a criação de relações com futuro, conhecendo quem somos e para onde queremos ir.

Empregando um universo de mais de 118 mil colaboradores, somos responsáveis por criar, de forma estruturante, condições para que haja cada vez mais alinhamento e colaboração, através de abordagens

¹³⁰ A taxa de rotatividade corresponde ao rácio entre as saídas de colaboradores durante 2020 e o número total de colaboradores no final do período.

tecnológicas integradas e um maior conhecimento das nossas pessoas e da complexidade da nossa operação.

Enquanto Grupo internacional, com um forte carácter operacional, somos responsáveis por suportar o crescimento do negócio, preparando os nossos líderes para um futuro incerto e fortalecendo as nossas equipas com competências e oportunidades de crescimento.

Enquanto grupo económico de base familiar, que ambiciona a criação de valor também a longo prazo, somos responsáveis por reforçar o compromisso com a organização, através de uma recompensa competitiva e de comunicação eficaz. Assumimos igualmente a responsabilidade de construir o futuro no presente, através de novas fontes de talento, novas formas de trabalhar e novas ambições na gestão de pessoas.

8.3.1. Ser Empregador de Referência Significa Continuar a Atrair as Melhores Pessoas

A atracção de talento é fundamental para o Grupo, devido à rotatividade que caracteriza o sector da distribuição alimentar e à necessidade de assegurar o preenchimento de posições de liderança, tanto nas operações como nos escritórios centrais.

Em 2020, e face às condicionantes levantadas pela pandemia, as equipas responsáveis pelo recrutamento e atracção de talento concentraram-se na reconfiguração do processo de recrutamento interno e de *onboarding* (acolhimento e integração). Paralelamente, iniciou-se uma reflexão sobre novas formas de recrutamento através de canais digitais.

Os programas de talento jovem ocupam um lugar de destaque na nossa estratégia de atracção. Com o contexto pandémico, muitas das nossas iniciativas globais foram suspensas e criadas outras soluções para chegar a esta franja da população.

A nossa estratégia de atracção de pessoas qualificadas passa também por uma forte presença na rede social [LinkedIn](#), na qual contávamos em 2020 com mais de 214 mil seguidores.

Portugal

Em Portugal, foi lançado um novo programa de estágios, o *Retail Dive In*, que permitiu o envolvimento de 18 estagiários nas áreas funcionais das Companhias. Através deste programa, jovens licenciados e mestrados têm a oportunidade de começar o seu percurso profissional numa área da sua preferência, bem como de participar em iniciativas para o desenvolvimento de competências e conhecimento do negócio.

Em 2020, continuámos ainda o nosso trabalho com a Universidade de Aveiro, apoiando financeiramente a Licenciatura e Mestrado em Gestão Comercial da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, através da atribuição de 21 bolsas de estudo e dois estágios para os alunos que se evidenciaram na conclusão da licenciatura. Neste âmbito, destacou-se também a sexta edição do programa *JM Academic Thesis*, que assegurou o acompanhamento de 15 teses de mestrado e doutoramento.

Polónia

A aposta recaiu nos *Post Management Trainees*, tendo sido criado o programa *Let's Go*, que tem por objectivo a construção de um plano de desenvolvimento pessoal e profissional personalizado, num trabalho conjunto entre o colaborador e as equipas de Recursos Humanos. Em 2020, participaram 45 dos 72 *trainees* incluídos neste programa.

Foi desenvolvido ainda um novo modelo de *onboarding*, o projecto “*Buddy*”, com o objectivo de apoiar os novos colaboradores na sua integração na Companhia. Em 2020, o programa foi implementado em cerca de 2.400 lojas e, para fortalecer o processo de integração de colaboradores de loja, foi estabelecida a posição de Gestor de Formação e Integração em loja.

Colômbia

Na Colômbia, e ainda durante o primeiro semestre do ano, foi possível manter o Student Internship Programme que, pela primeira vez, ofereceu estágios em diferentes regiões do país. Este programa recebeu mais de 1.300 candidaturas, o que corresponde a um aumento de 43% face a 2019, e teve a participação de 14 alunos.

Numa parceria com o SENA – Servicio Nacional de Aprendizaje, que estipulou uma quota de estágios para promover o desenvolvimento de competências e oportunidades de emprego para estudantes, a Ara contou com 651 estagiários, dos quais 277 já tinham iniciado o seu percurso em 2019.

8.3.2. Ser Empregador de Referência Significa Continuar a Desenvolver as Nossas Pessoas e Capacitá-las para Lidarem com Contextos Adversos

O investimento no desenvolvimento das nossas pessoas é uma garantia do crescimento individual e colectivo, promovendo uma adaptação contínua aos novos contextos em que os colaboradores estão inseridos. A estratégia de retenção de talento do Grupo passa por uma aposta contínua em formação e mobilidade (inter e intra Companhias).

Formação

Em relação à formação, o cenário de pandemia impactou a capacidade de realização dos cursos presenciais inicialmente planeados. Deste modo, verificou-se uma aceleração da digitalização e a transformação dos modelos presenciais em formatos mistos, combinando o ensino à distância (e-learning) com o ensino presencial e no posto de trabalho, sobretudo ao nível das operações.

	Volume de Formação*			Horas de Formação por Colaborador			N.º Total de Acções de Formação		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Grupo	4.537.030	4.508.901	3.874.271	42	39	33	66.311	79.646	87.215
Portugal	1.545.408	1.611.904	1.048.521	48	48	31	41.668	44.294	29.741
Polónia	2.463.308	2.269.550	2.277.230	35	31	30	23.023	31.863	54.326
Colômbia	528.315	627.447	548.519	94	85	67	1.620	3.536	3.148

*Volume de formação = n.º de horas realizadas x n.º de participantes em formação.

Em 2020, ministrámos mais de 3,8 milhões de horas de formação nos três países – uma diminuição de 14% face a 2019 justificada essencialmente pelas restrições à presença física em formação, em virtude do contexto pandémico, e à impossibilidade de migrar diversos programas formativos para conteúdos digitais – o que corresponde a uma média de 33 horas de formação por colaborador, distribuídas por mais de 87 mil acções formativas e cerca de 14 milhões de euros de investimento.

Em relação às iniciativas desenvolvidas em termos globais, o projecto Workplace Going Digital, cuja missão é dotar os colaboradores do know-how necessário para a utilização de ferramentas digitais, foi amplamente impulsionado através de mais de 65 iniciativas formativas online.

Na formação online de executivos foi iniciado um projecto piloto, mais flexível, que resultou em duas acções de formação em marketing digital e *employer branding*. Adoptámos também o formato virtual para o programa Be a Leader do Centre for Creative Leadership, um programa de liderança dirigido a *managers* e que teve a participação de 67 colaboradores dos três países. Foram ministrados ainda cursos de curta duração para o desenvolvimento de competências nas áreas de liderança e de negócio, das quais beneficiaram mais de 1.300 colaboradores.

Portugal

Em Portugal, foram realizadas duas edições do Programa Geral de Gestão de Loja (PGGL) no Pingo Doce, que visa desenvolver as competências dos participantes para a função de Adjunto de Loja proporcionando-lhes uma evolução na sua carreira. Este programa contou com 30 participantes das 698 candidaturas

internas e externas. Durante o ano de 2020, este programa chegou à sua 50.ª edição, o que comprova a sua vitalidade e importância na preparação dos gerentes e subgerentes de loja.

As formações na área de Frescos, enquanto pilar estratégico do Pingo Doce, ocupam uma posição de destaque, representando 40% do total da formação e tendo abrangido, em 2020, mais de 19 mil formandos.

Os novos formatos de negócio do Recheio implicaram um reforço da formação, que abrangeu mais de 105 colaboradores. A formação em Ready Meals, direccionada para Supervisores do Recheio e Recheio Masterchef, permitiu um maior conhecimento sobre a operacionalização dos pedidos e entregas, e a sazonalidade do sortido disponível. Os *area managers* e gestores operacionais foram formados sobre o novo modelo de loja, novo website e sobre a dinâmica nas redes sociais.

2020 fica ainda marcado pelo lançamento do projecto piloto Knowledge Share, uma plataforma de partilha de conteúdos informais de formação à medida das necessidades de cada um, num modelo de auto-desenvolvimento personalizável.

Polónia

Em termos formativos, o ano de 2020 foi caracterizado por uma migração do formato presencial para online e pelo foco no desenvolvimento de competências nas operações e departamentos comerciais.

Durante o ano, foram asseguradas formações para gerentes e subgerentes de loja, nomeadamente, a Biedronkowa Akademia Zarządzania (Academia de Gestão da Biedronka), dedicada ao reforço das competências de liderança, gestão e capacidade de concretização dos objectivos, com 862 participantes.

Foi também ministrado o programa Zostań Świeżoznawcą (Torne-se um Especialista em Frescos), com foco no conhecimento especializado sobre produtos frescos e respectivo trabalho operacional. Neste ano, foram formados mais de cinco mil colaboradores nas categorias de Fruta e Legumes, Padaria, Peixe e Carne.

Ainda para este target foram aplicadas acções de formação focadas nas necessidades dos clientes e no reforço de competências de empreendedorismo. Através do programa Biedronkowa Akademia Handlowa (Academia de Comércio Biedronka) foram formados 711 gerentes de loja.

Em parceria com a Universidade Szkoła Główna Handlowa (Escola de Economia de Varsóvia), foi criada uma nova academia de formação dedicada aos gestores do departamento operacional, a Biedronkowa Akademia Handlowa Advanced (Academia Avançada de Comércio Biedronka). 53 colaboradores foram formados para melhor compreenderem a complexidade do nosso negócio, através de uma perspectiva ampla sobre comércio, cliente e vendas.

Ainda na Polónia, o General Management Programme (Programa de Gestão Geral) foi parcialmente concluído, tendo uma parte decorrido remotamente e outra em sala de aula. Em Outubro de 2020, foi lançada a sexta edição deste programa online, com a participação de 25 colaboradores.

Para o desenvolvimento de competências linguísticas, realizaram-se cursos de inglês (mais de 290 participantes) e foi disponibilizada a cerca de 500 colaboradores uma plataforma online de aprendizagem.

Adicionalmente, foi atribuído a 3.200 colaboradores das estruturas centrais o acesso a uma nova plataforma de desenvolvimento, eduAction, que contém conteúdos educativos em formato multimédia.

Colômbia

Em Maio, iniciou-se o Programa de Desenvolvimento de Competências, no âmbito do qual especialistas internos conduzem *webinars* dirigidos a directores, gerentes e supervisores. Em 2020, houve nove sessões, abrangendo mais de 440 colaboradores.

A plataforma de e-learning Crece con Ara, lançada em 2019, foi actualizada com mais 58 programas, relativos ao desenvolvimento de competências técnicas em operações, *onboarding* corporativo, perspicácia empresarial, liderança e inteligência emocional. Esta plataforma chega a 99% dos colaboradores.

Para aprofundar o conhecimento sobre o negócio, a Ara implementou um programa virtual de retalho, com o apoio da *Universidad de los Andes* e da plataforma digital *Eclass*, tendo participado 67 colaboradores de diversas áreas da Companhia, incluindo estagiários de 2018 e 2019.

Desenvolvimento e Mobilidade Interna

Para além da proposta formativa, e no âmbito do desenvolvimento dos colaboradores, o Grupo Jerónimo Martins garante o mapeamento do potencial por forma a preparar o *pipeline* interno de talento. Nesse sentido, foi dada continuidade ao *Management Development Review*, um programa alicerçado numa visão global do estádio de desenvolvimento dos colaboradores e que privilegia a mobilidade interna entre áreas, Companhias e geografias.

Em Portugal, semestralmente, é realizado um exercício de avaliação de potencial que abrange todas as chefias das lojas. Em 2020, esta análise incluiu mais de 1.500 colaboradores e resultou na identificação de 16% de colaboradores com potencial para assumir uma função de maior responsabilidade. Deste exercício resultam ainda a identificação de um conjunto de necessidades de talento para o semestre seguinte, bem como um plano de acção individual direccionado para os colaboradores com potencial e para os que apresentam um desempenho abaixo do esperado.

Na Polónia, no âmbito do mesmo exercício, foram avaliados cerca de 3.600 colaboradores das operações tendo 13% sido identificados como tendo potencial de desenvolvimento e 1% correspondido a elevado potencial. Os *Sales Operations Managers* e *Perishable Sales Managers* identificados receberam feedback individual e um plano para continuação do desenvolvimento, focado em liderança e competências de *business analytics*.

Na Colômbia, o mapeamento do potencial de talento abrangeu 675 colaboradores das operações e 177 colaboradores das estruturas centrais, com a identificação de 14% como tendo potencial.

Como referido acima, a mobilidade interna é um dos pilares do Grupo para o desenvolvimento dos colaboradores, e conta com três abordagens distintas:

- As promoções direccionadas – que podem ocorrer por via da mobilidade vertical ou horizontal – e das quais, em 2020, foram alvo 13.520 colaboradores (dos quais 71% mulheres);
- A mobilidade internacional que pretende dar resposta ao alinhamento entre as necessidades estratégicas de um negócio e o desenvolvimento das competências dos colaboradores, sendo que, em 2020, 48 colaboradores se encontravam em mobilidade internacional;
- As vagas em aberto, que permitem a diversificação do percurso profissional dos colaboradores e o alargamento das suas competências.

No total, durante o ano, 45.835 colaboradores mudaram de função, de local de trabalho ou de Companhia dentro do Grupo.

8.3.3. Ser Empregador de Referência Significa Reconhecer a Dedicção dos Nossos Colaboradores

A retenção dos nossos colaboradores passa, também, pelo reconhecimento da sua importância na construção de um negócio que tem um papel fundamental para as sociedades. Em Jerónimo Martins, dado os elevados padrões de desempenho que nos norteiam, pretendemos reconhecer e recompensar os colaboradores pelo seu contributo individual no cumprimento dos objectivos e pela demonstração de competências. Deste modo, as nossas políticas de gestão de desempenho e compensação promovem a meritocracia, a igualdade de acesso a oportunidades e a equidade.

Desempenho

Concretamente no que se refere à gestão de desempenho, 2020 foi um ano de amadurecimento de uma abordagem comum. Em linha com os princípios da igualdade e não-discriminação, todos os colaboradores são abrangidos pelo ciclo de gestão da *performance* e são alvo de avaliação de desempenho.

Na promoção de uma cultura de orientação para resultados, valorização do mérito e desenvolvimento profissional, a avaliação de desempenho conta com diferentes momentos formais entre chefia e colaborador

para uma reflexão orientada e cujo foco incide para além do desempenho, também nas suas expectativas de carreira, necessidades de desenvolvimento e próximos passos na organização.

Remuneração

A remuneração base continua a ser o alicerce da nossa estratégia de retribuição global e, em 2020, demos continuidade ao plano estabelecido anteriormente de definição de salários mínimos internos acima dos salários mínimos nacionais, nas Companhias mais representativas do nosso negócio em Portugal, Polónia e Colômbia¹³¹:

- Em Portugal, o salário mínimo interno varia entre 2% e 26% acima do salário mínimo nacional;
- Na Polónia, o salário mínimo interno é estabelecido por região e pode fixar-se até 10% acima do salário mínimo nacional. Ao adicionar o prémio de assiduidade, o valor final pode ficar entre 17% e 31% acima do mínimo nacional;
- Na Colômbia, o salário mínimo interno é 30% superior ao salário mínimo nacional. Ao salário base são também adicionados subsídios regulares que atingem, em média, 10% do valor base.

É também importante salientar que nos três países onde operamos, as políticas retributivas em vigor contemplam aumentos salariais logo após um ano de antiguidade, como forma de promover a retenção e reconhecer uma maior autonomia das nossas pessoas no desempenho das suas funções.

Um outro pilar estratégico no Grupo é a remuneração variável ou mecanismos de reconhecimento, crucial para fomentar uma cultura de meritocracia e, ao mesmo tempo, reconhecer os comportamentos que melhor traduzem a nossa cultura e valores.

Apesar do impacto da pandemia sobre os negócios, assegurámos o pagamento dos prémios de desempenho relativos a 2019 a todos os *managers*, no valor de 26 milhões de euros, e às equipas operacionais num montante que ascendeu a 43,6 milhões de euros, totalizando um investimento de, aproximadamente, 70 milhões de euros.

No final de 2020, foi atribuído um prémio especial às equipas operacionais (lojas e Centros de Distribuição) da Biedronka, Pingo Doce e Recheio, no montante individual de 200 euros, como forma de reconhecimento da dedicação e esforço destas pessoas que estiveram na linha da frente a garantir o acesso de toda a população a bens essenciais. O investimento nestas medidas adicionais de reconhecimento ascendeu a cerca de 20 milhões de euros.

Em Portugal, as Companhias asseguraram o pagamento do complemento ao subsídio de doença por Covid-19 pago pela Segurança Social, para garantir que os colaboradores mantivessem o seu rendimento mensal.

Na Polónia, a Biedronka pagou um bónus adicional aos operadores de lojas e Centros de Distribuição durante as primeiras semanas da pandemia, quando a sensação de insegurança e o número de clientes nas lojas eram, invulgarmente, elevados. Relativamente aos esquemas de incentivos por desempenho nas operações, foram pagos na totalidade durante os meses de Março e Abril, independentemente do nível de consecução dos objectivos definidos, reconhecendo o esforço e o compromisso demonstrados, mais do que os resultados obtidos. Nos Centros de Distribuição, como forma de compensar o esforço adicional, as horas extraordinárias foram pagas em dobro. No total, durante os primeiros meses de pandemia, a Biedronka investiu mais de nove milhões de euros nestas medidas extraordinárias.

Na Colômbia, o desempenho do negócio foi significativamente impactado pelo maior período de confinamento, levando ao encerramento de lojas e à redução de horários de funcionamento. Ainda assim, o salário mensal dos colaboradores foi totalmente garantido, independentemente do tempo efectivamente trabalhado.

No total, foram pagos 189 milhões de euros (cerca de 38% acima do montante pago no ano anterior) sob a forma de remuneração variável e de reconhecimento, com o objectivo de premiar o atingimento de objectivos, reconhecer atitudes e comportamentos e agradecer toda a dedicação e entrega demonstradas pelas nossas pessoas.

¹³¹ Pingo Doce, Biedronka e Ara.

De referir que as medidas extraordinárias de reconhecimento implementadas em 2020 representaram 16% do total pago em remuneração variável, correspondendo a um investimento acima dos 30 milhões de euros.

8.3.4. Ser Empregador de Referência Significa ter na Protecção e Bem-estar das Nossas Pessoas a Nossa Prioridade

A protecção e bem-estar dos colaboradores fez desde sempre parte da nossa agenda estratégica. A situação pandémica que vivemos em 2020 veio reforçar o cuidado constante que temos com a segurança e saúde das nossas pessoas. Assim, a nossa actuação recaiu não só no estrito cumprimento de todas as normas de segurança para prevenção de riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, como também na criação de medidas extra para suporte aos nossos colaboradores e às suas famílias.

Segurança e Saúde no Trabalho

A área de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) assume um papel determinante na protecção da saúde dos nossos colaboradores, especialmente no que respeita à identificação das actividades com maior risco e à adopção de uma abordagem de prevenção de acidentes de trabalho e de doenças profissionais em todas as nossas geografias.

Riscos Profissionais

Considerando que o core business do Grupo se centra maioritariamente na Distribuição Alimentar, na sua estrutura e cadeia de abastecimento¹³², as actividades de descarga e armazenamento de produtos, bem como a sua transformação (ex.: corte de peixe e carne, fabrico de pão, preparação de refeições, entre outros) e exposição são frequentes para os colaboradores de armazéns, cozinhas industriais e lojas.

As actividades da Jerónimo Martins Agro-Alimentar encontram-se ligadas ao sector primário, nas áreas de agro-pecuária e piscicultura, e ao sector secundário na área de indústria alimentar. Os riscos profissionais destes locais de trabalho e das tarefas neles desenvolvidas passam, entre outras, pela exposição a ambientes térmicos desfavoráveis, com possíveis lesões vasculares, pelo esforço físico, com possíveis lesões musculoesqueléticas, e pelo contacto com máquinas, com possíveis traumatismos, feridas e electrocussões.

Ocorrências de Incidentes/Acidentes

A análise e investigação de incidentes/acidentes utiliza uma metodologia através da qual se apuram factos, circunstâncias e possíveis causas, e se apontam as respectivas medidas de correcção de falhas de modo a prevenir a sua repetição.

De acordo com a legislação, cada acidente de trabalho reportado é investigado quanto às suas circunstâncias e causas, sendo a identificação e eliminação de perigos e a minimização de riscos responsabilidades dos Técnicos de SST, Delegados de Segurança, Médicos e Enfermeiros.

Gestão do Risco

As actividades de SST assentam nas boas práticas do sector no que diz respeito à avaliação e gestão dos riscos, à informação e formação, à consulta aos trabalhadores, à gestão de acidentes, doenças profissionais e vigilância da saúde.

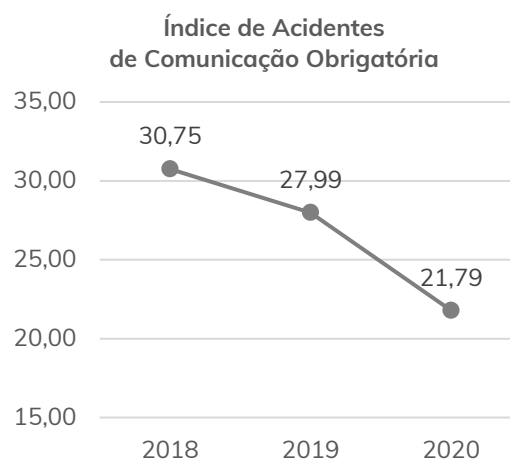
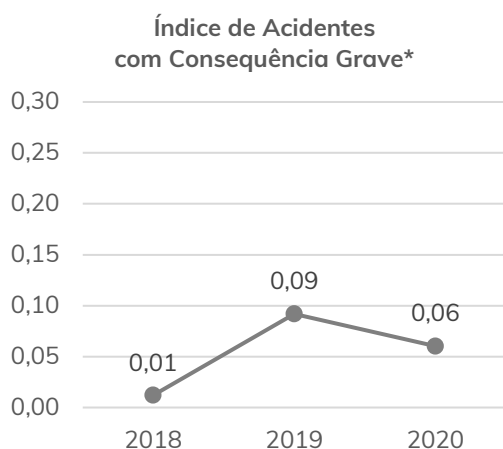
Neste âmbito, destaca-se a Biedronka que, desde 2010, é certificada com a norma relativa ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho. A partir de 2020, e de acordo com as mudanças legislativas, foi feita a transição do nosso Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional da norma OHSAS 18001 para a normal internacional ISO 45001. Este certificado é válido para todos os locais de trabalho, incluindo lojas, Centros de Distribuição, Fábrica de Sopas e escritórios.

No âmbito da SST, nos três países, realizámos mais de 98 mil exames de vigilância, dos quais 21.871 em Portugal, 70.533 na Polónia e 6.176 na Colômbia, para avaliar as condições de saúde e a aptidão dos colaboradores de acordo com as exigências das funções a desempenhar. Estes exames têm por objectivo garantir a vigilância médica, através de exames individuais, e também a identificação de factores de risco

¹³² Consultar detalhe no capítulo 1. "O Grupo Jerónimo Martins" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders" do capítulo 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".

profissionais e hábitos de vida que têm influência na capacidade física e psíquica dos colaboradores, com foco na prevenção e promoção da saúde.

Indicadores Agregados de Segurança e Saúde



Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (excepto óbitos) = (Número de acidentes de trabalho com consequência grave (excepto óbitos) / Total de Horas Trabalhadas) x 10³.

*São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias. Não estão incluídos trabalhadores que não sejam colaboradores do Grupo.

Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória / Total de Horas Trabalhadas) x 10⁶.

Como forma de mitigar riscos e manter a tendência decrescente da frequência de acidentes, em 2020 foram ministradas mais de 185 mil horas de formação em SST e realizados mais de três mil simulacros e 14 mil auditorias. Estes valores representam aumentos de 166%, de 69% e de 769% respectivamente, justificados essencialmente pelo reforço da resposta ao contexto pandémico.

	Horas de Formação			Simulacros			Auditorias		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Grupo	65.047	69.849	185.581	2.199	1.932	3.257	2.156	1.672	14.534
Portugal	14.910	14.514	36.624	244	211	298	719	594	561
Polónia	34.449	37.435	118.852	1.678	1.564	2.203	1.050	981	13.301
Colômbia	15.688	17.900	30.105	277	157	756	387	97	672

Portugal¹³³

A formação geral dos colaboradores em matéria de SST varia mediante cada função e os riscos a ela associados. Para além desta, existem formações específicas associadas aos processos de cada um dos negócios, em linha com a legislação, ao nível de equipamentos de trabalho e afectação a equipas particulares. Alguns exemplos incluem a condução de máquinas de transporte e elevação de cargas, primeiros socorros, combate a incêndios, condução de tractores em segurança e cooperação com plataformas de elevação de pessoas.

Em 2020, mantivemos o foco na redução da sinistralidade, tendo o índice de frequência registado um decréscimo de 23%. A investigação detalhada de todos os acidentes de trabalho, nomeadamente em secções críticas como talho e peixaria, e nas lojas de pior performance em 2019, garantiu a implementação de medidas de mitigação e a sensibilização das equipas.

Os colaboradores participam activamente na área da SST, nomeadamente na selecção de Equipamentos de Protecção Individual (EPI) e na construção de ambientes de trabalho mais seguros através de testes aos equipamentos e da resposta a questionários.

¹³³ Todos os negócios do Grupo em Portugal estão abrangidos pelo mesmo sistema de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho.

Polónia

Após a implementação de programas dedicados à prevenção das causas mais comuns de acidentes de trabalho, reduzimos a sua frequência em 22% e, com base nesta análise, foram identificadas as seguintes áreas de acção prioritária: utilização de equipamento de movimentação de carga, movimentação manual de carga, movimentação dentro das instalações, corte com objectos pontiagudos, ergonomia do local de trabalho e deslocações de e para o trabalho.

Foi ainda desenvolvida a Biedronkova Akademia Zdrowia (Academia de Saúde Biedronka), um programa de prevenção de doença em contexto profissional dirigido aos colaboradores dos Centros de Distribuição e dos escritórios. Periodicamente, 47 fisioterapeutas dão formação em segurança e saúde ocupacional, ensinando aos colaboradores como evitar problemas musculoesqueléticos. Nos Centros de Distribuição, os exercícios de ginástica laboral são realizados antes da execução das tarefas e, nos escritórios, os colaboradores podem receber massagens em salas totalmente equipadas para essa finalidade.

Adicionalmente, representantes de grupos de colaboradores podem fazer parte da Equipa Regional de Saúde e Segurança, que é responsável pela participação activa na co-criação, e é consultada na implementação e manutenção do Sistema de Gestão.

Colômbia

O Centro de Distribuição em Montería completou 7.584 horas (316 dias) sem acidentes, sendo o primeiro a atingir este marco na história do Grupo na Colômbia. Em 2020, este país apresentou uma redução de mais de 40% no índice de frequência.

No sentido de sensibilizar para a importância dos comportamentos de segurança, destaca-se a campanha “10 regras que salvam vidas”, cujo objectivo foi promover a cultura de SST na Companhia. Em 2020, esta iniciativa contou com 280 colaboradores.

Ao longo do ano, foram realizadas formações em regime de e-learning e o objectivo é que todos os colaboradores-alvo sejam abrangidos com cursos normativos e preventivos sobre segurança e saúde, incluindo cursos de segurança rodoviária.

Responsabilidade Social Interna

O Grupo cuida das suas pessoas através da área de Responsabilidade Social Interna (RSI), na qual investe continuamente segundo três eixos estratégicos de actuação: Saúde, Educação e Bem-estar Familiar.

Em 2020 e perante o contexto pandémico, a área foi chamada a responder aos respectivos impactos, tendo desenvolvido medidas de apoio às famílias dos nossos colaboradores, com vista ao seu bem-estar e à promoção do equilíbrio entre vida pessoal, familiar e profissional.

Foram investidos, em Portugal e na Polónia, cerca de 20 milhões de euros¹³⁴. Na Colômbia, no ano em que se projectava o lançamento da área de RSI, o foco recaiu sobre medidas de apoio operacional.

Saúde

Foram investidos mais de 1,2 milhões de euros em programas de apoio à saúde dos colaboradores e das suas famílias.

Portugal

O programa Mais Vida, desenvolvido em parceria com a Fundação Champalimaud e com a Cruz Vermelha Portuguesa, apoiou 31 colaboradores e familiares com doença oncológica através de consultas de segunda opinião, transporte para tratamentos e apoio domiciliário e psicológico.

¹³⁴ Na Polónia, 99% do valor investido nestes programas é suportado pelo Fundo Social, previsto na lei local e que prevê um valor per capita a atribuir aos colaboradores pelas empresas.

Desde 2015 que se encontra em vigor uma parceria com a Lusíadas Saúde para a prestação de serviços a colaboradores e familiares. Em 2020, realizaram-se mais de 1.100 actos médicos no âmbito deste acordo, com destaque para as consultas de oftalmologia e exames complementares de diagnóstico.

No âmbito do SOS Dentista, programa que apoia o acesso dos colaboradores a prestadores de saúde oral, 229 pessoas mantiveram o seu plano de tratamentos, num investimento de 250 mil euros. Também no SOS Dentista Júnior, destinado aos filhos dos colaboradores, 158 crianças e jovens terminaram os seus planos de tratamento dentário, num investimento de 73 mil euros.

Foi ainda implementado um programa gratuito de vacinação contra a gripe, tendo sido ministradas cerca de seis mil vacinas, o que representou um investimento superior a 50 mil euros.

Polónia

No programa Wracaj do Zdrowia (Melhoras Rápidas), foram investidos mais de 42 mil euros a apoiar 79 pessoas com doenças graves ou crónicas, ou que incorreram em risco de vida e que necessitaram de apoios monetários significativos para o seu tratamento.

O programa Mali Bohaterowie (Pequenos Heróis) apoiou 178 filhos de colaboradores com problemas de saúde ou algum tipo de deficiência, através de subsídios para a compra de medicamentos e de financiamento para reabilitação, terapia, aquisição de equipamento médico ou cirurgia, com um investimento de mais de 160 mil euros.

Educação

Alocámos cerca de um milhão de euros, o que representa uma diminuição de 37% face a 2019, justificada pelo cancelamento de todos os campos de férias, em Portugal e na Polónia.

Portugal

Face às restrições decorrentes da pandemia, apoiámos a aquisição de mais de 900 equipamentos (computadores e tablets) para que os filhos dos colaboradores pudessem assegurar a presença nas aulas em regime online permitindo assim terminar o ano lectivo com aproveitamento escolar. O investimento do Grupo cifrou-se em mais de 200 mil euros.

O programa Regresso às Aulas oferece o valor dos manuais escolares aos filhos dos colaboradores de baixos rendimentos e com famílias numerosas, havendo, para os restantes colaboradores, descontos na compra destes manuais.

Os colaboradores com filhos que iniciaram o primeiro ciclo em 2020 receberam ainda um vale de 40 euros para compra de material escolar, tendo sido entregues mais de mil vales. O valor total dos vales entregues às crianças até aos 12 anos ultrapassou os 150 mil euros.

Foi desenvolvida a iniciativa Espaço de Estudo online, que tem como objectivo apoiar o estudo dos filhos dos nossos colaboradores através da disponibilização de explicações nas disciplinas nucleares de Português, Matemática e Inglês, bem como de actividades didácticas. Depois de um projecto piloto lançado no contexto da pandemia, esta acção abrange um conjunto de 50 crianças, das quais parte substancial em situação de risco de insucesso escolar, promovendo a superação das dificuldades e apoiando os pais no acompanhamento dos seus filhos.

Lançámos ainda uma iniciativa piloto destinada aos filhos dos colaboradores das operações, com idades compreendidas entre os seis e os 12 anos, com o objectivo de manter as crianças ocupadas durante as férias de Verão e do Natal. Os primeiros Espaços de Férias de Verão foram testados em três localidades – Braga, Sintra e Algoz. No total, foram abrangidas cerca de 100 crianças.

Apesar de não ter sido possível realizar o habitual campo de férias em Inglaterra, foi organizado um curso online de inglês, durante duas semanas, para 100 filhos de colaboradores, com idades entre os 14 e os 17 anos.

O programa Bolsas de Estudo, que apoia financeiramente a continuação da vida escolar, abrangeu 35 colaboradores e 72 filhos de colaboradores. O investimento ultrapassou os 130 mil euros, estando a continuidade do apoio dependente do desempenho escolar.

Polónia

Manteve-se o mesmo programa com a oferta de 3.500 kits escolares a todas as crianças que iniciaram o seu percurso.

Com a chegada da pandemia, as escolas suspenderam as suas actividades presenciais até ao final do ano lectivo, o que obrigou a que os alunos passassem a estudar a partir de casa e a ter aulas online.

Foi por isso que lançámos uma campanha especial que permitiu aos nossos colaboradores comprar tablets e computadores para os seus filhos em idade escolar, mediante uma comparticipação simbólica dos colaboradores. Mais de 600 equipamentos chegaram aos colaboradores na Polónia, num investimento de cerca de 400 mil euros.

Bem-estar Familiar

Considerando um universo de mais de 59 mil colaboradores com filhos menores e de mais de 67 mil crianças até aos 12 anos, investimos acima de 17,6 milhões de euros em programas, como os abaixo descritos, o que representa um aumento de 7% face ao ano de 2019.

Durante o ano de 2020 mantivemos a oferta dos Kits Bebê a todos os colaboradores com filhos nascidos durante este ano em Portugal e na Polónia, totalizando 4.500 kits. Foram oferecidos ainda 84.417 presentes de Natal aos filhos dos colaboradores com menos de 12 anos em Portugal e com menos de 18 anos na Polónia.

Portugal

Com a chegada da pandemia, o Grupo reforçou o Fundo de Emergência Social (FES), um instrumento que apoia os colaboradores em áreas como a alimentação, saúde, educação, aconselhamento jurídico e orientação financeira, tendo acompanhado mais de mil colaboradores através das suas assistentes sociais (ver caixa de destaque acima).

Polónia

O programa *Możesz Liczyć na Biedronkę* (Podes Contar com a Biedronka) continuou a apoiar financeiramente os colaboradores em dificuldades e a conceder empréstimos para os ajudar a fazer face às despesas de habitação. Em 2020, este programa chegou a mais de nove mil colaboradores, traduzindo-se em mais de um milhão de euros em apoios financeiros e cerca de 3,8 milhões de euros em empréstimos.

No final de Novembro, os colaboradores da Biedronka receberam um apoio financeiro adicional, no âmbito da celebração de Natal, sob a forma de cartões de compras pré-pagos, num investimento superior a sete milhões de euros.

Foram ainda apoiados ex-colaboradores reformados da Companhia, através do carregamento de cartões de compras pré-pagos ao abrigo do programa *Na Biedronka dla Seniora* (Biedronka para Reformados), que chegou a 24 pessoas.

8.3.5. Ser Empregador de Referência Significa Continuar a Escutar os Nossos Colaboradores e a Promover o seu Engagement

O Grupo procura, constantemente, a melhoria das condições de trabalho e da experiência de colaborador, com o objectivo de manter os níveis de compromisso, empenho e satisfação. Deste modo, seguimos uma abordagem colaborativa que implica a participação da organização como um todo, assente em três eixos:

- i. A auscultação faz-se através da disponibilização de linhas de apoio para a gestão do dia-a-dia e da realização periódica de estudos de clima organizacional para aferir o nível de satisfação dos colaboradores;

- ii. A actuação traduz-se na implementação de iniciativas e programas vocacionados para colmatar as lacunas apontadas no eixo de auscultação, descritas ao longo deste subcapítulo;
- iii. A comunicação concretiza-se na garantia de transparência e informação sobre as medidas implementadas em cada momento.

Começando pelo eixo da auscultação, o Grupo dispõe do Serviço de Atendimento ao Colaborador (SAC) como principal canal de comunicação ao dispor dos colaboradores, funcionando por email ou por telefone directo, para o esclarecimento e resolução de questões laborais e a recepção e encaminhamento de pedidos de apoio social. Este canal garante a confidencialidade, a independência e a imparcialidade, assegurando a protecção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição de direitos.

O SAC encontra-se activo há 13 anos na Polónia, há dez em Portugal e há três na Colômbia. Em 2020, o número de contactos recebidos pelo SAC aumentou em cerca de 50%, justificado maioritariamente pelos esclarecimentos e pedidos de apoio relacionados com a Covid-19.

	Serviço de Atendimento aos Colaboradores					
	Contactos / Procedimentos Iniciados			Procedimentos Concluídos (%)		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Grupo	34.606	39.320	60.724	98%	97%	96%
Portugal	21.490	20.963	34.575	99%	99%	97%
Polónia*	4.479	8.975	11.804	94%	96%	97%
Colômbia	8.637	9.382	14.345	94%	89%	93%

*Não inclui contactos relativos a payroll/questões administrativas nem pedidos de apoio ao Fundo Social.

Ainda no âmbito da auscultação regular dos colaboradores, o Grupo realiza um questionário de satisfação com o qual pretende compreender o nível de compromisso para com a Companhia em que trabalham. Após a implementação do *Global Survey* em 2019, os resultados foram comunicados às chefias e aos colaboradores das Companhias em 2020. Todos os temas de melhoria serão endereçados em 2021 pelas Companhias, através da definição e implementação de planos de acção.

Por forma a compreender quais os motivos de saída dos colaboradores, reforçámos as nossas políticas de *offboarding* com as principais regras e directrizes para gerir a saída de colaboradores, assegurando a recolha e reporte de informação relevante.

E num ano em que intensificámos a comunicação com os nossos colaboradores em face do contexto vivido, desenvolvemos os nossos canais digitais para assegurar uma maior proximidade e agilidade nos processos de trabalho.

No ano em que o Pingo Doce celebrou 40 anos de existência e a Biedronka 25 anos, foram encontradas formas digitais de, embora em contexto de pandemia, chegar aos colaboradores e comemorar com eles estes aniversários. Entre outras acções, o Pingo Doce lançou uma iniciativa de rádio, com concursos e entrevistas, e a Biedronka preparou, pela primeira vez, um evento em *streaming* para os seus mais de 70 mil colaboradores.

Também a intranet corporativa do Grupo (Our JM) reforçou a sua posição enquanto canal de comunicação partilhado pelos colaboradores das três geografias.

Em Portugal, foram lançadas newsletters regulares pelas Companhias e, em Novembro, apresentada uma nova aplicação móvel – o Meu Pingo Doce. Esta aplicação é destinada exclusivamente aos colaboradores e contém informação diária sobre iniciativas de Recursos Humanos e de negócio.

Na Polónia, o website de responsabilidade social interna constitui a principal fonte de informação para todos os colaboradores. Ao longo do ano foram registadas mais de 20 milhões de visualizações, o que constitui um aumento de 43% face a 2019. Este website passou a integrar um chatbot interno (programa que utiliza a inteligência artificial para estabelecer conversações), que permitiu promover mais de 58 mil conversações

com 31 mil colaboradores, mantendo-os constantemente informados sobre questões relativas à gestão de pessoas.

Na Colômbia, o principal canal de comunicação interna da Ara é a rádio Hablando Naranja, transmitida para as operações e que aumentou a sua cobertura durante 2020 para chegar a todos os colaboradores. Na sequência desta iniciativa, foi criada uma comunidade online, através da qual é possível ligar todos os colaboradores e que tem sido utilizada para partilhar mensagens motivacionais através de fotografias, vídeos e áudios.

8.3.6. Ser Empregador de Referência Significa Mantermo-nos Fiéis aos Nossos Princípios

Conduzimos as relações com todos os nossos stakeholders de acordo com princípios de transparência, honestidade e integridade. No que respeita à relação com os colaboradores, dispomos de vários instrumentos para garantir que todos são tratados de forma igual, independentemente da sua origem, idade, género ou crença e no pleno respeito tanto pelos direitos universais como pelas legislações laborais nacionais.

A Comissão de Ética do Grupo Jerónimo Martins tem como missão acompanhar, com imparcialidade e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta¹³⁵ e da Política Anticorrupção¹³⁶. Estes dois instrumentos contêm os princípios éticos e deontológicos pelos quais se devem reger os colaboradores do Grupo e das suas Companhias, independentemente do nível hierárquico, função ou país em que trabalham.

Todos os colaboradores recebem, aquando da sua entrada no Grupo, um exemplar impresso do Código de Conduta, havendo ainda formação regular sobre o mesmo – em 2020 foi ministrada formação a mais de seis mil colaboradores.

A Política Anticorrupção estabelece tolerância zero para qualquer forma de corrupção, tráfico de influências, recebimento de vantagens indevidas ou pagamento de quaisquer benefícios que violem o Código de Conduta ou as disposições legais em vigor em cada país. Esta política foi aprovada em 2019 e amplamente divulgada em 2020, junto de managers e colaboradores das operações em funções críticas.

A Comissão de Ética conta com um website dedicado (comissadeetica.jeronimomartins.com) que constitui o canal preferencial de contacto e denúncia para questões ligadas, nomeadamente, a agressão, assédio, conflito de interesses, corrupção, discriminação, fraude, práticas negociais abusivas e utilização indevida da informação. A confidencialidade das comunicações, por telefone ou email, é garantida e todas as situações reportadas são analisadas e investigadas, sendo posteriormente criados planos de acção.

Na Polónia e na Colômbia existem ainda outros órgãos dedicados aos temas do mobbing¹³⁷, assédio sexual e discriminação, que recebem e resolvem queixas desta natureza. São eles a Comissão para o Combate ao Mobbing e Assédio Sexual e o Comité de Convivência Laboral, respectivamente.

Destaque para a criação da Política de Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação em Portugal que visa abordar estas duas dimensões, nomeadamente quanto aos comportamentos dos colaboradores no local de trabalho.

Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador

Alinhado com as directrizes das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, o Grupo valoriza a diversidade, o direito à não discriminação, a uma remuneração justa, a um ambiente seguro e saudável, ao descanso, à privacidade, à vida pessoal e familiar, entre outros, no cumprimento da legislação dos países onde está presente e das legislações supranacionais.

¹³⁵ www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/quem-somos/codigo-de-conduta.

¹³⁶ <http://www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/quem-somos/politica-anticorruptcao>.

¹³⁷ O mobbing consiste no assédio psicológico no local de trabalho perpetrado por duas ou mais pessoas sobre um indivíduo ou grupo, distinguindo-se de bullying, assédio perpetrado por uma pessoa (Organização Internacional do Trabalho, 2006).

As políticas de Recursos Humanos em vigor fomentam uma cultura de alinhamento entre geografias, de cumprimento das legislações e regulamentações, de justiça e meritocracia, e de sustentabilidade na criação de valor, ao longo de todo o ciclo de carreira do colaborador.

Outros direitos inalienáveis como a liberdade de associação, a actividade sindical e a contratação colectiva estão também salvaguardados. Em Portugal, a contratação colectiva abrange mais de 90% dos colaboradores¹³⁸. Na Polónia, em 2020, foi criada a Política Sindical, um mecanismo para regulamentar a relação com os sindicatos como forma de melhorar as condições de trabalho.

No âmbito dos nossos negócios, pugnamos também pela prevenção dos riscos de trabalho infantil e de trabalho forçado e pelo respeito dos direitos dos povos indígenas.

Diversidade e Inclusão

Em 2020, a área de Diversidade e Inclusão, com a missão de gerir a agenda global de Recursos Humanos neste âmbito, manteve o foco na igualdade e na inclusão social, esta última focada na criação de oportunidades de emprego para pessoas que estejam em desvantagem no acesso ao mercado de trabalho: pessoas com deficiência, migrantes e refugiados, e pessoas em situação social de risco.

A igualdade de género é um compromisso do Grupo que está presente em todas as fases do ciclo da carreira do colaborador. Nomeadamente no que se refere à compensação e benefícios, o Grupo apresenta um rácio global relativo à disparidade salarial entre géneros de 96,5%¹³⁹, realçando que o mesmo é superior a 95% nos três países onde operamos: Polónia, Portugal e Colômbia.

Em 2020, actualizámos o Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres referente ao biénio 2020-2021¹⁴⁰, de acordo com a legislação em vigor em Portugal, e aderimos ao programa Target Gender Equality¹⁴¹. Este último corresponde a um programa concebido para os membros do Global Compact das Nações Unidas e destina-se a acelerar a igualdade de género nas empresas através da definição de metas para a representação e liderança das mulheres em todos os níveis e áreas (Objectivo de Desenvolvimento Sustentável número 5 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – “Alcançar a igualdade de género e dar poder a todas as mulheres e raparigas”).

Ao abrigo desta parceria, realizámos em 2020 um diagnóstico interno à igualdade de género, com a aplicação da ferramenta Women’s Empowerment Principles Gender Gap Analysis, onde atingimos a posição de “Achiever”, com uma classificação de 65%, ou seja, 35 p.p. e 31 p.p. acima da média global e europeia, respectivamente. Este exercício foi fundamental na identificação de pontos fortes e de oportunidades de melhoria no âmbito do reforço do poder das mulheres.

É também de destacar que, em 2020, 68% da totalidade dos cargos de gestão – independentemente do seu nível hierárquico – eram ocupados por mulheres.

No que se refere à inclusão social, desde 2015 que o programa Incluir está implementado em Portugal, com o objectivo de criar oportunidades de emprego para pessoas que se encontrem em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho. Este programa já criou 477 oportunidades de emprego e resultou em 227 contratações (129 após formação prática e 98 contratações directas). Em 2020, foram contratadas 19 pessoas.

O programa Incluir conta com 248 tutores internos, de mais de 210 locais de trabalho, e com a participação de 42 instituições especializadas em diferentes áreas da inclusão social, das quais destacamos:

- Centro de Recursos da Casa Pia de Lisboa – pessoas surdas;
- Associação Salvador – pessoas com mobilidade reduzida;
- Fundação LIGA – pessoas com todos os tipos de deficiência;

¹³⁸ Apenas em Portugal, uma vez que na Polónia e Colômbia não existem instrumentos de regulação colectiva aplicáveis às sociedades do Grupo.

¹³⁹ Este indicador afere a diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros. Face a 2019, houve uma alteração da metodologia de cálculo na Polónia, uma vez que passámos a considerar uma nova variável – clusters regionais.

¹⁴⁰ Disponível para consulta em: <https://www.jeronimomartins.com/pt/responsabilidade/ser-um-empregador-de-referencia/principios-e-valores/>.

¹⁴¹ Disponível em <https://www.unglobalcompact.org/take-action/target-gender-equality> e em <https://globalcompact.pt/programas/341-target-gender-equality>.

- Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger;
- CERCICA Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais – pessoas com todos os tipos de deficiência;
- Programa Incorpora – rede de várias instituições.

Dos 122 colaboradores activos em 2020, 61% eram homens e 39% mulheres, com uma idade média de 33 anos e oriundos de 18 países.

Em 2020 decorreu a terceira edição do Project Search, em parceria com a Cooperativa Focus, que promove a transição para a vida activa de jovens adultos com necessidades educativas especiais. O hipermercado Pingo Doce da Póvoa do Varzim e a loja Recheio de Vila do Conde acolheram 12 estagiários, num formato adaptado ao contexto da pandemia: parte dos conteúdos teóricos foram leccionados online e os estágios decorreram em formato *part-time*. Desde a sua implementação, esta iniciativa já envolveu 32 jovens com necessidades especiais, 13 dos quais foram contratados pelas Companhias.

No apoio às pessoas em situação social de risco, salienta-se a parceria com a Arco Maior, uma instituição dedicada a jovens excluídos dos sistemas formais de ensino, proporcionando-lhes oportunidades de aproximação ao mercado de trabalho, com quem organizámos uma visita ao Centro de Distribuição de Alfena e a lojas Pingo Doce e Recheio, envolvendo 18 alunos.

Na Polónia, mantivemos a integração de colaboradores oriundos de países do leste da Europa, maioritariamente da Ucrânia, mas também da Bielorrússia, Rússia, Geórgia, Moldávia, Bulgária, Uzbequistão e Eslováquia, num total de 1.400 pessoas.

Em 2020, foi criada uma equipa específica para a contratação e acompanhamento do processo de integração e legalização no país de colaboradores estrangeiros. Por forma a garantir o acesso e a compreensão da informação, os canais de recrutamento, as formações de acolhimento e os sistemas de *checkout* encontram-se traduzidos para ucraniano.

Na Colômbia, o aumento dos fluxos migratórios provenientes de países transfronteiriços como a Venezuela levou-nos a acolher nas nossas operações 27 pessoas, a quem foi garantido apoio na sua integração na Companhia e no país.

8.3.7. Ser um Empregador de Referência Significa Ter os Olhos Postos no Futuro

Move-nos a necessidade de ter todos os dias pessoas no terreno para servir as nossas populações. Por isso, estamos empenhados em criar todas as condições para que os nossos colaboradores das lojas, armazéns, fábricas e escritórios possam continuar a trabalhar.

2020 foi um ano que colocou tudo e todos à prova. Um ano em que tivemos de lidar com uma maior instabilidade e reunir todas as nossas forças para ultrapassar os desafios que a cada dia nos chegavam.

Neste ano em que tivemos de inovar nas nossas abordagens e actuar com uma maior agilidade, nunca nos esquecemos das nossas prioridades na gestão de pessoas. Não sabemos que desafios teremos de enfrentar amanhã, mas enquanto Empregador de Referência vamos continuar comprometidos com assegurar o desenvolvimento, o reconhecimento, o envolvimento e o bem-estar das nossas pessoas, princípios basilares na nossa estratégia de Recursos Humanos.

9. Compromissos para 2018-2020

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
Promover a Saúde pela Alimentação	<p>Prosseguir a melhoria do perfil nutricional dos produtos de Marca Própria, através da inovação e reformulação de produtos, e nas refeições de Meal Solutions.</p>	<p>Cumprido. As reformulações nutricionais de produtos de Marca Própria e de Perecíveis preveniram a entrada no mercado de 2.468 toneladas de açúcar, 184 de gordura saturada, 28 de gordura e 58 de sal.</p> <p>Desde 2018, evitou-se o consumo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 4.043 toneladas de açúcar; ▪ 565 de gordura saturada; ▪ 693 de gordura; ▪ 80 de sal.
	<p>Continuar a desenvolver programas de promoção da Dieta Mediterrânica e hábitos nutricionais saudáveis com base em recomendações de especialistas locais e de sensibilização para a leitura de rótulos alimentares junto dos consumidores.</p>	<p>Cumprido. No Pingo Doce, mantivemos os princípios da Dieta Mediterrânica no desenvolvimento de produtos de Marca Própria e de refeições das Meal Solutions e como elemento diferenciador na comunicação com os nossos públicos. A revista bimestral “Sabe Bem”, com uma tiragem média de 150 mil exemplares, manteve-se como um dos meios de comunicação preferenciais sobre esta dieta, através da publicação de receitas que incentivam também o reaproveitamento de excedentes e o combate ao desperdício alimentar. Destaque para a criação de uma identidade mais intuitiva nos produtos de Meal Solutions e Take Away no sentido de comunicar a frescura dos ingredientes utilizados na produção das Cozinhinhas do Pingo Doce. “Comida Fresca – A Verdade dos Ingredientes” foi o símbolo que passou a ser utilizado nas sopas, pratos, saladas e sobremesas.</p> <p>Na Biedronka foram publicados 240 artigos em vários órgãos de comunicação social, em folhetos e no website Biedronka, descrevendo os perfis nutricionais, a qualidade dos produtos de Marca Própria e Perecíveis e os seus benefícios para a saúde. A estes, juntaram-se 66 artigos divulgados através de meios internos dirigidos a colaboradores.</p> <p>Na Colômbia, destaque para a campanha “Se Siente Bién”, desenvolvida por empresas membros do The Consumer Goods Forum para sensibilizar a população para a alimentação saudável. A campanha obteve uma média de 19,3 milhões de visualizações nas publicações externas e internas das empresas participantes.</p>
	<p>Aumentar em 5% ao ano, face a 2017, o número de referências da gama sem lactose e sem glúten, nos produtos de Marca Própria, em Portugal e na Polónia.</p>	<p>Parcialmente cumprido. As referências sem lactose aumentaram face a 2019 (30%), enquanto as referências sem glúten reduziram 2%. Face a 2017, aumentaram 100% e 22%, respectivamente.</p> <p>Sem lactose:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2017: 30 (15 na Polónia e 15 em Portugal); ▪ 2018: 37 (19 na Polónia e 18 em Portugal), um aumento de 23% face a 2017; ▪ 2019: 46 (15 na Polónia e 31 em Portugal), um incremento de 24% face a 2018 e de 53% face a 2017; ▪ 2020: 60 (18 na Polónia e 42 em Portugal), um incremento de 30% face a 2019, 62% face a 2018 e de 100% face a 2017.

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
	<p>Em Portugal e na Polónia, desenvolver soluções alimentares sem proteína animal destinadas a consumidores com necessidades/preferências alimentares específicas.</p> <p>Em Portugal e na Polónia, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark do mercado.</p>	<p>Sem glúten:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2017: 688 (102 na Polónia e 586 em Portugal); ▪ 2018: 769 (129 na Polónia e 640 em Portugal), um aumento de 12% face a 2017; ▪ 2019: 854 (133 na Polónia e 721 em Portugal), um incremento de 11% face a 2018 e 24% face a 2017; ▪ 2020: 838 (107 na Polónia e 731 em Portugal), uma redução de 2% face a 2019 e incrementos de 9% face a 2018 e 22% face a 2017. <p>Cumprido. Foi reforçada a oferta de produtos para vegans e vegetarianos na Polónia e Portugal, sendo lançadas 68 e 10 referências, respectivamente, das marcas Go Vege e de outras Marcas Próprias.</p> <p>Cumprido. Em Portugal, o queijo flamengo snack em cubos das marcas Pingo Doce e Amanhecer, um artigo especialmente dirigido aos públicos mais jovens, tem menos 38% de sal face ao valor médio de outros queijos snack no mercado (dados Novembro 2018), sendo ainda rico em vitamina B12, cálcio, fósforo e fonte de vitamina A. Comparação feita com base em dados de Novembro de 2018. Na Polónia todas as referências consumidas maioritariamente por estes públicos estão isentas de conservantes, adoçantes, xarope de glicose-frutose, fosfatos, glutamato monossódico, óleos vegetais hidrogenados e do emulsionante polirricinoleato de poliglicerol (E476).</p>
	<p>Em todas as geografias, manter a execução de análises de produtos de Marca Própria quanto às suas matérias-primas em laboratórios externos, assegurando a autenticidade das mesmas e combatendo a fraude alimentar.</p>	<p>Cumprido. Realizámos 147.589 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros, e 59.869 análises a produtos alimentares. Fizeram-se também 12.764 auditorias internas (incluindo de acompanhamento) às infraestruturas do Grupo.</p> <p>No período 2018-2020, fizemos 368.905 análises microbiológicas e 158.837 análises laboratoriais a produtos alimentares, complementadas por 32.876 auditorias internas (inc. acompanhamento).</p>
	<p>Em todos os países, garantir a utilização de rotulagem voluntária “Sem OGM” para todas as referências potencialmente contendo ingredientes geneticamente modificados.</p>	<p>Não cumprido. A adopção do símbolo “Sem OGM” para produtos constituídos maioritariamente por apenas um ingrediente que pudesse potencialmente ter sido modificado geneticamente, abrangeu 22% do total de referências em causa em Portugal e chegou aos 40% na Polónia (para milho e soja que representem mais de 50% na composição dos artigos).</p>

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso												
	Em todos os países, facilitar o consumo responsável por via da rotulagem voluntária nas dimensões nutricional e quanto a informação alcoólica.	Cumprido. 91% das referências de bebidas alcoólicas de Marca Própria em Portugal apresentavam ícone calórico, sendo na Polónia de 60%. A adopção de simbologia que desaconselha o consumo de bebidas alcoólicas por parte de grávidas abrangeu 100% das referências de Marca Própria em Portugal, um aumento de 0,9 p.p. face a 2019. Na Polónia, 8% das referências tinha este símbolo. A simbologia de condução responsável abrangeu, pela primeira vez, 12% das referências em Portugal tendo-se fixado em 17% na Polónia. Na Colômbia, as referências alcoólicas foram descontinuadas.												
Respeitar o Ambiente	Em todos os países, facilitar junto dos consumidores a gestão das datas de validade dos produtos alimentares e combater o desperdício alimentar, através da adopção, sempre que possível face aos requisitos legais, de apenas uma data de validade presente nos rótulos de produtos.	Cumprido. Disponibilizamos informação no <i>packaging</i> sobre o tempo médio de consumo após abertura, auxiliando os consumidores na gestão dos seus produtos. São os casos de produtos mais perecíveis como as maioneses, leites e doces de fruta.												
	Reduzir a pegada de carbono do Grupo em 5% no triénio 2018-2020 (por 1.000 € de vendas), face a 2017.	Cumprido. Em 2020, a redução da pegada de carbono do Grupo, por 1.000 € de vendas, foi de 37,9%, face a 2017.												
	Reduzir anualmente o consumo de água em 2% (por 1.000 € de vendas).	Parcialmente cumprido. O consumo de água, por 1.000€ de vendas, teve o seguinte comportamento:												
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Global</th> <th>Distribuição</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2020</td> <td>-6,4%</td> <td>-6,5%</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>+13,8%</td> <td>-3,7%</td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>-1,2%</td> <td>-2,4%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Quando observados os valores de consumo global de água – que inclui as actividades de Distribuição e do Agro-Alimentar – verificamos que o objectivo foi cumprido apenas em 2020 devido ao facto de ter sido um ano com maior pluviosidade reduzindo as necessidades de rega das culturas para alimentação de gado bovino. Nos anos de 2019 e 2018, observou-se uma maior necessidade de água para rega para estes fins, conduzindo a um incumprimento do objectivo para esses períodos. Quando consideradas apenas as actividades de Distribuição, o mesmo indicador é cumprido em todos os anos.</p>	Ano	Global	Distribuição	2020	-6,4%	-6,5%	2019	+13,8%	-3,7%	2018	-1,2%	-2,4%
Ano	Global	Distribuição												
2020	-6,4%	-6,5%												
2019	+13,8%	-3,7%												
2018	-1,2%	-2,4%												
	Reduzir anualmente o consumo de electricidade em 2% (por 1.000 € de vendas).	Parcialmente cumprido. O consumo de electricidade, por 1.000 € de vendas, teve o seguinte comportamento:												
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Global</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2020</td> <td>-0,7%</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>-6,3%</td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>-2,5%</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Global	2020	-0,7%	2019	-6,3%	2018	-2,5%				
Ano	Global													
2020	-0,7%													
2019	-6,3%													
2018	-2,5%													
	Reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterro em 5 p.p. no triénio 2018-2020, face a 2017.	Não cumprido. A taxa de valorização de resíduos aumentou em 1,1 p.p. em 2020, face a 2017.												

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso								
	Concretizar, anualmente, pelo menos 20 projectos de ecodesign de embalagens em artigos de Marca Própria.	<p>Cumprido. No período 2018-2020, foram realizados os seguintes projectos de ecodesign de embalagens de Marca Própria:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Global</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2020</td> <td>148</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>76</td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>30</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Global	2020	148	2019	76	2018	30
Ano	Global									
2020	148									
2019	76									
2018	30									
	Limitar o desperdício alimentar a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos.	<p>Não cumprido. Em 2020, o desperdício alimentar do Grupo aumentou para 16,9 kg por cada tonelada de alimentos vendidos, um aumento de 5%, face ao limite definido.</p>								
	Aumentar o número de locais com certificação ambiental (25 no mínimo).	<p>Não cumprido. Em 2020, foram 21 os locais com certificação ambiental de acordo com a norma ISO 14001.</p>								
Comprar com Responsabilidade	Garantir que 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	<p>Cumprido. Em 2020, 89% dos produtos alimentares comercializados pelo Grupo foram adquiridos a fornecedores locais, cumprindo o objectivo de manter este rácio acima dos 80%.</p>								
	Continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (ex.: UTZ, Fairtrade, MSC, ASC, RSPO, EU Ecolabel, EU Organic Label, etc.) para pelo menos 10 produtos de Marca Própria e Percíveis.	<p>Cumprido. Em 2020 foram lançadas 214 referências com certificados de sustentabilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 96 referências com certificação Forest Stewardship Council (FSC) – relativa a embalagem primária utilizada nos produtos ou ao papel e madeira utilizado em artigos – na Polónia (50), em Portugal (42) e na Colômbia (4); ▪ 57 referências com certificação biológica em Portugal (32) e Polónia (25); ▪ 12 referências de Marca Própria com certificação EU Ecolabel em Portugal; ▪ 12 referências com certificação Rainforest Alliance para os ingredientes cacau, chá ou para bananas em Portugal (7) e na Polónia (5); ▪ 10 artigos com certificação Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) – relativa a embalagem primária utilizada nos produtos ou ao papel e madeira utilizado em artigos – em Portugal (5), na Polónia (4) e na Colômbia (1); ▪ 10 referências com a certificação Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO) em Portugal; ▪ 7 referências com certificação UTZ para os ingredientes cacau ou café na Polónia (4) e em Portugal (3); ▪ 3 referências com a certificação em bem-estar animal Welfair™ em Portugal; ▪ 2 referências Blue Angel na Polónia (1) e em Portugal (1); ▪ 2 referências com a certificação Marine Stewardship Council (MSC) na Biedronka; ▪ 1 referência Dolphin Safe em Portugal; ▪ 1 referência Fairtrade para o ingrediente café em Portugal; ▪ 1 referência com certificação Sustainable Forestry Initiative (SFI) – relativa a embalagem primária utilizada nos produtos ou ao papel e madeira utilizado em artigos – na Colômbia. 								

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso																
	<p>Contribuir para atingir o objectivo de Desflorestação Líquida Zero até 2020 tal como definido pelo The Consumer Goods Forum, nomeadamente através da gestão activa do óleo de palma, soja, carne bovina e madeira e papel.</p> <p>Realizar, anualmente, pelo menos 50 auditorias ambientais a fornecedores de Marca Própria e Perecíveis.</p>	<p>Não cumprido. A evolução do consumo destes ingredientes nos produtos de Marca Própria e Perecíveis, a sua origem e garantia de produção sustentável, bem como outras iniciativas do Grupo neste âmbito encontram-se descritas no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, secção 6.3. “Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção”, subsecção 6.3.1. “Combate à Desflorestação”.</p> <p>Cumprido. Foram realizadas as seguintes auditorias ambientais a fornecedores de Marca Própria e Perecíveis no período de 2018-2020:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Global</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2020</td> <td>57</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>55</td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>79</td> </tr> </tbody> </table> <p>Mais informação no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, secção 6.4. “Seleccção e Acompanhamento de Fornecedores”, subsecção 6.4.1. “Auditorias a Fornecedores”.</p> <p>Cumprido. Foram realizadas as seguintes auditorias ambientais a prestadores de serviços no período de 2018-2020:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Global</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2020</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>46</td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>53</td> </tr> </tbody> </table> <p>Mais informação no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, secção 6.4. “Seleccção e Acompanhamento de Fornecedores”, subsecção 6.4.1. “Auditorias a Fornecedores”.</p>	Ano	Global	2020	57	2019	55	2018	79	Ano	Global	2020	40	2019	46	2018	53
Ano	Global																	
2020	57																	
2019	55																	
2018	79																	
Ano	Global																	
2020	40																	
2019	46																	
2018	53																	
Apoiar as Comunidades Envolventes	<p>Monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos, de acordo com o modelo London Benchmarking Group (LBG).</p>	<p>Cumprido. A monitorização e divulgação dos impactos resultantes dos apoios oferecidos pelo Grupo, de acordo com este modelo, encontra-se publicada neste documento – subcapítulo 7. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, secção 7.2. “Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes” – e no website corporativo.</p> <p>Parcialmente cumprido. Em 2018 e 2020 não foi iniciado nenhum projecto de investimento comunitário, embora tenha sido desenvolvida a iniciativa “Mercado Social”, que apoiou quatro instituições do terceiro sector com produção alimentar própria, disponibilizando-lhes em loja um espaço dedicado à comercialização dos seus produtos. O valor da venda reverteu na totalidade para as instituições em causa.</p> <p>Em 2019, o programa Bairro Feliz do Pingo Doce apoiou 157 causas locais, num investimento de mais de 150 mil euros.</p>																
	<p>Em Portugal, iniciar pelo menos um projecto de investimento comunitário por ano, direccionado para crianças, jovens ou idosos provenientes de meios vulneráveis.</p>																	

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
	<p>Na Polónia, reforçar o envolvimento em projectos de cariz social, focados nas crianças, jovens e idosos provenientes de meios vulneráveis.</p>	<p>Cumprido. Em 2020, a Biedronka juntou-se, pelo segundo ano consecutivo, à Associação Wiosna, no âmbito do programa Szlachetna Paczka (Presente Nobre), que permitiu apoiar mais de 14 mil famílias em situação de vulnerabilidade económica. Para além disso, foram mantidas as parcerias com a Caritas, com a Ordem Soberana de Malta, com a Associação Nadzieja Na Mundial (Esperança para o Mundial) e com a Akademia Młodych Orłów (Academia das Jovens Águias), para projectos de apoio a pessoas provenientes de contextos vulneráveis, entre outras novas parcerias estabelecidas. Nos dois anos anteriores, a Companhia desenvolveu e apoiou programas como o Śniadanie Daje Moc (O Pequeno-Almoço dá Força) e o Zielona Kraina (Terra Verde), ambos no âmbito da promoção da alimentação saudável junto de crianças provenientes de contextos vulneráveis. Também o programa Na Codzienne Zakupy (Para as Compras do Dia-a-Dia), uma iniciativa de assistência financeira pensada para a população sénior em situação de vulnerabilidade, teve lugar em 2018 e 2019.</p>
	<p>Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares directamente das lojas para organizações não-governamentais locais. Até 2020, abranger 1.500 lojas.</p>	<p>Cumprido. As lojas com protocolo estabelecido com instituições locais para o encaminhamento de géneros alimentares totalizaram 1.941 no final de 2020. Este valor representa um crescimento de 54% desde 2018.</p>
	<p>Lançar em parceria com a Caritas Polska, um programa de apoio a séniores vulneráveis, esperando-se impactar pelo menos quatro mil pessoas todos os anos.</p>	<p>Cumprido. A partir de Março de 2020, o programa Na Codzienne Zakupy (Para as Compras do Dia-a-Dia), uma iniciativa de assistência financeira dirigida à população sénior em situação de vulnerabilidade através da atribuição de cartões pré-pagos da Biedronka, viu a sua gestão ser assumida pela Fundação Biedronka tendo chegado a dez mil pessoas num investimento de 3,2 milhões de euros. Durante os anos de 2018 e 2019, este programa chegou a cerca de seis mil pessoas por ano, representando um investimento de 4,8 milhões de euros.</p>
	<p>Na Colômbia, manter o envolvimento em projectos sociais como as Aldeas Infantiles SOS Colombia, e com a ABACO – Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia para a doação de géneros alimentares.</p>	<p>Cumprido. Em 2020, a prioridade da Ara foi dar resposta às situações de emergência alimentar provocadas pela pandemia. Através do ICBF, foram apoiadas pela Ara mais de 4.100 crianças e suas famílias em cinco regiões colombianas. Em parceria com a Caritas Colombia e a Caritas Polska foram ainda apoiadas mais de 1.100 famílias migrantes venezuelanas e famílias colombianas em situação de extrema vulnerabilidade económica com mais de 9.400 cabazes alimentares. Para além disso, desde 2018 que mantemos as parcerias com a Aldeas Infantiles SOS (um apoio suportado pelos clientes da Ara) e com a ABACO para a doação de excedentes alimentares: no total dos três anos, foi possível encaminhar mais de 610 mil euros doados pelos clientes e mais de 300 toneladas que chegaram a uma média de 2.400 famílias.</p>
<p>Ser um Empregador de Referência</p>	<p>Melhoria contínua da qualidade de vida dos colaboradores através dos programas de responsabilidade social interna em todos os países onde nos encontramos presentes.</p>	<p>Cumprido. O investimento em iniciativas de apoio aos colaboradores nas áreas da Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar foi de cerca de 20 milhões de euros. Em Portugal, através do Fundo de</p>

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
	<p>Reforço contínuo dos programas de formação e informação a respeito do Código de Conduta dirigidos a todos os colaboradores da organização, independentemente do seu local de trabalho ou função, promovendo o respectivo cumprimento.</p> <p>Promover a diversidade na atracção de talento.</p>	<p>Emergência Social, apoiámos mais de 1.100 colaboradores, representando um investimento superior a 1,1 milhões de euros. Na Polónia, foram distribuídos mais de sete milhões de euros em cartões pré-pagos e mais de nove mil colaboradores foram apoiados financeiramente através do programa <i>Możesz Liczyć na Biedronkę</i> (Podes Contar com a Biedronka).</p> <p>Cumprido. Cada novo colaborador recebe um exemplar impresso do Código de Conduta, no qual constam todos os valores e princípios que orientam as nossas pessoas no desempenho das suas funções, independentemente do nível hierárquico, Companhia, ou país em que trabalham. Ao longo do ano são também implementadas outras acções de formação para os colaboradores com conteúdos programáticos relacionados com o Código de Conduta. Em 2020, mais de seis mil colaboradores receberam formação em Código de Conduta.</p> <p>Criada em 2019, a Política Anticorrupção, que tem como princípios basilares a tolerância zero para qualquer forma de corrupção, tráfico de influências, recebimento de vantagens indevidas ou pagamento de benefícios que violem o Código de Conduta ou as disposições legais aplicáveis em cada país, foi amplamente divulgada em 2020 junto de managers e colaboradores das operações com funções críticas e do público em geral (disponível em www.jeronimo-martins.com).</p> <p>Cumprido. Continuámos a desenvolver a nossa estratégia de atracção de diferentes competências e perfis com programas desenhados especificamente para o efeito. Aliada a esta estratégia está a nossa forte presença na rede social LinkedIn, na qual contávamos em 2020 com mais de 214 mil seguidores. Relativamente à inclusão social, em Portugal, no ano de 2020 tínhamos 122 colaboradores no âmbito do programa Incluir, havendo 19 novas contratações. Na Polónia, integrámos 1.400 colaboradores oriundos de países do leste europeu e na Colômbia também acolhemos 27 pessoas provenientes de países transfronteiriços como a Venezuela.</p>

10. Compromissos para 2021-2023

Pilares de actuação	Compromissos 2021-2023
Promover a Saúde pela Alimentação	Em todos os países, desenvolver alternativas alimentares destinadas a consumidores com necessidades/preferências alimentares específicas, como soluções vegan, sem lactose e/ou sem glúten.
	Garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark (ou best in class), de acordo com o país de operação. Na Colômbia, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior a este benchmark até 2025.
	Em Portugal e na Polónia, garantir a utilização da rotulagem voluntária “Sem OGM” para 75% das referências alimentares de Marca Própria contendo maioritariamente (>50%/peso líquido) ingredientes potencialmente modificados (soja e milho), ajudando assim os consumidores no seu processo de escolha – 55% ano 1 / 65% ano 2 / 75% ano 3.
	Em Portugal e na Polónia, continuar a desenvolver programas de promoção dos princípios da Dieta Mediterrânica e de hábitos alimentares saudáveis, com base nas recomendações de especialistas locais e de sensibilização dos consumidores para a leitura dos rótulos dos alimentos.
	Em Portugal e na Polónia, garantir que 90% dos produtos de Marca Própria não contêm corantes artificiais nos seus ingredientes directos, até 2023.
	Em Portugal e na Polónia, garantir que 90% dos produtos de Marca Própria não contêm potenciadores de sabor artificiais nos seus ingredientes directos, até 2023.
	Em Portugal e na Polónia, posicionar as Companhias como promotoras do envelhecimento saudável, através da democratização do acesso a produtos alimentares de Marca Própria que respondam a necessidades nutricionais e dietéticas reconhecidas internacionalmente para os grupos etários +55.
	Na Hebe, no âmbito da promoção da saúde através da formulação de produtos cosméticos, desenvolver alternativas de Marca Própria sem proteínas de origem animal destinadas a consumidores com necessidades/preferências específicas.
	Na Hebe, no âmbito da promoção da saúde através da formulação de produtos cosméticos, assegurar que os produtos “Hebe Naturals” têm pelo menos 90% de ingredientes naturais na sua composição (em linha com a ISO 16128).
	Respeitar o Ambiente
Reduzir a pegada de carbono do Grupo (âmbitos 1 e 2) em pelo menos 40% até 2023 (por 1.000 euros de vendas), face a 2017.	
Reduzir o consumo de energia em 10% até 2023 (por 1.000 euros de vendas), face a 2017.	
Reduzir o volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% até 2023 (em megalitros por milhão de euros de vendas), face a 2017.	
Limitar o desperdício alimentar a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos até 2023.	
Garantir que pelo menos 12% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto de Ecodesign até 2023, face ao sortido de 2020.	
Garantir uma taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% do volume total de resíduos gerados, até 2023.	
Apoiar pelo menos um projeto de conservação da natureza em cada um dos países onde temos operações e divulgar os respectivos resultados anualmente.	
Reduzir em 5%, até 2023, o consumo de plástico (medido em toneladas por cada milhão de euros de vendas), face a 2018.	
Aumentar o conteúdo de plástico reciclado para 10% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) até 2023.	
Reduzir em 5% as emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO ₂ e por mil paletes transportadas) até 2023, face a 2020.	
Comprar com Responsabilidade	Garantir que pelo menos 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.
	Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de Percíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 7% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2023.

Pilares de actuação	Compromissos 2021-2023
	<p>Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e Percíveis e com volume de compras superior a 1,1 milhões de euros no período 2021-2023.</p> <p>Contribuir para os objectivos do Forest Positive Coalition of Action do The Consumer Goods Forum. No âmbito dos nossos produtos de Marca Própria e Percíveis e para cada uma das commodities consideradas foram definidos os seguintes objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Óleo de palma: continuar a assegurar a certificação 100% RSPO nas Companhias em Portugal e na Polónia. Na Colômbia, assegurar o cumprimento das directrizes definidas no “Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Palma en Colombia” do Governo colombiano. • Soja: diminuir em 50% a soja de origem desconhecida para 16% do total da soja directa e indirecta utilizada. Reduzir a soja proveniente de países com risco de desflorestação para 25% e/ou assegurar a sua origem sustentável (ex.: certificação RTRS ou ProTerra, ou através de outras iniciativas multi-stakeholder que promovam a preservação dos ecossistemas nas principais áreas de produção deste ingrediente). • Carne bovina: Reduzir a incerteza associada à origem de carne bovina para 2,5% do total de compras deste ingrediente. Para a carne bovina com origem do Brasil, e em colaboração com os fornecedores, promover a adopção de políticas e acções de combate à desflorestação. • Papel e madeira: assegurar a certificação de sustentabilidade (ex.: FSC® ou PEFC) em 80% das fibras virgens utilizadas em produtos e em 70% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens, em colaboração com os nossos fornecedores.
<p>Apoiar as Comunidades Envolventes</p>	<p>Assegurar a aplicação do Manual de Agricultura Sustentável em pelo menos 70 novas explorações em Portugal e na Polónia, garantindo um índice de sustentabilidade médio mínimo de 3,7 pontos (numa escala de 1 a 5, em que 5 é o máximo) para explorações com pelo menos duas avaliações durante o período 2021-2023.</p> <p>Monitorizar e divulgar pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes dos apoios concedidos por todas as Companhias do Grupo, de acordo com a metodologia London Benchmarking Group (LBG).</p>
	<p>Fortalecer o envolvimento em projectos sociais direccionados para crianças, jovens e idosos de contextos vulneráveis em todas as geografias e focados nos temas da saúde e da alimentação saudável, com o objectivo de impactar directamente um milhão de pessoas até 2023.</p> <p>Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares para organizações não governamentais locais, abrangendo 70% das lojas.</p>
<p>Ser um Empregador de Referência</p>	<p>Desenvolver iniciativas que promovam o bem-estar e a qualidade de vida dos colaboradores, através de soluções que permitam o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional e do apoio aos colaboradores e respectivas famílias.</p> <p>Apoiar os colaboradores que se encontrem em situação de vulnerabilidade, por emergência social e/ou familiar através dos fundos existentes em cada geografia e de outras soluções de apoio local.</p>
	<p>Garantir que, anualmente, todos os colaboradores recebem informação sobre o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, promovendo o seu conhecimento e cumprimento através, nomeadamente, de acções de formação.</p> <p>Investir continuamente na formação dos nossos colaboradores, intensificando o desenvolvimento das lideranças em toda a estrutura organizacional e contribuindo para a aquisição de novas competências alinhadas com as necessidades estratégicas da Organização.</p>
	<p>Preparar a Organização para o futuro do trabalho, através de novas plataformas que promovam o autodesenvolvimento e de programas digitais que contribuam para uma maior eficiência, colaboração e produtividade.</p> <p>Criar oportunidades para pessoas em desvantagem no acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente migrantes ou refugiadas, pessoas expostas a situação de risco social e pessoas com deficiência.</p>
	<p>Reforçar o trabalho que tem vindo a ser feito na promoção da igualdade de género e melhorar as metodologias de apuramento e monitorização da disparidade salarial entre homens e mulheres, tornando-as mais robustas, consistentes e</p>

Pilares de actuação**Compromissos 2021-2023**

detalhadas. Este trabalho deve estender-se a todas as componentes da retribuição e devem ser implementadas novas métricas, como a análise da distribuição salarial dos colaboradores por percentis.






11. Tabela de Indicadores

A tabela de indicadores abaixo segue a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI) Standards. Este relatório foi elaborado de acordo os GRI Standards: opção "Core".

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
102-1	Nome da organização.	Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	---
102-2	Actividades, marcas, produtos e serviços.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins".	---
102-3	Localização da sede.	Rua Actor António Silva n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal.	---
102-4	Localização das operações.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins".	---
102-5	Tipo e natureza jurídica de propriedade.		
102-6	Mercados em que opera.		
102-7	Dimensão da organização.		
102-8	Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores.	✓ Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "As Nossas Pessoas".	Princípio 6 8 10
102-9	Cadeia de fornecedores.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 1. "A Nossa Abordagem" e 6. "Comprar com Responsabilidade", e Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas".	---
102-10	Alterações significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores.	Não aplicável.	---
102-11	Abordagem ao princípio da precaução.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", e Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".	---
102-12	Iniciativas externas.	Ver canal "Sobre Nós", página "Organizações a que Pertencemos" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Organizações a que Pertencemos" no website www.jeronimomartins.com .	---
102-13	Organizações a que pertence.	Ver "Mensagem do Presidente".	---
102-14	Mensagem do Presidente.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos".	---
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades.	Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com . Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com .	Princípio 10 16
102-16	Valores, princípios, standards e normas de conduta.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade".	Princípio 10 16
102-17	Mecanismos adoptados pela organização para orientações sobre comportamentos e preocupações éticas.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade".	---
102-18	Estrutura de governance.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A, B e C.	---
102-19	Processo de delegação de competências.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Envolvimento com os Stakeholders" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com .	16
102-20	Responsabilidade por temas económicos, sociais e ambientais a nível executivo.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A e B.	16
102-21	Consulta a stakeholders sobre tópicos económicos, ambientais e sociais.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A e B.	16
102-22	Composição do mais alto órgão de governance e dos seus comités.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A e B.	16
102-23	Presidente do mais alto órgão de governance.	Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website	16
102-24	Nomeação e selecção do mais alto órgão de governance.	Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website	16
102-25	Conflitos de interesse.	Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website	16

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
		www.jeronimomartins.com . Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com . Aprovada em 2019, a Política Anticorrupção do Grupo foi amplamente divulgada internamente em 2020, junto de managers e colaboradores das operações com funções críticas e pode ser consultada em www.jeronimomartins.com .	
102-26	Papel dos órgãos mais altos de administração no estabelecimento dos propósitos, valores e estratégia.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A, B e C.	---
102-27	Conhecimento global dos órgãos de gestão.	O Grupo realiza actividades (ex.: acções de formação internas e externas, Conferência de Sustentabilidade do Grupo, newsletters internas e relatórios de progresso) que permitem aos seus órgãos de gestão um maior conhecimento sobre as dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Adicionalmente, em 2019 foram criados Comités de Sustentabilidade para todas as Companhias de Retalho Alimentar, Retalho Especializado e Agro-Alimentar. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor" e Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B. "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II. "Administração e Supervisão".	---
102-28	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governance.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	---
102-29	Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais.		16
102-30	Eficiência dos processos de gestão de risco.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna".	---
102-31	Revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais.		---
102-32	Órgão máximo de governance responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade.	A responsabilidade pela aprovação do Relatório de Responsabilidade Corporativa, incluído no Relatório e Contas é da Assembleia Geral de Accionistas.	---
102-33	Comunicação de situações críticas.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade".	---
102-35	Políticas de remuneração.		---
102-36	Processo de atribuição de remuneração.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	---
102-37	Envolvimento de stakeholders na remuneração.		16
102-38	Rácio de remuneração total anual.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D. "Remunerações", subsecção IV - "Divulgação das Remunerações".	---
102-40	Lista dos grupos de stakeholders.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com .	---
102-41	Acordos colectivos de trabalho.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.6. "Ser Empregador de Referência Significa Mantermo-nos Fielis aos Nossos Princípios".	Princípio 3 8 10
102-42	Identificação e selecção de stakeholders.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com .	---
102-43	Abordagem ao envolvimento com stakeholders.		---
102-44	Principais questões e preocupações referidas pelos stakeholders.		---
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins", Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade".	---

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins", Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".	---
102-47	Lista dos temas materiais.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com .	---
102-48	Alterações à informação reportada em relatórios anteriores e os motivos para estas alterações.	Não aplicável.	---
102-49	Alterações significativas no âmbito, limite ou métodos de cálculo aplicados.		---
102-50	Período de reporte.	O presente Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020.	---
102-51	Data do reporte mais recente.	O Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins anterior ao presente refere-se ao ano de 2019.	---
102-52	Ciclo de reporte.	O Relatório de Responsabilidade Corporativa (incluído no Relatório e Contas) é anual.	---
102-53	Contacto para questões sobre o relatório.	comunicacao@jeronimo-martins.com	---
102-54	Relatório "de acordo" com os GRI Standards.	✓ Este relatório foi preparado de acordo com a metodologia GRI Standards: opção "Core".	---
102-55	Índice de conteúdo GRI.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 11. "Tabela de Indicadores".	---
102-56	Verificação externa.	✓ A informação contida e assinalada nesta tabela com "✓" foi submetida a verificação por uma entidade externa – PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	---
ASPECTOS MATERIAIS			
103-1	Descrição dos temas materiais e limites de aplicação.	✓ Temas materiais para o Grupo Jerónimo Martins: Qualidade e segurança alimentar; Redução dos materiais de embalagem e utilização de materiais sustentáveis; Ética e transparência; Combate ao desperdício alimentar; Respeito pelos Direitos Humanos e laborais; Oferta de produtos a preços acessíveis; Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais na cadeia de abastecimento; Missão, Visão e Estratégia; Apoio a projectos sociais; Integração dos princípios de economia circular. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com .	---
103-2	Abordagem de gestão e componentes.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 4. a 8. Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no website www.jeronimomartins.com .	Princípios 1 e 8
103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 9. "Compromissos para 2018-2020" e 10. "Compromissos para 2021-2023" e ver canal "Responsabilidade", página "Os Nossos Compromissos e Progresso" no website www.jeronimomartins.com .	---
DESEMPENHO ECONÓMICO			
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído.	Ver Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e indicador 203-1.	8 9
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Actividade" e Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Combate às Alterações Climáticas".	Princípio 7 13
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização e outros planos de reforma.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção	---

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável															
		D. "Remunerações". Ver Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas".																
201-4	Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo.	Na Polónia, receberam-se, sob a forma de financiamento aos salários de colaboradores, de subsídios compensatórios face aos aumentos dos preços de electricidade em 2019, e de reembolso dos custos associados a colaboradores repatriados, um total de 3.352.485,82 euros. Em Portugal, os benefícios atribuídos por entidades oficiais, a título de crédito fiscal, visaram a compensação de investimentos efectuados no âmbito do programa SIFIDE II – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial. Este programa consiste numa dedução à colecta de imposto sobre os rendimentos, de parte dos montantes incorridos com despesas com pessoal, despesas de funcionamento, despesas com contratação de Investigação e Desenvolvimento e despesas com a aquisição de activos fixos de suporte à atividade de I&D, os quais são certificados por entidade externa e independente. Das despesas acima mencionadas, realizadas em 2019, resultou um crédito fiscal no montante de 2.739.199,02 euros, cujo valor foi apurado no decurso do ano 2020 e aguarda, ainda, validação da Agência Nacional de Inovação. O valor do crédito fiscal resultante das despesas incorridas em 2020, realizadas no âmbito deste programa, será apurado no decorrer do ano 2021. Não existiram incentivos financeiros (sob a forma de benefícios/créditos fiscais) atribuídos por parte de entidades oficiais às nossas operações na Colômbia.	---															
PRESEÇA NO MERCADO																		
202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género	 <p>São considerados os salários mais baixos das Companhias com maior representatividade em cada país, ou seja, Pingo Doce, Biedronka e Ara, em Portugal, Polónia e Colômbia, respectivamente. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.3. "Ser Empregador de Referência Significa Reconhecer a Dedicção dos Nossos Colaboradores".</p>	Princípio 6 1 5 8															
		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">2020</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Portugal</td> <td>102%</td> <td>102%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>100%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>130%</td> <td>130%</td> </tr> </tbody> </table>	2020				Mulheres	Homens	Portugal	102%	102%	Polónia	100%	100%	Colômbia	130%	130%	
2020																		
	Mulheres	Homens																
Portugal	102%	102%																
Polónia	100%	100%																
Colômbia	130%	130%																
202-2	Proporção de colaboradores para cargos seniores contratados localmente.	 <p>86% dos colaboradores em cargos seniores foram contratados localmente.</p>	Princípio 6 8 10															
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS																		
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados.	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envoltentes". Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envoltentes" no website www.jeronimomartins.com.</p>	5 9 11															
203-2	Impactos económicos indirectos significativos.		1 3 8															
COMPRAS																		
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais.	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade".</p>	8															
ANTICORRUPÇÃO																		
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna" e secção E. "Transacções com Partes Relacionadas".	Princípio 10 16															
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	 <p>O Grupo desenvolve acções de formação sobre o seu Código de Conduta, que inclui o tema da prevenção da corrupção nas suas Companhias. Aprovada em 2019, a Política Anticorrupção do Grupo foi amplamente divulgada internamente em 2020, junto de managers e colaboradores das operações com funções críticas. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência",</p>	Princípio 10 16															

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	
		subsecção 8.3.6 "Ser Empregador de Referência Significa Mantermo-nos Fiéis aos Nossos Princípios". Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta; canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" para informação sobre a Comissão de Ética no website; e canal "Sobre Nós", página "Quem Somos", subpágina "Política Anticorrupção" no website www.jeronimomartins.com .		
MATERIAIS				
301-1	Consumo de materiais por peso ou volume.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípios 7 e 8 8 12
301-2	Materiais usados provenientes de reciclagem.	✓		Princípios 7 e 8 8 12
301-3	Produtos recuperados e os seus materiais de embalagem.		Este aspecto não é material. Não obstante, o Grupo promove a recolha de resíduos de clientes nas suas lojas encaminhando-os para valorização. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípio 8 8 12
ENERGIA				
302-1	Consumo de energia dentro da organização.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Combate às Alterações Climáticas".	Princípios 7 e 8 7 8 12 13
302-2	Consumo de energia fora da organização.		Este indicador é apresentado sobre a forma de CO ₂ e no âmbito do cálculo da Pegada Carbónica do Grupo - emissões de âmbito 3. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Combate às Alterações Climáticas". Inclui as seguintes categorias: C1. Produtos e serviços comprados; C5. Resíduos gerados nas operações; C6. Viagens de trabalho; C9. Transporte e distribuição a jusante; e C14. Franchise ¹⁴² .	Princípios 7 e 8 7 8 12 13
302-3	Intensidade energética.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Combate às Alterações Climáticas".	Princípio 8 7 8 12 13
302-4	Redução do consumo de energia.	✓		Princípios 8 e 9 7 8 12 13
302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços.		Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Combate às Alterações Climáticas" e secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípios 8 e 9 7 8 12 13
ÁGUA				
303-1 (2018)	Interações com a água como um recurso partilhado.	✓		Princípios 7 e 8 6 12
303-2 (2018)	Gestão de impactos relacionados com as rejeições de água.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Combate às Alterações Climáticas".	Princípio 8 6
303-3 (2018)	Captação de água.	✓		Princípio 8 6 12
303-4 (2018)	Rejeição de águas.	✓		Princípio 8 6
303-5 (2018)	Consumo de água.	✓		Princípios 7 e 8 6
BIODIVERSIDADE				
304-1	Instalações operacionais próprias, arrendadas, nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas.		As infra-estruturas do Grupo Jerónimo Martins cumprem os requisitos legais em matéria ambiental e, na sua grande maioria, estão contextualizadas em malha urbana. No âmbito particular do Agro-Alimentar, o Grupo detém propriedades pontualmente localizadas ou próximas da Rede Ecológica Nacional, colaborando com as entidades governamentais no sentido de assegurar a sua conservação.	Princípio 8 6 14 15
304-2	Impactos significativos das actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	Princípio 8 6 14 15

¹⁴² Este parâmetro inclui franchising e modelos similares.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
304-3	Habitats protegidos ou restaurados.	Não aplicável às actividades do Grupo em 2020. Não obstante, o Grupo participa num conjunto de iniciativas de conservação de habitats e ecossistemas como o Green Heart of Cork (ANP WWF), acções de plantação de árvores (conTREEbute e Fundação Arka), limpeza das montanhas Tatra (Czysta Polska), ECOs-Locais (LPN), protecção de araras (ProAves) e SOS Polinizadores (Quercus). Adicionalmente, o projecto "Floresta Serra do Açor" – que junta o Grupo Jerónimo Martins, a Câmara Municipal de Arganil, as associações que reúnem os proprietários de terrenos baldios e a Escola Superior Agrária de Coimbra – é uma iniciativa lançada em 2020 que quer preservar e valorizar a paisagem devastada pelos incêndios florestais, abrangendo uma área de 2.500 hectares. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Preservação da Biodiversidade".	Princípio 8 6 14 15
304-4	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	Princípio 8 6 14 15
EMISSIONES			
305-1	Emissões directas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1).	✓	Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
305-2	Emissões indirectas de GEE (Âmbito 2).	✓	Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
305-3	Outras emissões indirectas de GEE (Âmbito 3).	✓	Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
305-4	Intensidade das emissões de GEE.	✓	Princípio 8 13 14 15
305-5	Redução de emissões de GEE.	✓	Princípios 8 e 9 13 14 15
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono.	✓	Princípios 7 e 8 3 12
305-7	Óxidos de azoto (NO _x), óxidos de enxofre (SO _x) e outras emissões significativas.	✓ Em 2020 verificou-se a emissão de 0,04 kg de CFC-11 eq., associado à utilização de hidroclorofluorcarbonos, em equipamentos de ar condicionado na Colômbia que fazem parte do immobilizado de lojas adquiridas. Estes representam <0,1% do total deste tipo de equipamentos utilizados nas Companhias do Grupo. As quantidades são emitidas pela combustão de combustíveis fósseis (uso de combustível no local para operação de equipamentos, geradores de emergência e aquecimento e frota de veículos ligeiros): • NO _x = 159,6 toneladas (+4,2% face a 2019); • SO _x = 40,1 toneladas (+1,0% face a 2019).	Princípios 7 e 8 3 12 14 15
EFLUENTES E DESCARGAS			
306-2	Resíduos por tipo e por destino.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Combate às Alterações Climáticas" e 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípio 8 3 6 11 12
306-3	Derrames significativos.	Em 2020, não ocorreram derrames com impactes ambientais significativos.	Princípio 8 3 11 12 14 15
AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES			
308-1	Novos fornecedores que foram seleccionados com base em critérios ambientais.	✓ Em 2020, o Grupo seleccionou 354 novos fornecedores, 82% dos quais foram também avaliados na componente ambiental. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleccção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 8
308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e acções tomadas.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleccção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 8
EMPREGO			

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável																					
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "As Nossas Pessoas". Princípio 6 5 8 10																					
401-2	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial.	✓	Todos os benefícios são aplicados a colaboradores, independentemente da sua carga horária, nomeadamente seguro de vida, seguro de saúde, seguro de acidentes pessoais em viagem, entre outros. 3 5 8																					
401-3	Licença parental.	✓	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="3">2020</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Colaboradores com direito a licença parental</td> <td>6.972</td> <td>1.744</td> <td>8.716</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores que gozaram de licença parental</td> <td>6.972</td> <td>1.404</td> <td>8.376</td> </tr> <tr> <td>Taxa de retenção de colaboradores que gozaram de licença parental*</td> <td>90%</td> <td>80%</td> <td>87%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*Percentagem de colaboradores que regressaram de licença de parentalidade em 2019 e que permanecem a trabalhar no Grupo 12 meses depois.</p> Princípio 6 5 8		2020			Género		Total	Mulheres	Homens	Colaboradores com direito a licença parental	6.972	1.744	8.716	Colaboradores que gozaram de licença parental	6.972	1.404	8.376	Taxa de retenção de colaboradores que gozaram de licença parental*	90%	80%	87%
	2020																							
	Género		Total																					
	Mulheres	Homens																						
Colaboradores com direito a licença parental	6.972	1.744	8.716																					
Colaboradores que gozaram de licença parental	6.972	1.404	8.376																					
Taxa de retenção de colaboradores que gozaram de licença parental*	90%	80%	87%																					

TRABALHO E RELAÇÕES COM A GESTÃO

402-1	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais.	✓	Seguimos os prazos de pré-aviso estabelecidos pela lei no que se refere a mudanças de natureza operacional. Princípio 3 8 10
-------	--	---	--

SÁUDE E SEGURANÇA DOS COLABORADORES

403-1 (2018)	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.4. "Ser Empregador de Referência Significa ter na Protecção e Bem-estar das Nossas Pessoas a Nossa Prioridade".	8										
403-2 (2018)	Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes.			Princípio 1 3 8										
403-3 (2018)	Serviços de saúde do trabalho.	✓		3 8										
403-4 (2018)	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho.			---										
403-5 (2018)	Capacitação de colaboradores em saúde e segurança do trabalho.	✓		8										
403-6 (2018)	Promoção da saúde do colaborador.	✓		3										
403-8 (2018)	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.		Na Polónia, e enquadrada na ISO 45001, os cerca de 15 mil trabalhadores não colaboradores estão abrangidos pelo sistema de saúde e segurança no trabalho. Em Portugal e na Colômbia, os trabalhadores não colaboradores também estão abrangidos pelos sistemas de saúde e segurança no trabalho dos respectivos países, de acordo com a legislação local. 8											
403-9 (2018)	Acidentes de trabalho.	✓	Em 2020, aconteceram cerca de 4 mil acidentes de trabalho em todo o Grupo, dos quais 11 resultaram em consequência grave. A grande maioria dos acidentes deve-se a esforço físico, queda, corte, entalamento, pancada ou movimentação manual de carga. <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">2020</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> 3 8 16		2020			Mulheres	Homens	Total	Óbitos	-	-	-
	2020													
	Mulheres	Homens	Total											
Óbitos	-	-	-											

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável															
		<table border="1"> <tr> <td>Acidentes com consequência grave*</td> <td>10</td> <td>1</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de comunicação obrigatória</td> <td>2.672</td> <td>1.306</td> <td>3.978</td> </tr> <tr> <td>Total de horas trabalhadas</td> <td>134.446.274</td> <td>48.112.827</td> <td>182.559.101</td> </tr> </table> <p>*São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias. Não estão incluídos trabalhadores que não são colaboradores do Grupo. Actualmente, os nossos sistemas de informação não permitem a recolha e tratamento destes dados, pelo que continuaremos a trabalhar na melhoria dos mesmos.</p> <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.4. "Ser Empregador de Referência Significa ter na Protecção e Bem-estar das Nossas Pessoas a Nossa Prioridade".</p>	Acidentes com consequência grave*	10	1	11	Acidentes de comunicação obrigatória	2.672	1.306	3.978	Total de horas trabalhadas	134.446.274	48.112.827	182.559.101				
Acidentes com consequência grave*	10	1	11															
Acidentes de comunicação obrigatória	2.672	1.306	3.978															
Total de horas trabalhadas	134.446.274	48.112.827	182.559.101															
403-10 (2018)	Doenças profissionais.	<p>Em 2020, foram registadas 134 doenças em todo o Grupo, sendo as principais o Síndrome do Túnel Cárpico, a Periartrite Escapulo-Umeral, as epicondilites e as tendinites.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">2020</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Doenças profissionais de comunicação obrigatória</td> <td>120</td> <td>14</td> <td>134</td> </tr> </tbody> </table> <p>✓</p> <p>Não estão incluídos trabalhadores que não são colaboradores do Grupo. Actualmente, os nossos sistemas de informação não permitem a recolha e tratamento destes dados, pelo que continuaremos a trabalhar na melhoria dos mesmos.</p> <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.4. "Ser Empregador de Referência Significa ter na Protecção e Bem-estar das Nossas Pessoas a Nossa Prioridade".</p>		2020			Mulheres	Homens	Total	Óbitos	-	-	-	Doenças profissionais de comunicação obrigatória	120	14	134	3 8 16
	2020																	
	Mulheres	Homens	Total															
Óbitos	-	-	-															
Doenças profissionais de comunicação obrigatória	120	14	134															
FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO																		
404-1	Média de horas de formação por ano e por colaborador.	<p>✓</p> <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.2. "Ser Empregador de Referência Significa Continuar a Desenvolver as Nossas Pessoas e Capacitá-las para Lidarem com Contextos Adversos".</p>	Princípio 6 4 5 8 10															
404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição.	<p>✓</p> <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.1. "Ser Empregador de Referência Significa Continuar a Atrair as Melhores Pessoas" e subsecção 8.3.2. "Ser Empregador de Referência Significa Continuar a Desenvolver as Nossas Pessoas e Capacitá-las para Lidarem com Contextos Adversos".</p>	8															
404-3	Percentagem de colaboradores que são regularmente alvo de avaliações de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	<p>✓</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th>Percentagem de colaboradores com avaliação de desempenho*</th> </tr> <tr> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>75%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>84%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>69%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>95%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*Rácio de colaboradores que tiveram avaliação regular de desempenho, sobre número total de colaboradores em 2020.</p>		Percentagem de colaboradores com avaliação de desempenho*	2020	Grupo	75%	Portugal	84%	Polónia	69%	Colômbia	95%	Princípio 6 5 8 10				
	Percentagem de colaboradores com avaliação de desempenho*																	
	2020																	
Grupo	75%																	
Portugal	84%																	
Polónia	69%																	
Colômbia	95%																	

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	
		Este rácio diz respeito a todos os colaboradores do Grupo, no entanto, nem todos cumprem os requisitos para poderem ser alvo de avaliação de desempenho. Por exemplo, estão excluídos colaboradores que não completem pelo menos 3 meses de desempenho ou que apresentem ausências superiores a 9 meses, no período em questão. Se forem considerados apenas os colaboradores elegíveis para avaliação de desempenho, mais de 95% dos colaboradores foram avaliados em 2020 pelo seu desempenho no ano de 2019. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.2. "Ser Empregador de Referência Significa Continuar a Desenvolver as Nossas Pessoas e Capacitá-las para Lidarem com Contextos Adversos".		
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES				
405-1	Diversidade dos órgãos de governança e dos colaboradores.	✓	A equipa Jerónimo Martins está descrita nos capítulos IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B. "Órgãos Sociais e Comissões", e V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "As Nossas Pessoas".	Princípio 6 5 8
405-2	Rácio entre o salário base e a remuneração das mulheres e dos homens.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.6. "Ser Empregador de Referência Significa Mantermo-nos Fiéis aos Nossos Princípios".	Princípio 6 5 8 10
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLECTIVA				
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação colectiva pode estar em risco.		Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 3 8
TRABALHO INFANTIL				
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil.		Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 5 8 16
TRABALHO FORÇADO				
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo.		Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 4 8
SEGURANÇA				
410-1	Formação em políticas e procedimentos de Direitos Humanos a equipas de segurança.		Encontramo-nos a melhorar os nossos sistemas de informação de modo a sermos capazes de reportar este indicador.	Princípio 1 16
AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS				
412-1	Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos.		Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.6. "Ser Empregador de Referência Significa Mantermo-nos Fiéis aos Nossos Princípios".	Princípio 1
412-2	Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos.	✓	Desenvolvemos acções de formação sobre este tema no âmbito do Código de Conduta, da legislação laboral aplicável e do documento Labour Fundamental Guidelines, cuja criação foi reportada em 2018. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com e capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.6. "Ser Empregador de Referência Significa Mantermo-nos Fiéis aos Nossos Princípios".	Princípio 1

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
412-3	Acordos de investimento e contratos com cláusulas de Direitos Humanos.	Os contratos celebrados com novos fornecedores implicam o conhecimento e adesão ao Código de Conduta de Fornecedores do Grupo Jerónimo Martins. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 2
COMUNIDADES LOCAIS			
413-1	Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes".	Princípio 1
AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES			
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais.	✓ Em 2020, o Grupo auditou 293 novos fornecedores de Marca Própria e Percíveis, sendo que 78% foram também avaliados nas componentes relativas a práticas laborais (ex.: existência e utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de administração de formação adequada ao exercício da função). Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípios 2 e 8 5 8 16
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de abastecimento e medidas tomadas.	✓ Em 2020, dos 2.290 fornecedores de Marca Própria e Percíveis, cerca de 68% foram sujeitos a avaliação de impacto social. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 2 5 8 16
POLÍTICAS PÚBLICAS			
415-1	Contribuições para partidos políticos.	As empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com .	Princípio 10 16
SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES			
416-1	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	---
MARKETING E ROTULAGEM			
417-1	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	12
INDICADORES JERÓNIMO MARTINS			
---	Prosseguir a melhoria do perfil nutricional dos produtos de Marca Própria, através da inovação e reformulação de produtos, e nas refeições de Meal Solutions.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.2. "Qualidade e Diversidade".	2 3 10 12
---	Aumentar em 5% ao ano, face a 2017, o número de referências da gama sem lactose e sem glúten, nos produtos de Marca Própria, em Portugal e na Polónia.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".	3 10 12
---	Cálculo do consumo de commodities de	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3.	Princípio 7 12 13 15

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
	desflorestação (óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira) em produtos de Marca Própria e Perecíveis.		"Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção" e subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".
---	Monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos, de acordo com o modelo London Benchmarking Group (LBG).	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes" secção 7.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes" e secção 9. "Compromissos para 2018-2020". Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website www.jeronimomartins.com .
---	Desperdício alimentar gerado pelas operações do Grupo (kg/ton de produto vendido).	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".
---	Limitar o desperdício alimentar a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos.	✓	
---	Redução anual do consumo de água em 2% (por 1.000 € de vendas).	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".
---	Redução anual do consumo de electricidade em 2% (por 1.000 € de vendas).	✓	
---	Cálculo de redução de energia e água no âmbito do projecto Let's Go Green.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Combate às Alterações Climáticas".
---	Concretizar, anualmente, pelo menos 20 projectos de ecodesign de embalagens em artigos de Marca Própria.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".
---	Cálculo de materiais evitados e outros benefícios ambientais do projecto de Ecodesign de embalagens.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".
---	Cálculo da quantidade de plástico em embalagens de Marca Própria e noutros plásticos de utilização única.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos".
---	Número de locais com certificação ambiental (no mínimo 25 em 2020).	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.1. "Introdução" e subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".
---	Continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (ex.: UTZ, Fairtrade, MSC, ASC, RSPO, EU Ecolabel, EU Organic Label, etc.) para pelo menos 10 produtos de Marca Própria e Perecíveis.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção" e subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".
---	Realizar, anualmente, pelo menos 50 auditorias ambientais a fornecedores de Marca Própria e Perecíveis.	✓	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".
---	Realizar, anualmente, pelo menos 40	✓	

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas & Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
	auditorias ambientais a prestadores de serviços.		12 13 15
---	Conformidade com a Política de Pescado Sustentável do Grupo.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	12 14
---	Percentagem de ovos frescos de Marca Própria comercializados e que são provenientes de ovos de galinhas não enjauladas.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	12
---	Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares directamente das lojas para organizações não-governamentais locais. Até 2020, abranger 1.500 lojas.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.3. "Apoios Directos" e subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".	1 2 10 17
---	Formação a colaboradores em Higiene e Segurança Alimentar.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.3. "Qualidade e Segurança Alimentar".	3 12
---	Estágios em contexto real de trabalho.	✓ Em 2020, contámos com 395 estágios em contexto real de trabalho em todo o Grupo.	8 10 17
---	Programas de Talento Jovem.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.3. "Ser Empregador de Referência Significa Reconhecer a Dedicção dos Nossos Colaboradores".	8 10
---	Colaboradores promovidos.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.2. "Ser Empregador de Referência Significa Continuar a Desenvolver as Nossas Pessoas e Capacitá-las para Lidarem com Contextos Adversos".	8 10
---	Colaboradores em situação de mobilidade internacional.	✓	---
---	Mobilidades internas.	✓	---
---	Medidas de Responsabilidade Social Interna.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Os Nossos Compromissos Enquanto Empregador de Referência", subsecção 8.3.4. "Ser Empregador de Referência Significa ter na Protecção e Bem-estar das Nossas Pessoas a Nossa Prioridade".	8 10
---	Políticas de Recursos Humanos.	✓ As políticas de Recursos Humanos em vigor fomentam uma cultura de alinhamento entre geografias, cumprimento das legislações e regulamentações, justiça e meritocracia, e sustentabilidade na criação de valor, ao longo de todo o ciclo de vida do colaborador. Existiam, em 2020, um total de mais de 50 políticas globais internas direccionadas aos colaboradores: recrutamento e selecção, acolhimento, gestão de conhecimento, gestão de desempenho, salário base, entre outras. Em termos de políticas locais: Portugal – intervenção em situações de violência doméstica; prevenção e combate a assédio e discriminação; recursos humanos administrativos e processamento salarial, entre outras; Polónia – gestão de performance, e política sindical, entre outras; Colômbia – job management, e desenvolvimento, entre outras.	Princípio 6 5 8 10

Nota: Salvo indicação em contrário os indicadores são reportados de acordo com a versão de 2016 dos GRI Standards.

Legenda:

✓ Indicador verificado por entidade externa e independente.

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

- | | | | |
|---|--|----|---|
| 1 | Erradicar a pobreza | 10 | Reduzir as desigualdades |
| 2 | Erradicar a fome | 11 | Cidades e comunidades sustentáveis |
| 3 | Saúde de qualidade | 12 | Produção e consumo sustentáveis |
| 4 | Educação de qualidade | 13 | Acção climática |
| 5 | Igualdade de género | 14 | Proteger a vida marinha |
| 6 | Água potável e saneamento | 15 | Proteger a vida terrestre |
| 7 | Energias renováveis e acessíveis | 16 | Paz, justiça e instituições eficazes |
| 8 | Trabalho digno e crescimento económico | 17 | Parcerias para a implementação dos Objectivos |
| 9 | Indústria, inovação e infraestruturas | | |

Princípios do Pacto Global das Nações Unidas

Direitos Humanos

- Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente;
- Princípio 2: Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos.

Práticas Laborais

- Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efectivo à negociação colectiva;
- Princípio 4: A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório;
- Princípio 5: Abolição efetiva do trabalho infantil;
- Princípio 6: Eliminação da discriminação no emprego.

Proteção ambiental

- Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- Princípio 8: Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental;
- Princípio 9: Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.

Anti-corrupção

- Princípio 10: As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.



Jerónimo Martins



DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Sociedade Aberta

Número comum de matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500 100 144
Capital social: 629.293.220 EUR • Rua Actor António Silva, N.º 7 1649 - 033 LISBOA

Demonstrações Financeiras Individuais

1. Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES.....	347
DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	347
BALANÇO	348
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	349
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	350

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

Página

1. Actividade	351
2. Políticas contabilísticas.....	351
3. Custos operacionais	360
4. Empregados	361
5. Custos financeiros líquidos.....	363
6. Locações	364
7. Impostos.....	366
8. Ganhos (perdas) em subsidiárias	368
9. Ganhos (perdas) em outros investimentos	368
10. Activos fixos tangíveis	368
11. Activos intangíveis	370
12. Propriedades de investimento.....	371
13. Partes de capital em subsidiárias	372
14. Empréstimos a subsidiárias.....	372
15. Devedores, acréscimos e diferimentos.....	372
16. Caixa e equivalentes de caixa	373
17. Capital e reservas.....	373
18. Resultados por acção	374
19. Empréstimos obtidos.....	374
20. Provisões.....	375
21. Credores, acréscimos e diferimentos	376
22. Garantias	376
23. Contingências, activos contingentes e passivos contingentes.....	376
24. Subsidiárias.....	377
25. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações directas e indirectas	377
26. Partes relacionadas	378
27. Riscos financeiros.....	381
28. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	382
29. Eventos subsequentes à data do balanço.....	383

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2020	2019
Prestação de serviços	26	17.397	17.649
Custos da prestação de serviços	3	(15.684)	(16.416)
Margem		1.713	1.233
Custos administrativos	3	(18.249)	(20.896)
Outras perdas e ganhos operacionais	3	(37.154)	(29.825)
Resultados operacionais		(53.690)	(49.488)
Custos financeiros líquidos	5	(981)	(1.232)
Ganhos (perdas) em subsidiárias	8	495.647	796.305
Ganhos (perdas) em outros investimentos	9	201	199
Resultados antes de impostos		441.177	745.784
Imposto sobre o rendimento do exercício	7.1	(4.675)	8.611
Resultados líquidos		436.502	754.395
Resultado básico e diluído por acção - Euros	18	0,6946	1,2004

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2020	2019
Resultados líquidos		436.502	754.395
Outros rendimentos integrais:			
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados	4.2	(662)	1.893
Imposto relacionado	7.3	150	(426)
Itens que não serão reclassificados para resultados		(512)	1.467
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		-	-
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(512)	1.467
Total de rendimentos integrais		435.990	755.862

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	Notas	Valores expressos em milhares de euros	
		2020	2019
Activo			
Activos fixos tangíveis	10	2.155	1.952
Activos intangíveis	11	5.158	5.516
Propriedades de investimento	12	2.470	2.470
Direitos de uso	6.1	621	631
Partes de capital em subsidiárias	13	665.038	665.066
Empréstimos a subsidiárias	14	1.674.045	1.575.145
Outros devedores	15	157	19.476
Impostos diferidos activos	7.3	7.193	12.598
Total de activos não correntes		2.356.837	2.282.854
Imposto sobre o rendimento a receber	7.4	199	-
Empréstimos a subsidiárias	14	197.175	119.740
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	9.432	18.005
Caixa e equivalentes de caixa	16	170.596	93.460
Total de activos correntes		377.402	231.205
Total do activo		2.734.239	2.514.059
Capital próprio e passivo			
Capital	17.1	629.293	629.293
Prémios de emissão	17.1	22.452	22.452
Acções próprias	17.2	(6.060)	(6.060)
Resultados retidos	17.3	2.048.985	1.829.805
Total do capital próprio		2.694.670	2.475.490
Responsabilidades com locações	6.2	317	296
Benefícios concedidos a empregados	4.2	13.908	14.291
Provisões para riscos e encargos	20	6.167	6.593
Impostos diferidos passivos	7.3	164	165
Total de passivos não correntes		20.556	21.345
Empréstimos obtidos	19	-	-
Responsabilidades com locações	6.2	309	338
Credores, acréscimos e diferimentos	21	18.682	15.891
Imposto sobre o rendimento a pagar	7.4	22	995
Total de passivos correntes		19.013	17.224
Total do capital próprio e passivo		2.734.239	2.514.059

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão de acções	Acções Próprias	Resultados retidos	Total Capital próprio
Balanço em 1 de Janeiro de 2019		629.293	22.452	(6.060)	1.278.184	1.923.869
Variações no Capital Próprio em 2019						
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado						
- Valor bruto	4.2	-	-	-	1.893	1.893
- Imposto diferido	7.3	-	-	-	(426)	(426)
Outros rendimentos integrais		-	-	-	1.467	1.467
Resultado do exercício de 2019		-	-	-	754.395	754.395
Total de rendimentos integrais		-	-	-	755.862	755.862
Dividendos	17.4	-	-	-	(204.241)	(204.241)
Balanço em 31 de Dezembro de 2019		629.293	22.452	(6.060)	1.829.805	2.475.490
Variações no Capital Próprio em 2020						
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado						
- Valor bruto	4.2	-	-	-	(662)	(662)
- Imposto diferido	7.3	-	-	-	150	150
Outros rendimentos integrais		-	-	-	(512)	(512)
Resultado do exercício de 2020		-	-	-	436.502	436.502
Total de rendimentos integrais		-	-	-	435.990	435.990
Dividendos	17.4	-	-	-	(216.810)	(216.810)
Balanço em 31 de Dezembro de 2020		629.293	22.452	(6.060)	2.048.985	2.694.670

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

		Valores expressos em milhares de euros	
	Notas	2020	2019*
Resultados líquidos		436.502	754.395
Ajustamentos para:			
Impostos	7.1	4.675	(8.611)
Depreciações e amortizações	3	1.991	1.940
Custos financeiros líquidos	5	981	1.232
Ganhos/perdas em subsidiárias	8	(495.647)	(796.305)
Ganhos/perdas em outros investimentos	9	(201)	(199)
Ganhos/perdas em activos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso	3	-	(25)
Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante		(51.699)	(47.573)
Variações de capital circulante:			
Provisões e benefícios concedidos a empregados		(1.432)	(16.427)
Devedores, acréscimos e diferimentos		1.952	211
Credores, acréscimos e diferimentos		5.304	1.694
Caixa gerada pelas operações		(45.875)	(62.095)
Imposto sobre o rendimento		3.713	4.686
Fluxos de caixa de actividades operacionais		(42.162)	(57.409)
Actividades de investimento			
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a subsidiárias	14	37.745	58.710
Alienação de activos fixos tangíveis	10	-	24
Alienação de investimentos em subsidiárias		108	-
Alienação de outros activos financeiros	15	19.367	-
Juros recebidos	8	1.838	1.320
Dividendos recebidos	8	493.700	794.950
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a subsidiárias	14	(214.080)	(168.470)
Aquisição de activos fixos tangíveis	10	(493)	(1.092)
Aquisição de activos intangíveis	11	(965)	(1.711)
Aquisição e aumentos de capital em subsidiárias	13	-	(50)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		337.220	683.681
Actividades de financiamento			
Pagamento de juros de empréstimos obtidos e custos similares	5	(1.011)	(1.572)
Pagamento de juros de locações	6.3	(14)	(15)
Variação líquida de empréstimos obtidos	19	-	(327.500)
Pagamento de locações	6.2	(376)	(401)
Recebimentos de juros e proveitos similares	5	289	358
Pagamento de dividendos	17.4	(216.810)	(204.241)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(217.922)	(533.371)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		77.136	92.901
Movimento de caixa e outros equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		93.460	559
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		77.136	92.901
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16	170.596	93.460

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

*Conforme permitido pela IAS 7, par. 18, os fluxos de caixa de actividades operacionais passaram a ser apresentados pelo método indirecto, tendo a informação relativa ao ano de 2019 sido reexpressa em conformidade.

1. Actividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo). A sua actividade consiste essencialmente na gestão do seu portefólio de investimentos. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2020 encontram-se detalhados no Capítulo II deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500 100 144.

JMH está cotada na Euronext Lisbon desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 2 de Março de 2021.

Covid-19

O ano de 2020 fica marcado pelo impacto causado directa e indirectamente pela pandemia de Covid-19, a qual, para além dos efeitos económicos e financeiros causados nas famílias e empresas, trouxe também alterações comportamentais que irão perdurar durante os próximos meses.

Para maior detalhe quanto aos impactos decorrentes da pandemia bem como às medidas implementadas pela JMH e as suas subsidiárias, recomenda-se a leitura da informação disponibilizada no Capítulo II – Relatório de Gestão Consolidado, bem como as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas constantes no Capítulo III.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Individuais. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras e foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido o contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

As Demonstrações Financeiras Individuais de JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2020.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita às Propriedades de investimento e Activos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor.

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e pressupostos adoptados não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.8).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação

2.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adoptadas por JMH

Entre Novembro de 2019 e Outubro de 2020 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adoptados pela JMH com efeitos a 1 de Janeiro de 2020:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2075/2019	Referenciações à Estrutura Conceptual nas normas IFRS (alterações)	Março 2018	1 Janeiro 2020

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2104/2019	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alteração de Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Material (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 34/2020	Reforma das taxas de juro de referência (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)	Setembro 2019	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 551/2020	IFRS 3 Combinações de Negócios: Definição de Negócio (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 1434/2020	IFRS 16 Locações: Concessões de rendas relacionadas com a Covid-19 (alterações)	Maio 2020	1 Janeiro 2020

A JMH implementou as alterações acima, não tendo havido qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Individuais.

2.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE, mas sem aplicação efectiva aos exercícios iniciados a 1 de Janeiro de 2020 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou entre Dezembro de 2020 e Janeiro de 2021 um conjunto de alterações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2097/2020	IFRS 4 Contratos de seguro (será substituída pela IFRS 17): Extensão da excepção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações)	Junho 2020	1 Janeiro 2021
Regulamento n.º 25/2021	IFRS 9 Instrumentos Financeiros; IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração; IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações; IFRS 4 Contratos de seguro; e IFRS 16 Locações - Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 (alterações)	Agosto 2020	1 Janeiro 2021

Estas alterações são de aplicação efectiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais da JMH.

2.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adoptadas pela UE

O IASB emitiu entre Maio de 2017 e Maio de 2020 a seguinte norma e alterações que se encontram ainda em processo de adopção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	Maio 2017 e Junho 2020	1 Janeiro 2023
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações)	Janeiro e Julho 2020	1 Janeiro 2023
IFRS 3 Concentrações de actividades empresariais: Referências para a Estrutura Conceptual (alterações)	Maio 2020	1 Janeiro 2022
IAS 16 Activos fixos tangíveis: Rendimentos anteriores ao uso esperado (alterações)	Maio 2020	1 Janeiro 2022
IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes: Custos de cumprimento de contratos onerosos (alterações)	Maio 2020	1 Janeiro 2022
Ciclo 2018-2020 de melhoria às normas IFRS: IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 16 Locações e IAS 41 Agricultura (alterações)	Maio 2020	1 Janeiro 2022

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura desta nova norma e das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais da JMH.

2.1.4. Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, a JMH não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2020, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores, que obrigassem à reexpressão das Demonstrações Financeiras.

2.2. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa, para os quais, as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios ou quando estas se relacionam com outros investimentos financeiros, que sejam instrumentos de capital próprio.

2.3. Partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. JMH controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital e os empréstimos concedidos a subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, nomeadamente quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira, e os testes de imparidade realizados por JMH concluam que é necessário registar perdas de imparidade em relação às participações e outros activos líquidos (nota 2.5).

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade. Os instrumentos financeiros são compensados e a sua quantia líquida é apresentada no Balanço se existir um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de pagar numa base líquida, realizando os activos e liquidando os passivos em simultâneo.

2.4.1. Activos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os activos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados como sendo ao custo amortizado, ao justo valor através de Outros Rendimentos Integrais (ORI), ao justo valor através de resultados, ou derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efectiva, conforme apropriado.

A classificação dos activos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do activo financeiro e do modelo adoptado pela JMH para os gerir. Com exceção das contas a receber, a JMH inicialmente mensura um activo financeiro pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção, no caso de um activo financeiro que não esteja ao justo valor através de resultados. Os custos de transacção de activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos directamente em resultados. Créditos comerciais a receber são mensuradas pelo preço da transacção determinado de acordo com a IFRS 15.

Para que um activo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de ORI, é necessário que ele possua fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (conhecido por "Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre a quantia principal em aberto. Esta avaliação é designada por teste SPPI e é executada ao nível do instrumento. O modelo adoptado pela JMH para gerir activos financeiros refere-se à forma como os seus activos financeiros são geridos para obtenção dos fluxos de caixa. O modelo adoptado determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos activos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos activos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Activos financeiros ao custo amortizado

A JMH mensura os activos financeiros ao custo amortizado se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Os activos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efectiva e são sujeitos a testes de imparidade. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando o activo é desreconhecido, modificado ou objecto de imparidades.

Os activos financeiros da JMH ao custo amortizado incluem principalmente empréstimos a subsidiárias e créditos comerciais a receber.

ii. Activos financeiros ao justo valor através de ORI

A JMH mensura os activos financeiros ao justo valor através de ORI se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo comum de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e para venda, e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Para instrumentos de dívida ao justo valor através de ORI, rendimento de juros, reavaliação cambial e perdas ou reversões de imparidades são reconhecidas na demonstração dos resultados e tratadas da mesma maneira que os activos financeiros ao custo amortizado. O restante justo valor é reconhecido em ORI. Após o desreconhecimento, o justo valor acumulado reconhecido anteriormente em ORI é reciclado para resultados.

A JMH não detém quaisquer activos financeiros nesta categoria.

iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de ORI (instrumentos de capital)

Depois do reconhecimento inicial, a JMH pode decidir classificar de forma irrevogável instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI quando eles cumprem a definição de capitais próprios e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base instrumento-a-instrumento.

Ganhos ou perdas nestes activos financeiros reconhecidos anteriormente em ORI nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos como proveitos financeiros na demonstração de resultados quando o direito ao seu recebimento for estabelecido. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI não são sujeitos a testes de imparidade.

A JMH não detém actualmente quaisquer activos financeiros nesta categoria.

iv. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria corresponde aos activos financeiros que não cumprem com os critérios para custo amortizado ou justo valor através de ORI e incluem os activos financeiros detidos para negociação, activos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados ou activos financeiros requeridos que sejam mensurados ao justo valor.

Os activos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem adquiridos com o objectivo de serem vendidos ou recomprados num curto prazo. Derivados, incluindo derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam designados como instrumentos de cobertura efectiva. Activos financeiros com fluxos de caixa que não sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, independentemente do modelo adoptado. Activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor, com as alterações líquidas do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Esta categoria inclui as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho público (FCT).

Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: i. os direitos contratuais da JMH a receber fluxos de caixa expiram; ii. a JMH transferiu substancialmente para terceiros todos os riscos e benefícios da sua posse; ou iii. não obstante reter uma parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse, a JMH transferiu o controlo desses activos.

2.4.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumentos de cobertura efectiva, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transacção directamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da JMH incluem credores comerciais e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objectivo de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui também instrumentos financeiros derivados contratados pela JMH que não sejam designados como instrumentos de cobertura numa relação de cobertura tal como definido na IFRS 9. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integral da taxa de juro efectiva. A amortização da taxa de juro efectiva é incluída nos custos financeiros na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada com o passivo é dispensada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o respectivo valor contabilístico é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5. Imparidade

2.5.1. Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando Propriedades de investimento (nota 12) e Impostos diferidos activos (nota 7.3), os activos de JMH, essencialmente as Partes de capital em subsidiárias, são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Nos testes de imparidade às Partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado em que opera cada uma das áreas de negócio. Baseiam-se em projecções de cash flows para os próximos cinco anos, tendo em atenção os planos de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos activos da JMH para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos associados à venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos, que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2. Imparidade de activos financeiros

Empréstimos a subsidiárias

O teste de imparidade aos Empréstimos a subsidiárias é realizado em simultâneo com o teste de imparidade às Partes de capital em subsidiárias. O investimento considerado para efeitos de comparação com o valor de uso calculado é o montante do custo histórico das partes de capital e dos empréstimos concedidos. Apenas será reconhecida uma perda por imparidade em Empréstimos a subsidiárias depois do montante correspondente à parte de capital estar totalmente coberto por um ajustamento para perdas por imparidade.

Clientes, devedores e outros activos financeiros

A JMH reconhece imparidades para perdas de crédito esperadas (PCE) em activos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As PCE são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a JMH espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efectiva original. Os fluxos de caixa estimados incluem os fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que façam parte integral dos termos contratuais.

Para as contas a receber, a JMH aplica a abordagem simplificada no cálculo das PCE, não atendendo às alterações no risco de crédito mas reconhecendo uma provisão para perdas com base nas PCE considerando a totalidade da vida do activo em cada data de reporte. Na realização da avaliação da provisão para perdas, a JMH tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

Um activo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6. Reconhecimento de proveitos

Prestação de serviços

Os proveitos associados com a Prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

2.7. Informação por segmentos

Dado que a principal actividade da JMH consiste na gestão de participações financeiras, o reporte da informação relativa a segmentos operacionais nas contas individuais de JMH não faz sentido. Esta informação encontra-se pormenorizada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.8. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos fixos tangíveis, Activos intangíveis e Propriedades de investimento

A determinação do justo valor das propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos é normalmente

determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos, requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Locações – determinação da taxa de juro incremental

Na maioria das locações a JMH não consegue determinar prontamente a taxa de juro implícita nos contratos, portanto utiliza a sua Taxa de Juro Incremental (“TJI”) para mensurar as responsabilidades com locações. A TJI é a taxa de juro que a JMH teria de pagar para obter empréstimos de prazo e garantias similares, para adquirir um activo idêntico ao activo da locação num ambiente económico semelhante. A JMH estima a TJI utilizando informação observável (como taxas de juro de mercado) quando disponível, fazendo algumas estimativas específicas, sempre que necessário. A TJI média utilizada por JMH para descontar as responsabilidades com locações foi de 2,47% (2,52% em 31 de Dezembro de 2019).

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles resultam de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

Imparidade em partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efectuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor actual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na mensuração da imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias.

No sentido de determinar se a imparidade existe, JMH considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de factores como os resultados esperados da subsidiária, o enquadramento económico e o estado do sector.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1p.p., o impacto nas contas de JMH seria o seguinte:

Impacto nas contas de JMH		
Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais	
Aumento da taxa em 1 p.p.	263	49

Um montante positivo significa um ganho nas contas de JMH.

Imparidade de clientes e devedores

Sempre que existem riscos de existência de perdas por imparidade de clientes e devedores, a Gestão mantém ajustamentos para perdas por imparidade, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes de efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente, mudanças nos termos de pagamento do cliente e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica. Se as condições financeiras do cliente ou devedor se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício definido.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades destes planos de benefício definido.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva yield requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, qualidade das obrigações e identificação dos dados atípicos a excluir.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, JMH definiu os seguintes intervalos:

- Intervalo restrito [0,15% - 0,55%]
- Intervalo alargado [-0,05% - 0,75%]

Face a estes resultados, JMH, seguindo a recomendação dos actuários externos, decidiu reduzir a taxa de desconto de 0,55% para 0,35%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido de JMH, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

Impacto nas responsabilidades com benefício definido				
	Pressuposto utilizado	Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
Taxa de desconto	0,35%	0,50%	(501)	533
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	0,50%	45	(42)
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	0,50%	487	(457)
Esperança média de vida	TV 88/90	1 ano	966	(911)

Um montante positivo significa um aumento das responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

JMH exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando JMH espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar os resultados futuros.

2.9. Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados, fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e que esses preços representam transacções actuais e regulares ocorridas em mercado, em livre concorrência. No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

JMH aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados e instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e

volatilidades de mercado. No caso dos instrumentos financeiros derivados, JMH utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado e para os quais JMH utiliza estimativas e pressupostos internos.

Caixa e equivalentes de caixa e devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão, o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa que se estima vir a pagar. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.10. Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos de JMH mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado. Neste nível, incluem-se as Propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes e que usam nas suas avaliações *inputs* que não são directamente observáveis no mercado.

2020	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2019	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2.11. Instrumentos financeiros por categoria

	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Total activos e passivos financeiros	Activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2020					
Activos					
Caixa e equivalentes de caixa	-	170.596	170.596	-	170.596
Empréstimos a subsidiárias	-	1.871.220	1.871.220	-	1.871.220
Devedores, acréscimos e diferimentos	157	7.430	7.587	2.002	9.589
Outros activos não financeiros	-	-	-	682.834	682.834
Total de activos	157	2.049.246	2.049.403	684.836	2.734.239
Passivos					
Responsabilidades com locações	-	626	626	-	626
Credores, acréscimos e diferimentos	-	10.672	10.672	8.010	18.682
Outros passivos não financeiros	-	-	-	20.261	20.261
Total de passivos	-	11.298	11.298	28.271	39.569
2019					
Activos					
Caixa e equivalentes de caixa	-	93.460	93.460	-	93.460
Empréstimos a subsidiárias	-	1.694.885	1.694.885	-	1.694.885
Devedores, acréscimos e diferimentos	109	35.136	35.245	2.236	37.481
Outros activos não financeiros	-	-	-	688.233	688.233
Total de activos	109	1.823.481	1.823.590	690.469	2.514.059
Passivos					
Responsabilidades com locações	-	634	634	-	634
Credores, acréscimos e diferimentos	-	8.224	8.224	7.667	15.891
Outros passivos não financeiros	-	-	-	22.044	22.044
Total de passivos	-	8.858	8.858	29.711	38.569

3. Custos operacionais

Custos da prestação de serviços

Os custos da prestação de serviços correspondem aos custos incorridos por cada um dos departamentos de JMH na prestação de um conjunto de serviços técnicos e especializados às suas participadas.

Custos administrativos

Os custos administrativos apresentados na demonstração dos resultados incluem, entre outros, os custos incorridos pelos vários departamentos de JMH que não correspondem a serviços prestados, bem como o IVA não dedutível que decorre da aplicação do método da afectação real.

Outras perdas e ganhos operacionais

As outras perdas e ganhos operacionais incluem os custos não relacionados com as prestações de serviços às suas participadas e os não directamente relacionados com a função de Holding do Grupo.

3.1. Custos operacionais por naturezas

	2020	2019
Fornecimentos e serviços externos	15.543	18.799
Rendas e alugueres	973	822
Custos com pessoal (nota 4.1)	50.526	44.441
Depreciações e amortizações de activos tangíveis e intangíveis	1.613	1.535
Depreciações de direitos de uso	378	405
Ganhos/perdas com activos tangíveis e intangíveis	–	(24)
Ganhos/perdas com direitos de uso	–	(1)
Outras naturezas de ganhos e perdas	2.054	1.160
Total	71.087	67.137

4. Empregados

4.1. Custos com o pessoal

	2020	2019
Ordenados e salários	15.506	13.332
Segurança Social	2.690	2.500
Benefícios de empregados	26.043	25.910
Outros custos com pessoal	6.287	2.699
Total	50.526	44.441

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação e indemnizações, entre outros.

No final do exercício de 2020, o número de empregados ao serviço ascendia a 193 (em 2019, eram 185). O número médio de empregados ao longo do ano foi de 191 (em 2019, eram 174).

4.2. Benefícios de empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais JMH efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano, a qual se encontra definida no Regulamento do mesmo e que varia apenas em função da antiguidade dos seus beneficiários.

JMH incentiva os seus empregados a participar na sua própria reforma. Assim sendo, os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas por JMH sobre as mesmas.

As contribuições de JMH para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais JMH garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente por JMH.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método de rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas ex-empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de

obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Benefícios pós-emprego (Plano de compensação para colaboradores do Grupo)

A JMH implementou em 2019 um plano de compensação pós-emprego para colaboradores do Grupo, o qual se traduz numa contribuição anual para uma fundação que garante a sua gestão por terceiros, de forma independente. Estas contribuições têm as características de um plano de contribuição definida, atendendo a que a JMH não tem qualquer responsabilidade por fazer contribuições, para além do montante anual definido pelo Conselho de Administração. A JMH não assume ainda qualquer risco, nomeadamente sobre o valor dos activos nos quais as suas contribuições forem investidas, nem sobre o valor final dos benefícios a atribuir, recaindo esse risco na sua totalidade sobre os participantes no plano.

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em JMH engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

Valores reflectidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2020	2019
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	12.950	13.520
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	958	771
Total	13.908	14.291

Valores reflectidos na demonstração de resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2020	2019	2020	2019
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	815	573	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	71	222	662	(1.893)
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	214	170	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	24.943	24.945	-	-
Total	26.043	25.910	662	(1.893)

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1 de Janeiro	-	15.000	13.520	16.576	771	636
Custos com juros	-	-	71	222	5	10
Custos dos serviços correntes	25.758	25.518	-	-	109	84
(Ganhos) perdas actuariais						
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	186	822	18	58
Alterações de experiência	-	-	476	(2.715)	82	18
Contribuições ou Reformas pagas	(25.758)	(40.518)	(1.303)	(1.385)	(27)	(35)
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	12.950	13.520	958	771

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	2020	2019
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	0,35%	0,55%
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	3,00%	3,00%

Os pressupostos de mortalidade utilizados, correspondem aos usualmente adoptados em Portugal, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas. A análise de sensibilidade aos pressupostos está efectuada na nota 2.8.

4.3. Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos dez anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo da Companhia	1.217	3.987	3.022
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	17	284	501
Total	1.234	4.271	3.523

5. Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados, custos com emissão e manutenção de garantias bancárias e, outros custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	2020	2019
Juros suportados com empréstimos obtidos	(105)	(590)
Juros suportados com locações	(14)	(15)
Juros obtidos	10	161
Outras perdas e ganhos financeiros	(872)	(788)
Custos financeiros líquidos	(981)	(1.232)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado. Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de linhas de crédito, emissão e manutenção de garantias bancárias e encargos com emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do empréstimo.

6. Locações

No início de cada contrato a JMH avalia se o mesmo é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um activo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o activo locado fica disponível para uso pela JMH. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para reflectir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor de entre o tempo de vida útil do activo e o prazo da locação.

Os activos e passivos decorrentes de uma locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente. Sempre que exista informação que o permita, a JMH elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efetuar durante o período da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações a JMH utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para reflectir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos). A taxa média ponderada aplicada foi de 2,47% (2,52% em 31 de Dezembro de 2019), determinada tendo em consideração as características do contrato (activo subjacente, garantias do contrato, moeda e prazo).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, custos diretos incorridos com a celebração do contrato de locação e pagamentos efetuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

A JMH aplica a excepção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a excepção de reconhecimento de contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor. Os pagamentos efetuados referentes a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

As locações da JMH referem-se principalmente a contratos de aluguer de viaturas, com períodos iniciais entre 3 e 4 anos. Os contratos de locação não impõem covenants. Os direitos de uso são sujeitos a testes de imparidade, conforme referido na nota 2.5.1.

6.1. Direitos de uso

2020	Equipamento de transporte e outros	Total
Activo bruto		
Saldo Inicial	979	979
Novos contratos	347	347
Actualizações de contratos	22	22
Cancelamento de contratos	(173)	(173)
Saldo Final	1.175	1.175
Depreciações e perdas por imparidade		
Saldo Inicial	348	348
Aumentos	378	378
Cancelamento de contratos	(172)	(172)
Saldo final	554	554
Valor líquido		
Em 31 de Dezembro de 2019	631	631
Em 31 de Dezembro de 2020	621	621

2019	Equipamento de transporte e outros	Total
Activo bruto		
Saldo Inicial	-	-
Alteração de política contabilística	746	746
Novos contratos	275	275
Actualizações de contratos	40	40
Cancelamento de contratos	(82)	(82)
Saldo Final	979	979
Depreciações e perdas por imparidade		
Saldo Inicial	-	-
Aumentos	405	405
Cancelamento de contratos	(57)	(57)
Saldo final	348	348
Valor líquido		
Em 31 de Dezembro de 2018	-	-
Em 31 de Dezembro de 2019	631	631

6.2. Responsabilidades com locações

2020	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	338	296	634
Aumentos (novos contratos)	100	247	347
Pagamentos	(376)	-	(376)
Transferências	226	(226)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	21	-	21
Saldo final	309	317	626

2019	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	-	-	-
Alteração de política contabilística	384	362	746
Aumentos (novos contratos)	77	198	275
Pagamentos	(401)	-	(401)
Transferências	275	(275)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	3	11	14
Saldo final	338	296	634

6.3. Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

A demonstração dos resultados inclui os custos abaixo indicados relacionadas com locações:

	2020	2019
Depreciação dos direitos de uso		
Equipamento de transporte	378	405
Subtotal	378	405
Juros de responsabilidades com locações	14	15
Ganhos/perdas com cancelamento de contratos	-	(1)
Rendas e alugueres (nota 3)		
Gastos relacionados com locações de curto-prazo	609	570
Gastos relacionados com locações de activos de valor reduzido	78	44
Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos	286	208
Subtotal	973	822
Total	1.365	1.241

Os pagamentos relativos a locações ascenderam a m EUR 1.363 no ano de 2020 (2019: m EUR 1.238).

7. Impostos

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevados em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a JMH estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que é esperada vigorar no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para as transacções que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal, a JMH incorpora os efeitos dessa incerteza nas estimativas para impostos, sempre que não for provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal dado pela JMH. Os activos e passivos relacionados com interpretações fiscais incertas são apresentados como activos ou passivos por impostos diferidos.

Para os processos de contencioso fiscal e para todas as situações em que a posição das autoridades tributárias é já conhecida, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (em que a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou, procedendo-se ao seu pagamento (ainda que mantendo o contencioso fiscal), sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses de JMH.

7.1. Imposto sobre o rendimento do exercício

	2020	2019
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	600	3.033
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	345	254
	945	3.287
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	(347)	5.391
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(5.207)	-
	(5.554)	5.391
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	(66)	(67)
	(66)	(67)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(4.675)	8.611

7.2. Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2020	2019
Resultados antes de imposto	441.177	745.784
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal (22,5%)	(99.265)	(167.801)
Efeito fiscal gerado por:		
Resultados não tributados ou não recuperáveis	107.107	177.151
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	(66)	(67)
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	(7.165)	(474)
Correcção da estimativa de anos anteriores	345	254
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(5.207)	-
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	(424)	(452)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(4.675)	8.611
Taxa média efectiva de imposto	1,06%	(1,15)%

Em 2020 e 2019, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente.

A taxa média de imposto de JMH encontra-se significativamente influenciada pelo efeito fiscal dos dividendos recebidos de subsidiárias. Estes rendimentos não estão sujeitos a tributação ao abrigo da legislação fiscal em vigor, na medida em que foram anteriormente sujeitos a tributação na esfera da sociedade que os originou.

7.3. Impostos diferidos activos e passivos

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2020	2019
Impostos diferidos activos	7.193	12.598
Impostos diferidos passivos	(164)	(165)
Total	7.029	12.433

A JMH não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

2020	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Saldo final
Impostos diferidos activos				
Provisões e ajustamentos para além dos limites fiscais	393	(110)	-	283
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	12.203	(5.444)	150	6.909
Efeito da aplicação da norma sobre locações	2	(1)	-	1
	12.598	(5.555)	150	7.193
Impostos diferidos passivos				
Actualização de activos para o justo valor	(165)	1	-	(164)
	(165)	1	-	(164)
Variação líquida de imposto diferido	12.433	(5.554)	150	7.029

2019	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Saldo final
Impostos diferidos activos				
Provisões e ajustamentos para além dos limites fiscais	3.764	(3.371)	-	393
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	3.873	8.756	(426)	12.203
Efeito da aplicação da norma sobre locações	-	2	-	2
	7.637	5.387	(426)	12.598
Impostos diferidos passivos				
Actualização de activos para o justo valor	(169)	4	-	(165)
	(169)	4	-	(165)
Variação líquida de imposto diferido	7.468	5.391	(426)	12.433

7.4. Imposto sobre o rendimento a recuperar ou a pagar

O imposto sobre o rendimento apresenta-se no balanço da seguinte forma:

	2020	2019
Imposto sobre o rendimento a pagar	(22)	(995)
Imposto sobre o rendimento a receber	199	-
Total	177	(995)

JMH integra, desde 1 de Janeiro de 2014, um grupo de empresas tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a Sociedade dominante desse grupo. Para além da JMH, o grupo é constituído actualmente pelas seguintes empresas:

- Recheio, SGPS, S.A.
- Recheio - Cash & Carry, S.A.
- Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.
- Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.
- Masterchef, S.A.
- Recheio Masterchef, Lda.
- Jerónimo Martins – Serviços, S.A.
- Desimo, Lda.
- Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.
- Terra Alegre Lacticínios, S.A.
- Best-Farmer – Actividades Agro-pecuárias, S.A.
- Seaculture – Aquicultura, S.A.
- João Gomes Camacho, S.A.
- Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.
- Jerónimo Martins Inovação, S.A.
- Santa Maria Manuela Turismo, S.A.

7.5. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

A JMH não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais na medida em que não estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	Imposto	
	2020	2019
2022	–	818
2024	818	1.455
2026	1.460	–
2032	3.808	–
Total	6.086	2.273

A Lei nº 27-A/2020, de 24 de Julho de 2020 que aprovou o Orçamento Suplementar do Estado para 2020 prevê a suspensão por 2 anos da contagem do prazo de reporte de prejuízos fiscais, aplicáveis aos vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020. Assim os prejuízos fiscais da JMH gerados em 2017 e 2019, passaram a ter como limite de reporte 2024 e 2026, respectivamente.

8. Ganhos (perdas) em subsidiárias

	2020	2019
Dividendos recebidos	493.700	794.950
Juros de empréstimos concedidos	1.867	1.355
Ganhos na alienação de sociedades (nota 13)	80	–
Total	495.647	796.305

9. Ganhos (perdas) em outros investimentos

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como ganhos em outros investimentos no período a que dizem respeito.

	2020	2019
Rendas de propriedades de investimento	201	199
Total	201	199

10. Activos fixos tangíveis

Os Activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	10
Ferramentas e utensílios	25
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	10-25
Outras imobilizações	10

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção de JMH utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

10.1. Movimentos ocorridos no exercício corrente

2020	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Activo bruto							
Saldo Inicial	675	101	2	3.091	412	982	5.263
Aumentos	-	109	-	81	-	303	493
Transferências e reclassificações	-	-	-	61	-	(61)	-
Saldo Final	675	210	2	3.233	412	1.224	5.756
Depreciações e perdas por imparidade							
Saldo Inicial	297	23	2	2.662	327	-	3.311
Aumentos	64	38	-	188	-	-	290
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	361	61	2	2.850	327	-	3.601
Valor líquido							
Em 1 Janeiro de 2020	378	78	-	429	85	982	1.952
Em 31 Dezembro de 2020	314	149	-	383	85	1.224	2.155

10.2. Movimentos ocorridos no exercício anterior

2019	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Activo bruto							
Saldo Inicial	664	88	2	3.003	392	97	4.246
Aumentos	11	87	-	89	20	885	1.092
Alienações e abates	-	(74)	-	(1)	-	-	(75)
Saldo final	675	101	2	3.091	412	982	5.263
Depreciações e perdas por imparidade							
Saldo Inicial	233	88	2	2.496	326	-	3.145
Aumentos	64	9	-	167	1	-	241
Alienações e abates	-	(74)	-	(1)	-	-	(75)
Saldo final	297	23	2	2.662	327	-	3.311
Valor líquido							
Em 1 Janeiro de 2019	431	-	-	507	66	97	1.101
Em 31 Dezembro de 2019	378	78	-	429	85	982	1.952

10.3. Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

11. Activos intangíveis

Os Activos intangíveis encontram-se registados ao custo histórico deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do processo em desenvolvimento e JMH tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua utilização.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço.

Os Activos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento e contêm despesas suportadas com a implementação de plataformas informáticas.

11.1. Movimentos ocorridos no exercício corrente

2020	Despesas de desenvolvimento	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto			
Saldo Inicial	6.919	2.370	9.289
Aumentos	304	661	965
Transferências e reclassificações	636	(636)	-
Saldo final	7.859	2.395	10.254
Amortizações e perdas por imparidade			
Saldo Inicial	3.773	-	3.773
Aumentos	1.323	-	1.323
Saldo Final	5.096	-	5.096
Valor líquido			
Em 1 de Janeiro de 2020	3.146	2.370	5.516
Em 31 de Dezembro de 2020	2.763	2.395	5.158

11.2. Movimentos ocorridos no exercício anterior

2019	Despesas de desenvolvimento	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto			
Saldo Inicial	6.355	1.365	7.720
Aumentos	60	1.508	1.568
Transferências e reclassificações	504	(503)	1
Saldo final	6.919	2.370	9.289
Amortizações e perdas por imparidade			
Saldo Inicial	2.479	-	2.479
Aumentos	1.294	-	1.294
Saldo Final	3.773	-	3.773
Valor líquido			
Em 1 de Janeiro de 2019	3.876	1.365	5.241
Em 31 de Dezembro de 2019	3.146	2.370	5.516

12. Propriedades de investimento

As Propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma yield que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos (perdas) em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

Os activos não correntes são todas as propriedades de investimento cuja venda não se espera num período inferior a 12 meses.

JMH detém um imóvel, o qual foi parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo gerado proveitos de rendas de m EUR 201 (2019: m EUR 199). Este imóvel encontra-se reconhecido pelo seu valor de mercado, a partir de avaliações realizadas por entidade independente e confirmado regularmente pela aplicação do método do rendimento, encontrando-se o mesmo valorizado por m EUR 2.470 (2019: m EUR 2.470).

Em 2020, JMH suportou despesas com este imóvel no montante de m EUR 4 (2019: m EUR 4), reconhecidas em resultados, em outros custos e perdas operacionais.

13. Partes de capital em subsidiárias

As partes de capital em subsidiárias, correspondem a investimentos realizados na aquisição de participações financeiras nas sociedades constantes na nota 24.

	2020	2019
Valor líquido em 1 de Janeiro	665.066	665.016
Aumentos	-	50
Diminuições	(28)	-
Valor líquido em 31 de Dezembro	665.038	665.066

Em Dezembro de 2020 foi dissolvida e liquidada a sociedade EVA - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda., tendo essa operação gerado uma mais-valia de m EUR 80. Em Dezembro de 2019 foi constituída a sociedade Jerónimo Martins Inovação, S.A..

14. Empréstimos a subsidiárias

Empréstimos não correntes	2020	2019
Valor líquido em 1 de Janeiro	1.575.145	1.468.145
Aumentos	126.500	145.000
Diminuições	(27.600)	(38.000)
Valor líquido em 31 de Dezembro	1.674.045	1.575.145

Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros).

Empréstimos correntes	2020	2019
Valor líquido em 1 de Janeiro	119.740	116.980
Aumentos	87.580	23.470
Diminuições	(10.145)	(20.710)
Valor líquido em 31 de Dezembro	197.175	119.740

Os empréstimos correntes revestem a natureza de operações de tesouraria (como tal, vencem juros a taxas normais de mercado).

15. Devedores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de subsidiárias e devedores são valores a receber de serviços prestados pela JMH no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade (notas 2.4.1 e 2.5.2).

	2020	2019
Não correntes		
Outros devedores (fundo compensação do trabalho - FCT)	157	109
Depósitos colaterais associados a dívida financeira	-	19.367
Total	157	19.476
Correntes		
Subsidiárias	3.260	10.639
Outros devedores	560	618
Outros impostos a recuperar	1.459	1.225
Acréscimos de proveitos	3.519	4.449
Custos diferidos	634	1.074
Total	9.432	18.005

Em 31 de Dezembro de 2019, JMH detinha depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 19.367, com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas. Os depósitos estavam a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.. No decurso do exercício de 2020, com a liquidação dos empréstimos, estes depósitos foram libertados.

Dos valores registados na rubrica de subsidiárias, destacam-se essencialmente facturas emitidas a empresas subsidiárias, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas, no montante de m EUR 516 (2019: m EUR 1.138), bem como os valores relativos a acertos de IRC entre empresas do Grupo JMH, em virtude deste ser tributado pelo RETGS, no montante de m EUR 2.598 (2019: m EUR 9.384).

Na rubrica de acréscimos de proveitos destacam-se essencialmente m EUR 3.461 (2019: m EUR 4.339) relativos a prestação de serviços técnicos e administrativos a participadas ainda não facturados. Em 31 de Dezembro de 2020 não existem juros a receber pendentes de facturar a participadas ((2019: m EUR 72).

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 91 (2019: m EUR 63) de custos com emissão de papel comercial e garantias bancárias e m EUR 543 (2019: m EUR 1.011) de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2020, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

16. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço de JMH, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2020	2019
Depósitos à ordem	170.579	93.445
Caixa	17	15
Total	170.596	93.460

17. Capital e reservas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar e a receber

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras de JMH no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

Os dividendos a receber são reconhecidos como proveitos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

17.1. Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2019: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida. Não existem acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pela JMH encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2020, não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor do exercício de 2019, no montante de m EUR 22.452.

17.2. Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2020 a JMH detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2020.

17.3. Resultados retidos

Em 31 de Dezembro de 2020, o montante total de resultados retidos ascende a m EUR 2.048.985 (2019: m EUR 1.829.805), provenientes de resultados gerados no exercício, no montante de m EUR 436.502 (2019: m EUR 754.395) e o restante em exercícios anteriores.

Deste montante não poderão ser distribuídos m EUR 316.778 (2019: m EUR 317.290), conforme disposto nos Arts.º 32, 218, 295, 296 e 324 do Código das Sociedades Comerciais.

17.4. Dividendos

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 25 de Junho de 2020, foram pagos, em Julho de 2020, dividendos aos accionistas detentores do capital de Jerónimo Martins, no montante de m EUR 130.086. Adicionalmente, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de Novembro de 2020 a distribuição de reservas livres no montante de m EUR 86.724, que foram pagas em Dezembro de 2020. De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 11 de Abril de 2019, foram pagos, em Maio de 2019, dividendos aos accionistas detentores do capital de Jerónimo Martins, no montante de m EUR 204.241.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, descrita no ponto 8, incluído no capítulo do Relatório de Gestão, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado, o Conselho de Administração propõe aos accionistas a distribuição de um montante de m EUR 180.989 – correspondendo a um dividendo por acção de EUR 0,288 (excluindo-se as acções próprias em carteira).

18. Resultados por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

18.1. Resultado básico e diluído por acção

	2020	2019
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de acções ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias	436.502	754.395
Resultado básico e diluído por acção – Euros	0,6946	1,2004

19. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que JM tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outras formas de financiamento. A nota 27 proporciona informação adicional sobre a exposição da JM aos riscos de taxa de juro.

19.1. Empréstimos correntes e não correntes

No decurso do exercício de 2020 JM não utilizou qualquer montante de empréstimo bancário ou de companhias do Grupo.

2019	Saldo inicial	Cash flows	Saldo final
Empréstimos não correntes			
Empréstimos bancários - programas de papel comercial	-	-	-
Total	-	-	-
Empréstimos correntes			
Empréstimos obtidos de companhias do Grupo	327.500	(327.500)	-
Total	327.500	(327.500)	-

19.2. Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

Em 2019 JMH liquidou o empréstimo que havia sido contraído junto de companhias do Grupo, tendo a taxa média de financiamento ascendido em 2019 a 0,67%.

JMH utiliza linhas de crédito grupadas com outras companhias do Grupo, o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma companhia. Assim sendo, os *plafonds* não utilizados acessíveis a JMH ascendem ao montante de m EUR 114.750 (2019: m EUR 114.750).

19.3. Empréstimos bancários: papel comercial

Existem vários empréstimos bancários contratados sob a forma de programa de papel comercial, no montante global de m EUR 215.000 (2019: m EUR 185.000), sendo a taxa de juro variável. No final de 2020 e 2019, não estava a ser utilizado qualquer montante do total contratado.

19.4. Dívida financeira líquida

	2020	2019
Responsabilidades com locações não correntes (nota 6.2)	317	296
Responsabilidades com locações correntes (nota 6.2)	309	338
Acréscimos e diferimentos de juros	-	(72)
Depósitos à ordem (nota 16)	(170.579)	(93.445)
Total	(169.953)	(92.883)

20. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que JMH tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado por JMH e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para outros riscos e encargos (processos em contencioso)

Provisões relacionadas com processos em contencioso, envolvendo a JMH são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas por JMH, com o apoio e aconselhamento dos seus advogados e consultores legais.

2020	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Outros riscos e encargos	6.593	66	(492)	6.167
Total de Provisões	6.593	66	(492)	6.167

2019	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Outros riscos e encargos	21.506	108	(15.021)	6.593
Total de Provisões	21.506	108	(15.021)	6.593

A rubrica de outros riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pela JMH no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

Em 2018, foi constituída uma provisão para outros riscos e encargos, no montante de m EUR 15.000, relativa a um plano de compensação pós-emprego para colaboradores do Grupo, que se encontrava em fase de implementação. Com a conclusão da implementação deste plano em 2019, a provisão foi utilizada na sua totalidade.

21. Credores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de serviços adquiridos por JMH no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos. Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2020	2019
Correntes		
Subsidiárias	1.161	4.024
Outros credores comerciais	1.620	2.250
Outros credores não comerciais	50	71
Outros impostos a pagar	665	659
Acréscimos de custos	15.169	8.870
Proveitos diferidos	17	17
Total	18.682	15.891

A rubrica de acréscimos de custos é composta pelo montante de m EUR 7.328 (2019: m EUR 6.991) relativo a remunerações a liquidar ao pessoal e por m EUR 2.305 (2019: m EUR 1.879) correspondentes a custos diversos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2020, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício. Em 2020 estão ainda incluídos gastos de m EUR 5.536, relativos a diversos programas corporativos e a apoio a projectos de investigação relacionados com a pandemia de Covid-19.

22. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2020	2019
Garantias a favor da Autoridade Tributária	39.668	14.348
Garantias bancárias sobre financiamentos	132.309	266.020
Outras garantias prestadas	1.669	1.669
Total	173.646	282.037

As garantias prestadas sobre financiamentos dizem respeito a empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.. Estas garantias serão libertadas na sequência do reembolso dos empréstimos que garantem.

23. Contingências, activos contingentes e passivos contingentes

Activos contingentes são potenciais activos da JMH que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

A JMH procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Individuais quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da JMH. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

A JMH procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Passivos contingentes

Encontram-se pendentes de resolução as seguintes questões materialmente relevantes, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua

contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros (nota 20):

- A Autoridade Tributária (AT) informou a JMH de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065;
- A Autoridade Tributária reclamou de JMH o montante de m EUR 989 em IRC, relativo a uma indemnização paga pela Sociedade em virtude de um acordo alcançado em tribunal arbitral e que aquela entidade considerou tratar-se de um pagamento a uma entidade sujeita a regime fiscal mais favorável, e como tal não aceite para efeitos fiscais. A Administração, considera não existir qualquer validade e fundamento no relatório da Autoridade Tributária, pelo que já accionou os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste;
- A Autoridade Tributária informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de m EUR 6.800. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH, tendo a Autoridade Tributária recorrido dessa decisão para tribunal superior;
- A Autoridade Tributária liquidou, relativamente aos anos de 2016 e 2017, a JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), o montante m EUR 19.972, relativo à tributação em IRC de ¼ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal. Conforme explicado no Relatório & Contas Consolidado do Grupo de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016 (e nos seguintes). Com base na avaliação dos nossos advogados consultores fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que a JMH conteste a aplicação da referida norma, pelo que, não foram constituídas quaisquer provisões para o montante liquidado, nem para aqueles que se espera que ainda o venham a ser, em resultado da aplicação das referidas normas transitórias de 2016, 2017, 2018 e 2019 - c. m EUR 50.000 em impostos.

24. Subsidiárias

As participações directas da JMH, a 31 de Dezembro de 2020, são como se apresenta:

Comp_Subsidiárias	Notas	Sede	% Capital detido	Fracção capital detido	Activo	Capital Próprio	Resultado
Desimo, Lda.	a)	Lisboa	100,00	50	185	181	16
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	a)	Lisboa	100,00	50	6.125	886	731
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	a)	Lisboa	100,00	50	50	49	(1)
Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	100,00	5	180	167	(1)
Warta - Retail & Services Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	1.378.233	1.377.926	488.965
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	422.017	421.994	38.592
New World Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	644.021	643.937	(389)
Origins - Agro Business Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	139.081	139.077	(19)

a) Para efeitos n.º 3 do Art. 486.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

Em Dezembro de 2020 foi dissolvida e liquidada a subsidiária Eva – Soc. Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda., tendo o registo comercial sido concluído no dia 6 de Janeiro de 2021.

25. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações directas e indirectas

As companhias detidas por Jerónimo Martins, SGPS, S.A., directa e indirectamente a 31 de Dezembro de 2020, são as que constam das notas 25 e 27 do Capítulo III do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

26. Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com JMH, incluindo as que possuem, ou estão sujeitas a, influência ou controlo da JMH.

As transacções com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

26.1. Transacções com partes relacionadas (accionistas)

JMH é participada em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.. Não ocorreram quaisquer transacções entre esta e a JMH no exercício de 2020, nem se encontrando, à data de 31 de Dezembro de 2020, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

26.2. Transacções com outras partes relacionadas

26.2.1. Serviços técnicos e administrativos

JMH, enquanto *Holding* e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo as Direcções Funcionais de apoio ao Grupo as que estão descritas no Ponto 21 do Capítulo IV, relativo ao Governo Sociedade. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços ascendeu durante o exercício de 2020 a m EUR 15.529 (2019: m EUR 15.861).

26.2.2. Serviços financeiros

Uma parte da gestão financeira das companhias do Grupo é efectuada centralmente pela Direcção de Operações Financeiras de JMH.

Parte dessa gestão passa pela contratação e negociação, em nome e por conta das companhias, junto dos bancos e outras entidades financeiras, de condições da dívida financeira ou de aplicação de fundos. A negociação centralizada permite obter condições bastante mais favoráveis nos financiamentos e aplicações do que através de uma negociação individual das companhias. Esta gestão centralizada é remunerada, tendo ascendido em 2020 a m EUR 1.446 (2019: m EUR 1.327).

Outra parte passa pela centralização das tesourarias das operações, que são responsáveis pelo pagamento aos fornecedores, pessoal e outras entidades, bem como o planeamento e controlo diário dos fluxos de caixa. Esta gestão também é remunerada, tendo ascendido em 2020 a m EUR 422 (2019: m EUR 461).

26.2.3. Arrendamento de imóveis

JMH exerce a sua actividade em instalações arrendadas a companhias do Grupo, tendo suportado custos em 2020 no montante de m EUR 499 (2019: m EUR 484).

Tal como referido na nota 12, JMH possui um imóvel parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo obtido proveitos em 2020 no montante de m EUR 201 (2019: m EUR 199).

26.2.4. Operações de tesouraria (empréstimos correntes)

JMH concedeu operações de tesouraria a subsidiárias, tendo esses empréstimos gerado juros em 2020 no montante de m EUR 1.867 (2019: m EUR 1.355).

26.2.5. Custos com pessoal

Sendo Jerónimo Martins um Grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias companhias que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre elas, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano de 2020 com serviços prestados pelo pessoal cedido por outras companhias foi de m EUR 7.386 (2019: m EUR 8.200).

26.2.6. Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2020

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Contas a receber e acréscimos de proveitos	Contas a pagar, rendimentos a reconhecer e acréscimos de custos
Empresas subsidiárias				
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	9.080	-	20	98
Desimo, Lda.	-	-	4	-
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	-	-	1	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	5	1
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	1.044	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	37	37
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	3.335	-	73	1
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	13	-
Jeronimo Martins Drogerie i Famacja Sp. z o.o.	-	-	7	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	2.289	17
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	5.095	-	24	1
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	-	-	3	2.029
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	132.220	-	227	-
JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	99	71
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	115	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	41
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	21	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	10
New World Investments B.V.	-	645.950	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	139.195	-	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	932	50
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	1.435	23
Recheio Masterchef, Lda.	-	-	2	750
Recheio, SGPS, S.A.	33.525	-	285	-
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	-	-	16	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	150	-	5	-
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	1.950	-	-
Terra Alegre - Lactícínios, S.A.	13.770	-	57	2
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	886.780	6	-
Subtotal	197.175	1.674.045	6.721	3.131
Outras entidades relacionadas				
Marismar Aquicultura Marinha S.A.	-	-	3	-
Soc. Francisco Manuel Santos SGPS, S.E.	-	-	7	-
Unilever Fima, Lda	-	-	-	45
Subtotal	-	-	10	45
Total	197.175	1.674.045	6.731	3.176

26.2.7. Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2019

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Contas a receber e acréscimos de proveitos	Contas a pagar, rendimentos a reconhecer e acréscimos de custos
Empresas subsidiárias				
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	8.515	-	18	661
Desimo, Lda.	-	-	14	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	2	2
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	943	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	34	39
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	3.055	-	44	193
Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	12	-
Jerónimo Martins Drogerie i Famacja Sp. z o.o.	-	-	23	-
Jerónimo Martins Polska S.A.	-	-	2.152	98
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	2.905	-	104	1
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	-	500	56	2.993
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	68.090	-	200	-
JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	235	43
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	255	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	49
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	41	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	10
New World Investments B.V.	-	543.450	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	115.195	-	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	1.952	96
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	8.192	19
Recheio Masterchef, Lda.	-	-	160	-
Recheio, SGPS, S.A.	13.110	-	460	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	2.700	-	7	333
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	1.950	-	-
Terra Alegre - Lactícínios, S.A.	21.365	-	73	2.494
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	913.880	-	-
Subtotal	119.740	1.575.145	14.978	7.031
Outras entidades relacionadas				
JMDB - Repr. e Distribuição Marcas, Lda.	-	-	1	-
Unilever Fima, Lda	-	-	-	5
Subtotal	-	-	1	5
Total	119.740	1.575.145	14.979	7.036

26.2.8. Remunerações dos Administradores

	2020	2019
Salários e prémios	1.478	1.441
Plano de pensões	477	306
Total	1.955	1.747

O Conselho de Administração de JMH é composto por 10 elementos. As remunerações apresentadas incluem os montantes pagos aos membros do Conselho de Administração, que exercem funções na Comissão de Auditoria, cujo montante anual ascendeu a m EUR 60 (2019: m EUR 60).

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no capítulo relativo ao Governo da Sociedade, no Relatório e Contas Consolidado.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores, fazendo parte dos planos descritos na nota 4.2.

27. Riscos financeiros

JMH encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (que inclui os riscos de taxa de juro), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da JMH. A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

27.1. Risco de taxa de juro

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe JMH a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe Jerónimo Martins a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas forward, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro.

27.2. Risco de crédito

O risco de crédito é gerido de forma centralizada. As principais fontes de risco de crédito são depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo e derivados contratados junto de instituições financeiras.

Relativamente às instituições financeiras, a JMH selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

A seguinte tabela apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, da qualidade de crédito dos depósitos bancários e aplicações de curto prazo:

Instituições financeiras	Rating	2020	2019
Standard & Poor's	[A+ : AA]	17	73
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	56.675	37.125
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	56.589	34.168
Standard & Poor's	[B+ : BB]	242	21
Moody's	[Caa2 : Caa1]	41	15
Fitch	[A- : A+]	56.913	22.013
Fitch	[BB+ : BBB]	102	30
Total		170.579	93.445

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's, pela Moody's e pela Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

27.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas assegurar o desenvolvimento normal das actividades de JMH, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques externos à actividade.

Na gestão deste risco, JMH recorre, por exemplo, a derivados de crédito, com o intuito de minimizar o impacto do incremento de spreads de crédito, resultantes de efeitos exógenos a JMH. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo, realizado diariamente, tendo subjacente os planos financeiros anuais, que são revistos pelo menos duas vezes ao ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de JMH por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

2020	Exposição ao risco de liquidez		
	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	13	12	-
Credores	2.831	-	-
Responsabilidades com locações	318	324	-
Total	3.162	336	-

2019	Exposição ao risco de liquidez		
	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	8	15	-
Credores	6.345	-	-
Responsabilidades com locações	385	312	-
Total	6.738	327	-

Os fluxos de caixa apresentados para os programas de papel comercial incluem despesas fixas incorridas com estes programas, independentemente de estarem a ser utilizados ou não.

28. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto no termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas nestas notas;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2020 foi de m EUR 97, que correspondem na sua totalidade a serviços de revisão legal de contas;
- A nota 26 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade;
- Durante os exercícios de 2018 e 2019, a Empresa suportou despesas com Investigação e Desenvolvimento ("I&D"), as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis para efeitos de consideração no Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial II ("SIFIDE II"), previsto na legislação aplicável.

Neste sentido, relativamente ao exercício de 2018, foi emitida a respetiva decisão final, por parte da Comissão Técnica com competência delegada pela Agência Nacional de Inovação, S.A. ("Comissão Técnica"), relativa à atribuição de um crédito fiscal, decorrente de atividades de I&D efetuadas naquele exercício, no montante de m EUR 309 (investimento total elegível de m EUR 374 constituído por despesas com recursos humanos num montante de m EUR 246 e por despesas de funcionamento que ascenderam a m EUR 128).

Relativamente ao exercício de 2019, ainda se aguarda a decisão por parte da Comissão Técnica, sendo que o investimento conexo com as atividades de I&D efetuadas no exercício correspondeu a um crédito fiscal solicitado no montante de m EUR 349 (investimento total elegível de m EUR 537 constituído por despesas com recursos humanos num montante de m EUR 367 e por despesas de funcionamento que ascenderam a m EUR 170).

Por último, atentos os investimentos realizados em 2020 nesta área, em particular, a Empresa está igualmente a realizar ações que permitam apresentar às entidades competentes uma candidatura ao SIFIDE II, no prazo legalmente estipulado.

29. Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 2 de Março de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 2.734.239 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.694.670 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 436.502 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Partes de capital e Empréstimos a subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante total de investimento em Partes de capital e Empréstimos a Subsidiárias registado nas demonstrações financeiras individuais de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. ascende, a 31 de dezembro de 2020, a 2.339 milhões de euros.</p> <p>Tal como divulgado na Nota 2.3 às demonstrações financeiras, os investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias são registados inicialmente ao custo e analisados, à data de cada balanço, de</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Procedemos ao entendimento e avaliação dos processos de monitorização e controlo dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias;▶ Obtivemos os testes de imparidade preparados pela Gestão, relativamente aos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, e efetuámos uma validação dos mesmos, através da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade.</p> <p>Se forem identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e por expectativas de desenvolvimento do mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.</p> <p>Os modelos de avaliação que refletem o desempenho futuro dos negócios das várias companhias foram revistos de forma a incorporar o efeito que a Pandemia COVID-19 teve nos resultados operacionais das companhias do grupo.</p> <p>Pela relevância dos montantes envolvidos, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade, consideramos que a valorização dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias constituiu uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ Estivemos envolvidos na avaliação dos principais litígios e contingências fiscais e legais existentes nas entidades participadas por Jerónimo Martins, SGPS;▶ Analisámos, com o apoio de especialistas internos, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para teste, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade;▶ Efetuámos procedimentos substantivos para avaliar a existência de indícios de imparidade nos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, nomeadamente comparando os Capitais Próprios das subsidiárias, ou o valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão, com o seu valor contabilístico; e▶ Revimos os montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias e avaliámos a sua razoabilidade. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter

origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme previsto no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre o Relatório de Remunerações

Dando cumprimento ao artigo 245.º-C, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório do Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato em curso correspondente aos exercícios de 2017 a 2018, e nomeados para o mandato de 2019 a 2021 na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria da Entidade em 1 de março de 2021; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 05 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Registado na CMVM com o nº 20160515



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.,

Introdução

Fomos contratados pela Administração da Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (“Jerónimo Martins” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor”, que integram a informação de sustentabilidade incluída no Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, do Relatório e Contas 2020 (“Relatório”), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, preparada pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação dos indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor”, incluídos no Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2020, de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade “Global Reporting Initiative”, versão GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”, e com as instruções e critérios divulgados no Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2020, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se os indicadores GRI e indicadores específicos identificados no subcapítulo 11. “Tabela de Indicadores”, do Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2020, como “✓ Indicador verificado por entidade externa e independente”, estão isentos de distorções materialmente relevantes.

O nosso trabalho de garantia de fiabilidade limitada consistiu ainda na realização de procedimentos com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se a Empresa aplicou, na informação de sustentabilidade incluída no Relatório e Contas 2020, as diretrizes GRI Standards.

Para tanto o referido trabalho consistiu em:

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- (i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
- (iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- (vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pelo auditor externo, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da Jerónimo Martins do exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- (vii) Verificar que a informação de sustentabilidade a incluir no Relatório cumpre com os requisitos das diretrizes da GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”.

Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, conseqüentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente, que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento dos requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os indicadores identificados acima na secção “Responsabilidades do auditor”, incluídos no Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2020, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, não tenham sido preparados, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a Jerónimo Martins não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório e Contas 2020, as diretrizes GRI Standards, na opção “De Acordo – Essencial”.

Restrições de uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Empresa, para efeitos da divulgação do Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2020, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além de Jerónimo Martins, pelo nosso trabalho e pela conclusão expressa neste relatório, o qual será anexado ao Relatório e Contas 2020 da Empresa.

5 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Brochado Correia, R.O.C.

Jerónimo Martins

Jerónimo Martins 2020
Rua Actor António Silva, n.º 7
1649-033 Lisboa
Tel.: +351 21 753 20 00
Fax: +351 21 752 61 74
www.jeronimomartins.com